



Poder Judiciário
Superior Tribunal de Justiça

**Subsídios para a Integração do Ensino e
Pesquisa das Escolas de Magistratura e as
Instituições de Ensino Superior**

Brasília-DF
Mai de 2008

Equipe Técnica

Coordenação Científica

Darcy Closs

Apoio Técnico

Coordenação Geral

Cláudia Maciel Wanderley de Moraes

Equipe Técnica

Bibliotecária

Elisandra Luíza da Silva Fernandes

Auxiliares de biblioteca

Maria Isabel Gomes

Tatyanne Silva de Sousa

Editoração

Luiz Felipe Leite

Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Subsídios para a integração do ensino e pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior. Brasília: Enfam, 2008.

568 p.

1. Magistrado, formação profissional. 2. Ensino jurídico. 3. Pesquisa sobre o judiciário. 4. Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq. 5. Linhas de Pesquisa dos Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES.

CDU 347.962(81)

**Subsídios para a Integração do Ensino e
Pesquisa das Escolas de Magistratura e as
Instituições de Ensino Superior**

Agradecimentos

Ao Diretor-Geral da Enfam, Ministro Nilson Naves e ao Secretário-Executivo, Dr. José Roberto Resende pelo contínuo apoio e interesse no desenvolvimento dos levantamentos efetuados.

Aos Magistrados, professores e pesquisadores das Instituições de Ensino Superior, que nos dedicaram horas de seu tempo, oferecendo informações importantes para a continuidade dos levantamentos, sugerindo modificações e acréscimos e acima de tudo, incentivando e motivando nosso trabalho.

Aos dirigentes da CAPES e do CNPq e às suas equipes técnicas, sempre colaborando e complementando os dados referentes às Instituições de Ensino Superior e aos Grupos de Pesquisa dos Cursos de Mestrado e de Doutorado.

À servidora Cláudia Maciel Wanderley de Moraes, pela permanente dedicação e esmero na organização dos dados, coordenando e motivando a equipe de auxiliares, e às auxiliares Maria Isabel Gomes e Tatyane Silva de Sousa, que tão bem desempenharam suas funções, não poupando tempo e esforço.

Ao responsável pela Editoração Cultural, Luiz Felipe, que auxiliou na transferência dos arquivos.

A elaboração artística da capa das publicações da Enfam foi realizada com incansável dedicação pela servidora Taís Villela.

Sem estes apoios dificilmente as publicações teriam sido concluídas em curto espaço de tempo.

Sabemos que a tarefa de agradecer é sempre complexa, pois corre-se o risco de cometer a injustiça da omissão de pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o resultado final do trabalho ora publicado.

Darcy Closs

Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	9
Introdução.....	13
Histórico.....	23
Capítulo I - CNPq	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.....	43
Análise comparativa entre os 622 Grupos de Pesquisa do CNPq e os 62 Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES.....	43
Lista dos 622 Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq.....	46
Análise da distribuição dos Grupos de Pesquisa do CNPq por especialidade/sub-área do Direito.....	86
Siglas das Universidades, Centros Universitários e Instituições de Ensino Superior Isoladas.....	150
Quantitativo dos Grupos de Pesquisa do CNPq por Instituição de Ensino Superior.....	156
Distribuição dos Projetos Científicos dos Grupos de Pesquisa do CNPq de interesse sobre o Judiciário.....	162
Capítulo II - CAPES	
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES.....	207
Áreas de concentração e linhas de Pesquisa dos 62 cursos reconhecidos pela Capes.....	208
Projetos de Pesquisa de interesse para o desenvolvimento científico de temas sobre o Judiciário.....	284
Lista de Ementas e de Bibliografias de disciplinas relacionadas com as Resoluções 01 e 02 da Enfam	293
Capítulo III - INEP	
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP.....	513
Lista dos 1.106 Cursos de graduação em Direito Cadastrados no INEP e autorizados pelo EC.....	514
Lista bibliográfica básica relativa à pesquisa na área do Direito e Judiciário.....	560

Prefácio

Após ter publicado o volume “Bibliografia básica para o ensino e a pesquisa nas escolas de magistratura”, a Enfam inicia, com a presente publicação, nova fase de atividades acadêmicas, dedicando-se à implantação dos objetivos previstos na Resolução nº 3/2006 do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

Objetivo II - “fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional”;

Objetivo III - “promover a cooperação com entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino, pesquisa e extensão”;

Objetivo IV - “incentivar o intercâmbio entre a Justiça brasileira e a de outros países”.

Visando cumprir tais dispositivos, a Coordenação Científica da Enfam realizou levantamento nas agências de fomento governamentais, com o intuito de apresentar diagnóstico do estágio atual dos estudos desenvolvidos por magistrados, por grupos de pesquisa das instituições de ensino superior, por professores e alunos dos cursos de mestrado e doutorado recomendados pela Capes e por pesquisadores de instituições do exterior.

A análise pretende oferecer aos leitores, sobretudo àqueles que integram as escolas de magistratura, não só alternativas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e para a cooperação interinstitucional com entidades nacionais e estrangeiras, mas também propostas para o intercâmbio da Justiça brasileira com a de outros países, em especial com as escolas de magistratura co-irmãs da América Latina.

Ministro Nilson Naves
Diretor-Geral

Apresentação

O exame da bibliografia referente à pesquisa desenvolvida por Magistrados, professores e alunos das Escolas de Magistratura brasileiros e estrangeiros e pelos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior da área do Direito, mostra um rápido crescimento do número de referências de livros e artigos em periódicos científicos.

Uma descrição comparativa dos quantitativos com aqueles de outras áreas científicas mostra que poucos autores da área do Direito publicaram nas décadas de 30 até 60.

Na década de 70, grupos de pesquisadores iniciaram uma nova fase com importantes contribuições científicas na UFPE, UFRJ, IUPERJ, UFMG, UFSC, USP e UNICAMP. Ao mesmo tempo o CNPq reúne especialistas do Comitê de Assessores da área do Direito publicando os conhecidos volumes de “Avaliações e Perspectivas” e “Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos do MCT”.

Nas décadas de 80 e 90 são desenvolvidos os primeiros estudos específicos sobre o Judiciário e a análise dos resultados científicos nas Reuniões da ANPOCS e do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito/CONPEDI. Cabe mencionar, ainda, as importantes contribuições resultantes dos Seminários organizados pela OAB em conjunto com o MEC.

Estudos recentes de interesse específico para a Enfam foram editados no livro “Recrutamento e Formação de Magistrados no Brasil” (2008); no livro “Rebelião da Toga” (2006) e “Memória do Futuro/CEJ/Portugal” (2006), descrevendo os 25 anos de existência da Escola de Magistrados de Portugal.

A Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça publicou, nos últimos dois anos, oito volumes de uma Coletânea “Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/Enfam”, nos quais foram descritos:

- a) Os dados acadêmicos e administrativos das 27 Escolas de Magistratura Estaduais e das 5 Escolas de Magistratura Federais;
- b) Os Grupos de Pesquisa da área do Direito cadastrados no CNPq;

- c) Um histórico da criação de Escolas de Magistratura no exterior e seu impacto no Brasil;
- d) Uma análise da legislação e demais dispositivos legais relativos ao processo de recrutamento, seleção e promoção de Magistrados;
- e) A bibliografia especializada sobre Escolas de Magistratura;
- f) Uma lista das dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas pelos alunos dos cursos reconhecidos pela CAPES.

Com a instalação formal da Enfam no STJ iniciou-se uma nova série de publicações visando o oferecimento de subsídios para o preenchimento dos seus objetivos acadêmicos e científicos. A contribuição inicial “Bibliografia básica para o ensino e pesquisa nas Escolas de Magistratura” preencheu uma lacuna com uma análise temática das 6.000 referências bibliográficas especializadas na área do Direito e do Judiciário. O exame ensejou um resumo temático sobre a ética e accountability no Judiciário, metodologia de ensino andragógico, modelos de Escolas de Magistratura no exterior, pesquisa na área do Direito e sobre o Judiciário, as propostas da nova LOMAN, os sistemas de recrutamento, seleção e provimento de cargos de Juízes.

A presente publicação complementa as descrições de volumes anteriores e é dedicada à análise da área científica e à pesquisa na área do Direito. O exame apresenta um detalhamento dos 622 Grupos de Pesquisa da área do Direito cadastrados no CNPq e as áreas de concentração e linhas de pesquisa desenvolvidas pelos professores, bolsistas e alunos dos 62 Mestrados e 21 Doutorados da área do Direito, recomendados pela CAPES.

A Enfam inicia, portanto, uma nova fase em suas atividades acadêmicas, dedicando-se à implantação dos objetivos previstos na Resolução nº 03/2006 do STJ, quais sejam:

Objetivo II – “fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional”;

Objetivo III – “promover a cooperação com entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino, pesquisa e extensão”;

Objetivo IV – “incentivar o intercâmbio entre a Justiça brasileira e a de outros países”.

Visando cumprir os dispositivos dos objetivos acima explicitados, a Enfam realizou um levantamento junto às agências de fomento governamentais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES com o propósito de apresentar um diagnóstico do estágio atual das pesquisas desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior, inicialmente buscando alternativas para o fomento futuro de um intercâmbio entre as Escolas de Magistratura e os Grupos de Pesquisa, promovendo a cooperação inter-institucional e a implantação de projetos de pesquisa conjuntos para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional.

Contrastando com os dados publicados anteriormente, os quais demonstravam um crescimento limitado da produção científica, os novos dados mostram que, em relação aos Grupos de Pesquisa do CNPq, observa-se que o número de núcleos científicos cresceu de 281, detectado no levantamento realizado em fevereiro de 2005 e descrito no Volume VI da Coletânea anterior, para 622 em abril de 2008, isto é, uma duplicação em apenas três anos.

Os leitores encontram um detalhamento para facilitar a busca de informações desejadas, tais como a lista dos 622 Grupos de Pesquisa; a análise de sua distribuição por área do conhecimento, especialidade e sub-área do Direito; a distribuição quantitativa por Instituição de Ensino Superior, entre outros.

Um segundo exame apresenta uma descrição dos cursos de pós-graduação s.str. da CAPES, mostrando a existência de 62 mestrados e 21 doutorados reconhecidos pela CAPES e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação/CNE. A lista dos cursos de mestrado e de doutorado apresenta o detalhamento das áreas de concentração e as linhas de pesquisa de cada programa, possibilitando o reconhecimento das linhas de pesquisa de interesse do Judiciário.

Visando colaborar com a comunidade das Escolas de Magistratura, em especial as estaduais e federais, em seu propósito de cumprir os dispositivos das Resoluções 01 e 02 da Enfam, as quais explicitam as características dos cursos de formação e de aperfeiçoamento, tanto para o vitaliciamento como para a promoção na carreira, apresentamos na parte

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

final da publicação as listas de ementas e bibliografias descritas pelos cursos de mestrado e doutorado, referentes às disciplinas (entre outras, deontologia dos magistrados, ética, administração judiciária, relações interpessoais e impacto econômico) recomendadas pela Resolução 01.

Finalmente, foi incluída, ainda uma relação dos 1.106 cursos de graduação em Direito, cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP, visando facilitar eventuais contatos das Escolas de Magistratura com professores com mestrado e/ou doutorado nos Estados sem cursos de pós-graduação s.str., permitindo a interação institucional nas regiões academicamente menos desenvolvidas para a implantação de projetos de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão.

Introdução

Um livro recente (Recrutamento e Formação de Magistrados no Brasil, Almeida & Leardini, 2008) reúne textos de diversos autores com importantes contribuições relativas a diversos aspectos concernentes ao ingresso, a responsabilidade administrativa de novos juízes e modelos de Escolas de Magistratura no Brasil e na França.

A primeira contribuição reedita um texto do Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão (1961), o qual, cinco décadas passadas já enfatizava que “a carreira da magistratura, infelizmente, não tem o condão de atrair os mais preparados e capazes”. E acrescentando a “necessidade de cursos específicos, através de curso teórico sistematizado no qual lhe sejam ministrados conhecimentos particularizados sobre as tarefas que irão constituir a sua incumbência. Outro curso, após investido nas funções de juiz substituto, deverá processar-se, na própria magistratura e sob a supervisão de um juiz titular. Ademais é necessário que, da mesma forma como se exige dos militares, sejam fornecidos aos juízes, no decorrer da carreira, cursos de aperfeiçoamento indispensáveis à atualização de seus conhecimentos profissionais”.

O Desembargador Accácio Cambi apresenta uma breve revisão da bibliografia mais importante sobre o tema ética. Desenvolve uma análise sobre a necessidade do magistrado observar a honestidade e a coragem em suas atividades judicantes, assim como observar os deveres pessoais, administrativos e jurisdicionais processuais.

O Desembargador Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda inicia seu texto questionando o “falatório, críticas, ataques e opiniões sobre o Poder Judiciário, entendendo que ninguém mais sabe ao certo o que faz um juiz. A mídia, por outro lado, tem contribuído e muito para que o Poder Judiciário caminhe a passos largos para a perda de sua identidade como órgão de decisão e com força de coisa julgada”. O autor descreve, outrossim, os impactos históricos sobre o sistema jurídico, desde o Brasil-Colônia, passando pela República com um ideário filosófico positivista, a Revolução de 1964, as influências do ensino nos cursos de graduação de direito, até a Reforma do Poder Judiciário e a criação do CNJ.

A experiência da formação de juízes pela Escola Nacional de Magistratura da França é descrita pelo Ministro Gelson de Azevedo, o qual apresenta a estrutura dos cursos, divididos em cinco “engenharias”: de pilotagem, de formação, pedagógica, de aprendizagem e de comunicação.

Entre os temas considerados importantes para uma reflexão sobre o futuro da Enfam, destaca-se o requisito de três anos de atividade jurídica para o ingresso na carreira da magistratura. Esta exigência é questionada no texto do Desembargador José Maurício Pinto de Almeida. Da mesma forma, o autor questiona também a Resolução nº 11 do CNJ, argumentando que seria mais correto aguardar o novo Estatuto da Magistratura, de iniciativa do STF.

Os desafios da criação de juízes, decorrentes da criação da Enfam e da Enamat pela EC 45/2004, são apresentados pelo Desembargador José Renato Nalini, o qual descreve “o pioneirismo da Justiça do Trabalho com a implantação da Enamat em junho de 2006, a efervescência que a vontade constitucional gerou, ao institucionalizar as Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e a preocupação com a urgência de alavancar a consciência do julgador com a mais apurada formação ética”.

Uma visão moderna sobre a importância da formação do magistrado para o exercício de sua função política é descrita pela Professora Márcia Leardini, co-autora do livro. Inicia suas ponderações com a referência da obra de Norberto Bobbio (*A era dos direitos*, 1992), na qual o autor assegura que “a idéia de que para serem reconhecidos os direitos humanos não bastam as leis escritas, mas um comando político que a tais leis desse efetividade, sem o que não se poderia assegurar a democracia e garantir a paz com a solução de conflitos sociais”. A autora analisa, outrossim, a função jurisdicional no ordenamento constitucional brasileiro vigente, a natureza da função jurisdicional e os aspectos sociais e jurídicos referentes à formação do magistrado brasileiro. Reforça sua tese com referências importantes, das quais cabe destacar o texto do Ministro do Supremo, Celso de Mello, discorrendo sobre a atuação dos juízes em um regime democrático, lembrando que “o papel desenvolvido pelos magistrados, que se qualificam como atores essenciais do processo político de desenvolvimento, expansão e reafirmação dos direitos humanos, reveste-se de importância decisiva, pois, no contexto dessa permanente situação conflitiva que se origina das relações estruturalmente sempre

tão desiguais entre as pessoas e o Poder, compete aos juízes, enquanto guardiães de uma norma jurídica justa e legítima, fazer prevalecer o compromisso de respeito e incondicional submissão do Estado ao regime das liberdades públicas, assinalando, a cada momento, no desempenho de sua atividade jurisdicional, que as prerrogativas constitucionais reconhecidas à pessoa traduzem valores fundamentais, indisponíveis, caracterizados pela nota de uma irrecusável inexauribilidade”.

A experiência da Escola Judicial do Tribunal Justiça do Estado de Minas Gerais foi descrita pelo Professor Ricardo A. Malheiros Fiúza, desde sua criação em 1975, o processo de seleção de juízes através de concurso público, realizado pela Escola, os cursos de preparação e de formação inicial, o acompanhamento durante o estágio probatório e as recentes modificações administrativas e acadêmicas, introduzidas, a partir de 2002.

O livro oferece, ainda, um relato abrangente e inovador (Perissinotto, Rosa e Paladino) sobre a sociologia dos juízes e comentários detalhados sobre a bibliografia relativa à pesquisa sobre o Judiciário. O texto descreve as pesquisas qualitativas, quantitativas e históricas encontradas na bibliografia, concluindo que estudos sociológicos sobre a origem social dos magistrados e sua trajetória profissional seriam temas de grande importância para o reconhecimento do papel central das instituições de ensino na formação de juízes.

A Desembargadora Suzana de Camargo Gomes apresenta um breve histórico da evolução dos cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, a relação entre as Escolas de Magistratura e o estudo do direito positivo, e enfatizando a importância do ensino de Filosofia, Sociologia, Psicologia, Hermenêutica e Ética na formação de magistrados.

Uma visão diferenciada sobre a formação de juízes é descrita pela Professora Teresa Arruda Alvim Wambier, a qual inicia suas ponderações sobre a visão de que um juiz deve ser um ser humano especial, daqueles que conseguem alterar sua postura – da rigidez à flexibilidade – em função do problema que precisa resolver e prestigiando os princípios da legalidade e isonomia.

No texto final do livro, o Desembargador Vladimir Passos de Freitas aborda um tema da atualidade, a responsabilidade administrativa dos juízes, a

competência para apurar faltas disciplinares das infrações administrativas e o novo papel desempenhado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Outro livro recente, “A rebelião da toga”, Nalini (2006), oferece uma detalhada análise sobre o importante papel das Escolas de Magistratura para a preparação, formação e aperfeiçoamento de uma nova geração de magistrados. Entre suas reflexões enfatiza que “... a preparação é necessariamente prévia ao recrutamento. Tergiversa-se quando se sustenta a suficiência do preparo do juiz depois de já nomeado. Apenas quem conhece a instituição por dentro pode avaliar o traumatismo da tentativa de expurgar o Judiciário de integrantes não vocacionados. Por conhecer essa característica de uma corporação muito ciosa quanto à sua tradição, mesclada ao mito da onipotência e da infalibilidade de seus métodos, foi que o constituinte previu a preparação do juiz. Exatamente para que o Judiciário não venha recrutar maus juízes e que o povo não se veja obrigado a remunerá-los até que adquiram o tempo necessário à aposentadoria”.

Somente depois da preparação é que os candidatos poderiam se submeter aos concursos públicos. Essa preparação obviaria a possibilidade freqüente de erros na seleção, hoje baseada em meros recursos mnemônicos e calcada no conhecimento textual da legislação, doutrina e jurisprudência.

Preparo adequado se faz mediante a avaliação dos atributos pessoais do futuro juiz, muitos dos quais, se ausentes, não permitirão desempenho eficiente. Evidente que preparação não prescinde de conhecimento técnico.

“...O estudo da língua nacional e da técnica de redação de sentenças e despachos é tópico de grande importância. A realização de estágios supervisionados, junto a juizados de primeiro grau e em tribunais, é oportunidade para que os candidatos possam aplicar os seus conhecimentos na prática, e para se aquilatar o seu saber jurídico, sua aptidão para o trabalho e a posse das qualidades psíquicas, morais e vocacionais para o exercício do cargo”.

“...Monografia pressupõe pesquisa, que pressupõe estudo, que implica sedimentação de conhecimentos.”

“A preparação deve, todavia, privilegiar as qualidades humanas do candidato a juiz.

“Os estudos a serem efetuados pelos futuros magistrados não podem restringir-se ao saber normativo. O Direito, como artefato cultural, para ser bem compreendido e corretamente aplicado, necessita que seus preceitos sejam iluminados pelo conhecimento da realidade humana e social em que é produzido, inclusive no plano dos valores integrados em suas normas. Uma visão humanística, interdisciplinar, considerados, pelo menos, os aspectos sociológicos, psicológicos, econômicos, políticos, filosóficos e o evoluir histórico das instituições e do país se faz por isso indispensável, provendo melhor compreensão do fenômeno jurídico, do ser humano e de uma sociedade altamente complexa, na qual a Constituição reserva à magistratura papel exponencial para a construção de uma convivência harmoniosa.” ”

“O Estado de São Paulo chegou a implementar experiência pioneira, lamentavelmente não mantida.

Por ela, os candidatos aprovados em prova inicial de concursos de ingresso na Magistratura eram matriculados de ofício no Curso de Preparação à Carreira de Juiz, ministrado pela Escola Paulista de Magistratura. Para prosseguir no concurso de ingresso, o candidato deveria apresentar certificado de conclusão, com aproveitamento, do Curso de Preparação.

Iniciativa bem intencionada. Todavia a experiência foi abandonada. Críticas baseadas em elitismo, gastos excessivos mais perda de candidatos para o Ministério Público, que não adotara a mesma alternativa e afugentamento dos candidatos já egressos de outras carreiras, fizeram com que, antes de verdadeiramente experimentado o sistema, fosse ele sepultado.”

Uma Escola da Magistratura ideal é idéia sedutora. E se o ideal pode ser a Escola, sem dúvida ela produzirá aquilo que se poderia imaginar como a Magistratura ideal.

Empresa humana, a Escola de Juizes nunca será perfeita. Mesmo os paradigmas de maior prestígio na experiência estrangeira podem ser questionados.

Requisitos para uma Escola de Magistrados muito próxima ao ideal:

1- Estrutura física adequada – espaço para as atividades docentes, assim compreendidas a ministração das aulas tradicionais, a realização de seminários,

a utilização de outras técnicas de aprendizagem como a simulação, o psicodrama, a teatralização, o individualizado e em grupo.

Especial atenção merece o ensino, aprendizado e pesquisa a respeito do alcance a informática na administração da Justiça. Há mais de uma década a França desenvolve estudos a respeito do auxílio do computador até para sentenciar o crime.

É a Escola locus apropriado à disseminação dos princípios que devem inspirar qualquer projeto de informatização. Uma implantação garantidora dos direitos das pessoas, com reconhecimento da validade documental plena da informação elaborada e transmitida por suportes informáticos, segura identificação dos agentes geradores e transmissores da informação, compatibilidade dos sistemas informáticos para viabilizar amplitude à comunicação.

A utilização de toneladas de papel em diários oficiais, mandados, precatórios e outros documentos de manifesta superação representa insuportável custo ao ecossistema. Havendo sistema alternativo ao papel, evidencia consciência ecológica optar por ele.

Mas também precisa de ambiente para os professores, para realização da pesquisa, com Biblioteca física e virtual, acesso às infovias, hemerotecas, sala de jogos, copa, espaço para refeições e para outras atividades.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados é uma usina de renovação da Justiça, com reflexos na transformação da sociedade. Estimulará o repensar da missão humana de concretizar o justo e partilhará as experiências desenvolvidas por inúmeros de seus atores. As pessoas aprendem com suas atividades sociais e profissionais e, no momento em que a universidade tradicional perde o monopólio da criação e transmissão do conhecimento, cumpre às instituições assumir a nova missão de orientar os percursos individuais do saber.”

O Centro de Estudos Judiciários/CEJ de Portugal publicou, em 2006, por ocasião da comemoração de seus 25 anos de existência (1955-1980), um volume comemorativo “Memória do Futuro” com contribuições e reflexões de ex-diretores, diretores regionais e professores.

Na análise dos principais textos dos diversos autores, destacamos algumas observações consideradas importantes para a Enfam em sua atual fase de implantação.

O CEJ de Portugal tem efetuado múltiplas reflexões entre seus membros nos últimos 10 anos sobre a necessidade de uma reestruturação acadêmica capaz de atender aos novos desafios da modernidade.

As mudanças propostas têm encontrado dificuldades tendo em vista que as instituições renovam-se por dentro e são o que forem as pessoas que lhe derem corpo e alma. Renovando-se elas próprias detiverem impulso criativo e reformista, algo difícil pois nem sempre o desejável é possível. Como consequência o CEJ, ao comemorar 25 anos, entende não ser ainda uma instituição plenamente consolidada.

A formação de Magistrados deve estar, por excelência, a cargo de uma escola autônoma e independente, possuindo um espaço próprio de estudo e reflexão sobre a atuação jurídica. E que desenvolva a formação de Magistrados, imprimindo-lhes uma preparação técnico-jurídica especial, ajudando-os a formarem uma personalidade segura e equilibrada para responder aos casos que lhe vierem a ser colocados.

Na discussão sobre a crise do Judiciário é freqüente imputar-se uma significativa parte da responsabilidade do atual estágio aos erros da formação de magistrados. Entre as críticas, sublinha-se existência de um certo academicismo, que se exprimiria na prolixidade das peças processuais e na fundamentação exaustiva das decisões judiciais e, por outro lado, um espírito de elite e de auto-suficiência, que redundaria em autoritarismo ou arrogância dos novos magistrados.

Como resultado o CEJ não foi o promotor, nem teve, enquanto instituição, papel relevante na realização dos debates dos últimos anos sobre a formação de magistrados e as carreiras jurídicas. Deixou de tomar a iniciativa ou intervenção na projeção do futuro das carreiras jurídicas e nas atividades judicantes. Não houve uma partilha dos erros, acertos e preocupações da comunidade com a Magistratura e antecipando soluções para a crise do Judiciário.

Cabe ressaltar, ainda, que tais resultados demonstram a falta de estudos e pesquisas que deveriam ter sido desenvolvidos pelo CEJ, colaborando nesta importante e fundamental área para o aprimoramento do Judiciário.

A sociedade espera do Magistrado do futuro uma permanente reflexão, bom senso, razoabilidade, isenção, lealdade, pontualidade e urbanidade.

Cabe ressaltar que grande parte das críticas relativas à formação de magistrados é o resultado do fato dos docentes formadores, isto é, aqueles que acompanham os alunos nos estágios e na prática não tem conhecimento detalhado e atualizado do que foi ensinado teoricamente no CEJ. É importante, porém, amenizar a crítica pois os docentes formadores são magistrados confrontados com a exígua disponibilidade de tempo, resultante da excessiva carga processual que lhes é cometida, dificultando um acompanhamento e maior dedicação de tempo aos estagiários.

Como resultado o CEJ deixou de desenvolver uma cultura judiciária forte e central no processo formativo, com predominância de assuntos como a ética e a deontologia da magistratura, os novos limites do direito e a abordagem de temas da atualidade, com o envolvimento permanente de professores e a colaboração dos magistrados com a experiência de orientação dos novos juízes.

Grande parte das críticas ao CEJ não se dirigem à capacidade técnica dos magistrados mas sim à sua deficiente formação humana e cultural.

É importante enfatizar que o CEJ não deveria ser visto apenas como um complemento ou uma extensão dos cursos universitários de Direito, mas como um centro de formação profissionalizante, ao qual cabe transmitir conhecimentos essenciais da tecnologia judiciária e fomentar a capacidade de perceber os fatos que delimitam o fato concreto.

A avaliação do desempenho dos alunos está intimamente ligada ao positivismo, no qual o ordenamento jurídico se desvaloriza em função de uma imensa rede de normas. Em que se cultiva a visão da árvore, mas se cega diante de uma floresta.

Os Magistrados devem ser vistos como pessoas humanas que fazem parte da sociedade, que devem estar atentos ao que se passa à sua volta, com vontade de dar a melhor contribuição. Os cidadãos que recorrem aos Tribunais

depositam grandes expectativas, tendo os Magistrados o dever de permanentemente apurar sua sensibilidade humana e jurídica para alcançar a melhor compreensão da realidade que lhe é apresentada.

A ciência judiciária ou a chamada “Arte de saber julgar” é o direito aplicado, uma ciência de aplicação à vida, dando respostas fundamentalmente aos problemas sociais emergentes. A preocupação não deveria ser apenas o “saber fazer” mas estimular a contínua reflexão sobre o “saber estar” e o “saber ser” do Magistrado na sociedade atual. As atividades dos Magistrados só ganham pleno sentido se entendidas e praticadas como sendo uma atividade a serviço das pessoas e da comunidade em geral. O Magistrado não é uma ilha, nem está colocado numa torre de marfim, devendo estar aberto ao conjunto de disciplina de outros “saberes”.

A formação de Magistrados deve também levar em conta a importância da capacidade crítica dos alunos pois os juízes terão de permanentemente tomar decisões, com um pleno entendimento da complexidade de muitas situações e para fundamentar com acerto as decisões a proferir.

A quase totalidade dos recém aprovados nos Concursos são jovens, sem experiência judiciária, sendo importante sensibilizá-los para o forte sentido de responsabilidade que a função implica, conscientizando-os sobre as realidades da interiorização dos tribunais e as exigências específicas de sua atividade futura. E demonstrando a importância da educação continuada. O importante é que o formando esteja consciente de que sua formação sempre estará inacabada e a esperança de que terá a clarividência para perceber que o poder reside na lei e não no seu arauto, abolindo o “você sabe com quem está falando”, que o protagonista central do procedimento judicial é o cidadão e que o labor quotidiano se faz com humildade crítica, consciência cívica dos direitos e a acuidade do sentido da justiça.

Com relação ao desenvolvimento de pesquisas, conforme previsto em sua concepção, esperava-se que o CEJ se transformasse num Centro de Investigação com um papel ativo no estudo e análise de matérias de relevo para o sistema judiciário. Constituindo um espaço de investigação, pesquisa, reflexão e debate, exercido por profissionais em tempo integral, integrados com outros colaboradores de universidades e outras instituições de pesquisa, inclusive estrangeiras.

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Um destaque interessante para o futuro da Enfam é a descrição de que o CEJ descuidou-se da construção e preservação de uma memória. A preocupação foi sempre com o dia seguinte. A falta de memória tem tido conseqüências marcantes pois não há um acervo museológico dos objetos de interesse didático, cultural e histórico.

Inclusive com a preocupação de implantar um acervo com a memória oral: entrevistas, depoimentos e opiniões registrados, por via escrita ou registros audiovisuais. Assim como um arquivo de documentação escrita, fotográfica e registros informatizados.

Histórico

Notas complementares sobre a bibliografia relativa ao desenvolvimento histórico da pesquisa nas áreas do Direito e do Judiciário

Apresentamos um resumo com as descrições dos textos sobre o desenvolvimento histórico dos grupos de pesquisa da área do Direito e do Judiciário, incluindo os autores considerados mais significativos.

O texto oferece aos leitores a possibilidade de uma análise comparativa entre o histórico e o estágio atual do desenvolvimento da produção científica da área do Direito e sobre o Judiciário e a composição dos Grupos de Pesquisa do CNPq e dos Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES.

a) As publicações iniciais

Mesmo não existindo um consenso sobre quais seriam os pais fundadores das Ciências Sociais no Brasil, não há como ignorar a tradição inaugurada por Rui Barbosa, ainda que contestada na época, como “bacharelismo”, que foi considerada estranha à realidade da nação.

As análises de Oliveira Vianna (1930, 1938 , 1952), Francisco Campos (1937, 1938, 1941) e Alberto Torres (1982, 1986), tornaram-se referências para as interpretações sobre o Estado, incluindo o Judiciário e a Sociedade. Os referidos autores e pensadores, quer por sua formação jurídica, quer por seu papel ativo na vida pública, desenvolveram interpretações e apresentaram propostas que convertiam a legalidade em atributo fundamental do sistema político. As propostas de reforma do Estado e da sociedade passavam pelas respectivas fases históricas necessariamente por mudanças do sistema legal – um sistema legal ajustado à realidade e com potencialidade para alterá-la. Menos do que um poder político, o Judiciário era visto apenas como uma garantia da igualdade formal, sobretudo aquela relacionada aos direitos civis.

Com a redemocratização de 1945, não ocorreu, como se poderia esperar, uma reviravolta completa, capaz de provocar uma mudança radical nas instituições acadêmicas e na temática das pesquisas referentes ao Judiciário.

Nesse sentido, merece destaque a publicação de Victor Nunes Leal (1948), com as indagações contidas no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”, no qual o autor reserva um capítulo para o estudo da organização judiciária, examinando as conseqüências das Constituições Republicanas de 1891, 1934, 1937 e 1946. O compromisso coronelista é entendido pelo autor como o resultado e também com a potencialidade de provocar conseqüências nas relações entre a Magistratura e a Política.

A primeira instituição brasileira a dedicar-se de modo sistemático à pesquisa sócio-jurídica foi o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco/UFPe, fundado em 1963, vinculado ao Instituto de Ciências do Homem e dinamizado até os anos 80 por Cláudio Souto, Solange Souto e Joaquim Falcão. Os dois primeiros voltados a trabalhar empiricamente um tema eminentemente teórico, o “sentimento de justiça” e o último voltado a uma perspectiva mais contextualizada, tendo ele próprio pesquisado o ensino jurídico no Brasil e orientado dissertações de pós-graduação na área do “Direito Informal”.

b) Publicações da década de 70

Entre os documentos mais importantes com descrições sobre o estágio histórico da pesquisa jurídica, cabe destacar os relatórios denominados “Avaliação e Perspectiva da Área do Direito”, realizados pelo Comitê de Assessores do CNPq. O primeiro, publicado em 1978, apresentou uma retrospectiva e um diagnóstico sobre as perspectivas da pesquisa jurídica. Foi preparado por uma comissão de pesquisadores especialistas, tendo como Relator, o Prof^o Aurélio Wander Bastos e a participação de Bruno da Silveira, Luís Alberto Warat, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Flávia Ribeiro, Álvaro Melo Filho e José Eduardo Faria.

A preocupação com os direitos humanos e com a redemocratização do país impulsionou os primeiros debates e estudos que, de alguma forma, apontam para a importância do Sistema de Justiça.

Nos anos 70, o Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco teve papel relevante na pesquisa setorial, pois possuía uma área de concentração em Sociologia Jurídica, fomentada pelas pesquisas desenvolvidas por Joaquim Falcão e Cláudio Souto. No mesmo período, no Rio de Janeiro, e também em São Paulo e Minas Gerais, um grupo de

pesquisadores, não diretamente ligados ao Direito, começou a trabalhar com temas relacionados à violência e à criminalidade.

No Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), dirigido pelo Desembargador aposentado Miranda Rosa, desenvolvia pesquisas sobre “Mudança Social e Direito”.

Neste mesmo período, o livro “Sociologia do Direito”, constitui-se em um manual nesta área de investigação, tendo sido, inclusive, reeditado diversas vezes.

Outra importante e pioneira pesquisa sobre o assunto analisou os “Modos de Resolução de Conflitos”.

Ainda no Rio de Janeiro, destacam-se as pesquisas de Edmundo Campos Coelho, no IUPERJ; em Minas Gerais, as investigações de Antônio Luís Paixão, na Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG; em São Paulo, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo/USP, os estudos de Maria Célia Paoli e Sérgio Adorno, além de Paulo Sérgio Pinheiro na UNICAMP.

Embora em nenhum destes trabalhos o Sistema de Justiça fosse problematizado, o Judiciário, a Polícia, o Sistema Prisional, o Tribunal de Júri, aparecem não apenas como pano de fundo, mas como referências de pesquisa da área do Judiciário.

Entre os temas relacionados à Justiça e aos direitos, o que atraiu o maior número de pesquisadores foi a ampliação do acesso à Justiça. Importante destacar que o interesse dos pesquisadores brasileiros por esta temática não esteve vinculado nem participou do movimento internacional que, na esfera acadêmica, levou ao “*Florence Project*”, coordenado por Mauro Cappelletti e Bryant Garth.

Em relação ao ensino jurídico, sob a liderança do pesquisador argentino Luís Warat, professor do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, foi criada em 1974, a Associação Latino-Americana de Metodologia do Ensino do Direito/ALMED. Entre seus objetivos, figurava nada menos que a reformulação das bases epistemológicas da produção do conhecimento na área do Direito. O movimento manteve, apesar da irregularidade de circulação, a Revista “*Contradogmáticas*”, a qual

teve grande repercussão nacional em outras instituições de ensino e grupos de pesquisa, transformando, por certo período, o Centro da UFSC, que detinha a vanguarda da pesquisa jurídica.

c) Publicações da década de 80

O segundo Relatório da Comissão de Assessores do CNPq, editado em 1982, traçou um perfil das instituições que desenvolviam pesquisa na área do Direito, mas sem desenvolver uma análise crítica, nem tampouco uma avaliação dos resultados das linhas de pesquisa, tendo como base a produção científica em livros e periódicos nacionais e estrangeiros. O texto foi incisivo nas críticas ao ensino de graduação em Direito, atribuindo-lhe decisiva responsabilidade na insipiência das atividades de pesquisa da área do Judiciário.

As informações obtidas no Sistema de Acompanhamento e Avaliação da CAPES (1977/84), comparados aos documentos do CNPq, de 1978 e 1982, mostram que os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) implantados após 1972, estavam estacionários em 1984 e não apresentavam sintomas significativos de melhora.

O terceiro documento, “Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos do MCT/CNPq (1980/84)”, não tem informações explícitas sobre a área de Direito, tendo sido incluído na área de Ciências Humanas e Sociais. Tal discriminação tem dificultado uma avaliação mais abrangente dos cursos de graduação e de pós-graduação da área do Direito e da produção científica dos mesmos.

O texto de Falcão (1981), descortina perspectivas inéditas ao desenvolver um argumento que traz o Judiciário para o centro dos debates, ao lembrar que:

“a tarefa de aperfeiçoamento da representação coletiva tem focalizado privilegiadamente o Legislativo, donde as discussões sobre grupos de pressão, representação setorial e institucional, e sobre o processo decisório das políticas públicas. Se, no entanto, entendermos, como o faz Bolívar Lamounier, que o problema da representação envolve toda a comunicação entre sociedade civil e o Estado, também no Judiciário se coloca, ou deveria colocar-se, a discussão sobre a representação coletiva”

Embora considerando que, apenas marginalmente, elabore uma discussão sobre o Judiciário, com funções características de um Poder do Estado, questiona e amplia o seu papel de organismo prestador de serviços públicos. No exercício desta função, o autor demonstra a inadequação da cultura jurídica tradicional para lidar com conflitos coletivos. Isto é, toda a montagem do Judiciário e dos códigos processuais baseia-se em uma concepção liberal individualista, enquanto seriam cada vez mais recorrentes os conflitos mais complexos, envolvendo não indivíduos, mas segmentos da sociedade.

A constituição da área temática da justiça é, portanto, muito recente. Fatores de ordem histórica e teórica tolheram, durante um longo período, o seu desenvolvimento. Os estudiosos do Judiciário e das demais instituições do Sistema de Justiça, além de serem forçados a possuir perspectiva multidisciplinar, vivem abundantes tensões internas, resultantes da falta de consenso sobre a especificidade do seu trabalho. Além disto, a legitimidade e as credenciais do cientista político são freqüentemente colocadas em xeque, uma vez que este se vê obrigado a trabalhar com o universo da legalidade, reinterpretando noções típicas e, até poucos anos atrás, reservadas ao saber jurídico. Os cientistas sentem-se, portanto, pouco confortáveis no desenvolvimento de suas pesquisas.

O mesmo autor, em (Falcão, 1984), ao analisar o contexto do ensino jurídico e o mercado de trabalho, descreve o quadro da pós-graduação e pesquisa do início da década de 80. O perfil quantitativo da área apresentava apenas 20 mestrados e 12 doutorados, sendo que boa parcela dos cursos estava concentrada na USP.

Neste sentido, destaca-se o fato de que a maioria dos candidatos aos cursos de mestrado e doutorado não buscavam o título para seguir a carreira acadêmica, inclusive como pesquisadores. A carreira e profissão de pesquisador na área do Direito praticamente inexistia. O número de docentes que participavam da formação pós-graduada era muito limitado e sua dedicação aos estudos era em tempo parcial e limitado. O método didático dominante era a aula-conferência e expositiva.

Na grande maioria das faculdades de Direito não existia pesquisa institucionalizada. O conhecimento jurídico, em sua maioria, apresentava uma profunda influência doutrinária européia, e também uma evidente inexistência

de mentalidade de pesquisa e de bibliotecas atualizadas para o desenvolvimento de produção científica.

Corroborando o exposto no parágrafo anterior, Bastos (1988) enfatizava que:

“a pobreza do número de grupos de pesquisa e os escassos resultados do quantitativo de artigos em periódicos científicos seria uma consequência direta da pobreza dos cursos de graduação e dos incipientes cursos de pós-graduação sensu stricto”.

O autor sublinhou, também, que os cursos de graduação da área do Direito seriam meros centros de transmissão de conhecimentos jurídicos e não centros de produção de conhecimento. Ao examinar o desenvolvimento da pesquisa jurídica no Brasil e os programas de mestrado e doutorado enfatiza, inicialmente, que os programas se dedicavam a duas vertentes: a democratização política e a modernização institucional. Resume, também, os documentos “Avaliação e Perspectiva da Área do Direito” do CNPq.

Na edição de 1978, o documento procurava fundamentar as diferentes linhas de pesquisa que poderiam ser desenvolvidas, enquanto que a versão de 1982, analisa os perfis das instituições de ensino, seus cursos de pós-graduação e os grupos de pesquisa da época.

A avaliação procurou demonstrar que a pobreza do número de grupos de pesquisa e de resultados, através de publicações em periódicos científicos, era uma consequência direta da pobreza dos cursos de graduação, não correspondendo às expectativas da comunidade científica. Para comprovar tal estágio de estagnação e atrofiamento, o autor comparou as informações do CNPq com aquelas apresentadas pelo “Sistema de Acompanhamento e Avaliação” (1977-84) da CAPES/MEC, demonstrando a perda da qualidade dos cursos de pós-graduação *sensu stricto*, enquanto os cursos de graduação em Direito seriam meros centros de transmissão de conhecimentos jurídicos e não como centros de produção de conhecimento.

Entre as conclusões, enfatiza que o desenvolvimento da pesquisa jurídica exigiria uma reforma do ensino jurídico e do Poder Judiciário. Complementa

tecendo sugestões referentes à necessidade de criação de periódicos científicos jurídicos, eis que o autor entendia que as revistas jurídicas estão predominantemente voltadas para as exigências forenses ou do cotidiano da advocacia.

O Prof^o José Eduardo Faria (1984), da Faculdade de Direito da USP, ao descrever sua busca de legitimação pelo seu ingresso em searas desconhecidas nas arcadas do tradicional Largo de São Francisco, destacou entre os argumentos desenvolvidos:

“a proposta, implícita em todos os ensaios, é estimular a Ciência do Direito a sair de sua limitada zona de certeza tradicional, de um lado sujeitando-se ao perigo de contornos indefinidos e noções equivocadas mas , de outro, com a vantagem de poder atualizar-se e libertar-se de seu conhecido ranço. Essa é na verdade, a função da Sociologia do Direito”.

No livro “Direito e Justiça: a função do Judiciário”, organizado pelo mesmo autor (Faria, 1989), diversos autores também examinavam um conjunto de pesquisas relacionadas aos problemas originais do Judiciário.

Dentre os principais títulos destas contribuições destacam-se:

- O modelo liberal de Direito e Estado
- Introdução à Sociologia da Administração da Justiça
- Aparelho Judicial, Estado e legitimação
- Pela democratização do Judiciário
- A função política do Judiciário
- A crise do Judiciário e a formação do magistrado

d) Publicações da década de 90

Beneti (1990), ao analisar a pesquisa desenvolvida nas Faculdades de Direito, enfatiza a ausência de treinamento do corpo docente na operacionalização da pesquisa durante o curso de bacharelado. Como resultado são criadas sérias dificuldades quando o aluno inicia o mestrado ou doutorado.

Oliveira & Adeodato (1996) lembram que há “*um notório descompasso entre a pesquisa jurídica e o estágio em que se encontram as demais ciências*”

sociais”. Já Souto (1996), ao analisar a pós-modernidade científica da Ciência do Direito, apresenta a seguinte formulação:

“Mas a ciência formal do direito é moderna apenas como racionalidade da forma. Desinteressa-se secularmente, e até hoje, por uma racionalidade de conteúdo, o qual tende a ser considerada como uma preocupação extra-jurídica, de natureza científico-empírica ou filosófica, de tal modo que o conteúdo de regras jurídicas formalmente se faz acentuadamente por interesses políticos ou economicamente mais fortes. A Dogmática Jurídica é, assim, pré-iluminista”.

No início da década de 90, a nova área temática de pesquisa sobre o Direito nos Juizados Especiais de Pequenas Causas estava praticamente estabelecida. Apesar do pequeno número de pesquisadores, sua produção científica já podia ser considerada invejável. Nesta trajetória, foi muito importante o papel exercido por profissionais com dupla formação acadêmica em áreas limítrofes, bacharéis em Direito, mas com dupla graduação ou pós-graduação (mestrado e doutorado). É preciso lembrar que na década de 90 a expansão das instituições do Sistema de Justiça era notável, provocando, inclusive, propostas por parte do Poder Executivo e de lideranças governamentais, com a clara intenção de diminuir a margem de atuação políticas dos Juízes e Promotores e centralizar o poder nos órgãos de cúpula do Judiciário e do Ministério Público.

Dois grandes linhas dominam as pesquisas sobre temas relacionados ao Sistema de Justiça. De um lado, investigações que acentuam o papel mais propriamente político das instituições de justiça e, de outro lado, estudos que dirigem seu foco para a função de prestação de serviços destas instituições. No primeiro caso, importa discutir o exercício da jurisdição, especialmente a constitucional, tendo em vista a considerável constitucionalização de temas e direitos, o que tem gerado a transformação da arena judicial em arena política.

Dois orientações distintas fundamentam a avaliação da atuação política do Judiciário e das outras instituições do Sistema de Justiça. Há, de um lado, um arsenal teórico que poderíamos classificar como baseado no princípio “político-majoritário”, que vê com muita desconfiança o ativismo judicial e de qualquer outra instituição que não reflita de forma direta a vontade da maioria do eleitorado.

Em outro extremo, tem-se uma corrente intelectual denominada de “pragmática”, mais preocupada com os resultados.

A crítica ou a exegese ao que se convencionou chamar de “Governo dos Juízes” resume esta diferente forma de apreender o papel político das instituições e dos integrantes do Sistema de Justiça.

O primeiro projeto de pesquisa voltado aos integrantes do Judiciário desenvolveu-se a partir de 1993 no IDESP, sob a coordenação de Maria Tereza Sadek (1995 a, 1995 b). Buscava-se com o projeto elaborar um perfil da magistratura, respondendo as seguintes perguntas:

- Quem eram os magistrados ?
- Como avaliavam a chamada crise da justiça ?
- Como se posicionavam face às propostas em discussão sobre a reforma do Judiciário e de Estado ?

Explorando estes mesmos problemas, uma ampla pesquisa foi desenvolvida pelos pesquisadores do IUPERJ, coordenada por Luiz Werneck Vianna (1999a). O projeto recebeu, em sua fase inicial, o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros. A principal diferença entre os dois estudos está menos no retrato dos juízes do que em seus supostos temáticos e implicações. Ou seja, o grupo paulista não deriva do perfil demográfico da magistratura com indícios de mudanças na forma de atuação da instituição. Os pesquisadores do IUPERJ sugerem que algumas tendências, como a feminilidade e a juvenildade da magistratura, poderiam vir a acelerar um processo de mudança no Judiciário no sentido de ameaçar o positivismo jurídico kelseniano.

Questões relacionadas ao novo perfil institucional do Judiciário e à politização judicial foram pioneiramente discutidas por Castro (1993, 1997a e 1997b) e também por Vieira (1993).

A mais importante tentativa de democratização do Judiciário, através dos Juizados Especiais, foi avaliada por D’Araújo (1996) e Viana (1999).

Quanto aos demais operadores do Direito, há estudos sobre o Ministério Público, discutindo quem são os seus integrantes e o papel da instituição na nova ordem constitucional. Os pesquisadores Luciano Oliveira & João Maurício Adeodato, da Universidade Federal de Pernambuco, em sua análise sobre “O

Estado da Arte da Pesquisa Jurídica e Sócio-Econômica no Brasil” (1996), lembram, inicialmente, que o debate histórico sobre a pesquisa e o ensino jurídico já tem longa tradição, remontando a San Thiago Dantas e Rui Barbosa, porém, essa discussão permanece acesa, retornando recorrentemente.

Entre os problemas considerados mais importantes, especialmente nas últimas décadas, enfatizam que há um notório descompasso entre a pesquisa jurídica e o estágio em que se encontram outras ciências sociais, teóricas ou aplicadas, para não mencionar as áreas tecnológicas e biológicas. Um dos maiores problemas da área é a falta de qualificação e experiência dos eventuais candidatos a pesquisadores. Amadores recrutados na advocacia privada, na Magistratura, no Ministério Público. Muitos sem o menor preparo, tornando a pesquisa em Direito uma atividade secundária e diletante, ainda menos importante do que o já desprestigiado ensino de graduação.

Mesmo nas universidades públicas, encontramos uma geração de professores – teoricamente candidatos à pesquisa – que, com raras exceções de praxe, foi selecionada e formada em esquemas de ideologia política, relações pessoais, favores e privilégios. Seus representantes mais retrógrados lutam inclusive contra a pesquisa e a titulação formal, sentindo-se ameaçados pelos mestrandos e doutorandos, sem participar de congressos e seminários e sem apresentar trabalhos científicos.

Como consequência natural não é de estranhar o corporativismo, o acordo silencioso entre docentes e alunos para a aprovação facilitada. Poucos são os professores que publicam livros e contribuições científicas em periódicos especializados, e em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Segundo os autores, os cursos jurídicos, portanto, manteriam seu caráter bacharelesco, indiferentes às mudanças no ambiente e às novas concepções, mostrando-se inadequados não apenas para explicar e transmitir conhecimentos sobre a realidade jurídica brasileira, como também na preparação do corpo discente para a vida profissional.

A despeito da reconhecida fraqueza dos cursos de graduação em Direito, a demanda por vagas e cursos é relativamente alta, em especial nas universidades públicas, razão do rápido crescimento do número de novos cursos de Direito implantados em IES particulares.

A dignidade constitucional representa, outrossim, um fator adicional para a grande demanda de vagas na área. O desinteresse pela pesquisa por parte dos docentes só é superado pelo descaso do corpo discente.

Segundo os autores, a descrição genérica não elimina as muitas exceções, apresentando, ainda, um histórico da pesquisa sócio-jurídica, iniciando a descrição com a pesquisa da equipe de Horácio Wanderley Rodrigues, com uma vara do Tribunal de Justiça do Estado, montada dentro do campus da UFSC.

Os autores sublinham o papel histórico do Grupo de Trabalho “Direito e Sociedade”, montado nas reuniões anuais da ANPOCS, o qual, infelizmente, foi descontinuado em 1985, no auge do seu funcionamento, quando foram apresentados 16 trabalhos inscritos. A maioria dos trabalhos apresentados está, em alguma medida, embasado em dados obtidos mediante pesquisa empírica, seja esta documental ou “de campo”.

Numa linha mais pragmática, foi criada na década de 80 a “Nova Escola Processual de São Paulo”, sob a liderança do Prof^o José Eduardo Faria e outros professores da Faculdade de Direito da USP. A Escola desenvolveu pesquisas, publicando extensa bibliografia sobre os impasses e limites da cultura jurídica liberal num país com indicadores sócio-econômicos como o Brasil.

Destaques merecem, ainda, as pesquisas dos Prof^{os} Ada Pellegrini, Kazuo Watanabe e Cândido Rangel Dinamarco, bem como os estudos do Juiz capixaba João Batista Herkenhoff, que deu uma atenção especial à função do Judiciário.

Na PUC/RIO, os Prof^{os} Eliane Junqueira e José Ribas Vieira, realizaram pesquisas sobre a inadequação do Judiciário no tratamento de conflitos coletivos, encaminhados por Associações de Moradores e seu subsequente desaguamento nas agências do Poder Executivo.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos empreendeu estudos pioneiros no Brasil sobre os moradores de favelas do Rio de Janeiro, desenvolvidas na década de 70, mas com ampla repercussão na década de 80. A introdução do conceito eminentemente sociológico de “pluralismo jurídico” como marco teórico, tornou-se uma das categorias mais fundamentais da pesquisa sócio-jurídica brasileira.

A “Nova Escola Jurídica”, criada pelo Prof^o Lyra Filho, na década de 80, na UnB, também representou um importante marco teórico pluralista. O projeto “O Direito achado na rua”, introduzido em 1987 pelo Prof^o José Geraldo de Souza Junior, discípulo e continuador da obra de Lyra Filho, foi dirigido aos líderes e militantes dos movimentos sociais, sindicais e trabalhadores rurais. Ambos os projetos tiveram ampla repercussão na década de 90.

Na vertente crítico-emancipatória, pode ser classificado o multiforme movimento, surgido na área acadêmica, nos fins dos anos 80, com a designação de “Direito Alternativo”.

Malgrado as conquistas e inovações dos anos 80, a década de 90 assistiu a um progressivo retrocesso e até mesmo desinstitucionalização. A ALMED praticamente desapareceu, o mestrado em sociologia da UFPE já não conta com uma área de concentração em sociologia jurídica, o Grupo da FUNDAJ desfez-se, a Divisão de Pesquisa da OAB-RJ, diminuiu seus investimentos nessa área, a Revista da OAB da Seção Federal deixou de circular e o Grupo “Direito e Sociedade” da ANPOCS deixou de existir em 1990.

O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito/ CONPEDI, criado no início da década de 90, promove seminários e reuniões, visando fortalecer a pesquisa e os cursos de mestrado e doutorado. Durante uma Reunião Anual do Conselho, Vieira (2000) analisa a inserção da pesquisa na formação acadêmico-pedagógica da pós-graduação. Entre suas considerações o autor descreve que a importância da pesquisa no Direito somente terá condições de prosperar se houver um compromisso de amarrar sempre os cursos com as linhas de pesquisa. Os cursos de graduação e de pós-graduação deveriam ser mais investigativos e críticos, lastreados no princípio da importância da mudança social.

A OAB Federal e o MEC promoveram, no início da década de 90, uma série de seminários, colhendo estatísticas destinadas a avaliar o Ensino e Pesquisa em Direito e oferecer um diagnóstico da área. Os resultados foram publicados em 1992 no estudo “OAB Ensino Jurídico – Diagnóstico, Perspectivas e Propostas” e em 1993, “OAB Ensino Jurídico – Parâmetros para a Elevação de Qualidade e Avaliação”.

As relações com universidades e grupos de pesquisa do exterior mostram uma falta de relações com grupos mais conhecidos e muitas vezes os projetos de pesquisa não justificam a concessão das bolsas. Sem a preocupação com a pesquisa, o ensino não se qualifica devidamente, pois ambas atividades são indissociáveis.

A promulgação da Constituição de 1988 e os novos papéis atribuídos por ela ao Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Procuradoria da República, à Advocacia Geral da União, às polícias, aos advogados, enfim os operadores do Direito, representaram uma mudança radical na década de 90, não apenas no perfil destas instituições e seus integrantes, mas também, em suas possibilidades de atuação na arena política e de envolvimento com questões públicas. Como resultado, novas áreas de pesquisa sobre o Judiciário foram abertas, com perspectivas para os grupos de pesquisa em fase de consolidação junto aos cursos de pós-graduação. Com o novo texto constitucional, estas instituições foram construindo sua identidade e desenvolvendo as potencialidades contidas na legislação. Trata-se de novos atores políticos, com capacidade de interferir ativamente na vida pública, ainda que, com papéis diferenciados, e em alguns casos mais do que em outros.

Cabe contrastar as realidades da situação pós Constituição de 1988 com aquela descrita por Machado (1981, p. 24), referindo-se não apenas ao Judiciário do regime militar, mas de todo o passado:

“O maior problema do Poder Judiciário é que ele é muito judicioso e pouco poderoso. Na verdade, o Poder Judiciário é muito mais uma ficção jurídica do que uma realidade política. Sua autonomia, com raríssimas exceções, é apenas consentida e depende fundamentalmente das graças do Poder Executivo. Sua autonomia, em última análise, é função de sua instrumentalidade para a manutenção da ordem dominante estabelecida através do Poder Executivo”.

Esse Judiciário, com baixíssima realidade política, ganhou vitalidade na ordem democrática ou, ao menos, foram-lhe propiciadas condições de romper com o encapsulamento em que vinha vivendo desde suas origens. No que se

refere às demais instituições do sistema de justiça, a conversão foi ainda maior: conquistaram recursos de poder e um espaço que extrapola, em excesso diriam alguns, os limites de funções exclusivamente judiciais.

A nova legalidade forjou uma realidade para a qual os cientistas sociais não estavam preparados, contando com um instrumental teórico e metodológico bastante deficiente. O Judiciário, quando muito, continuava a ser lembrado como um dos Três Poderes do Estado. O Ministério Público e a Defensoria Pública sequer eram citados; a legalidade e os formalismos democráticos constavam dos discursos genéricos e, na melhor das hipóteses, restringiam-se ao Legislativo e às práticas eleitorais e partidárias. Não se pense, contudo, que, nesse aspecto específico, as Faculdades de Direito viviam ou experimentavam uma situação mais confortável. Na imensa maioria das vezes, a disciplina “Sociologia do Direito” constante dos currículos desses cursos, pouco tem a ver quer com a Sociologia, quer com o Direito. Seu conteúdo não vai além da repetição exaustiva de manuais, baseando-se muito mais em textos discursivos do que em qualquer compromisso efetivo com um saber científico.

As aulas ministradas por sociólogos do “segundo time”, como conseqüência, propiciaram a clara constatação que a maior parte das Faculdades de Direito instaladas no país são meras fábricas de bacharéis. São cursos baseados em aulas e conferências, sem nenhum espaço quer para a pesquisa, quer para uma reflexão de maior envergadura. Mesmo nos cursos mais tradicionais e de melhor nível, normalmente vinculados a universidades públicas, não existem disciplinas voltadas para a pesquisa empírica. Mas, a nova realidade acabou se impondo. Pesquisadores foram instados a considerar as instituições do Sistema de Justiça. Começam a se desenvolver e/ou se expandir estudos bastante próximos de uma Sociologia das Profissões, de uma Sociologia das Organizações, de uma Antropologia Urbana, de uma Etnografia, de uma Historiografia. Foi necessário familiarizar-se com um tema novo e enfrentar os desafios de uma área ocupada e praticamente monopolizada historicamente por juristas.

d) Publicações do início dos anos 2000

Bastos (2000) edita um alentado estudo sobre o ensino jurídico no Brasil,

resultado de sua tese de livre-docência, incluindo também um capítulo sobre a pós-graduação *sensu stricto* e a pesquisa jurídica. Salienta que a investigação e pesquisa jurídica nos países de tradição napoleônica e burocrática são rejeitadas como práticas acadêmicas, porque seriam identificadas como instrumentos de enfraquecimento da ordem positiva e não como instrumento de renovação institucional. Apresenta um retrospecto histórico da pesquisa nas instituições de ensino superior, desde a criação dos primeiros cursos jurídicos até a LDB de 1961 e as subseqüentes reformas.

Outros estudos sobre a pesquisa relativas aos cursos de graduação e de pós-graduação em Direito, ao Sistema do Judiciário e à Magistratura oferecem, também, um panorama histórico complementar e uma visão crítica sobre a implantação e consolidação dos grupos de pesquisadores.

Entre as contribuições mais importantes sobre o histórico das pesquisas da área destacamos a publicação de Sadek (2002), da qual apresentamos um resumo para uma melhor compreensão do estágio atual das pesquisas sobre a área.

Ao analisar as pesquisas sobre o Sistema de Justiça, o autor observa “*que também no Brasil esta área temática obedeceu a um ritmo menos vigoroso que as demais áreas das Ciências Sociais*”. E acrescenta que:

“(...) para além do seu pequeno tamanho, um paradoxo entre o porte e importância do Judiciário e, ao mesmo tempo em que esta foi, senão a última, uma das últimas a se constituir e a se desenvolver. A agenda da Ciência Política, como das demais Ciências Sociais, só passou a incorporar estudos sobre o Judiciário nos anos 90, quando o regime democrático passou a ser considerado um valor em si mesmo e quando os efeitos da Constituição de 1988 tornaram-se visíveis (...)”.

A Ciência Social, em particular, aquela referente ao Sistema de Justiça, que se desenvolveu no Brasil, não diferia, neste aspecto, do que se observava na Europa e durante largo período nos Estados Unidos. Também no Brasil o Sistema de Justiça, como área temática, obedeceu a um ritmo menos vigoroso que as demais, reunindo, até os dias atuais, um número muito menor de pesquisadores, de trabalhos e de publicações, comparados com as áreas de concentração e de

disciplinas optativas dos cursos de pós-graduação *sensu stricto* (mestrado e doutorado).

Um primeiro exame dos estudos sobre o Sistema Judiciário no Brasil revela, para além do seu pequeno tamanho, um paradoxo entre o porte e importância do Judiciário e, ao mesmo tempo em que esta foi, senão a última, uma das últimas a ser constituída e a se desenvolver. O foco na legalidade e seus efeitos sobre a realidade estiveram presentes na maior parte das interpretações desenvolvidas no início do século XX. A oposição que se tornou clássica, entre o “Brasil real” e o “Brasil legal”, e a conseqüente crítica ao modelo liberal atesta a participação de temas relacionados ao Sistema de Justiça no repertório inicial das Ciências Sociais.

Embora não se possa confundir o sistema legal com o sistema da Justiça, a atenção privilegiada conferida à legalidade constitui condição *sine qua non* – ainda que não suficiente, para que o Judiciário e outras instituições diretamente relacionadas às leis adquiram importância.

A agenda da Ciência Política, como a das demais Ciências Sociais, só passou a incorporar estudos sobre o Judiciário nos anos de 1990, quando o regime democrático passou a ser considerado um valor em si mesmo e quando os efeitos da Constituição de 1988 tornaram-se visíveis. A preocupação com o alargamento do acesso à Justiça durante os anos 80 foi guiada predominantemente por uma orientação antiliberal que valorizava, sobretudo, os conflitos de natureza coletiva, tendo como foco os direitos sociais, particularmente aqueles relacionados à saúde e à moradia.

A concepção tipicamente liberal de utilização dos canais judiciais, como condição de realização de direitos só aparece, entre nós, em um segundo momento. Esta linha de pesquisa foi desenvolvida pelo CPDOC e contou com a participação fundamental de José Murilo de Carvalho e Maria Celina D’Araújo.

A autora lembra que a progressiva participação de profissionais do Direito em reuniões e seminários científicos das Ciências Sociais atesta este movimento dos juristas em busca de uma nova identidade. Iniciando-se com o grupo de trabalho “Direito e Sociedade” na Reunião Anual da ANPOCS, em 1979, e formado pelos professores Aurélio Wander Bastos, Mario Brockman Machado

e Joaquim Falcão, grupo que esteve ativo até o final da década de 80. Os temas desenvolvidos por este grupo de intelectuais com formação em Direito ou com duplo bacharelado – Ciências Sociais e Direito contemplavam questões relacionadas ao Sistema de Justiça e salientavam aspectos que dificilmente poderiam ser discutidos em encontros realizados exclusivamente por juristas.

Entre os temas abordados na Reunião Anual da ANPOCS destacam-se:

- Joaquim Falcão – Cultura jurídica liberal e a ordem política autoritária;
- Mário Brockman Machado – 1. Bibliografia selecionada sobre Direito e Sociedade; 2. Os ministros do Supremo Tribunal, de 1828 a 1980;
- Antonio Cláudio Nuñez – A ordem político-jurídica no Estado de Direito;
- Leonel Severo Rocha – Fragmentos de um saber crítico sobre Direito;
- Felipe Augusto Rosa – Direito e conflito: novas reflexões;
- José R. Vieira – 1. O quadro constitucional brasileiro pós-64; 2. Uma visão crítica do Direito Constitucional;
- Washington P. de Souza – A ideologia na ordem econômica das constituições brasileiras;
- Eros Roberto Grau – Profissões à margem da noção de atividade econômica no contexto constitucional;
- Roberto Kant de Oliveira – Uma etnografia do julgado pelo júri no Brasil;
- Luciano Oliveira – Direito Processual Policial e Direito Penal Oficial – relações incongruentes;
- Wanda Maria Castro – Uma revisão epistemológica da criminologia;
- Edna Del P. de Araújo – Considerações sobre a igualdade jurídica do Direito Penal;
- Gisela Cittadino – Ordem jurídica e ordem psiquiátrica.

As Reuniões Anuais da ANPOCS representaram por algum tempo uma vitrine dos resultados das pesquisas na área, inclusive com o comparecimento de representantes da Associação Latino-Americana de Metodologia do Ensino de Direito/ALMED, da Nova Escola Jurídica e dos principais grupos de pesquisa da época.

A partir do final da década de 70, foi introduzida a obrigatoriedade da inclusão da disciplina Sociologia Jurídica nos cursos de graduação de Direito.

Estudos recentes de Pinheiro (2000, 2001, 2003) do IPEA/RJ analisam os resultados das pesquisas referentes à avaliação efetuada junto aos magistrados e empresas sobre a necessidade de modernização do Judiciário e as implicações de ordem econômica num mundo globalizado.

Cabe, finalmente, enfatizar duas importantes observações de Sadek (2002). A primeira, de que apesar do sensível aumento de interesse da comunidade acadêmica pelas instituições de sistema de justiça, o Judiciário permanece sendo o menos estudado dos três poderes. O papel e a atuação da OAB na nova ordem constitucional continua um convite à espera de respostas. A segunda, sublinha em suas argumentações, a limitação da área de pesquisa sobre o Judiciário, demonstrando através de um levantamento sobre as dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidas nos cursos de pós-graduação em Ciência Política, que é absolutamente irrisório o número de trabalhos nesta área temática. Na maior parte dos programas não há título algum sobre o tema e nos cursos em que são encontrados (IUPERJ, UnB, USP e UFPE) não chega a 5% do total de teses defendidas nos últimos anos.

Coerentemente com este levantamento, um exame dos artigos publicados pelo periódico científico Revista Brasileira de Ciências Sociais, de 1986 a fevereiro de 2000, mostra que, de um total de 342 artigos, apenas 3 dizem respeito às instituições do Sistema de Justiça e 8 estariam, de alguma forma, relacionados ao tema.

Uma reflexão sobre as conclusões dos levantamentos salta aos olhos: trata-se de uma área temática em construção à procura de mais pesquisadores.

Textos de diversos autores, dentre os quais destacamos Falcão (1982) e Bittar (2001), detalham as visões pessoais sobre a implantação de projetos de pesquisa científica nas áreas do Direito e da Sociologia do Direito, assim como sobre o papel do Direito no planejamento setorial da Ciência e Tecnologia.

A importância e a necessidade de implantação de um setor de pesquisa na futura ENFAM do STJ foi explicitada no ante-projeto de Resolução, ao incluir

entre as competências da nova Escola: “promover o desenvolvimento de pesquisas, oportunizar estudos e atuar como fórum nacional para debates de temas relevantes, visando o aprimoramento do Judiciário”. Os Estatutos e Regimentos Internos das Escolas de Magistratura Estaduais também sublinham a necessidade do desenvolvimento de projetos científicos.

Os cursos jurídicos do Brasil encontram-se em mudança estrutural com a introdução da obrigatoriedade da apresentação de uma monografia no final do curso de bacharelado Ventura (2000). Tal mudança deveria ensejar uma nova visão prática dos alunos ao receber noções básicas para o desenvolvimento científico pessoal. A autora procurou oferecer, ainda, uma contribuição de sua experiência pessoal na carreira docente, inclusive no exterior, enfatizando o sentido crítico das responsabilidades mútuas entre orientador e orientando. Um mérito adicional do texto é a análise positiva da usual desconfiança dos professores mais antigos com relação aos docentes titulados em cursos de mestrado e doutorado.

A metodologia científica, a teoria e prática da monografia para os cursos de direito é descrita detalhadamente por Bittar (2001). O autor acrescenta uma extensa bibliografia orientadora para os pesquisadores jovens dos cursos de graduação e de pós-graduação, informando os métodos, limites e instruções técnicas da pesquisa científica.

Textos adicionais com manuais básicos para o futuro pesquisador e as orientações para a preparação de uma monografia jurídica foram apresentados por Serrano e Pinto Filho (2001). A obra inclui um capítulo sobre o significado e a utilidade de uma pesquisa jurídica e a sua importância para o fortalecimento do Sistema Jurídico. Já Vianna (2003), analisa as implicações da recente obrigatoriedade de apresentação de monografias ao final do curso de Direito, como requisito para a conclusão do curso de graduação. O autor mostra-se crítico quanto à sua elaboração e a preocupação das bancas em dar maior ênfase aos aspectos burocráticos, isto é, de formatação das margens e notas de rodapé, minimizando o conteúdo do trabalho. Neste sentido, apresenta sugestões para a implementação de propostas de projetos de pesquisa e a obtenção de reais contribuições científicas para a literatura jurídica nacional.

Uma descrição da metodologia científica é apresentada por Guedes (2004), o qual enfatiza a importância da busca de novos temas na área de pesquisa jurídica universitária. Ribeiro (2001) apresenta uma breve descrição sobre o ensino jurídico, na qual enfatiza a falta de tradição da pesquisa na área. Na visão do autor, seu desenvolvimento é observado apenas em alguns poucos cursos de pós-graduação e de alguns professores dos cursos de Direito das universidades públicas. Destaca, também, que nos últimos anos busca-se uma ruptura a partir de duas perspectivas. A primeira, por entender que para a compreensão do fenômeno jurídico em nossa complexa sociedade seria necessário interpretar a busca de soluções para os problemas colocados pela dinâmica social. A segunda perspectiva residiria na concepção de que o eixo central da formação do profissional do direito deveria ser sua autonomia intelectual e, neste sentido, a capacidade de produção de conhecimento científico rigoroso é indispensável.

Uma lista adicional de livros e artigos de periódicos com sugestões para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e a redação de textos científicos e as metodologias de ensino dos cursos de Direito foram apresentadas por diversos autores Vieira (2000, 2003); Ferreira Sobrinho, (1997); Macedo (2000); Ventura (2000); Monteiro & Savedra (2001); Carneiro, (2002); Serrano (2003).

Análise comparativa entre os 622 Grupos de Pesquisa do CNPq e os 62 Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES

Grupos de Pesquisa do CNPq

Área do Direito

Observações preliminares

A Resolução 03 do STJ, de 30 de novembro de 2006, ao dispor sobre a instituição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/Enfam, estabelece, entre seus objetivos (Artigo 2º, Inciso II), o “fomento de pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional”.

O interesse pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o judiciário também recebeu um destaque nos Estatutos e Regimentos Internos das escolas de magistratura, conforme detalhado anteriormente no volume I (pg. 36-39) da Coletânea “Subsídios à implantação da Enfam”, editada pelo STJ.

As Escolas de Magistratura Estaduais, em sua maioria, enfatizaram a preocupação com a implantação de setores ou departamentos de pesquisa. Inclusive destacando a necessidade de publicação de revistas e periódicos científicos com os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos professores. A intenção das Escolas destacava: a necessidade de incentivar o debate sobre temas relevantes e na colaboração do desenvolvimento da Ciência do Direito e na promoção da pesquisa científica, como função indissociável do ensino e da elevação do padrão cultural.

No volume VI da Coletânea, ao examinar os textos de autores sobre importância da ENFAM para a melhoria do Judiciário, observa-se também a preocupação com o desenvolvimento de estudos e pesquisas, necessários para a agilização dos tribunais, através da qualificação e profissionalização da gestão e a introdução de modernas metodologias de administração e de avaliação de desempenho e da produtividade. Além da análise dos processos de recrutamento, seleção e promoção na carreira, inclusive pela comparação com outras realidades em países da Europa e da América Latina. Os autores enfatizaram também a necessidade de efetuar estudos sobre a

utilização de modernas metodologias de ensino, em particular o “estudo de casos” para uma melhor preparação prática dos alunos.

Ainda no volume VI foram descritos os dados obtidos com o levantamento dos Grupos de Pesquisa cadastrados em fevereiro de 2005, junto ao Banco de Dados do CNPq.

Comparando as informações sobre os Grupos de Pesquisa da área do Direito, com aqueles descritos por autores do último decênio, observa-se um notório e rápido crescimento do número de projetos de pesquisa, grupos de pesquisadores e da respectiva produção científica. A explicação lógica decorre do rápido crescimento do número de cursos de mestrado da área do Direito e o conseqüente aumento do número de professores com titulação de doutorado e as respectivas orientações de alunos que desenvolvem e defendem suas dissertações, necessárias para a obtenção dos seus títulos de mestrado. O total de grupos de pesquisa em fevereiro de 2005 (281) mostrava um surpreendente aumento de produção científica e de alunos com bolsas de mestrado e de doutorado, se comparado com as descrições de levantamentos anteriores, em especial com os dados dos Relatórios “Avaliação e Perspectiva da Área do Direito”, editados em 1978, 1982 e 1984, pelas Comissões de Avaliação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Decorridos apenas três anos, a atualização do presente levantamento junto aos bancos de dados do CNPq, mostra um segundo salto quantitativo, passando de 281 para 622 Grupos de Pesquisa. Conforme já assinalamos, anteriormente, entendemos que tal crescimento deu-se em função do paralelo e rápido aumento do número de cursos de mestrado e de doutorado reconhecidos pela CAPES e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação / CNE e a conseqüente ampliação de fomento e de financiamento de projetos de pesquisa e de bolsas pelo CNPq e CAPES.

É importante ressaltar que o reconhecimento de novos cursos de mestrado pela Comissão de Assessores da CAPES, exige, entre outros critérios, a existência de um número expressivo de doutores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com reconhecida produção científica pregressa e com potencial para orientar os alunos no desenvolvimento de suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado. Como conseqüência, o número de novas dissertações e de teses

defendidas perante bancas de especialistas, ensejam a publicação de contribuições científicas em periódicos nacionais e internacionais, assim como, em boa parcela, reescritos para edição de livros.

Os levantamentos ora descritos foram complementados com os dados sobre os títulos de dissertações e de teses encontrados: 1) nos bancos de dados da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses/BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT do MCT; 2) listas obtidas junto às Bibliotecas Centrais das principais Universidades e Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de mestrado e de doutorado; 3) nos bancos de dados da CAPES.

É importante sublinhar, ainda, que os dados básicos referentes aos Grupos de Pesquisa do CNPq são modificados constantemente com a inclusão de novos grupos ou com a eliminação de outros em função da descontinuidade de suas atividades.

As descrições apresentadas neste volume foram obtidas no mês de abril de 2008.

O leitor interessado poderá obter informações atualizadas entrando no site: www.cnpq.br.

Após entrar no site seguir os seguintes passos:

- Clicar no link: Diretório dos Grupos de Pesquisa;
- Abaixo da palavra “Consultas” encontra-se o link: Base Corrente;
- Na Base Corrente, encontrará o link: Grupos;
- No link Grupos é possível consultar as informações sobre os Grupos de Pesquisas;
- Preencher a “Consulta de Grupos de Pesquisa” com a palavra “direito”
A consulta apresentará a grande lista dos 622 Grupos de Pesquisa (estágio de abril de 2008) no País.

Se o leitor desejar a distribuição dos 622 Grupos de Pesquisa por Estado basta preencher o campo que interessar. Abaixo seguem as opções de campos.

- *Instituição do Grupo;*
- *UF do Grupo;*
- *Grande Área do Grupo ou por Área do Grupo.*

*Apresentamos em seguida uma lista com os 622 Grupos de Pesquisa na área do Direito.

Lista dos 622 Grupos de Pesquisa com os Respectivos Líderes dos Projetos Científicos: Área do Direito

1. Gr: A análise pós-moderna da Teoria Geral do Estado - UNAMA
Li: Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
2. Gr: A aplicação da teoria da desconideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais do Estado do Rio de Janeiro - UGF
Li: Guilherme Calmon Nogueira da Gama
3. Gr: A arbitragem como meio de solução de controvérsias - UFRGS
Li: Vera Maria Jacob de Fradera
4. Gr: A atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
5. Gr: A constitucionalização do Direito Civil - PUC/RJ
Li: Maria Celina Bodin de Moraes
6. Gr: A construção da diferença pelo discurso: procedimentos enunciativos de exclusão - UEL
Li: Luiz Carlos Fernandes
7. Gr: A Defensoria Pública na efetivação dos Direitos Fundamentais - UCP
Li: Cléber Francisco Alves
8. Gr: A defesa dos direitos fundamentais em juízo nas áreas penal, trabalhista e civil (defesa individual e coletiva) - UEPG
Li: Silvana Souza Netto Mandalozzo
9. Gr: A dimensão ético-moral e o Direito - FEESR
Li: Rubens Beçak
10. Gr: A efetividade do Direito à Saúde na República Federativa do Brasil - ITE
Li: Vidal Serrano Nunes Júnior
11. Gr: A efetividade dos Direitos Humanos - UFPEL
Li: Anderson Orestes Cavalcante Lobato
12. Gr: A evolução do Direito do Trabalho no Brasil: doutrina, jurisprudência e legislação - MACKENZIE
Li: José Francisco Siqueira Neto
13. Gr: A função social da propriedade e dos contratos - FADISP
Li: José Manoel de Arruda Alvim Netto

14. Gr: A globalização e os contratos - UFPB
Li: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
15. Gr: A jurisdição da concorrência no Brasil e o novo padrão de regulação internacional - UNINCOR
Li: José Maria Machado Gomes
16. Gr: A moral e o direito na teoria de Jürgen Habermas - UGF
Li: Flávio Beno Siebeneichler
17. Gr: A norma jurídica como estrutura de incentivos determinantes para a competitividade das empresas num ambiente globalizado de negócios - UNINCOR
Li: Vincenzo Demetrio Florenzano
18. Gr: A OMC e o BIRD e a regulamentação do comércio de serviços e dos investimentos internacionais - UNESP
Li: Jete Jane Fiorati
19. Gr: A polissemia da ação humana - Uma abordagem filosófica das múltiplas relações constitutivas da condição humana - UFPE
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
20. Gr: A reconstrução do Direito Privado - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
21. Gr: A regulação contemporânea do Direito de Propriedade Empresarial - FIC
Li: Francisco Cardozo Oliveira
22. Gr: A tutela jurídica dos Direitos da Personalidade - CESUMAR
Li: José Sebastião de Oliveira
23. Gr: A tutela jurídica dos Direitos da Personalidade nas relações privadas - CESUMAR
Li: Wanderlei de Paula Barreto
24. Gr: ABC do Direito Constitucional - UFC
Li: Francisco Régis Frota Araújo
25. Gr: Acesso à justiça - UNITRI
Li: Gil Ferreira de Mesquita
26. Gr: Acesso à justiça - PUC/RJ
Li: Florian Fabian Hoffmann
27. Gr: Acesso à justiça - Aspectos constitucionais, institucionais e processuais - UGF
Li: Cléber Francisco Alves

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

28. Gr: Acesso à justiça e efetividade do processo - UNESA
Li: Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
29. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ
Li: Leonardo Greco
30. Gr: Ações coletivas e efetividade - UNAERP
Li: Luiz Manoel Gomes Júnior
31. Gr: Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados - UGF
Li: Maria Stella Faria de Amorim
32. Gr: Administração e informatização da manufatura - USP
Li: José Francisco Ferreira Ribeiro
33. Gr: Administração pública - UFES
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
34. Gr: Administração pública e autonomia municipal - PUC/RS
Li: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
35. Gr: Administração pública e criação de comunidades políticas. Formas de poder e saberes de Estado: uma proposta de análise antropológica - UFRJ
Li: Antonio Carlos de Souza Lima
36. Gr: Ambiente & consumo sustentável - UFU
Li: Aguinaldo Alemar
37. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
38. Gr: Análise de bacias hidrográficas com ênfase no desenvolvimento sustentável - UNEB
Li: Djalma Villa Góis
39. Gr: Análise econômica de decisões judiciais e os reflexos no desenvolvimento regional - UNINCOR
Li: Antônio Pereira Gaio Júnior
40. Gr: Análise econômica do direito empresarial - FIC
Li: Fábio Leandro Tokars
41. Gr: Antropologia e Direitos Humanos - UNB
Li: Rita Laura Segato
42. Gr: As formas do processo e as formas da política: cidadania, poder e jurisdição no Estado de Direito - FEESR
Li: Benedito Cerezzo Pereira Filho

43. Gr: As formas extrajudiciais de solução de conflitos de interesses - UFES
Li: Valesca Raizer Borges Moschen
44. Gr: As novas relações de trabalho no mundo globalizado - UVA/RJ
Li: Leonardo Rabelo de Matos Silva
45. Gr: As obrigações nos Direitos Civil, de Empresa e do Consumidor - UFSC
Li: Fernando Noronha
46. Gr: Aspectos sociais e filosóficos do Direito do Trabalho - UCP
Li: Valter da Silva Pinto
47. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC
Li: Lutiana Nacur Lorentz
48. Gr: Avaliação da implantação do ensino fundamental de nove anos - USP
Li: Lisete Regina Gomes Arelaro
49. Gr: Avaliação da implantação do ensino fundamental de nove anos no Estado de São Paulo - USP
Li: Lisete Regina Gomes Arelaro
50. Gr: Barão do Rio Branco e o Direito Internacional Brasileiro - UniCEUB
Li: Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
51. Gr: Biodireito, bioética e Direitos Humanos - UFCG
Li: Robson Antão de Medeiros
52. Gr: Bioética, biodireito, Direito do Consumidor e farmacoepidemiologia - UFMT
Li: Genesson dos Santos Barreto
53. Gr: Bioética, Direito e cidadania - UNIPAR
Li: Tereza Rodrigues Vieira
54. Gr: Biotecnologia e Direito - UEL
Li: Valkíria Aparecida Lopes Ferraro
55. Gr: Canto livre - Novo Direito da Propriedade Intelectual - FGV-RJ
Li: Joaquim de Arruda Falcão Neto
56. Gr: Capital, trabalho e lazer - UNICENTRO
Li: Carlos Alberto Marçal Gonzaga
57. Gr: Cátedra Jean Monnet de Integração Européia - UNIVALI
Li: Karine de Souza Silva
58. Gr: CEDEO-Centro de Estudos em Direito, Economia e Organizações - USP
Li: Décio Zylbersztajn

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

59. Gr: CEEMA - Centro de Estudos em Economia, Agricultura e Meio Ambiente - UNB
Li: Jorge Madeira Nogueira
60. Gr: Celeridade processual - UFF
Li: Jean Albert de Souza Saadi
61. Gr: Celeridade processual - UFF
Li: Jean Albert de Souza Saadi
62. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA - UNIR
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
63. Gr: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia - CEJAM - UNIR
Li: Delson Fernando Barcellos Xavier
64. Gr: Centro de Estudos Internacionais - UNIVALI
Li: Ana Paula Menezes Pereira
65. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
66. Gr: Centro de Estudos sobre o Brasil e a Organização Mundial do Comércio (CEB-OMC)
- UFMG
Li: Roberto Luiz Silva
67. Gr: Centro de Instrução em Educação para Vida - FIOCRUZ
Li: Sueli Rezende Cunha
68. Gr: Centro de Pesquisas Estratégicas - UFJF
Li: Ricardo Vélez Rodríguez
AP: Ciência Política
69. Gr: Centro de Tecnologia e de Gestão ao Desenvolvimento Regional - CETEG - UEFS
Li: Kil Hyang Park
70. Gr: CEPAE - Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação - UNESP
Li: Lourdes Marcelino Machado
71. Gr: CEPSAM- Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia - UNIR
Li: Melissa Andréa Vieira de Medeiros
72. Gr: Cidadania, Direito e Justiça - UNESA
Li: Maria Teresinha Pereira e Silva
73. Gr: Cidadania e Direito pelo olhar da filosofia: Uma abordagem sobre o conceito de direito em Georg Lukacs e Ernst Bloch - MACKENZIE
Li: Alysson Leandro Barbate Mascaro

74. Gr: Cidade, aldeia e patrimônio - UFPA
Li: Jane Felipe Beltrão
75. Gr: Cidade: espaço e cultura - UNESC
Li: Jorge Luiz Vieira
76. Gr: Ciência da Religião - ULBRA
Li: Laíno Alberto Schneider
77. Gr: Ciência e controle social - UniCEUB
Li: Roberto Armando Ramos de Aguiar
78. Gr: Ciência global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
79. Gr: Ciência jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade - UNIJUI
Li: Carlos Guilherme Probst
80. Gr: Ciência penal contemporânea - UFRGS
Li: Tupinambá Pinto de Azevedo
81. Gr: Ciências criminais - UPF
Li: Renata Almeida da Costa
82. Gr: Como formar um pesquisador crítico da ciência processual - UNESPAR
Li: Gilberto Giacóia
83. Gr: Computação forense e biometria - PUC-PR
Li: Cíntia Obladen de Almendra Freitas
84. Gr: Comunicação e sociedade - UNC
Li: Leandro Ramires Comassetto
85. Gr: Constitucionalismo contemporâneo - UNISC
Li: Jorge Renato dos Reis
86. Gr: Constitucionalismo e Direitos Fundamentais - ULBRA
Li: Wilson Antônio Steinmetz
87. Gr: Constitucionalização do Direito Privado e hermenêutica jurídica - ULBRA
Li: Luiz Gonzaga Silva Adolfo
88. Gr: Constituição e política - UPF
Li: Liton Lanes Pilau Sobrinho
89. Gr: Constituição e processo - UFG
Li: Eriberto Francisco Bevilaqua Marin

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

90. Gr: Constituição, tributos, processo e cidadania - UTP
Li: Francisco Pinto Rabello Filho
91. Gr: Contencioso punitivo como instrumento de cidadania - UNITOLEDO
Li: Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches
92. Gr: Controle da administração municipal e participação cidadã - FDC-RJ
Li: Dwight Cerqueira Ronzani
93. Gr: Controle de constitucionalidade e Direitos Fundamentais - UNB
Li: Gilmar Ferreira Mendes
94. Gr: Cooperação jurídica internacional - UCB-DF
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
95. Gr: Creative commons - FGV-RJ
Li: Joaquim de Arruda Falcão Neto
96. Gr: Criminalidade e segurança pública - UEMG
Li: Edihermes Marques Coelho
97. Gr: Criminalidade informática - IBDE
Li: Túlio Lima Vianna
98. Gr: Cultura jurídica - UEMS
Li: Ângela Aparecida da Cruz Duran
99. Gr: Cultura, política e desenvolvimento sustentável - UFAL
Li: Jenner Barretto Bastos Filho
100. Gr: Decisão jurídica, semântica social e democracia - UFPE
Li: Artur Stamford da Silva
101. Gr: Democracia, Estado de Direito e cidadania - UFF
Li: Gilvan Luiz Hansen
102. Gr: Democratização e efetividade do processo - FADISP
Li: Rolando Maria da Luz
103. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais. - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
104. Gr: Desenvolvimento e novas tecnologias - MACKENZIE
Li: Fabiano Dolenc Del Masso
105. Gr: Desenvolvimento econômico e a geopolítica da energia - FDC-RJ
Li: João Eduardo Alves Pereira

106. Gr: Desenvolvimento, meio ambiente e cidadania - UFERSA
Li: Antônio Jorge Soares
107. Gr: DETREJ - Direito no espaço transnacional de relações jurídicas - UPF
Li: Luciano Miranda Silva de Moraes Fernandes
108. Gr: Devido Processo e a Teoria da Falibilidade Discursiva em Karl Popper - PUC Minas
Li: Rosemiro Pereira Leal
109. Gr: Dianoia - UCP
Li: Daniel Machado Gomes
110. Gr: Dimensões de Direitos Fundamentais - UFMS
Li: Norma Sueli Padilha
111. Gr: Direito à educação e políticas educacionais - PUC Minas
Li: Carlos Roberto Jamil Cury
112. Gr: Direito à intimidade e à privacidade. - ITE
Li: Claudio José Amaral Bahia
113. Gr: Direito Ambiental - UEMG
Li: Leosino Bizinoto Macedo
114. Gr: Direito Ambiental - UNIVALI
Li: Francelise Pantoja Diehl
115. Gr: Direito Ambiental - FDC-RJ
Li: Miriam Fontenelle
116. Gr: Direito Ambiental e Direitos Fundamentais: racismo ambiental - UCSAL
Li: Julio Cesar de Sá da Rocha
117. Gr: Direito Ambiental e ecologia política na sociedade de risco - UFSC
Li: José Rubens Morato Leite
118. Gr: Direito Autoral e legislação brasileira - UAM
Li: Elisabete Aloia Amaro
119. Gr: Direito, cidadania e desenvolvimento - UNIJUI
Li: Darcísio Corrêa
120. Gr: Direito Civil, Constituição e economia - ULBRA
Li: Luciano Benetti Timm
121. Gr: Direito Civil e Constituição - UPF
Li: Adriana Fasolo Pilati Scheleder

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

122. Gr: Direito Civil futurista - UNIPAR
Li: Omar Simão Chueiri
123. Gr: Direito, comunidades tradicionais e movimentos sociais - UEA
Li: Joaquim Shiraishi Neto
124. Gr: Direito Constitucional - UFPA
Li: Antonio Gomes Moreira Maués
125. Gr: Direito Constitucional: sociedade, política e economia - UNIT
Li: Maurício Gentil Monteiro
126. Gr: Direito da Criança e do Adolescente. - FIC
Li: Mário Luiz Ramidoff
127. Gr: Direito da Propriedade Intelectual: direito de autor, direitos conexos, marcas e patentes
- UFAL
Li: Querino Mallmann
128. Gr: Direito da Seguridade Social - UNIVALI
Li: Cláudio José Pinheiro
129. Gr: Direito das minorias - UNISAL
Li: Grasielle Augusta Ferreira Nascimento
130. Gr: Direito de Família, da Criança e do Adolescente - FDC-RJ
Li: Heloisa Helena Gomes Barboza
131. Gr: Direito de minas e energia - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
132. Gr: Direito, desenvolvimento e proteção jurídica da inovação tecnológica - ULBRA
Li: Gustavo Assed Ferreira
133. Gr: Direito do consumo e sociedade tecnológica - PUC-PR
Li: Antonio Carlos Efig
134. Gr: Direito do Trabalho como instrumento de cidadania e limite do poder econômico
- MACKENZIE
Li: José Francisco Siqueira Neto
135. Gr: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho - UPF
Li: José Mello de Freitas

136. Gr: Direito dos Negócios e desenvolvimento econômico e social - FGV-SP
Li: Viviane Muller Prado
137. Gr: Direito e ações afirmativas: Direitos Humanos na diversidade - UNB
Li: Alejandra Leonor Pascual
138. Gr: Direito e atividade portuária - UNIVALI
Li: Osvaldo Agripino de Castro Júnior
139. Gr: Direito e bioética - PUC/RS
Li: Paulo Vinícius Sporleder de Souza
140. Gr: Direito e cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
141. Gr: Direito e cinema - UFRJ
Li: Juliana Neuenschwander Magalhães
142. Gr: Direito e democracia - UNOPAR
Li: Elizabeth Dias Kanthack Pereira
143. Gr: Direito e economia - UNIRITTER
Li: Leandro Martins Zanitelli
144. Gr: Direito e economia da regulação e concorrência - UCAM
Li: Marcos Juruena Villela Souto
145. Gr: Direito e educação ambiental - GPDEA - FURG
Li: Vanessa Hernandez Caporlingua
146. Gr: Direito e literatura - PUC Minas
Li: Marcelo Campos Galuppo
147. Gr: Direito e modernidade - UNOPAR
Li: Lourival José de Oliveira
148. Gr: Direito e política: teoria e prática - FURG
Li: Hélio Ricardo do Couto Alves
149. Gr: Direito e regulação dos recursos naturais e da energia - UFRN
Li: Yanko Marcius de Alencar Xavier
150. Gr: Direito e relações sociais - UNISINOS
Li: José Carlos Moreira da Silva Filho
151. Gr: Direito e representações sociais - UFCEG
Li: Maria da Luz Olegário

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

152. Gr: Direito e risco - FAE
Li: Paulo César Busato
153. Gr: Direito e saúde - FIOCRUZ
Li: Maria Helena Barros de Oliveira
154. Gr: Direito e sociedade - UCAM
Li: Luís Antônio Cunha Ribeiro
155. Gr: Direito e sociedade - UNEB
Li: Walney Souza Moraes Sarmiento
156. Gr: Direito e teoria da argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
157. Gr: Direito e urbanismo nas práticas sociais instituintes - UFRJ
Li: Rosângela Lunardelli Cavallazzi
158. Gr: Direito Econômico e desenvolvimento - UNINCOR
Li: José Maria Machado Gomes
159. Gr: Direito Educacional e normas técnicas - UNIVALI
Li: Luiz Bráulio Farias Benítez
160. Gr: Direito Educacional e o ensino do Direito - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
161. Gr: Direito Educacional, epistemologia e ensino jurídico - CESUMAR
Li: Ivan Dias da Motta
162. Gr: Direito Eleitoral x Indígenas - UEA
Li: Anita Rocha Alves dos Santos Ferreira
163. Gr: Direito Empresarial e relações sociais - UEA
Li: Fábio José Tenório Neves
164. Gr: Direito, estado e cidadania - UFGD
Li: Maria Goretti Dal Bosco
165. Gr: Direito, estado e democracia - UEMS
Li: Maria Goretti Dal Bosco
166. Gr: Direito, estado e humanismo - UNIPLAC
Li: Maria de Fátima Schumacher Wolkmer
167. Gr: Direito, estado e sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva

168. Gr: Direito, ética e política - UERJ
Li: Bethânia de Albuquerque Assy
169. Gr: Direito, globalização e as novas relações de trabalho - UNIMAR
Li: Lourival José de Oliveira
170. Gr: Direito, hermenêutica e historicidade - UNINOVE
Li: Ricardo Rossetti
171. Gr: Direito Humano à alimentação adequada - UFSM
Li: Marisa Oliveira Natividade
172. Gr: Direitos Humanos, poder judiciário e sociedade - UERJ
Li: José Ricardo Ferreira Cunha
173. Gr: Direito Internacional - FDC-RJ
Li: Antonio Celso Alves Pereira
174. Gr: Direito Internacional da Concorrência - UFRGS
Li: Augusto Jaeger Júnior
175. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
176. Gr: Direito Internacional Público Contemporâneo - FEESR
Li: Sérgio Luiz Cruz Aguilar
177. Gr: Direito, linguagem e filosofia - UPF
Li: Paulo César Ribeiro Martins
178. Gr: Direito, meio ambiente e desenvolvimento - UCS
Li: Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
179. Gr: Direito, memória e tradição - PUC/RS
Li: Maren Guimarães Taborda
180. Gr: Direito Negocial - UEL
Li: Luiz Fernando Bellinetti
181. Gr: Direito Penal - UNIVALI
Li: Gilberto Callado de Oliveira
182. Gr: Direito Penal Contemporâneo: fundamentos e especificidades - PUC/RS
Li: César Roberto Bitencourt
183. Gr: Direito Penal Econômico - FIC
Li: Fábio André Guaragni

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

184. Gr: Direito Privado - UNISA
Li: Fuad José Daud
185. Gr: Direito Privado - UFPE
Li: Fabíola Santos Albuquerque
186. Gr: Direito Privado Contemporâneo - UNIJUI
Li: Sérgio Luís Leal Rodrigues
187. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
188. Gr: Direito Processual Penal - UNIPAR
Li: Jônatas Luiz Moreira de Paula
189. Gr: Direito Público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
190. Gr: Direito, recursos naturais e conflitos ambientais - UEA
Li: Solange Teles da Silva
191. Gr: Direito, sociedade e internacionalização - ULBRA
Li: Denise Estrella Tellini
192. Gr: Direito, trabalho e sociedade - ULBRA
Li: Rosângela Werlang
193. Gr: Direito Tributário - Tributação sobre o consumo - UFRGS
Li: Igor Danilevicz
194. Gr: Direito Virtual - PUC Minas
Li: Leonardo Macedo Poli
195. Gr: Direito Virtual - PUC Minas
Li: Leonardo Macedo Poli
196. Gr: Direitos Fundamentais, cidadania e novos direitos - FURB
Li: Noemia Bohn
197. Gr: Direitos Fundamentais e novos direitos - UNESA
Li: Renata Braga Klevenhusen
198. Gr: Direitos Fundamentais e novos direitos - UFRGS
Li: José Alcebíades de Oliveira Júnior
199. Gr: Direitos Humanos - FDC-RJ
Li: Sidney César Silva Guerra

200. Gr: Direitos Humanos - UFRJ
Li: Vanessa Oliveira Batista
201. Gr: Direitos Humanos, cidadania e estado - UNIGRANRIO
Li: José Carlos Buzanello
202. Gr: Direitos Humanos, direito à saúde e família - UCSAL
Li: Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
203. Gr: Direitos Humanos e cidadania - UNOCHAPECO
Li: Silvana Terezinha Winckler
204. Gr: Direitos Humanos e cidadania - UNIVALI
Li: Maria de Lourdes Alves Lima Zanatta
205. Gr: Direitos Humanos e democracia - UNB
Li: George Rodrigo Bandeira Galindo
206. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU
Li: Márcia Leonora Santos Regis Orlandini
207. Gr: Direitos Humanos e políticas de segurança pública - UECE
Li: Maria Glauécia Mota Brasil
208. Gr: Direitos Humanos e políticas públicas - UFCG
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
209. Gr: Direitos Humanos e Sociais - UFF
Li: Nívia Valença Barros
210. Gr: Direitos Humanos e tributação - UFPA
Li: Fernando Facury Scaff
211. Gr: Direitos Humanos na Amazônia - UEA
Li: Sílvia Maria da Silveira Loureiro
212. Gr: Direitos Sociais - UCSAL
Li: Edilton Meireles de Oliveira Santos
213. Gr: Direitos Sociais e sistema de justiça - UFSC
Li: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
214. Gr: Do direito à educação ao direito educacional: para uma superação das disciplinas de legislação educacional e estrutura e funcionamento da educação - UFSCAR
Li: João Virgílio Tagliavini
215. Gr: Dr. Stockmann - UFMG
Li: João Baptista Villela

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

216. Gr: Ecologia de manguezais - UFMA
Li: Flávia Rebelo Mochel
217. Gr: Ecologia e meio ambiente (GEMA) - FUIT
Li: Débora do Amaral Teixeira
218. Gr: Economia, administração e política florestal - UFPR
Li: Ricardo Berger
219. Gr: Economia do trabalho - UCB-DF
Li: Ricardo Silva Azevedo Araújo
220. Gr: Economia dos recursos hídricos - UFBA
Li: José Carrera-Fernandez
221. Gr: Economia popular e autogestão - UFAL
Li: José Nascimento de França
222. Gr: Edição de documentos da Faculdade de Direito USP - Século XIX - USP
Li: Gabriel Antunes de Araújo
223. Gr: Educação, formação, processo de trabalho e relações de gênero - UFS
Li: Maria Helena Santana Cruz
224. Gr: Educação, saúde, trabalho e desenvolvimento social - UFSM
Li: Adriana Moreira da Rocha Maciel
225. Gr: Educação, sociedade e cultura - UFG
Li: Ildeu Moreira Coelho
226. Gr: Efetividade da jurisdição trabalhista - UNICAP
Li: Fábio Túlio Barroso
227. Gr: Eficácia dos Direitos Fundamentais no Brasil - UNESPAR
Li: Vladimir Brega Filho
228. Gr: Eficácia jurisdicional e cumprimento da sentença no Brasil - UFES
Li: Marcelo Abelha Rodrigues
229. Gr: Eficácia jurisdicional e recursos cíveis - UFES
Li: Flávio Cheim Jorge
230. Gr: Elites e instituições políticas comparadas - UFSCAR
Li: Fabiano Engelmann
231. Gr: Empresa, direito e desenvolvimento social - UNIMAR
Li: Oscar Ivan Prux

232. Gr: Engenharia legal, ciência e tecnologia forenses - USP
Li: Pedro Luís Próspero Sanchez
233. Gr: Ensino jurídico e desenvolvimento regional - UFT
Li: Aline Sueli de Salles Santos
234. Gr: Entidades familiares - FADISP
Li: Francisco José Cahali
235. Gr: Epistemes da subjetividade na família e no trabalho - UCSAL
Li: José Euclimar Xavier de Menezes
236. Gr: Ergonomia - UEL
Li: Cristina Faria Fidelis Gonçalves
237. Gr: Estado e Constituição - UNISINOS
Li: José Luís Bolzan de Moraes
238. Gr: Estado e política - UEM
Li: Aroldo Luiz Moraes
239. Gr: Estado, sociedade e relações jurídicas contemporâneas - FURB
Li: Patrícia Luíza Kegel
240. Gr: Estudo da ciência jurídica - UNP
Li: Djason Barbosa da Cunha
241. Gr: Estudos de pesquisa na área de Políticas Públicas - UNIMONTES
Li: Maria Raílma Alves
242. Gr: Estudos em filosofia - UCP
Li: Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira
243. Gr: Estudos jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
244. Gr: Estudos jurídicos do estado - UNIVALI
Li: José Everton da Silva
245. Gr: Estudos sobre a integração regional e blocos econômicos - FURB
Li: Patrícia Luíza Kegel
246. Gr: Estudos sobre pessoas com deficiências em atividades motoras - UFAM
Li: Kathya Augusta Thomé Lopes
247. Gr: Estudos sobre Rui Barbosa - FCRB
Li: Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

248. Gr: Ética e Direito - UNESPAR
Li: Hildegard Taggesell Giostri
249. Gr: Ética e Direito - UFES
Li: Júlio César Pompeu
250. Gr: Ética e Direito - USU
Li: Maria do Carmo Bettencourt de Faria
251. Gr: Ética e Direito - PUC/RS
Li: Luís Fernando Barzotto
252. Gr: Ética e Direito: leituras sobre cultura e violência - PUC/RS
Li: Luís Fernando Barzotto
253. Gr: Ética e Direitos Humanos - UECE
Li: Marly Carvalho Soares
254. Gr: Ética e filosofia política - UFOP
Li: Mário Nogueira de Oliveira
255. Gr: Ética e justiça - PUC-CAMPINAS
Li: Luiz Paulo Rouanet
256. Gr: Ética e política - UNIOESTE
Li: José Luiz Ames
257. Gr: Ética, política e direito no Estado Democrático de Direito - UEL
Li: Elve Miguel Cenci
258. Gr: Fenomenologia do conhecimento e antropologia filosófica - PUC/RS
Li: Ernildo Jacob Stein
259. Gr: Filosofia analítica da linguagem - PUC/RJ
Li: Danilo Marcondes de Souza Filho
260. Gr: Filosofia do direito e razão prática - PUC/RJ
Li: Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia
261. Gr: Filosofia política, filosofia do direito, ética - UFG
Li: José Nicolau Heck
262. Gr: Filosofia sistemática: dialética e filosofia do direito - PUC/RS
Li: Eduardo Luft
263. Gr: Formação do pensamento ético-político alemão - UFPEL
Li: Joãozinho Beckenkamp

264. Gr: Formas elementares da política: rituais, conflitos e identidades - UNB
Li: Mariza Gomes e Souza Peirano
265. Gr: Formulação e interpretação das teorias do Direito Internacional - UEPG
Li: Everson Manjinski
266. Gr: Fortalecimento e desgaste no trabalho e na vida: bases para a intervenção em saúde coletiva - USP
Li: Cássia Baldini Soares
267. Gr: Função social da empresa - FADISP
Li: Manoel de Queiroz Pereira Calças
268. Gr: Função social da responsabilidade civil - FADISP
Li: Roberto Grassi Neto
269. Gr: Fundamentos da produção e aplicação do Direito - UNIVALI
Li: Moacyr Motta da Silva
270. Gr: Fundamentos de Direito Público - PUC/RS
Li: Regina Linden Ruaro
271. Gr: Fundamentos e fronteiras do Direito - UNIPAC
Li: Bonifácio José Tamm de Andrada
272. Gr: Fundamentos e métodos do pragmatismo: uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos jurídicos - UFPE
Li: George Browne Rego
273. Gr: Fundamentos filosóficos e jurídicos dos Direitos Humanos - UGF
Li: Hilda Helena Soares Bentes
274. Gr: Fundamentos histórico-críticos da responsabilidade civil - UNIP
Li: Angélica Lucía Carlini
275. Gr: Fundamentos para uma nova Teoria do Direito Administrativo - UFBA
Li: Celso Luiz Braga de Castro
276. Gr: GEDES - Grupo de Estudos Direito, Sociedade e Acesso à Justiça - UFPB
Li: Zeu Palmeira Sobrinho
277. Gr: Gênero e Direito - UNIVALI
Li: Dalva Marisa Ribas Brum
278. Gr: Gênero em debate: possibilidades em ciências humanas - UNICSUL
Li: Andrea Borelli

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

279. Gr: Gênero, identidade e memória - UFGD
Li: Marisa de Fátima Lomba de Farias
280. Gr: GEP Grupo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas - FEESR
Li: Lafayette Pozzoli
281. Gr: GEPEL - Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de Língua - UPE
Li: Francisco de Assis Silva
282. Gr: Gerenciamento de recursos hídricos por bacias hidrográficas na região do Pantanal - UNIDERP
Li: Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas
283. Gr: GERIMA - UniCEUB
Li: Marcelo Dias Varela
284. Gr: GESIC-Grupo de Estudos em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações - UNB
Li: Jorge Henrique Cabral Fernandes
285. Gr: GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - UFMG
Li: Andréa Luísa Moukhaiber Zhouri
286. Gr: Gestão ambiental - UNISAL
Li: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
287. Gr: Gestão da Inovação e da Propriedade Intelectual da UFU - UFU
Li: José Francisco Ribeiro
288. Gr: Gestão de bacias hidrográficas - FURB
Li: Beate Frank
289. Gr: Gestão de meio ambiente - UFG
Li: Luciana Melo Coelho
290. Gr: Gestão de recursos hídricos - UFRR
Li: Jaime de Agostinho
291. Gr: Gestão e marketing na cultura - UERJ
Li: Manoel Marcondes Machado Neto
292. Gr: Gestão participativa – Desenvolvimento sustentável para a região carbopetroquímica - ULBRA
Li: Rudimar Serpa de Abreu
293. Gr: GIPED (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Direito) - Tema atual de Pesquisa: Republicanismo e Instituições Político-Jurídicas - PUC/RJ
Li: Ana Lúcia de Lyra Tavares

294. Gr: GNano - Grupo Multidisciplinar em Nanotecnologia e Informática Jurídica - UCP
Li: Robson Pacheco Pereira
295. Gr: Governança global - UNB
Li: Ana Flávia Granja e Barros
296. Gr: Governança global - UNISANTOS
Li: Alcindo Fernandes Gonçalves
297. Gr: Governo eletrônico, lógica e informática jurídica - UFPR
Li: Cesar Antonio Serbena
298. Gr: GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional - USP
Li: Fernando Dias Menezes de Almeida
299. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais - FEESR
Li: Norma Sueli Padilha
300. Gr: Grupo de Análise das Organizações e dos Sistemas Internacionais - UNESP
Li: Alexandre Ratner Rochman
301. Gr: Grupo de Ciências Sociais Aplicadas - URI
Li: Paulo Roberto Giollo
302. Gr: Grupo de Direito e Processo Penal - FDC-RJ
Li: Carlos Eduardo Adriano Japiassú
303. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
304. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar DEFIL - UFMA - UFMA
Li: Luciano da Silva Façanha
305. Gr: Grupo de Estudo em Genética Médica, Endocrinologia e Neurogenética (GEGEN) - UFBA
Li: Maria Betânia Pereira Toralles
306. Gr: Grupo de Estudo em Recursos Aquáticos - GERA - UFC
Li: José César Vieira Pinheiro
307. Gr: Grupo de Estudo Resistência e Arte - UNICRUZ
Li: Mari Aparecida Bortoli
308. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

309. Gr: Grupo de Estudos Ambientais - UNISANTOS
Li: Cristiane Derani
310. Gr: Grupo de Estudos da Ética na Educação em Saúde - UFPEL
Li: Maria Elizabeth de Oliveira Urtiaga
311. Gr: Grupo de Estudos da Violência e Cidadania - UFMT
Li: Naldson Ramos da Costa
312. Gr: Grupo de Estudos de Criminologia Crítica - UFPR
Li: Katie Silene Cáceres Arguello
313. Gr: Grupo de Estudos de Direito Ambiental - UEM
Li: Paulo Roberto Pereira de Souza
314. Gr: Grupo de Estudos de Direito Internacional Econômico e Integração - UniCEUB
Li: Paulo Roberto de Almeida
315. Gr: Grupo de Estudos de Impactos Ambientais em Ecossistemas Aquáticos - UNIVALI
Li: Antonio Carlos Beaumord
316. Gr: Grupo de Estudos de Políticas Sociais e Educação Física - IMES
Li: Edson Marcelo Húngaro
317. Gr: Grupo de Estudos do Mercosul - UniCEUB
Li: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
318. Gr: Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisa em Direito Obrigacional - UEPG
Li: Zilda Mara Consalter
319. Gr: Grupo de estudos e pesquisas em educação e saúde: integrando a universidade à escola - UniCEUB
Li: Suzana Schwerz Funghetto
320. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, História e Formação de Educadores - UNEB
Li: José Roberto Gomes Rodrigues
321. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado e Políticas Públicas - UCG
Li: Eliane Romeiro Costa
322. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Direitos e Sociedade. - UNIUBE
Li: João Antonio Rodrigues
323. Gr: Grupo de Estudos em Direito Ambiental Internacional - GEDAI - UFMG
Li: Roberto Luiz Silva
324. Gr: Grupo de Estudos em Direito Internacional - GEDI - UFMG
Li: Roberto Luiz Silva

325. Gr: Grupo de Estudos em Direito Privado - UEL
Li: Valkíria Aparecida Lopes Ferraro
326. Gr: Grupo de Estudos em História Oral - UNIPAC
Li: Heberth Paulo de Souza
327. Gr: Grupo de Estudos em Saúde Coletiva - UFRGS
Li: Tatiana Engel Gerhardt
328. Gr: Grupo de Estudos IDP - IDP
Li: Ana Carolina Figueiró Longo
329. Gr: Grupo de Estudos Rurais e Urbanos - UFMA
Li: Maristela de Paula Andrade
330. Gr: Grupo de Estudos sobre as Relações de Trabalho na Amazônia - UNAMA
Li: Augusto César Ferreira de Baraúna
331. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito Civil e Direito do Consumidor (GECON) - UCPEL
Li: Fernando Costa de Azevedo
332. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito e Estado - UNICAMP
Li: João Carlos Kfourir Quartim de Moraes
333. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito, Economia e Filosofia - PUC Minas
Li: Giovani Clark
334. Gr: Grupo de Estudos sobre os Três Poderes de Estado no Brasil - FUMEC
Li: Eduardo Martins de Lima
335. Gr: Grupo de Inteligência Aplicada - UNIVALI
Li: Anita Maria da Rocha Fernandes
336. Gr: Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça - GPAJ - UNIVERSO
Li: Astried Brettas Grunwald
337. Gr: Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica-GPAJU - UFSC
Li: Thaís Luzia Colaco
338. Gr: Grupo de Pesquisa de Bioética e Biodireito - UNISAL
Li: Paulo César da Silva
339. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito e Pobreza - USP
Li: Calixto Salomão Filho
340. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito Econômico da Universidade de Brasília - UNB
Li: Antônio de Moura Borges

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

341. Gr: Grupo de Pesquisa de Filosofia Política - UNESP
Li: Sinésio Ferraz Bueno
342. Gr: Grupo de Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH
Li: Marco Túlio de Carvalho Rocha
343. Gr: Grupo de Pesquisa do Departamento de Direito Público - UFMG
Li: João Bosco Leopoldino da Fonseca
344. Gr: Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação e Cultura - GPEC - UNIVALE
Li: Cristiana de França Chiaradia
345. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
346. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Civil e Direito Ambiental - UFBA
Li: Roxana Cardoso Brasileiro Borges
347. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional - UESPI
Li: Adeilda Coelho de Resende
348. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Justiça - UFPI
Li: Marco Aurélio Lustosa Caminha
349. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal - UESPI
Li: Maria dos Remédios Lima do Nascimento
350. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Democracia - PUC Minas
Li: José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior
351. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura - UFSC
Li: Luís Carlos Cancellier de Olivo
352. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
353. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - UNIVALI
Li: Valcir Gassen
354. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - FDC-RJ
Li: Danilo César Maganhoto Doneda
355. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano - USP
Li: Eduardo César Silveira Vita Marchi
356. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Socioambiental - PUC-PR
Li: Carlos Frederico Mares de Souza Filho

357. Gr: Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos - UNC
Li: Sócrates Roberto Fusinato
358. Gr: Grupo de Pesquisa em Ensino Jurídico (GPEJ) - UNAERP
Li: Lisete Diniz Ribas Casagrande
359. Gr: Grupo de Pesquisa em Ética Clássica e Aplicada - UFU
Li: Alcino Eduardo Bonella
360. Gr: Grupo de Pesquisa em Hermenêutica e Direito do Consumidor - UniCEUB
Li: Roberto Freitas Filho
361. Gr: Grupo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada - UNESC
Li: Merisandra Côrtes de Mattos
362. Gr: Grupo de Pesquisa em Pequenas e Médias Empresas Sergipanas - UFS
Li: Veruschka Franca de Figueiredo
363. Gr: Grupo de Pesquisa em Teoria Contratual à Luz da Teoria Processual da Prova: categorias jurídicas e nova roupagem na sistemática do Direito Privado - UFF
Li: Maria Tereza Albuquerque Pereira
364. Gr: Grupo de Pesquisa Governança Corporativa - GPEGC - UniCEUB
Li: Samira Otto
365. Gr: Grupo de Pesquisa Inter-Institucional - O Sistema Hegeliano - UFPE
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
366. Gr: Grupo de Pesquisa Novos Direitos - UniCEUB
Li: Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira
367. Gr: Grupo de Pesquisa Pensamento Social - UNB
Li: Miroslav Milovic
368. Gr: Grupo de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo - UEM
Li: Ângelo Aparecido Piori
369. Gr: Grupo de Pesquisa sobre Política Criminal - UFF
Li: Mônica Paraguassú Correia da Silva
370. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
371. Gr: Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho - GPT - UFPB
Li: Maria Augusta Tavares
372. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Política e Direito - UNICAMP
Li: Andrei Koerner

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

373. Gr: Grupo dos Interesses Metaindividuais - UEPB
Li: Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira
374. Gr: Grupo Institucional de Estudo e Análise dos Fenômenos Urbanos e da Violência - GestaFUV - UNESP
Li: José Sílvio Govone
375. Gr: Grupo Interdepartamental de Filosofia Moral, Política e do Direito - UERJ
Li: Luiz Bernardo Leite Araújo
376. Gr: Grupo Interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB
Li: Rosimeire Ventura Leite
377. Gr: Grupo RENAS: Estudos de Populações Haliêuticas - MPEG
Li: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado
378. Gr: Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade - FURG
Li: Francisco Quintanilha Veras Neto
379. Gr: Hermenêutica, ciências humanas e educação - UCS
Li: Luiz Carlos Santuário
380. Gr: Hermenêutica e neoconstitucionalismo - UNIVALI
Li: Marcos Leite Garcia
381. Gr: Hermenêutica jurídica e concretização judicial - ULBRA
Li: Kelly Susane Alflen da Silva
382. Gr: História da filosofia moderna e contemporânea - UNIFESP
Li: Fernando Dias Andrade
383. Gr: História do Direito e das Instituições - UNIRIO
Li: Arno Wehling
384. Gr: História do pensamento jurídico: hermenêutica e modernidade - UNIPAR
Li: Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira
385. Gr: Historicidade, pluralismo e novos sujeitos sociais - UFSC
Li: Antonio Carlos Wolkmer
386. Gr: Impacto Ambiental - UEM
Li: Aroldo Luiz Morais
387. Gr: Índice de desenvolvimento humano e violência - UNESPAR
Li: Valter Foletto Santin
388. Gr: Inflamação e músculo liso - UFMT
Li: Genesson dos Santos Barreto

389. Gr: Informática jurídica, direito e tecnologia - UFSC
Li: Aires José Rover
390. Gr: Inovação e propriedade intelectual em saúde - FIOCRUZ
Li: Claudia Inês Chamas
391. Gr: Inovação, propriedade intelectual e desenvolvimento - INPI
Li: Araken Alves de Lima
392. Gr: Instituições do estado de direito e desenvolvimento político e social - FGV-SP
Li: Oscar Vilhena Vieira
393. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
394. Gr: Instrumentalidade dos interesses nas relações jurídicas meta-individuais - UNITOLEDO
Li: Gilson Delgado Miranda
395. Gr: Instrumentos processuais de atuação do Ministério Público em matéria de direitos fundamentais - UFES
Li: Margareth Vetis Zaganelli
396. Gr: Integração - UNINCOR
Li: Dyle Campello da Conceição
397. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
398. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
399. Gr: Interdisciplinaridade e direito ambiental - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
400. Gr: Interinstitucional de história da cultura jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
401. Gr: Internacionalização do Direito - UniCEUB
Li: Marcelo Dias Varella
402. Gr: Internet sob a ótica jurídica - UFPE
Li: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
403. Gr: Interpretação constitucional e Direito Administrativo - PUC/RS
Li: Juarez Freitas
404. Gr: Jurisdição: um conceito em construção - UNINCOR
Li: Antônio Pereira Gaio Júnior

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

405. Gr: Jurisdição constitucional - FDV
Li: Geovany Cardoso Jevaux
406. Gr: Jurisdição constitucional e democracia - UGF
Li: Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva
407. Gr: Jurídica e filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
408. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania - UCP
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira
409. Gr: Justiça, Democracia e Direitos Humanos - PUC-PR
Li: Claudia Maria Barbosa
410. Gr: Justiça e democracia - UNESPAR
Li: Eduardo Augusto Salomão Cambi
411. Gr: Justiça e sociedade: aspectos sócio-filosóficos do Direito - FADISP
Li: Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos
412. Gr: Justiça tributária e atividade econômica - PUC-PR
Li: Roberto Catalano Botelho Ferraz
413. Gr: Laboratório Cidade e Poder - UFF
Li: Gizlene Neder
414. Gr: Laboratório de análise jurisprudencial - UGF
Li: Margarida Maria Lacombe Camargo
415. Gr: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação - PUC-CAMPINAS
Li: Katia Regina Moreno Caiado
416. Gr: Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) - UFF
Li: Marco Antonio da Silva Mello
417. Gr: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos - USP
Li: Erminia Terezinha Menon Maricato
418. Gr: Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura - UFSC
Li: Beatriz Gallotti Mamigonian
419. Gr: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde - UERJ
Li: Roseni Pinheiro
420. Gr: LADSSC - Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva - UNESC
Li: Reginaldo de Souza Vieira

421. Gr: Lei e sociedade - UniCEUB
Li: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
422. Gr: Leitura de Kant a partir de Habermas - UFES
Li: José Pedro Luchi
423. Gr: Levantamento estatístico ambiental - UNIPAR
Li: Gleiton Gonçalves de Souza
424. Gr: LIEGS-Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social - UFC
Li: Jeova Torres Silva Junior
425. Gr: Linguagem e Direito - UNICAP
Li: Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves
426. Gr: LOCUSS - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
427. Gr: Luta contra o delito transnacional: cooperação entre Europa e América Latina - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
428. Gr: Mal-estar na cultura punitiva - PUC/RS
Li: Salo de Carvalho
429. Gr: Meio Ambiente e Constituição - UNISC
Li: Luiz Ernani Bonesso de Araújo
430. Gr: Memória, justiça e poder - UCS
Li: Luiza Horn Iotti
431. Gr: Mercosul - Conflito de leis - PUC-PR
Li: Luís Alexandre Carta Winter
432. Gr: Mercosul e Direito do Consumidor - UFRGS
Li: Claudia Lima Marques
433. Gr: Métodos quantitativos em saúde da criança e da mulher - FIOCRUZ
Li: Vânia Matos Fonseca
434. Gr: Modelos e paradigmas jurídicos em face da sustentabilidade social - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
435. Gr: Modernas tendências do Direito e do Processo Penal, da política criminal e da criminologia - UEPG
Li: Paulo César Busato
436. Gr: Movimentos sociais, educação e cidadania na Amazônia - UEPA
Li: Maria Marize Duarte

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

437. Gr: MUSA-Programa de Estudos em Gênero e Saúde - UFBA
Li: Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino
438. Gr: Nacionalidade das Empresas e Globalização - UNIFRAN
Li: Hee Moon Jo
439. Gr: NEDES – Núcleo de Estudo em Direito, Estado e Sociedade - FTC
Li: Elias Lins Guimarães
440. Gr: NEDF - Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direitos Fundamentais - PUC/RS
Li: Ingo Wolfgang Sarlet
441. Gr: NEJURP - UFSM
Li: Jalusa Prestes Abaide
442. Gr: NEPI - Núcleo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas - FEESR
Li: Lafayette Pozzoli
443. Gr: Neurociência e Direito - UERJ
Li: Francisco Javier Guerrero Ortega
444. Gr: Neurociência e direito - UERJ
Li: Francisco Javier Guerrero Ortega
445. Gr: Novas instituições de Direito Penal Aplicado na economia e políticas de desenvolvimento - UCAM
Li: João Mestieri
446. Gr: Novas tendências do Direito Empresarial - PUC-PR
Li: Márcia Carla Pereira Ribeiro
447. Gr: Novas tendências do Direito Público - UniCEUB
Li: Carlos Bastide Horbach
448. Gr: Novo Direito Civil Patrimonial - UCAM
Li: Paulo Roberto Soares Mendonça
449. Gr: Novos Direitos - UNOESC
Li: Inácio de Carvalho Neto
450. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
451. Gr: Núcleo Avançado em Direito da Cidadania e do Estado - UFU
Li: Luiz Carlos Figueira de Melo
452. Gr: Núcleo de Bioética de Londrina - UEL
Li: José Eduardo de Siqueira

453. Gr: Núcleo de Ciência Jurídica contemporânea - UNIFENAS
Li: Fernanda Santinelli
454. Gr: Núcleo de Ciências Forenses, Bioética, Biodireito e Ética em Ciência e Tecnologia de Araraquara - UNESP
Li: Mônica da Costa Serra
455. Gr: Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania - UFPR
Li: José Antônio Peres Gediel
456. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra
457. Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado - UFPR
Li: Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni
458. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - UNIFACS
Li: Liliane Ferreira Mariano da Silva
459. Gr: Núcleo de Estudos Constitucionais - NEC - UniCEUB
Li: Christine Oliveira Peter da Silva
460. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Ambiental, Empresarial e da Propriedade Intelectual - UNIMEP
Li: Victor Hugo Tejerina-Velazquez
461. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Constitucional - UFMA
Li: Paulo Roberto Barbosa Ramos
462. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Internacional e Direitos Humanos - NEDIH - UNIVILLE
Li: Fernanda Brandão Lapa
463. Gr: Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania - UNIMEP
Li: Ana Lúcia Sabadell
464. Gr: Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
465. Gr: Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania - NEMIC - UFF
Li: Gladys Sabina Ribeiro
466. Gr: Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação - UFRGS
Li: Maria Beatriz Moreira Luce
467. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC /Minas
Li: Flaviane de Magalhães Barros

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

468. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direito Educacional - PUC/SP
Li: Maria Garcia
469. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Enfermagem em Educação e Saúde da Mulher-
NEPESM - UFMA
Li: Rita da Graça Carvalhal Frazão Corrêa
470. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente, Estatuto da
Cidade e Tutelas Coletivas - UFSC
Li: José Isaac Pilati
471. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena - PUC/RS
Li: Edison Hüttner
472. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Habitação e Saneamento Ambiental - UFPE
Li: Rosa Maria Cortes de Lima
473. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho - PUC/RS
Li: Jussara Maria Rosa Mendes
474. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS - UNIFOA
Li: Douglas Mansur da Silva
475. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética - Cátedra UNESCO de Bioética - UNB
Li: Volnei Garrafa
476. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental - UEM
Li: Maria Teresa Claro Gonzaga
477. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Humanização da Atenção e
Gestão da Saúde - FEPECS
Li: Marisa Pacini Costa
478. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Profº Plácido Cidade Nuvens - URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens
479. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Ambiental - UCSAL
Li: Heron José de Santana Gordilho
480. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional - UFPR
Li: Luiz Edson Fachin
481. Gr: Núcleo de Estudos em Direito e Educação - UFSC
Li: Horácio Wanderlei Rodrigues
482. Gr: Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito - UNESC
Li: Reginaldo de Souza Vieira

483. Gr: Núcleo de Estudos em Política, Sociologia e Direito - NEP - UFU
Li: Alessandra Siqueira Barreto
484. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente - Nejusca - UFSC
Li: Josiane Rose Petry Veronese
485. Gr: Núcleo de Estudos Libaneses - NEL - UFSM
Li: Jalusa Prestes Abaide
486. Gr: Núcleo de Estudos Organizacionais do Alto Oeste Potiguar - UERN
Li: Yákara Vasconcelos Pereira
487. Gr: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Universitária para a Terceira Idade - UFPI
Li: Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho
488. Gr: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Energia-NEPPE - CEFET/BA
Li: Georges Souto Rocha
489. Gr: Núcleo de Estudos sobre Direito Internacional Econômico - UNISANTOS
Li: José Augusto Fontoura Costa
490. Gr: Núcleo de Estudos sobre Mercado de Capitais - PUC/RS
Li: Nali de Jesus de Souza
491. Gr: Núcleo de Estudos Sócio-Jurídicos - UCS
Li: Homero Francisco Peixoto Camargo
492. Gr: Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais - FURB
Li: Luiz Alberto de Souza
493. Gr: Núcleo de Filosofia e História das Idéias Jurídicas - UNIMEP
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez
494. Gr: Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura - UCSAL
Li: Mary Garcia Castro
495. Gr: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS) - UFRGS
Li: Daniela Riva Knauth
496. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito - UNERJ
Li: Leonardo Papp
497. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - NUPESUL - UFPR
Li: Romeu Felipe Bacellar Filho
498. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário - USP
Li: Sueli Gandolfi Dallari

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

499. Gr: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica - UFOP
Li: Júlio Aguiar de Oliveira
500. Gr: Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade - UFPR
Li: Ricardo Marcelo Fonseca
501. Gr: Núcleo de Pesquisa Meio Ambiente e Saúde Pública - USP
Li: Wanderley da Silva Paganini
502. Gr: Núcleo de Pesquisas Ambientais - UNERJ
Li: Cristiane Lucht Gascho
503. Gr: Núcleo de Pesquisas e Estudos Avançados em Turismo - UFOP
Li: Ângela Cabral Flecha
504. Gr: Núcleo de pesquisas em Direito Patrimonial Privado – USP
Li: Alcides Tomasetti Júnior
505. Gr: Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem. - UNESP
Li: Áureo Busetto
506. Gr: Núcleo de Pesquisas Jurídicas da UFRJ - UFRJ
Li: Maria da Penha Almeida Cruz
507. Gr: Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas - UFF
Li: Roberto da Silva Fragale Filho
508. Gr: Núcleo de Proteção ao Conhecimento - UFJF
Li: Emanuel de Castro Antunes Felício
509. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia - UEFS
Li: Eduardo Chagas Oliveira
510. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direito Ambiental e Direito Animal - UFBA
Li: Heron José de Santana Gordilho
511. Gr: Núcleo Jurídico da Criança e do Adolescente - PUC Minas
Li: Maria de Fátima Freire de Sá
512. Gr: Núcleo Jurídico de Políticas Públicas/OPUR - PUC Minas
Li: Marinella Machado Araújo
513. Gr: NUPEASS - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Assessoria em Serviço Social - URI
Li: Elisângela Maia Pessôa
514. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania - UNESC
Li: Vladimir de Carvalho Luz

515. Gr: NUPECC: Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Crime e Criminalidade - UFPA
Li: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
516. Gr: NUPECONST – Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional - UNIBRASIL
Li: Marcos Augusto Maliska
517. Gr: NUPECOP - Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional e Processual - UEPG
Li: Geraldo Manjinski Júnior
518. Gr: O anteprojeto de criação do código de processo coletivo - UFES
Li: Hermes Zaneti Júnior
519. Gr: O assédio moral nas relações domésticas e laborais - UEM
Li: Érika Mendes de Carvalho
520. Gr: O Direito Achado na Rua - UNB
Li: José Geraldo de Sousa Júnior
521. Gr: O Direito Internacional como Instrumento de Integração Tributária, Econômica e Política – UCB/DF
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
522. Gr: O Direito Tributário na Prática Forense - UNICAP
Li: Hélio Silvio Ourem Campos
523. Gr: O discurso jurídico e a manipulação ideológica da produção do direito estatal - UFBA
Li: Paulo César Santos Bezerra
524. Gr: O Empresário e os Direitos do Consumidor - FDC-RJ
Li: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
525. Gr: O estradeiro como pretexto para compreender a economia, a política e o estado mato-grossense na atualidade - UFMT
Li: Fernando Tadeu de Miranda Borges
526. Gr: O Papel do Direito no Desenvolvimento Nacional - PUC Minas
Li: Wilges Ariana Bruscato
527. Gr: O Poder e a Fala na Cena Paulista - Eixo de pesquisa do Projeto Temático - USP
Li: Mayra Rodrigues Gomes
528. Gr: O processo como instrumento de tutela dos direitos privados - UFES
Li: Francisco Vieira Lima Neto

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

529. Gr: O Processo e a jurisdição constitucional no Brasil - UFES
Li: Angel Rafael Mariño Castellanos
530. Gr: O Processo na Dimensão Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais - UNITOLEDO
Li: Iara Rodrigues de Toledo
531. Gr: O “torto” e o “direito”: a eficácia social das normas jurídicas - UEPG
Li: José Robson da Silva
532. Gr: Observatório do Estado - UFSC
Li: Orides Mezzaroba
533. Gr: Oficina do Poder Judiciário - DEAP
Li: Marcia Elisa de Campos Graf
534. Gr: Os desafios éticos para o século XXI - UNESPAR
Li: Reinéro Antônio Lérias
535. Gr: Os Direitos Fundamentais: bases teóricas e concretização em Alagoas - UFAL
Li: Andreas Joachim Krell
536. Gr: Patentes e Transferência de Tecnologia - UCG
Li: Nivaldo dos Santos
537. Gr: Patrimônio cultural e direito ambiental - UEA
Li: Andrea Borghi Moreira Jacinto
538. Gr: Pessoa Humana e Direito - PUC/RS
Li: Wambert Gomes Di Lorenzo
539. Gr: planejamento em administração pública - UFES
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
540. Gr: Poder Econômico e seus Limites Jurídicos - MACKENZIE
Li: Marcelo Fortes Barbosa Filho
541. Gr: Poder, Psicologia, Direito e Cidadania no Contexto Regional - UNIPLAC
Li: Lilia Aparecida Kanan
542. Gr: Política e Gestão da Educação - UNISUL
Li: Maria da Graça Nóbrega Bollmann
543. Gr: Política, Gestão e Finanças Públicas - UFC
Li: Denise Lucena Cavalcante

544. Gr: Políticas de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade - UFSC
Li: Elson Manoel Pereira
545. Gr: Políticas Públicas de Inclusão Social - UNISC
Li: Hugo Thamir Rodrigues
546. Gr: Políticas Públicas e Terceiro Setor - FAE
Li: Belmiro Valverde Jobim Castor
547. Gr: Práticas Heterodoxas em Saúde - UFU
Li: Flávio José Dantas de Oliveira
548. Gr: Princípios Fundamentais em Direito Tributário - PUC/RS
Li: Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
549. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
550. Gr: Processo Civil - UFPE
Li: Zélio Furtado da Silva
551. Gr: Processo Civil e Direito Eletrônico - IBDE
Li: José Carlos de Araújo Almeida Filho
552. Gr: Processo de Trabalho e Políticas Sociais - ULBRA
Li: Vanessa Maria Panozzo
553. Gr: Processo de transformação do mundo rural - UFRJ
Li: Lygia Maria Sigaud
554. Gr: Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a instrumentalidade constitucional (garantista) como limitação do poder punitivo - PUC/RS
Li: Aury Celso Lima Lopes Júnior
555. Gr: Processos de Globalização e Integração Regional - PUC/RJ
Li: Sônia de Camargo
556. Gr: Processos político-sociais e exclusão - UNESP
Li: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
557. Gr: Programa de Governança para a Administração Municipal - UNESP
Li: José Luis Bizelli
558. Gr: Programa Pólos de Cidadania - UFMG
Li: Miracy Barbosa de Sousa Gustin
559. Gr: Propriedade comum na Amazônia - UFPA
Li: José Heder Benatti

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

560. Gr: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - UFV
Li: Patrícia Aurélia Del Nero
561. Gr: Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento - UCAM
Li: João Marcelo de Lima Assafim
562. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar - UFS
Li: Carla Eugênia Caldas Barros
563. Gr: Provas Processuais Alternativas e Prazos Prescricionais - UNESP
Li: Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga
564. Gr: Psicologia Jurídica e Direitos Humanos - FUMEC
Li: Roselane Martins Cardoso
565. Gr: Questão agroambiental: Direito e Estado - UFMT
Li: Marcos Prado de Albuquerque
566. Gr: Química de Materiais - UEPB
Li: Edilane Laranjeira
567. Gr: Razão e Comunicação - UERJ
Li: Luiz Bernardo Leite Araújo
568. Gr: Razão Prática e Direito Privado - UFRGS
Li: Cláudio Fortunato Michelin Júnior
569. Gr: Rede Guarani/Serra Geral - Lages - UNIPLAC
Li: Valdeci Israel
570. Gr: Reflexão e prática - USJT
Li: Paulo Jonas de Lima Piva
571. Gr: Reforma do Estado e legislações Agro-Ambientais - UFCG
Li: Erivaldo Moreira Barbosa
572. Gr: Reforma do Estado e Terceiro Setor - Direito Educacional - UNAERP
Li: Aparecida Dinalli
573. Gr: Regulação econômica e atuação empresarial - PUC-PR
Li: Marco Antônio César Villatore
574. Gr: Regulamentação e efetividade jurídica na sociedade de informação - FMU
Li: Liliana Minardi Paesani

575. Gr: Relacionamento interpessoal - Uma abordagem interdisciplinar - UFES
Li: Agnaldo Garcia
576. Gr: Relações de trabalho no mundo contemporâneo - FDC-RJ
Li: Zoraide Amaral de Souza
577. Gr: Relações empregatícias - UFMG
Li: Antônio Álvares da Silva
578. Gr: Repensando o Direito Penal Contemporâneo - UFBA
Li: Maria Auxiliadora Minahim
579. Gr: Repensando o Direito Privado - UFMG
Li: César Augusto de Castro Fiuza
580. Gr: Repercussões processuais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/92) - UFES
Li: Manoel Alves Rabelo
581. Gr: Reprodução biológica e social, sexualidade e bioética - UERJ
Li: Maria Andréa Loyola
582. Gr: Responsabilidade Social da Empresa - UNIB
Li: Mara Vidigal Darcanchy
583. Gr: Retrato sócio-econômico dos egressos do sistema penitenciário do estado do Paraná - FIC
Li: Luiz Antonio Câmara
584. Gr: Saúde, trabalho, ambiente e vigilâncias - FIOCRUZ
Li: William Waissmann
585. Gr: Saúde, trabalho e cidadania - FIOCRUZ
Li: Maria Helena Barros de Oliveira
586. Gr: Segurança jurídica e justiça social - UNINOVE
Li: Leonel Cesarino Pessôa
587. Gr: Seminário Filosofia da Linguagem - UFRJ
Li: Raul Ferreira Landim Filho
588. Gr: Sistemas jurídicos comparados: O Direito Norte-Americano - PUC/RS
Li: Eugênio Facchini Neto
589. Gr: Sociabilidade e imanência - UFU
Li: Jairo Dias Carvalho
590. Gr: Sociedade, representações e processos sociais - UFPEL
Li: Maria Thereza Rosa Ribeiro

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

591. Gr: Sociedade, tempo e direito - UNB
Li: Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto
592. Gr: Sociologia das Profissões - UFSCAR
Li: Maria da Glória Bonelli
593. Gr: Sociologia, Direito e Justiça - UFF
Li: Marcelo Pereira de Mello
594. Gr: Sociologia infanto-juvenil, gênero e direitos da criança/adolescente - UNIVALI
Li: Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira
595. Gr: Software livre no Piauí - UFPI
Li: Francisco Vieira de Souza
596. Gr: Supremacia do Direito - UFRGS
Li: César Saldanha Souza Júnior
597. Gr: Tecnologia Democrática - UFF
Li: Wilson Madeira Filho
598. Gr: Temas de Direito do Consumidor - UFPEL
Li: Fernando Costa de Azevedo
599. Gr: Temas de Direito Tributário e Financeiro - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
600. Gr: Temas fundamentais de Direito Privado - PUC/RS
Li: Fábio Siebeneichler de Andrade
601. Gr: Tendências da tributação nacional e internacional - UCB-DF
Li: Antônio de Moura Borges
602. Gr: Teoria contemporânea da relação jurídica processual: fato, sujeitos e objeto - UFBA
Li: Fredie Souza Didier Júnior
603. Gr: Teoria do Direito - UNISINOS
Li: Leonel Severo Rocha
604. Gr: Teoria do Direito, democracia e literatura - UFPR
Li: Katya Kozicki
605. Gr: Teoria do Processo - UNISINOS
Li: Ovídio Araújo Baptista da Silva
606. Gr: Teoria dos Sistemas e Filosofia do Direito - UPF
Li: Germano André Doederlein Schwartz

607. Gr: Teoria e história do Direito e das instituições - FGV-SP
Li: Ronaldo Porto Macedo Júnior
608. Gr: Teoria Geral do Direito Tributário aplicada - UFES
Li: Tarek Moyses Moussallem
609. Gr: Teoria Jurídica e Práticas Sociais - UFF
Li: Maria Arair Pinto Paiva
610. Gr: Teorias da Justiça - PUC Minas
Li: Marcelo Campos Galuppo
611. Gr: TERMISUL - Projeto Terminológico Cone Sul - UFRGS
Li: Anna Maria Becker Maciel
612. Gr: Terra - Grupo de Pesquisa Urbana, Rural e Ambiental - UEPB
Li: Belarmino Mariano Neto
613. Gr: Tópicos de filosofia antiga - UFPEL
Li: João Francisco Nascimento Hobuss
614. Gr: Trabalho, saúde e meio ambiente - FIOCRUZ
Li: Marcelo Motta Veiga
615. Gr: Trabalho, sociedade e políticas sociais - UNOCHAPECO
Li: Rosana Maria Badalotti
616. Gr: Tradição, modernidade e violência na construção do Estado Brasileiro - PUC/RS
Li: Ruth Maria Chittó Gauer
617. Gr: Tutela dos interesses difusos: implicações nas ordens consumerista, ambiental e internacional - UFPE
Li: Leonio José Alves da Silva
618. Gr: Tutela jurisdicional ambiental - UEM
Li: José Miguel Garcia Medina
619. Gr: Tutela jurisdicional dos direitos coletivos - PUC/SP
Li: Patrícia Miranda Pizzol
620. Gr: Urbanização e meio ambiente - UEM
Li: Sônia Letícia de Mélo Cardoso
621. Gr: Vida - UFBA
Li: Mônica Neves Aguiar da Silva
622. Gr: Violência, Direitos Humanos e cidadania - UNIPLAC
Li: Domingos Pereira Rodrigues

Análise da distribuição dos Grupos de Pesquisa do CNPq por especialidade/sub-área do Direito

Levantamento de fevereiro de 2005

No volume VI (págs. 15-17) da Coletânea “Subsídios à implantação da Enfam” foram apresentados os dados quantitativos sobre o número de Grupos de Pesquisa por área de conhecimento e sub-áreas do Direito.

Naquela oportunidade (fevereiro de 2005), a análise demonstrou que duas áreas concentravam o maior número de Grupos de Pesquisa. As sub-áreas do Direito Constitucional (108) e Direito Público (168), representavam o maior contingente com mais de 100 Grupos de Pesquisa. Um segundo contingente de Grupos de Pesquisa com mais de 30, incluía o Direito Civil (36), Direito Privado (54) e Sociologia e Filosofia do Direito (31).

Cabe ressaltar que do total de sub-áreas de concentração não havia explicitamente nenhum Grupo de Pesquisa dedicado exclusivamente ao estudo do Judiciário, em particular aquelas especialidades sempre enfatizados pelos autores como importantes para a modernização de sua gestão administrativa.

Outras áreas, também consideradas social e juridicamente importantes, tais como Direito Financeiro, Direito Imobiliário, Direito Urbanístico, Direito Eletrônico, Direito de Família, Hermenêutica, Direito Educacional e Bioética, são pesquisadas em poucos Cursos de Mestrado e de Doutorado (1-3 Grupos de Pesquisa).

Levantamento de maio de 2008

Visando uma comparação sobre a implantação de novos Grupos de Pesquisa, nos três anos e meio, decorridos entre fevereiro de 2005 quando da descrição dos 281 grupos e os 622 do presente levantamento, feito em maio de 2008, constata-se que as áreas do Direito Constitucional e Direito Público continuam majoritárias, mas Teoria do Direito (98) e Teoria do Estado (113) também são áreas que tiveram um crescimento expressivo do número de Grupos de Pesquisa.

Os Grupos das áreas do Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Penal e Direito Privado representam os grupos intermediários.

É importante assinalar que outras áreas importantes também obtiveram um incremento quantitativo e certamente possibilitarão, no futuro, a obtenção de contribuições científicas mais expressivas sobre o Judiciário. Entre outras áreas, destacam-se os grupos dedicados ao estudo da Moral e Ética, Filosofia do Direito, História do Direito e Sociologia do Direito.

Por outro lado, muitas áreas consideradas importantes, continuam sem receber uma atenção maior da comunidade científica permanecendo com número ínfimo de Grupos de Pesquisa. Entre outras cabe mencionar Direito e Economia, Judiciário, Internet, Informática Jurídica, Terceira Idade, Modernização da Gestão/Administração do Judiciário, Cultura Jurídica e Psicologia Jurídica.

As análises confirmam que apesar do crescimento do número de Grupos de Pesquisa, pesquisadores e de contribuições científicas, a área do Judiciário não tem recebido a atenção que mereceria em função dos dispositivos da Constituição de 1988 e do grande número de propostas dos principais autores em publicações e conferências, além dos reclamos da sociedade, expressos, constantemente nos meios de comunicação.

**CNPq: Número de Grupos de Pesquisa por Sub-áreas do Conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas: Direito**

Área:

1. Teoria do Direito – 98
2. Teoria Geral do Direito – 16
3. Teoria Geral do Processo – 12
4. Teoria do Estado – 113
5. História do Direito – 64
6. Filosofia do Direito – 16
7. Lógica Jurídica – 03
8. Sociologia Jurídica – 11
9. Antropologia Jurídica – 03
10. Direito Público – 83
11. Direito Tributário – 24
12. Direito Penal – 57
13. Direito Processual Penal – 14
14. Direito Processual Civil – 18

- 15. Direito Constitucional – 97
- 16. Direito Administrativo – 19
- 17. Direito Internacional Público – 20
- 18. Direito Privado – 59
- 19. Direito Civil – 82
- 20. Direito Comercial – 10
- 21. Direito do Trabalho – 82
- 22. Direito Internacional Privado – 16
- 23. Direitos Especiais – 11

*Dados obtidos em 07 de maio de 2008.

Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Sub-Área do Direito

Teoria do Direito

Total: 98

- 1. Gr: A Análise Pós-Moderna da Teoria Geral do Estado - UNAMA
Li: Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
- 2. Gr: A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais do Estado do Rio de Janeiro - UGF
Li: Guilherme Calmon Nogueira da Gama
- 3. Gr: A Atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
- 4. Gr: A globalização e os contratos - UFPB
Li: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
- 5. Gr: A moral e o direito na teoria de Jürgen Habermas - UGF
Li: Flávio Beno Siebeneichler
- 6. Gr: Acesso à justiça - PUC/RJ
Li: Florian Fabian Hoffmann
- 7. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ
Li: Leonardo Greco
- 8. Gr: Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados - UGF
Li: Maria Stella Faria de Amorim
- 9. Gr: Administração e informatização da manufatura - USP
Li: José Francisco Ferreira Ribeiro

10. Gr: Centro de Estudos Internacionais - UNIVALI
Li: Ana Paula Menezes Pereira
11. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
12. Gr: Cultura Jurídica - UEMS
Li: Ângela Aparecida da Cruz Duran
13. Gr: Democracia, Estado de Direito e Cidadania - UFF
Li: Gilvan Luiz Hansen
14. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguilar Vieira
15. Gr: Devido Processo e a Teoria da Falibilidade Discursiva em Karl Popper - PUC Minas
Li: Rosemiro Pereira Leal
16. Gr: Direito e cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
17. Gr: Direito e economia - UNIRITTER
Li: Leandro Martins Zanitelli
18. Gr: Direito e literatura - PUC Minas
Li: Marcelo Campos Galuppo
19. Gr: Direito e Política: teoria e prática - FURG
Li: Hélio Ricardo do Couto Alves
20. Gr: Direito e teoria da argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
21. Gr: Direito, Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remedios Fontes Silva
22. Gr: Direito, Ética e Política - UERJ
Li: Bethânia de Albuquerque Assy
23. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
24. Gr: Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos - FURB
Li: Noemia Bohn
25. Gr: Direitos Sociais e sistema de justiça - UFSC
Li: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

26. Gr: Educação, sociedade e cultura - UFG
Li: Ildeu Moreira Coelho
27. Gr: Estado e Constituição - UNISINOS
Li: José Luís Bolzan de Moraes
28. Gr: Estudos jurídicos do Estado - UNIVALI
Li: José Everton da Silva
29. Gr: Estudos sobre a integração regional e blocos econômicos - FURB
Li: Patrícia Luiza Kegel
30. Gr: Ética e Direito - UFES
Li: Júlio César Pompeu
31. Gr: Ética e Direito - PUC/RS
Li: Luís Fernando Barzotto
32. Gr: Ética e Política - UNIOESTE
Li: José Luiz Ames
33. Gr: Filosofia Analítica da Linguagem - PUC/RJ
Li: Danilo Marcondes de Souza Filho
34. Gr: Filosofia do Direito e Razão Prática - PUC/RJ
Li: Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia
35. Gr: Filosofia Política, Filosofia do Direito, Ética - UFG
Li: José Nicolau Heck
36. Gr: Formas elementares da política: rituais, conflitos e identidades - UNB
Li: Mariza Gomes e Souza Peirano
37. Gr: Fundamentos e Métodos do Pragmatismo: uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos jurídicos - UFPE
Li: George Browne Rego
38. Gr: Fundamentos Filosóficos e Jurídicos dos Direitos Humanos - UGF
Li: Hilda Helena Soares Bentes
39. Gr: Fundamentos para uma nova Teoria do Direito Administrativo - UFBA
Li: Celso Luiz Braga de Castro
40. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais - FEESR
Li: Norma Sueli Padilha
41. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito e Estado - UNICAMP
Li: João Carlos Kfourti Quartim de Moraes

42. Gr: Grupo de Estudos Sobre Direito, Economia e Filosofia - PUC Minas
Li: Giovani Clark
43. Gr: Grupo de Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH
Li: Marco Túlio de Carvalho Rocha
44. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
45. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura - UFSC
Li: Luís Carlos Cancellier de Olivo
46. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
47. Gr: Grupo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada - UNESC
Li: Merisandra Côrtes de Mattos
48. Gr: Grupo de pesquisa em teoria contratual à luz da teoria processual da prova: categorias jurídicas e nova roupagem na sistemática do Direito Privado - UFF
Li: Maria Tereza Albuquerque Pereira
49. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
50. Gr: Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade - FURG
Li: Francisco Quintanilha Veras Neto
51. Gr: Hermenêutica e Neoconstitucionalismo - UNIVALI
Li: Marcos Leite Garcia
52. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
53. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
54. Gr: Jurisdição Constitucional - FDV
Li: Geovany Cardoso Jevaux
55. Gr: Jurisdição constitucional e democracia - UGF
Li: Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva
56. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
57. Gr: Laboratório de Análise Jurisprudencial - UGF
Li: Margarida Maria Lacombe Camargo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

58. Gr: Levantamento estatístico ambiental - UNIPAR
Li: Gleiton Gonçalves de Souza
59. Gr: Luta contra o delito transnacional: cooperação entre Europa e América Latina - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
60. Gr: Modelos e paradigmas jurídicos em face da sustentabilidade social - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
61. Gr: Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania - UFPR
Li: José Antônio Peres Gediel
62. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra
63. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - UNIFACS
Li: Liliane Ferreira Mariano da Silva
64. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Ambiental , Empresarial e da Propriedade Intelectual - UNIMEP
Li: Victor Hugo Tejerina-Velazquez
65. Gr: Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
66. Gr: Núcleo de estudos de processo e hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC Minas
Li: Flaviane de Magalhães Barros
67. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena - PUC/RS
Li: Edison Hüttner
68. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC - URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens
69. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional - UFPR
Li: Luiz Edson Fachin
70. Gr: Núcleo de Estudos em Direito e Educação - UFSC
Li: Horácio Wanderlei Rodrigues
71. Gr: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica - UFOP
Li: Júlio Aguiar de Oliveira
72. Gr: Núcleo Jurídico da Criança e do Adolescente - PUC Minas
Li: Maria de Fátima Freire de Sá

73. Gr: NUPECONST – Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional da UNIBRASIL - UNIBRASIL
Li: Marcos Augusto Maliska
74. Gr: NUPETEC - Núcleo de Pesquisas em Teoria Crítica do Direito da UNIBRASIL - UNIBRASIL
Li: Emerson Gabardo
75. Gr: O Processo na dimensão constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais - UNITOLEDO
Li: Iara Rodrigues de Toledo
76. Gr: Observatório do Estado - UFSC
Li: Orides Mezzaroba
77. Gr: Políticas públicas de inclusão social - UNISC
Li: Hugo Thamir Rodrigues
78. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
79. Gr: Processos político-sociais e exclusão - UNESP
Li: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
80. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar - UFS
Li: Carla Eugênia Caldas Barros
81. Gr: Razão Prática e Direito Privado - UFRGS
Li: Cláudio Fortunato Michelon Júnior
82. Gr: Regulamentação e efetividade jurídica na Sociedade de Informação - FMU
Li: Liliana Minardi Paesani
83. Gr: Relacionamento interpessoal - Uma abordagem interdisciplinar - UFES
Li: Agnaldo Garcia
84. Gr: Reprodução biológica e social, sexualidade e bioética - UERJ
Li: Maria Andréa Loyola
85. Gr: Sistemas jurídicos comparados: o Direito Norte-Americano - PUC/RS
Li: Eugênio Facchini Neto
86. Gr: Sociedade, representações e Processos Sociais - UFPEL
Li: Maria Thereza Rosa Ribeiro
87. Gr: Sociologia, Direito e Justiça - UFF
Li: Marcelo Pereira de Mello

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

88. Gr: Temas de Direito Tributário e Financeiro - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
89. Gr: Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual: fato, sujeitos e objeto - UFBA
Li: Fredie Souza Didier Júnior
90. Gr: Teoria do Direito - UNISINOS
Li: Leonel Severo Rocha
91. Gr: Teoria do Direito e Democracia e literatura - UFPR
Li: Katya Kozicki
92. Gr: Teoria do Processo - UNISINOS
Li: Ovídio Araújo Baptista da Silva
93. Gr: Teoria dos Sistemas e Filosofia do Direito - UPF
Li: Germano André Doederlein Schwartz
94. Gr: Teoria e História do Direito e das Instituições - FGV-SP
Li: Ronaldo Porto Macedo Junior
95. Gr: Teoria Geral do Direito Tributário aplicada - UFES
Li: Tarek Moyses Moussallem
96. Gr: Teoria jurídica e práticas sociais - UFF
Li: Maria Arair Pinto Paiva
97. Gr: Teorias da Justiça - PUC Minas
Li: Marcelo Campos Galuppo
98. Gr: TERMISUL - Projeto Terminológico Cone Sul - UFRGS
Li: Anna Maria Becker Maciel

Teoria Geral do Direito

Total: 16

1. Gr: A Análise Pós-Moderna da Teoria Geral do Estado - UNAMA
Li: Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
2. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ
Li: Leonardo Greco
3. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves

4. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
5. Gr: Direito, Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
6. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais - FEESR
Li: Norma Sueli Padilha
7. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
8. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
9. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
10. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
11. Gr: Levantamento estatístico ambiental - UNIPAR
Li: Gleiton Gonçalves de Souza
12. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra
13. Gr: Núcleo Jurídico da Criança e do Adolescente - PUC Minas
Li: Maria de Fátima Freire de Sá
14. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
15. Gr: Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual: fato, sujeitos e objeto - UFBA
Li: Fredie Souza Didier Júnior
16. Gr: Teoria Geral do Direito Tributário aplicada - UFES
Li: Tarek Moyses Moussallem

Teoria Geral do Processo

Total: 12

1. Gr: Acesso à justiça e as reformas processuais - UNAMA
Li: José Henrique Mouta Araújo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ
Li: Leonardo Greco
3. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
4. Gr: Direito, Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
5. Gr: Direitos Humanos e Fundamentais: eficácia e fundamentação - UNIRITTER
Li: Rodrigo Valin de Oliveira
6. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
7. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
8. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
9. Gr: Princípios Processuais da Execução - PUC/RS
Li: Araken de Assis
10. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
11. Gr: Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual: fato, sujeitos e objeto - UFBA
Li: Fredie Souza Didier Júnior
12. Gr: Teorias Sociais, polêmicas e sínteses - UENF
Li: Adélia Maria Miglievich Ribeiro

Teoria do Estado

Total: 113

1. Gr: A análise pós-moderna da Teoria Geral do Estado - UNAMA
Li: Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
2. Gr: A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais do Estado do Rio de Janeiro - UGF
Li: Guilherme Calmon Nogueira da Gama
3. Gr: A atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini

4. Gr: A cena paulista - estudo da produção cultural paulista de 1930 a 1970, a partir do Arquivo Miroel Silveira - USP
Li: Maria Cristina Castilho Costa
5. Gr: A globalização e os contratos - UFPB
Li: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
6. Gr: Artes decorativas, design e arquitetura no universo das artes visuais - UFBA
Li: Maria Hermínia Olivera Hernandez
7. Gr: Centro de Estudos da Metrópole - CEBRAP
Li: Eduardo César Leão Marques
8. Gr: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - USP
Li: Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira
9. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
10. Gr: Cidade(s), Cultura, Memória e Patrimônio - UENF
Li: Teresa de Jesus Peixoto Faria
11. Gr: Cinética e dinâmica aplicadas à química atmosférica e poluição - UFRJ
Li: Graciela Arbilla de Klachquin
12. Gr: Contabilidade governamental comparada - Teoria, fundamentos e prática - USP
Li: Nelson Petri
13. Gr: Controle e processamento de sinais - PUC/RJ
Li: Marcos Azevedo da Silveira
14. Gr: Controvérsias em economia monetária e macroeconomia aberta - UNB
Li: Joaquim Pinto de Andrade
15. Gr: Da (so)ci(e)dade moderna à posmoderna: permanências, rupturas, conflitos - USP
Li: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi
16. Gr: Democracia, estado de direito e cidadania - UFF
Li: Gilvan Luiz Hansen
17. Gr: Desenvolvimento e políticas sociais - UNB
Li: Danilo Nolasco Cortes Marinho
18. Gr: Desportos coletivos e individuais - PUC-PR
Li: Carlos Alberto Afonso
19. Gr: Devido Processo e a Teoria da Falibilidade Discursiva em Karl Popper - PUC Minas
Li: Rosemiro Pereira Leal

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

20. Gr: Direito e cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
21. Gr: Direito e política: teoria e prática - FURG
Li: Helio Ricardo do Couto Alves
22. Gr: Direito, estado e sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
23. Gr: Direito Público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
24. Gr: Ecologia Aquática - UFRGS
Li: Albano Schwarzbald
25. Gr: Educação, Estado e Sociedade - UNOESC
Li: Elton Luiz Nardi
26. Gr: Emaranhamento e propriedades quânticas da luz - UFMG
Li: Marcelo de Oliveira Terra Cunha
27. Gr: Espaço e sociabilidades - UFPR
Li: Andréa Carla Dore
28. Gr: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil - UERJ
Li: Marilda Villela Iamamoto
29. Gr: Estado e Constituição - UNISINOS
Li: José Luís Bolzan de Moraes
30. Gr: Estado, Processo e Ideologia - UCS
Li: Carlos Alberto Lunelli
31. Gr: Estudos avançados em informação - UFMT
Li: Javert Melo Vieira
32. Gr: Estudos em Teoria Política (GETEPOL) - UEL
Li: Raquel Kritsch
33. Gr: Estudos Jurídicos do Estado - UNIVALI
Li: José Everton da Silva
34. Gr: Estudos sobre a integração regional e blocos economicos - FURB
Li: Patrícia Luiza Kegel
35. Gr: Estudos transdisciplinares em História Social - UNICAP
Li: Zuleica Dantas Pereira Campos

36. Gr: Ética e Política - UNIOESTE
Li: José Luiz Ames
37. Gr: Filosofia Contemporânea: Habermas - UNESP
Li: Clélia Aparecida Martins
38. Gr: Filosofia Política, Filosofia do Direito, Ética - UFG
Li: José Nicolau Heck
39. Gr: Física da matéria condensada teórica e experimental - UERN
Li: Rízia Rodrigues da Silva
40. Gr: Física de Nanosistemas - UFLA
Li: Antonio Tavares da Costa Júnior
41. Gr: Física Nuclear e de Hadrons - UFSC
Li: Débora Peres Menezes
42. Gr: Gestão e estudos organizacionais - UECE
Li: Ana Augusta Ferreira de Freitas
43. Gr: Grupo de Estudos Americanos - UFRGS
Li: Claudia Wasserman
44. Gr: Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional - UNESP
Li: Héctor Luís Saint Pierre
45. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Estado de Sergipe” - UFS
Li: Dilma Maria Andrade de Oliveira
46. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Classes Sociais, Movimentos Políticos e Relações Internacionais - UFSC
Li: Ricardo Gaspar Müller
47. Gr: Grupo de Estudos Eleitorais e Legislativos do Estado do Pará - GEELPARÁ - UFPA
Li: Maria Luzia Miranda Álvares
48. Gr: Grupo de Estudos Estratégicos - UFRJ
Li: Domício Proença Júnior
49. Gr: Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias - UFMA
Li: Ilse Gomes Silva
50. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito e Estado - UNICAMP
Li: João Carlos Kfourti Quartim de Moraes
51. Gr: Grupo de estudos sociológicos dos mercados - UFSC
Li: Cecile Helene Jeanne Raud

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

52. Gr: Grupo de Física Matemática - UNB
Li: Tarcísio Marciano da Rocha Filho
53. Gr: Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) - UNIOESTE
Li: Ricardo Rippel
54. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
55. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
56. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
57. Gr: Grupo de Teoria da Matéria Condensada - USP
Li: Bernhard Joachim Mokross
58. Gr: Grupo Interdisciplinar de Modelagem e Simulação Computacional de Sistemas de Energia - UFF
Li: Marcus Theodor Schilling
59. Gr: GT Nacional de História Política - UEL
Li: José Miguel Arias Neto
60. Gr: Hermenêutica e Neoconstitucionalismo - UNIVALI
Li: Marcos Leite Garcia
61. Gr: Infância, família e sociedade - UCG
Li: Sônia Margarida Gomes Sousa
62. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
63. Gr: Laboratório de Estudos do Tempo Presente - UFRJ
Li: Francisco Carlos Teixeira da Silva
64. Gr: Laboratório de Tecnologia com Moléculas Bioativas - UEA
Li: Alberto dos Santos Marques
65. Gr: Linguagem, arte e sociedade - UNIOESTE
Li: Regina Coeli Machado e Silva
66. Gr: Literatura e História Social - UESB
Li: Marcello Moreira
67. Gr: Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa - UFAL
Li: Maria Cristina Soares Paniago

68. Gr: Marxologia – Filosofia e estudos confluentes - UFMG
Li: Ester Vaisman
69. Gr: Memória e História da Ciência e da Técnica no Brasil - MAST
Li: Alfredo Tiomno Tolmasquim
70. Gr: Nefipo - Núcleo de Ética e Filosofia Política - UFSC
Li: Alessandro Pinzani
71. Gr: NPM - Núcleo de Pesquisa Marxista - UEG
Li: Nildo Silva Viana
72. Gr: Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais - UFC
Li: Joselina da Silva
73. Gr: Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) - USP
Li: José Guilherme Cantor Magnani
74. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra
75. Gr: Núcleo de Economia e Política Mundial - UFAL
Li: Júlio Gomes da Silva Neto
76. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - UNIFACS
Li: Liliane Ferreira Mariano da Silva
77. Gr: Núcleo de Estudos da Violência - USP
Li: Sérgio Franca Adorno de Abreu
78. Gr: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais - PUC/SP
Li: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
79. Gr: Nucleo de Estudos de Instituições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
80. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC Minas
Li: Flaviane de Magalhães Barros
81. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena - PUC/RS
Li: Edison Hüttner
82. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC - URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

83. Gr: Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política - PUC/SP
Li: Miguel Wady Chaia
84. Gr: Núcleo de Estudos em Direito e Educação - UFSC
Li: Horácio Wanderlei Rodrigues
85. Gr: Núcleo de Pesquisa e Estudo-Estado, Sociedade e Cidadania - NUPESC - UCG
Li: Walderez Loureiro Miguel
86. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo - UFF
Li: Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes
87. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED) - UFRJ
Li: Elisa Maria da Conceicao Pereira Reis
88. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino - NIPE - UFSCAR
Li: Sylvia Rosalina Grasseschi Panico
89. Gr: Núcleo Jurídico da Criança e do Adolescente - PUC Minas
Li: Maria de Fátima Freire de Sá
90. Gr: NUPECONST – Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional da UNIBRASIL - UNIBRASIL
Li: Marcos Augusto Maliska
91. Gr: NUPETEC - Núcleo de Pesquisas em Teoria Crítica do Direito da UniBrasil - UNIBRASIL
Li: Emerson Gabardo
92. Gr: NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP - PUC/SP
Li: Edson Passetti
93. Gr: O Processo na Dimensão Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais - UNITOLEDO
Li: Iara Rodrigues de Toledo
94. Gr: Observatório das Nacionalidades - UFC
Li: Manuel Domingos Neto
95. Gr: Observatório do Estado - UFSC
Li: Orides Mezzaroba
96. Gr: Patrimônio Urbano e Arquitetônico das Cidades Paulistas - PUC-CAMPINAS
Li: Maria Cristina da Silva Schicchi
97. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne

98. Gr: Programa de Estudos e Pesquisa: Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e Centro de Estudos Octávio Ianni - UERJ
Li: Marilda Villela Iamamoto
99. Gr: Regulamentação e Efetividade Jurídica na Sociedade de Informação - FMU
Li: Liliana Minardi Paesani
100. Gr: Significados equívocos de Estado, Poder Público e União na constitucionalidade brasileira - FUMEC
Li: Rosemiro Pereira Leal
101. Gr: Sistemas de Controle e Automação: Teoria e Aplicações - UFBA
Li: Carlos Eduardo Trabuco Dórea
AP: Engenharia Elétrica
102. Gr: Sistemas Jurídicos Comparados: O Direito Norte-Americano - PUC/RS
Li: Eugênio Facchini Neto
103. Gr: Sociedade, Estado e Educação no Brasil: HISTEDBR/UFSCAR - UFSCAR
Li: Marisa Bittar
104. Gr: Teoria de sistemas magnéticos não-homogêneos - UFRJ
Li: Sérgio Luiz Alves de Queiroz
105. Gr: Teoria do Direito - UNISINOS
Li: Leonel Severo Rocha
106. Gr: Teoria do Direito e Democracia e Literatura - UFPR
Li: Katya Kozicki
107. Gr: Teoria e História do Direito e das Instituições - FGV-SP
Li: Ronaldo Porto Macedo Júnior
108. Gr: Teoria e Metodologia da História - UFRGS
Li: Sílvia Regina Ferraz Petersen
109. Gr: Teoria Jurídica e Práticas Sociais - UFF
Li: Maria Arair Pinto Paiva
110. Gr: Teoria Política e História das Idéias - USP
Li: Gildo Marçal Bezerra Brandão
111. Gr: Teoria temporal do calor nos materiais - UNICAMP
Li: Adalberto Bono Maurízio Sacchi Bassi
112. Gr: Teorias da Justiça - PUC Minas
Li: Marcelo Campos Galuppo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

113. Gr: Teorias sociais, polêmicas e sínteses - UENF

Li: Adélia Maria Miglievich Ribeiro

História do Direito

Total: 64

1. Gr: Centro de Pesquisas Estratégicas - UFJF

Li: Ricardo Vélez Rodríguez

2. Gr: Cidade, aldeia e patrimônio - UFPA

Li: Jane Felipe Beltrão

3. Gr: Comunicação e sociedade - UNC

Li: Leandro Ramires Comassetto

4. Gr: Direito, cidadania e desenvolvimento - UNIJUI

Li: Darcísio Corrêa

5. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades - UFRGS

Li: Judith Hofmeister Martins Costa

6. Gr: Direito Público - UNIVALI

Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo

7. Gr: Direitos Humanos e Cidadania - UNIVALI

Li: Maria de Lourdes Alves Lima Zanatta

8. Gr: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero - UFS

Li: Maria Helena Santana Cruz

9. Gr: Estudos em Filosofia - UCP

Li: Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira

10. Gr: Ética e Política - UNIOESTE

Li: José Luiz Ames

11. Gr: Fenomenologia do Conhecimento e Antropologia Filosófica - PUC/RS

Li: Ernildo Jacob Stein

12. Gr: Filosofia Analítica da Linguagem - PUC/RJ

Li: Danilo Marcondes de Souza Filho

13. Gr: GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - UFMG

Li: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

14. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA

Li: Zuleide Fernandes de Queiroz

15. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar DEFIL - UFMA - UFMA
Li: Luciano da Silva Façanha
16. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
17. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, História e Formação de Educadores - GEPEHFE - UNEB
Li: José Roberto Gomes Rodrigues
18. Gr: Grupo de Estudos em História Oral - UNIPAC
Li: Heberth Paulo de Souza
19. Gr: Grupo de Estudos em Saúde Coletiva - UFRGS
Li: Tatiana Engel Gerhardt
20. Gr: Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica-GPAJU - UFSC
Li: Thaís Luzia Colaço
21. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito e Pobreza - USP
Li: Calixto Salomão Filho
22. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito Econômico da Universidade de Brasília - UNB
Li: Antônio de Moura Borges
23. Gr: Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ) - UFF
Li: Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
24. Gr: Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos - UNC
Li: Sócrates Roberto Fusinato
25. Gr: Grupo de Pesquisa Inter-Institucional-O Sistema Hegeliano - UFPE
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
26. Gr: Grupo de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo - UEM
Li: Angelo Aparecido Priori
27. Gr: Grupo Reflexão e Memória (GRM) - Estudos e Pesquisas em Educação - UFGD
Li: Magda Sarat
28. Gr: Hermenêutica e Neoconstitucionalismo - UNIVALI
Li: Marcos Leite Garcia
29. Gr: História da Filosofia Moderna e Contemporânea - UNIFESP
Li: Fernando Dias Andrade
30. Gr: História do Direito e das Instituições - UNIRIO
Li: Arno Wehling

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

31. Gr: História do Pensamento Jurídico: hermenêutica e modernidade - UNIPAR
Li: Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira
32. Gr: Historicidade, pluralismo e novos sujeitos sociais - UFSC
Li: Antonio Carlos Wolkmer
33. Gr: Inovação, propriedade intelectual e desenvolvimento - INPI
Li: Araken Alves de Lima
34. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
35. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
36. Gr: Laboratório cidade e poder - UFF
Li: Gizlene Neder
37. Gr: Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) - UFF
Li: Marco Antonio da Silva Mello
38. Gr: Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura - UFSC
Li: Beatriz Gallotti Mamigonian
39. Gr: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde - UERJ
Li: Roseni Pinheiro
40. Gr: Lei e Sociedade - UniCEUB
Li: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
41. Gr: Memória, Justiça e Poder - UCS
Li: Luiza Horn Iotti
42. Gr: Mercosul e Direito do Consumidor - UFRGS
Li: Claudia Lima Marques
43. Gr: Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia - UEPA
Li: Maria Marize Duarte
44. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - UNIFACS
Li: Liliane Ferreira Mariano da Silva
45. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena - PUC/RS
Li: Edison Hüttner
46. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS - UNIFOA
Li: Douglas Mansur da Silva

47. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental - UEM
Li: Maria Teresa Claro Gonzaga
48. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente - Nejusca - UFSC
Li: Josiane Rose Petry Veronese
49. Gr: Núcleo de Estudos Sócio-Jurídicos - UCS
Li: Homero Francisco Peixoto Camargo
50. Gr: Núcleo de Filosofia e História das Idéias Jurídicas - UNIMEP
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez
51. Gr: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica - UFOP
Li: Júlio Aguiar de Oliveira
52. Gr: Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade - UFPR
Li: Ricardo Marcelo Fonseca
53. Gr: Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem. - UNESP
Li: Áureo Busetto
54. Gr: Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas - UFF
Li: Roberto da Silva Fragale Filho
55. Gr: NUPECC: Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Crime e Criminalidade - UFPA
Li: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
56. Gr: O estradeiro como pretexto para compreender a economia, a política e o estado mato-grossense na atualidade - UFMT
Li: Fernando Tadeu de Miranda Borges
57. Gr: Observatório do Estado - UFSC
Li: Orides Mezzaroba
58. Gr: Oficina do Poder Judiciário - DEAP
Li: Marcia Elisa de Campos Graf
59. Gr: Política e Gestão da Educação - UNISUL
Li: Maria da Graça Nóbrega Bollmann
60. Gr: Razão Prática e Direito Privado - UFRGS
Li: Cláudio Fortunato Michelin Júnior
61. Gr: Saúde, Trabalho, Ambiente e Vigilâncias - FIOCRUZ
Li: William Waissmann
62. Gr: Supremacia do Direito - UFRGS
Li: Cezar Saldanha Souza Junior

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

63. Gr: Teoria e História do Direito e das Instituições - FGV-SP
Li: Ronaldo Porto Macedo Junior
64. Gr: Terra - Grupo de Pesquisa Urbana, Rural e Ambiental - UEPB
Li: Belarmino Mariano Neto

Filosofia Jurídica

Total: 16

1. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
2. Gr: Ciência Jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade - UNIJUI
Li: Carlos Guilherme Probst
3. Gr: Direito e Teoria da Argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
4. Gr: Direito, Linguagem e Filosofia - UPF
Li: Paulo César Ribeiro Martins
5. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
6. Gr: Fenomenologia do Conhecimento e Antropologia Filosófica - PUC/RS
Li: Ernildo Jacob Stein
7. Gr: Filosofia do Direito e Razão Prática - PUC/RJ
Li: Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia
8. Gr: GEP Grupo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas - FEESR
Li: Lafayette Pozzoli
9. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
10. Gr: Hermenêutica Jurídica e Concretização Judicial - ULBRA
Li: Kelly Susane Alflen da Silva
11. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
12. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
13. Gr: Justiça, Democracia e Constituição - UFSC
Li: Cecília Caballero Lois

14. Gr: NEPI - Núcleo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas - FEESR
Li: Lafayette Pozzoli
15. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia - UEFS
Li: Eduardo Chagas Oliveira
16. Gr: Teoria dos Sistemas e Filosofia do Direito - UPF
Li: Germano André Doederlein Schwartz

Lógica Jurídica

Total: 3

1. Gr: Fenomenologia do conhecimento e Antropologia Filosófica - PUC/RS
Li: Ernildo Jacob Stein
2. Gr: Governo eletrônico, lógica e informática jurídica - UFPR
Li: Cesar Antonio Serbena
3. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia - UEFS
Li: Eduardo Chagas Oliveira

Sociologia Jurídica

Total: 11

1. Gr: Ciência Jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade - UNIJUI
Li: Carlos Guilherme Probst
2. Gr: Decisão Jurídica, Semântica Social e Democracia - UFPE
Li: Artur Stamford da Silva
3. Gr: Direito Penal Econômico - UNICURITIBA
Li: Fábio André Guaragni
4. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito - UFMG
Li: Joaquim Carlos Salgado
5. Gr: Linguagem e Direito - UNICAP
Li: Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves
6. Gr: Núcleo de Estudos em Criminologia e Direitos Humanos / NUESC - UFF
Li: Edna Del Pomo de Araújo
7. Gr: Núcleo de Estudos em Política, Sociologia e Direito - NEP - UFU
Li: Alessandra Siqueira Barreto
8. Gr: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica - UFOP
Li: Júlio Aguiar de Oliveira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

9. Gr: Processo Civil e Direito Eletrônico - IBDE

Li: José Carlos de Araújo Almeida Filho

10. Gr: Sociologia das Profissões - UFSCAR

Li: Maria da Glória Bonelli

11. Gr: Sociologia, Direito e Justiça - UFF

Li: Marcelo Pereira de Mello

Antropologia Jurídica

Total: 3

1. Gr: Fenomenologia do Conhecimento e Antropologia Filosófica - PUC/RS

Li: Ernildo Jacob Stein

2. Gr: Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica-GPAJU - UFSC

Li: Thaís Luzia Colaço

3. Gr: Núcleo de Estudos em Política, Sociologia e Direito - NEP - UFU

Li: Alessandra Siqueira Barreto

Direito Público

Total: 83

1. Gr: A atualidade do Direito - UFV

Li: Sylvia Maria Machado Vendramini

2. Gr: A Constitucionalização do Direito Civil - PUC/RJ

Li: Maria Celina Bodin de Moraes

3. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ

Li: Leonardo Greco

4. Gr: Ações Coletivas e Efetividade - UNAERP

Li: Luiz Manoel Gomes Júnior

5. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC

Li: Lutiana Nacur Lorentz

6. Gr: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia - CEJAM - UNIR

Li: Delson Fernando Barcellos Xavier

7. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG

Li: Everton das Neves Gonçalves

8. Gr: CEPAE - Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação - UNESP
Li: Lourdes Marcelino Machado
9. Gr: Ciência Global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
10. Gr: Ciência Jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade - UNIJUI
Li: Carlos Guilherme Probst
11. Gr: Controle da Administração Municipal e Participação Cidadã - FDC-RJ
Li: Dwight Cerqueira Ronzani
12. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
13. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
14. Gr: Direito Ambiental - FDC-RJ
Li: Miriam Fontenelle
15. Gr: Direito, Cidadania e Desenvolvimento - UNIJUI
Li: Darcísio Corrêa
16. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia - ULBRA
Li: Luciano Benetti Timm
17. Gr: Direito da Seguridade Social - UNIVALI
Li: Cláudio José Pinheiro
18. Gr: Direito e Cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
19. Gr: Direito, Estado e Cidadania - UFGD
Li: Maria Goretti Dal Bosco
20. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
21. Gr: Direito Internacional Público Contemporâneo - FEESR
Li: Sérgio Luiz Cruz Aguiar
22. Gr: Direito privado - UFPE
Li: Fabíola Santos Albuquerque
23. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

24. Gr: Direito, sociedade e internacionalização - ULBRA
Li: Denise Estrella Tellini
25. Gr: Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - UCSAL
Li: Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
26. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU
Li: Márcia Leonora Santos Regis Orlandini
27. Gr: Direitos Humanos e Políticas Públicas - UFCG
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
28. Gr: Direitos Humanos e Sociais - UFF
Li: Nívia Valença Barros
29. Gr: Direitos Humanos e Tributação - UFPA
Li: Fernando Facury Scaff
30. Gr: Eficácia jurisdicional e cumprimento da sentença no Brasil - UFES
Li: Marcelo Abelha Rodrigues
31. Gr: Eficácia jurisdicional e recursos cíveis - UFES
Li: Flávio Cheim Jorge
32. Gr: Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas - FURB
Li: Patrícia Luiza Kegel
33. Gr: Estudos Jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
34. Gr: Filosofia do Direito e Razão Prática - PUC/RJ
Li: Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia
35. Gr: Fundamentos da Produção e Aplicação do Direito - UNIVALI
Li: Moacyr Motta da Silva
36. Gr: Fundamentos de Direito Público - PUC RS
Li: Regina Linden Ruaro
37. Gr: Gestão Ambiental - UNISAL
Li: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
38. Gr: Gestão e Marketing na Cultura - UERJ
Li: Manoel Marcondes Machado Neto
39. Gr: Gestão Participativa – Desenvolvimento Sustentável para a Região Carbopetroquímica - ULBRA
Li: Rudimar Serpa de Abreu

40. Gr: GIPED (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Direito) - Tema atual de Pesquisa: Republicanismo e Instituições Político-Jurídicas - PUC/RJ
Li: Ana Lúcia de Lyra Tavares
41. Gr: Grupo de Ciências Sociais Aplicadas - URI
Li: Paulo Roberto Giollo
42. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
43. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
44. Gr: Grupo de Estudos da Ética na Educação em Saúde - UFPEL
Li: Maria Elizabeth de Oliveira Urtiaga
45. Gr: Grupo de Estudos do Mercosul - UniCEUB
Li: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
46. Gr: Grupo de Pesquisa InterInstitucional de Desenvolvimento Municipal / Regional - FDC-RJ
Li: Auner Pereira Carneiro
47. Gr: Grupo de Pesquisa do Departamento de Direito Público - UFMG
Li: João Bosco Leopoldino da Fonseca
48. Gr: Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ) - UFF
Li: Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
49. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
50. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal - UESPI
Li: Maria dos Remédios Lima do Nascimento
51. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
52. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - FDC-RJ
Li: Danilo César Maganhoto Doneda
53. Gr: grupo de pesquisa sobre política criminal - UFF
Li: Mônica Paraguassú Correia da Silva
54. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

55. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB
Li: Rosimeire Ventura Leite
56. Gr: Inovação e Propriedade Intelectual em Saúde - FIOCRUZ
Li: Claudia Ines Chamas
57. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
58. Gr: Instrumentos processuais de atuação do Ministério Público em matéria de direitos fundamentais - UFES
Li: Margareth Vetis Zaganelli
59. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
60. Gr: Interpretação Constitucional e Direito Administrativo - PUC/RS
Li: Juarez Freitas
61. Gr: Leitura de Kant a partir de Habermas - UFES
Li: José Pedro Luchi
62. Gr: LOCUSS - UFRJ - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
63. Gr: NEJURP - UFSM
Li: Jalusa Prestes Abaide
64. Gr: Novas Tendências do Direito Público - UniCEUB
Li: Carlos Bastide Horbach
65. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
66. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - UNIFACS
Li: Liliane Ferreira Mariano da Silva
67. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Constitucional - UFMA
Li: Paulo Roberto Barbosa Ramos
68. Gr: Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
69. Gr: Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação - UFRGS
Li: Maria Beatriz Moreira Luce
70. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direito Educacional - PUC/SP
Li: Maria Garcia

71. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC -
URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens
72. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - NUPESUL - UFPR
Li: Romeu Felipe Bacellar Filho
73. Gr: Núcleo Jurídico de Políticas Públicas/OPUR - PUC Minas
Li: Marinella Machado Araújo
74. Gr: O Processo e a jurisdição constitucional no Brasil - UFES
Li: Angel Rafael Mariño Castellanos
75. Gr: Planejamento em administração pública - UFES
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
76. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
77. Gr: Processo Coletivo: Modelo Brasileiro - UFES
Li: Hermes Zaneti Júnior
78. Gr: Repercussões processuais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/
92) - UFES
Li: Manoel Alves Rabelo
79. Gr: Responsabilidade Social da Empresa - UNIB
Li: Mara Vidigal Darcanchy
80. Gr: Tecnologia Democrática - UFF
Li: Wilson Madeira Filho
81. Gr: Temas Fundamentais de Direito Privado - PUC/RS
Li: Fábio Siebeneichler de Andrade
82. Gr: Teoria do Processo - UNISINOS
Li: Ovídio Araújo Baptista da Silva
83. Gr: Teoria Jurídica e Práticas Sociais - UFF
Li: Maria Arair Pinto Paiva

Direito Tributário

Total: 24

1. Gr: Administração e Informatização da Manufatura - USP
Li: José Francisco Ferreira Ribeiro

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Administração Pública e Autonomia Municipal - PUC/RS
Li: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
3. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
4. Gr: Constituição, Tributos, Processo e Cidadania - UTP
Li: Francisco Pinto Rabello Filho
5. Gr: Controle da Administração Municipal e Participação Cidadã - FDC-RJ
Li: Dwight Cerqueira Ronzani
6. Gr: Cooperação Jurídica Internacional - UCB-DF
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
7. Gr: Direito e Teoria da Argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
8. Gr: Direito Educacional e o Ensino do Direito - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
9. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
10. Gr: Direito Negocial - UEL
Li: Luiz Fernando Bellinetti
11. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
12. Gr: Direito Tributário - Tributação sobre o Consumo - UFRGS
Li: Igor Danilevicz
13. Gr: Direitos Humanos e Tributação - UFPA
Li: Fernando Facury Scaff
14. Gr: Estudos Jurídicos do Estado - UNIVALI
Li: Jose Everton da Silva
15. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
16. Gr: Núcleo de Estudos Sócio-Jurídicos - UCS
Li: Homero Francisco Peixoto Camargo
17. Gr: Política, Gestão e Finanças Públicas - UFC
Li: Denise Lucena Cavalcante

18. Gr: Políticas Públicas de Inclusão Social - UNISC
Li: Hugo Thamir Rodrigues
19. Gr: Princípios Fundamentais em Direito Tributário - PUC/RS
Li: Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
20. Gr: Processo tributário: sonegação fiscal e direitos humanos. - UNICAP
Li: Hélio Silvio Ourem Campos
21. Gr: Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento - UCAM
Li: Joao Marcelo de Lima Assafim
22. Gr: Temas de Direito Tributário e Financeiro - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
23. Gr: Tendências da Tributação Nacional e Internacional - UCB-DF
Li: Antônio de Moura Borges
24. Gr: Teoria Geral do Direito Tributário aplicada - UFES
Li: Tarek Moyses Moussallem

Direito Penal

Total: 57

1. Gr: A Atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
2. Gr: A defesa dos direitos fundamentais em juízo nas áreas penal, trabalhista e civil (defesa individual e coletiva) - UEPG
Li: Silvana Souza Netto Mandalozzo
3. Gr: Acesso à Justiça e efetividade do processo - UNESA
Li: Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
4. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ
Li: Leonardo Greco
5. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
6. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
7. Gr: Ciência Global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
8. Gr: Ciência Penal Contemporânea - UFRGS
Li: Tupinambá Pinto de Azevedo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

9. Gr: Ciências Criminais - UPF
Li: Renata Almeida da Costa
10. Gr: Constitucionalismo e Direitos Fundamentais - ULBRA
Li: Wilson Antônio Steinmetz
11. Gr: Contencioso Punitivo como Instrumento de Cidadania - UNITOLEDO
Li: Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches
12. Gr: Cooperação Jurídica Internacional - UCB-DF
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
13. Gr: Criminalidade e segurança pública - UEMG
Li: Edihermes Marques Coelho
14. Gr: Criminalidade Informática - IBDE
Li: Túlio Lima Vianna
15. Gr: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social - FGV-SP
Li: Viviane Muller Prado
16. Gr: Direito e Bioética - PUC/RS
Li: Paulo Vinicius Sporleder de Souza
17. Gr: Direito e Risco - FAE
Li: Paulo César Busato
18. Gr: Direito e Sociedade - UCAM
Li: Luís Antônio Cunha Ribeiro
19. Gr: Direito Internacional e Integração Regional - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
20. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
21. Gr: Direito, Linguagem e Filosofia - UPF
Li: Paulo César Ribeiro Martins
22. Gr: Direito Penal - UNIVALI
Li: Gilberto Callado de Oliveira
23. Gr: Direito Penal Contemporâneo: Fundamentos e Especificidades - PUC/RS
Li: César Roberto Bitencourt
24. Gr: Direito Penal Econômico - UNICURITIBA
Li: Fábio André Guaragni

25. Gr: Direito Processual Penal - UNIPAR
Li: Jônatas Luiz Moreira de Paula
26. Gr: Direitos Humanos - UFRJ
Li: Vanessa Oliveira Batista
27. Gr: Estudos Jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
28. Gr: Fundamentos da Produção e Aplicação do Direito - UNIVALI
Li: Moacyr Motta da Silva
29. Gr: Gênero, Identidade e Memória - UFGD
Li: Marisa de Fátima Lomba de Farias
30. Gr: Grupo de Direito e Processo Penal - FDC-RJ
Li: Carlos Eduardo Adriano Japiassú
31. Gr: Grupo de estudos de Criminologia Crítica - UFPR
Li: Katie Silene Cáceres Arguello
32. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal - UESPI
Li: Maria dos Remédios Lima do Nascimento
33. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
34. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB
Li: Rosimeire Ventura Leite
35. Gr: Informática Jurídica, direito e tecnologia - UFSC
Li: Aires José Rover
36. Gr: Instituições do Estado de Direito e Desenvolvimento Político e Social - FGV-SP
Li: Oscar Vilhena Vieira
37. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
38. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania - UCP
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira
39. Gr: Luta contra o delito transnacional: cooperação entre Europa e América Latina - UFPB
Li: Marcela da Silva Varejão
40. Gr: Mal-Estar na Cultura Punitiva - PUC/RS
Li: Salo de Carvalho

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

41. Gr: Modernas Tendências do Direito e do Processo Penal, da Política Criminal e da Criminologia - UEPG
Li: Paulo César Busato
42. Gr: Novas Instituições de Direito Penal Aplicado na Economia e Políticas de Desenvolvimento - UCAM
Li: João Mestieri
43. Gr: Novo Direito Civil Patrimonial - UCAM
Li: Paulo Roberto Soares Mendonça
44. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra
45. Gr: Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania - UNIMEP
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez
46. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC Minas
Li: Flaviane de Magalhães Barros
47. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente - Nejusca - UFSC
Li: Josiane Rose Petry Veronese
48. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania - UNESC
Li: Vladimir de Carvalho Luz
49. Gr: NUPECC: Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Crime e Criminalidade - UFPA
Li: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
50. Gr: O assédio moral nas relações domésticas e laborais - UEM
Li: Érika Mendes de Carvalho
51. Gr: Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a instrumentalidade constitucional (Garantista) como limitação do poder punitivo - PUC RS
Li: Aury Celso Lima Lopes Junior
52. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar - UFS
Li: Carla Eugênia Caldas Barros
53. Gr: Repensando o Direito Penal Contemporâneo - UFBA
Li: Maria Auxiliadora Minahim
54. Gr: Responsabilidade Social da Empresa - UNIB
Li: Mara Vidigal Darcanchy

55. Gr: Retrato Sócio Econômico dos Egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - FIC
Li: Luiz Antonio Câmara
56. Gr: Tradição, Modernidade e Violência na Construção do Estado Brasileiro - PUC/RS
Li: Ruth Maria Chittó Gauer
AP: História
57. Gr: Violência e Cidadania - UFRGS
Li: José Vicente Tavares dos Santos

Direito Processual Penal

Total: 14

1. Gr: A atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
2. Gr: Acesso à Justiça e efetividade do processo - UNESA
Li: Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
3. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
4. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
5. Gr: Ciência Global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
6. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
7. Gr: Direito Processual Penal - UNIPAR
Li: Jônatas Luiz Moreira de Paula
8. Gr: Estudos Jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
9. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal - UESPI
Li: Maria dos Remédios Lima do Nascimento
10. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
11. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB
Li: Rosimeire Ventura Leite
12. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania - UCP
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

13. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC Minas

Li: Flaviane de Magalhães Barros

14. Gr: Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a Instrumentalidade Constitucional (Garantista) como Limitação do Poder Punitivo - PUC RS

Li: Aury Celso Lima Lopes Júnior

Direito Processual Civil

Total: 18

1. Gr: A Atualidade do Direito - UFV

Li: Sylvia Maria Machado Vendramini

2. Gr: Acesso à Justiça e efetividade do processo - UNESA

Li: Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho

3. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS

Li: Luciane Cardoso Barzotto

4. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG

Li: Everton das Neves Gonçalves

5. Gr: Democratização e Efetividade do processo - FADISP

Li: Rolando Maria da Luz

6. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia - ULBRA

Li: Luciano Benetti Timm

7. Gr: Direito Civil Futurista - UNIPAR

Li: Omar Simão Chueiri

8. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ

Li: Jacob Dolinger

9. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito Civil e Direito do Consumidor (GECON) - UCPEL

Li: Fernando Costa de Azevedo

10. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA

Li: Saulo José Casali Bahia

11. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB

Li: Rosimeire Ventura Leite

12. Gr: Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas meta- Individuais - UNITOLEDO

Li: Gilson Delgado Miranda

13. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania - UCP
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira
14. Gr: Levantamento estatístico ambiental - UNIPAR
Li: Gleiton Gonçalves de Souza
15. Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado - UFPR
Li: Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni
16. Gr: O processo como instrumento de tutela dos direitos privados - UFES
Li: Francisco Vieira Lima Neto
17. Gr: Processo Civil - UFPE
Li: Zélio Furtado da Silva
18. Gr: Tutela Jurisdicional Ambiental - UEM
Li: José Miguel Garcia Medina

Direito Constitucional

Total: 97

1. Gr: A atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
2. Gr: A Constitucionalização do Direito Civil - PUC/RJ
Li: Maria Celina Bodin de Moraes
3. Gr: ABC do Direito Constitucional - UFC
Li: Francisco Régis Frota Araújo
4. Gr: Acesso à justiça - PUC/RJ
Li: Florian Fabian Hoffmann
5. Gr: Ações Coletivas e Efetividade - UNAERP
Li: Luiz Manoel Gomes Júnior
6. Gr: Administração Pública - UFES
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
7. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA - UNIR
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
8. Gr: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia - CEJAM - UNIR
Li: Delson Fernando Barcellos Xavier
9. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

10. Gr: Ciência Penal Contemporânea - UFRGS
Li: Tupinambá Pinto de Azevedo
11. Gr: Constitucionalismo Contemporâneo - UNISC
Li: Jorge Renato dos Reis
12. Gr: Constituição e política - UPF
Li: Liton Lanes Pilau Sobrinho
13. Gr: Controle de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais - UNB
Li: Gilmar Ferreira Mendes
14. Gr: Democratização e Efetividade do processo - FADISP
Li: Rolando Maria da Luz
15. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
16. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia - ULBRA
Li: Luciano Benetti Timm
17. Gr: Direito Civil e Constituição - UPF
Li: Adriana Fasolo Pilati Scheleder
18. Gr: Direito Constitucional - UFPA
Li: Antonio Gomes Moreira Maués
19. Gr: Direito Constitucional: Sociedade, Política e Economia - UNIT
Li: Maurício Gentil Monteiro
20. Gr: Direito de Família, da Criança e do Adolescente - FDC-RJ
Li: Heloísa Helena Gomes Barboza
21. Gr: Direito e Bioética - PUC/RS
Li: Paulo Vinícius Sporleder de Souza
22. Gr: Direito e sustentabilidade - SOCIESC
Li: Danielle Anne Pamplona
23. Gr: Direito e Teoria da Argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
24. Gr: Direito Educacional e o Ensino do Direito - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
25. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva

26. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
27. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
28. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
29. Gr: Direitos Humanos - FDC-RJ
Li: Sidney César Silva Guerra
30. Gr: Direitos Humanos - UFRJ
Li: Vanessa Oliveira Batista
31. Gr: Direitos Humanos e Políticas Públicas - UFCG
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
32. Gr: Direitos Humanos e Tributação - UFPA
Li: Fernando Facury Scaff
33. Gr: Direitos Humanos na Amazônia - UEA
Li: Sílvia Maria da Silveira Loureiro
34. Gr: Direitos Sociais - UCSAL
Li: Edilton Meireles de Oliveira Santos
35. Gr: Estado e Constituição - UNISINOS
Li: José Luís Bolzan de Moraes
36. Gr: Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas - FURB
Li: Patrícia Luiza Kegel
37. Gr: Estudos Jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
38. Gr: Ética e Direito - UFES
Li: Júlio César Pompeu
39. Gr: Fundamentos da Produção e Aplicação do Direito - UNIVALI
Li: Moacyr Motta da Silva
40. Gr: Fundamentos de Direito Público - PUC RS
Li: Regina Linden Ruaro
41. Gr: GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional - USP
Li: Fernando Dias Menezes de Almeida

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

42. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais - FEESR
Li: Norma Sueli Padilha
43. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
44. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
45. Gr: Grupo de Estudos do Mercosul - UniCEUB
Li: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
46. Gr: Grupo de Estudos sobre os três Poderes de Estado no Brasil - FUMEC
Li: Eduardo Martins de Lima
47. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
48. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional - UESPI
Li: Adeilda Coelho de Resende
49. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Justiça - UFPI
Li: Marco Aurélio Lustosa Caminha
50. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal - UESPI
Li: Maria dos Remedios Lima do Nascimento
51. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
52. Gr: Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos - UNC
Li: Sócrates Roberto Fusinato
53. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
54. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Política e Direito - UNICAMP
Li: Andrei Koerner
55. Gr: Hermenêutica e Neoconstitucionalismo - UNIVALI
Li: Marcos Leite Garcia
56. Gr: Hermenêutica Jurídica e Concretização Judicial - ULBRA
Li: Kelly Susane Alflen da Silva
57. Gr: Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas meta- Individuais - UNITOLEDO
Li: Gilson Delgado Miranda

58. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
59. Gr: Internacionalização do Direito - UniCEUB
Li: Marcelo Dias Varella
60. Gr: Interpretação Constitucional e Direito Administrativo - PUC/RS
Li: Juarez Freitas
61. Gr: Jurisdição Constitucional - FDV
Li: Geovany Cardoso Jevaux
62. Gr: Jurisdição constitucional e democracia - UGF
Li: Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva
63. Gr: Laboratório de Análise Jurisprudencial - UGF
Li: Margarida Maria Lacombe Camargo
64. Gr: Lei e Sociedade - UniCEUB
Li: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
65. Gr: Novas Tendências do Direito Público - UniCEUB
Li: Carlos Bastide Horbach
66. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
67. Gr: Núcleo de Ciência Jurídica contemporânea - UNIFENAS
Li: Fernanda Santinelli
68. Gr: Núcleo de Estudos Constitucionais - NEC - UniCEUB
Li: Christine Oliveira Peter da Silva
69. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Constitucional - UFMA
Li: Paulo Roberto Barbosa Ramos
70. Gr: Nucleo de Estudos de Instiuições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
71. Gr: Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação - UFRGS
Li: Maria Beatriz Moreira Luce
72. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito - PUC Minas
Li: Flaviane de Magalhães Barros
73. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente, Estatuto da Cidade e Tutelas Coletivas - UFSC
Li: José Isaac Pilati

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

74. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC -
URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens
75. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional - UFPR
Li: Luiz Edson Fachin
76. Gr: Núcleo Jurídico de Políticas Públicas/OPUR - PUC Minas
Li: Marinella Machado Araújo
77. Gr: NUPECONST – Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional da UNIBRASIL -
UNIBRASIL
Li: Marcos Augusto Maliska
78. Gr: NUPECOP - Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional e Processual - UEPG
Li: Geraldo Manjinski Junior
79. Gr: NUPETEC - Núcleo de Pesquisas em Teoria Crítica do Direito da UniBrasil -
UNIBRASIL
Li: Emerson Gabardo
80. Gr: O Processo e a jurisdição constitucional no Brasil - UFES
Li: Angel Rafael Mariño Castellanos
81. Gr: O Processo na Dimensão Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais -
UNITOLEDO
Li: Iara Rodrigues de Toledo
82. Gr: Planejamento em administração pública - UFES
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
83. Gr: Política, Gestão e Finanças Públicas - UFC
Li: Denise Lucena Cavalcante
84. Gr: Políticas Públicas de Inclusão Social - UNISC
Li: Hugo Thamir Rodrigues
85. Gr: Princípios Fundamentais em Direito Tributário - PUC/RS
Li: Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
86. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
87. Gr: Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a Instrumentalidade Constitucional
(Garantista) como Limitação do Poder Punitivo - PUC RS
Li: Aury Celso Lima Lopes Junior

88. Gr: Programa Pólos de Cidadania - UFMG
Li: Miracy Barbosa de Sousa Gustin
89. Gr: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - UFV
Li: Patrícia Aurélia Del Nero
90. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar - UFS
Li: Carla Eugênia Caldas Barros
91. Gr: Rede Guarani/Serra Geral - Lages - UNIPLAC
Li: Valdeci Israel
92. Gr: Reforma do Estado e Legislações Agro-Ambientais - UFCG
Li: Erivaldo Moreira Barbosa
93. Gr: Regulamentação e Efetividade Jurídica na Sociedade de Informação - FMU
Li: Liliana Minardi Paesani
94. Gr: Temas de Direito Tributário e Financeiro - PUC/RS
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
95. Gr: Teoria do Direito e Democracia e Literatura - UFPR
Li: Katya Kozicki
96. Gr: Teoria e História do Direito e das Instituições - FGV-SP
Li: Ronaldo Porto Macedo Júnior
97. Gr: Teoria Jurídica e Práticas Sociais - UFF
Li: Maria Arair Pinto Paiva

Direito Administrativo

Total: 19

1. Gr: A atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
2. Gr: Administração Pública e Autonomia Municipal - PUC/RS
Li: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
3. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
4. Gr: Capital, Trabalho e Lazer - UNICENTRO
Li: Carlos Alberto Marçal Gonzaga

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

5. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA - UNIR
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
6. Gr: Direito e Economia da Regulação e Concorrência - UCAM
Li: Marcos Juruena Villela Souto
7. Gr: Direito e Sociedade - UCAM
Li: Luís Antônio Cunha Ribeiro
8. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
9. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
10. Gr: Direitos Humanos e Políticas Públicas - UFCG
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
11. Gr: Estudos Jurídicos do Estado - UNIVALI
Li: José Everton da Silva
12. Gr: Fundamentos de Direito Público - PUC RS
Li: Regina Linden Ruaro
13. Gr: Fundamentos para uma nova Teoria do Direito Administrativo - UFBA
Li: Celso Luiz Braga de Castro
14. Gr: GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional - USP
Li: Fernando Dias Menezes de Almeida
15. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
16. Gr: Interpretação Constitucional e Direito Administrativo - PUC/RS
Li: Juarez Freitas
17. Gr: NEJURP - UFSM
Li: Jalusa Prestes Abaide
18. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS - UNIFOA
Li: Douglas Mansur da Silva
19. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC - URCA
Li: Plácido Cidade Nuvens

Direito Internacional Público

Total: 20

1. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
2. Gr: Ciência Global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
3. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
4. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
5. Gr: Direito, Estado e Cidadania - UFGD
Li: Maria Goretti Dal Bosco
6. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remedios Fontes Silva
7. Gr: Direito Internacional Público Contemporâneo - FEESR
Li: Sérgio Luiz Cruz Aguiar
8. Gr: Direito público - UNIVALI
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
9. Gr: Direito, Sociedade e Internacionalização - ULBRA
Li: Denise Estrella Tellini
10. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU
Li: Marcia Leonora Santos Regis Orlandini
11. Gr: Estudos Jurídicos - PUC/RS
Li: Aline Hermann Panciera
12. Gr: Grupo de Estudos do Mercosul - UniCEUB
Li: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
13. Gr: Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ) - UFF
Li: Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
14. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
15. Gr: Grupo de pesquisa sobre política criminal - UFF
Li: Monica Paraguassú Correia da Silva

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

16. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
17. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
18. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica - UFSC
Li: Arno Dal Ri Júnior
19. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
20. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Constitucional - UFMA
Li: Paulo Roberto Barbosa Ramos

Direito Privado

Total: 59

1. Gr: A Arbitragem como meio de solução de controvérsias - UFRGS
Li: Véra Maria Jacob de Fradera
2. Gr: A Atualidade do Direito - UFV
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
3. Gr: A Constitucionalização do Direito Civil - PUC/RJ
Li: Maria Celina Bodin de Moraes
4. Gr: A função social da propriedade e dos contratos - FADISP
Li: José Manoel de Arruda Alvim Netto
5. Gr: A reconstrução do Direito Privado - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
6. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC
Li: Lutiana Nacur Lorentz
7. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
8. Gr: Ciência Jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade - UNIJUI
Li: Carlos Guilherme Probst
9. Gr: Constitucionalismo Contemporâneo - UNISC
Li: Jorge Renato dos Reis
10. Gr: Constitucionalização do Direito Privado e Hermenêutica Jurídica - ULBRA
Li: Luiz Gonzaga Silva Adolfo

11. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
12. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
13. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia - ULBRA
Li: Luciano Benetti Timm
14. Gr: Direito da Seguridade Social - UNIVALI
Li: Cláudio José Pinheiro
15. Gr: Direito e Cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
16. Gr: Direito e Economia - UNIRITTER
Li: Leandro Martins Zanitelli
17. Gr: Direito e Relações Sociais - UNISINOS
Li: José Carlos Moreira da Silva Filho
18. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
19. Gr: Direito, Memória e Tradição - PUC/RS
Li: Maren Guimarães Taborda
20. Gr: Direito Privado - UNISA
Li: Fuad José Daud
21. Gr: Direito privado - UFPE
Li: Fabíola Santos Albuquerque
22. Gr: Direito Privado Contemporâneo - UNIJUI
Li: Sérgio Luís Leal Rodrigues
23. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
24. Gr: Direito, Sociedade e Internacionalização - ULBRA
Li: Denise Estrella Tellini
25. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU
Li: Márcia Leonora Santos Regis Orlandini
26. Gr: Dr. Stockmann - UFMG
Li: João Baptista Villela

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

27. Gr: Entidades Familiares - FADISP
Li: Francisco José Cahali
28. Gr: Função Social da empresa - FADISP
Li: Manoel de Queiroz Pereira Calças
29. Gr: Função Social da Responsabilidade Civil - FADISP
Li: Roberto Grassi Neto
30. Gr: Fundamentos da Produção e Aplicação do Direito - UNIVALI
Li: Moacyr Motta da Silva
31. Gr: Fundamentos de Direito Público - PUC RS
Li: Regina Linden Ruaro
32. Gr: Gestão Ambiental - UNISAL
Li: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
33. Gr: Grupo de Ciências Sociais Aplicadas - URI
Li: Paulo Roberto Giollo
34. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
35. Gr: Grupo de Estudos em Direito Privado - UEL
Li: Valkíria Aparecida Lopes Ferraro
36. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
37. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG - UCG
Li: Germano Campos Silva
38. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - UNIVALI
Li: Valcir Gassen
39. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - FDC-RJ
Li: Danilo Cesar Maganhoto Doneda
40. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano - USP
Li: Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi
41. Gr: Grupo de pesquisa em teoria contratual à luz da teoria processual da prova: categorias jurídicas e nova roupagem na sistemática do Direito Privado - UFF
Li: Maria Tereza Albuquerque Pereira
42. Gr: Grupo de Pesquisa Governança Corporativa - GPEGC - UniCEUB
Li: Samira Otto

43. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
44. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
45. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
46. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
47. Gr: Justiça e Sociedade: aspectos sócio-filosóficos do Direito - FADISP
Li: Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos
48. Gr: Leitura de Kant a partir de Habermas - UFES
Li: José Pedro Luchi
49. Gr: LOCUSS - UFRJ - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
50. Gr: Mercosul e Direito do Consumidor - UFRGS
Li: Claudia Lima Marques
51. Gr: NEDF - Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direitos Fundamentais - PUC RS
Li: Ingo Wolfgang Sarlet
52. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
53. Gr: Núcleo de pesquisas em direito patrimonial privado - USP
Li: Alcides Tomasetti Junior
54. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania - UNESC
Li: Vladimir de Carvalho Luz
55. Gr: NUPETEC - Núcleo de Pesquisas em Teoria Crítica do Direito da UniBrasil - UNIBRASIL
Li: Emerson Gabardo
56. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
57. Gr: Razão Prática e Direito Privado - UFRGS
Li: Cláudio Fortunato Michelin Júnior
58. Gr: Repensando o Direito Privado - UFMG
Li: César Augusto de Castro Fiuza

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

59. Gr: Temas Fundamentais de Direito Privado - PUC/RS

Li: Fábio Siebeneichler de Andrade

Direito Civil

Total: 82

1. Gr: A Atualidade do Direito - UFV

Li: Sylvia Maria Machado Vendramini

2. Gr: A Constitucionalização do Direito Civil - PUC/RJ

Li: Maria Celina Bodin de Moraes

3. Gr: A defesa dos direitos fundamentais em juízo nas áreas penal, trabalhista e civil (defesa individual e coletiva). - UEPG

Li: Silvana Souza Netto Mandalozzo

4. Gr: A função social da propriedade e dos contratos - FADISP

Li: José Manoel de Arruda Alvim Netto

5. Gr: A reconstrução do Direito Privado - UFRGS

Li: Judith Hofmeister Martins Costa

6. Gr: Acesso à Justiça e efetividade do processo - UNESA

Li: Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho

7. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos - FDC-RJ

Li: Leonardo Greco

8. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS

Li: Luciane Cardoso Barzotto

9. Gr: As obrigações nos direitos Civil, de Empresa e do Consumidor - UFSC

Li: Fernando Noronha

10. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC

Li: Lutiana Nacur Lorentz

11. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG

Li: Everton das Neves Gonçalves

12. Gr: Ciência da Religião - ULBRA

Li: Laíno Alberto Schneider

13. Gr: Constitucionalismo Contemporâneo - UNISC

Li: Jorge Renato dos Reis

14. Gr: Cooperação Jurídica Internacional - UCB-DF
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
15. Gr: Democratização e efetividade do processo - FADISP
Li: Rolando Maria da Luz
16. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
17. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia - ULBRA
Li: Luciano Benetti Timm
18. Gr: Direito Civil e Constituição - UPF
Li: Adriana Fasolo Pilati Scheleder
19. Gr: Direito Civil Futurista - UNIPAR
Li: Omar Simão Chueiri
20. Gr: Direito de Família, da Criança e do Adolescente - FDC-RJ
Li: Heloisa Helena Gomes Barboza
21. Gr: Direito e Bioética - PUC/RS
Li: Paulo Vinicius Sporleder de Souza
22. Gr: Direito e Economia - UNIRITTER
Li: Leandro Martins Zanitelli
23. Gr: Direito e Teoria da Argumentação - UFJF
Li: Marcos Vinício Chein Feres
24. Gr: Direito Estado e Sociedade - UFRN
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
25. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ
Li: Jacob Dolinger
26. Gr: Direito, Linguagem e Filosofia - UPF
Li: Paulo César Ribeiro Martins
27. Gr: Direito Privado - UNISA
Li: Fuad José Daud
28. Gr: Direito privado - UFPE
Li: Fabíola Santos Albuquerque
29. Gr: Direito Privado Contemporâneo - UNIJUI
Li: Sérgio Luís Leal Rodrigues

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

30. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades - UFRGS
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
31. Gr: Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública - UECE
Li: Maria Glaucéria Mota Brasil
32. Gr: Ecologia e Meio Ambiente (GEMA) - FUIT
Li: Débora do Amaral Teixeira
33. Gr: Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas - FURB
Li: Patrícia Luiza Kegel
34. Gr: Ética e Direito - USU
Li: Maria do Carmo Bettencourt de Faria
35. Gr: Ética e Direitos Humanos - UECE
Li: Marly Carvalho Soares
36. Gr: Função Social da Responsabilidade Civil - FADISP
Li: Roberto Grassi Neto
37. Gr: Fundamentos histórico-críticos da Responsabilidade Civil - UNIP
Li: Angélica Lucía Carlini
38. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar DEFIL - UFMA - UFMA
Li: Luciano da Silva Façanha
39. Gr: Grupo de Estudos de Direito Ambiental - UEM
Li: Paulo Roberto Pereira de Souza
40. Gr: Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisa em Direito Obrigacional - UEPG
Li: Zilda Mara Consalter
41. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito Civil e Direito do Consumidor (GECON) - UCPEL
Li: Fernando Costa de Azevedo
42. Gr: Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ) - UFF
Li: Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
43. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Civil e Direito Ambiental - UFBA
Li: Roxana Cardoso Brasileiro Borges
44. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - UNIVALI
Li: Valcir Gassen
45. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado - FDC-RJ
Li: Danilo César Maganhoto Doneda

46. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano - USP
Li: Eduardo César Silveira Vita Marchi
47. Gr: Grupo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada - UNESC
Li: Merisandra Côrtes de Mattos
48. Gr: Grupo de Pesquisa Inter-Institucional-O Sistema Hegeliano - UFPE
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
49. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
50. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas - UEPB
Li: Rosimeire Ventura Leite
51. Gr: Instituições do Estado de Direito e Desenvolvimento Político e Social - FGV-SP
Li: Oscar Vilhena Vieira
52. Gr: Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas meta- Individuais - UNITOLEDO
Li: Gilson Delgado Miranda
53. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
54. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania - UCP
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira
55. Gr: Laboratório de Estudos Internacionais - LEI - UFSM
Li: Jalusa Prestes Abaide
56. Gr: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde - UERJ
Li: Roseni Pinheiro
57. Gr: Levantamento estatístico ambiental - UNIPAR
Li: Gleiton Gonçalves de Souza
58. Gr: Novas Instituições de Direito Penal Aplicado na Economia e Políticas de Desenvolvimento - UCAM
Li: Joao Mestieri
59. Gr: Novo Direito Civil Patrimonial - UCAM
Li: Paulo Roberto Soares Mendonça
60. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
61. Gr: Núcleo de Direito e Democracia - CEBRAP
Li: Ricardo Ribeiro Terra

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

62. Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado - UFPR
Li: Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni
63. Gr: Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania - UNIMEP
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez
64. Gr: Nucleo de Estudos de Instiuições Coercitivas - UFPE
Li: Jorge Zaverucha
65. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional - UFPR
Li: Luiz Edson Fachin
66. Gr: Núcleo Jurídico de Políticas Públicas/OPUR - PUC Minas
Li: Marinella Machado Araújo
67. Gr: O processo como instrumento de tutela dos direitos privados - UFES
Li: Francisco Vieira Lima Neto
68. Gr: O “torto” e o “direito”: a eficácia social das normas jurídicas - UEPG
Li: José Robson da Silva
69. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional - PUC/RS
Li: Ricardo Aronne
70. Gr: Processo Civil - UFPE
Li: Zélio Furtado da Silva
71. Gr: Processo Civil e Direito Eletrônico - IBDE
Li: José Carlos de Araújo Almeida Filho
72. Gr: Processos político-sociais e exclusão - UNESP
Li: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
73. Gr: Provas Processuais Alternativas e Prazos Prescricionais - UNESP
Li: Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga
74. Gr: Razão Prática e Direito Privado - UFRGS
Li: Cláudio Fortunato Michelon Júnior
75. Gr: Reflexão e Prática - USJT
Li: Paulo Jonas de Lima Piva
76. Gr: Reforma do Estado e Terceiro Setor - Direito Educacional - UNAERP
Li: Aparecida Dinalli
77. Gr: Regulamentação e Efetividade Jurídica na Sociedade de Informação - FMU
Li: Lílíana Minardi Paesani

78. Gr: Responsabilidade Social da Empresa - UNIB
Li: Mara Vidigal Darcanchy
79. Gr: Sociedade, Representações e Processos Sociais - UFPEL
Li: Maria Thereza Rosa Ribeiro
80. Gr: Temas de Direito do Consumidor - UFPEL
Li: Fernando Costa de Azevedo
81. Gr: Tutela Jurisdicional Ambiental - UEM
Li: José Miguel Garcia Medina
82. Gr: Tutela jurisdicional dos direitos coletivos - PUC/SP
Li: Patricia Miranda Pizzol

Direito Comercial

Total: 10

1. Gr: A função social da propriedade e dos contratos - FADISP
Li: José Manoel de Arruda Alvim Netto
2. Gr: Administração e Informatização da Manufatura - USP
Li: José Francisco Ferreira Ribeiro
3. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC
Li: Lutiana Nacur Lorentz
4. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
5. Gr: Democratização e Efetividade do processo - FADISP
Li: Rolando Maria da Luz
6. Gr: Direito e sociedade - UNEB
Li: Walney Souza Moraes Sarmiento
7. Gr: Economia do Trabalho - UCB-DF
Li: Ricardo Silva Azevedo Araújo
8. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
9. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
10. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito do Trabalho

Total: 82

1. Gr: A Evolução do Direito do Trabalho no Brasil: doutrina, jurisprudência e legislação - MACKENZIE
Li: José Francisco Siqueira Neto
2. Gr: Ambiente e Direito - PUC/RS
Li: Luciane Cardoso Barzotto
3. Gr: As novas relações de trabalho no mundo globalizado - UVA/RJ
Li: Leonardo Rabelo de Matos Silva
4. Gr: Aspectos Sociais e Filosóficos do Direito do Trabalho - UCP
Li: Valter da Silva Pinto
5. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado - FUMEC
Li: Lutiana Nacur Lorentz
6. Gr: Capital, Trabalho e Lazer - UNICENTRO
Li: Carlos Alberto Marçal Gonzaga
7. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA - UNIR
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
8. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG
Li: Everton das Neves Gonçalves
9. Gr: CEPAE - Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação - UNESP
Li: Lourdes Marcelino Machado
10. Gr: Desenvolvimento Econômico e a Geopolítica da Energia - FDC-RJ
Li: João Eduardo Alves Pereira
11. Gr: Dimensões de Direitos Fundamentais - UFMS
Li: Norma Sueli Padilha
12. Gr: Direito - UFAM
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
13. Gr: Direito, Cidadania e Desenvolvimento - UNIJUI
Li: Darcísio Corrêa
14. Gr: Direito da Seguridade Social - UNIVALI
Li: Cláudio José Pinheiro

15. Gr: Direito do Trabalho como Instrumento de Cidadania e Limite do Poder Econômico - MACKENZIE
Li: José Francisco Siqueira Neto
16. Gr: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho - UPF
Li: Maira Angélica Dal Conte Tonial
17. Gr: Direito e modernidade - UNOPAR
Li: Lourival José de Oliveira
18. Gr: Direito e saúde - FIOCRUZ
Li: Maria Helena Barros de Oliveira
19. Gr: Direito, globalização e as novas relações de trabalho - UNIMAR
Li: Lourival José de Oliveira
20. Gr: Direito, Trabalho e Sociedade - ULBRA
Li: Rosângela Werlang
AP: Direito
21. Gr: Direitos Econômicos e Sociais - UFU
Li: Aguinaldo Alemar
22. Gr: Direitos Humanos e Cidadania - UNOCHAPECO
Li: Silvana Terezinha Winckler
23. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU
Li: Marcia Leonora Santos Regis Orlandini
24. Gr: Direitos Humanos e Políticas Públicas - UFCG
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
25. Gr: Direitos Humanos e Relações Sociais - UCDB
Li: Arlinda Cantero Dorsa
26. Gr: Direitos Sociais - UCSAL
Li: Edilton Meireles de Oliveira Santos
27. Gr: Economia do Trabalho - UCB-DF
Li: Ricardo Silva Azevedo Araujo
28. Gr: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero - UFS
Li: Maria Helena Santana Cruz
29. Gr: Educação, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social - UFSM
Li: Adriana Moreira da Rocha Maciel

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

30. Gr: Efetividade da jurisdição trabalhista - UNICAP
Li: Fábio Túlio Barroso
31. Gr: Epistemes da Subjetividade na Família e no Trabalho - UCSAL
Li: Jose Euclimar Xavier de Menezes
32. Gr: Ergonomia - UEL
Li: Cristina Faria Fidelis Gonçalves
33. Gr: “Estudos de Pesquisa na área de Políticas Públicas” - UNIMONTES
Li: Maria Railma Alves
34. Gr: Ética e Direitos Humanos - UECE
Li: Marly Carvalho Soares
35. Gr: Fortalecimento e desgaste no trabalho e na vida: bases para a intervenção em saúde coletiva - USP
Li: Cássia Baldini Soares
36. Gr: GEDES - Grupo de Estudos Direito, Sociedade e Acesso à Justiça - UFPB
Li: Zeu Palmeira Sobrinho
37. Gr: Gestão Participativa – Desenvolvimento Sustentável para a Região Carbopetroquímica - ULBRA
Li: Rudimar Serpa de Abreu
38. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais - URCA
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
39. Gr: Grupo de Estudo Resistência e Arte - UNICRUZ
Li: Mari Aparecida Bortoli
40. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento - URCA
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
41. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Direitos e Sociedade. - UNIUBE
Li: João Antonio Rodrigues
42. Gr: Grupo de Estudos em Saúde Coletiva - UFRGS
Li: Tatiana Engel Gerhardt
43. Gr: Grupo de Estudos Rurais e Urbanos - UFMA
Li: Maristela de Paula Andrade
44. Gr: Grupo de Estudos sobre as Relações de Trabalho na Amazônia - UNAMA
Li: Augusto César Ferreira de Baraúna

45. Gr: Grupo de estudos sobre direito, economia e filosofia - PUC Minas
Li: Giovani Clark
46. Gr: Grupo de pesquisa sobre política criminal - UFF
Li: Mônica Paraguassú Correia da Silva
47. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
48. Gr: Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho - GPT - UFPB
Li: Maria Augusta Tavares
49. Gr: Grupo RENAS: Estudos de Populações Haliêuticas - MPEG
Li: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado
50. Gr: Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade - FURG
Li: Francisco Quintanilha Veras Neto
51. Gr: Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura - UFSC
Li: Beatriz Gallotti Mamigonian
52. Gr: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde - UERJ
Li: Roseni Pinheiro
53. Gr: LOCUSS - UFRJ - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
54. Gr: Medicina e Odontologia do Trabalho (Saúde Ocupacional e Biossegurança) /
Medicina e Odontologia Legal (Traumatologia, Tanatologia, Antropologia, Entomologia e
DNA Forense) - UPE
Li: Marcus Vitor Diniz de Carvalho
55. Gr: Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia - UEPA
Li: Maria Marize Duarte
56. Gr: MUSA-Programa de Estudos em Gênero e Saúde - UFBA
Li: Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino
57. Gr: Núcleo de Ciência Jurídica contemporânea - UNIFENAS
Li: Fernanda Santinelli
58. Gr: Núcleo de Estudos de Direito e Relações Internacionais - UNIMEP
Li: Jorge Luís Mialhe
59. Gr: Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania - NEMIC - UFF
Li: Gladys Sabina Ribeiro

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

60. Gr: Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação - UFRGS
Li: Maria Beatriz Moreira Luce
61. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena - PUC/RS
Li: Edison Hüttner
62. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho - PUC/RS
Li: Jussara Maria Rosa Mendes
63. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS - UNIFOA
Li: Douglas Mansur da Silva
64. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Humanização da Atenção e Gestão da Saúde - FEPECS
Li: Marisa Pacini Costa
65. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente - Nejusca - UFSC
Li: Josiane Rose Petry Veronese
66. Gr: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS) - UFRGS
Li: Daniela Riva Knauth
67. Gr: Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas - UFF
Li: Roberto da Silva Fragale Filho
68. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania - UNESC
Li: Vladimir de Carvalho Luz
69. Gr: O Empresário e os Direitos do Consumidor - FDC-RJ
Li: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
70. Gr: O Papel do Direito no Desenvolvimento Nacional - PUC Minas
Li: Wilges Ariana Bruscato
71. Gr: O “torto” e o “direito”: a eficácia social das normas jurídicas - UEPG
Li: José Robson da Silva
72. Gr: Processo de Trabalho e Políticas Sociais - ULBRA
Li: Vanessa Maria Panozzo
73. Gr: Programa Pólos de Cidadania - UFMG
Li: Miracy Barbosa de Sousa Gustin
74. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar - UFS
Li: Carla Eugênia Caldas Barros
75. Gr: Regulação Econômica e Atuação Empresarial - PUC-PR
Li: Marco Antônio César Villatore

76. Gr: Relações de trabalho no mundo contemporâneo - FDC-RJ

Li: Zoraide Amaral de Souza

77. Gr: Relações Empregatícias - UFMG

Li: Antônio Álvares da Silva

78. Gr: Responsabilidade Social da Empresa - UNIB

Li: Mara Vidigal Darcanchy

79. Gr: Saúde, Trabalho, Ambiente e Vigilâncias - FIOCRUZ

Li: William Waissmann

80. Gr: Saúde, Trabalho e Cidadania - FIOCRUZ

Li: Maria Helena Barros de Oliveira

81. Gr: Trabalho, Saúde e Meio Ambiente - FIOCRUZ

Li: Marcelo Motta Veiga

82. Gr: Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais - UNOCHAPECO

Li: Rosana Maria Badalotti

Direito Internacional Privado

Total: 16

1. Gr: A arbitragem como meio de solução de controvérsias - UFRGS

Li: Véra Maria Jacob de Fradera

2. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE - FURG

Li: Everton das Neves Gonçalves

3. Gr: Constitucionalismo Contemporâneo - UNISC

Li: Jorge Renato dos Reis

4. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais - UFV

Li: Iacyr de Aguiar Vieira

5. Gr: Direito - UFAM

Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca

6. Gr: Direito Internacional Privado Especializado - UERJ

Li: Jacob Dolinger

7. Gr: Direito, Sociedade e Internacionalização - ULBRA

Li: Denise Estrella Tellini

8. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional - UFU

Li: Marcia Leonora Santos Regis Orlandini

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

9. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
10. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais - UFBA
Li: Saulo José Casali Bahia
11. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI - UFSC
Li: Welber Oliveira Barral
12. Gr: Integração regional e comércio internacional - UFPE
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
13. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional - UFPE
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
14. Gr: Mercosul e Direito do Consumidor - UFRGS
Li: Claudia Lima Marques
15. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
16. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania - UNESC
Li: Vladimir de Carvalho Luz

Direitos Especiais

Total: 11

1. Gr: Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados - UGF
Li: Maria Stella Faria de Amorim
2. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA - UNIR
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
3. Gr: Ciência Global do Direito Penal - ULBRA
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
4. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais. - UFV
Li: Iacyr de Aguiar Vieira
5. Gr: Direito e Cidadania - UNIVALI
Li: Walter Amaro Baldi
6. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais - FEESR
Li: Norma Sueli Padilha

Ensino e Pesquisa nas Escolas de Magistratura

7. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas - URI
Li: Liliana Locatelli
8. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito JUR-UCG-UCG
Li: Germano Campos Silva
9. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada - URI
Li: Salete Oro Boff
10. Gr: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Questão Social - UFPI
Li: Simone de Jesus Guimarães
11. Gr: Práticas Educativas e Relações Sociais no Espaço Escolar - UNIMEP
Li: Maria Inês Bacellar Monteiro

**Siglas das Universidades, Centros Universitários, Instituições
de Ensino Superior
Grupos de Pesquisa / MCT / CNPq
Ciências Sociais Aplicadas
Área do Direito**

1. Universidades Federais

- 1.1. Universidade Federal de Alagoas – **UFAL**
- 1.2. Fundação Universidade do Amazonas – **UFAM**
- 1.3. Universidade Federal da Bahia – **UFBA**
- 1.4. Universidade Federal do Ceará – **UFC**
- 1.5. Universidade Federal de Campina Grande – **UFCG**
- 1.6. Universidade Federal do Espírito Santo – **UFES**
- 1.7. Universidade Federal Fluminense – **UFF**
- 1.8. Universidade Federal de Juiz de Fora – **UFJF**
- 1.9. Universidade Federal de Goiás – **UFG**
- 1.10. Universidade Federal da Grande Dourados – **UFGD**
- 1.11. Universidade Federal do Maranhão – **UFMA**
- 1.12. Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG**
- 1.13. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – **UFMS**
- 1.14. Universidade Federal do Mato Grosso – **UFMT**
- 1.15. Universidade Federal de Ouro Preto – **UFOP**
- 1.16. Universidade Federal do Pará – **UFPA**
- 1.17. Universidade Federal da Paraíba – **UFPB**
- 1.18. Universidade Federal do Paraná – **UFPR**
- 1.19. Universidade Federal de Pelotas – **UFPEL**
- 1.20. Universidade Federal de Pernambuco – **UFPE**
- 1.21. Universidade Federal do Piauí – **UFPI**

- 1.22. Universidade Federal São Carlos – **UFSCAR**
- 1.23. Universidade Federal de Sergipe – **UFS**
- 1.24. Fundação Universidade Federal do Rio Grande – **FURG**
- 1.25. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – **UFRN**
- 1.26. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – **UFRGS**
- 1.27. Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**
- 1.28. Universidade Federal de Roraima – **UFRR**
- 1.29. Universidade Federal de Santa Catarina – **UFSC**
- 1.30. Universidade Federal de Santa Maria – **UFSM**
- 1.31. Fundação Universidade Federal de Tocantins – **UFT**
- 1.32. Universidade Federal de Uberlândia – **UFU**
- 1.33. Universidade Federal de Viçosa – **UFV**
- 1.34. Universidade de Brasília – **UnB**
- 1.35. Universidade Federal de São Paulo – **UNIFESP**
- 1.36. Universidade Federal de Rondônia – **UNIR**
- 1.37. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – **UNIRIO**

2. Instituições Isoladas Federais

- 2.1. Fundação Oswaldo Cruz – **FIOCRUZ**
- 2.2. Museu Paraense Emílio Goeldi – **MPEG**
- 2.3. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – **CEFET/BA**

3. Universidades Confessionais

- 3.1. Universidade Católica de Brasília – **UCB-DF**
- 3.2. Universidade Católica de Goiás – **UCG**
- 3.3. Universidade Católica Dom Bosco – **UCDB**
- 3.4. Universidade Católica de Petrópolis – **UCP**
- 3.5. Universidade Católica de Pelotas – **UCPEL**

- 3.6. Universidade Católica do Salvador – **UCSAL**
- 3.7. Universidade Católica de Santos – **UNISANTOS**
- 3.8. Universidade Luterana do Brasil – **ULBRA**
- 3.9. Universidade Presbiteriana Mackenzie – **MACKENZIE**
- 3.10. Universidade Santa Úrsula – **USU**
- 3.11. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – **UNISINOS**
- 3.12. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – **PUC/Campinas**
- 3.13. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – **PUC/MG**
- 3.14. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – **PUC/RJ**
- 3.15. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – **PUC/Pr**
- 3.16. Universidade Católica de Petrópolis – **UCP**
- 3.17. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – **PUC/RS**
- 3.18. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – **PUC/SP**
- 3.19. Universidade Católica de Pernambuco – **UNICAP**
- 3.20. Universidade Metodista de Piracicaba – **UNIMEP**

4. Universidades Estaduais

- 4.1. Universidade Estadual do Ceará – **UECE**
- 4.2. Universidade do Estado do Amazonas – **UEA**
- 4.3. Universidade Estadual de Londrina – **UEL**
- 4.4. Universidade Estadual de Feira de Santana – **UEFS**
- 4.5. Universidade Estadual de Maringá – **UEM**
- 4.6. Universidade Estadual de Minas Gerais – **UEMG**
- 4.7. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - **UEMS**
- 4.8. Universidade Estadual do Pará – **UEPA**
- 4.9. Universidade Estadual do Paraíba – **UEPB**
- 4.10. Universidade Estadual de Ponta Grossa – **UEPG**

- 4.11. Universidade Estadual do Piauí – **UESPI**
- 4.12. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – **UERJ**
- 4.13. Universidade do Extremo Sul Catarinense – **UNESC**
- 4.14. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
- 4.15. Universidade Estadual de Campinas – **UNICAMP**
- 4.16. Universidade da Regional do Cariri – **URCA**
- 4.17. Universidade de São Paulo – **USP**
- 4.18. Universidade Estadual do Centro-Oeste – **UNICENTRO**

5. Universidades / Centros Universitários Particulares

- 5.1. Fundação Universidade Regional de Blumenau – **FURB**
- 5.2. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – **IMES**
- 5.3. Universidade de Caixas do Sul – **UCS**
- 5.4. Universidade Gama Filho – **UGF**
- 5.5. Universidade de Ribeirão Preto – **UNAERP**
- 5.6. Universidade da Amazônia – **UNAMA**
- 5.7. Fundação Universidade do Contestado – **UNC**
- 5.8. Universidade do Estado da Bahia – **UNEB**
- 5.9. Universidade do Extremo Sul Catarinense – **UNESC**
- 5.10. Centro Universitário de Jaraguá do Sul – **UNERJ**
- 5.11. Universidade Estácio de Sá – **UNESA**
- 5.12. Universidade Estadual do Paraná – **UNESPAR**
- 5.13. Universidade Ibirapuera – **UNIB**
- 5.14. Centro Universitário de Brasília – **UniCEUB**
- 5.15. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal –
UNIDERP
- 5.16. Universidade de Salvador – **UNIFACS**

- 5.17. Universidade José do Rosário Vellano – **UNIFENAS**
- 5.18. Centro Universitário de Volta Redonda – **UNIFOA**
- 5.19. Universidade de Fortaleza – **UNIFOR**
- 5.20. Universidade de Franca – **UNIFRAN**
- 5.21. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – **UNIJUI**
- 5.22. Universidade do Grande Rio – **UNIGRANRIO**
- 5.23. Universidade Vale do Rio Verde – **UNINCOR**
- 5.24. Universidade Nove de Julho – **UNINOVE**
- 5.25. Universidade Presidente Antônio Carlos – **UNIPAC**
- 5.26. Universidade Paranaense – **UNIPAR**
- 5.27. Universidade de Passo Fundo – **UPF**
- 5.28. Universidade do Planalto Catarinense – **UNIPLAC**
- 5.29. Centro Universitário Ritter dos Reis – **UNIRITTER**
- 5.30. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – **UNISAL**
- 5.31. Universidade do Sul de Santa Catarina – **UNISUL**
- 5.32. Universidade de Santa Cruz do Sul – **UNISC**
- 5.33. Universidade Taubaté – **UNITAU**
- 5.34. Centro Universitário do Triângulo – **UNITRI**
- 5.35. Universidade de Uberaba – **UNIUBE**
- 5.36. Universidade de Santa Amaro – **UNISA**
- 5.37. Centro Universitário Toledo – **UNITOLEDO**
- 5.38. Universidade do Vale do Itajaí – **UNIVALI**
- 5.39. Universidade Salgado de Oliveira – **UNIVERSO**
- 5.40. Universidade da Região de Joinville – **UNIVILLE**
- 5.41. Universidade do Oeste de Santa Catarina – **UNOESC**
- 5.42. Universidade Comunitária Regional de Chapecó – **UNOCHAPECÓ**

- 5.43. Universidade Norte do Paraná – **UNOPAR**
- 5.44. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – **URI**
- 5.45. Centro Universitário de Maringá – **CESUMAR**
- 5.46. Centro Universitário Eurípedes de Marília – **FEESR**
- 5.47. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – **FMU**

6. Instituições Isoladas Particulares

- 6.1. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – **FEPECS**
- 6.2. Faculdade Autônoma de Direito – **FADISP**
- 6.3. Fundação Casa de Rui Barbosa – **FCRB**
- 6.4. Fundação Getúlio Vargas – **FGV**
- 6.5. Fundação Mineira de Educação e Cultura – **FUMEC**
- 6.6. Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico – **IBDE**
- 6.7. Instituto Toledo de Ensino de Bauru - **ITE**

Totais:

- Federais – 37
- Instituições Isoladas Federais – 03
- Confessionais – 20
- Estaduais – 18
- Universidades / Centro Universitários Particulares – 47
- Instituições Isoladas Particulares – 07

Total geral: 132

Quantitativo dos Grupos de Pesquisa do CNPq por Instituição de Ensino Superior

Área : Direito

A distribuição dos 622 Grupos de Pesquisa, cadastrados em maio de 2008 no CNPq, apresenta resultados relativos aos Grupos de Pesquisa da área do Direito, os quais poderão ter reflexos relativos ao desenvolvimento futuro de Grupos de Pesquisa junto às Escolas de Magistratura, estudos e projetos de pesquisa sobre o Judiciário e Tribunais Estaduais e Federais.

Fazendo uma análise comparativa podemos observar profundas mudanças na distribuição dos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq. Em fevereiro de 2005 o CNPq apresentava uma lista de 281 Grupos de Pesquisa da área do Direito. Em setembro de 2007 havia 561 Grupos de Pesquisa cadastrados. Em maio de 2008, ou seja, em 8 meses, foram encontrados 622 Grupos no Banco de Dados, um aumento de 61 grupos, isso significa uma média de 8 grupos novos por mês.

Abaixo segue uma lista distribuída na seguinte ordem:

- Universidades Federais;
- Instituições Isoladas Federais;
- Universidades Confessionais;
- Universidades Estaduais;
- Universidades Centros Universitários Particulares;
- Institutos / Faculdades Isoladas.

As 37 Universidades Federais, com um total de 218 grupos, apresentam uma média de 5,9 grupos por instituição, enquanto as 18 Universidades Estaduais têm uma média de 4,6 grupos por instituição. As 20 Universidades Confessionais, com 112 Grupos de Pesquisa, têm uma média de 5,6 grupos por instituição, enquanto as 47 Universidades e Centros Universitários Particulares têm uma média de 2,7 grupos por instituição.

As Instituições de Ensino de menor porte apresentam as seguintes médias: as Instituições Isoladas Federais com uma média de 2,6 grupos por instituição, enquanto as Instituições Isoladas Particulares com uma média de 5,7 grupos por instituição.

Da descrição pode-se observar o rápido crescimento do número de Instituições de Ensino Superior que implantaram núcleos de pesquisa associados aos seus cursos de graduação. As Universidades Federais cresceram de 24 em 2005 para 37 em 2008. As Universidades Estaduais ampliaram seu quantitativo de 10 para 18 e a Universidades Particulares de 28 para 37. Os Centros Universitários dobraram seu número de 5 para 10. As Instituições Isoladas e as Universidades Confessionais mantiveram quantitativos sem aumentos expressivos.

Universidades Federais – 218

1. UFAL – 4
2. UFAM – 2
3. UFBA – 11
4. UFC – 4
5. UFCG – 4
6. UFES – 14
7. UFF – 14
8. UFJF – 3
9. UFG – 4
10. UFGD – 3
11. UFMA – 5
12. UFMG – 10
13. UFMS – 1
14. UFMT – 5
15. UFOP – 3
16. UFPA – 5
17. UFPB – 8
18. UFPR – 9
19. UFPEL – 7
20. UFPE – 12
21. UFPI – 3
22. UFSCar – 3
23. UFS – 3
24. FURG – 4

- 25. UFRN – 4
- 26. UFRGS – 17
- 27. UFRJ – 8
- 28. UFRR – 1
- 29. UFSC – 15
- 30. UFSM – 4
- 31. UFT – 1
- 32. UFU – 9
- 33. UFV – 4
- 34. UnB – 14
- 35. UNIFESP – 1
- 36. UNIR – 1
- 37. UNIRIO – 1

Instituições Isoladas Federais – 8

- 1. FIOCRUZ – 6
- 2. MPEG – 1
- 3. CEFET/BA – 1

Universidades Confessionais – 112

- 1. UCB/DF – 4
- 2. UCG – 3
- 3. UCDB – 1
- 4. UCP – 7
- 5. UCPEL – 1
- 6. UCSAL – 6
- 7. UNISANTOS – 3
- 8. ULBRA – 11
- 9. MACKENZIE – 5
- 10. USU – 1
- 11. UNISINOS – 4
- 12. PUC/Campinas – 2
- 13. PUC/MG – 12
- 14. PUC/RJ – 6

15. PUC/ PR – 8
16. UCP – 7
17. PUC/RS – 26
18. PUC/SP – 2
19. UNICAP
20. UNIMEP

Universidades Estaduais – 83

1. UECE – 2
2. UEA – 6
3. UEL – 7
4. UEFS – 2
5. UEM – 7
6. UEMG – 2
7. UEMS – 2
8. UEPA – 1
9. UEPB – 4
10. UEPG – 4
11. UESPI – 2
12. UERJ – 10
13. UNESC – 5
14. UNESP – 9
15. UNICAMP – 2
16. URCA – 2
17. USP – 14
18. UNICENTRO – 1

Universidades / Centros Universitários Particulares – 128

1. FURB – 5
2. IMES – 1
3. UCS – 4
4. UGF – 7
5. UNAERP – 3
6. UNAMA – 2

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

7. UNC – 3
8. UNEB – 3
9. UNESC – 1
10. UNERJ – 2
11. UNESA – 3
12. UNESPAR – 3
13. UNIB – 1
14. UniCEUB – 13
15. UNIDERP – 1
16. UNIFACS – 1
17. UNIFENAS – 1
18. UNIFOA – 1
19. UNIFOR – 1
20. UNIFRAN – 1
21. UNIJUI – 3
22. UNIGRANRIO – 1
23. UNINCOR – 6
24. UNINOVE – 1
25. UNIPAC – 1
26. UNIPAR – 2
27. UPF – 7
28. UNIPLAC – 1
29. UNIRITTER – 1
30. UNISAL – 1
31. UNISUL – 1
32. UNISC – 1
33. UNITAU – 1
34. UNITRI – 1
35. UNIUBE – 1
36. UNISA – 1
37. UNITOLEDO – 1
38. UNIVALI – 17
39. UNIVERSO – 1
40. UNIVILLE – 1

- 41. UNOESC – 1
- 42. UNOPACHECO – 2
- 43. UNOPAR – 2
- 44. URI – 1
- 45. CESUMAR – 3
- 46. FEESR – 6
- 47. FMU – 1

Institutos / Faculdades Isoladas – 40

- 1. FEPECS – 6
- 2. FADISP – 6
- 3. FCRB – 1
- 4. FDV – 1
- 5. FUMEC – 3
- 6. IBDE – 2
- 7. ITE – 2

Distribuição dos Projetos Científicos dos Grupos de Pesquisa do CNPq de interesse sobre o Judiciário

Universidades Federais

1. UFAL – Universidade Federal de Alagoas

1. Gr: Cultura, Política e Desenvolvimento Sustentável
Li: Jenner Barretto Bastos Filho
2. Gr: Direito da Propriedade Intelectual: direito de autor, direitos conexos, marcas e patentes
Li: Querino Mallmann
3. Gr: Economia Popular e Autogestão
Li: José Nascimento de França
4. Gr: Os Direitos Fundamentais: bases teóricas e concretização em Alagoas
Li: Andreas Joachim Krell

2. UFAM – Universidade Federal do Amazonas

1. Gr: Direito
Li: Eliana Maria Pereira da Fonseca
2. Gr: Estudos sobre Pessoas com Deficiências e Atividades Motoras
Li: Kathya Augusta Thomé Lopes

3. UFBA – Universidade Federal da Bahia

1. Gr: Economia dos Recursos Hídricos
Li: José Carrera-Fernandez
2. Gr: Fundamentos para uma nova Teoria do Direito Administrativo
Li: Celso Luiz Braga de Castro
3. Gr: Grupo de Estudo em Genética Médica, Endocrinologia e Neurogenética (GEGEN)
Li: Maria Betânia Pereira Toralles
4. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Civil e Direito Ambiental
Li: Roxana Cardoso Brasileiro Borges
5. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Cidadania e Direitos Fundamentais
Li: Saulo José Casali Bahia

6. Gr: MUSA-Programa de Estudos em Gênero e Saúde
Li: Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino
7. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direito Ambiental e Direito Animal
Li: Heron José de Santana Gordilho
8. Gr: O discurso jurídico e a manipulação ideológica da produção do direito estatal
Li: Paulo César Santos Bezerra
9. Gr: Repensando o Direito Penal Contemporâneo
Li: Maria Auxiliadora Minahim
10. Gr: Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual: fato, sujeitos e objeto
Li: Fredie Souza Didier Júnior
11. Gr: Vida
Li: Mônica Neves Aguiar da Silva

4. UFC – Universidade Federal do Ceará

1. Gr: ABC do Direito Constitucional
Li: Francisco Régis Frota Araújo
2. Gr: Grupo de Estudo em Recursos Aquáticos - GERA
Li: José César Vieira Pinheiro
3. Gr: LIEGS – Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social
Li: Jeová Torres Silva Júnior
4. Gr: Política, gestão e finanças públicas
Li: Denise Lucena Cavalcante

5. UFCEG – Universidade Federal de Campina Grande

1. Gr: Biodireito, Bioética e Direitos Humanos
Li: Robson Antão de Medeiros
2. Gr: Direito e Representações Sociais
Li: Maria da Luz Olegário
3. Gr: Direitos Humanos e Políticas Públicas
Li: Giorgia Petrucce Lacerda e Silva Abrantes
4. Gr: Reforma do Estado e Legislações Agro-Ambientais
Li: Erivaldo Moreira Barbosa

6. UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

1. Gr: Administração Pública
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
2. Gr: As formas extrajudiciais de solução de conflitos de interesses
Li: Valesca Raizer Borges Moschen
3. Gr: Eficácia jurisdicional e cumprimento da sentença no Brasil
Li: Marcelo Abelha Rodrigues
4. Gr: Eficácia jurisdicional e recursos cíveis
Li: Flávio Cheim Jorge
5. Gr: Ética e Direito
Li: Júlio César Pompeu
6. Gr: Instrumentos processuais de atuação do Ministério Público em matéria de direitos fundamentais
Li: Margareth Vetis Zaganelli
7. Gr: Leitura de Kant a partir de Habermas
Li: José Pedro Luchi
8. Gr: O processo como instrumento de tutela dos direitos privados
Li: Francisco Vieira Lima Neto
9. Gr: O processo e a jurisdição constitucional no Brasil
Li: Angel Rafael Mariño Castellanos
10. Gr: Planejamento em administração pública
Li: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
11. Gr: Processo Coletivo: modelo brasileiro
Li: Hermes Zaneti Júnior
12. Gr: Relacionamento interpessoal - Uma abordagem interdisciplinar
Li: Agnaldo Garcia
13. Gr: Repercussões processuais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/92)
Li: Manoel Alves Rabelo
14. Gr: Teoria Geral do Direito Tributário aplicada
Li: Tarek Moyses Moussallem

7. UFF – Universidade Federal Fluminense

1. Gr: Celeridade Processual
Li: Jean Albert de Souza Saadi

2. Gr: Celeridade Processual
Li: Jean Albert de Souza Saadi
 3. Gr: Democracia, Estado de Direito e Cidadania
Li: Gilvan Luiz Hansen
 4. Gr: Direitos Humanos e Sociais
Li: Nívia Valença Barros
 5. Gr: Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ)
Li: Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva
 6. Gr: Grupo de pesquisa em teoria contratual à luz da teoria processual da prova: categorias jurídicas e nova roupagem na sistemática do Direito Privado
Li: Maria Tereza Albuquerque Pereira
 7. Gr: Grupo de pesquisa sobre política criminal
Li: Mônica Paraguassú Correia da Silva
 8. Gr: Laboratório Cidade e Poder
Li: Gizlene Neder
 9. Gr: Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro)
Li: Marco Antonio da Silva Mello
 10. Gr: Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania - NEMIC
Li: Gladys Sabina Ribeiro
 11. Gr: Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas
Li: Roberto da Silva Fragale Filho
 12. Gr: Sociologia, Direito e Justiça
Li: Marcelo Pereira de Mello
 13. Gr: Tecnologia Democrática
Li: Wilson Madeira Filho
 14. Gr: Teoria Jurídica e Práticas Sociais
Li: Maria Arair Pinto Paiva
- 8. UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora**
1. Gr: Centro de Pesquisas Estratégicas
Li: Ricardo Vélez Rodríguez
 2. Gr: Direito e Teoria da Argumentação
Li: Marcos Vinício Chein Feres

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

3. Gr: Núcleo de Proteção ao Conhecimento
Li: Emanuel de Castro Antunes Felício

9. UFG – Universidade Federal de Goiás

1. Gr: Constituição e Processo
Li: Eriberto Francisco Bevilaqua Marin
2. Gr: Educação, Sociedade e Cultura
Li: Ildeu Moreira Coelho
3. Gr: Filosofia Política, Filosofia do Direito, Ética
Li: José Nicolau Heck
4. Gr: Gestão de meio ambiente
Li: Luciana Melo Coelho

10. UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

1. Gr: Direito e sociedade
Li: Helder Baruffi
2. Gr: Direito, Estado e Cidadania
Li: Maria Goretti Dal Bosco
3. Gr: Gênero, identidade e memória
Li: Marisa de Fátima Lomba de Farias

11. UFMA – Universidade Federal do Maranhão

1. Gr: Ecologia de Manguezais
Li: Flávia Rebelo Mochel
2. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar DEFIL - UFMA
Li: Luciano da Silva Façanha
3. Gr: Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
Li: Maristela de Paula Andrade
4. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Constitucional
Li: Paulo Roberto Barbosa Ramos
5. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Enfermagem em Educação e Saúde da Mulher – NEPEM
Li: Rita da Graça Carvalho Frazão Corrêa

12. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

1. Gr: Centro de Estudos sobre o Brasil e a Organização Mundial do Comércio (CEB-OMC)
Li: Roberto Luiz Silva
2. Gr: Dr. Stockmann
Li: João Baptista Villela
3. Gr: GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
Li: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri
4. Gr: Grupo de Estudos em Direito Ambiental Internacional - GEDAI
Li: Roberto Luiz Silva
5. Gr: Grupo de Estudos em Direito Internacional - GEDI
Li: Roberto Luiz Silva
6. Gr: Grupo de Pesquisa do Departamento de Direito Público
Li: João Bosco Leopoldino da Fonseca
7. Gr: Jurídica e Filosofia do Direito
Li: Joaquim Carlos Salgado
8. Gr: Programa Pólos de Cidadania
Li: Miracy Barbosa de Sousa Gustin
9. Gr: Relações empregatícias
Li: Antônio Álvares da Silva
10. Gr: Repensando o Direito Privado
Li: César Augusto de Castro Fiúza

13. UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1. Gr: Dimensões de Direitos Fundamentais
Li: Norma Sueli Padilha

14. UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

1. Gr: Bioética, Biodireito, Direito do Consumidor e Farmacoepidemiologia
Li: Genesson dos Santos Barreto
2. Gr: Grupo de Estudos da Violência e Cidadania
Li: Naldson Ramos da Costa
3. Gr: Inflamação e Músculo liso
Li: Genesson dos Santos Barreto

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

4. Gr: O estradeiro como pretexto para compreender a economia, a política e o estado mato-grossense na atualidade
Li: Fernando Tadeu de Miranda Borges
5. Gr: Questão agroambiental: Direito e Estado
Li: Marcos Prado de Albuquerque

15. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

1. Gr: Ética e Filosofia Política
Li: Mario Nogueira de Oliveira
2. Gr: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica
Li: Júlio Aguiar de Oliveira
3. Gr: Núcleo de Pesquisas e Estudos Avançados em Turismo
Li: Ângela Cabral Flecha

16. UFPA – Universidade Federal do Pará

1. Gr: Cidade, aldeia e patrimônio
Li: Jane Felipe Beltrão
2. Gr: Direito Constitucional
Li: Antonio Gomes Moreira Maués
3. Gr: Direitos Humanos e tributação
Li: Fernando Facury Scaff
4. Gr: NUPECC: Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Crime e Criminalidade
Li: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
5. Gr: Propriedade Comum na Amazônia
Li: José Heder Benatti

17. UFPB – Universidade Federal da Paraíba

1. Gr: A globalização e os contratos
Li: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
2. Gr: Direito, Política e integração econômica
Li: Fredys Orlando Sorto
3. Gr: GEDES - Grupo de Estudos Direito, Sociedade e Acesso à Justiça
Li: Zeu Palmeira Sobrinho
4. Gr: Gênero e Direito
Li: Eduardo Ramalho Rabenhorst

5. Gr: Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho - GPT
Li: Maria Augusta Tavares
6. Gr: Interdisciplinaridade e direito ambiental
Li: Marcela da Silva Varejão
7. Gr: Luta contra o delito transnacional: cooperação entre Europa e América Latina
Li: Marcela da Silva Varejão
8. Gr: Modelos e paradigmas jurídicos em face da sustentabilidade social
Li: Marcela da Silva Varejão

18. UFPR – Universidade Federal do Paraná

1. Gr: Economia, Administração e Política Florestal
Li: Ricardo Berger
2. Gr: Governo eletrônico, lógica e informática jurídica
Li: César Antonio Serbena
3. Gr: Grupo de Estudos de Criminologia Crítica
Li: Katie Silene Cáceres Arguello
4. Gr: Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania
Li: José Antônio Peres Gediel
5. Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado
Li: Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni
6. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional
Li: Luiz Edson Fachin
7. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - NUPESUL
Li: Romeu Felipe Bacellar Filho
8. Gr: Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade
Li: Ricardo Marcelo Fonseca
9. Gr: Teoria do Direito e Democracia e Literatura
Li: Katya Kozicki

19. UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

1. Gr: A efetividade dos Direitos Humanos
Li: Anderson Orestes Cavalcante Lobato
2. Gr: Formação do pensamento ético-político alemão
Li: Joãozinho Beckenkamp

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

3. Gr: Grupo de Estudos da Ética na Educação em Saúde
Li: Maria Elizabeth de Oliveira Urtiaga
4. Gr: Sociedade, Representações e Processos Sociais
Li: Maria Thereza Rosa Ribeiro
5. Gr: Temas de Direito do Consumidor
Li: Fernando Costa de Azevedo
6. Gr: Tópicos de Filosofia Antiga
Li: João Francisco Nascimento Hobuss

20. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

1. Gr: A polissemia da ação humana - Uma abordagem filosófica das múltiplas relações constitutivas da condição humana
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
2. Gr: Decisão Jurídica, Semântica Social e Democracia
Li: Artur Stamford da Silva
3. Gr: Direito Privado
Li: Fabíola Santos Albuquerque
4. Gr: Fundamentos e métodos do Pragmatismo: uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos jurídicos
Li: George Browne Rego
5. Gr: Grupo de Pesquisa Inter-Institucional - O Sistema Hegeliano
Li: Alfredo de Oliveira Moraes
6. Gr: Integração regional e comércio internacional
Li: Aurélio Agostinho da Bôaviagem
7. Gr: Integração regional, globalização e direito internacional
Li: Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza
8. Gr: Internet sob a ótica jurídica
Li: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
9. Gr: Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas
Li: Jorge Zaverucha
10. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Habitação e Saneamento Ambiental
Li: Rosa Maria Cortes de Lima
11. Gr: Processo Civil
Li: Zélio Furtado da Silva

12. Gr: Tutela dos interesses difusos: implicações nas ordens consumerista, ambiental e internacional
Li: Leonio José Alves da Silva

21. UFPI – Universidade Federal do Piauí

1. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Justiça
Li: Marco Aurélio Lustosa Caminha
2. Gr: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Universitária para a Terceira Idade
Li: Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho
3. Gr: Software livre no Piauí
Li: Francisco Vieira de Souza

22. UFSCAR – Universidade Federal São Carlos

1. Gr: Do direito à educação ao direito educacional: para uma superação das disciplinas de legislação educacional e estrutura e funcionamento da educação
Li: João Virgílio Tagliavini
2. Gr: Elites e instituições políticas comparadas
Li: Fabiano Engelmann
3. Gr: Sociologia das Profissões
Li: Maria da Glória Bonelli

23. UFS – Universidade Federal de Sergipe

1. Gr: Educação, formação, processo de trabalho e relações de gênero
Li: Maria Helena Santana Cruz
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Pequenas e Médias Empresas Sergipanas
Li: Veruschka Franca de Figueiredo
3. Gr: Propriedade Intelectual/Visão Interdisciplinar
Li: Carla Eugênia Caldas Barros

24. FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande

1. Gr: Centro de Estudos Jurídico-Econômicos - CEJE
Li: Everton das Neves Gonçalves
2. Gr: Direito e Educação Ambiental - GPDEA
Li: Vanessa Hernandez Caporlingua
3. Gr: Direito e Política: teoria e prática
Li: Hélio Ricardo do Couto Alves

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

4. Gr: Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade
Li: Francisco Quintanilha Veras Neto

25. UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. Gr: Direito e Regulação dos Recursos Naturais e da Energia
Li: Yanko Marcius de Alencar Xavier
2. Gr: Direito, estado e sociedade
Li: Maria dos Remédios Fontes Silva
3. Gr: Estado e políticas públicas
Li: Aldenor Gomes da Silva

26. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1. Gr: A arbitragem como meio de solução de controvérsias
Li: Vera Maria Jacob de Fradera
2. Gr: A reconstrução do Direito Privado
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
3. Gr: Ciência Penal Contemporânea
Li: Tupinambá Pinto de Azevedo
4. Gr: Direito Internacional da Concorrência
Li: Augusto Jaeger Júnior
5. Gr: Direito Privado: um espaço de mentalidades
Li: Judith Hofmeister Martins Costa
6. Gr: Direito Tributário - Tributação sobre o consumo
Li: Igor Danilevich
7. Gr: Direitos Fundamentais e Novos Direitos
Li: José Alcebíades de Oliveira Júnior
8. Gr: Grupo de Estudos em Saúde Coletiva
Li: Tatiana Engel Gerhardt
9. Gr: Integração e Mercosul
Li: Maria Susana Arrosa Soares
10. Gr: Mercosul e Direito do Consumidor
Li: Claudia Lima Marques
11. Gr: Núcleo de Antropologia e Cidadania - NACI
Li: Claudia Lee Williams Fonseca

12. Gr: Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação
Li: Maria Beatriz Moreira Luce
13. Gr: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS)
Li: Daniela Riva Knauth
14. Gr: Razão prática e Direito Privado
Li: Cláudio Fortunato Michelin Júnior
15. Gr: Supremacia do Direito
Li: Cezar Saldanha Souza Júnior
16. Gr: TERMISUL - Projeto Terminológico Cone Sul
Li: Anna Maria Becker Maciel
17. Gr: Violência e Cidadania
Li: José Vicente Tavares dos Santos

27. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Gr: Administração pública e criação de comunidades políticas. Formas de poder e saberes de Estado: uma proposta de análise antropológica
Li: Antonio Carlos de Souza Lima
2. Gr: Direito e cinema
Li: Juliana Neuenschwander Magalhães
3. Gr: Direito e urbanismo nas práticas sociais instituintes
Li: Rosângela Lunardelli Cavallazzi
4. Gr: Direitos Humanos
Li: Vanessa Oliveira Batista
5. Gr: LOCUSS - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
6. Gr: Núcleo de Pesquisas Jurídicas
Li: Maria da Penha Almeida Cruz
7. Gr: Processo de transformação do mundo rural
Li: Lygia Maria Sigaud
8. Gr: Seminário Filosofia da Linguagem
Li: Raul Ferreira Landim Filho

28. UFRR – Universidade Federal de Roraima

1. Gr: Gestão de recursos hídricos

Li: Jaime de Agostinho

29. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

1. Gr: As obrigações nos direitos Civil, de Empresa e do Consumidor

Li: Fernando Noronha

2. Gr: Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco

Li: José Rubens Morato Leite

3. Gr: Direitos Sociais e Sistema de Justiça

Li: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

4. Gr: Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica-GPAJU

Li: Thaís Luzia Colaco

5. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura

Li: Luís Carlos Cancellier de Olivo

6. Gr: Grupo de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação

Li: Luiz Otávio Pimentel

7. Gr: Historicidade, Pluralismo e Novos Sujeitos Sociais

Li: Antonio Carlos Wolkmer

8. Gr: Informática Jurídica, direito e tecnologia

Li: Aires José Rover

9. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI

Li: Welber Oliveira Barral

10. Gr: Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura

Li: Beatriz Gallotti Mamigonian

11. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente, Estatuto da Cidade e Tutelas Coletivas

Li: José Isaac Pilati

12. Gr: Núcleo de Estudos em Direito e Educação

Li: Horácio Wanderlei Rodrigues

13. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente - NEJUSCA

Li: Josiane Rose Petry Veronese

14. Gr: Observatório do Estado

Li: Orides Mezzaroba

15. Gr: Políticas de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade
Li: Elson Manoel Pereira

30. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

1. Gr: Direito Humano à alimentação adequada
Li: Marisa Oliveira Natividade
2. Gr: Educação, saúde, trabalho e desenvolvimento social
Li: Adriana Moreira da Rocha Maciel
3. Gr: Laboratório de Estudos Internacionais - LEI
Li: Jalusa Prestes Abaide
4. Gr: NEJURP
Li: Jalusa Prestes Abaide

31. UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins

1. Gr: Ensino jurídico e desenvolvimento regional
Li: Aline Sueli de Salles Santos

32. UFU – Universidade Federal de Uberlândia

1. Gr: Ambiente & consumo sustentável
Li: Aguinaldo Alemar
2. Gr: Direitos Econômicos e Sociais
Li: Aguinaldo Alemar
3. Gr: Direitos Humanos e Direito Internacional
Li: Márcia Leonora Santos Regis Orlandini
4. Gr: Gestão da Inovação e da Propriedade Intelectual
Li: José Francisco Ribeiro
5. Gr: Grupo de Pesquisa em Ética Clássica e Aplicada
Li: Alcino Eduardo Bonella
6. Gr: Núcleo Avançado em Direito da Cidadania e do Estado
Li: Luiz Carlos Figueira de Melo
7. Gr: Núcleo de Estudos em Política, Sociologia e Direito - NEP
Li: Alessandra Siqueira Barreto
8. Gr: Práticas heterodoxas em saúde
Li: Flávio José Dantas de Oliveira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

9. Gr: Sociabilidade e imanência
Li: Jairo Dias Carvalho

33. UFV- Universidade Federal de Viçosa

1. Gr: A atualidade do Direito
Li: Sylvia Maria Machado Vendramini
2. Gr: Desenvolvimento de cadeias produtivas: aspectos jurídicos, econômicos e comerciais
Li: Iacyr de Aguilar Vieira
3. Gr: Direito de minas e energia
Li: Iacyr de Aguilar Vieira
4. Gr: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
Li: Patrícia Aurélia Del Nero

34. UNB – Universidade de Brasília

1. Gr: Antropologia e Direitos Humanos
Li: Rita Laura Segato
2. Gr: CEEMA - Centro de Estudos em Economia, Agricultura e Meio Ambiente
Li: Jorge Madeira Nogueira
3. Gr: Controle de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais
Li: Gilmar Ferreira Mendes
4. Gr: Direito e Ações Afirmativas: Direitos Humanos na Diversidade
Li: Alejandra Leonor Pascual
5. Gr: Direitos Humanos e Democracia
Li: George Rodrigo Bandeira Galindo
6. Gr: Formas elementares da política: rituais, conflitos e identidades
Li: Mariza Gomes e Souza Peirano
7. Gr: GESIC-Grupo de Estudos em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações
Li: Jorge Henrique Cabral Fernandes
8. Gr: Governança Global
Li: Ana Flávia Granja e Barros
9. Gr: Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações - GETEL/UnB
Li: Márcio Nunes Iório Aranha Oliveira
10. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito Econômico
Li: Antônio de Moura Borges

11. Gr: Grupo de Pesquisa Pensamento Social
Li: Miroslav Milovic
12. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética - Cátedra UNESCO de Bioética
Li: Volnei Garrafa
13. Gr: O Direito achado na rua
Li: José Geraldo de Sousa Júnior
14. Gr: Sociedade, tempo e direito
Li: Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto

35. UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

1. Gr: História da Filosofia Moderna e Contemporânea
Li: Fernando Dias Andrade

Instituições Isoladas

1. FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

1. Gr: Direito e saúde
Li: Maria Helena Barros de Oliveira
2. Gr: Inovação e Propriedade Intelectual em Saúde
Li: Claudia Inês Chamas
3. Gr: Métodos quantitativos em saúde da criança e da mulher
Li: Vânia Matos Fonseca
4. Gr: Saúde, trabalho, ambiente e vigilâncias
Li: William Waissmann
5. Gr: Saúde, trabalho e cidadania
Li: Maria Helena Barros de Oliveira
6. Gr: Trabalho, saúde e meio ambiente
Li: Marcelo Motta Veiga

2. MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

1. Gr: Grupo RENAS: Estudos de Populações Haliêuticas
Li: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

3. CEFET/BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

1. Gr: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Energia-NEPPE
Li: Georges Souto Rocha

Universidades Concessionais

1. UCAM – Universidade Cândido Mendes

1. Gr: Direito e economia da regulação e concorrência
Li: Marcos Juruena Villela Souto
2. Gr: Direito e sociedade
Li: Luís Antônio Cunha Ribeiro
3. Gr: Novas instituições de Direito Penal Aplicado na economia e políticas de desenvolvimento
Li: João Mestieri
4. Gr: Novo Direito Civil Patrimonial
Li: Paulo Roberto Soares Mendonça
5. Gr: Propriedade Intelectual, inovação e desenvolvimento
Li: João Marcelo de Lima Assafim

2. UCB-DF – Universidade Católica de Brasília

1. Gr: Cooperação Jurídica Internacional
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
2. Gr: Economia do trabalho
Li: Ricardo Silva Azevedo Araújo
3. Gr: O Direito Internacional como instrumento de integração tributária, econômica e política
Li: Antenor Pereira Madruga Filho
4. Gr: Tendências da tributação nacional e internacional
Li: Antônio de Moura Borges

3. UCG – Universidade Católica de Goiás

1. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado e Políticas Públicas
Li: Eliane Romeiro Costa
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito
Li: Germano Campos Silva

3. Gr: Patentes e transferência de tecnologia
Li: Nivaldo dos Santos

4. UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

1. Gr: Direitos Humanos e relações sociais
Li: Arlinda Cantero Dorsa

5. UCP – Universidade Católica de Petrópolis

1. Gr: A Defensoria Pública na efetivação dos Direitos Fundamentais
Li: Cléber Francisco Alves
2. Gr: Aspectos jurídicos da propriedade imobiliária
Li: Waleska Marcy Rosa
3. Gr: Aspectos sociais e filosóficos do Direito do Trabalho
Li: Valter da Silva Pinto
4. Gr: Dianoia
Li: Daniel Machado Gomes
5. Gr: Estudos em Filosofia
Li: Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira
6. Gr: GNano - Grupo Multidisciplinar em Nanotecnologia e Informática Jurídica
Li: Robson Pacheco Pereira
7. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira

6. UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

1. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito Civil e Direito do Consumidor (GECON)
Li: Fernando Costa de Azevedo

7. UCSAL – Universidade Católica do Salvador

1. Gr: Direito Ambiental e Direitos Fundamentais: racismo ambiental
Li: Júlio César de Sá da Rocha
2. Gr: Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família
Li: Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
3. Gr: Direitos Sociais
Li: Edilton Meireles de Oliveira Santos

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

4. Gr: Epistemes da Subjetividade na Família e no Trabalho
Li: José Euclimar Xavier de Menezes
5. Gr: Núcleo de Estudos em Direito Ambiental
Li: Heron José de Santana Gordilho
6. Gr: Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura
Li: Mary Garcia Castro

8. UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

1. Gr: Governança Global
Li: Alcindo Fernandes Gonçalves
2. Gr: Grupo de Estudos Ambientais
Li: Cristiane Derani
3. Gr: Núcleo de Estudos sobre Direito Internacional Econômico
Li: José Augusto Fontoura Costa

9. ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

1. Gr: Ciência da Religião
Li: Laíno Alberto Schneider
2. Gr: Ciência global do Direito Penal
Li: Pablo Rodrigo Alflen da Silva
3. Gr: Constitucionalismo e Direitos Fundamentais
Li: Wilson Antônio Steinmetz
4. Gr: Constitucionalização do Direito Privado e Hermenêutica Jurídica
Li: Luiz Gonzaga Silva Adolfo
5. Gr: Direito Civil, Constituição e Economia
Li: Luciano Benetti Timm
6. Gr: Direito, desenvolvimento e proteção jurídica da inovação tecnológica
Li: Gustavo Assed Ferreira
7. Gr: Direito, sociedade e internacionalização
Li: Denise Estrella Tellini
8. Gr: Direito, trabalho e sociedade
Li: Rosângela Werlang

9. Gr: Gestão participativa – Desenvolvimento sustentável para a região carbopetroquímica
Li: Rudimar Serpa de Abreu
10. Gr: Hermenêutica jurídica e concretização judicial
Li: Kelly Susane Alflen da Silva
11. Gr: Processo de trabalho e políticas sociais
Li: Vanessa Maria Panozzo

10. MACKENZIE – Universidade Presbiteriana Mackenzie

1. Gr: A evolução do Direito do Trabalho no Brasil: doutrina, jurisprudência e legislação
Li: José Francisco Siqueira Neto
2. Gr: Cidadania e Direito pelo olhar da filosofia: uma abordagem sobre o conceito de direito em Georg Lukacs e Ernst Bloch
Li: Alysson Leandro Barbate Mascaro
3. Gr: Desenvolvimento e novas tecnologias
Li: Fabiano Dolenc Del Masso
4. Gr: Direito do Trabalho como instrumento de cidadania e limite do poder econômico
Li: José Francisco Siqueira Neto
5. Gr: Poder Econômico e seus limites jurídicos
Li: Marcelo Fortes Barbosa Filho

11. USU – Universidade Santa Úrsula

1. Gr: Ética e Direito
Li: Maria do Carmo Bettencourt de Faria

12. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

1. Gr: Direito e relações sociais
Li: José Carlos Moreira da Silva Filho
2. Gr: Estado e Constituição
Li: José Luís Bolzan de Moraes
3. Gr: Teoria do Direito
Li: Leonel Severo Rocha
4. Gr: Teoria do Processo
Li: Ovídio Araújo Baptista da Silva

13. PUC /Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

1. Gr: Ética e Justiça
Li: Luiz Paulo Rouanet
2. Gr: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação
Li: Kátia Regina Moreno Caiado

14. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

1. Gr: Devido Processo e a Teoria da Falibilidade Discursiva em Karl Popper
Li: Rosemiro Pereira Leal
2. Gr: Direito à educação e políticas educacionais
Li: Carlos Roberto Jamil Cury
3. Gr: Direito e literatura
Li: Marcelo Campos Galuppo
4. Gr: Direito Virtual
Li: Leonardo Macedo Poli
5. Gr: Direito Virtual
Li: Leonardo Macedo Poli
6. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito, Economia e Filosofia
Li: Giovani Clark
7. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Democracia
Li: José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior
8. Gr: Núcleo de Estudos de Processo e Hermenêutica no Estado Democrático de Direito
Li: Flaviane de Magalhães Barros
9. Gr: Núcleo Jurídico da Criança e do Adolescente
Li: Maria de Fátima Freire de Sá
10. Gr: Núcleo Jurídico de Políticas Públicas/OPUR
Li: Marinella Machado Araújo
11. Gr: O papel do Direito no desenvolvimento nacional
Li: Wilges Ariana Bruscato
12. Gr: Teorias da justiça
Li: Marcelo Campos Galuppo

15. PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

1. Gr: A constitucionalização do Direito Civil
Li: Maria Celina Bodin de Moraes
2. Gr: Acesso à justiça
Li: Florian Fabian Hoffmann
3. Gr: Filosofia analítica da linguagem
Li: Danilo Marcondes de Souza Filho
4. Gr: Filosofia do Direito e razão prática
Li: Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia
5. Gr: GIPED (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Direito) - Tema atual de pesquisa: republicanismo e instituições político-jurídicas
Li: Ana Lúcia de Lyra Tavares
6. Gr: Processos de Globalização e Integração Regional
Li: Sônia de Camargo

16. PUC/PR– Pontifícia Universidade Católica do Paraná

1. Gr: Computação Forense e Biometria
Li: Cinthia Obladen de Almendra Freitas
2. Gr: Direito do Consumo e Sociedade Tecnológica
Li: Antonio Carlos Efig
3. Gr: Justiça, Democracia e Direitos Humanos
Li: Claudia Maria Barbosa
4. Gr: Justiça tributária e atividade econômica
Li: Roberto Catalano Botelho Ferraz
5. Gr: Mercosul - Conflito de leis
Li: Luís Alexandre Carta Winter
6. Gr: Novas tendências do Direito Empresarial
Li: Márcia Carla Pereira Ribeiro
7. Gr: Regulação econômica e atuação empresarial
Li: Marco Antônio César Villatore

17. UCP – Universidade Católica de Petrópolis

1. Gr: A Defensoria Pública na Efetivação dos Direitos Fundamentais
Li: Cleber Francisco Alves

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Aspectos Jurídicos da Propriedade Imobiliária
Li: Waleska Marcy Rosa
3. Gr: Aspectos Sociais e Filosóficos do Direito do Trabalho
Li: Valter da Silva Pinto
4. Gr: Dianoia
Li: Daniel Machado Gomes
5. Gr: Estudos em Filosofia
Li: Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira
6. Gr: GNano - Grupo Multidisciplinar em Nanotecnologia e Informática Jurídica
Li: Robson Pacheco Pereira
7. Gr: Justiça Criminal, Devido Processo Legal e Cidadania
Li: Marco Aurélio Gonçalves Ferreira

18. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

1. Gr: Administração Pública e Autonomia Municipal
Li: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
2. Gr: Ambiente e Direito
Li: Luciane Cardoso Barzotto
3. Gr: Direito e Bioética
Li: Paulo Vinicius Sporleder de Souza
4. Gr: Direito Educacional e o Ensino do Direito
Li: Paulo Abrão Pires Junior
5. Gr: Direito, Memória e Tradição
Li: Maren Guimarães Taborda
6. Gr: Direito Penal Contemporâneo: Fundamentos e Especificidades
Li: César Roberto Bitencourt
7. Gr: Estudos Jurídicos
Li: Aline Hermann Panciera
8. Gr: Ética e Direito
Li: Luís Fernando Barzotto
9. Gr: Ética e Direito: leituras sobre cultura e violência
Li: Luis Fernando Barzotto
10. Gr: Fenomenologia do Conhecimento e Antropologia Filosófica
Li: Ernildo Jacob Stein

11. Gr: Filosofia Sistemática: Dialética e Filosofia do Direito
Li: Eduardo Luft
12. Gr: Fundamentos de Direito Público
Li: Regina Linden Ruaro
13. Gr: Interpretação Constitucional e Direito Administrativo
Li: Juarez Freitas
14. Gr: Mal-Estar na Cultura Punitiva
Li: Salo de Carvalho
15. Gr: NEDF - Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direitos Fundamentais
Li: Ingo Wolfgang Sarlet
16. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena
Li: Edison Hüttner
17. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho
Li: Jussara Maria Rosa Mendes
18. Gr: Núcleo de Estudos sobre Mercado de Capitais
Li: Nali de Jesus de Souza
19. Gr: Pessoa Humana e Direito
Li: Wambert Gomes Di Lorenzo
20. Gr: Princípios Fundamentais em Direito Tributário
Li: Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
21. Gr: Prismas do Direito Civil-Constitucional
Li: Ricardo Aronne
22. Gr: Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a Instrumentalidade Constitucional (Garantista) como Limitação do Poder Punitivo
Li: Aury Celso Lima Lopes Junior
23. Gr: Sistemas Jurídicos Comparados: O Direito Norte-Americano
Li: Eugênio Facchini Neto
24. Gr: Temas de Direito Tributário e Financeiro
Li: Paulo Abrão Pires Júnior
25. Gr: Temas Fundamentais de Direito Privado
Li: Fábio Siebeneichler de Andrade

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

26. Gr: Tradição, Modernidade e Violência na Construção do Estado Brasileiro
Li: Ruth Maria Chittó Gauer

19. PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direito Educacional
Li: Maria Garcia
2. Gr: Tutela jurisdicional dos direitos coletivos
Li: Patrícia Miranda Pizzol

Universidades Estaduais

1. UECE - Universidade Estadual do Ceará

1. Gr: Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública
Li: Maria Glaucéria Mota Brasil
2. Gr: Ética e Direitos Humanos
Li: Marly Carvalho Soares

2. UEA – Universidade do Estado do Amazonas

1. Gr: Direito, comunidades tradicionais e movimentos sociais
Li: Joaquim Shiraishi Neto
2. Gr: Direito eleitoral x Indígenas
Li: Anita Rocha Alves dos Santos Ferreira
3. Gr: Direito empresarial e relações sociais
Li: Fábio José Tenório Neves
4. Gr: Direito, recursos naturais e conflitos ambientais
Li: Solange Teles da Silva
5. Gr: Direitos Humanos na Amazônia
Li: Sílvia Maria da Silveira Loureiro
6. Gr: Patrimônio cultural e direito ambiental
Li: Andréa Borghi Moreira Jacinto

3. UEL – Universidade Estadual de Londrina

1. Gr: A Construção da Diferença pelo Discurso: Procedimentos Enunciativos de Exclusão
Li: Luiz Carlos Fernandes
2. Gr: Biotecnologia e Direito
Li: Valkíria Aparecida Lopes Ferraro

3. Gr: Direito Negocial
Li: Luiz Fernando Bellinetti
4. Gr: Ergonomia
Li: Cristina Faria Fidelis Gonçalves
5. Gr: Ética, Política e Direito no Estado Democrático de Direito
Li: Elve Miguel Cenci
6. Gr: Grupo de Estudos em Direito Privado
Li: Valkíria Aparecida Lopes Ferraro
7. Gr: Núcleo de Bioética
Li: José Eduardo de Siqueira

4. UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

1. Gr: Centro de Tecnologia e de Gestão ao Desenvolvimento Regional - CETEG
Li: Kil Hyang Park
2. Gr: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia
Li: Eduardo Chagas Oliveira

5. UEM – Universidade Estadual de Maringá

1. Gr: Estado e Política
Li: Aroldo Luiz Morais
2. Gr: Grupo de Estudos de Direito Ambiental
Li: Paulo Roberto Pereira de Souza
3. Gr: Impacto Ambiental
Li: Aroldo Luiz Morais
4. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental
Li: Maria Teresa Claro Gonzaga
5. Gr: O assédio moral nas relações domésticas e laborais
Li: Érika Mendes de Carvalho
6. Gr: Tutela Jurisdicional Ambiental
Li: José Miguel Garcia Medina
7. Gr: Urbanização e Meio Ambiente
Li: Sônia Letícia de Mello Cardoso

6. UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

1. Gr: Criminalidade e segurança pública
Li: Edihermes Marques Coelho

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Direito Ambiental
Li: Leosino Bizinoto Macedo

7. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

1. Gr: Cultura Jurídica
Li: Ângela Aparecida da Cruz Duran
2. Gr: Direito, Estado e Democracia
Li: Maria Goretti Dal Bosco

8. UEPA – Universidade do Estado do Pará

1. Gr: Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia
Li: Maria Marize Duarte

9. UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

1. Gr: Grupo dos Interesses Metaindividuais
Li: Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira
2. Gr: Grupo interdisciplinar de Direito Público e Ciências Humanas
Li: Rosimeire Ventura Leite
3. Gr: Química de Materiais
Li: Edilane Laranjeira
4. Gr: Terra - Grupo de Pesquisa Urbana, Rural e Ambiental
Li: Belarmino Mariano Neto

10. UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

1. Gr: A defesa dos direitos fundamentais em juízo nas áreas penal, trabalhista e civil (defesa individual e coletiva).
Li: Silvana Souza Netto Mandalozzo
2. Gr: Formulação e Interpretação das Teorias do Direito Internacional
Li: Everson Manjinski
3. Gr: Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisa em Direito Obrigacional
Li: Zilda Mara Consalter
4. Gr: Modernas Tendências do Direito e do Processo Penal, da Política Criminal e da Criminologia
Li: Paulo César Busato
5. Gr: NUPECOP - Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional e Processual
Li: Geraldo Manjinski Junior

6. Gr: O “torto” e o “direito”: a eficácia social das normas jurídicas
Li: José Robson da Silva

11. UESPI – Universidade Estadual do Piauí

1. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional
Li: Adeilda Coelho de Resende
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional e Penal
Li: Maria dos Remédios Lima do Nascimento

12. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Gr: Direito, Ética e Política
Li: Bethânia de Albuquerque Assy
2. Gr: Direito Humanos, Poder Judiciário e Sociedade
Li: José Ricardo Ferreira Cunha
3. Gr: Direito Internacional Privado Especializado
Li: Jacob Dolinger
4. Gr: Gestão e Marketing na Cultura
Li: Manoel Marcondes Machado Neto
5. Gr: Grupo Interdepartamental de Filosofia Moral, Política e do Direito
Li: Luiz Bernardo Leite Araújo
6. Gr: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde
Li: Roseni Pinheiro
7. Gr: Neurociência e Direito
Li: Francisco Javier Guerrero Ortega
8. Gr: Neurociência e Direito
Li: Francisco Javier Guerrero Ortega
9. Gr: Razão e Comunicação
Li: Luiz Bernardo Leite Araújo
10. Gr: Reprodução Biológica e Social, Sexualidade e Bioética
Li: Maria Andréa Loyola

13. UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

1. Gr: Cidade: Espaço e Cultura
Li: Jorge Luiz Vieira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Grupo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada
Li: Merisandra Côrtes de Mattos
3. Gr: LADSSC - Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva
Li: Reginaldo de Souza Vieira
4. Gr: Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito
Li: Reginaldo de Souza Vieira
5. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania
Li: Vladimir de Carvalho Luz

14. UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

1. Gr: A OMC e o BIRD e a regulamentação do comércio de serviços e dos investimentos internacionais
Li: Jete Jane Fiorati
2. Gr: CEPAE - Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação
Li: Lourdes Marcelino Machado
3. Gr: Grupo de Análise das Organizações e dos Sistemas internacionais
Li: Alexandre Ratner Rochman
4. Gr: Grupo Institucional de Estudo e Análise dos Fenômenos Urbanos e da Violência
Li: José Sílvio Govone
5. Gr: Núcleo de Ciências Forenses, Bioética, Biodireito e Ética em Ciência e Tecnologia de Araraquara
Li: Mônica da Costa Serra
6. Gr: Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem.
Li: Áureo Busetto
7. Gr: Processos político-sociais e exclusão
Li: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
8. Gr: Programa de governança para a administração municipal
Li: José Luís Bizelli
9. Gr: Provas processuais alternativas e prazos prescricionais
Li: Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga

15. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

1. Gr: Grupo de Estudos sobre Direito e Estado
Li: João Carlos Kfourti Quartim de Moraes

2. Gr: Grupo de Pesquisas sobre Política e Direito
Li: Andrei Koerner

16. URCA – Universidade da Regional do Cariri

1. Gr: Grupo de Estudo e Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais
Li: Zuleide Fernandes de Queiroz
2. Gr: Grupo de Estudo, Trabalho, Educação e Desenvolvimento
Li: Maria da Conceição Parente Jardim
3. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Jurídicas Prof. Plácido Cidade Nuvens - NUPESC
Li: Plácido Cidade Nuvens

17. USP – Universidade de São Paulo

1. Gr: Administração e Informatização da Manufatura
Li: José Francisco Ferreira Ribeiro
2. Gr: Avaliação da Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos
Li: Lisete Regina Gomes Arelaro
3. Gr: Avaliação da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos no Estado de São Paulo
Li: Lisete Regina Gomes Arelaro
4. Gr: CEDEO-Centro de Estudos em Direito, Economia e Organizações
Li: Décio Zylbersztajn
5. Gr: Edição de documentos da Faculdade de Direito USP - Século XIX
Li: Gabriel Antunes de Araújo
6. Gr: Engenharia Legal, Ciência e Tecnologia Forenses
Li: Pedro Luís Próspero Sanchez
7. Gr: Fortalecimento e desgaste no trabalho e na vida: bases para a intervenção em saúde coletiva
Li: Cássia Baldini Soares
8. Gr: GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional
Li: Fernando Dias Menezes de Almeida
9. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito e Pobreza
Li: Calixto Salomão Filho
10. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano
Li: Eduardo César Silveira Vita Marchi

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

11. Gr: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos
Li: Ermínia Terezinha Menon Maricato
12. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário
Li: Sueli Gandolfi Dallari
13. Gr: Núcleo de Pesquisa Meio Ambiente e Saúde Pública
Li: Wanderley da Silva Paganini
14. Gr: Núcleo de pesquisas em direito patrimonial privado
Li: Alcides Tomasetti Júnior

Universidades / Centros Universitários Particulares

1. FEPECS – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde

1. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Humanização da Atenção e Gestão da Saúde
Li: Marisa Pacini Costa

2. FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

1. Gr: Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos
Li: Noêmia Bohn
2. Gr: Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas
Li: Patrícia Luiza Kegel
3. Gr: Estudos sobre a integração regional e blocos economicos
Li: Patrícia Luiza Kegel
4. Gr: Gestão de bacias hidrográficas
Li: Beate Frank
5. Gr: Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
Li: Luiz Alberto de Souza

3. IMES – Universidade Municipal de São Caetano do Sul

1. Gr: Grupo de Estudos de Políticas Sociais e Educação Física
Li: Edson Marcelo Húngaro

4. UCS – Universidade de Caxias do Sul

1. Gr: Direito, meio ambiente e desenvolvimento
Li: Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
2. Gr: Hermenêutica, Ciências Humanas e Educação
Li: Luiz Carlos Santuário

3. Gr: Memória, justiça e poder
Li: Luiza Horn Iotti
4. Gr: Núcleo de Estudos Sócio-Jurídicos
Li: Homero Francisco Peixoto Camargo

5. UGF – Universidade Gama Filho

1. Gr: A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais do Estado do Rio de Janeiro
Li: Guilherme Calmon Nogueira da Gama
2. Gr: A moral e o direito na teoria de Jürgen Habermas
Li: Flávio Beno Siebeneichler
3. Gr: Acesso à Justiça - Aspectos Constitucionais, Institucionais e Processuais
Li: Cleber Francisco Alves
4. Gr: Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados
Li: Maria Stella Faria de Amorim
5. Gr: Fundamentos Filosóficos e Jurídicos dos Direitos Humanos
Li: Hilda Helena Soares Bentes
6. Gr: Jurisdição constitucional e democracia
Li: Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva
7. Gr: Laboratório de Análise Jurisprudencial
Li: Margarida Maria Lacombe Camargo

6. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

1. Gr: Ações Coletivas e efetividade
Li: Luiz Manoel Gomes Júnior
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Ensino Jurídico (GPEJ)
Li: Lisete Diniz Ribas Casagrande
3. Gr: Reforma do Estado e Terceiro Setor - Direito Educacional
Li: Aparecida Dinalli

7. UNAMA – Universidade da Amazônia

1. Gr: A Análise Pós-Moderna da Teoria Geral do Estado
Li: Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
2. Gr: Grupo de Estudos sobre as Relações de Trabalho na Amazônia
Li: Augusto César Ferreira de Baraúna

8. UNC – Fundação Universidade do Contestado

1. Gr: Comunicação e sociedade
Li: Leandro Ramires Comassetto
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos
Li: Sócrates Roberto Fusinato

9. UNEB – Universidade do Estado da Bahia

1. Gr: Análise de bacias hidrográficas com ênfase no desenvolvimento sustentável
Li: Djalma Villa Gois
2. Gr: Direito e sociedade
Li: Walney Souza Moraes Sarmento
3. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, História e Formação de Educadores - GEPEHFE
Li: José Roberto Gomes Rodrigues

10. UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

1. Gr: Cidade: Espaço e Cultura
Li: Jorge Luiz Vieira
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada
Li: Merisandra Côrtes de Mattos
3. Gr: LADSSC - Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva
Li: Reginaldo de Souza Vieira
4. Gr: Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito
Li: Reginaldo de Souza Vieira
5. Gr: NUPEC - Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania
Li: Vladimir de Carvalho Luz

11. UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul

1. Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito
Li: Leonardo Papp
2. Gr: Núcleo de Pesquisas Ambientais
Li: Cristiane Lucht Gascho

12. UNESA – Universidade Estácio de Sá

1. Gr: Acesso à Justiça e efetividade do processo
Li: Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho

2. Gr: Cidadania, Direito e Justiça
Li: Maria Teresinha Pereira e Silva
3. Gr: Direitos Fundamentais e Novos Direitos
Li: Renata Braga Klevenhusen

13. UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

1. Gr: Como formar um pesquisador crítico da ciência processual
Li: Gilberto Giacóia
2. Gr: Eficácia dos Direitos Fundamentais no Brasil
Li: Vladimir Brega Filho
3. Gr: Ética e Direito
Li: Hildegard Taggesell Giostri
AP: Direito
4. Gr: Índice de desenvolvimento Humano e Violência
Li: Valter Foletto Santin
5. Gr: Justiça e Democracia
Li: Eduardo Augusto Salomão Cambi
6. Gr: Os desafios éticos para o século XXI
Li: Reinéro Antônio Lérias

14. UNIB – Universidade Ibirapuera

1. Gr: Responsabilidade Social da Empresa
Li: Mara Vidigal Darcanchy

15. UNIBRASIL – Faculdades Integradas do Brasil

1. Gr: NUPECONST – Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional
Li: Marcos Augusto Maliska
2. Gr: NUPETEC - Núcleo de Pesquisas em Teoria Crítica do Direito da UniBrasil
Li: Emerson Gabardo

16. UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

1. Gr: Efetividade da Jurisdição Trabalhista
Li: Fábio Túlio Barroso
2. Gr: Linguagem e Direito
Li: Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves
3. Gr: Processo tributário: sonegação fiscal e direitos humanos
Li: Hélio Sílvio Ourem Campos

17. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

1. Gr: Capital, Trabalho e Lazer
Li: Carlos Alberto Marçal Gonzaga

18. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

1. Gr: Barão do Rio Branco e o Direito Internacional Brasileiro
Li: Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
2. Gr: Ciência e Controle Social
Li: Roberto Armando Ramos de Aguiar
3. Gr: GERIMA
Li: Marcelo Dias Varella
4. Gr: Grupo de estudos de direito internacional econômico e integração
Li: Paulo Roberto de Almeida
5. Gr: Grupo de Estudos do Mercosul
Li: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
6. Gr: Grupo de estudos e pesquisas em educação e saúde: integrando a universidade à escola
Li: Suzana Schwerz Funghetto
7. Gr: Grupo de Pesquisa em Hermenêutica e Direito do Consumidor
Li: Roberto Freitas Filho
8. Gr: Grupo de Pesquisa Governança Corporativa - GPEGC
Li: Samira Otto
9. Gr: Grupo de Pesquisa Novos Direitos
Li: Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira
10. Gr: Internacionalização do Direito
Li: Marcelo Dias Varella
11. Gr: Lei e Sociedade
Li: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
12. Gr: Novas Tendências do Direito Público
Li: Carlos Bastide Horbach
13. Gr: Núcleo de Estudos Constitucionais - NEC
Li: Christine Oliveira Peter da Silva

19. UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

1. Gr: Gerenciamento de Recursos Hídricos por Bacias Hidrográficas na região do Pantanal
Li: Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas

20. UNIFACS – Universidade de Salvador

1. Gr: Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
Li: Liliâne Ferreira Mariano da Silva

21. UNIFENAS – Universidade José do Rosário Vellano

1. Gr: Núcleo de Ciência Jurídica contemporânea
Li: Fernanda Santinelli

22. UNIFOA – Centro Universitário de Volta Redonda

1. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS
Li: Douglas Mansur da Silva

23. UNIFRAN – Universidade de Franca

1. Gr: Nacionalidade das Empresas e Globalização
Li: Hee Moon Jo

24. UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

1. Gr: Ciência Jurídica, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade
Li: Carlos Guilherme Probst
2. Gr: Direito, Cidadania e Desenvolvimento
Li: Darcísio Corrêa
3. Gr: Direito Privado Contemporâneo
Li: Sérgio Luís Leal Rodrigues

25. UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio

1. Gr: Direitos Humanos, Cidadania e Estado
Li: José Carlos Buzanello

26. UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

1. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Ambiental, Empresarial e da Propriedade Intelectual
Li: Victor Hugo Tejerina-Velazquez

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: Núcleo de Estudos de Direito e Relações Internacionais
Li: Jorge Luís Mialhe
3. Gr: Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez
4. Gr: Núcleo de Filosofia e História das Idéias Jurídicas
Li: Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

27. UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde

1. Gr: A Jurisdição da Concorrência no Brasil e o Novo Padrão de Regulação Internacional
Li: José Maria Machado Gomes
2. Gr: A norma jurídica como estrutura de incentivos determinantes para a competitividade das empresas num ambiente globalizado de negócios
Li: Vincenzo Demetrio Florenzano
3. Gr: Análise econômica de decisões judiciais e os reflexos no Desenvolvimento Regional
Li: Antônio Pereira Gaio Júnior
4. Gr: Direito Econômico e Desenvolvimento
Li: José Maria Machado Gomes
5. Gr: Integração
Li: Dyle Campello da Conceição
6. Gr: Jurisdição : Um conceito em Construção
Li: Antônio Pereira Gaio Júnior

28. UNINOVE – Universidade Nove de Julho

1. Gr: Direito, Hermenêutica e Historicidade
Li: Ricardo Rossetti
2. Gr: Segurança Jurídica e Justiça Social
Li: Leonel Cesarino Pessôa

29. UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos

1. Gr: Fundamentos e Fronteiras do Direito
Li: Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho
2. Gr: Grupo de Estudos em História Oral
Li: Heberth Paulo de Souza

30. UNIPAR – Universidade Paranaense

1. Gr: Bioética, Direito e Cidadania
Li: Tereza Rodrigues Vieira
2. Gr: Direito Civil Futurista
Li: Omar Simão Chueiri
3. Gr: Direito Processual Penal
Li: Jônatas Luiz Moreira de Paula
4. Gr: História do Pensamento Jurídico: Hermenêutica e Modernidade
Li: Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira
5. Gr: Levantamento estatístico ambiental
Li: Gleiton Gonçalves de Souza

31. UPF – Universidade de Passo Fundo

1. Gr: Ciências Criminais
Li: Renata Almeida da Costa
2. Gr: Constituição e Política
Li: Liton Lanes Pilau Sobrinho
3. Gr: DETReJ - Direito no Espaço Transnacional de Relações Jurídicas
Li: Luciano Miranda Silva de Moraes Fernandes
4. Gr: Direito Civil e Constituição
Li: Adriana Fasolo Pilati Scheleder
5. Gr: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Li: Maíra Angélica Dal Conte Tonial
6. Gr: Direito, Linguagem e Filosofia
Li: Paulo César Ribeiro Martins
7. Gr: Teoria dos Sistemas e Filosofia do Direito
Li: Germano André Doederlein Schwartz

32. UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

1. Gr: Direito, Estado e Humanismo
Li: Maria de Fátima Schumacher Wolkmer
2. Gr: Poder, Psicologia, Direito e Cidadania no contexto regional
Li: Lília Aparecida Kanan

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

3. Gr: Rede Guarani/Serra Geral - Lages
Li: Valdeci Israel
4. Gr: Violência, Direitos Humanos e Cidadania
Li: Domingos Pereira Rodrigues

33. UNIR – Universidade Federal de Rondônia

1. Gr: Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA
Li: Eleonice de Fátima Dal Magro
2. Gr: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia - CEJAM
Li: Delson Fernando Barcellos Xavier
3. Gr: CEPSAM- Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia
Li: Melissa Andréa Vieira de Medeiros

34. UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1. Gr: História do Direito e das Instituições
Li: Arno Wehling

35. UNIRITTER – Centro Universitário Ritter dos Reis

1. Gr: Direito e Economia
Li: Leandro Martins Zanitelli

36. UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

1. Gr: Direito das Minorias
Li: Grasiela Augusta Ferreira Nascimento
2. Gr: Gestão Ambiental
Li: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
3. Gr: Grupo de pesquisa de bioética e biodireito
Li: Paulo César da Silva

37. UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

1. Gr: Política e Gestão da Educação
Li: Maria da Graça Nóbrega Bollmann

38. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

1. Gr: Constitucionalismo Contemporâneo
Li: Jorge Renato dos Reis

2. Gr: Meio Ambiente e Constituição
Li: Luiz Ernani Bonesso de Araújo
3. Gr: Políticas Públicas de inclusão social
Li: Hugo Thamir Rodrigues

39. UNITRI – Centro Universitário do Triângulo

1. Gr: Acesso à justiça
Li: Gil Ferreira de Mesquita

40. UNIUBE – Universidade de Uberaba

1. Gr: Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Direitos e Sociedade
Li: João Antonio Rodrigues

41. UNISA – Universidade de Santo Amaro

1. Gr: Direito Privado
Li: Fuad José Daud

42. UNITOLEDO – Centro Universitário Toledo

1. Gr: Contencioso Punitivo como Instrumento de Cidadania
Li: Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches
2. Gr: Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas meta-individuais
Li: Gilson Delgado Miranda
3. Gr: O Processo na Dimensão Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais
Li: Iara Rodrigues de Toledo

43. UNITRI – Centro Universitário do Triângulo

1. Gr: Acesso à justiça
Li: Gil Ferreira de Mesquita

44. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

1. Gr: Cátedra Jean Monnet de Integração Européia
Li: Karine de Souza Silva
2. Gr: Direito Ambiental
Li: Francelise Pantoja Diehl
3. Gr: Direito da Seguridade Social
Li: Cláudio José Pinheiro
4. Gr: Direito e Atividade Portuária
Li: Osvaldo Agripino de Castro Júnior

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

5. Gr: Direito e Cidadania
Li: Walter Amaro Baldi
6. Gr: Direito Educacional e Normas Técnicas
Li: Luiz Bráulio Farias Benítez
7. Gr: Direito Penal
Li: Gilberto Callado de Oliveira
8. Gr: Direito público
Li: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo
9. Gr: Direitos Humanos e Cidadania
Li: Maria de Lourdes Alves Lima Zanatta
10. Gr: Estudos Jurídicos do Estado
Li: José Everton da Silva
11. Gr: Fundamentos da Produção e Aplicação do Direito
Li: Moacyr Motta da Silva
12. Gr: Gênero e Direito
Li: Dalva Marisa Ribas Brum
13. Gr: Grupo de Estudos de Impactos Ambientais em Ecossistemas Aquáticos
Li: Antonio Carlos Beaumord
14. Gr: Grupo de Inteligência Aplicada
Li: Anita Maria da Rocha Fernandes
15. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado
Li: Valcir Gassen
16. Gr: Hermenêutica e Neoconstitucionalismo
Li: Marcos Leite Garcia
17. Gr: Sociologia infanto-juvenil, gênero e direitos da criança/adolescente
Li: Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira

45. UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

1. Gr: Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça - GPAJ
Li: Astried Brettas Grunwald

46. UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

1. Gr: Núcleo de Estudos de Direito Internacional e Direitos Humanos - NEDIH
Li: Fernanda Brandão Lapa

47. UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

1. Gr: Novos Direitos
Li: Inácio de Carvalho Neto

48. UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

1. Gr: Direitos Humanos e Cidadania
Li: Silvana Terezinha Winckler
2. Gr: Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais
Li: Rosana Maria Badalotti

49. UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

1. Gr: Direito e democracia
Li: Elizabeth Dias Kanthack Pereira
2. Gr: Direito e modernidade
Li: Lourival José de Oliveira

50. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

1. Gr: Grupo de Ciências Sociais Aplicadas
Li: Paulo Roberto Giollo
2. Gr: Grupo de Pesquisa em Ciências Jurídicas
Li: Liliana Locatelli
3. Gr: Novos Direitos na Sociedade Globalizada
Li: Salete Oro Boff
4. Gr: NUPEASS - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Assessoria em Serviço Social
Li: Elisângela Maia Pessôa

INSTITUTOS / FACULDADES ISOLADAS

1. CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento/SP

1. Gr: Núcleo de Direito e Democracia
Li: Ricardo Ribeiro Terra

2. CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

1. Gr: A Tutela Jurídica dos Direitos da Personalidade
Li: José Sebastião de Oliveira

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

2. Gr: A Tutela Jurídica dos Direitos da Personalidade nas Relações Privadas
Li: Wanderlei de Paula Barreto
3. Gr: Direito Educacional, Epistemologia e Ensino Jurídicos
Li: Ivan Dias da Motta

3. FADISP – Faculdade Autônoma de Direito

1. Gr: A função social da propriedade e dos contratos
Li: José Manoel de Arruda Alvim Netto
2. Gr: Democratização e Efetividade do processo
Li: Rolando Maria da Luz
3. Gr: Entidades Familiares
Li: Francisco José Cahali
4. Gr: Função Social da empresa
Li: Manoel de Queiroz Pereira Calças
5. Gr: Função Social da Responsabilidade Civil
Li: Roberto Grassi Neto
6. Gr: Justiça e Sociedade: aspectos sócio-filosóficos do Direito
Li: Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos

4. FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

1. Gr: Estudos sobre Rui Barbosa
Li: Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna

5. FDC-RJ – Faculdade de Direito de Campos

1. Gr: Acesso à justiça e tutela de direitos
Li: Leonardo Greco
2. Gr: Controle da Administração Municipal e Participação Cidadã
Li: Dwight Cerqueira Ronzani
3. Gr: Desenvolvimento Econômico e a Geopolítica da Energia
Li: João Eduardo Alves Pereira
4. Gr: Direito Ambiental
Li: Míriam Fontenelle
5. Gr: Direito de Família, da Criança e do Adolescente
Li: Heloísa Helena Gomes Barboza

6. Gr: Direito Internacional
Li: Antonio Celso Alves Pereira
7. Gr: Direitos Humanos
Li: Sidney César Silva Guerra
8. Gr: Grupo de Direito e Processo Penal
Li: Carlos Eduardo Adriano Japiassú
9. Gr: Grupo de Pesquisa InterInstitucional de Desenvolvimento Municipal/Regional
Li: Auner Pereira Carneiro
10. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado
Li: Danilo César Maganhoto Doneda
11. Gr: O Empresário e os Direitos do Consumidor
Li: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
12. Gr: Relações de trabalho no mundo contemporâneo
Li: Zoraide Amaral de Souza

6. FDV – Faculdade de Vitória

1. Gr: Jurisdição Constitucional
Li: Geovany Cardoso Jevaux

7. FEESR – Centro Universitário Eurípedes de Marília

1. Gr: A Dimensão Ético-Moral e o Direito
Li: Rubens Beçak
2. Gr: As formas do processo e as formas da política: cidadania, poder e jurisdição no Estado de Direito
Li: Benedito Cerezzo Pereira Filho
3. Gr: Direito Internacional Público Contemporâneo
Li: Sérgio Luiz Cruz Aguilar
4. Gr: GEP Grupo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas
Li: Lafayette Pozzoli
5. Gr: Gramática dos Direitos Fundamentais
Li: Norma Sueli Padilha
6. Gr: NEPI - Núcleo de Estudos, Pesquisas, Integração e Práticas Interativas
Li: Lafayette Pozzoli

8. FGV- SP – Faculdade Getúlio Vargas –SP

1. Gr: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social
Li: Viviane Muller Prado
2. Gr: Instituições do Estado de Direito e Desenvolvimento Político e Social
Li: Oscar Vilhena Vieira
3. Gr: Teoria e História do Direito e das Instituições
Li: Ronaldo Porto Macedo Júnior

9. FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura

1. Gr: Autonomia privada e Estado Democrático de Direito: os limites entre o público e o privado
Li: Lutiana Nacur Lorentz
2. Gr: Grupo de Estudos sobre os três Poderes de Estado no Brasil
Li: Eduardo Martins de Lima
3. Gr: Psicologia Jurídica e Direitos Humanos
Li: Roselane Martins Cardoso

10. FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

1. Gr: Regulamentação e Efetividade Jurídica na Sociedade de Informação
Li: Liliana Minardi Paesani

11. IBDE – Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico

1. Gr: Criminalidade Informática
Li: Túlio Lima Vianna
2. Gr: Processo Civil e Direito Eletrônico
Li: José Carlos de Araújo Almeida Filho

12. ITE – Instituto Toledo de Ensino de Bauru

1. Gr: A Efetividade do Direito à Saúde na República Federativa do Brasil
Li: Vidal Serrano Nunes Júnior
2. Gr: Direito à intimidade e à privacidade.
Li: Claudio José Amaral Bahia

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / CAPES

A CAPES é a agência do MEC responsável pelo reconhecimento acadêmico científico dos Mestrados e Doutorados. Os projetos de cursos de pós-graduação s.str., analisados e aprovados pelas Comissões de Avaliação são submetidos à aprovação e credenciamento do Conselho Nacional de Educação/CNE.

O exame dos bancos de dados da CAPES, realizados em março de 2008, mostra a existência de 2.597 cursos de pós-graduação s.str., dos quais 1.062 oferecem apenas o nível de mestrado e 1.260 oferecem concomitantemente cursos de mestrado e doutorado. 226 cursos são mestrados profissionais, a nova modalidade de cursos profissionalizantes instituída pela CAPES.

Os cursos de Direito são classificados dentro da “Grande Área Ciências Sociais Aplicadas”, nas quais somam um total de 327 cursos, sendo 178 de mestrado, 117 oferecendo mestrado e doutorado e 42 são classificados como mestrados e doutorados profissionais.

A análise dos mestrados e doutorados por área mostra que o Direito tem 62 programas reconhecidos pela CAPES, dos quais 21 foram também avaliados e aprovados no nível de doutorado.

Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos 62 Cursos reconhecidos pela Capes

Na seqüência apresentamos uma lista das áreas de concentração e linhas de pesquisa, inicialmente dos 21 doutorados, seguidos dos 41 mestrados da área do Direito.

Na descrição abaixo o leitor poderá examinar o detalhamento das áreas de concentração e as linhas de pesquisa de cada instituição. Um grande número de projetos de pesquisa desenvolvem análises em áreas consideradas importantes para o Judiciário.

1. UFBA - Universidade Federal da Bahia / BA

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

03/06/2005 (Doutorado)

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Público
2. Direito Privado e Econômico
Direito Público
3. Direito Privado e Econômico

Linhas de Pesquisa:

1. Aspectos Jurídicos da Biotecnologia

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Bioética, suas relações com o Direito e a possibilidade e condições do Biodireito
2. O impacto da Biotecnologia no Direito
3. Questões Constitucionais atinentes à Bioética

2. Cidadania e a efetividade dos Direitos

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. Cidadania mínima como efetividade dos Direitos
2. Constitucionalismo Moderno
3. Direito Penal Garantidor
4. Os Direitos Humanos e a Globalização
5. Sistema Constitucional Tributário
6. Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual como Instrumento de Efetivação
7. Universalização dos Direitos Humanos e Jurisdição Penal Internacional

3. Institutos de Direito Privado Interferentes na Atividade Econômica

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Autonomia Privada e Constituição
2. Direitos Fundamentais e reflexos nas relações

4. Limites de validade do Discurso Jurídico

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. O Uso Responsável da Linguagem Jurídica: Análise Crítica da Manipulação Discursiva

2. UNB - Universidade de Brasília / DF

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
03/06/2004 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito, Estado e Constituição

Linhas de Pesquisa:

1. Direito, Estado e Sociedade: Políticas Públicas e Democracia

Projetos de Pesquisa: (11) projetos

1. Desafios atuais na construção da democracia e dos direitos humanos: A questão das violências não visíveis
2. Direito Como Liberdade: O Direito Achado na Rua - Experiências Populares de Criação de Direito

3. Direitos Humanos e Educação Jurídica - Interfaces da formação interdisciplinar na pós-graduação stricto e lato sensu
4. Direitos Humanos, Pluralismo Jurídico e Ações Afirmativas
5. Eticidade, Direitos e Equidade Em Andamento
6. Filosofia e Democracia Em Andamento
7. Globalização e Controle social
8. Minorias Étnicas, Pluralismo Jurídico e Direito à Diferença
9. Semiótica dos discursos constitucionais
10. Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça
11. Transformações do Estado Contemporâneo e da Teoria Democrática

2. Direito, Estado e Sistema Jurídico

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A Tutela dos direitos metaindividuais
2. As novas bases do direito privado na perspectiva civil-constitucional
3. Constituição e Iniciativa Privada
4. Direitos Humanos, Finanças, Comércio Internacional e Regulação Econômica em Perspectiva Jurídica Crítica
5. Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações – GETEL/UnB

3. Constituição, Constitucionalismo, Processo e Teoria Constitucionais, Direitos Fundamentais

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Direito, Sociedade e Complexidade: a Formalidade Constitucional sob o Prisma da Teoria da Diferenciação do Direito
2. Direitos Humanos, combate ao terrorismo e Estado de Exceção
3. Jurisdição constitucional, efetividade dos direitos fundamentais e cidadania
4. O Controle de Constitucionalidade das Normas e a Concretização dos Direitos Fundamentais
5. Reconstrução da Teoria do Processo Legislativo como Garantia Democrática

6. Teoria da Constituição e a construção da cidadania no Brasil: perspectivas a partir do Direito Achado na Rua

3. UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais / MG

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Doutorado)
24/08/2005 (Mestrado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito e Justiça

Linhas de Pesquisa:

1. A expressão da liberdade em face da pessoa e da empresa

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A expressão da liberdade no Direito Privado

2. Novos desafios da Organização Empresarial

2. Direito, Razão e História

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Ciência do Direito: métodos, dinâmica e ação

2. Direito, Cultura e Civilizações; releitura do Direito Comparado à luz dos conflitos

civilizacionais do século XXI

3. Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

4. Justiça: teoria e realidade

5. Novos paradigmas do Direito Internacional

6. Soberania e Direito: Ordem e Justiça na Sociedade Internacional

3. Poder e Cidadania no Estado Democrático de Direito

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A efetividade do Processo e atuação do Direito Material

2. As novas dimensões do trabalho e a (re)construção da cidadania

3. Do Direito Eleitoral sob a Égide da Educação em Direitos Humanos
4. Evolução e tendências das limitações ao poder de tributar
5. Teoria Geral do Delito
6. Tutela diferenciada dos Direitos Individuais e Coletivos: um instrumento para assegurar a Tutela Adequada ao Direito Material e à realidade social

4. PUC/MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / MG

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito Público
2. Teoria do Direito
3. Direito Processual
4. Direito Privado
5. Direito do Trabalho

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Humanos, processos de integração e constitucionalização do Direito Internacional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. O Brasil e as Novas Perspectivas do Direito Internacional
2. Princípios constitucionais internacionais que regem os processos de integração do cone sul e da Amazônia
3. Segurança internacional, manutenção da paz e defesa dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil

2. Estado, Constituição e sociedade no paradigma do Estado Democrático de Direito

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Cidadania e Políticas Públicas
2. Direitos Fundamentais, Processo Democrático e Jurisdição Constitucional

3. Estado Democrático de Direito, Efetivação dos direitos fundamentais e teoria discursiva do Direito e do Estado

4. Processo Constitucional e Administração Pública Dialógica

3. Fundamentos filosóficos do conceito de justiça e sua aplicação na compreensão do Estado Democrático de Direito

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A coesão interna entre o Estado de Direito e Democracia como processo historicamente situado de luta por reconhecimento e de aprendizagem social: a diversidade de identidade ético-cultural e o projeto constituinte do Estado Democrático de Direito

2. Comunitarismo e liberalismo

3. Formação do professor e ensino jurídico

4. Hermenêutica e concretização auto-reflexiva do projeto do estado democrático de direito

5. Justiça, Direito e Sociedade

6. Positivismo e Pós-Positivismo

4. O Processo na construção do Estado Democrático de Direito

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Devido Processo e a teoria da falibilidade discursiva em Karl Popper

2. Evolução Científica dos direitos e garantias no Estado Democrático de Direito

3. Princípios Diretivos da Fundamentação Jurisdicional no Estado Democrático de Direito

4. Prova Judiciária como acesso às liberdades democráticas

5. Reconstrução dos paradigmas do Direito Privado no contexto do Estado Democrático de Direito

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A empresa e o empresário sob a ótica do Código Civil de 2002

2. Biotecnologia e autonomia privada

3. Direito da Pessoa e da Família: tendências e transformações no mundo contemporâneo

4. Relações patrimoniais de Direito Privado na perspectiva constitucional

6. Relações de trabalho, modernidade e democracia

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direito do Trabalho: materialidade, instrumentalidade, efetividade

2. O trabalho e seu universo: história, crise e modernidade

3. Tutela jurisdicional trabalhista – estrutura, dinâmica e efetividade

5. UFPA – Universidade Federal do Pará / PA

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direitos Humanos

Linhas de Pesquisa:

1. Constitucionalismo, Democracia e Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (9) projetos

1. A Dignidade da Pessoa Humana e sua Projeção no Direito Civil

2. A Legitimidade das Constituições: Um Estudo Comparado dos Casos Brasileiro, Português e Espanhol

3. A Virada Paradigmática: afirmações e negações de pressupostos na emergência do positivismo jurídico.

4. Diagnóstico da Segurança Pública no Estado do Pará

5. Direito de Defesa na Execução

6. Direitos Humanos e Tributação

7. Federalismo no Ordenamento Jurídico Positivo Brasileiro: Veículos Normativos

8. Introdutores de Renúncias de Receitas Tributárias

9. Justiça Constitucional e Divisão Territorial do Poder: Brasil e Espanha
Razão Pública: Habermas e Rawls

2. Direitos Humanos e Inclusão Social

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Cidade, Aldeia e Patrimônio

2. Discriminação de Trabalhadores: Atuação do Ministério Público do Trabalho

3. Vergonha ou Intimidação? O Retrato da Violência contra a Mulher na Cidade de Belém

3. Direitos Humanos e Meio Ambiente

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Análise dos Instrumentos Jurídicos de Proteção Ambiental na Amazônia Brasileira: Estudo de Caso no Pará

2. Os Conflitos Coletivos Rurais no Pará : Dificuldades vs Meios de Solução

3. Plano Diretor e Gestão Democrática: a importância do processo de planejamento, criação e implementação do Plano Diretor com a participação popular

4. Violação dos Direitos Humanos, caos fundiário e conflitos agroambientais na Amazônia

6. UFPE - Universidade Federal de Pernambuco / PE

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Teoria do Direito e Decisão Jurídica

2. Neoconstitucionalismo

3. Direito Público

4. Filosofia, Sociologia e Teoria Geral do Direito

5. Direito Privado

Linhas de Pesquisa:

1. Criminalidade de Relações Transnacionais

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

2. Eficácia do Direito e decisão jurídica

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Análise qualitativa da decisão jurídica

2. Atores jurídicos, Decisão e Eficácia dos Direitos fundamentais

3. Efetividade dos direitos fundamentais e controle jurisdicional

3. Estado e constitucionalização

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Análise de instrumentos de Direito Ambiental Brasileiro: discussão de problemas conceituais-dogmáticos com a contribuição do Direito Comparado

2. Federalismo fiscal e a influência da Constituição Federal de 1988 na construção do Direito Tributário no Brasil

3. Jurisdição constitucional e direitos fundamentais (em andamento). Projeto de Pesquisa

4. Processo e Interpretação Constitucional

4. Estado, Poder Regulador e Tributação

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

5. Neoconstitucionalismo: direitos fundamentais, justiça e processos constitucionais

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

6. Retórica jurídica e teoria da argumentação

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. As retóricas na história das idéias jurídicas no Brasil: originalidade e continuidade como questões de um pensamento periférico
2. Epistemologia Jurídica e Pragmatismo
3. Retórica e Teoria da argumentação Jurídica

7. Retórica, Teoria da Argumentação e Pragmática do Direito

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

8. Teoria da tutela penal dos bens jurídicos

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Proteção penal de bens jurídicos e princípios da dignidade da pessoa humana

9. Transformações das relações jurídicas privadas e sociais

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Constitucionalização do direito civil
2. Desregulamentação e desemprego

10. Transformações Sociais e seus Reflexos no Direito Privado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Constitucionalização e supranacionalização do direito privado

7. UFPR - Universidade Federal do Paraná / PR

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 06

Áreas de Concentração:

1. Direitos Humanos e Democracia
2. Direito do Estado
3. Direito das Relações Sociais

Linhas de Pesquisa:

1. Cidadania e Inclusão Social

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
2. Repensando o Modelo Legal de Associativismo no Brasil
3. Trabalho Vivo

2. Cooperativismo e Economia Solidária

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Economia Solidária: Análise das Formas de Enfrentamento da Questão Social no Brasil Contemporâneo.

3. Direito; Poder e Controle

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. Aspectos da proteção estatal à cultura: a noção de cultura nacional no ordenamento jurídico brasileiro
2. Direito e Globalização
3. História, Direito e Subjetividade
4. Neoliberalismo e Reforma do Processo Penal
5. O Discurso em Foucault e a Democracia
6. Projeto de Política Criminal
7. Regulação Pública da Economia e Concorrência: Investigação sobre as Novas Transformações e Adaptações.

4. Direito; Tutela e Efetividade

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Meio eletrônico e Atos Processuais
2. Processo Civil e Direitos Fundamentais

5. Novos Paradigmas do Direito

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. Direito Parental e Direitos de Personalidade: investigação da paternidade e direito ao conhecimento da própria origem genética

2. Direitos Humanos e desenvolvimento
3. Espaço, Direito e Sociedade: a advocacia popular
4. Filosofia da libertação
5. Interseção entre a Psicanálise e o Direito
6. Perspectivas críticas do Direito Empresarial
7. Virada de Copérnico

6. Perspectivas da Dogmática Crítica

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Alca e Mercosul
2. Análise Crítica da Estrutura da Norma Jurídica Tributária
3. Estado, Administração Pública e Desenvolvimento Sustentável
4. Estudos de Direito Público do Mercosul
5. Supremacia da Constituição

8. PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná / PR

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
16/03/2006 (Doutorado)

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Econômico e Social

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Socioambientais

Projetos de Pesquisa: (8) projetos

1. A Tutela Jurídica do Meio Ambiente: Biodiversidade e Sociodiversidade
2. Direito ao Desenvolvimento Sustentável: Regulação e Meio Urbano
3. Direitos humanos: jurisprudência nacional e internacional
4. Política Judiciária e Administração da Justiça
5. Repensando a Interpretação e a Aplicação do Direito

6. Tempo, democracia e sociedade de risco
7. Terapia Celular Humana: Limites e Possibilidades de Ordem Ética e Jurídica
8. Titularidade, vida e saúde: a proteção do ser humano

2. Fundamentos Jurídicos da Atividade Econômica

Projetos de Pesquisa: (13) projetos

1. Agências Reguladoras e proteção do consumidor
2. Análise Crítica do Direito do Trabalho Brasileiro
3. Análise de Cenários de Crimes Através de Modelos 3D
4. Atividade Bancária e Tecnologia
5. Cenários Jurídicos em Ambientes Tecnológicos
6. Concessão
7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade social das empresas e cidades
8. Direito Empresarial Brasileiro e Comparado
9. Os efeitos da inconstitucionalidade no Direito Tributário
10. Segurança Jurídica na Contratação Via Internet
11. Solução de Controvérsias no Comércio Internacional
12. Tributação e Empresa
13. Tributação, Justiça e Política

9. UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito Processual
2. Direito da Cidade

3. Direito Público

4. Direito Internacional e Integração Econômica

5. Direito Civil

Linhas de Pesquisa:

1. Acesso à Justiça e Tutela dos Direitos

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Acesso à Justiça no Estado do Rio de Janeiro

2. Direito do Processo do Trabalho

3. Direito Processual Coletivo

4. Juizados Especiais Criminais

2. Direito Ambiental e Processo de Urbanização

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Desenvolvimento Urbano e Legislação Urbanística no Brasil

2. Novos instrumentos urbanísticos

3. Práticas sociais instituintes: gestão ambiental e uso e ocupação do solo urbano

4. Propriedade urbana

3. Direitos Humanos e Ética

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Arquivos de Direitos Humanos

2. Direitos Humanos e Ética I

3. Laboratório de Direitos Humanos

4. Liberdade de Expressão

4. Novos Instrumentos Jurídicos

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A efetividade do processo civil

2. Análise crítica do Direito Processual Civil Internacional

3. Arbitragem e tutela de direitos

4. Conflito entre Direito Internacional e Direito Interno

5. Retórica e Argumentação Jurídica

5. O Econômico na Ordem Jurídica Internacional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Contratos Internacionais do Petróleo

2. Direito Comunitário

3. Ordem Econômica e Relações Internacionais

6. Princípios e Normas Jurídicas

Projetos de Pesquisa: (8) projetos

1. A ciência jurídica e as transformações no ordenamento social contemporâneo

2. Bioética e biodireito

3. Direito da Regulação

4. Direito Internacional Privado

5. Direitos e Garantias Fundamentais

6. Direitos Humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: concepção, aplicação e formação

7. Interpretação das Normas Constitucionais

8. Regulação Econômica

7. Relações Jurídicas Privadas e Sociedade

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A proteção da propriedade intelectual

2. Crise das fontes normativas e reforma da legislação civil

3. Direito Civil Empresarial

4. Evolução dos princípios de Direito Internacional Privado em contratos e delitos

8. Transformações da Ordem Internacional

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Direito do Comércio Internacional
2. Direito Penal Internacional

9. Transformações do Estado Contemporâneo

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Estado e ordem econômica
2. Harmonização legislativa
3. Sistemas Constitucionais Contemporâneos

10. Violência e Criminalidade

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Descentralização e políticas públicas
2. Direito de família e proteção social
3. Estrutura dos Valores Urbanos
4. Financiamento das políticas locais de saúde
5. Globalização da Criminalidade

10. PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Teoria do Estado e Direito Constitucional

Linhas de Pesquisa:

1. Direito, Estado e Dimensão Internacional

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Cooperação Jurídica Internacional
2. Direito à cidade: práticas sociais instituintes e paisagem consentida
3. Direito dos Conflitos Armados-Direito Internacional Humanitário

4. Direito Internacional Privado de Família: A Posição Brasileira e os Instrumentos Internacionais

2. Direitos Humanos, Cidadania e Democracia

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. A Globalização, o Fórum Social Mundial e os Movimentos Altermundistas
2. Comércio/Desenvolvimento, Direitos Humanos/Governança: o contexto brasileiro, perspectivas do sul e articulações internacionais
3. Controle Social, violência e Direitos Humanos
4. Crime Organizado e Tráfico de Mulheres
5. Cumprimento da função social dos bens móveis culturais por meio da sua difusão e democratização do acesso aos bens de cultura
6. Entre realidade e realização: consciência de direitos humanos e acesso à justiça nas comunidades carentes do Rio de Janeiro
7. Fórum Social Mundial, Cidadania e Globalização

3. Ética, Dignidade Humana e Construção da Subjetividade

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Ética e Profissões Jurídicas
2. O republicanismo e patriotismo constitucional

4. Transformações Constitucionais e Pensamento Constitucional Contemporâneo

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A mutação constitucional no Brasil
2. Ativismo Judicial e Estado Democrático de Direito
3. Estado e Religião - A Liberdade Religiosa na Constituição de 1988
4. Teoria do Direito Segundo as Rotinas de Julgamento do Supremo Tribunal Federal

11. UGF - Universidade Gama Filho / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito, Estado e Cidadania

Linhas de Pesquisa:

1. Estado e Direito, Internacionalização e Regulação

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A reforma administrativa brasileira: efeitos de sua implementação sobre a ordem jurídica nacional
2. Efeitos da globalização sobre fundamentos dogmáticos de delitos omissivos
3. Estatuto da Cidade e políticas de urbanização. A metrópole e seus problemas na atualidade
4. Novas diretrizes do Direito Civil: a normativa constitucional, o Código Civil atual e aspectos da descodificação e da recodificação no direito brasileiro
5. Relações de trabalho, sua especificidade sócio-jurídica quanto à proteção jurisdicional e impactos da globalização

2. Estado, Constituição e Cidadania

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Ordem jurídica contemporânea e as liberdades públicas
2. Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça e ao direito: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados
3. Igualdade, jurisdição constitucional e democracia em perspectiva comparada
4. Laboratório de Análise Jurisprudencial
5. Ordem jurídica e tensões entre Estado e Sociedade. Do Antigo Regime ao Constitucionalismo
6. Ruptura e continuidade na história do pensamento jusfilosófico e suas influências no direito brasileiro.

12. UNESA - Universidade Estácio de Sá / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
19/01/2007 (Doutorado)

Nota: 05 (M)

04 (D)

Áreas de Concentração:

1. Direito Público e Evolução Social

Linhas de Pesquisa:

1. Acesso à Justiça e Efetividade do Processo

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Efetividade das Garantias Constitucionais no Processo

2. A hermenêutica e o papel da Jurisdição Constitucional no Brasil: limites e possibilidades

3. Acesso à Justiça, controle de Constitucionalidade e as perspectivas da Jurisdição Constitucional

4. Ações Coletivas no Direito Comparado e Nacional

5. Demandas Sociais e acesso à Justiça

6. Poder Judiciário e mudança social: as possibilidades transformadoras em uma sociedade em crise

2. Direitos Fundamentais e Novos Direitos

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Biomedicina e as dimensões do Projeto Parental

2. Conformação normativa-principiológica dos direitos de personalidade

3. Direitos Fundamentais e Democracia

4. Função social da propriedade e os novos desafios de proteção do solo urbano: a questão do meio ambiente

5. Marcos teórico-fundacionais da emergência de novos direitos no Estado Democrático de Direito

6. Relações jurídicas de consumo: novas possibilidades normativas

3. Relações Jurídico-Tributárias

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A omissão do estado no combate à evasão de divisas como elemento exemplificativo e viabilizador de recursos à concretização dos Direitos Fundamentais Sociais
2. A Regulação Jurídica das novas relações mundiais de comércio
3. Medida Provisória e reserva de lei em matéria tributária
4. Princípios de justiça e segurança no Direito Tributário

13. UFRGS - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito do Estado e Teoria do Direito
2. Direito Privado e Processual

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Fundamentais e Sociedade (Supremacia do Direito)

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direitos Fundamentais no Direito Tributário Brasileiro
2. Supremacia do Direito
3. Temas Fundamentais de Direitos Humanos

2. História e Contemporaneidade

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Normatividade Jurídica da Bioética
2. Razão Prática e Direito Privado
3. Temas Fundamentais de Direito Privado

3. Integração e Mercosul

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Do NAFTA e MERCOSUL à ALCA: Perspectiva Jurídica da Proteção dos Sujeitos Vulneráveis.
2. Mercosul e Direito do Consumidor
3. Temas Fundamentais de Direito da Integração

4. Pensamento Jurídico e Pós-Modernidade

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Arbitragem como Meio de Solução de Controvérsias
2. Novos Direitos: Consumidor, Serviços bancários, Responsabilidade Ambiental, Desenvolvimento e Direito Privado
3. Visões Atuais do Direito de Família

5. Processo e Constituição

Projetos de Pesquisa: (1) projetos

1. Temas Fundamentais de Processo Civil

14. PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Fundamentos Constitucionais do Direito Público e do Direito Privado
2. Teoria Geral da Jurisdição - Direito Processual Civil

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projetos

1. Estado Sócio-Ambiental

2. Eficácia e Efetividade da Constituição e dos Direitos Fundamentais no Direito Público e no Direito Privado

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Constituição, Direitos Fundamentais e o Novo Código Civil: Responsabilidade Civil
2. Direitos Fundamentais Sociais e Direito Privado
3. Direitos Reais: o domínio e as titularidades no Direito Civil Brasileiro Contemporâneo
4. Os impactos sócio-econômicos e políticos da financiamento de campanhas eleitorais com dinheiro público
5. Raça, desigualdade e direito: o problema das ações afirmativas e o acesso aos direitos sociais

3. Instrumentalidade e Efetividade do Processo Civil

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Fundamentos de hermenêutica constitucional na interpretação da Legislação Processual Civil (A viragem reformista)
2. Novas técnicas: processo e realidade social

4. Interpretação Constitucional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Interpretação Constitucional (ênfase nas relações de administração)
2. Interpretação Constitucional e os novos institutos de Direito Público
3. Teorias de interpretação constitucional: as tendências contemporâneas

5. Princípios Constitucionais Fundamentais, Jurisdição e Processo Civil

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Limites políticos e práticos da função jurisdicional no Estado moderno
2. Princípios processuais da execução

6. Teoria da Justiça e Estado Contemporâneo

1. A Crítica de Hegel ao formalismo da moral Kantiana

2. Tributação, justiça e desenvolvimento

15. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito Público

Linhas de Pesquisa:

1. Hermenêutica, Constituição e Concretização de Direitos

Projetos de Pesquisa: (12) projetos

1. A Gênese Moderna da Teoria dos Princípios Jurídicos na Concretização do Estado Democrático de Direito Contemporâneo

2. A Hermenêutica e a Construção de uma Teoria da Constituição adequada a países de modernidade tardia: em busca da efetividade perdida

3. A ideologização do processo: A raiz do dilema entre segurança e efetividade

4. A jurisdição constitucional brasileira entre o individualismo e o coletivismo: uma aproximação fenomenológica das manifestações decisórias do Supremo Tribunal Federal para análise das tendências axiológicas da permanente construção da Constituição

5. A Jurisprudencialização do Direito Constitucional. O Conteúdo da Constituição Brasileira à Luz da Atuação do Supremo Tribunal Federal (1988-2000)

6. A Legitimidade Constitucional do Direito Penal Econômico

7. A problemática dos direitos fundamentais no âmbito da jurisdição

8. Administração pública e transparência: a aplicação dos mecanismos constitucionais – gestão fiscal e novas tecnologias

9. Formas de Incidência e Comunicação dos Diferentes Modelos Sancionatórios nos Tipos de Condutas Definidas como Crime na Legislação Penal

10. Garantias Constitucionais do Processo: uma abordagem dos princípios políticos processuais contidos na constituição brasileira

11. Judiciário: as questões decorrentes da reforma e efetivação dos direitos de cidadania. A ação dos agentes judiciais centrada nesses temas, de um ponto de vista hermenêutico constitucional

12. O Direito Fundamental ao Processo dentro de um Prazo Razoável: perspectivas principiológicas do asseguramento à razoável duração do processo

2. Sociedade, Novos Direitos e Transnacionalização

Projetos de Pesquisa: (11) projetos

1. A Dignidade da Pessoa Humana e o Sujeito de Direitos nos Sistemas Jurídicos Contemporâneos

2. A Dogmática Jurídica Tradicional e os Novos Direitos: o direito do consumidor como elemento possibilitador de novos parâmetros jurídicos

3. A Ecologia Política e seus Vínculos com o Direito e a Ética

4. Comunicação Jurídica e Decisão

5. Democracia e formas de inclusão-exclusão política nos sistemas brasileiro, mexicano e italiano

6. Em Busca de uma fundamentação racional para os Direitos Humanos: A tentativa de Suárez

7. Fundamentação ética dos Direitos Humanos

8. Participação social e efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente

9. Regime Democrático e realização dos Direitos Humanos

10. Relações contratuais: em busca de um novo modelo jurídico a partir da ética da alteridade e da hermenêutica filosófica

11. Segurança global, nacional e Direitos Humanos

16. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina / SC

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 06

Áreas de Concentração:

1. Filosofia e Teoria do Direito
2. Direito, Estado e Sociedade
3. Relações Internacionais

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. O impacto das correntes antiformalistas na cultura jurídica do século XX

2. Conhecimento Crítico, Historicidade e Subjetividade

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Democracia e discriminação inversa: a ação afirmativa como mecanismo de construção da igualdade complexa
2. Justiça, Democracia e Constituição
3. Legalidade e Subjetividade? Elementos para a Compreensão dos Impasses da Ordem Jurídica Estatal no Limiar do Século XXI a partir da Leitura Cruzada entre Direito e Psicanálise
4. O Sujeito do Direito - Anatomia de Uma Categoria Complexa

3. Democracia, Cidadania e Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Experiência Jurídica na América Latina: O Direito dos Povos Indígenas
2. Acesso à Justiça e Direito Processual no Brasil Contemporâneo: Aspectos Históricos, Constitucionais e Conceituais
3. O Fenômeno da Globalização, Humanismo e o Sistema de Tributação: Impacto Social
4. Pluralismo Jurídico, Direitos Humanos e Novas Práticas de Cidadania

4. Direito, Estado e Constituição

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Construção Jurídica do Estado Interventor
2. A Transpersonalização dos Atores Políticos
3. Tecnologia de informação e o Novo Direito
4. Teoria Constitucional: uma leitura à luz das teorias da justiça

5. Direito, Meio Ambiente e Ecologia Política

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A água, a lei, a política e o meio ambiente
2. A Emergência do Estado Ambiental
3. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro
4. Riscos e Danos Ecológicos: Repercussões no Patenteamento e no Sistema Jurídico Protetivo do Ambiente

6. Globalização, Multilateralismo e Regionalismo

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A Integração entre o Mercosul e a União Européia e seus Reflexos para o Direito Internacional Privado
2. Acompanhamento e Análise das Negociações Comerciais Multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC)
3. Novos Atores do Direito da Integração Regional
4. Protecionismo e Direito Internacional Econômico
5. Relações Internacionais e Meio Ambiente

7. Sociedade, Controle Social e Sistema de Justiça

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A inclusão tecnológica do advogado
2. Direitos Sociais e Sistema de Justiça
3. Os Direitos da Criança e do Adolescente

17. USP - Universidade de São Paulo / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)

24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 06

Áreas de Concentração:

1. Direito Penal
2. Direito Civil
3. Direito Econômico e Financeiro
4. Direito Comercial
5. Direito do Estado
6. Filosofia e Teoria Geral do Direito
7. Direitos Humanos
8. Direito do Trabalho
9. Direito Processual
10. Direito Internacional

Linhas de Pesquisa:

1. A proteção penal da sociedade atual, através das Normas Jurídicas

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Proteção penal na sociedade atual
2. Tipicidade formal e tipicidade material

2. As Bases Romanísticas do Código Civil de 2002

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A compra e venda no direito romano
2. A responsabilidade civil no direito romano

3. As Finanças Públicas na Ordem Jurídica

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Federalismo fiscal
2. Responsabilidade fiscal, finanças públicas e orçamento

4. Contratos Empresariais e Títulos de Crédito: Princípios Gerais, Convergências entre os Sistemas Civil e Comercial

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Contratos empresariais
2. Títulos de Crédito

5. Controle de Constitucionalidade

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. O controle de constitucionalidade no Brasil e a supremacia da Constituição

6. Convergência dos Sistemas Romanístico e Anglo-Americano no Direito Administrativo Brasileiro

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Cidadão, Administração Pública, participação e meios de controle
2. Desestatização e privatização
3. Evolução no conceito, organização e formas de gestão de serviços públicos
4. Exploração econômica de bens públicos
5. Novas formas de parcerias entre os setores públicos e privado
6. Subsidiariedade e razoabilidade na intervenção estatal

7. Criminologia, Medicina Forense, Biodireito e suas Relações com o Direito Penal

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Biodireito, seus fundamentos e estrutura jurídica
2. Comportamento, crime e reintegração social
3. Uso de drogas: aspectos penais e criminológicos

8. Direito e História

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. História da propriedade territorial no Brasil
2. Historiografia jurídica brasileira

9. Direito e Responsabilidade: O Mosaico Interdisciplinar

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Direitos da personalidade: teoria geral e direitos específicos
2. Direitos patrimoniais e direito morais do autor
3. Princípios e valores constitucionais relativos à responsabilidade civil no Novo Código Civil
4. Responsabilidade civil, indenização e quantificação por equidade

10. Direito Econômico e Desenvolvimento

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Estado e subdesenvolvimento
2. Legislação tributária e desenvolvimento
3. Serviço público e regulação

11. Direito, Globalização e Regulação Econômica, Jurídica e Social

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

12. Direitos Humanos e Exclusão Social

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Democracia, igualdade e combate à discriminação
2. Direito e exclusão social na história: aspectos jurídicos e filosóficos
3. Mecanismos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos
4. O Direito à educação, à saúde, ao meio-ambiente e ao trabalho no combate à exclusão social

13. Direitos Sociais no Contexto dos Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A eficácia dos institutos, normas e princípios de direito interno, comunitário e internacional do trabalho e a efetivação dos direitos humanos
2. A previdência, a assistência e a saúde e a solidificação do princípio da dignidade do homem

3. O processo trabalhista como método de concretização dos direitos humanos

14. Estado e Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Educação para os direitos humanos, direito à educação e da educação
2. Formação e evolução dos Direitos Humanos
3. O Poder Constituinte em face dos Direitos Humanos Fundamentais
4. Proteção dos Direitos Humanos

15. Estado e Globalização

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Globalização e a soberania estatal
2. Globalização e os blocos regionais de Estados

16. Eiticidade, Concepções Antropológicas e Historicidade

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

17. Federalismo: História e Tendências

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. As reformas do Estado no Brasil e o Federalismo

18. Fundamentos da Dogmática Penal e das Sanções Penais

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A dogmática penal como arcabouço científico político e democraticamente orientado e seu reflexo sobre a política criminal
2. Escolas penais e o fundamento do direito de punir

19. Garantias e Princípios do Direito Processual Aplicados a Outras Áreas do Direito

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

20. Hermenêutica do Sistema Constitucional Tributário

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direitos fundamentais e tributação Em Andamento Projeto de Pesquisa
2. Interpretação, construtivismo lógico-semântico e fato jurídico tributário
3. Teoria da obrigação tributária e solução de controvérsias. Simplificação e melhoria técnica do sistema de aplicação e exigibilidade de tributos.

21. Inter-Relações entre Direitos Humanos e Direito Internacional Público e Privado

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Direito internacional da propriedade intelectual
2. Direito internacional do trabalho - migração internacional
3. Direitos humanos e desenvolvimento: a interação dos temas no âmbito jurídico internacional
4. Direitos humanos e memória
5. Evolução do direito internacional privado no Brasil: doutrina e jurisprudência
6. Sistema onusiano de direitos humanos: mecanismos convencionais e extraconvencionais

22. Linguagem e Direito

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

23. Meios Alternativos de Solução de Controvérsias e Justiça Consensual

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

24. Novos Princípios Contratuais no Direito Brasileiro

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Interpretação contratual no sistema jurídico brasileiro
2. Nova tipologia: contratos coligados, quadros, relacionais e atípicos

25. O Direito de Família e de Sucessões em Evolução: A Constituição da República de 1988 e o Novo Código Civil

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Filiação e Família substituta

2. Regime de bens
3. Sucessão do conjuge e do companheiro
4. União estável e casamento

26. Os Desafios da Globalidade no Direito Internacional Público Contemporâneo

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Globalização e direito ambiental
2. Integração das normas de direito internacional público ao direito brasileiro
3. Nacionalidade

27. Propriedade e Direitos Reais: Formas e Funções

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Função social da propriedade
2. Propriedade edilícia
3. Superfície e outros direitos reais típicos

28. Regulação Econômica e Concorrência: Novas Tendências e Inter-Relacionamento com a Economia

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Concorrência e regulação
2. Direito do consumidor
3. Estado, exploração econômica e economias em desenvolvimento
4. Propriedade Industrial

29. Relações entre Direito e Poder

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

30. Simplificação e Aceleração do Processo

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Aperfeiçoamento dos procedimentos judiciais
2. Sistema recursal

31. Sociedade Anônima e Sociedade Limitada: Interesse Público e Privado

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Estrutura societária e desempenho econômico
2. Formas societárias de estímulo à pequena e média empresa
3. Mercado de Capitais e direito societário
4. Recuperação de empresas em crise

32. Sociedade Contemporânea e Proteção Penal dos Direitos Humanos e Bens Jurídicos Difusos

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Crimes contra bens jurídicos difusos: direito penal econômico e proteção ao consumidor
2. Ecologia e crime: direito penal ambiental
3. Sociedade de risco, bens difusos, imputação objetiva e direito penal

33. Tendências do Direito Internacional Econômico e do Direito do Comércio Internacional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Instituições, normas e funcionamento do comércio internacional
2. O acordo geral sobre o comércio de serviços da OMC. Normas, negociações e jurisprudência.
3. Prevenção e solução de controvérsias internacionais

34. Unificação do Direito Obrigacional

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. As fontes do direito das obrigações e a unificação do direito obrigacional nacional e estrangeiro
2. Inovações do direito obrigacional no Novo Código Civil: críticas e sugestões

18. PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
24/08/2005 (Doutorado)

Nota: 05

Áreas de Concentração:

1. Direito das Relações Sociais
2. Filosofia do Direito
3. Direito do Estado

Linhas de Pesquisa:

1. Direito Individual e Coletivos: a sua tutela e efetividade jurídica

Projetos de Pesquisa: (13) projetos

1. A Oneração da Atividade Econômica, em razão da duração, custo e ineficácia do processo de execução por quantia certa
2. A Tutela Penal e a sua efetividade
3. Direito Ambiental
4. Efetividade do Processo Civil Individual e Coletivo
5. Função Social da Propriedade
6. Função Social dos Contratos
7. Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas Meta-Individuais
8. O Sistema Econômico, as Sociedades Empresariais e a Propriedade Intelectual
9. Processo Coletivo
10. Relações de Consumo
11. Relações Internacionais
12. Tutela Direitos Fundamentais dos Cidadãos e Tutela Relações Civis
13. Tutela e Efetividade Jurisdicional dos Direitos Sociais

2. Filosofia do Direito

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. O Direito sob a ótica da Epistemologia, Ontologia e Axiologia. Jurídica
2. O Direito através da lógica e da linguagem jurídica

3. O Estado e as Transformações Constitucionais, Administrativas e Urbanas.

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. NEDUC – Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direito Educacional
2. O Sistema Constitucional Administrativo Brasileiro
3. O Sistema Tributário Constitucional Brasileiro
4. O Sistema Urbanístico Constitucional Brasileiro

19. UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
20/04/2007 (Doutorado)

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direitos Difusos e Coletivos
2. Filosofia do Direito

Linhas de Pesquisa:

1. Novos direitos no sistema jurídico brasileiro

Projetos de Pesquisa: (12) projetos

1. A questão ambiental nos aspectos de Direito Material no Sistema Constitucional Brasileiro
2. A identificação dos tipos penais difusos e do sistema processual penal correspondente
3. A questão do meio ambiente como garantia constitucional da sadia qualidade de vida

4. As ações coletivas no sistema jurídico brasileiro
5. As práticas abusivas perpetradas contra os consumidores pelos fornecedores no comércio da região da baixada santista
6. Jurisdição Constitucional e concretização dos direitos difusos e coletivos
7. O papel do Estado na proteção do consumidor
8. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como fundamento das normas jurídicas
9. O problema da legitimidade e intervenção do Ministério Público nas diversas ações do Sistema Jurídico Brasileiro
10. Os Princípios Constitucionais de proteção ao Consumidor e a superação do ideário positivista da regra
11. Os problemas do Direito Material e Processual do meio ambiente do trabalho
12. Relações de Consumo e Globalização

2. Os novos métodos de investigação científica e filosófica do Direito

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. O problema da justiça, da equidade e a realidade brasileira

20. UNIFOR - Universidade de Fortaleza / CE

Programa: Direito Constitucional

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
19/01/2007 (Doutorado)

Nota: 03 (M)

04 (D)

Áreas de Concentração:

1. Direito Constitucional

Linhas de Pesquisa:

1. Estudos Sobre Estado de Direito Democrático no Brasil

Projetos de Pesquisa: (15) projetos

1. A análise do impacto das casas de mediação na comunidade do Pirambu como instrumento de pacificação social
2. A mediação comunitária como instrumento de inclusão social: a experiência das casas de mediação no Estado do Ceará
3. A mediação dos conflitos como acesso à justiça, inclusão e pacificação social: a experiência das casas de mediação comunitária do Estado do Ceará
4. A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Indígenas no Nordeste Brasileiro
5. A Reforma Política do Brasil Comparada à de Outros Países da América Latina - (2a. parte)
6. Controle normativo e democratização na moderna política constitucional
7. Espaço Democrático da Cidade
8. Gênero, discriminação e participação política das mulheres no Brasil
9. Implicações Políticas das Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade após a Constituição Federal de 1988 – O Desafio da Construção da Democracia no Brasil e a Judicialização da Política
10. Instituição judiciária e controle externo: o problema da democratização do Judiciário
11. Livre Convencimento e Controle administrativo nas Decisões Judiciais: pressupostos sistêmicos e análise crítica da súmula Vinculante
12. O Direito Fundamental de Propriedade e a Comunidade do Dendê
13. Parlamentarismo ou Presidencialismo
14. Participação Política no Estado Democrático Brasileiro
15. Teoria Política da Democracia

2. Teoria do Direito Constitucional

Projetos de Pesquisa: (12) projetos

1. A Contribuição de Paulo Bonavides e Afonso Arinos para o Direito Constitucional Brasileiro
2. A Mediação de conflitos como Exercício da Cidadania
3. A Mediação Escolar como Instrumento de Pacificação de Conflitos

4. Atual relação entre Direito e Moral no Positivismo Jurídico Contemporâneo
5. Constitucionalização dos Direitos da Personalidade ou privatização dos Direitos Fundamentais?
6. Gênero, Discriminação e Políticas Públicas que afetam o Direito Fundamental ao Planejamento Familiar
7. Limites ético-jurídicos do patenteamento das descobertas e invenções biotecnológicas, em face à proteção dos direitos fundamentais
8. Mercosul e Integração da América Latina
9. Multiculturalismo e Democracia
10. Multiculturalismo: na defesa dos direitos fundamentais das minorias sob a forma de garantir o pleno exercício da cidadania de todos os seres humanos
11. Tráfico de Seres Humanos no Brasil - a experiência do Escritório de Prevenção ao Tráfico
12. Tráfico de Seres Humanos no Brasil: a experiência do Escritório de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos no Estado do Ceará

21. ITE - Instituição Toledo de Ensino / SP

Programa: Sistema Constitucional de Garantia de Direitos

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005 (Mestrado)
19/01/2007 (Doutorado)

Nota: 05 (M)

04 (D)

Áreas de Concentração:

1. Sistema Constitucional de Garantia de Direitos

Linhas de Pesquisa:

1. As Garantias de Acesso à Justiça

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Garantias Constitucionais do Processo
2. Tutela Difusa e Coletiva

2. Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais

Projetos de Pesquisa: (8) projetos

1. A Constituição Inclusiva e os Tratados Internacionais
2. A Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
3. A Proteção Constitucional de Família
4. A Tutela da Intimidade e da Privacidade
5. A Tutela das Pessoas Portadoras de Deficiência e do Idoso na Constituição Federal
6. Efetividade dos Direitos Constitucionais
7. Instrumentos para a Tutela da Segurança Jurídica
8. Jurisdição Constitucional e a Proteção das Minorias

22 UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo / SP

Programa: Biodireito, Ética e Cidadania

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/06

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Biodireito, Ética e Cidadania

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Sociais e Cidadania

Projetos de Pesquisa: (7) projetos.

1. Adoção na Região do Vale do Paraíba
2. Direito das Minorias: Discriminação Étnica
3. Direito das Minorias: Proteção e Discriminação no Trabalho
4. Direito das Minorias: Tutela Jurídica da Criança e do Adolescente
5. Direito das Minorias: Tutela Jurídica do Idoso
6. O Trabalho na Cidade de Aparecida do Norte: Estudo de Caso
7. Perspectivas do Direito do Consumidor: Uma Leitura Comparada

1. Ética e Meio Ambiente

Projetos de Pesquisa: (5) projetos.

1. Ciência e Tecnologia, Bioética e Biodireito
2. Estatuto da Cidade
3. Gestão Ambiental e a Prevenção da Poluição
4. Poluição Sonora
5. Sadia Qualidade de Vida

1.FUNDINOPI - Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro / PR

Programa: Ciência Jurídica

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Teorias da Justiça: Justiça e exclusão

Linhas de Pesquisa:

1. Estado e Responsabilidade: questões críticas

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Ética e direito
2. Formas e Técnicas de Tutela Jurisdicional Coletiva e Inclusão Social
3. Ideologia do Estado e Estratégias Represivas

2. Função Política do Direito

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Como tornar um pesquisador crítico da ciência processual
2. Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil
3. Índice de Desenvolvimento Humano e Violência
4. Justiça e Democracia

24. UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí / SC

Programa: Ciência Jurídica

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Fundamentos do Direito Positivo

Linhas de Pesquisa:

1. Direito Internacional, Meio Ambiente e Atividade Portuária

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Comércio e Segurança Internacional

2. Regulação da Infra-estrutura e Juridicidade da Atividade Portuária

2. Hermenêutica e Princiologia Constitucional

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Crítica aos Fundamentos do Direito a partir de Giorgio Agamben

2. Crítica aos Princípios e Garantias Constitucionais: diálogos a partir do Garantismo Jurídico de Luigi Ferrajoli

3. Democracia, Estado e Constituição na Pós-Modernidade

4. Direitos Fundamentais e Cidadania

5. Teoria Política, Direito e Hermenêutica Constitucional

3. Produção e Aplicação do Direito

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Fundamentos Axiológicos da Produção do Direito

2. Política Criminal e Produção do Direito

3. Políticas Públicas, Jurisdição e Argumentação

25. PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / RS

Programa: Ciências Criminais

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Violência

Linhas de Pesquisa:

1. Cultura e Violência

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Ética e Direito: leituras sobre cultura e violência
2. Justiça, Controle Social e Democracia Participativa: Os Direitos de Cidadania no contexto das Reformas Neoliberais
3. Tradição, Modernidade e Violência na Construção do Estado Brasileiro

2. Política Criminal, Estado e Limitação do Poder Punitivo

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. Crise do Processo Penal e as Novas Formas Administração da Justiça Criminal
2. Direito Penal e Bioética
3. Mal-Estar na Cultura Punitiva
4. Perspectiva Crítica do Sistema de Penas: fundamentação, aplicação e execução
5. Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a instrumentalidade garantista como limitação do poder punitivo
6. Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos
7. Tóxicos, Toxicômanos e Toxicomanias

3. Psiquiatria e Violência

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Comportamento Violento: Depressão, Suicídio, Ansiedade e Alterações Neurobiológico
2. Etiologia do Comportamento Delitivo: Avaliação, Diagnóstico e Fatores Associados ao Transtorno de Personalidade Anti-Social e Outros Transtornos Psiquiátricos

26. UFPB/JP - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa / PB

Programa: Ciências Jurídicas

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Econômico
2. Direito Econômico
Direitos Humanos
3. Direitos Humanos

Linhas de Pesquisa:

1. Democracia, cultura e educação em Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Advocacia em Direitos Humanos: formação teórica e prática interdisciplinar
2. Democracias, normatividades e controles biopolíticos: pontos de tensão da contemporaneidade
3. Direitos Humanos: seus fundamentos culturais e educacionais na contemporaneidade.
4. Penalidade Moderna, Violência e Segurança Pública

2. Estado, mercado e sujeitos sociais: jurisdição e economicidade

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Desregulação e Reforma do Estado
2. Direito da integração econômica e globalização nas Américas
3. Direitos econômicos fundamentais na ordem jurídica brasileira
4. O Perfil Regulador do Estado Brasileiro
5. Reflexos sócio-econômicos das modificações do aparelho do Estado.

3. Exclusão social, proteção e defesa dos Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Direitos Humanos e Administração Ação da Justiça
2. História da África, saberes históricos e jacobinismo negro no Brasil contemporâneo (1944-1988)
3. Identidade negra e políticas públicas
4. Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito da questão social ao inserimento social
5. Políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos Humanos

4. Justiça e Desenvolvimento econômico

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A pirâmide se desarruma: Do outro lado do Atlântico, da participação social ao controle do crime.
2. Características jurídicas e sociais do crime organizado.
3. Comunitarismo e Solidariedade Social: a Pirâmide Normativa se Desarruma. Modelos Jurídicos e Sustentabilidade Social
4. Cooperação penal entre sistemas jurídicos contra o crime organizado
5. Trabalho e emprego: entre crescimento econômico e desenvolvimento

27. CEUMAR - Centro Universitario de Maringá / PR

Programa: Ciências Jurídicas

Mestrado: Homologado pelo CNE em 09/09/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito da Personalidade na Tutela Jurídica Privada e Constitucional

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Programa de Orientação à elaboração de Monografias Jurídicas para Alunos da Graduação e a Metodologia da Pesquisa Jurídica

2. Fundamentos Cívico-Constitucionais dos Direitos da Personalidade

Projetos de Pesquisa: (12) projetos

1. A dignidade humana e o trabalhador frente o poder subordinativo
2. A proteção da pessoa no âmbito das relações privadas
3. A reparação civil no âmbito das relações de ordem familiar
4. Dano moral: o poder diretivo do empregador e os direitos da personalidade do Empregado
5. Direito à intimidade e vida privada do empregado no mundo informatizado
6. Direito da personalidade à investigação de paternidade e presunção juris tantum
7. Direito de visitas dos avós como garantia dos direitos da personalidade
8. Evolução e Desenvolvimento do Direito à Vida Privada no Plexo Doutrinário e Normativo e no Processo Decisional
9. Função social nos contratos de planos de saúde sob o prisma dos direitos da Personalidade
10. O abuso do direito nas relações privadas e seus reflexos nos direitos da Personalidade
11. O assédio moral nas relações de emprego sob a perspectiva dos direitos da Personalidade
12. O assédio moral nas relações privadas: família, escola e trabalho e os direitos da personalidade

3. O Acesso à Justiça como Direito da Personalidade nas Relações Familiares: Aspectos Civil e Constitucional

Projetos de Pesquisa: (10) projetos

1. A dignidade e o valor da pessoa humana
2. A dissolução das entidades familiares pela ruptura do vínculo matrimonial por intermédio da anulação e da nulidade do casamento, do divórcio e seus reflexos dentro do contexto de uma nova ordem social

3. A relativização da coisa julgada material nas ações de investigação de paternidade
4. A responsabilidade civil por danos morais no âmbito familiar
5. As formas de constituição das entidades familiares e a sua evolução perante o direito positivo brasileiro nos períodos históricos: colonial, imperial e republicano
6. Mediação familiar
7. O acesso à justiça como direito da personalidade nas relações familiares
8. O direito de família como elemento harmonizador das relações familiares e de acesso à justiça sob a perspectiva dos institutos da criança, tutela e adoção como formas protetivas e reintegratórias das crianças e adolescentes no meio social brasileiro
9. O estado sexual (identificação física) das pessoas e seus reflexos nas questões de ordem familiar sob a ótica do direito civil e constitucional vigentes
10. Programa de Assistência Judiciária às Pessoas Carentes de Recursos Financeiros e a Metodologia do Ensino Jurídico no Estágio Curricular

28. UFAL - Universidade Federal De Alagoas / AL

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2004

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Fundamentos Constitucionais dos Direitos

Linhas de Pesquisa:

1. Os Direitos Fundamentais e sua Aplicação na Modernidade

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A concretização dos direitos fundamentais a um ambiente ecologicamente equilibrado e à saúde mediante implementação e controle de políticas públicas pelo Estado brasileiro
2. O Processo Constitucional como garantidor dos direitos fundamentais: a

análise das garantias previstas pela Constituição.

3. Os Direitos Fundamentais e sua aplicação na modernidade

2. Transformações do Direito

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A atualidade da Teoria do Fato Jurídico: o plano de eficácia

2. Constitucionalização do Direito Civil

3. Finanças Públicas, Tributação e Cidadania

29. UCB - Universidade Católica de Brasília / DF

Programa: Direito

Mestrado: Aprovado e reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Internacional Econômico

Linhas de Pesquisa:

1. O Direito Internacional como Instrumento de Integração Tributária, Econômica e Política

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Fundamentos Jurídicos para a Convergência Tributária Internacional

2. Juridificação da Cooperação Internacional

2. Tendências da Tributação Nacional e Internacional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direito Nacional e Regulação Jurídica da Renda Transnacional

2. Hermenêutica Jurídica

3. Tributação internacional em face do multilateralismo e do regionalismo

30. UniCEUB - Centro Universitário de Brasília / DF

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito das Relações Internacionais
2. Direito e Políticas Públicas

Linhas de Pesquisa:

1. Sistemas Regionais de Integração

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa.

2. Direito e Políticas Públicas

Projetos de Pesquisa: (11) projetos

1. Corrupção e democracia
2. Cultura e Políticas Públicas
3. Direito penal, criminologia e política criminal
4. Direito, riscos e novas tecnologias
5. Etnografia constitucional
6. Finanças Públicas no Estado Contemporâneo
7. Jurisdição constitucional e democracia
8. Novas tendências do direito público
9. O pensamento jurídico brasileiro como parte do pensamento social brasileiro
10. Padê: raça, gênero e direitos humanos
11. Políticas públicas e educação

3. Proteção Internacional à Pessoa Humana

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Direito e multiculturalismo - internacionalização e tensões nacionais
2. Direito, meio ambiente e sociedade
3. Direitos humanos e mundo globalizado
4. Efetividade do direito internacional ambiental

4. Sistemas regionais de integração

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Direito e responsabilidade internacional por danos de empresas multinacionais
2. Direito econômico em sistemas de integração
3. História das relações internacionais brasileiras no Império e início da República
4. Internacionalização do direito
5. Mercosul
6. União Européia e integração regional

31. FDV - Faculdade de Direito de Vitória / ES

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direitos e Garantias Fundamentais

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Fundamentais e Sociedade

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direitos Humanos, Diversidade e Ética, Violência e Políticas Públicas
2. Ética, Democracia e Direitos Fundamentais
3. História do Direito Brasileiro

2. Efetividade, Eficácia e Proteção dos Direitos Fundamentais

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Acesso à Justiça na perspectiva dos direitos humanos
2. Jurisdição Constitucional

32. FDMC - Faculdade de Direito Milton Campos / MG

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Empresarial

Linhas de Pesquisa:

1. A Empresa como objeto dos diferentes campos do direito

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A evolução da teoria do Direito Tributário no Brasil e a atividade empresarial
2. As empresas e o Direito Penal: princípio do prejuízo na teoria das nulidades do processo penal
3. Emprego e Direito do Trabalho
4. Responsabilidade civil específica de cada tipo de empresa

2. Direito Empresarial: Teoria e legislação

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Conceito e estrutura da relação jurídica
2. Direito empresarial e direito das obrigações mercantis
3. Jurisdição, ação, processo e efetividade do processo civil e societário
4. Teoria da empresa

3. Direito Virtual

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A propriedade intelectual e as novas tecnologias
2. A regulamentação jurídico-administrativa das telecomunicações e do meio virtual
3. As fraudes, as provas eletrônicas e o consumidor no meio virtual

4. Novas tendências do Direito Empresarial

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Falência e a recuperação de empresas

2. Contratos e sociedades empresariais
3. Direito desportivo
4. Títulos de crédito

33. UNAMA - Universidade da Amazônia / PA

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito das Relações Sociais
2. Direito do Estado

Linhas de Pesquisa:

1. Condição do Homem e relações de trabalho na Amazônia

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A Ação(O Papel) da Justiça do Trabalho da 8ª Região na Preservação do Meio Ambiente do Trabalho
2. Meio Ambiente do Trabalho e Acesso ao Judiciário no Contexto Amazônico

2. Constituição, Direitos Humanos e Relações Internacionais

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Aplicação Judicial da Guarda Compartilhada na Comarca de Belém no Período de 2005 a 2006
2. Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais
3. Teoria Geral do Estado: Uma abordagem Pós-Moderna

3. Legislação e Soberania na Amazônia

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa

4. Relações Sociais e Interesses difusos

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Aplicação das Convenções Internacionais do Trabalho no Direito Brasileiro

34. UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco / PE

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 09/09/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Processual

Linhas de Pesquisa:

1. Procedimentalização do Direito e Instrumentalidade do Processo

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Direitos Fundamentais: Tutela Jurídica – Instrumentos e Concretização

2. Discurso Jurídico: Estrutura Lógica e Sistemática

3. Dogmática Processual de Resultados

4. Elementos para a Legitimidade Democrática da Jurisdição Constitucional no Brasil: o Supremo Tribunal Federal Pós-1988

5. Tributação e Processo

35. FIC - Faculdades Integradas Curitiba / PR

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 16/03/2006

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Empresarial e Cidadania

Linhas de Pesquisa:

1. Obrigações e Contratos Empresariais: responsabilidade social e efetividade

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. A efetividade dos Direitos da Empresa e a tutela jurisdicional
2. A Internacionalização das relações contratuais da Empresa: a uniformização da regulamentação dos contratos de compra e venda internacional de mercadorias pela Convenção de Viena de 1980
3. A oneração da atividade econômica, pela duração, custo e ineficácia do Processo de Execução por quantia certa
4. Capitalismo Brasileiro, Hard Cases e custos da (in)efetividade do Direito da Empresa
5. Causas da não utilização dos meios alternativos de solução de litígios
6. Obrigações Empresariais -Societárias e Ongoing-Concern : aportar capital, fiscalizar e responsabilizar, nas limitadas, como obrigações ativas
7. Regulação contemporânea do Direito de Propriedade Empresarial

2. Atividade empresarial e Constituição: inclusão e sustentabilidade

Projetos de Pesquisa: (11) projetos

1. A reparação de danos nas atividades empresariais
2. A tutela dos direitos de personalidade na atividade empresarial
3. Compromisso ético da empresa: erradicação do trabalho Infantil e inclusão jurídica do trabalho do adolescente
4. Crimes contra a ordem tributária e apropriação indébita fiscal
5. Eficácia da Investigação e Efetividade de Direitos e Garantias Fundamentais nos Processos Relacionados a Crimes Contra a Ordem Tributária
6. Fundamentos da responsabilidade civil nas relações de trabalho
7. Liberdade de Iniciativa e dignidade da pessoa humana: inclusão e sustentabilidade, Liberdade de Iniciativa
8. Dignidade da Pessoa Humana e Proteção ao Meio Ambiente Empresarial
9. Liberdade de Iniciativa, Dignidade da Pessoa Humana e Relações da Empresa com o Ambiente Externo
10. O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho sadio e o assédio psíquico nas empresas

11. Tutela penal-econômica de interesses meta-individuais

36. UCAM - Universidade Cândido Mendes / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Regulação e Concorrência
2. Direito Empresarial e Tributação
3. Ciências Penais

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. A Interpretação e o Estudo dos Direitos Fundamentais

2. Direito e Economia da Regulação e Concorrência

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. As parcerias Público-Privadas
2. Aspectos polêmicos e controvérsias do Direito de Marcas
3. Economia Política da Concorrência - Destruição Criativa e suas Implicações para Processos e Instrumentos de Regulação e Defesa da Concorrência
4. Estado, Regulação e Reforma: A Nova Face da Relação Estado-Economia no Brasil
5. Políticas Pró-Competitivas em Setores High-Tech : Ativos Intangíveis, Patentes e Propriedade Intelectual
6. Teoria dos Bens Imateriais e da Concorrência

3. Novas Instituições Jurídicas Empresariais e Tributárias

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Solidariedade como Informadora da Responsabilidade Civil Objetiva por Dano Coletivo

2. As Estruturas Jurídicas da Empresa como Elemento de integração no Mercosul

3. Soluções de Conflitos nas Relações Laboriais

4. Punição, Regulação e Responsabilidade no Estado Contemporâneo

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Direito Tributário Penal das Empresas - A Vulnerabilidade Penal Tributária das Empresas no Direito Brasileiro

2. Dogmática, História e Pensamento Penal no Brasil

37. FDC - Faculdade De Direito De Campos / RJ

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Políticas Públicas e Processo

2. Relações Privadas e Constituição

Linhas de Pesquisa:

1. Acesso ao Direito e Políticas Públicas

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Biodiversidade e Política ambiental

2. Controle Social, violência e vitimologia

3. Garantias fundamentais do Processo

4. Sociedade Contemporânea e Sistema penal

2. Direito de Família da Criança e do Adolescente

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A proteção da criança e do adolescente à luz da Constituição da República, do ECA e do Código Civil

2. Aspectos controvertidos das relações Patrimoniais de Família

3. Entidades Familiares: Constituição e Reflexos no Direito Brasileiro
4. Tutela da Pessoa Humana e das Relações Pessoais de Família

3. Direito Internacional e Direitos Humanos

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Dimensão Nacional e Internacional dos Direitos Humanos
2. Direitos Humanos e o problema da escassez: análise da eficácia e aplicabilidade
3. Experiências totalitárias, controle total do biológico e as formulações de Direitos Humanos no século XX
4. Teorias e Métodos de Interpretação dos Direitos Fundamentais
5. Universalismo e Particularismo

4. Gestão Urbana

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Função Social da Propriedade Urbana e sua Efetividade
2. Controle da Gestão Financeira Municipal
3. Desenvolvimento Municipal: Relações entre Desenvolvimento Urbano e Meio Rural
4. Economia Política e Direito do Petróleo e do Gás Natural
5. Instrumentos de Gestão Ambiental
6. Interesse Público e Participação-Cidadã

5. Relações Privadas Contemporâneas

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Direitos Reais na Constituição e no Código Civil
2. Globalização, Flexibilização e o Direito do Trabalho
3. O Novo Direito Empresarial
4. Proteção e efeitos jurídicos da novas tecnologias
5. Relações de Consumo e Teoria Contratual
6. Transformações no Direito das Obrigações

38. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte / RN

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Constituição e Garantia de Direitos

Linhas de Pesquisa:

1. Constituição, Regulação Econômica e Desenvolvimento

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Disciplina jurídica da distribuição de combustíveis

2. Direito Comunitário Europeu

3. Direitos Fundamentais e sua proteção no estado regulador: o caso do gás natural

4. Gestão legal dos recursos hídricos dos Estados do Nordeste do Brasil

5. Novas tendências do Direito Constitucional

6. Simulação de Organizações Internacionais (SOI)

2. Processo e garantia de Direitos

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. Constituição e Garantia de Direitos

2. Evolução do Direito Penal Internacional através do desenvolvimento das Cortes Penais Internacionais

3. Novas perspectivas do controle de Constitucionalidade das atividades administrativa e legislativa

4. Os Sistemas de Proteção Internacional dos Direitos Humanos: um estudo comparado sobre o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos

5. Prevenção e Combate ao Tráfico de Mulheres e Crianças, e a Proteção de suas vítimas

6. Violação aos Direitos Humanos: uma análise nas relações de trabalho

39. UCS - Universidade de Caxias Do Sul / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Ambiental e Relações de Trabalho

Linhas de Pesquisa:

1. Constituição e Relações de Trabalho

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais de Liberdade na Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho
2. A Realidade do Acidente do Trabalho no Município de Caxias do Sul
3. A Trajetória do Judiciário e os Direitos Fundamentais
4. Estudo de Epistemologia Prática II
5. Garantia dos Direitos Previdenciários no Brasil: uma abordagem à luz da efetividade constitucional
6. Trabalho Terceirizado e Globalização

2. Direito Ambiental e Biodireito

Projetos de Pesquisa: (9) projetos

1. A proteção jurídica do corpo humano: perspectivas do Direito de Personalidade e do Biodireito
2. A responsabilidade Civil no Código de Proteção e Defesa do Consumidor por danos ao consumidor vinculados ao biodireito
3. A Responsabilidade Civil por danos ao consumidor vinculados ao Biodireito: estudo composto entre os pressupostos doutrinários e legislativos presentes no Direito do Brasil e os pressupostos legislativos (Diretivas) da União Européia, e no Direito de Portugal
4. Comunidades tradicionais: a luta pela proteção/preservação da diversidade biológica e cultural no Brasil

5. Meio ambiente e saúde: recursos naturais e sua proteção jurídica
6. O conceito de natureza e suas Implicações nas Ciências Ambientais, Jurídicas e na Educação
7. O Meio Ambiente e os Municípios: melhoramento de campos nativos da região de cima da serra gaúcha
8. O princípio da precaução em Direito Ambiental: em busca da concretização da cidadania para o desenvolvimento sustentável
9. Repercussões Jurídicas e Sociais da reprodução humana assistida, homóloga

40. URI - Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2006

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direitos Especiais

Linhas de Pesquisa:

1. Cidadania e Novas Formas de Solução de Conflitos

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A mediação como forma de inclusão social
2. Os princípios do Processo Civil à luz da Constituição
3. Responsabilidade internacional do Estado: a proteção diplomática na sua composição e perspectiva de codificação

2. Direito e Multiculturalismo

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Cidadania em sociedades multiculturais: incluindo o reconhecimento
2. Multiculturalismo e Propriedade Intelectual na Biotecnologia
3. Teologia e Luta por Direitos do Movimento dos Sem Terra

41. UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul / RS

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direitos Sociais e Políticas Públicas

Linhas de Pesquisa:

1. O Constitucionalismo Contemporâneo

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. A efetivação dos direitos fundamentais nas relações privadas: construindo um novo direito privado
2. As relações entre direito, moral e política na teoria crítica
3. Constituição e Meio Ambiente: a função social ambiental da propriedade
4. Interpretação Jurídica e Decisão Judicial: por uma gestão pública emancipadora e social da jurisdição
5. Jurisdição constitucional aberta: uma proposta de superação da discussão da legitimidade e dos limites da jurisdição constitucional - instrumentos teóricos e práticos
6. Jurisdição paraestatal: solução de conflitos com respeito a cidadania e aos direitos humanos
7. Teoria da complexidade ambiental e concepção constitucional sistêmica

2. Políticas Públicas de Inclusão Social

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. A atribuição de sentido ao federalismo brasileiro: a necessária (re)definição das competências municipais e a concretização do princípio constitucional da cidadania
2. A Delegação da Prestação de Serviços Públicos a Agentes Privados e sua Regulação pelo Poder Público: Modelos, Fundamentos e Conteúdos numa Perspectiva Comunitária e da Cidadania

3. Direito, cidadania e políticas públicas
4. O direito fraterno, os bens comuns da humanidade e as políticas públicas na sociedade contemporânea
5. Pesquisas aplicadas ao diagnóstico socio-econômico-ambiental objetivando o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento regional
6. Políticas Públicas Tributárias de desenvolvimento e de inclusão social: fundamentação e limites, no Brasil, frente ao princípio republicano
7. Solidariedade social: cooperativismo, poder local e políticas públicas de inclusão social.

42. UNESP/FR - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Franca / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Obrigacional Público e Privado

Linhas de Pesquisa:

1. As Obrigações e o Direito do Estado

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A Regulamentação dos Investimentos e da Concorrência Internacionais na OMC e suas Consequências na Organização Empresarial do Setor de Telecomunicações no Brasil
2. A Responsabilidade do Estado pós-moderno: atualidades, tendências e perspectivas
3. O Direito de Concorrência no Brasil e as regras da organização mundial do comércio

2. As Obrigações: Direitos Difusos e Sociais

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Direitos Humanos Fundamentais e Direito Coletivo do Trabalho: Reforma e Flexibilização
2. Direitos Humanos, Direito Agrário e questões trabalhistas e sociais
3. Fundamentos históricos e éticos do direito das obrigações
4. Responsabilidade do Estado na proteção dos direitos e liberdades fundamentais

3. Obrigações no Direito Brasileiro

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. A Lei Falimentar de Lege Ferenda: intervenção, liquidação e falência
2. Dano estético e sua Avaliação e o Direito de Família
3. O Direito Contratual Moderno e o Novo Código Civil.
4. O Direito da Empresa, os Direitos Reais e o Novo Código Civil
5. O Novo Modelo de Entidade Familiar no Novo Código Civil Brasileiro

43. UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Dimensões Políticas e Instrumentais do Direito

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Fundamentais, Globalização e Cidadania

Projetos de Pesquisa: (12) projetos

1. A proteção jurídica internacional do trabalho entre globalização e regionalismo: a emergência de sindicatos e federações sindicais como novos atores dos processos de integração regional
2. Fundamentos do Direito da Integração
3. Globalização, Subordinação e Autonomia das Relações Coletivas de Trabalho nos Países da América Latina

4. Internacionalização das Relações de Trabalho e Norma Jurídica Trabalhista
5. O Direito Ambiental: expressão de uma nova cidadania
6. O Direito Civil e Sua Interpretação em Face dos Novos Princípios Constitucionais e às Constantes Alterações Sociais
7. O Direito da Empresa no Contexto da Globalização
8. O Direito Penal Entre Eficientismo, Simbolismo e Garantismo
9. O Poder Constituinte em Face dos Direitos Humanos Fundamentais
10. Processo e Cidadania
11. Propriedade Intelectual e Setores Emergentes
12. Teoria Registral e Função Social da Propriedade

2. Filosofia e História das Idéias Jurídicas

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Dogmática dos Direitos Fundamentais
2. Fundamentos Histórico-Políticos do Direito das Relações Internacionais
3. História das Idéias Jurídicas no Brasil
4. Teorias de Justificação e Crítica dos Direitos Fundamentais

44. UNISANTOS - Universidade Católica de Santos / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Ambiental
2. Direito Internacional

Linhas de Pesquisa:

1. Direito ao Meio Ambiente, Sustentabilidade e Conflitos Ambientais

Projetos de Pesquisa: (8) projetos

1. A utilização de instrumentos econômicos no direito ambiental e sua articulação com os instrumentos de comando e controle

2. Direito na construção do uso sustentável da biodiversidade
3. Direito, Política e Gestão Ambiental na Zona Costeira
4. Direito, Recursos naturais e conflitos ambientais: o Tratado de Cooperação Amazônica
5. Política e Gestão Ambiental: a pluralidade dos espaços normativos
6. Políticas Ambientais e de Recursos Hídricos: implantação, gestão e medidas de efetividade
7. Políticas Públicas e Direitos Sociais
8. Processos e políticas públicas ambientais

2. Regimes Jurídicos Internacionais

Projetos de Pesquisa: (7) projetos

1. Humanidade
2. Direito Internacional, Federalismo e Poder Local
3. Governança Global
4. Os Meios de Regulação do Trabalho no Mercado Global
5. Papel das Organizações Internacionais e Soluções de Controvérsias
6. Projeto de Compilação Atualizada dos Acordos Multilaterais do GATT / OMC
7. Regulamentação Internacional do Investimento Estrangeiro

45. UNIMAR - Universidade de Marília / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2004

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social

Linhas de Pesquisa:

1. Empreendimentos Econômicos, Processualidade e Relações Jurídicas - Linha II

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Dinâmica da Empresa e a Sociedade Civil na Contemporaneidade
2. Conflitos de Direitos Fundamentais na Aplicação do Direito Ambiental nas Relações Empresariais
3. Empresa Brasileira, a regulação estatal e o princípio da livre iniciativa.
4. Função social e função ética da Empresa

2. Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais - Linha

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A nova ordem mundial e as condições sócio-econômico do Brasil na década de 90: desigualdade ou prosperidade social?
2. Direito, globalização e as novas relações de trabalho
3. Estado contemporâneo, demandas sociais e políticas tributárias em país de modernidade tardia
4. Neoliberalismo, Globalização e Soberania
5. Reflexos e controle das políticas públicas na iniciativa privada
6. Trabalho terceirizado no Direito Brasileiro: avanço ou retrocesso dos Direitos Sociais?

46. UNIFIEO - Centro Universitário Fieo / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2004

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito

Linhas de Pesquisa:

1. Direitos Fundamentais em sua Dimensão Material

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A tutela da dignidade da pessoa humana perante a ordem política, social e econômica

2. Afirmção histórica, problematização e atualidade dos Direitos Fundamentais

2. Efetivação jurisdicional dos direitos Fundamentais

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Colisão e controle dos Direitos Fundamentais

47. FEESR - Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha” / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Teoria do Direito e do Estado

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Direito à educação: das reais necessidades e dos embustes do Poder Público

2. Construção do saber jurídico

Projetos de Pesquisa: (9) projetos

1. A exploração da atividade econômica e a defesa do meio ambiente: uma fundamentação teórica

2. A legislação sobre tombamento - trajetória e perspectivas frente a reforma do Estado

3. Atividade empresarial e Biotecnologia em perspectiva ética: apresentação dos efeitos jurídicos do desenvolvimento das recentes tecnologias genéticas e crítica ao atual tratamento jurídico

4. Clothing earth with mind

5. Epistemologia do Direito: a crise de paradigmas

6. Fontes cotidianas do Direito e jurisdicização das relações sociais

7. Mercosul, Ordem Internacional e Direito Comunitário: um enfoque humanista

8. O pensamento jus-filosófico da modernidade.

9. Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos

3. Crítica aos fundamentos da dogmática jurídica

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A dimensão ético moral e o Direito

2. Hermenêutica Constitucional: Decisão Judicial e o papel dos princípios

3. O Processo Civil no novo milênio: a busca pela constitucionalização

4. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais

48. UNITOLEDO - Centro Universitário Toledo / SP

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 16/03/2006

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Prestação Jurisdicional no Estado Democrático de Direito

Linhas de Pesquisa:

1. Tutela Jurisdicional Democrática das Relações Meta-individuais e individuais

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Instrumentalidade dos Interesses nas relações Jurídicas Meta-Individuais

2. Poder Jurisdicional como Pacificador de Conflitos Individuais

2. Tutela Jurisdicional Democrática Punitiva

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Contencioso Punitivo como Instrumento de Cidadania

2. O Processo na Dimensão Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais

49. UFC - Universidade Federal do Ceará / CE

Programa: Direito (Direito e Desenvolvimento)

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Ordem Jurídica Constitucional

Linhas de Pesquisa:

1. Projeto Isolado

Projetos de Pesquisa: (1) projeto

1. Projeto Isolado

2. Direitos e Garantias Fundamentais e Contemporaneidade

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Direitos Fundamentais, Ética e Cotidiano

2. Informatização do Poder Jurídico e o fortalecimento do acesso à Justiça.

3. Jurisdição Constitucional e o Poder Judiciário.

4. Teoria da Argumentação e da Interpretação Jurídica.

3. Política, Gestão e Finanças Públicas na Ordem Constitucional

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Administração Pública na Constituição Brasileira

2. A tributação e seu embasamento Constitucional

3. Laboratório de Ciência das Finanças

4. Participação Política no Estado Democrático Brasileiro

50. UEA - Universidade do Estado do Amazonas / AM

Programa: Direito Ambiental

Mestrado: Homologado pelo CNE em 25/08/2004

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Ambiental

Linhas de Pesquisa:

1. Conservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável

Projetos de Pesquisa: (5) projetos

1. Apoio à Implementação do Estatuto da Cidade nos Municípios do Estado do Amazonas
2. Desenvolvimento de Instrumentos Institucionais Catalisadores de Ações para a Difusão do Exercício dos Direitos de Propriedade Intelectual
3. Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: a Gestão dos Resíduos Sólidos no Estado do Amazonas
4. Recursos Naturais e Bases Jurídicas para a Construção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
5. Recursos Naturais e Conflitos Ambientais: o Tratado de Cooperação Amazônica

2. Direito da Sóciobiodiversidade

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Proteção Jurídica da Sociobiodiversidade na Amazônia Brasileira e Países Integrantes do Tratado de cooperação Amazônica
2. Apoio a Implementação do Estatuto da Cidade nos Municípios do Estado do Amazonas
3. Fomento á pesquisa, acesso ao patrimônio genético, proteção aos Direitos de Propriedade Intelectual e ao Conhecimento Tradicional no Estado do Amazonas
4. Patrimônio Cultural e o Direito Humano ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado
5. Processos Sócio-Culturais, Direitos e Identidades na Amazônia UFAM/UEA
6. Programa de Indução e Consolidação da Pesquisa e Pós-Graduação em IPES no Amazonas: Processos Sócio-Culturais, Direitos e Identidades na Amazônia

51. UEL - Universidade Estadual de Londrina / PR

Programa: Direito Negocial

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Civil
2. Direito Processual Civil
3. Direito e Relações Empresariais

Linhas de Pesquisa:

1. A nova ordem contratual no Direito Obrigacional

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. A nova sistemática contratual: o princípio da boa fé como requisito fundamental na liberdade de contratar, o dirigismo contratual e a influência do código de defesa do consumidor nos contratos bilaterais
2. Biotecnologia e Direito: a possibilidade jurídica da utilização de células embrionárias em período de descarte sob o prisma da Lei de Biossegurança
3. O Direito Civil aplicado às serventias notariais e registrais

2. Acesso à Justiça - solução de conflitos atinentes a Direitos Individuais e Transindividuais

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A Mediação na resolução de conflitos, com ênfase no direito de família, separação e divórcio
2. Acesso à justiça e interpretação jurídica
3. Meio alternativos de solução de conflitos - análise de sua possibilidade no Brasil
4. Processo Civil coletivo: análise do direito vigente e das propostas de reformulação

3. Estado contemporâneo: relações empresariais e relações internacionais

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. Estado e relações empresariais: diálogos filosóficos e jurídicos diante da regulação estatal sobre a ordem econômica nacional
2. O Direito da Empresarial e suas relações com as tecnologias da informação

52. MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie / SP

Programa: Direito Político e Econômico

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Direito Político e Econômico

Linhas de Pesquisa:

1. A Cidadania Modelando o Estado

Projetos de Pesquisa: (6) projetos

1. A Cidadania Modelando o Estado
2. Cidadania e Direito pelo olhar da Filosofia: Uma nova tipologia da ação política a partir de Georg Lukács e Ernst Bloch?
3. Direito do Trabalho como instrumento de cidadania e limite do poder econômico
4. Inclusão Social e Seguridade
5. Novos direitos e proteção da cidadania: Evolução normativa, doutrinária e jurisprudencial.
6. Parlamentos Latino Americanos

2. Poder Econômico e seus Limites Jurídicos

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Desenvolvimento e novas tecnologias
2. Estado e Economia no Brasil

3. Evolução normativa, doutrinária e jurisprudencial do Direito do Trabalho no Brasil

4. Poder Econômico e seus limites jurídicos

53. UFES - Universidade Federal do Espírito Santo / ES

Programa: Direito Processual

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2006

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Processual

Linhas de Pesquisa:

1. Direito Processual Público

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa

2. Processo e Tutela dos Direitos Privados e Sociais

Projetos de Pesquisa: A Instituição não indica Projeto de Pesquisa

54. UNIPAR - Universidade Paranaense / PR

Programa: Direito Processual e Cidadania

Mestrado: Homologado pelo CNE em 24/08/2005

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direito Processual Civil

2. Direito Processual Penal

Linhas de Pesquisa:

1. Processo e transformação social I

Projetos de Pesquisa: (8) projetos

1. A eficácia do direito fundamental à tutela jurisdicional

2. Análise da relação jurídica processual e metodologia jurídica - fase III

3. Da prova da relação homoafetiva no Direito Brasileiro Comparado

4. Dogmática do processo civil pós- moderno - fase 3 - curso de processo civil contemporâneo - (Tutelas diferenciadas)
5. História do Pensamento Jurídico: Hermenêutica e Modernidade
6. O assistente técnico no processo judicial brasileiro e comparado
7. Os reflexos da arbitragem na caracterização dos pressupostos processuais negativos
8. Técnicas de formação, justificação e estabilização da decisão judicial

2. Processo e transformação social II

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. Alternativas para a prisão: justiça criminal alternativa - fase III
2. Da perícia médico legal
3. Limites éticos da defesa criminal - Fase III
4. O Direito Processual Penal Norte Americano e seus principais aspectos para um estudo comparado

3. Processo, Direitos Fundamentais e Democracia I

Projetos de Pesquisa: (11) projetos

1. A eficácia da preferência para os processos judiciais de idosos - artigo 71 da lei n.10741/2003 (Estatuto do idoso)
2. A interação do negócio jurídico após o advento do código civil de 2002
3. A necessidade de interstício para o exercício da atividade do magistrado na justiça estadual do Paraná nas varas cíveis das comarcas de entrância inicial e intermediária - Fase I
4. A quantificação do dano moral pelos tribunais
5. Bioética e direito: questões controvertidas acerca da prova genética (DNA)
6. Comentários ao código de processo civil - fase V
7. Da perícia médico legal
8. Histórias das doutrinas políticas.
9. Psicologia aplicada ao processo judicial

10. Sexualidade humana: bioética, saúde e lei
11. Tratados internacionais e a efetivação dos Direitos Fundamentais na vida cotidiana

4. Processo, Direitos Fundamentais e Democracia II

Projetos de Pesquisa: (4) projetos

1. A prestação jurisdicional no processo penal em face dos novos rumos da teoria do crime e da pena - Fase III
2. Estudo comparado sobre processo penal executório e direitos humanos do preso no Brasil e na América Latina
3. Psicologia aplicada ao processo judicial
4. Sistema de aplicação de medidas socialmente úteis como instrumento penal para infrações de menor potencial ofensivo

55. UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto / SP

Programa: Direitos Coletivos e Cidadania

Mestrado: Homologado pelo CNE em 21/12/2006

Nota: 03

Áreas de Concentração:

1. Direitos Coletivos - Cidadania e Função Social

Linhas de Pesquisa:

1. Instrumentos Processuais de Defesa dos Direitos Coletivos

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Ações Coletivas e Execuções Individuais
2. Ações Coletivas e o Poder Público
3. Controle da Constitucionalidade das Leis – Defesa da Constituição

2. Proteção e Fundamentos Constitucionais dos Direitos Coletivos

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Direitos Coletivos e Hermenêutica Constitucional

2. Meio Ambiente – Desenvolvimento econômico – Função social
3. Sociedade e reforma do Estado frente aos Direitos Coletivos

56. FADISP - Faculdade Autônoma de Direito / SP

Programa: Função Social do Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 09/09/2005

Nota: 04

Áreas de Concentração:

1. Função social do Direito

Linhas de Pesquisa:

1. Acesso à Justiça

Projetos de Pesquisa: (2) projetos

1. A segurança jurídica das relações sociais
2. Democratização e efetividade do Processo

2. Função social dos Institutos de Direito Privado

Projetos de Pesquisa: (3) projetos

1. Entidades Familiares
2. Função Social da Empresa
3. Função Social da Propriedade e dos Contratos

Não há dados para a consulta das seguintes Instituições de Ensino Superior

57. IDP - Instituto Brasiliense de Direito Público / DF

Programa: Constituição e Sociedade

Mestrado: Aprovado e reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE

Nota: 03

58. UNIBRASIL - Faculdades Integradas do Brasil / PR

Programa: Direito

Mestrado: Homologado pelo CNE em 19/01/2007

Nota: 03

59. UNIB - Universidade Ibirapuera / SP

Programa: Direito

Mestrado: Aprovado e Reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE

Nota: 03

60. EDESP/FGV - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas / SP

Programa: Direito

Mestrado: Aprovado e Reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE

Nota: 03

61. UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS / GO

Programa: Direito

Mestrado: Aprovado e Reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE

Nota: 03

62. FMU-CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS / SP

Programa: Direito

Mestrado: Aprovado e Reconhecido pela CAPES e aguardando homologação pelo CNE.

Nota: 03

Projetos de Pesquisa de Interesse para o desenvolvimento científico de temas sobre o Judiciário

Do exame das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES, selecionamos os títulos de linhas de pesquisa que consideramos mais adequados para futuros projetos científicos a serem desenvolvidos pelas Escolas de Magistratura juntamente com os Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior.

1. UFBA

Direito Penal Garantidor

Teoria Contemporânea da Relação Jurídica Processual como Instrumento de Efetivação

2. UNB

Direitos Humanos e Educação Jurídica - Interfaces da formação interdisciplinar na pós-graduação stricto e lato sensu.

Direitos Humanos, Pluralismo Jurídico e Ações Afirmativas
Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça

3. UFMG

Ciência do Direito: métodos, dinâmica e ação

Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

Justiça: teoria e realidade

Soberania e Direito: Ordem e Justiça na Sociedade Internacional

4. PUC/MG

Formação do professor e ensino jurídico

Justiça, Direito e Sociedade

Positivismo e Pós-Positivismo

Evolução Científica dos direitos e garantias no Estado Democrático de Direito

Princípios Diretivos da Fundamentação Jurisdicional no Estado Democrático de Direito

Tutela jurisdicional trabalhista - estrutura, dinâmica e efetividade

5. UFPA

A Virada Paradigmática: afirmações e negações de pressupostos na emergência do positivismo jurídico.

Diagnóstico da Segurança Pública no Estado do Pará

6. UFPE

Análise qualitativa da decisão jurídica

Atores jurídicos, Decisão e Eficácia dos Direitos fundamentais

Efetividade dos direitos fundamentais e controle jurisdicional

As retóricas na história das idéias jurídicas no Brasil originalidade e continuidade como questões de um pensamento periférico

Epistemologia Jurídica e Pragmatismo

Retórica e Teoria da argumentação Jurídica

7. UFPR

Interseção entre a Psicanálise e o Direito

8. PUC/PR

Direitos humanos: jurisprudência nacional e internacional

Política Judiciária e Administração da Justiça

9. UERJ

Juizados Especiais Criminais

Acesso à Justiça no Estado do Rio de Janeiro

A efetividade do processo civil

A ciência jurídica e as transformações no ordenamento social contemporâneo

10. PUC-RIO

Cooperação Jurídica Internacional

Entre Realidade e Realização: consciência de direitos humanos e acesso a justiça nas comunidades carentes do Rio de Janeiro

Ativismo Judicial e Estado Democrático de Direito

Teoria do Direito Segundo as Rotinas de Julgamento do Supremo Tribunal Federal

11. UGF

A reforma administrativa brasileira: efeitos de sua implementação sobre a ordem jurídica nacional

A Ordem jurídica contemporânea e as liberdades públicas

Administração de conflitos pelo judiciário e acesso à justiça e ao direito: abordagens empíricas da prestação jurisdicional e aspectos comparados

Igualdade, jurisdição constitucional e democracia em perspectiva comparada
Laboratório de Análise Jurisprudencial

Ruptura e continuidade na história do pensamento jusfilosófico e suas influências no direito brasileiro

12. UNESA

Acesso à justiça, controle de Constitucionalidade e as perspectivas da Jurisdição Constitucional

Demandas Sociais e Acesso à Justiça

Poder Judiciário e mudança social: as possibilidades transformadoras em uma sociedade em crise

Relações jurídicas de consumo: novas possibilidades normativas

A regulação jurídica das novas relações mundiais de comércio

Princípios de justiça e segurança no Direito Tributário

13. UFRGS

14. PUC/RS

Eficácia e Efetividade da Constituição e dos Direitos Fundamentais no Direito Público e no Direito Privado

Limites políticos e práticos da função jurisdicional no Estado moderno

Tributação, justiça e desenvolvimento

15. UNISINOS

Hermenêutica, Constituição e Concretização de Direitos

A jurisdição constitucional brasileira entre o individualismo e o coletivismo: uma aproximação fenomenológica das manifestações decisórias do Supremo Tribunal Federal para análise das tendências axiológicas da permanente construção da Constituição

A jurisprudencialização do Direito Constitucional. O conteúdo da Constituição Brasileira à luz da atuação do Supremo Tribunal Federal (1988-2000)

A problemática dos direitos fundamentais no âmbito da jurisdição

Judiciário: as questões decorrentes da reforma e efetivação dos direitos de cidadania. A ação dos agentes judiciais centrada nesses temas, de um ponto de vista hermenêutico constitucional

A Dignidade da Pessoa Humana e o Sujeito de Direitos nos sistemas jurídicos contemporâneos

A dogmática jurídica tradicional e os Novos Direitos: o direito do consumidor como elemento possibilitador de novos parâmetros jurídicos

Relações contratuais: em busca de um novo modelo jurídico a partir da ética da alteridade e da hermenêutica filosófica

16. UFSC

Conhecimento Crítico, Historicidade e Subjetividade

Justiça, Democracia e Constituição

Legalidade e subjetividade? Elementos para a compreensão dos impasses da Ordem Jurídica Estatal no limiar do século XXI a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise

A experiência jurídica na América Latina: o direito dos povos indígenas

Acesso à justiça e Direito Processual no Brasil contemporâneo: aspectos históricos, constitucionais e conceituais

Pluralismo jurídico, Direitos Humanos e novas práticas de cidadania

A construção jurídica do estado interventor

Teoria Constitucional: uma leitura à luz das teorias da justiça

Riscos e danos ecológicos: repercussões no patenteamento e no sistema jurídico protetivo do ambiente

Direitos sociais e sistema de justiça

17. USP

Historiografia jurídica brasileira

Direito e exclusão social na história: aspectos jurídicos e filosóficos

Aperfeiçoamento dos procedimentos judiciais

Sistema recursal

Crimes contra bens jurídicos difusos: direito penal econômico e proteção ao consumidor

18. PUC/SP

Instrumentalidade dos Interesses nas Relações Jurídicas Meta-Individuais

Tutela e Efetividade Jurisdicional dos Direitos Sociais

O Direito através da lógica e da linguagem jurídica

19. UNIMES

Novos direitos no sistema jurídico brasileiro

As ações coletivas no sistema jurídico brasileiro

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como fundamento das normas jurídicas

O problema da legitimidade e intervenção do Ministério Público nas diversas ações do Sistema Jurídico Brasileiro

Os Princípios Constitucionais de proteção ao Consumidor e a superação do ideário positivista da regra

O problema da justiça, da equidade e a realidade brasileira

20. UNIFOR

Estudos sobre Estado de Direito Democrático no Brasil

A Mediação dos Conflitos como acesso à justiça, inclusão a pacificação sociais: a experiência das casa de Mediação Comunitária do Estado do Ceará
A Reforma Política do Brasil Comparada à de Outros Países da América Latina - (2a. parte)

Implicações Políticas das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de Constitucionalidade após a Constituição Federal de 1988 –

O desafio da construção da Democracia no Brasil e a judicialização da política

Instituição judiciária e controle externo: o problema da democratização do Judiciário

Atuais relações entre o Direito e Moral no Positivismo Jurídico Contemporâneo

21. ITE

As Garantias de Acesso à Justiça
Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais
Instrumentos para a Tutela da Segurança Jurídica
Jurisdição Constitucional e a Proteção das Minorias

22. UNISAL

Direitos Sociais e Cidadania
Direito das Minorias: Tutela Jurídica do Idoso

23. FUNDINOPI

Estado e Responsabilidade: questões críticas
Como tornar um pesquisador crítico da ciência processual
Justiça e Democracia

24. UNIVALI

Direito Internacional, Meio Ambiente e Atividade Portuária
Políticas Públicas, Jurisdição e Argumentação

25. PUC/RS

Cultura e Violência
Justiça, controle social e democracia participativa: os direitos de cidadania no contexto das reformas neoliberais
Crise do Processo Penal e as novas formas de Administração da Justiça Criminal
Processo Penal e Estado Democrático de Direito: a instrumentalidade garantista como limitação do poder punitivo
Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos

26. UFPB/J.P.

Democracia, cultura e educação em Direitos Humanos
Direitos econômicos fundamentais na ordem jurídica brasileira
Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito da questão social ao inserimento social
Características jurídicas e sociais do crime organizado

27. CEUMAR

A relativização da coisa julgada material nas ações de investigação de paternidade.

As formas de constituição das entidades familiares e a sua evolução perante o direito positivo brasileiro nos períodos históricos: colonial, imperial e republicano

O acesso à justiça como direito da personalidade nas relações familiares

O direito de família como elemento harmonizador das relações familiares e de acesso à justiça sob a perspectiva dos institutos da criança, tutela e adoção como formas protetivas e reintegratórias das crianças e adolescentes no meio social brasileiro

Programa de assistência judiciária às pessoas carentes de recursos financeiros e a metodologia do ensino jurídico no estágio curricular

28. UFAL

Os Direitos Fundamentais e sua Aplicação na Modernidade

A atualidade da Teoria do Fato Jurídico: o plano de eficácia

29. UCB

O Direito Internacional como instrumento de integração tributária, econômica e política

Hermenêutica Jurídica

30. UniCEUB

Sistemas Regionais de Integração.

Jurisdição constitucional e democracia.

31. FDV

Direitos Fundamentais e Sociedade

Acesso à Justiça na perspectiva dos direitos humanos

Jurisdição Constitucional

32. FDMC

A Empresa como objeto dos diferentes campos do direito

Conceito e estrutura da relação jurídica

Jurisdição, ação, processo e efetividade do processo civil e societário
A regulamentação jurídico-administrativa das telecomunicações e do meio virtual

33. UNAMA

Condição do Homem e relações de trabalho na Amazônia
A ação (o papel) da Justiça do Trabalho da 8ª Região na Preservação do Meio Ambiente do Trabalho
A aplicação judicial da guarda compartilhada na Comarca de Belém no período de 2005 a 2006
Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais

34. UNICAP

Procedimentalização do Direito e Instrumentalidade do Processo

35. FIC

36. UCAM

A Interpretação e o Estudo dos Direitos Fundamentais
Aspectos Polêmicos e Controvérsias do Direito de Marcas
As Estruturas Jurídicas da Empresa como Elemento de Integração no Mercosul
Soluções de Conflitos nas Relações Laboriais
Dogmática, História e Pensamento Penal no Brasil

37. FDC

Teorias e Métodos de Interpretação dos Direitos Fundamentais
Proteção e Efeitos jurídicos das Novas Tecnologias

38. UFRN

39. UCS

A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais de Liberdade na Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho
A Trajetória do Judiciário e os Direitos Fundamentais

A Proteção Jurídica do Corpo Humano: perspectivas do direito de personalidade e do biodireito

Repercussões Jurídicas e Sociais da reprodução Humana Assistida, Homóloga

40. URI

Cidadania e Novas Formas de Solução de Conflitos

41. UNISC

O Constitucionalismo Contemporâneo

Interpretação Jurídica e Decisão Judicial: por uma gestão pública emancipadora e social da jurisdição

Jurisdição constitucional aberta: uma proposta de superação da discussão da legitimidade e dos limites da jurisdição constitucional - instrumentos teóricos e práticos

Jurisdição paraestatal: solução de conflitos com respeito a cidadania e aos direitos humanos

Lista de Ementas e de Bibliografias de disciplinas relacionadas com as Resoluções 01 e 02 da Enfam

Universidades Federais

1. UFBA - Universidade Federal da Bahia

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: A pesquisa documental como elemento de atualização de conhecimento através da verificação empírica da realidade brasileira, nos seus aspectos jurídicos normativos. Peculiaridades do raciocínio científico, na área jurídica, na perspectiva epistemológica e de elaboração da proposta dissertativa com referências aos métodos e processos redacionais.

Disciplina: Pesquisa Orientada.

Ementa: Atividade de investigação científica acompanhada pelo orientador, bem como da apresentação de seminários pelos alunos, para debate e discussão dos trabalhos e projetos de pesquisa em execução.

2. UNB – Universidade de Brasília

Disciplina: Formação Acadêmica no Direito.

Ementa: Ensino jurídico na contemporaneidade. Mudanças epistemológicas e metodológicas. A Reforma do Ensino Jurídico na década de sua reinvenção. O papel das corporações profissionais e do estamento burocrático na proposição do novo modelo. A Portaria MEC 1886/94 e as Novas Diretrizes Curriculares para os cursos jurídicos. Competências, habilidades e ética dos diferentes profissionais do Direito. Metodologias apropriadas à formação jurídica: ensino, pesquisa e extensão sob a perspectiva da educação continuada. Carreira docente em Direito: perspectivas, desafios e dimensão ética.

Disciplina: Pesquisa Jurídica.

Ementa: O objetivo principal da disciplina é de construir uma consciência científica no aluno, incentivando a formação de uma visão integrada do direito com outras áreas de investigação social. A disciplina pretende fornecer um panorama dos métodos e das técnicas que embasam a produção científica no

Mestrado, assim como capacitá-lo a compreender e interpretar o estado da arte relativo a seu próprio tema de pesquisa visando à elaboração da dissertação.

Disciplina: Prática do Ensino e Orientação Jurídica.

Ementa: Visa a dois objetivos. O primeiro o de formar docentes através de desempenho pedagógico, supervisionado pela coordenação de pós-graduação, consistente em práticas didáticas adequadas ao ensino superior de graduação. O segundo o de integrar o mestrado no processo de ensino e aprendizagem, incluindo orientação de estudo e de discussões de temas comuns.

3. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Direito.

Ementa: Compreensão da atividade de pesquisa jurídica, seus métodos e procedimentos específicos. A pesquisa jurídica e seu desenvolvimento como instrumento de renovação e de dinamização do conhecimento jurídico e de seus processos e fundamentos. Consideração dos elementos estruturais no fazer e construir o trabalho monográfico quanto aos elementos de introdução, desenvolvimento e síntese na área jurídica.

4. UFPA – Universidade Federal do Pará

Disciplina: Metodologia Científica.

Ementa: 1. Teoria e conhecimento da realidade (Teorias clássicas e contemporâneas sobre o Estado/sociedade civil/direitos humanos); 2. Teoria e construção do objeto (Estado/sociedade civil e direitos humanos sob diversas correntes de pensamentos); 3. Métodos e teorias (Articulação teorias sobre Estado/sociedade civil/direitos humanos versus determinadas realidades específicas); 4. Teoria como forma de abordagem metodológica (Conceitos de Estado e sociedade sob formas diversas de abordagens); 5. Método científico como uma teoria em construção (Análise de trabalhos de pesquisa específicos); 6. Construção de conceitos, hipóteses, modelos (Análise de trabalhos de pesquisa específicos); 7. Objeto em construção face ao conhecimento existente (Análise de trabalhos de pesquisa específicos); 8. A problematização científica da realidade.

5. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Direito.

Ementa: Introdução: Estrutura e Metodologia do Curso.

1. Escolha do Tema.
 - 1.1. Abrangência do Tema.
 - 1.2. Formulação das Hipóteses.
 - 1.3. Formulação da Tese.
 - 1.4. “Teoria” versus “Prática”.
2. Compreensão do Trabalho de Pesquisa.
 - 2.1. Definição.
 - 2.2. Pesquisa Bibliográfica.
 - 2.3. Pesquisa Documental.
 - 2.4. Pesquisa Experimental.
3. Forma Básica e Dimensão do Trabalho.
 - 3.1. Projeto.
 - 3.2. Relatório.
 - 3.3. Monografia.
 - 3.4. Dissertação.
 - 3.5. Tese.
4. Organização do Plano de Trabalho.
 - 4.1. Índice.
 - 4.2. Justificativa.
 - 4.3. Resumo de Conteúdo.
 - 4.4. Metodologia.
 - 4.5. Cronograma.
 - 4.6. Fontes de Pesquisa.
5. Fontes de Pesquisa Jurídica.
 - 5.1. Livros e Artigos Especializados.
 - 5.2. Legislação.
 - 5.3. Jurisprudência.
 - 5.4. Outros Documentos.
 - 5.5. Artigos e Reportagens de Imprensa.

- 5.6. Bibliografia Estrangeira.
- 5.7. A Ficha de Leitura.
- 5.8. Problema do Acesso às Fontes.
- 6. Métodos de Abordagem do Objeto.
 - 6.1. Bibliografia.
 - 6.2. Questionário.
 - 6.3. Entrevista.
 - 6.4. Amostragem Estatística.
 - 6.5. Observação.
- 7. Redação do Trabalho Científico.
 - 7.1. Linguagem.
 - 7.2. Clareza e Concisão.
 - 7.3. Título Geral e Títulos Específicos.
 - 7.4. Divisão do Trabalho.
 - 7.5. Gráficos, Tabelas e Assemelhados.
- 8. Formas das Referências às Fontes Utilizadas.
 - 8.1. Sistema Completo.
 - 8.2. Sistema Autor-Data.
 - 8.3. Local das Referências no Trabalho.
 - 8.4. Tipos de Referências.
 - 8.5. Idem, Ibidem, Apud, Passim.
 - 8.6. Livros, Artigos, Legislação, Jurisprudência, Outros Documentos, Redes de Computação.
- 9. Formatação Final.
 - 9.1. Uniformidade.
 - 9.2. Forma dos Tipos, Espaços e Recuos.
 - 9.3. Negrito, Itálico, Sublinhado, Aspas.

Disciplina: Fundamentos Epistemológicos e Pragmatismo no Direito.

Ementa: A disciplina trata do pramatismo e sua contribuição epistemológica para o direito. Dentre os temas trabalhos estão: origem do pragmatismo, a obra de Charles Sander Pierce; Pierce e sua contribuição para a epistemologia do direito; correntes atuais do pragmatismo; contribuições de Dewey, H. Putnam e R. Rorty; Habermas e o pragmatismo.

Disciplina: Seminário de Dissertação.

Ementa: Trata-se de uma atividade obrigatória a todos os mestrandos que se volta a estabelecer um espaço de acompanhamento da elaboração do trabalho acadêmico (Dissertação). A realização do seminário envolve a presença de dois ou três professores na Coordenação e provocação dos debates, provenientes da apresentação do tema, sua delimitação, problematização e metodologia pelos próprios mestrandos.

6. UFPR – Universidade Federal do Paraná

Disciplina: Metodologia da Intervenção e Emancipação Social.

Ementa: Exame da atividade educativa na sociedade ocidental, sob o enfoque emancipatório. Estudo das diversas teorias a respeito da educação, formação e qualificação profissional. Discussão das alternativas para o trabalho científico comprometido com valores e posições de grupos da sociedade, que não usufruem dos bens socialmente produzidos. Análise das perspectivas da educação para a cidadania nas sociedades contemporâneas e seu conteúdo, diante da desconstrução dos espaços políticos-jurídicos nacionais.

Conteúdo Programático: Educação e controle social. Alienação e robotização. Aprendizagem pela experiência e multidisciplinariedade. Análise crítica das metodologias da pesquisa. Pesquisa, observação e participação social. Discurso e prática pedagógica. Técnica, estratégia e tática da intervenção emancipatória. Contra-hegemonia e formação para a cidadania.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Ponto 1. O trabalho científico; Ponto 2. Os instrumentos de investigação; Ponto 3. A escolha do tema; Ponto 4. A elaboração do plano; Ponto 5. A redação; Ponto 6. O texto definitivo; Ponto 7. A apresentação gráfica e sustentação.

Programa: Ponto 1. O trabalho científico: A investigação científica; A natureza do trabalho; Os objetivos da pesquisa; O trabalho eficiente; O Cronograma de

atividades. Ponto 2. Os instrumentos de investigação: As referências Bibliográficas; A pesquisa Bibliográfica; Os fichários; O uso de fotocópias. Ponto 3. A escolha do tema: A escolha da disciplina; A prospecção; o exame das fontes; A escolha do assunto. Ponto 4. A elaboração do plano: A importância do plano; A exegese do plano provisório; O plano definitivo. Ponto 5. A redação: Estrutura lógica; A Introdução; O desenvolvimento; A conclusão; Ponto 6. O texto definitivo: O estilo; As citações; As notas de rodapé; Sistemas de notação. Ponto 7. A apresentação gráfica e sustentação: Elementos textuais; Elementos pré textuais; Elementos pós textuais; A sustentação.

7. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Disciplina: Metodologia do Ensino e do Trabalho Científico.

Ementa: A disciplina estuda a educação e o processo ensino-aprendizagem a partir da análise crítica da prática pedagógica real, caracterizada pela relação harmônica de seus elementos estruturantes. Configura o ensino-aprendizagem como uma dinâmica aprofundando a articulação entre seus componentes. Considera o professor como tomador de decisões e como pesquisador. Aborda o planejamento de ensino como um processo organizado e contextualizado e objetiva sua utilização docente. Analisa a avaliação no processo ensino-aprendizagem: pressupostos teóricos e implicações práticas. Considera as características do processo ensino-aprendizagem do adulto e relaciona-as com o fazer docente do professor de 3º grau, numa perspectiva científica e tecnológica. Promove dialéticamente a relação teoria-prática a partir de experiências concretas

8. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: Epistemologia Jurídica.

Ementa: A ciência do direito. Conceito de Direito. O sistema jurídico. As grandes correntes da teoria jurídica: o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo. A teoria da ciência. A teoria do direito e a teoria da política. A teoria da decisão. A teoria da justificação.

Disciplina: Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito.

Ementa: Pressupostos e fundamentos da ciência contemporânea: as diversas abordagens epistemológicas. Especificidades das ciências sociais e da Ciência do Direito. Pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. Etapas da

pesquisa em Direito: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Elaboração de um projeto de pesquisa em Direito: estrutura e conteúdo. Artigo Científico. Dissertação de Mestrado.

Disciplina: Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito.

Ementa: Pressupostos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo de ensino-aprendizagem. Ensino do Direito no Brasil: história e legislação. Formação docente. Educação ambiental. Estratégias de ensino e didática. Planejamento de curso e avaliação. Relação professor-aluno.

9. UFPB/J.P. – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e do Ensino.

Ementa: A construção do conhecimento científico. Requisitos essenciais da pesquisa científica. Os métodos como meios possíveis de objetividade do conhecimento. Metodologia jurídica. Aspectos técnicos e operativos da pesquisa jurídica. Questões básicas para a compreensão da metodologia do ensino em geral. O ensino no contexto da realidade social brasileira. Estratégias em recursos empregados na aprendizagem. A questão epistemológica da didática. Especificidades do ensino superior.

10. UFAL – Universidade Federal de Alagoas

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: Compreensão e aplicação dos conceitos e princípios da metodologia da pesquisa que fundamentam, em todas as suas fases, os procedimentos de busca sistemática do conhecimento, integrando-os às habilidades cognitivas e lingüístico-textuais requeridas tanto pela produção quanto pela divulgação científica, segundo uma tipologia textual e normas de apresentação.

Programa: 1. Pesquisa: conceito, constituintes, tipos e métodos. 2. Pesquisa e habilidades cognitivas. 3. Projeto de pesquisa: constituintes e formas de apresentação

4. Textos científicos: tipologia, estrutura, normas de apresentação e formas de divulgação. 5. Técnica de elaboração de resumos, glossários e índices, gráficos e tabelas, diagramas e quadros.

11. UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Disciplina: Metodologia da Investigação Científica.

Ementa: Pós-Graduação em Direito e metodologia científica - conhecimento e ciência: gnoseologia e epistemologia - método, técnica e ciência: teorias metodológicas - epistemologia jurídica - pesquisa e investigação no direito - técnicas para uma metodologia do trabalho científico-jurídico.

12. UFC – Universidade Federal do Ceará

Disciplina: Didática do Ensino Superior.

Ementa: Didática do ensino superior. As teorias da educação. A didática e a formação do professor universitário. A organização, dinâmica e evolução do ensino. O material de ensino-aprendizagem.

Disciplina: Metodologia do Ensino Jurídico.

Ementa: Visão interdisciplinar e sistêmica do Direito. Problemas curriculares. Patologia do Ensino Jurídico e as tentativas de renovação. Os ideais de mutação da didática jurídica diante de um novo contexto sócio-cultural e do processo de desenvolvimento. Aspectos didáticos do ensino jurídico.

Disciplina: Pesquisa Jurídica e Elaboração de Dissertação.

Ementa: Universidade. O ensino do Direito. O conhecimento humano. Seus níveis. Tipos de pesquisa. Suas etapas. A linguagem científica. O método científico. A elaboração da dissertação de mestrado. Suas fases. Técnicas utilizadas. A defesa e publicação da dissertação.

13. UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Disciplina: Pesquisa Orientada.

Ementa: Atividade que consiste em pesquisa do mestrando sob a orientação do professor orientador por ele escolhido ao ingressar no Programa. Esta atividade deverá ser cumprida pelo mestrando até a elaboração da dissertação. Tendo em vista esta característica, a atividade também não possui ementa tampouco bibliografia.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Teoria do Conhecimento. O discurso da razão científica. Direito e racionalidade científica moderna. Direito e método científico. Direito, pesquisa e sociedade contemporânea. Direito e relativismo científico. Direito e o dinamismo social contemporâneo globalizado.

Disciplina: Metodologia do Ensino Jurídico.

Ementa: Breve travessia através da história e filosofia da educação: da Grécia clássica ao humanismo renascentista. Retrospectiva histórica da educação: da pedagogia tradicional introduzida pelos jesuítas à pedagogia crítica emergente a partir de 1980. O papel institucional da Universidade brasileira moderna, e responsabilidade do professor universitário neste contexto: a plena formação ético-profissional que transforma o indivíduo em pessoa. A metodologia do ensino superior: o planejamento, a avaliação e os métodos e técnicas de ensino.

2. USP – Universidade de São Paulo

Disciplina: Metodologia do Ensino Jurídico.

Ementa:

Objetivos: 1. Introdução: alcance e limites da crise do ensino jurídico. 2. Racionalidade formal e positividade jurídica: o direito moderno. 3. Formação histórica do direito no Brasil. 4. Mudança Sócio-econômica e mudança jurídica no Brasil. 5. Mudanças sócio-econômicas e práticas jurídicas no Brasil. 6. O ensino superior: a idéia da Universidade x implosão da modernidade. 7. A crise do ensino jurídico: dilemas, paradoxos e desafios. 8. Da jurisprudência romana à dogmática jurídica: o problema do método no direito. 9. O direito como transmissão de paradigma: os dilemas da dogmática jurídica. 10. A formação do jurista e sua função social. 11. Mudança econômica e mudança jurídica: o fenômeno da globalização. 12. O mercado de trabalho dos operadores de direito após a globalização. 13. O ensino jurídico: uma avaliação das propostas de reforma da graduação e pós-graduação. 14. Alternativas para o ensino jurídico: no direito comparado. 15. Prova.

Justificativa: A Metodologia do Ensino Jurídico, além de inserir-se nas exigências da Resolução nº. 12/83 de 06.10.1984 do CFE, para cursos de aperfeiçoamento e especialização, é uma disciplina de fundamental importância para a formação tanto do especialista, quanto do mestre e do doutor em direito. Não se trata, como pode parecer a princípio, de uma disciplina técnica, de natureza didática, mais própria dos cursos de pedagogia. Insere-se, isto sim, num contexto sócio-político-econômico da realidade brasileira, na medida em que visa dar ao jurista a consciência da sua atuação social. Por

outro lado, a discussão do ensino é também uma discussão da própria ciência que se ensina, dos objetivos da formação profissional juntamente com os padrões metodológicos científicos. A crise do ensino do Direito no ocidente é hoje enfocada destes dois ângulos. A discussão que temos acompanhado na Alemanha, nos EUA, na Espanha, na França, em países latino-americanos aponta para uma problemática bem definida.

Conteúdo: I - NÚCLEO: Formação histórica da metodologia da ciência e do ensino do Direito. a) O Método jurisprudencial romano, a exegética medieval e o ensino do direito nas primeiras universidades européias b) O Racionalismo jusnaturalista e a compreensão da ciência jurídica como sistema. c) Ciência do direito e dogmática jurídica no século XIX: o direito dos professores. d) Evolução do ensino jurídico no Brasil. **II - NÚCLEO:** Ciência do Direito, ensino e realidade social. a) Mudança social, econômica e política e os problemas da metodologia da ciência do direito. b) Objetivos da formação do bacharel: cultura jurídica e profissionalização. c) Currículos mínimos no Brasil: análise crítica. **III - NÚCLEO:** O ensino do Direito como atividade metódica. a) Métodos de raciocínio jurídico. b) A estrutura e a função das aulas expositivas. c) Pesquisa Jurídica: especialidade e interdisciplinaridade. **IV - NÚCLEO:** Reforma do Ensino Jurídico. a) A formação de docentes e os problemas da pós-graduação em Direito no Brasil b) Limitações sociais, políticas e econômicas.

3. UNESP/FR – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca

Disciplina: História do Direito: Formação do Direito Brasileiro.

Ementa: O estudo das instituições político-jurídica no contexto histórico brasileiro, com vistas ao exame de princípios jurídicos que permearam a evolução sócio-econômica do país, bem como a inserção temática no domínio de políticas públicas, fontes normativas e ciclos históricos no Brasil. O curso tem natureza disciplinar destinando-se a análise dos fatos jurídicos, das fontes, do pensamento doutrinário e jurisprudencial a partir de pressupostos jurídico-conceituais estabelecidos pela influência de direito estrangeiro no ordenamento jurídico do Brasil.

4. UEA – Universidade do Estado do Amazonas

Disciplina: Metodologia da Educação Jurídica.

Ementa: Histórico do ensino jurídico no Brasil: mitos e limitações. Educação ou Ensino? Inconsciente coletivo nos cursos de Direito, o descobrimento do

arquétipo liberal. Implicações das relações entre ciência, prática e ensino. Vislumbres de um pentagrama reurbanizador na questão dos métodos, conteúdos e práxis educativa. As propostas para o modelo pedagógico emergente.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica.

Ementa: Os saberes, o conhecimento e a epistemologia. O método científico e as ciências da natureza e do homem. Os métodos de abordagem e de procedimentos: os enfoques e as técnicas correspondentes. A pesquisa científica na Ciência do Direito: métodos e técnicas recorrentes. A elaboração do Projeto de Pesquisa e a produção de Relatórios, Dissertações e Teses.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Pesquisa e produção de conhecimento jurídico e sua explicitação em projetos de pesquisa, dissertações e de teses.

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior.

Ementa: O ensino superior no Brasil. O ensino do Direito no Brasil. A LDB e sua concepção de Universidade. Especificidades da legislação sobre o ensino jurídico. O professor universitário. Teorias da educação e da aprendizagem. O aluno como sujeito principal da construção do saber. Plano de ensino. Objetivos educacionais. Conteúdo de uma disciplina. Estratégias de ensino e de aprendizagem. O processo de avaliação. Relação aluno-professor. Ensino Superior.

Disciplina: Teoria do Método Jurídico.

Ementa: O conhecimento jurídico. Produção e aplicação do direito. A interpretação como método do conhecimento jurídico. A teoria do método jurídico como auto-reflexão do Direito.

Disciplina: Tópicos em Teoria do Método Jurídico: Positivismo e Pós-Posi.

Ementa: O positivismo jurídico: gênese, desenvolvimento e crise. O pós-positivismo e a tentativa de se reconciliar os temas do Direito e da Justiça.

2. PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: Fundamentos de metodologia em pesquisa jurídica. Metodologia de pesquisa. Técnicas de pesquisas. Planejamento e execução de pesquisa. Pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalho científico.

Disciplina: Processo Pedagógico no Ensino Superior.

Ementa: A docência na Educação Superior. Paradigmas contemporâneos na prática pedagógica dos professores universitários. Organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo pedagógico no ensino jurídico. O paradigma emergente na ação docente e a produção do conhecimento. O Ensino do Direito num paradigma emergente.

3. PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Disciplina: Seminário de Metodologia e Dissertação.

Ementa: História do Ensino Jurídico. Metodologia da pesquisa aplicada ao direito. Pesquisas de Jurisprudência nos Tribunais Superiores. Direito e Método, Indução, dedução e analogia. Princípios Constitucionais e argumentação jurídica: o pensamento de Robert Alexy, Ronald Dworkin e Chaim Perelman. Princípio da Proporcionalidade. O positivismo. Projetos de pesquisa: elaboração e apresentação de um modelo.

Disciplina: Seminário de Pesquisa.

Ementa: História do Ensino Jurídico. Noções de Direito Comparado aplicado à pesquisa jurídica. Metodologia da pesquisa aplicada ao direito. Pesquisas de Jurisprudência nos Tribunais Superiores. Princípios Constitucionais e argumentação jurídica: o pensamento de Robert Alexy, Ronald Dworkin e Chaim Perelman. Princípio da Proporcionalidade. O positivismo. Projetos de pesquisa: elaboração e apresentação de um modelo.

Disciplina: Epistemologia do Direito.

Ementa: Epistemologia Positivista e Epistemologia Crítica. Positivismo e Direito. A Epistemologia Histórica de Gaston Bachelard. A Matriz Genealógica de Michel Foucault. Direito, Saber e Poder. A Teoria Crítica de Jürgen Habermas. Direito, Moral e Política. Epistemologia e Hermenêutica. Razão e Modernidade.

4. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: A disciplina pretende desenvolver estudos que propiciem a reflexão crítica a respeito dos paradigmas teóricos que caracterizam o mundo do conhecimento e da pesquisa e conteúdos e exercícios práticos que capacitem para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa com formulação de problemas, fundamentação teórica, hipóteses, variáveis, definições de população e amostra, construção de instrumentos, assim como elementos de análise e apresentação de dados incluindo tabelas, gráficos, quadros e sínteses qualitativas.

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior.

Ementa: A disciplina pretende desenvolver estudos que propiciem a reflexão crítica a respeito dos paradigmas teóricos que caracterizam o mundo do conhecimento e da pesquisa e conteúdos e exercícios práticos que capacitem para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa com formulação de problemas, fundamentação teórica, hipóteses, variáveis, definições de população e amostra, construção de instrumentos, assim como elementos de análise e apresentação de dados incluindo tabelas, gráficos, quadros e sínteses qualitativas.

5. UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos / SP

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior e do Trabalho Científico.

Ementa: O objetivo da disciplina é demonstrar como o mestrando de Direito pode aprimorar-se para ministrar seus cursos enquanto professor, utilizando-se dos mais modernos métodos de ensino. Outrossim, far-se-á também uma apresentação dos métodos pedagógicos mais modernos assim como uma crítica da pedagogia nos cursos de direito. Além disso, o mestrando estuda os métodos de pesquisa científica e como produzi-la, além de aprender a elaborar um trabalho científico.

6. UCB - Universidade Católica de Brasília

Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Direito Comparado.

Ementa: A abordagem científica. Ciência básica e ciência aplicada. O enfoque metodológico disciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. Estrutura social da ciência. As revoluções científicas e a emergência de novos paradigmas. A ética

científica e a ética jurídica. O direito como dogma e como ciência. Revisão Bibliográfica e redação técnico-científica. Citações Bibliográficas em publicações técnico-científicas. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O método científico. Método indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo. O método comparado de pesquisa em direito. O controle na pesquisa científica. O problema de pesquisa. Importância e formulação do problema de pesquisa. O problema de pesquisa e o conhecimento científico. Referencial teórico apropriado para o problema de pesquisa. Direcionamento da pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa. As hipóteses de pesquisa. Orientação teórica da pesquisa. Teoria - hipótese - pesquisa. Relações entre hipótese e problema de pesquisa. O problema, as hipóteses, as variáveis e os objetivos da pesquisa. A metodologia da pesquisa. Os mecanismos de coleta e análise de dados. O projeto de pesquisa. Survey: planejamento e construção de questionários. O desenho de estudos de casos. A pesquisa qualitativa e quantitativa. A construção de resenhas e resumos. Elaboração de um projeto de pesquisa.

7. UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

Disciplina: Metodologia Aplicada da Pesquisa em Direito.

Ementa: Distinções entre diversos modos de conhecer: o mito, o senso comum, a ciência, a arte, a filosofia, a religião etc. Ciência: a concepção racionalista (hipotético-dedutiva); a concepção empirista (hipotético-indutiva); a concepção construtivista ou dialética (noção de verdade aproximada). As ciências humanas e sociais ante a insuficiência do individualismo metodológico e os obstáculos à sua consolidação. As estratégias: essencialista, fenomenista e histórica e o princípio da fundamentação suficiente. Metodologia da Ciência do Direito: Jusnaturalismo, Positivismo jurídico, Escola da Exegese, Escola Histórica, Historicismo de Savigny, Formalismo kelseniano, Escola do direito livre etc. Fundamentos filosóficos da pesquisa jurídica processual: holismo e descontinuidade em Thomas Kuhn; a ruptura epistemológica em Gaston Bachelard; o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. O método e os dados no estudo do processo judicial: a doutrina, a legislação e a jurisprudência. Dificuldades e potencialidades do método experimental no estudo do processo tributário. A pesquisa documental: identificação, compilação, prospecção, fichamento, análise e interpretação. O estudo de caso: tipos, critérios, princípios

para a coleta de dados, análise das evidências, relatório. Processo Judicial: análise da textualização de discursos - o lugar da linguagem nas relações contratuais interpessoais. Etapas do planejamento do trabalho científico: o problema de investigação; a pergunta de partida, delimitação, justificativa / relevância científica; objetivos, escolha de um método; análise do conteúdo; revisão da literatura; definição do sistema de conceitos; aplicabilidade, perspectiva de resultados esperados. Redação acadêmica (monografia, dissertação e tese), argumentação e senso crítico: a idéia, o anteprojeto, o projeto e a dissertação de mestrado. Normas de apresentação das citações e notas de rodapé: o sistema autor-data e o sistema citação-nota. (ABNT - NBR 10520); Normas de apresentação das referências Bibliográficas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - NBR 6023); Normas de apresentação de trabalhos acadêmicos: elementos pré - textuais, textuais e pós - textuais (ABNT - NBR 14724).

8. UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

Disciplina: Epistemologia Jurídica: Ética, Direito e Pesquisa.

Ementa: A pesquisa é a alma da ciência. Do mundo estruturado passa-se para o mundo em transformação. Faltam pontos de referência. Cresce o culto do progresso e do sucesso. O mecanismo produz uma separação na pessoa humana: o corpo e a alma. O primeiro é exaltado, a segunda ocultada.

Disciplina: Epistemologia Jurídica: História das Idéias Jurídicas no Brasil.

Ementa: A disciplina objetiva analisar as principais correntes e escolas da filosofia do direito que se formaram ao longo da história do Brasil e sua dimensão epistemológica sobre o ensino jurídico no Brasil.

Disciplina: Epistemologia Jurídica: Conceito e Validade do Direito.

Ementa: A disciplina se dedica ao estudo de teorias sobre a definição e os critérios de validade do direito. Particular atenção é dada às teorias positivistas e moralistas em suas variadas vertentes. O objetivo é familiarizar o aluno com as teorias sustentadas no século XX no espaço alemão e anglo-saxão.

Disciplina: Epistemologia Jurídica: Epistemologia e Hermenêutica.

Ementa: Deseja-se propor as linhas gerais de uma hermenêutica do pré-analítico, mostrando como cada projeto cognoscitivo é originário da experiência da pré-

compreensão, na qual o sujeito elabora a própria familiaridade com aqueles paradigmas e esquemas conceituais que recebe de herança de uma tradição interpretativa. Isto permite considerar em uma nova perspectiva o dualismo epistemológico entre ciências humanas e ciências naturais.

Disciplina: Epistemologia Jurídica: Ética, Direito e Pesquisa.

Ementa: A pesquisa é a alma da ciência. Do mundo estruturado passa-se para o mundo em transformação. Faltam pontos de referência. Cresce o culto do progresso e do sucesso. O mecanismo produz uma separação na pessoa humana: o corpo e a alma. O primeiro é exaltado, a segunda ocultada.

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior.

Ementa: Papel da educação e da escola, particularmente do ensino superior, na consolidação de um projeto de sociedade. O pensamento pedagógico brasileiro: implicações na prática escolar e relações com o processo histórico da educação superior no Brasil. Política acadêmica e projetos pedagógicos: organização do trabalho pedagógico no ensino superior jurídico. Associação entre ensino, pesquisa e extensão: referência para uma metodologia do ensino superior.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico.

Ementa: Fornecer critérios epistemológicos de pesquisa científica. Redação e estrutura de texto científico. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais ou Humanas.

9. UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

Disciplina: Metodologia da Pesquisa I.

Ementa: Discussão de temas referentes à realização de pesquisa e trabalhos científicos. Projeto de pesquisa e seus elementos. Constituição e delimitação do objeto. O estado da arte. As ciências auxiliares e o Direito. Pesquisa de bibliografia com uso das bibliotecas e da Internet. Levantamento e análise de legislação e jurisprudência. Regras de redação de trabalhos científicos. Constituição e delimitação do objeto. O estado da arte. As ciências auxiliares e o Direito. Pesquisa de bibliografia com uso das bibliotecas

e da Internet. Levantamento e análise de legislação e jurisprudência. Regras de redação de trabalhos científicos.

Disciplina: Direito e Complexidade: novos rumos da pesquisa em Direito.

Ementa: Esse curso tem como objetivo analisar as possibilidades de abordagem do Direito a partir de uma metodologia da pesquisa científica, seus métodos e suas teorias, de forma que seja possível adquirir conhecimentos jurídicos em perspectiva dialogada com outras áreas do conhecimento, e que esses possam ser refletidos a partir da realidade vivenciada. Uma complexa abordagem do direito passa, portanto, pela compreensão do que ele é realmente, o seu funcionamento e suas motivações, que implicam em transformações efetivas na ordem social, pois além de classificar e de organizar os bens, as pessoas e as relações, tem o poder de determinar como elas devam ser. Para tanto a pesquisa em direito será analisada, relacionando-a com as pesquisas desenvolvidas pelos alunos(as), os seguintes tópicos: Direito, complexidade, conhecimento e transformação social. Modalidades de interpretação sobre o direito: teorias e métodos. A noção de ordenamento e sistema jurídico. Noções da crítica ao Direito. Categorias jurídicas: exercícios e possibilidades de construção. Construção do discurso jurídico do meio ambiente.

10.UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Disciplina: Ensino e Pesquisa no Direito.

Ementa: A disciplina analisa o papel e a atividade de docência no ensino superior bem como os aspectos políticos, pedagógicos e metodológicos da atividade de pesquisa em Direito.

Conteúdo Programático: 1. O professor de Direito e a didática. 2. Novas possibilidades de atuação do professor de Direito em sala de aula: avanços recentes nas concepções educacionais e na visão do Direito como prática científica. 3. A ciência como um processo de produção de conhecimento, em contínua interação com o contexto histórico e filosófico. 4. Ciência, pesquisa, projeto de pesquisa e tecnologia.

5. O problema de pesquisa. 6. Critérios a que um problema de pesquisa deveria atender: relevância social e relevância científica. 7. A importância da etapa de planejamento de pesquisa (ou de previsão de análise e de coleta), relacionando-

a com as etapas seguintes. 8. As principais características das etapas de Previsão de Análise e de Coleta. 9. Diferentes tipos de pesquisa, e as naturezas das relações que serão estudadas. 10. Diferentes tipos de coletas de dados (observação; documento; questionário). 11. “Interpretação” e “descrição” de dados. 12. A fundamentação predominante em uma pesquisa teórica ou empírica, levando-se em conta a noção de continuum. 13. A relevância da etapa do relatório do projeto de pesquisa: aspectos formais. 14. O desenvolvimento da atividade de pesquisa no Brasil na área do Direito, com ênfase no Direito Comparado.

Universidades e Faculdades Particulares

1. UGF – Universidade Gama Filho

Disciplina: Antropologia Jurídica.

Ementa: Apresentação da contribuição da Antropologia para a compreensão do fenômeno jurídico, em uma perspectiva comparada. Discussão e familiarização dos alunos com o método comparativo e com os estudos etnográficos, característicos da disciplina. Análise de textos e monografias versando sobre pesquisas contemporâneas, realizadas no Brasil e no exterior.

Disciplina: Formação da Sociedade e do Direito no Brasil.

Ementa: Sistema Normativo do Brasil Colônia. Formação do Estado brasileiro. Constitucionalismo brasileiro do século XX. A codificação e o seu aspecto tardio. O pensamento jurídico autoritário brasileiro na república. Constitucionalismo pós-1988. A Justiça no período colonial.

Disciplina: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.

Ementa: Contrastar métodos de descoberta e métodos de transmissão de conhecimentos escritos e orais: pesquisar e comunicar resultados enquanto processos distintos. Analisar e compreender princípios vigentes na política oficial adotada para o ensino superior. Elaborar programação de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão na graduação. A pesquisa no Direito: objetos de interesse jurídico. Cultura acadêmica e cultura operacional: temáticas universais, regionais e locais. Especificidades da pesquisa no Direito. Adequação entre objeto e método utilizado na pesquisa. Elaboração de projetos de pesquisa e suas etapas fundamentais.

2. UNESA – Universidade Estácio de Sá

Disciplina: Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica.

Ementa: A disciplina pretende analisar a formação e a produção científica do direito, a partir das possibilidades da construção de um senso crítico e da formação de um compromisso social dos pensadores do direito. Para tanto, objetiva a superação do paradigma tradicional de ensino e pesquisa em direito e a emergência de novas bases para a construção do conhecimento jurídico.

Disciplina: Grupo Institucional de Pesquisa: Direitos Fundamentais e Novos Direitos.

Ementa: A disciplina será desenvolvida com um projeto de pesquisa coletivo a partir de um referencial teórico específico, integrante de cada uma das três linhas de pesquisa, e reuniões para análise dos dados apurados com o fim de divulgação dos resultados das pesquisas.

Disciplina: Grupo Institucional de Pesquisa: Acesso à Justiça e Efetivação do Processo.

Ementa: A disciplina será desenvolvida com um projeto de pesquisa coletivo a partir de um referencial teórico específico, integrante de cada uma das três linhas de pesquisa, e reuniões para análise dos dados apurados com o fim de divulgação dos resultados das pesquisas.

Disciplina: Orientação de Dissertação.

Ementa: Trata-se de levar ao aluno às plenas condições de desenvolver a sua dissertação de mestrado, a partir da discussão acerca da coerência interna e vinculação com a área de concentração e a linha de pesquisa, sem descuidar das normas técnicas para o bom desenvolvimento do trabalho.

3. UNIFOR - Universidade de Fortaleza

Disciplina: Didática do Ensino Superior.

Ementa: A Universidade através da História. As crises e perspectivas da Universidade frente às demandas - educacionais do 3o. milênio. Os fundamentos teórico-metodológicos do fenômeno educativo e a didática. Processos de aquisição e produção do conhecimento: ensino e pesquisa. O planejamento e o ensino. O fazer pedagógico. Postura do profissional do ensino em sala de aula.

A avaliação como processo.

Disciplina: Epistemologia Jurídica.

Ementa: Noções Fundamentais. Enquadramento científico do Direito. Plano de atuação da Ciência. Lógica da Pesquisa Científica. Metodologia da Ciência. Ciência e Ideologia. Ciências Filosóficas do Direito. Ciências Empiristas do Direito. Ciências Normativistas do Direito. Crítica da Ciência do Direito.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: O conhecimento científico. A especificidade das Ciências Humanas (conhecimento jurídico e pesquisa jurídica). Critérios de cientificidade. Aspectos fundamentais da metodologia da pesquisa. Tipos de pesquisa. Etapas da pesquisa. Elaboração do projeto de Monografia. Etapas e estratégias de produção da Monografia.

4. FUNDINOPI -Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

Disciplina: Epistemologia do Direito.

Ementa: Epistemologia e Teoria do Conhecimento. Epistemologia e Filosofia da Ciência. Epistemologia: conceito, saber, senso comum e ciência. Epistemologia geral e epistemologia específica. Fundamentos epistemológicos. Categorias epistemológicas. Obstáculos epistemológicos, Ruptura Epistemológica, Vigilância Crítica e objeto construído. Epistemologia Positivista, Epistemologia Histórica, Epistemologia Racionalista, Epistemologia Genealógica. Saber e Poder. Epistemologia e Hermenêutica. A Epistemologia Jurídica. Razão, Modernidade e Pós-modernidade.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Estrutura do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica. A atuação de um Grupo de Pesquisa. O Currículo Lattes. A revista científica. A integração entre graduação e pós-graduação. Método e linguagem científica. Procedimentos técnicos e didáticos referentes ao ato da pesquisa. Leitura e estudo do texto científico. A produção científica técnica e Bibliográfica: resenha, artigo, comunicação, paper, relatório, ensaio. O processo de orientação. O Projeto de Pesquisa: estrutura e conteúdo. Os aspectos técnicos da redação científica. Apontamentos sobre a redação científica. A redação de uma Dissertação de Mestrado: estrutura e conteúdo. Sistematização das informações sobre fontes de

consulta, segundo normas da ABNT. Orientações para os Seminários de Pesquisa e exames de Qualificação e de Defesa Pública.

5. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Conceitos de Pesquisa. Tendências das Pesquisas no Brasil e no Mundo; as possíveis dicotomias: qualitativo X quantitativo. Tradição da pesquisa em Direito: em Santa Catarina, no Brasil e no Mundo. Tipologia da Pesquisa e seus aspectos metodológicos. Campos lacunáveis em pesquisas na área do Direito.

6. FDV – Faculdade de Direito de Vitória / ES

Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Direito.

Ementa: A pesquisa em ciências humanas e sociais. A questão do conhecimento: paradigmas e epistemologia da pesquisa em Direito. Os métodos e as técnicas de pesquisa quanti-qualitativos. A análise de relatórios de pesquisa. A construção e delimitação de uma problemática de pesquisa (quadro referencial, formulação do problema e das questões de investigação, construção de meios de investigação - coleta e análise dos dados).

7. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos / MG

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e Ensino Jurídico.

Ementa: O programa da disciplina Metodologia de Pesquisa é constituído de duas partes principais. Na primeira são discutidas questões teóricas gerais como o significado de ciência e de método científico, as características mais importantes do conhecimento científico, os passos lógicos envolvidos na construção do conhecimento científico e as exigências principais do método da ciência. Na segunda parte são discutidas questões instrumentais como a estrutura e as características dos trabalhos científicos na pós-graduação, tipos de monografias científicas, a elaboração de projetos de pesquisa e as principais questões envolvidas na elaboração de monografias, desde a escolha do tema até a redação do trabalho.

Programa: 1. Conhecimento científico versus outras formas de conhecimento. Ciência e método científico. Principais características da ciência. Ciências Naturais versus Ciências Sociais. Algumas distinções fundamentais: método e técnica de pesquisa, o contexto da descoberta e o

contexto da validação, ciência como processo e ciência como produto. O problema da objetividade do conhecimento científico. Um marco de referência geral: orientações gerais, teoria, taxonomia, proposições, definições, explicação e descrição. 2. A estrutura lógica do método científico: explicitação do problema, formulação de hipóteses, inferência, teste de hipóteses (observação, coleta de dados), análise e interpretação dos dados à luz das hipóteses, formulação de novas hipóteses. O problema do indutivismo versus o dedutivismo. O modelo empírico dedutivo e o ideal de ciência envolvido. Principais exigências do método da ciência: precisão, validade lógica, generalidade, falsificabilidade, intersubjetividade. 3. A passagem do nível teórico para o nível empírico. Proposições teóricas e proposições empíricas. Conceitos e definições. Tipos de definições. O problema da inferência de relações causais; estudos experimentais versus estudos observacionais. 4. Principais técnicas de pesquisa e tipos de pesquisa nas ciências sociais. A pesquisa Bibliográfica e a pesquisa documental; principais fases da pesquisa. 5. Tipos de monografias científicas: teses, dissertações e relatórios de pesquisa. A elaboração de projetos de pesquisa; estrutura do projeto de pesquisa. 6. As principais questões envolvidas na elaboração de monografias científicas. A escolha do tema, a organização da bibliografia, a elaboração do plano de trabalho, a leitura e o fechamento do material, os problemas envolvidos na redação da monografia. Aspectos técnicos da redação: citação, referência Bibliográfica, notas de rodapé, etc.

8. UNAMA – Universidade da Amazônia

Disciplina: Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Pesquisa Científica.

Ementa: Metodologia acadêmica: os trabalhos acadêmicos e a normalização técnica segundo versões atualizadas da ABNT; a apresentação dos trabalhos acadêmicos em eventos. Metodologia da ciência: ciência, conhecimento e sociedade; métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas; epistemologias e enfoques positivistas e críticos. Metodologia da pesquisa: o projeto e o relatório de pesquisa; modalidades de pesquisa, coleta de dados.

9. UCAM – Universidade Cândido Mendes / RJ

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: O curso tem como objetivo conhecer e apreciar as principais formas de abordagem na pesquisa social, identificando distintas técnicas de levantamento e interpretação de dados. Busca-se familiarizar o aluno com os processos de concepção e realização de pesquisas no âmbito das ciências sociais. Para tanto, as discussões teóricas e práticas acerca do entendimento dos fenômenos sociais serão conduzidas a partir de textos selecionados que tratam não só das perspectivas metodológicas, como também do manuseio e interpretação de dados de pesquisas efetuadas.

10. UCS – Universidade de Caxias do Sul

Disciplina: Epistemologia e Pesquisa Jurídica.

Ementa: Exame das Condições Pedagógicas e Epistemológicas necessárias para a formação de Mestres. Análise dos pressupostos epistemológicos na pesquisa jurídica e das habilidades e competências necessárias para executar e administrar projetos de pesquisa.

Disciplina: Seminário de Pesquisa e Orientação.

Ementa: Os seminários de pesquisa e orientação constituem uma importante inovação deste Programa de Pós-Graduação, pois permitem ao mestrado, desde o início de seu Curso, iniciar-se na área de pesquisa pretendida, trabalhando conjuntamente com o seu orientador. No primeiro semestre, os Seminários serão conduzidos em vistas à preparação do projeto de dissertação que será submetido a uma Banca examinadora, tendo como preocupação maior a sua visibilidade e coerência com a Linha de Pesquisa a qual está vinculado. A partir do segundo semestre, o aluno já estará dirigindo suas atividades de leitura e pesquisa para a problemática objeto de sua dissertação. Nesse momento, a participação nos seminários de professores convidados será fortemente incentivada, visando o aprofundamento da pesquisa a partir de outros pontos de reflexão científica. Deste modo, ao cabo do terceiro ou quarto semestre, espera-se a conclusão do trabalho de redação da dissertação, organizando-se a defesa perante uma Redação examinadora.

11. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e do Ensino Superior.

Ementa: A crise do Ensino Jurídico. Metodologia do Ensino Superior. Técnicas de ensino. Técnicas de pesquisa e elaboração de projetos. Avaliação do conhecimento. Planejamento de programa e planejamento de aula. O Ensino Jurídico: suas especificidades. A visão política do Ensino Jurídico. As diretrizes curriculares dos Cursos de Direito no Brasil.

12. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul / RS

Disciplina: Metodologia da Pesquisa.

Ementa: Pretende-se com a disciplina abordar o tema do conhecimento e níveis de conhecimento. Epistemologia e pesquisas na área jurídica. Alcances e limites do conhecimento científico. O fundamento epistêmico das ciências: a abstração cognitiva na história do conhecimento. O vínculo entre pressupostos epistemológicos e pressupostos teóricos para investigar sobre direitos sociais e políticas públicas.

Disciplina: Metodologia do Ensino.

Ementa: Esta disciplina introduz o estudo do processo de ensino e aprendizagem através da sua análise conceitual, características e fatores intervenientes; faz uma análise comparativa de diferentes abordagens teóricas do processo de ensino e aprendizagem e suas perspectivas de aplicação em sala de aula, focada notadamente em questões atinentes às linhas de pesquisa e à área de concentração do programa.

13. UNIMAR – Universidade de Marília / SP

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: Método e linguagem científica. O trabalho científico e os instrumentos de investigação. A investigação científica em sede de Empreendimentos Empresariais. Leitura e estudo do texto científico. Redação e documentos acadêmicos: conteúdo e forma. Notas e reflexões sobre a redação científica. Os aspectos técnicos da redação científica. A questão do estilo. A pesquisa em Ciências Sociais: natureza e características. As atividades no processo de pesquisa. O delineamento da pesquisa. O Projeto e Pesquisa. A redação de

uma dissertação de Mestrado: conteúdo e forma. Sistematização das informações sobre fontes de consulta, segundo normas e ABNT.

14. UNIPAR – Universidade Paranaense

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica em Direito.

Ementa: Conhecimento, Ciência e Pesquisa. Métodos e Técnicas. Planejamento. Comunicação Científica.

Conteúdo Programático: 1. O conhecimento e a Ciência. 2. A pesquisa e sua relação com o conhecimento científico. 3. Pesquisa: função social e função acadêmica. 4. A pesquisa na área do Direito. 5. Natureza e tipos de pesquisa. 6. Métodos e técnicas de pesquisa social: qualitativa e quantitativa. 7. O processo de pesquisa e suas etapas.

8. Planejamento da pesquisa. 8.1 Determinação do tema. 8.2 Problema e justificativa.

8.3 Levantamento da literatura. 8.4 Objetivos e hipóteses. 8.5 Metodologia aplicada.

8.6 Tratamento dos dados de pesquisa. 8.7 Análise dos resultados. 9. Comunicação científica: estrutura, redação e apresentação do relatório de pesquisa. 10. Softwares e aplicativos utilizados em pesquisa

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior Jurídico.

Ementa: Ensino superior no Brasil. O professor do ensino superior. O professor e sua opção metodológica. Planejamento educacional. Fase de preparação. Fase de desenvolvimento. Fase de aperfeiçoamento. Elaboração do trabalho final.

Conteúdo Programático: 1. Ensino Superior no Brasil. 1.1 Contexto Histórico e Político. 1.2 Perfil Atual do Sistema. 2. O Professor do Ensino Superior. 2.1 Aspectos Legais, Técnicos e Pedagógicos de sua Formação. 2.2 Funções do Professor nas Instituições de Ensino Superior. 3. O Professor e sua Opção Metodológica. 3.1 Diferentes Perspectivas Metodológicas. 3.2 Relação com os Alunos. 3.3 Especificidades Metodológicas das Diferentes Áreas. 4. Planejamento Educacional

4.1 Princípios Orientadores do Planejamento. 4.2 Modalidades de Planejamento.

4.3 Contexto da Disciplina no Curso. 4.4 Sondagem do Ambiente Educativo.

4.5 Fluxograma - Fases do Planejamento. 5. Fase de Preparação. 5.1 Formulação

de objetivos. 5.2 Seleção de Conteúdos. 5.3 Seleção de Procedimentos. 5.4 Seleção e Organização dos Recursos Didáticos. 5.5 Organização do Processo de Avaliação da Aprendizagem e do Ensino. 6. Fase de Desenvolvimento. 6.1 Estruturação do Plano
6.2 Plano de Disciplina. 6.3 Plano de Unidade. 6.4 Roteiros e Sugestões. 7. Fase de Aperfeiçoamento. 7.1 Avaliação do Trabalho. 7.2 Replanejamento. 8. Elaboração do Trabalho Final.

15. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto / SP

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Ementa: 1. Pesquisa Científica em Direito. 2. Conhecimento Científico. Conhecimento Jurídico. 3. Método Científico. Métodos Específicos da Investigação Jurídico-Científica. Técnicas de Investigação. 4. Projetos de Pesquisa e correlação com as linhas de pesquisa do programa. 5. Normas para apresentação de trabalhos científicos.

Disciplina: Metodologia do Ensino Jurídico

Ementa: 1. Prática Pedagógica no Ensino Jurídico. 2. Crise da sociedade, crise da escola, crise do ensino jurídico. 3. Formação do professor: fundamentos e prática pedagógica. 4. Ação docente-discente: a prática cotidiana do ensino jurídico. 5. O processo ensino-aprendizagem. 6. Metodologia dialética de construção do conhecimento: prática-teoria-prática. 7. Avaliação do rendimento escolar. 8. Nova Prática Pedagógica no Ensino Jurídico: Projeto de ensino-aprendizagem na perspectiva histórico-crítica.

16. FADISP – Faculdade Autônoma de Direito

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica.

Ementa: O sistema de educação superior e a pesquisa científica no país. Direito e Ciência. A pesquisa científica nas Ciências Jurídicas. Elaboração do plano de pesquisa. A metodologia da pesquisa. Técnicas de coleta. A análise do material coletado e os diferentes referenciais teóricos.

Centros Universitários

1. UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Disciplina: Metodologia de Pesquisa e do Ensino Jurídico.

Ementa: O Método Científico: desenvolvimento histórico e processos do método; classificação das ciências. A Pesquisa: conceito, procedimentos e tipos de pesquisa. Diretrizes para a execução da pesquisa Bibliográfica: condições físicas, intelectuais e morais; análise, interpretação e documentação; projeto de pesquisa; etapas da elaboração da monografia; aspectos técnicos da redação. O Ensino Superior na História. Método e Técnicas de Ensino. Planejamento, Execução e Avaliação.

2. CEUMAR – Centro Universitário de Maringá / PR

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e do Ensino em Direito.

Ementa: A relação ensino e pesquisa. Metodologia da Pesquisa e do ensino jurídico e Comunicação Científica. Epistemologia Jurídica: a construção do eixo teórico. O contexto da ciência e da universidade. O Ensino Jurídico Brasileiro.

3. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Disciplina: Antropologia Jurídica e Sociedades Contemporâneas.

Ementa: Disciplina ligada a área de concentração: Direito das Relações Internacionais. Trata-se de uma disciplina básica. O aluno escolhe três de cinco básicas e é uma disciplina comum às duas linhas de pesquisa desta área de concentração. Projeto de Pesquisa: Direito e Multiculturalismo - Internacionalização e Tensões Nacionais. A abordagem comparativa da antropologia. Os fundamentos teórico metodológicos da comparação. A construção da alteridade: a questão da diferença. Encontro etnográfico como um diálogo. A relação entre cultura e norma jurídica. A possibilidade ou impossibilidade de uma definição universal do fenômeno jurídico. As diferentes formas de abordar o fenômeno jurídico a partir da antropologia. A norma em diferentes sociedades. A solução de conflitos em sociedades sem Estado. Possíveis abordagens da antropologia jurídica em sociedades contemporâneas e pós-tradicionais. A antropologia das instituições em sociedades complexas. Antropologia das organizações internacionais. Antropologia e multiculturalismo. Profº responsável: Luiz Eduardo Lacerda de Abreu.

Disciplina: Fundamentos de Metodologia da Pesquisa em Direito.

Ementa: Projeto de Pesquisa: Epistemologia e tópicos metodológicos. Pesquisa científica e pesquisa jurídica: pressupostos epistemológico e metodológico; a pesquisa em ciências sociais e seus referenciais: positivismo, historicismo e dialética.: projeto de pesquisa, aspectos teórico e metodológico; processos de análise e interpretação de dados e informações. Fontes de pesquisa sociológica e jurídica: questões e métodos. Profª responsável: Dirce Mendes da Fonseca.

4. UNIFIEO – Centro Universitário Fieo / SP

Disciplina: Educação, Metodologia e Pesquisa em Direito.

Ementa: Origens históricas. A educação na Grécia antiga. A educação em Roma. A educação na Idade Média. A educação na Modernidade. A educação na Pós-Modernidade. Panorama histórico da educação no Brasil. Desafios da educação no século XXI. Educação como problema de inclusão social. Educação como direito fundamental. Os novos rumos do ensino superior. O ensino jurídico e a pós-graduação em direito no Brasil. Teoria do conhecimento, ciência e método. A linguagem da ciência. Elaboração da pesquisa científica. A estrutura do trabalho científico. Escolha do tema do trabalho jurídico científico. Organização do plano e dimensões da dissertação. Partes específicas de uma dissertação em direito. Fontes de pesquisa jurídica. Formas de referência às fontes utilizadas. Classificações da pesquisa em direito. Pesquisa Bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa experimental.

5. FEESR – Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”

Disciplina: Metodologia e Didática do Ensino do Direito.

Ementa: Análise da ação pedagógica do professor do ensino superior. Estudo das características da profissão docente e do “locus” em que sua ação se desenvolve.

Disciplina: Seminário de Defesa do Projeto Final de Pesquisa.

Ementa: Conjunto de atividades curriculares obrigatórias com vistas ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa dos alunos, em regime de elaboração e discussão crítica dos resultados, com vistas a assegurar a excelência acadêmica das dissertações.

Disciplina: Semiótica Jurídica.

Ementa: Estudo da determinação da conduta quanto ao conhecimento e a ação do ponto de vista da teoria semiótica proposta por Charles S. Peirce. / considerações específicas no domínio do direito e da aplicação da justiça.

6. UNITOLEDO – Centro Universitário Toledo

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e do Ensino em Direito.

Ementa: A pesquisa e o ensino jurídico no Brasil: Tendências e produção na área, Concepções de ciência e adoção de métodos de pesquisa. Os métodos como meios possíveis de objetividade do conhecimento. Estratégias e procedimentos relativos à pesquisa e à sistematização de experiências educativas em direito. Estratégias e recursos empregados na aprendizagem, Especificidades do ensino superior. Comunicação em situação de ensino e pesquisa. A Dissertação de mestrado e suas especificidades. Pressupostos e fundamentos da ciência contemporânea e suas diversas abordagens epistemológicas.

Objetivos: Direcionar o aluno na preparação de seu projeto de dissertação, orientando-o quanto aos métodos e técnicas de pesquisa e à redação do trabalho, preparando-o para o acompanhamento por parte do professor orientador. Mais especificamente a disciplina visa selecionar o tema e reduzi-lo dentro dos critérios de originalidade, especificidade e profundidade, compreendendo os conceitos básicos da pesquisa jurídica, sua estrutura e classificação. Estudar os pressupostos e fundamentos da educação e as diversas abordagens do processo de ensino e de aprendizagem; desenvolver habilidades de planejamento e desenvolvimento do processo de ensino, estudando as principais técnicas de ensino e analisando a sua aplicabilidade no ensino do Direito; Discutir os processos e a importância da avaliação no ensino superior..

Bibliografia Básica das Disciplinas

1. ABUD, Maria José Milharezi. Professores do ensino superior. Taubaté: Cabral, 2001.
2. ACKOFF, R. L. Planejamento de pesquisa social. São Paulo: Herder, 1967.
3. AGUILLAR, Fernando I Ierren. Metodologia da ciência do direito. São Paulo: Max Limonad, 1996.

4. ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
5. ANDRADE, M. M. Introdução á metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalho de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.
6. _____. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. São Paulo: Atlas, 1999.
7. ANGELL, R. C; RONALD, F. “Utilização de documentos, arquivos, dados censitários e índices.” In FESTINGER, L.; KATZ, D. A pesquisa na psicologia social. Rio: Fundação Gétulio Vargas, 1962.
8. ARISTÓTELES. Peri hermenéias. In: Complete Works of Aristotle. Oxford Univ. Press.
9. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 14724: Informação e documentação - Apresentação de citações e documentos. Rio de Janeiro, 2005.
10. _____. NBR 6021: Informação e documentação – Publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
11. _____. NBR 6022: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
12. _____. NBR 6024: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
13. _____. NBR 6027: Informação e documentação – Sumário - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
14. _____. NBR 6029: Informação e documentação – Livros e folhetos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
15. _____. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração - Rio de Janeiro, 2002.
16. _____. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

17. ASTI VERA, A. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre: Globo, 1976.
18. BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
19. BARBIER, R. Pesquisa-ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: Zhara, 1985.
20. BARBOSA FILHO, M. Introdução a pesquisa: métodos, técnicas e instrumentos. Rio: Livros Técnicos e Científicos, 1980.
21. BARROS, A de J. P.; SOUZA LEHFELD, N. A de. Projeto de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1994.
22. _____. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
23. BECHER, F. A epistemologia do professor. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993
24. BECKER, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.
25. BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.
26. BLALOCK, H. M. Introdução á pesquisa social. Rio: Zahar, 1973.
27. BOMBASSARO, L. C. Ciência e mudanças conceituais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
28. BOOTH, W. C; Colomb, G. G.; Willians, J.M. A arte de pesquisar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
29. BRANDÃO, C. R. (org). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
30. _____. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
31. BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
32. CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J. C. Delineamentos experimentais e quasi-experimentais de pesquisa. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.

33. CARVALHO, J. M. Métodos de pesquisa descritiva. MILL, J. G. Metodologia da pesquisa. Vitória: PRPPG/UFES, 1983. p. 38-47.
34. CASTRO, C. DE MOURA. A prática de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.
35. _____. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
36. CHIZZOTTI, A Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.
37. _____. Educar para pesquisar. Campinas. Editora Autores Associados, 1996.
38. CONSOLARO, Alberto. O “ser” professor arte e ciência no ensinar e aprender. 3ª ed. Maringá: Dental Press, 2001.
39. CONTANDRIOPOULOS, A-P. Saber preparar uma pesquisa. São Paulo: Hucitec, 1997.
40. CONVERSE, J. M.; PRESSER, S. Survey questions: handicrafting the standardized questionnaire. Applied Social Science Research Methods. Vol. 63 Beverly Hills, CA: Sage, 1986.
41. CORDEIRO, Darcy. Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica. 2. ed. rev. e aument. Goiânia : UCG, 1999.
42. COSTA, A F G da. Guia para elaboração de relatórios de pesquisa - monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e preparo de originais de livro. Rio de Janeiro: UNITEC, 1993.
43. CROSSEN, C. O fundo falso das pesquisas: a ciência das verdades torcidas. Rio de Janeiro: Revan, 1996. 278p.
44. DOXSEY, J. R. Guia para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa científica. Vitória: PPGE/DCSO - UFES, jan. 2002.
45. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.
46. _____. Pesquisa - Princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1990.

47. _____. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.
48. _____. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (org). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
49. D'ONOFRIO, S. Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1998.
50. ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2001.
51. EZPLEETA J ; ROCKWELL E Pesquisa participativa São Paulo: Cortez 1986.
52. FAZENDA, I. C (org) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.
53. _____. Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1992.
54. FERRAZ JÚNIOR, T. S. A ciência do direito. São Paulo: Atlas, 1988
55. FERREIRA SOBRINHO, José Wilson Ferreira. Metodologia do ensino jurídico e avaliação em direito. Porto Alegre: SAFE, 1997.
56. GALIANO, A. G. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Habra, 1985.
57. GAMBOA, S. S. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In. J. C. SANTOS e S. S. GAMBOA, Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.
58. _____. A dialética na pesquisa da educação: elementos em contexto. In I. FAZENDA et al. (org) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.
59. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.
60. GOODE, W. J.; HATT, P.K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1979.
61. GRESSLER, L. A Pesquisa Educacional : importância, modelos, validade, variáveis, hipóteses, amostragem, instrumentos. São Paulo: Loyola, 1989.
62. HIRANO, S. (org) Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: Quieiroz, 1979.

63. HÜHNE, L. M. Metodologia científica. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
64. JESUÍNO, J. C. “O método experimental nas ciências sociais.” In SILVA, A S. e PINTO, J. M. (org.) Metodologia das ciências sociais. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1986: 215-249.
65. JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri: Manole, 2003.
66. KERLINGER, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.
67. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
68. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1986.
69. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico; procedimentos básicos, pesquisa Bibliográfica: projetos e relatórios, publicações científicas. São Paulo: Atlas, 1992.
70. LARENZ, K. Metodologia da ciência do Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
71. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
72. LODI, J. B. Entrevista: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1971.
73. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
74. LÜDKE, M. (coordenadora) O professor e a pesquisa. São Paulo: Papirus, 2001.
75. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
76. LUNA, S. VASCONCELLOS de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996.
77. _____. O falso conflito entre tendências metodológicas. Cadernos de Pesquisa, 66: p. 70-74, 1988.

78. MANN, P. Métodos de investigação social. Rio: Zahar, 1975.
79. MARCANTONIO, A T. (organizador) Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1999.
80. MARCONI, M. A Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.
81. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 1999.
82. MARINHO, P. Pesquisa em ciências humanas. Rio: Vozes, 1980.
83. MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. A Ciência do Direito: Conceito, Objeto, Método. 2. Ed. São Paulo: RENOVAR. 2003.
84. MARTINS, G. A Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 1999.
85. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1999.
86. NOBRE, Marcos et alii. O que é pesquisa em Direito? São Paulo: Quartier Latin, 2005.
87. NOGUEIRA, O. Pesquisa social: introdução a suas técnicas. São Paulo: Nacional, 1978.
88. OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Metodologia Científica aplicada ao Direito. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
89. _____. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997. 344p.
90. PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 1997.
91. POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix/USP, 1975.
92. RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

93. RÚDIO, Franz Vítor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
94. RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1976.
95. SALVADOR, A. D. Métodos da pesquisa Bibliográfica: elaboração e relatório de estudos científicos. Porto Alegre: Sulina, 1971.
96. SCHRADER, A. Introdução à pesquisa social empírica. Porto Alegre: Globo, 1974.
97. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.
98. THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operário. São Paulo: Polis, 1982.
99. _____. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985.
100. TRIPOLDI, T. et. al. Análise da pesquisa social. Rio: Francisco Alves, 1975.
101. TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
102. ZITSCHER, Harriet Christiane. metodologia do ensino jurídico - teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1999.

Bibliografia Complementar:

1. ABREU, Maria Célia de.; MASSETO, Marcos Tarciso. O professor em sala de aula: prática e princípios teóricos. 5. ed. São Paulo: MG Editora Associados, 1985.
2. AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. A crise da advocacia no Brasil. Diagnósticos e perspectivas. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.
3. ALBOU, P. Questionários psicológicos. Rio: Elodourado, 1973.
4. ALVES, D. J. O teste sociométrico: sociogramas. Porto Alegre: Globo, 1974.
5. ANASTASI, A. Testes psicológicos. São Paulo: Herder, 1965.

6. ANDRÉ, M. E. D. A Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papyrus, 1995.
7. ANTUNES, Celso. A avaliação da aprendizagem escolar: fascículo 11. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
8. ANZIEU, D. Os métodos projetivos: contribuições em psicologia, psicanálise e psiquiatria 1. Rio: Ed. Campus, 1979.
9. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo L. de. Ensino jurídico e sociedade. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1989.
10. ATIENZA, M. As Razões do Direito. São Paulo: Landy, 2000
11. BAPTISTELLA FILHO, H.; MAZZON, I. A; GUAGLIARDI, J. A O método de coleta de dados pelo correio: um estudo exploratório. Revista de Administração, (15) pp. 35-43, 1980.
12. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
13. BARQUERO, G. Testes psicométricos e projetivos: medidas psico-educacionais. São Paulo: Loyola, 1974.
14. BARRETO FILHO, Oscar. Novos métodos do ensino do direito. A experiência norte-americana. In Revista Forense, v. 229, p. 382-389, 1970.
15. BARROW, J. Teorias de Tudo. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
16. BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas - uma recuperação de seu passado para reconhecer o futuro. In Ensino Jurídico OAB - 170 anos de Cursos Jurídicos no Brasil. Conselho Federal da OAB, 1. ed. Brasília: OAB, 1997. p. 35-55.
17. _____. O ensino jurídico no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
18. BATISTA, C. G. Observação do comportamento. In PASQUALI, L. (org) Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento. Brasília, DF: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida/Instituto de Psicologia/UnB: INEP, 1996: pp. 263-303.
19. BECKER, Fernando. A epistemologia do professor. Petrópolis: Vozes, 1999.

20. BERBEL, Neusi Aparecida Navas et al. Avaliação da aprendizagem no Ensino Superior: um retrato em cinco dimensões. Londrina: UEL, 2001.
21. BLASI, Paulo Henrique. O ensino do direito público: aspectos metodológicos. Seqüência - Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis: UFSC, 6: 5966., 1992.
22. BOBBIO, N. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: UnB, 1999
23. BOUDON, R. Métodos quantitativos em sociologia. Petrópolis: Vozes, 1971.
24. BUNGE, M. Epistemologia. São Paulo: EDUSP, 1980
25. CANDAU, Vera Maria et alii. A didática em questão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
26. CAPPELLETTI, Mauro. L'educazione del giurista e la riforma dell'università. Milano: Giuffrè, 1974.
27. CARNELUTTI, F. Metodologia do Direito. Campinas: Bookseller, 2000
28. CASTANHO, Sérgio et al (org.). O que há de novo na educação superior. Campinas: Papyrus, 2000.
29. CASTANHO, Sérgio. Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: Papyrus, 2001.
30. CESOP/UNICAMP. Encarte da Revista do CESOP. Tendências. Ano 6 nº 2. Opinião Pública Revista do CESOP. Vol. VI, n2, out. 2000, p. 287-333.
31. CHAMPAGNE, P. Formar a opinião: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.
32. COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1998.
33. CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Ensino Jurídico. Balanço de uma experiência. Brasília: OAB, 2000.
34. CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. OAB. Ensino jurídico: Novas Diretrizes Curriculares. Brasília: AOB, 1996.

35. CRESPO, A A. Estatística. São Paulo: Saraiva, 1993.
36. CUNHA, Maria isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 2000.
37. DANTAS, F.C. San Tiago. Palavras de um professor. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
38. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. Campinas: Papirus Editora, 2000.
39. DURKHEIM, E. El suicídio. Buenos Aires, Ed. Shapive, 1965.
40. _____. As regras do método sociológico. In P. de SALLES OLIVEIRA (org) Metodologia das ciências humanas. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998, p 29-51.
41. FARIA, José Eduardo. A reforma do ensino jurídico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987.
42. FERRAZ JUNIOR, T. S. Conceito de sistema no direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976
43. FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Metodologia do ensino jurídico e avaliação em direito. Porto Alegre: Fabris Editor, 1997.
44. _____. Didática e aula em direito. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.
45. FESTINGER, L.; KATZ, D. A pesquisa na psicologia social. Rio: Fundação Gétulio Vargas, 1962.
46. FOWLER, F. J. Improving Survey questions: design and evaluation. Applied Social Science Research Methods, Vol. 38 Beverly Hills, CA: Sage, 1995.
47. FRANCO, M. L. P. B. O que é análise e conteúdo. São Paulo, PUC/SP, 1986.
48. GANDIN, Danilo e GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis: Vozes, 1999.
49. GIACAGLIA, G. E. O.; ABUD, M. J. M. Desenvolvimento de projetos educacionais na sala de aula. Taubaté; Cabral, 2003.

50. GIL, Antonio C. Metodologia do Ensino Superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
51. _____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
52. GILSON, Q. La lógica de la investigación social. Madrid: Tecnos, 1974
53. GONÇALVES, Romanda. Didática geral. Rio de Janeiro: Biblioteca Pedagógica Freitas Bastos, 1985.
54. GUERRA FILHO, W. S. Autopoiese do direito na sociedade pós-moderna. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997
55. HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
56. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Rio: Vozes, 1987.
57. JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Faculdades de direito ou fábrica de ilusões?. Rio de Janeiro: Letras Capital Editora, 1999.
58. KATZER, J.; COOK, K. H.; CROUCH, W. W. Evaluating information: a guide for users of social science research. New York: McGraw-Hill, 1998.
59. KLUCKHOHN, F. O método da observação participante no estudo das pequenas comunidades. Sociologia. São Paulo, 8 (2): 103-18, abr./jun. 1946.
60. LAMY FILHO, Alfredo. A crise do ensino jurídico e a experiência do CEPED. In A Reforma do Ensino Jurídico. Cadernos da PUC-RJ nº 3/4), 1974.
61. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artemed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
62. LEVIN, J. Estatística aplicada a ciências humanas. São Paulo: Harba, 1985.
63. LONG, E. E. N. A observação sociológica. Rio: Zahar, 1976.

64. MEDEIROS, J. B. et. al. Manual de redação e revisão. São Paulo: 1995.
65. MELLO FILHO, Álvaro. Metodologia do ensino jurídico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
66. MELO FILHO, Álvaro. Inovações no ensino jurídico e no exame de ordem. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
67. MILONE, G.; ANGELINI, F. Estatística geral: amostragem, distribuições amostrais, decisão estatística. Vol 2. São Paulo: Atlas, 1991.
68. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
69. MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
70. MUCCHIELLI R. O questionário na pesquisa psicossocial. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
71. NALINI, José Renato (Org.). Formação Jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
72. NÉRICI, Imídeo G. Metodologia do Ensino. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
73. _____. Didática do ensino superior. São Paulo: IBRASA, 1993.
74. NIE, N. H. et alli. SPSS: statistical package for social sciences. New York: McGraw-Hill, 1977.
75. OAB, 170 anos dos cursos jurídicos no Brasil. Brasília, DF: OAB, Conselho Federal, 1997.
76. OAB. Análise Crítica. In Revista da OAB-RJ nº 16. Rio de Janeiro, 1981.
77. OAB Ensino Jurídico: diagnósticos, perspectivas e propostas. Brasília: OAB, 1992.
78. _____. Ensino jurídico: novas diretrizes curriculares. Brasília: OAB, 1996.
79. _____. Ensino jurídico: Parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: OAB, 1996.
80. _____. Balanço de uma experiência. Brasília, DF: OAB, Conselho Federal, 2000.

81. OAB. Ensino Jurídico. Formação Jurídica e Inserção profissional. Brasília, DF: OAB, Conselho federal, 2003.
82. OAB Recomenda 2003. Em defesa do ensino jurídico. Brasília, DF: OAB, Conselho Federal, 2004.
83. OAB Recomenda. Um retrato dos cursos jurídicos. Brasília, DF: OAB, Conselho Federal, 2001.
84. OLIVEIRA, André Macedo de. Ensino Jurídico. Diálogo entre teoria e prática. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2004.
85. OLIVEIRA, P. de SALLES (org.) Metodologia das ciências humanas. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.
86. PASQUALI, L. (org.) Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento. Brasília, DF: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida/Instituto de Psicologia/UnB: INEP, 1996. 432p.
87. PEREIRA, C. A A. O diferencial semântica: uma técnica de medida nas ciências humanas e sociais. São Paulo: Ática, 1986.
88. PHILLIPS, B. S. Pesquisa social: estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Agir, 1974, 460p.
89. PIERSON, K. Teoria e pesquisa em sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
90. RICHARDSON, R. J. et all. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.
91. RODRIGUES, A. A pesquisa experimental em psicologia e em educação. Petrópolis: Vozes, 1975.
92. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
93. _____. Pensando o Ensino do Direito no Século XXI. Florianópolis: Boiteux, 2005.
94. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

95. ROSAS, Roberto. A reforma do currículo de direito: benefícios e malefícios. In *Revista de Informações Legislativas* v. 35, ano IX, p. 382 et seq., 1972.
96. ROSENBERG, M. A lógica da análise do levantamento de dados. São Paulo: Cultix/USP, 1976.
97. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
98. _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
99. SANTOS, J. C.; GAMBOA, S. S. (org.) *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
100. SILVA, A. S.; PINTO, J. M (org.) *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1986.
101. SILVA, N. do Valle. *Introdução à análise de dados qualitativos*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
102. SLIWANY, R. M. *Sociometria: como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1997.
103. SPSS INC. *SPSS - SPSS advanced statistics 7.5* Chicago: SPSS Inc., 1997.
104. TRUJILLO FERRARI, A. *Metodologia e técnicas de pesquisa social. Vol III*, Campinas, IPPACC, 1070.
105. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Biblioteca Central. Normatização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES*. Vitória: A Biblioteca, 1996.
106. VALA, J. “A análise de conteúdo” In SILVA, A. S.; PINTO, J.M. (org.) *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1986: 101-128.
107. VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho. *A formação do professor do ensino superior. 2. ed.* São Paulo: Pioneira, 2000.

108. VEIGA, Ilma et all (org.). Pedagogia universitária. A aula em foco. Campinas: Papyrus, 2000.
109. VEIGA, Ilma Passos Alencastro et al. Técnicas de ensino: por que não?. São Paulo: Papyrus, 1999.
110. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Análise histórica do ensino jurídico no Brasil. In Encontros da UNB - Ensino Jurídico. Brasília: Editora da UNB, 1978-1979.
111. WARAT, Luiz Alberto. Ensino e saber jurídico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
112. WEREBE, Maria José Garcia. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Ática, 1997.
113. WILSON SOBRINHO, José. Pesquisa em direito e redação de monografia jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1997.

Lista de Ementas da Disciplina “Hermenêutica”

Universidades Federais

1. UFBA – Universidade Federal da Bahia / BA

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Teorias sobre a interpretação. Hermenêutica metodológica. Hermenêutica filosófica. Hermenêutica crítica. Linguagem e interpretação. Interpretação e argumentação. Interpretação e metodologia do direito. Verdade e interpretação.

2. UNB – Universidade de Brasília / DF

Disciplina: Hermenêutica e Filosofia.

Ementa: Relação entre hermenêutica e filosofia. Investigação das perspectivas da hermenêutica no contexto mas amplo da discussão entre a Modernidade e a Pós-modernidade.

3. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: Hermenêutica Jurídica e Aplicação no Direito.

Ementa: Principais escolas hermenêuticas. Especificidades e conceito da

hermenêutica jurídica. Modos de produção do Direito. Hermenêutica e construção do Direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do direito no tempo e direito intertemporal: garantias do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada. Aplicação do Direito no espaço: direito nacional, direito da integração e direito internacional.

4. UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Disciplina: Hermenêutica Constitucional.

Ementa: Fundamentos da hermenêutica constitucional. Compreensão e aplicabilidade das normas constitucionais. Sentido e alcance dos princípios constitucionais. Crise do Estado e do Direito e seu reflexo na hermenêutica constitucional.

5. UFC – Universidade Federal do Ceará

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: O Problema Hermenêutico. Estruturas básicas da Compreensão. Principais Teóricos da Hermenêutica. Interpretação e aplicação do Direito.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Teoria da Interpretação, em todos os campos da investigação jurídica. Hermenêutica jurídica, reflexão sobre os métodos, as espécies, os efeitos e problemas atuais atinentes à interpretação no âmbito do ordenamento jurídico.

Disciplina: Hermenêutica no Direito Processual.

Ementa: Aplicação da lei processual no tempo e no espaço; conflito de leis; a interpretação constitucional; interação entre os vários ramos do direito processual.

Disciplina: Epistemologia das Ciências Sociais.

Ementa: Breve retrospectiva histórica; o neopositivismo lógico (Neurath, Carnap, Schlick); o racionalismo crítico (Popper); a sociologia do conhecimento (Mannheim); a análise lingüística (Wittgenstein e Ryle). As principais correntes epistemológicas contemporâneas; os relativismos de Kuhn e Feyerabend; as

desconstruções de Derrida e Foucault; os realismos de Putnam e Bhaskar; o pragmatismo hermenêutico de Habermas e Rorty. A alternativa pós-kantiana; Beck, Buchdahl e Allison. O problema do individualismo metodológico; entidades e propriedades sociais; reducionismo psicológico.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Conhecimento, Interpretação e Hermenêutica. Definição, âmbito e significado da hermenêutica. A hermenêutica romântica e a hermenêutica histórica. As principais Escolas da hermenêutica jurídica. Positivismo jurídico e hermenêutica. O giro hermenêutico, os paradigmas e a discussão sobre o método jurídico. A aplicação e a valorização do modelo da hermenêutica jurídica. A hermenêutica crítica e a teoria da argumentação.

Disciplina: Tópicos em Teoria do Método Jurídico: Hermenêutica Filosófica.

Ementa: Hermenêutica versus metódica jurídica. O giro hermenêutico-filosófico e sua repercussão no Direito. A compreensão no Direito

2. PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Conceito de hermenêutica. Hermenêutica filosófica. Hermenêutica jurídica. Linguagem e direito. Das leis que prescrevem regras de interpretação. Processos e métodos de interpretação. As lacunas do direito e o problema da discricionariedade judicial. Interpretação e aplicação do Direito nas sociedades contemporâneas.

3. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Hermenêutica Jurídica Contemporânea.

Ementa: 1. Hermenêutica Jurídica e o conceito de Direito como sistema (posição contemporânea); 2. Interpretação (Princípios hermenêuticos) de normas, princípios e valores nos vários ramos, notadamente no Direito Constitucional, no Direito Administrativo e no Direito Processual; 3. A lógica da interpretação jurídica; 4. Exame de textos clássicos de hermenêutica jurídica; 5. A Hermenêutica

no Direito Comparado; 6. A Hermenêutica na Jurisprudência, notadamente do Supremo Tribunal Federal: exames de casos; 7. A doutrina das fontes e as principais correntes de hermenêutica jurídica; 8. O tema das lacunas jurídicas: várias escolas e posicionamento atual; 9. O tema das antinomias jurídicas: várias escolas e posicionamento atual; 10. Hermenêutica, Ciência e Crítica: a disciplina e sua importância na realização da dissertação de Mestrado.

4. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: O estudo da hermenêutica a partir de sua evolução histórica. Filosofia e linguagem. Os princípios epocais. As metafísicas. O linguistic turn e sua recepção pelo Direito. A interpretação do Direito.

5. UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

Disciplina: Sistemática e Hermenêutica Processual.

Ementa: Posição da Ciência Jurídica no quadro Epistemológico moderno. Estrutura das Revoluções Científicas. Sintomas das crises do direito teórico e prático. O novo paradigma da Ciência Contemporânea. A Ciência Jurídica como Ciência da Compreensão: O significado de “mundo jurídico”. O método dialético-hermenêutico: aplicação do Círculo Hermenêutico ao texto legal. Do texto legal à decisão: interpretação da norma jurídica. Historicidade do direito processual na tradição ocidental: A Jurisdição moderna e pós-moderna. As significações do direito processual moderno. Possibilidades significativas do direito processual pós-moderno. Pensamento sistemático e processo judicial: conceito de sistema e direito processual. As dimensões, normativa, política e teleológica no processo judicial. litígio e conflito social moderno. A tutela judicial dos interesses sociais: Litígio coletivo: a tutela judicial do conflito social moderno. O poder social econômico e a tutela judicial dos interesses coletivos: do dissídio coletivo trabalhista à ação coletiva consumerista. A relação tributária como geradora de conflitos coletivos. 5. A jurisdição na pós-modernidade: Relativização da soberania frente os direitos fundamentais. Direito de Ação: coletivismo e individualismo.

Universidades e Faculdades Particulares

1. UGF – Universidade Gama Filho

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer; o direito como interpretação e como integridade conforme Ronald Dworkin, e as origens do pragmatismo jurídico em John Dewey. Análise crítica de decisões do Supremo Tribunal Federal.

2. UNIFOR – Universidade de Fortaleza

Disciplina: Hermenêutica Constitucional.

Ementa: 1. Hermenêutica e Interpretação; 2. Hermenêutica Filosófica; 3. Hermenêutica Jurídica; 4. Hermenêutica Constitucional e Interpretação da Constituição, 5. Constituição e supremacia da constituição; 6. Estrutura das normas Constitucionais; 7. Princípios da Interpretação Constitucional; 8. Métodos de interpretação Constitucional; 9. Cortes Constitucionais, Controle da Constitucionalidade; 10. Interpretação das normas e direitos fundamentais.

3. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Hermenêutica Constitucional.

Ementa: A interpretação das normas constitucionais na passagem da clássica-metafísica para a nova hermenêutica. Os modelos tradicionais de interpretação face à tópica jurisprudencial. Dos modelos sintático e semântico ao modelo pragmático de aplicação do Direito. Interpretação principiológica da Constituição: operatividade dos princípios constitucionais.

4. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: 1. Introdução ao curso: a inclusão da disciplina Hermenêutica Jurídica nos currículos das Faculdades de Direito. Objetivos do curso; 2. Conhecimento, Interpretação e Hermenêutica. Definição, âmbito e significado da hermenêutica. As modificações semânticas do termo hermenêutica: acepções antiga e moderna; 3. O aparecimento da hermenêutica clássica. A origem da hermenêutica. A hermenêutica romântica e a hermenêutica histórica; 4. Grandes teóricos da

hermenêutica: o pensamento de Santo Agostinho, Hegel, Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer e Betti. A hermenêutica como ontologia especulativa e hermenêutica como ontologia fenomenológica. As correntes da hermenêutica crítica; 5. O acesso hermenêutico ao Direito. As principais Escolas da hermenêutica jurídica. As teorias clássicas da interpretação jurídica. A normatização da interpretação. O “giro hermenêutico” e a discussão sobre o método jurídico; 6. A teoria kelseniana da interpretação do Direito; a teoria da interpretação de Hart: o positivismo encontra a hermenêutica; 7. Hermenêutica e jurisprudência: o sentido da recepção. A radicalização da questão hermenêutica. A tematização da linguagem e o sentido dos paradigmas; 8. O exemplo modelar da hermenêutica jurídica: valorização do momento da applicatio. O texto jurídico e suas especificidades. O direito como obra aberta. A estrutura problemática do pensamento jurídico. Pré-compreensão e direito judicial; 9. Hermenêutica instrumental: Cânones interpretativos fundamentais no direito. Aplicação ou integração do direito. Meios especiais de interpretação do direito. Há métodos específicos de interpretação em cada área autônoma da Ciência do Direito?; 10. A hermenêutica crítica e a teoria da argumentação: a) O pensamento de Robert Alexy; b) O pensamento de Klaus Günther; 11. O método concretista na interpretação constitucional: Friedrich Muller; 12. Análise de jurisprudência.

5. UNAMA – Universidade da Amazônia

Disciplina: Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Caracterização, divisão, funções, relação com a Filosofia. O Direito e suas concepções. Teoria da norma jurídica. Fontes do Direito objetivo. Fonte formal imediata do Direito brasileiro. Conceito de Direito e sistemas normativos. Conceitos Jurídicos Fundamentais: existência, validade, vigência e eficiência. Moral e Direito. Fato Jurídico. Ilícito e sanção. Delito. Dever jurídico sujeito de direito. Responsabilidade jurídica. Direito objetivo e subjetivo. Objeto da relação jurídica. Pluralismo jurídico e modernidade. Competência. Imputabilidade. Pessoa física e pessoa jurídica. Hierarquia e eficácia das normas jurídicas. Ordem jurídica e poder. Interpretação da lei. Hermenêutica jurídica. Procedimentos de interpretação e interpretação dogmática do Direito. A lógica do razoável e a

interpretação linguística do Direito. A integração e aplicação do Direito. O Judiciário e os conflitos sociais. A finalidade do Direito: Justiça Social. O uso alternativo do Direito.

6. UCAM – Universidade Cândido Mendes

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Da natureza da norma jurídica; Fundamentos da hermenêutica jurídica; A técnica jurídica dos romanos e dos juristas medievais; O direito natural; O positivismo jurídico do séc. XIX; A escola histórica alemã; O normativismo jurídico de Kelsen; O culturalismo jurídico; Os processos de interpretação da lei; Direito e linguagem; O ordenamento jurídico como sistema de normas: o processo lógico-sistemático; A factualidade do direito: o processo histórico-evolutivo; A finalidade do direito: o processo teleológico; a integração normativa; A completude do ordenamento jurídico; A analogia jurídica; O costume e a função da história no direito; A função dos princípios de direito no ordenamento jurídico; A aplicação temporal do direito; A correlação entre a norma jurídica e o fato; Concepções Argumentativas sobre a interpretação da norma; “Teoria da Argumentação”; A “Tópica Jurídica”.

7. UCS – Universidade de Caxias do Sul

Disciplina: Hermenêutica Jurídica Avançada.

Ementa: Teoria do Direito e Hermenêutica. A Lingüística de Saussure. Hermenêutica Analítica. Hermenêutica Pragmática. A Teoria da Argumentação em Alexy, Luhmann e Klaus Gunther.

8. UNIPAR – Universidade Paranaense

Disciplina: Hermenêutica Crítica.

Ementa: Pós-Modernidade. Fenomenologia Jurídica. Interpretação: Epistemologia e Prospectiva Pós-Moderna.

Conteúdo Programático: 1. A crise do Direito na Pós-modernidade. 2. A concepção positivista do Direito. 3. Espaço lógico da hermenêutica jurídica. 4. A dimensão epistemológica da interpretação jurídica. 5. Fenomenologia da interpretação jurídica.

6. Prospectiva de uma hermenêutica jurídica pós-moderna. 7. Hermenêutica Jurídica e Teoria Crítica.

9. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

Disciplina: Hermenêutica Constitucional.

Ementa: 1. Hermenêutica: modelos e fundamentos; 2. Métodos de interpretação jurídica; 3. Métodos clássicos de interpretação constitucional; 4. Métodos de interpretação constitucional da nova hermenêutica; 5. Os sujeitos da interpretação constitucional; 6. Interpretação da norma constitucional: consolidação dos valores constitucionais.

Centros Universitários

1. CEUMAR – Centro Universitário de Maringá

Disciplina: Teoria da Justiça e Hermenêutica Constitucional.

Ementa: A teoria da justiça e sua evolução histórica, quanto ao conceito e seu objeto. O pensamento aristotélico-tomista. O cristianismo e noção do bem comum. O racionalismo moderno e o conceito de Justiça. O posicionamento da fundamentação utilitária. A hermenêutica principiológica no constitucionalismo contemporâneo: a teoria dos princípios e sua operatividade (interpretação, validade e eficácia dos princípios constitucionais segundo Aléxy e Dworkin). A superação da velha hermenêutica pela nova hermenêutica (do modelo positivista tradicional ao modelo pragmático-formal); as teorias da justiça no contexto da nova hermenêutica (Rawls, Höffe, Kolm); as relações entre Direito, Moral e Política (Habermas, Dworkin, Aléxy e Günther). O acesso à justiça estatal no estado democrático do direito. A idéia de justiça como valor universal da humanidade e a proteção dos direitos fundamentais.

2. UNITOLEDO – Centro Universitário Toledo

Disciplina: Hermenêutica Jurídica.

Ementa: Introdução ao estudo da Hermenêutica. Conceito. Espécies e Escolas de Interpretação. Interpretação no sentido tradicional e no sentido atual. O ato de interpretar como ato cognitivo ou ato volitivo. Tipos de interpretação. Efeitos da interpretação. Interpretação e Aplicação. Interpretação literal, lógica, histórico-evolutiva, teleológica e sistemática. Os subjetivistas e os objetivistas na teoria

da interpretação. Escolas da exegese, histórica, da livre investigação científica, do Direito livre, do Direito justo, a jurisprudência dos interesses. A jurisprudência sociológica. A interpretação na teoria pura do Direito. A tópica jurídica. Interpretação do Direito Constitucional e dos demais ramos do Direito. Hermenêutica Jurídica e Democracia.

Bibliografia Básica da disciplina “Hermenêutica”

1. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
2. AFONSO DA SILVA, José. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2007.
3. AGUIAR, Roberto A. R. de. O imaginário dos juristas. *Rev. de Direito Alternativo*, São Paulo, Acadêmica, (2):18-27, 1993.
4. ALVIM, Angélica Arruda. Princípios constitucionais do processo, in: *Revista de processo*, vol. 74. São Paulo: RT, 1994. p. 20-39.
5. ALVIM NETTO, José Manoel Arruda. Dogmática jurídica e o novo código de processo civil, in: *Revista de processo*, vol. 1. São Paulo: RT, 1976. p. 85-133.
6. AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Período Clássico da Hermenêutica Filosófica na Alemanha*, São Paulo, EDUSP-FAPESP, 1994.
7. AMORIM, Edgar Carlos de. *O juiz e a aplicação das leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
8. ANDRADE, Cristiano José de. *O Problema dos Métodos da Interpretação Jurídica*, Ed. *Revista dos Tribunais*.
9. _____. *Hermenêutica jurídica no Brasil*. São Paulo: *Rev. Tribunais*, 1991.
10. APEL, K. O. Das Verstehen (eine Problem-Geschichte als Begriffsgeschichte), *Archiv für Begriffsgeschichte*, 1. (Bonn, 1955), pág. 142-199.

11. ARAÚJO, Vandyck Nóbrega de. Idéia de sistema e de ordenamento no Direito. Porto Alegre: Fabris, 1986.
12. ARISTÓTELES Ética a Nicômaco. Coleção “Os Pensadores”, Ed. Abril.
13. ARRUDA JR., Edmundo Lima de; GONÇALVES, Marcus Fabiano. Fundamentação ética e hermenêutica: alternativas para o Direito. Florianópolis: CESUSC, 2002.
14. ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. São Paulo: Malheiros, 2003.
15. AZEVEDO, Plauto Faraco de. Aplicação do Direito e Contexto Social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000..
16. _____. Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1989.
17. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Regras de Experiência e Conceitos Juridicamente Indeterminados”, in Temas de Direito Processual: Segunda Série. 2ª edição. São Paulo: Saraiva. 1988, p. 61/72.
18. BARCELONA, Pietro. Isogetti e le Norme. Giuffrè - Milano.
19. _____. Diritto Privato e Società Moderna. Jovene Ed. - Napoli.
20. BARKER, Ernest Teoria Política Grega. Ed. Universidade de Brasília, 1978.
21. BARROS, Wellington Pacheco. A interpretação sociológica do Direito. Porto Alegre: Liv. Advogado, 1995.
22. BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 6ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.
23. BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e interpretação constitucional. 3ª ed. rev. amp. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.
24. _____. As modernas formas de interpretação constitucional. Jus Navigandi, Teresina, ano 03, nº 27, Dezembro/1998. Disponível em <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=89>>. Acesso em 08/11/2002.
25. BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil promulgada em 05.10.1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

26. BETTI, Emílio - Die Hermeneutik als allgemeine Methode der Geisteswissenschaften, Tubinga, 1962.
27. _____. Allgemeine Auslegungslehre als Methodik der Geisteswissenschaften. Tubinga, 1967, pág. 49-95.
28. _____. Teoria Generale della Interpretazione, Vol. II, Giuffrè Editore.
29. BIN, Roberto. Diritti e Argomenti. Giuffrè Ed. - Milano.
30. BIUTAU, José Luiz. A Jurisprudência como fonte do Direito. Ajuris.
31. BLEICHER, Josef. Hermenêutica Contemporânea, Lisboa, Edições 70 (O Saber da Filosofia), 1992.
32. BOBBIO, Norberto. A teoria do ordenamento jurídico. Brasília: UNB, 1997.
33. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. Malheiros, 1993.
34. BONNECASE, J. L'école de l'exégèse en droit civil, Paris, 1924.
35. BRUM, Nilo Bairros de. Requisitos retóricos da sentença penal. São Paulo: Rev. Tribunais, 1980.
36. BUENO, Cássio Scarpinella. Direito, interpretação e norma jurídica: uma aproximação musical do direito, in: Revista de processo, vol. 111. São Paulo: RT, 2003. p. 223-242.
37. BULOS, Nadi Lammego. Manual de Interpretação Constitucional, Ed. Saraiva.
38. BULOS, Uadi Lammêgo. Alterações informais na constituição, in: Revista do advogado, nº 73. São Paulo: AASP, 2003. p. 199-204.
39. BUN, Roberto. Diritti e Argomenti, Giuffrè Editore.
40. CALAMANDREI, Piero. Eles, os juizes, vistos por um advogado. trad. por Eduardo Brandão. 1ª ed. 5ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
41. CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e Argumentação: uma contribuição ao estudo do Direito. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Renovar, 2003, pág. 139/140.
42. CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação. Renovar.

43. CANARIS, Claus-Wilhelm. O Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito (trad. A Menezes Cordeiro), Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.
44. CANOTILHO, J.J. Gomes. Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. Coimbra, Coimbra Editora, 1994.
45. _____. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra, Almedina, 2000.
46. CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional, Almedina.
47. CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores?. 2. ed.. Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Fabris, 1999.
48. CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Porto Alegre : Sérgio Fabris Editor, 1988.
49. CARDOZO, José Eduardo Martins. Da retroatividade da lei. São Paulo: Rev. Tribunais, 1995.
50. CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Desconsideração da Coisa Julgada. Sentença Inconstitucional, Rio de Janeiro: Revista Forense, Volume 384,2006.
51. CARRIÓ, Gernaro R. Notas sobre Derecho y Leuguaje, Abeledo- Perrot.
52. _____. Derecho, Filosofía y Lenguage. Homenage a Ambrosio L CHIERCHIA, Pretro Merola. L'Interpretazione Sistemática della Costituzione, Cedam.
53. CARVALHO, Amílton Bueno de (org.). Direito alternativo na jurisprudência. São Paulo: Acadêmica, 1993.
54. CASTRO, Carlos Roberto Sigueira. A constituição aberta e os direitos fundamentais. Rio de Janeiro, Forense, 2003.
55. CHONISKY, Noam. Linguagem e Pensamento. Ed. Vozes - Petropolis - Rio de Janeiro.
56. CHUEIRI, Vera Karam de. Filosofia do Direito e Modernidade. Dworkin e a possibilidade de um discurso instituinte de direitos. Curitiba: JM Editora, 1995.

57. CHUEIRI, Vera Karam de. “A dimensão jurídico-ética da razão: o liberalismo jurídico de Dworkin”. Paradoxos da auto-observação: percursos da teoria jurídica contemporânea. Curitiba: JM Editora, 1997.
58. CITTADINO, Gisele. Pluralismo, direito e justiça distributiva. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
59. COELHO, Luiz Fernando. Lógica jurídica e interpretação das leis. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
60. COPI, Irving M. Introdução à lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
61. CORETH, Emerich. Questões Fundamentais de Hermenêutica, _São Paulo, EPU-Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
62. COSTA, Elcias Ferreira da. Analogia jurídica e decisão judicial. Porto Alegre: Fabris, 1987.
63. COELHO, Fábio Ulhoa. Roteiro de Lógica Jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1997.
64. _____. Direito e Poder. Saraiva - Rio de Janeiro.
65. COELHO, Luís Fernando. Teoria Crítica do Direito. Sergio Fabris - Porto Alegre.
66. CORETH, Emerich. Questões fundamentais de hermenêutica. São Paulo: Edusp, 1973.
67. COUTURE, Eduardo J. Interpretação das leis processuais. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
68. CUNHA, Sérgio Sérulo da. O efeito vinculante e os poderes do juiz. São Paulo: Saraiva, 1999.
69. DILTHEY, Wilhelm. Introduccion a las ciencias del Espíritu, México Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, 1949.
70. DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 10ª ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2002.
71. _____. Fundamentos de Direito Processual Civil. São Paulo: Ed. Malheiros, 2001.
72. _____. A Nova Era do Processo Civil, São Paulo: Malheiros, 2003.

73. DINIZ, Márcio Augusto Vasconcelos. Constituição e hermenêutica constitucional. Mandamentos.
74. DINIZ, Maria Helena. Conflito de normas. São Paulo: Saraiva, 1987.
75. _____. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 1988.
76. _____. As lacunas do Direito. São Paulo: Saraiva, 1989.
77. _____. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro interpretada. São Paulo Saraiva, 1994.
78. ECHAVE, Délia Teresa, Maria Eugênia Urquijo e Ricardo A Guiboueg. Lógica, Proposição y Norma. Buenos Aires: Ed. Astrea.
79. _____. O Conceito de norma jurídica como problema de essência. São Paulo: Saraiva.
80. ECO, Umberto. Tratado Geral de Semiótica. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
81. ECO, Umberto (1995) [1977] Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença.
82. ELIAS, Norbert (1999) [1970] Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70.
83. ENTERRÍA, Eduardo Garcia de. La Constitucion como norma y el tribunal constitucional. 3ª ed. Madrid: Editorial Civitas, 1994.
84. ERNILDO, Stein. Seminário sobre a verdade: lições preliminares sobre o parágrafo 44 de Sein und Zeit, Petrópolis, RJ, Vozes, 1993.
85. ESSER, Josef. Principio e Norma en la Elaboracion Jurisprudencial del Derecho Privado.
86. ENGISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico, Fundação Calouste Gulbekiau.
87. _____. Pensamento Sistemático e Conceito do Sistema na Ciência do Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
88. FALCÃO, Raimundo Bezerra. Hermenêutica. São Paulo: Malheiros, 1997.

89. FERRARA, F. Interpretação e aplicação das leis. Ed. Líder.
90. FERRAZ, Anna Candida da Cunha. Processos informais de mudança da Constituição. São Paulo: Max Limonad, 1986.
91. FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Direito, Retórica e Comunicação: subsídios para uma prgmática do discurso jurídico. São Paulo: Saraiva, 1997.
92. _____. Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1995.
93. _____. A ciência do Direito. São Paulo: Atlas S. A., 1995.
94. FERREIRA MAGALHÃES, Maria da Conceição. A Hermenêutica Jurídica, Rio de Janeiro, Forense, 1989.
95. FILHO, Willis Santiago Guerra. Introdução a Filosofia e a Epistemologia Jurídica. Li. Do Advogado ed. - Porto Alegre.
96. _____. Autopoiese do Direito na Sociedade Pós- moderna. [S.l.: s.n.], s.d.
97. FLÓRIDO, Luís Augusto. Hermenêutica Jurídica. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1993.
98. FRANÇA, R. Limongi. Hermenêutica Jurídica,. São Paulo: Saraiva.
99. FREITAS, Juarez. A interpretação sistemática do Direito. São Paulo: Malheiros, 1995.
100. GADAMER, Hans Georg. Verdade e método. Petrópolis: Vozes, 1998.
101. GADAMER, Hans-Georg. El Problema de la conciencia historica, Madrid, Editorial Tecnos, 1993.
102. GARCIE, Enrique Afonso. La Interpretacion de la Constitucion, Centro de Estudos Constitucionales - Madrid.
103. GIL, Antonio Hernandez. Metodologia de la Ciécia del Derecho. Vol. III - Madrid.
104. GÓMEZ, Astrid & BRUERA, Olga María. Analisis del language jurídico. Buenos Aires: Belgrano, 1984.

105. GOMES CANOTILHO, José Joaquim. Constituição dirigente e vinculação do legislador. Coimbra, Coimbra editora, 1982.
106. GOMES CANOTILHO, José Joaquim.- Direito Constitucional. Coimbra, Almedina, 1992.
107. GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação / aplicação do direito. São Paulo: Malheiros, 2002.
108. GRAU, Eros Roberto, GUERRA FILHO, Willis Santiago. Direito constitucional – estudos em homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
109. GRAU, Eros Roberto, CUNHA, Sérgio Sérvulo da (Coords.). Estudos de direito constitucional em homenagem à José Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros Editores, 2003.
110. GRAU, Eros Roberto. Direito, Conceito e Normas Jurídicas, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
111. GRAU, Eros. La doppia destrutturazione del Diritto. Una teoria brasiliana sull'interpretazione. Milano, Edizioni Unicopli, 1996.
112. GRINOVER, Ada Pellegrini. O processo em evolução. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1996.
113. GRONDIM, Jean. Introdução à hermenêutica filosófica. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
114. GUERRA FILHO, Willis Santiago. A autopoiese do Direito na sociedade pós-moderna. Porto Alegre: Liv. Advogado, 1997.
115. GUIBOURG, Ricardo A. et al. Introducción al conocimiento jurídico. Buenos Aires: Astrea, 1984. 2 v.
116. GÜNTHER, Klaus. The sense of appropriateness. State University of New York Press.
117. HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. Porto Alegre: Fabris, 1997.
118. HABERMAS, Jürgen. Dialética e Hermenêutica, Porto Alegre, LPM, 1987.

119. HABERMAS, Jürgen - Consciência moral e agir comunicativo, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
120. HABERMAS, Jürgen - Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos, Madrid, Ediciones Cátedra, S.A, 1994.
121. HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1998.
122. HALL, Jerome. Razon y Realidad en el Derecho, Depalma.
123. HART, H.L.A. The concept of law. Oxford: Clarendon Press, 1975.
124. _____. O conceito de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
125. HECH, Phillip. O Problema da Creacion del Derecho, Ediciones Anel.
126. HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo (Parte 1 e 11), Petrópolis: Vozes, 1988.
127. _____. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 1989.
128. _____. Que é metafísica? São Paulo: Nova Cultural, 1989.
129. _____. Identidade e diferença. In: _____. Conferências e escritos filosóficos. São Paulo: Nova Cultural, 1979.
130. HEKMAN, SUSAN, J. Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento, Lisboa, Edições 70 (O Saber da Filosofia), 1986.
131. HERKENHOFF, João Baptista. Como aplicar o Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
132. _____. Direito e utopia. São Paulo: Acadêmica, 1990.
133. HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.
134. HUFNAGEL, Erwin. Einführung in die Hermeneutik, Stuttgart (Berlin, Köln, Mainz), Verlag W. Kohlhammer GmbH, 1976.
135. INGRAM, David. Habermas e a dialética da razão, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

136. JACOB, André. Introdução à Filosofia da Linguagem. Res-Editora, Porto - Portugal.
137. JAPIASSU, Hilton. Questões Epistemológicas, Rio de Janeiro, Imago, 1981.
138. JÚNIOR, José Alcebíades de Oliveira (Coord.). O Poder das Metáforas: Homenagem aos 35 anos de docência de Luís Alberto Warat. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.
139. KAUIJAIM, Arnun. Teoria de Norma Jurídica. Editora Rio.
140. KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas, Sérgio Antônio Fabris Editor.
141. KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Coimbra: Armênio Amado, 1979.
142. _____. O que é Justiça? Martins Fontes - São Paulo.
143. _____. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes.
144. KENNEDY, Duncan. A Critique of Adjudication. Harvard University Press, Cambridge, 1998.
145. KOZICKI, Katya. O positivismo jurídico de Hart e a perspectiva hermenêutica do direito. In: ROCHA, Leonel Severo (org.). Paradoxos da auto-observação. Percursos da teoria jurídica contemporânea. Curitiba: JM Editora, 1997, p. 127-149.
146. KUCHMMAIR, J. H. - E Wolf. Il Valore scientifico della Giurisprudenza, Giuffrè.
147. LACERDA, Galeno. O novo Direito Processual Civil e os feitos pendentes. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
148. LAMEGO, José. Hermenêutica e jurisprudência. Lisboa: Fragmentos, 1990.
149. LARENZ, Karl. Derecho justo: fundamentos de ética jurídica. Madrid: Civitas, 1993.

150. LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Trad. José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
151. LÉBRUN, Gérard O que é Poder. Ed. Brasiliense, Coleção “Primeiros Passos”.
152. LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito e transformação social. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
153. LOPES, Monica Sette. A Equidade e os Poderes do Juiz, Ed. Lewarana Del Rey.
154. LUHINANN, Niklas. Legitimação pelo Procedimento. Ed. Universidade de Brasília - Brasília.
155. MACPHERSON, C. B. A Teoria Política do Individualismo Possessivo. De Hobbes a Locke. Ed. Paz e Terra, 1979.
156. MAGALHÃES, Maria da Conceição Ferreira. A hermenêutica jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
157. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Divergência jurisprudencial e súmula vinculante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
158. MANNHEIM, Karl. Ideologia de Utopia. Ed. Globo. Rio de Janeiro . Porto Alegre. São Paulo.
159. MARÍAS, Julian. Introdução à Filosofia. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960.
160. MARINI, Guiliano. Frederich Carl Von Savigny. Guida Editori – Napoli, 1978.
161. MARINONI, Luiz Guilherme. A Jurisdição no Estado Contemporâneo, in: Estudos de Direito Processual Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, pp. 13/66.
162. MARLÉ, René. Le Problème théologique de l’herméneutique, Paris, Editions de l’orante, 1968.
163. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 19ª ed. 5ª tir. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

164. MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1998.
165. MENDONÇA, Maria Luiza Vianna Pessoa de. O princípio constitucional da irretroatividade da lei. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
166. MEYER, Michel. Lógica, Linguagem e Argumentação, Ed. Teorema.
167. MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional. Tomo IV, Coimbra, Coimbra Editores, 1988.
168. MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
169. MORIN, Edgar (s.d.) O Problema Epistemológico da Complexidade. Mem Martins: Publicações Europa América.
170. MOURULHO, Gonzalo Rodriguez. Aplicacion Juridical del Derecho I Lógica de la argumentacion Jurídica, Cuadernos Curtas
171. MÜLLER, Friedrich. Discours de la méthode juridique. Paris : PUF, 1996.
172. MÜLLER, Friedrich. Métodos de trabalho no direito constitucional. São Paulo: Max Limonad, 2002.
173. MYRDAL, Gunnar (1976) A Objectividade nas Ciências Sociais. Lisboa: Assírio & Alvim.
174. NEIVA, Eduardo. O Racionalismo Crítico de Popper. Francisco Alves - Rio de Janeiro.
175. NERO, João Del. Interpretação realista do Direito e seus reflexos na sentença. São Paulo: Rev. Tribunais, 1987.
176. NEVES, A Catanheira. O atual problema metodológico da interpretação jurídica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.
177. NEVES, Marcelo. A Constitucionalização Simbólica. Editora Acadêmica - São Paulo.
178. NINO, Carlos Santiago. Introduccion al análisis del derecho. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1980.

179. NORONHA, Fernando. Direito e sistemas sociais. A jurisprudência e a criação de Direito para além da lei. Florianópolis: UFSC, 1988.
180. PALASI, José Luís Villar. La Interpretacion e Los Apotigmas Juridicos Logicos. Editorial Tecnos.
181. ORTIS-OSES, Andrés. Antropologia Hermenêutica, Lisboa, Escher, 1989.
182. PALMER, Richard, E. Hermenêutica, Lisboa, Edições 70, 1986.
183. PARESCE, Enrico. La dinamica dei Diritto. Milano, Dott. A. Giuffré Editore, 1975.
184. PERELMAN, Chaum, Etica e Direito. Martins Fontes - São Paulo.
185. PORTANOVA, Rui. Motivações ideológicas da sentença. Porto Alegre: Liv. Advogado, 1992.
186. POSNER, Richard. Problemas de Filosofia do Direito. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007.
187. RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Martins Fontes - São Paulo.
188. RAO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos, Vol. I e II, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo.
189. REALE, Miguel. Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico. São Paulo, Saraiva, 1999.
190. REALE, Miguel. Experiência e Cultura. Bookseller- Campinas - SP.
191. _____. Fundamentos do Direito, Editora Revista dos Tribunais - São Paulo.
192. REALE, WANTISERI, D. História da Filosofia, Vol. III, São Paulo, Edições Paulinas, 1991, pág. 627-639.
193. REIS, Sérgio Nogueira. Uma visão holística do Direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
194. RICOEUR, Paul. O Conflito das Interpretações (Ensaio de Hermenêutica), Porto, RÉ S Editora Ltda, 1988.
195. RICOEUR, Paul - A metáfora viva. Porto , Rés-Editora, Lda.

196. RICOEUR, Paul - Do texto a acção. Ensaio de Hermenêutica II, Porto, Rés-Editora, Lda.
197. ROBINSON, J. M. e FUCHS, E. La nuova ermeneutica, Brescia, 1967.
198. ROCHA, José de Moura. A interpretação e as leis processuais. Recife: C. E. Pernambuco, 1986.
199. ROCHA, Leonel Severo. Epistemologia jurídica e democracia. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.
200. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Direito com que direito? In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). Lições de Direito Alternativo 2. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 178-207.
201. _____. Ensino jurídico e direito alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1993.
202. _____. Hermenêutica jurídica e aplicação do direito processual. Florianópolis: UFSC, 1998. (Apostila).
203. ROSS, Alf. Direito e justiça. Trad. Edson Bini. São Paulo, Edipro, 2000.
204. SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
205. SALOMON, Wesley. Lógica. Zahar - Rio de Janeiro.
206. SANCHIS, Luis Prieto. Ideologia e Interpretacion Jurídica. Tecnos - Madrid.
207. SAVIGNY/KIRCHMANN/ZITELMANN/KANTOROWICZ. La Ciencia del Derecho, Buenos Aires, Losada, 1949, pp. 77-180.
208. SAVIGNY, F. C. Von. Metodologia Jurídica, Buenos Aires, Depalma, 1979.
209. SCHAFF, Adam. História e Verdade, São Paulo, Martins Fontes, 1978.
210. SCHAPP, Jan. Problemas fundamentais da metodologia jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1985.

211. SEGANFREDO, Sonia Maria S. Como interpretar a lei. Rio de Janeiro: Rio, 1981.
212. SELZNICK P. e NONET P., Law and Society in Transition. Transaction Publishers, New Brunswick, 2001.
213. SICHERS, Luiz Recaseus. La Panorama del Pensamenro Juridico en el Siglo XX , Vol. I e II, Editora Ponea.
214. _____. Tratado General de Filosofia del Derecho. Ponica - Mexico.
215. SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 ed. São Paulo, Malheiros Editores, 1998.
216. SILVEIRA, Alípio. Hermenêutica jurídica: seus princípios fundamentais no direito brasileiro. São Paulo: Brasiliense: 198-. 4 v.
217. SILVEIRA, Alípio. Hermeneutica no Direito Brasileiro, Vol I e II, Ed. Revista dos Tribunais.
218. SOBRAL, Alan e Jean Bricmont. Imposturas Intelectuais - O Abuso da Ciência pelos Filósofos Pós-modernos. Record – Rio de Janeiro- São Paulo.
219. SOUZA, Antonio Francisco de. Conceitos Indeterminados no Direito Administrativo , Almedina.
220. SOUZA, José Guilherme de. A criação judicial do Direito. Porto Alegre: Fabris, 1991.
221. SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. O papel na ideologia no preenchimento das lacunas do Direito. São Paulo: Rev. Tribunais, 1993.
222. SOUZA, Neomésio José de. Intervencionismo e Direito: uma abordagem das repercussões. Rio de Janeiro: Aide, 1984.
223. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de, Teoria constitucional e democracia deliberativa. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
224. SPOTA, Alberto G. O juiz, o advogado e a formação do Direito através da jurisprudência. Porto Alegre: Fabris, 1997.
225. STEIN Ernildo Seis estudos sobrer SER e TEMPO (Martin Heidegger) Petrópolis Vozes 1988

226. STEIN, Ernildo. Compreensão e finitude: estrutura e movimento da interrogação heideggeriana. Porto Alegre: Unijuí, 2001.
227. STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
228. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma Nova Crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
229. _____. Súmulas no Direito Brasileiro : eficácia, poder e função. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.
230. _____. “A hermenêutica, a lei e a justiça: discussão dos obstáculos ao acontecer da Constituição”. Doutrina, Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 2001.
231. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. As garantias do cidadão na Justiça. São Paulo : Saraiva, 1993.
232. TELLES JR., Alcides. Discurso, linguagem e justiça. São Paulo: Rev. Tribunais, 1986.
233. TEXTOS. DE HERMENÊUTICA. (S. Agostinho, Espinoza, Hegel, Dilthey, Nietzsche), Porto-Portugal, Rés Editora, 1984.
234. TORRES, Ricardo Lobo. Teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.
235. VERDÚ, Pablo Lucas. O sentimento constitucional: aproximação ao estudo do sentir constitucional como modo de integração política. Trad. Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro, Forense, 2004.
236. TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente Judicial como Fonte de Direito, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
237. TYTECA-Olbrechto, Ch. Perelman Y. L. Methodes du Droit - Logique Juridique Dalloz.
238. TYTECA-Olbrechto, Ch. Perelman Y.L. Tratado de la Argumentacion, Editorial Gredos.
239. TENBNER, O Direito como Sistema Autopoiético. Fund Calvaste Gulbenhran. - Lisboa.

240. VALDES, Joaquim Arce Y Tlory. Los Principios Generales del Derecho y su Formulacion Constitucional, Cuadernos Curtas.
241. VASCONCELOS, Arnaldo. Teoria da Norma Jurídica. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.
242. VATTIMO, Gianni. Introdução a Heidegger, Lisboa, Edições 70, 1989.
243. VEMENGO, Roberto José. Curso de Teoria General del Derecho. VIEHWEZ, Theodor. Topica e Giurisprudenza, Giuffre.
244. VILANOVA, Lourival. Escritos jurídicos e filosóficos. São Paulo, Axis Mundi/IBET, 2003. 2 v.
245. VILANOVA, Lourival. Lógica jurídica. São Paulo: Bushatsky, 1976.
246. _____. Causalidade e relação no Direito. São Paulo: Saraiva, 1989.
247. _____. As estruturas lógicas e o sistema do Direito Positivo. São Paulo: Max Limonad, 1997.
248. WARAT, Luis Alberto. Mitos e teorias na interpretação da lei. Porto Alegre: Síntese, 1979.
249. _____. O Direito e sua linguagem. Porto Alegre: Fabris, 1984.
250. _____. Introdução geral ao Direito I. Interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: Fabris, 1994.
251. WARAT, Luís Alberto. Introdução Geral ao Direito - II - Epistemologia Jurídica da Modernidade, Sérgio Fabris Editor.
252. WATANABE, Kazuo. Cultura da Sentença e Cultura da Pacificação, in Estudos em Homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover (org. Flávio Luiz Yarchell e Maurício Zanoide de Moraes), São Paulo: DPJ, 2005, pp. 684/690.
253. WREACHER, Tranz. História do Direito Privado Moderno. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa.
254. WROBLEWSKY, Jerzy. Constituicion e Teoria General de la Interpretacion Jurídica. Cuadernos Curtas.

Lista de Ementas da Disciplina “Lógica Jurídica”

Universidades Federais

1. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Disciplina: Lógica e Tecnologia da Decisão Jurídica.

Ementa: O direito e sua dimensão lógica. História da inserção da lógica no direito e na ciência do direito. Silogismo e decisão judicial. O papel do silogismo retórico na fundamentação das decisões. Falácias e sofismas. Lógica e lógicas. Lógicas jurídicas. Pragmática jurídica. O direito e sua representação dialógica. Lógica, direito e tecnologia. Os sistemas lógicos e informáticos: tecnologia da decisão. Os sistemas especialistas legais.

2. UFC – Universidade Federal do Ceará

Disciplina: Lógica Jurídica.

Ementa: Natureza da argumentação: teoria da argumentação e âmbito da argumentação jurídica. Lógica e Retórica: insuficiência da lógica formal e categorias fundamentais da Nova Retórica. A linguagem como argumento: a racionalidade prática argumentativa e comunicativa. A teoria consensual da verdade. A fundamentação ética da teoria da argumentação jurídica. A cientificidade no Direito: princípios metodológicos de interpretação e criação jurisprudencial de normas.

Universidades Confessionais

1. UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

Disciplina: Lógica do Procedimento Jurídico.

Ementa: Lógica e Direito: o processo de formalização da linguagem jurídica e suas implicações epistemológicas. Diversos modelos lógicos disponíveis para a teorização: lógica alética, lógica deôntica, lógica paraconsistente. A norma jurídica como proposição lógica e a norma secundária como norma processual em Lourival Vilanova. A norma jurídica como proposição lógica no Direito Tributário: a regra-matriz de incidência na teoria de Paulo de Barros Carvalho. As antinomias jurídicas e a representação dos paradoxos na Lógica Paraconsistente de Newton da Costa.

Possibilidades tecnológicas da aplicação da Lógica no Direito. Teoria dos Sistemas. Neutralização dos conflitos por meio do procedimento. Procedimentos Judicial, de Eleição Política e de Administração. Procedimentalização normativa jurisdicional. Direito processual sem regras e o princípio da fungibilidade no direito processual. Procedimento e dogmatização do direito processual sem regras e a função normativa da jurisprudência.

Centros Universitários

1. FEESR – Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”

Disciplina: Lógica Jurídica.

Ementa: A ciência da lógica e os fundamentos da lógica do direito. Lógica Jurídica e Hermenêutica Jurídica. Metodologia e filosofia da interpretação jurídica. A Hermenêutica Constitucional.

Bibliografia Básica da disciplina “Lógica Jurídica”

1. ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2002.
2. AGUIAR, Odílio Alves. SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva (org.) *Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2003.
3. ALCHOURRON, Carlos E., e BULYGIN, Eugenio: *Análisis Lógico y Derecho*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1991.
4. ALEXY, Robert. *Teoría de los Derechos Fundamentales*. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1993.
5. ÁLVAREZ, Emilio Geraldo Arringa. *La Teoria de Niklas Luhmann*. In: *Convergência*. México. n. 32. mai.-ago./2003. pp. 277-312.
6. ALVES, Alôr Caffé. *Lógica, Pensamento Formal e Argumentação - Elementos para o discurso jurídico*. São Paulo: Edipro, 2000.
7. ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. “L’argumentation dans la langue”. In: *Langages (Argumentation et discours scientifique)*. Paris: Didier – Larousse, n° 42, Juin, 1976.

8. ARAÚJO PINTO, Cristiano Otávio Paixão. A Reação Norte-americana aos Atentados de 11 de Setembro de 2001 e seu Impacto no Constitucionalismo Contemporâneo: um estudo a partir da teoria da diferenciação do direito. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.
9. ARRUDA, José Maria. Carl Schmitt: Política, Estado e Direito. In: OLIVEIRA, Manfredo. Filosofia política contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 56-86.
10. ATKINSON, J.M., DREW, P. Order in Court. Atlantic Highlands; NJ: Humanities Press, 1979.
11. AUROUX, Sylvain. A filosofia da linguagem. Campinas,SP: UNICAMP, 1998.
12. AUSTIN, J.L. How to do things with words. Oxford: Clarendon Press, 1962.
13. BATISTA, Vanessa Oliveira. Elementos de Teoria da Constituição: de Carl Schmitt aos dias de hoje. In: Revista de Direito Comparado. Belo Horizonte. Curso de Pós-Graduação em Direito da UFMG e Mandamentos. v. 3. mai./1999. pp. 165-201.
14. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
15. BELLENGER, Lionel. A persuasão e suas técnicas. Tradução: Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
16. BORGES, José Souto Maior: O Contraditório no Processo Judicial - Uma Visão Dialética, Malheiros, São Paulo, 1996.
17. BORNHEIN, Gerd A, Dialética: teoria e práxis. São Paulo, Ed. Global universitária de São Paulo, 1977.
18. BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar: O Ser, o Conhecimento, a Linguagem. 22a. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.
19. CARNAP, Rudolf - Logical foundation of probability. Chicago, The University of Chicago, 1962.
20. CARNEIRO, Maria Francisca: Direito e Lógica. Curitiba: Juruá, 2002.

21. CARNEIRO, Maria Francisca; SEVERO, Fabiana Galera; ÉLER, Karen. Teoria e Prática da Argumentação Jurídica - Lógica, Retórica. Curitiba: Juruá, 1999.
22. CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. 7ª ed. Campinas: Bookseller, 2005.
23. CARVALHO, Délton Winter. O Direito como um a Sistema Social Autopoiético: Auto-Referência, Circularidade e Paradoxos da Teoria e Prática do Direito. Disponível em: <<http://www.ihj.org.br/artigos/professores/delton.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2004.
24. CARVALHO, Paulo de Barros. O direito positivo como sistema homogêneo de enunciados deônticos. Revista de Direito Tributário. São Paulo: RT, 45:32-36, 1988.
25. CAVALCANTI, Artur José Faverat. A Estrutura Lógica do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
26. CHAUI, Marilena. Público, Privado, Despotismo. In: NOVAES, Adalto (org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 345-390.
27. CORSI, Giancarlo. Sociologia da Constituição. Trad. Juliana Neuenschwander Magalhães. In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte. n. 35. jan.-jun./2001. pp. 169-189.
28. CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. 1a. ed. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).
29. COELHO, Fábio Ulhoa: Roteiro de Lógica Jurídica. 4a edição, São Paulo: Saraiva, 2001.
30. COHEN, Morris R. Introduccion a la lógica. México, Fondo de Cultura economica, 1992.
31. COPI, Irving M. Introdução à Lógica. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1981.
32. CORNFORTH, M. Dialectical Materialism. 1. Materialism and the dialectical method. 111. Theory of Knowledge, Londres, 1953, 1961.
33. COSTA, Newton A. C. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. 2a edição, São Paulo: HUCITEC, 1994.

34. COSTA, Newton Cardoso da et al. *Lógica Paraconsistente Aplicada*. São Paulo: Atlas, 1999.
35. DANTAS, M. *A Lógica do Capital Informação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
36. DOPP, J. *Noção de Lógica Formal*. São Paulo, Ed. Herder, 1970.
37. DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão da Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
38. ECHAVE, Delia Teresa; URQUIJO, María Eugenia e GUIBOURG, Ricardo: *Lógica, Proposición y Norma*, Astrea, Buenos Aires, 1999.
39. ECO, Humberto. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
40. ENRIQUES, F. *Évolution de La logigue*, Paris, 1926.
41. ESTEVES, João Pissara. *Nicklas Luhmann – uma apresentação*. In: Luhmann, Niklas. *A Improbabilidade de Comunicação*. Lisboa: Veja, 1993.
42. FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
43. FERRAZ Jr., Tercio Sampaio: *Direito, Retórica e Comunicação*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1997.
44. FERRAZ Jr., Tercio Sampaio: *Teoria da Norma Jurídica*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Forense, 1986.
45. GABRIEL, Leo. *Lógica Integral*. Madrid, Ed. Gredos, 1971.
46. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2002.
47. GARAUDY, R. *La théorie matérialiste de la coniaissance*, Paris, 1953.'
48. GARCÍA, Jesús Ignacio Martínez. *Para leer a Luhmann: aviso para juristas*. In: LUHMANN, Niklas. *El Derecho de la Sociedade*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Universidad IberoAmericana, 2002. (Colección Teoria Social). pp. 13-22.
49. GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 17a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

50. GORSKY, D. P.TAVANTES, P.V. Lógica. México, Ed. Grijalbo, 1968.
51. GUIBOURG, Ricardo A.: Informática Jurídica Decisória, Editorial Astrea, Buenos Aires, 1993.
52. GUIMARÃES, Eduardo. Texto e argumentação: um estudo de conjunção do português. Campinas/SP: Pontes, 1987.
53. HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. Tradução: George Speiber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.
54. HUISNIAN, Denis; VERGEZ, André: Logique, Nancy: Fernand Nathan, 1961.
55. KAPP, E. Greek foundations of traditional logic, Nova Yorque, 1942.
56. HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
57. KNEALE, William; KNEALE, Martha, O desenvolvimento da Lógica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
58. KONDER, L. O que é dialética. São Paulo, Brasiliense, 198 1.
59. KOPNIN, P. V. Fundamentos lógicos da Ciência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
60. KOTARBINSKI, T. Leçons sur L' histoire de la logique, Paris, 1964.
61. LADRIÈRE, J. Les limitations internes des formalismes, Lovaina-Paris, 1957.
62. LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Trad. José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1977.
63. LEFEBVIZE, Henri. Lógica Formal/Lógica Dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
64. LUHMANN, Niklas: Legitimação pelo procedimento. Brasília: UnB, 1982.
65. LUHMANN, Niklas. El Derecho de la Sociedad. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Universidad IberoAmericana, 2002. (Colección Teoria Social)
66. LUHMANN, Niklas. A Constituição como Aquisição Evolutiva.

- Tradução livre feita por Menelick de Carvalho Netto. (La costituzione come acquisizione evolutiva. In:
67. ZAGREBELSKY, Gustavo (coord.). et alli. *Il Futuro Della Costituzione*. Torino: Einaudi, 1996.).
 68. LURIA, Alexandr Romanovich. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Tradução: Diana Myriam Lichtenstein e Mário Corso; supervisão de trad.: Sérgio Spritzer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
 69. MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. *Evolução e Semântica dos Direitos Humanos*. Tese de Doutorado apresentada à Università degli Studi di Lecce, Facoltà di Giurisprudenza. Lecci, 2004.
 70. MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. *Sobre a Interpretação Jurídica*. In: *Revista de Direito Comparado*. Belo Horizonte: Curso de Pós-Graduação em Direito da UFMG e Mandamentos. v. 3. mai./1999. pp. 429-450.
 71. MAGALHÃES VILHENA, V. de. *Pequeno Manual de Filosofia*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1956.
 72. MAUS, Ingeborg. *Judiciário como superego da sociedade – o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”*. Trad. Martônio Lima e Paulo Albuquerque. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n° 58, nov./2000. pp. 183-202.
 73. MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os pensadores).
 74. MONTORO, André Franco. *Lógica Jurídica, ferramenta do jurista in Direito, Cidadania e Justiça*. Vários colaboradores. São Paulo: 1995
 75. MOUFFE, Chantal. *Pensando a Democracia Moderna com e contra Carl Schmitt*. Trad. Menelick de Carvalho Netto. In: *Caderno da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte. jul.-dez./1994.
 76. MUÑOZ, V. *Lógica matemática y lógica filosófica*, Madrid, 1958.
 77. NASCIMENTO, Edmundo Dantès: *Lógica Aplicada à Advocacia - Técnica de Persuasão*. 4a. edição, São Paulo: Saraiva, 1991.

78. NERICI, I. G. Introdução à lógica. São Paulo, Livraria Nobel, 1985.
79. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.
80. PARRET, H. Enunciação e Pragmática. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
81. PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, [1975]. 1988
82. PERELMAN, Chaïm. Le Champ de l'argumentation. Presses Universitaires de Bruxelles, 1970.
83. PERELMAN, Ch. & OLBRECHTS-TYTECA, L. Traité de L'argumentation. - Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1992.
84. PLANTY-BONJOUR, G. Les catégories du materialisme dialéctique, Dordrecht, 1965.
85. PLATZECK, E. W. La evolución de la lógica griega, Madrid, 1954.
86. POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.
87. PRADO, JUNIOR, C. Dialética do Conhecimento. Ed. Brasiliense, 1968; 2 vols (I:Pré-história da dialética; II: Lógica dialética).
88. PRIOR, N. History of logic, Nova Yorque, 1967.
89. REICHENBACH, Hans. The theory of probability an inquiry into the logical and mathematical foundation of the calculus of probability. Los Angeles: University of California, 1971.
90. RODRIGUEZ, Dario. Invitación a la Sociologia de Niklas Luhmann. In: LUHMANN, Niklas. El Derecho de la Sociedad. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Universidad IberoAmericana, 2002. (Colección Teoria Social). pp. 23-55.
91. ROVER, Aires José. Informática no Direito: Inteligência Artificial: Introdução aos Sistemas Especialistas Legais. Curitiba: Juruá, 2001.
92. SALMON, W.C. Lógica. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

93. SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Oxford UK & Cambridge, Basil Blackwell, 1994.
94. SCHMITT, Carl. *Catolicismo Romano e Forma Política*. Lisboa: Hugin, 1998.
95. STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
96. STUBBS, Michael. *Discourse Analysis: the sociolinguistic analysis of natural language*. Oxford, Basil Blackwel, 1983.
97. VILANOVA, Lourival: *As Estruturas Lógicas e o Sistema do Direito Positivo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
98. VILANOVA, Lourival: *Causalidade e Relação no Direito*, Recife: Ordem dos Advogados de Pernambuco, 1985.
99. VILANOVA, Lourival: *Lógica Jurídica*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

Lista de Ementas da Disciplina “Ética”

Universidades Federais

1. UNB – Universidade de Brasília

Disciplina: Ética e Direito.

Ementa: Relação entre ética e metafísica tradicional, entre ética e natureza humana, entre ética, subjetividade, intersubjetividade e indivíduo. A história da ética tematizada como ilustração da determinação da racionalidade filosófica em geral.

2. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: Direito, Ética e Bioética.

Ementa: Ética: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ética e moral. Evolução histórica e clássicos do pensamento ético. Ética e Direito. A Bioética e seu domínio próprio no campo da Ética. Quadro teórico-conceitual da Bioética. Produção de normas em matéria Bioética. Construindo um Biodireito.

3. UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Disciplina: Processo, Justiça e Ética.

Ementa: O Processo e a teoria geral do Direito. Direito e jurisdição na teoria geral do Direito. Concepções de justiça sob o ponto de vista filosófico: aspectos históricos e contemporâneos. A justiça como problema inerente ao Direito. A Ética: gênese, história e contemporaneidade. Ética e Justiça. Ética e Direito. O Processo como forma de solução justa dos conflitos: o devido processo legal e o processo justo. O Processo como instrumento de solução de conflitos onde imperam a lealdade e a boa fé objetiva. Os deveres processuais das partes e dos procuradores como modelo de comportamento justo e ético. Abuso dos direitos processuais.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Ética e Conduta dos Sujeitos do Processo.

Ementa: O aspecto ético no processo e a conduta dos seus sujeitos. As teorias da ética na justiça. partes e procuradores; poder judiciário; ministério público; advocacia; direitos e deveres das partes e de seus patronos; sanções; má fé; dolo processual; colusão; importância do tema para o acesso à justiça e para a instrumentalidade do processo.

Disciplina: Ética e Direito.

Ementa: Ética e sociedade. Ética e responsabilidade, Ética e justiça. Ética e Direito. A idéia do bem e o raciocínio jurídico. Valores éticos e relações não patrimoniais. Ética pública, ética profissional, ética pessoal. O lícito e o ilícito. A concepção platônica de construção do “Estado em Nós”, em face do pluralismo e dos conflitos éticos da sociedade atual.

2. USP – Universidade de São Paulo

Disciplina: Ética, Direito e Pós-Modernidade.

Ementa: Objetivos: Desenvolver em nível de pós-graduação reflexões que delimitem a intersecção entre mudanças culturais e alterações na visão de mundo do sistema jurídico, proporcionando, através do debate, uma análise filosófica da realidade jurídica brasileira, com vistas ao aperfeiçoamento do conhecimento

jurídico, ao aprofundamento da relevante e atual temática abordada e dispersão de uma forma de entendimento da realidade jurídica a partir de matrizes teóricas e conceituais, estrangeiras e nacionais, capazes de direcionar o estudo crítico da ordem jurídica.

Justificativa: A pós-modernidade abalou a dimensão da compreensão dos fenômenos sociais, e possui fortes reflexos sobre a dimensão dos valores morais, das práticas culturais e dos modos pelos quais se entendem conceitos e instituições. O Direito também se ressentiu de presenciar tais mudanças. Mas, de que forma isto afeta um ordenamento jurídico? Quais as mudanças operadas? O curso se lança na perspectiva de investigar estas questões, que serão motivo de reflexão aprofundada. A compreensão destas mudanças é a tarefa de uma Filosofia do Direito que se ocupa de seu objeto especulativo, ou seja, de um objeto de estudo que possui fortes traços de ligação com os demais aspectos da vida social e que possui, portanto, importante impacto sobre a vida dos seres concretos e dos agentes sociais, engajados em contextos históricos e relações intersubjetivas de organização social. A dimensão do jurídico, não podendo ser concebida como uma ordem diferente das demais, está submetida aos reflexos das mudanças detectadas no contexto da pós-modernidade. Estudar esses reflexos, analisar esta dimensão, discutir os aspectos positivos e negativos que se destacam desta nova realidade são os objetivos deste curso, tendo em vista especificamente a projeção das diversas questões aí implicadas no domínio jurídico.

Conteúdo: 1. Proposta do curso: implantação das primeiras questões. Ética, crise de valores e pós-modernidade: aproximações entre ética, filosofia e filosofia do direito. O papel da Filosofia do Direito em tempos pós-modernos; 2. Balanço retrospectivo: o discurso moderno dos direitos. Marcos teóricos da modernidade do direito. Uma crítica da racionalidade iluminista. Discussões sobre textos e debates de seminários; 3. Ordem, legalidade, burocracia e a formação do direito moderno. Discussões sobre textos e debates de seminários; 4. Pós-modernidade: conceituação e definição. Discussões sobre textos e debates de seminários; 5. Marcos teóricos da pós-modernidade. Discussões sobre textos e debates de seminários; 6. Abalos, crises e desestruturas pós-modernas. Discussões sobre textos e debates de seminários; 7. Avaliação parcial; 8. Avanço ou retrocesso na pós-modernidade. Discussões sobre textos e debates de seminários; 9. As práticas jurídicas num contexto pós-moderno. Discussões sobre textos e debates de

seminários; 10. Eficácia e validade do direito: entre a verdade do sistema e a verdade da sociedade. Discussões sobre textos e debates de seminários; 11. Legalidade, ordem e ineficácia sistêmica do Direito. Discussões sobre textos e debates de seminários; 12. Crise do sistema jurídico: perspectivas desde dentro e desde fora. Discussões sobre textos e debates de seminários; 13. Direitos humanos e dignidade da pessoa humana em um contexto de crise. Discussões sobre textos e debates de seminários; 14. A cultura dos juristas, a ciência do direito e o ensino jurídico em crise. Discussões sobre textos e debates de seminários; 15. Políticas públicas, práticas jurídicas e justiça na pós-modernidade. Discussões sobre textos e debates de seminários; 16. O giro reflexivo na pós-modernidade: a consciência crítica do Direito na transição pós-moderna. Discussões sobre textos e debates de seminários; 17. Avaliação final.

Disciplina: Bioética e Direito I.

Ementa: 1. Biomedicina e norma jurídica: novos conflitos. As relações entre Bioética e Direito. Técnicas hermenêuticas e Constituição. Interdisciplinariedade, pluralismo e harmonização internacional (D); 2. Conceito de Bioética. Bioética descritiva e Bioética construtiva. Tendências do pensamento, em Bioética: Ética, Moral, Religião, Legislação. Princípios (tendências) da Bioética (B); 3. Direitos fundamentais e ciências biomédicas. Disponibilidade da própria vida e os direitos fundamentais (D); 4. Biotecnologia, reflexão ética e legal. Responsabilidade ético-social e liberdade de investigação (D); 5. A vida humana como bem jurídico. O começo da vida humana como limite mínimo de projeção jurídica. Ética do início da vida. Engenharia genética. Clonagem. Reprodução assistida (D); 6. Ética do início da vida: aborto; intervenção sobre o feto; planejamento familiar (B); 7. O aborto. Aspectos jurídicos. O aborto voluntário. Os procedimentos preventivos ao direito à não procriação. A esterilização voluntária (D); 8. Aspectos jurídicos e fecundação assistida. Reconhecimento jurídico do embrião. Determinação da filiação. Aspectos penais da fecundação assistida (D); 9. O genoma humano. Ações terapêuticas no feto, durante a gravidez. Terapia embrionária e fetal. Utilização de embriões e fetos com fins científicos (B); 10. Aspectos da legislação sobre o genoma humano. O direito comparado. A legislação brasileira (D); 11. A eutanásia. Conceito e classificação. O suicídio assistido. Aspectos éticos. Morte cerebral e morte encefálica. O paciente terminal

(B); 12. Aspectos jurídicos-penais das condutas relacionadas com a eutanásia. Aspectos jurídicos sobre suicídio assistido. A eutanásia no direito comparado. A responsabilidade penal do médico. Código de Ética Profissional. A responsabilidade penal do médico e seu enfoque bioético (D); 13. Os rumos da Bioética, na sociedade futura. Os limites da ciência e o respeito à dignidade da pessoa. Ética e pesquisa científica. (B).

Disciplina: Bioética e Direito II

Ementa: 1. Biomedicina e norma jurídica: novos conflitos. As relações entre Bioética e Direito. Técnicas hermenêuticas e Constituição. Interdisciplinariedade, pluralismo e harmonização internacional (D); 2. Conceito de Bioética. Bioética descritiva e Bioética construtiva. Tendências do pensamento, em Bioética - Ética, Moral, Religião, Legislação. Princípios (tendências) da Bioética (B); 3. Direitos fundamentais e ciências biomédicas. Disponibilidade da própria vida e os direitos fundamentais (D); 4. Biotecnologia, reflexão ética e legal. Responsabilidade ético-social e liberdade de investigação (D); 5. A vida humana como bem jurídico. O começo da vida humana como limite mínimo de projeção jurídica. Ética do início da vida. Engenharia genética. Clonagem. Reprodução assistida (D); 6. Ética do início da vida: aborto; intervenção sobre o feto; planejamento familiar (B); 7. O aborto. Aspectos jurídicos. O aborto voluntário. Os procedimentos preventivos ao direito à não procriação. A esterilização voluntária (D); 8. Aspectos jurídicos e fecundação assistida. Reconhecimento jurídico do embrião. Determinação da filiação. Aspectos penais da fecundação assistida (D); 9. O genoma humano. Ações terapêuticas no feto, durante a gravidez. Terapia embrionária e fetal. Utilização de embriões e fetos com fins científicos (B); 10. Aspectos da legislação sobre o genoma humano. O direito comparado. A legislação brasileira (D); 11. A eutanásia. Conceito e classificação. O suicídio assistido. Aspectos éticos. Morte cerebral e morte encefálica. O paciente terminal (B); 12. Aspectos jurídicos-penais das condutas relacionadas com a eutanásia. Aspectos jurídicos sobre suicídio assistido. A eutanásia no direito comparado. A responsabilidade penal do médico. Código de Ética Profissional. A responsabilidade penal do médico e seu enfoque bioético

(D); 13. Os rumos da Bioética, na sociedade futura. Os limites da ciência e o respeito à dignidade da pessoa. Ética e pesquisa científica (B).

3. UNESP/FR – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/França

Disciplina: Bioética e Biodireito.

Ementa: Princípios fundamentais: da autonomia, da beneficência, da não-meleficência e da justiça. Limites éticos da intervenção em seres humanos. Relação médico-paciente. Tratamento e internamento compulsório. Paciente terminal e eutanásia. Responsabilidade profissional. Reponsabilidade hospitalar. Deveres de conduta dos profissionais de saúde. Bioética e direitos humanos. Conceito atual de morte.

Disciplina: Ética e Obrigações – Direito Romano e Direito Canônico.

Ementa: O estudo do instituto obrigacional sob a fundamentação da Ética, no Direito Romano e no Direito Canônico. Hierarquicamente, o Direito tem a sua origem na Ética, sendo, portanto, o nosso ordenamento jurídico um processo ético legalizado. Proporcionar o indispensável conhecimento da essência da origem do instituto das Obrigações. Efetivamente, serão analisados o Direito Natural, a Ética, a Moral e o Direito Positivo. Obrigações Naturais, Obrigações Morais e Obrigações Civis.

Disciplina: Fundamentação Ética das Obrigações.

Ementa: O estudo do instituto obrigacional sob a fundamentação da Ética. Hierarquicamente, o Direito tem a sua origem na Ética, sendo, portanto, um processo ético legalizando o nosso ordenamento juridico. Consequentemente, proporcionar o conhecimento indispensável da essência da origem fundamentada, para todos os efeitos, do instituto das obrigações. Neste sentido, serão analisados o Direito Natural, a Ética, a Moral e o Direito Positivo.

4. UEL – Universidade Estadual de Londrina

Disciplina: Ética e Direito.

Ementa: A relação entre ética e direito na modernidade sob a perspectiva das concepções comunitaristas e universalistas.

Universidades Particulares

1. UNESA – Universidade Estácio de Sá

Disciplina: Bioética e Biodireito.

Ementa: A disciplina pretende analisar a relação bioética-biodireito, com ênfase na busca de uma fundamentação constitucional da disciplina, os efeitos jurídicos dos avanços da biotecnologia, como a reprodução assistida, o genoma, o DNA, a clonagem, embriões humanos e alteração de sexo, além da problemática relacionada aos transplantes de órgãos e tecidos e as repercussões jurídicas e éticas.

2. FUNDINOPI – Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

Disciplina: Desafios Éticos da Modernidade.

Ementa: Os fundamentos da ética: o momento material, a moralidade formal, a factibilidade ética. A crítica ética ao sistema vigente. A ética e a racionalidade. A ética e o discurso. A ética, o Poder e os governantes. A ética e as instituições públicas. A ética e o Direito. O raciocínio jurídico. A ética e a justiça. A ética e as vítimas. A ética concreta da alteridade.

3. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Ética e Direito.

Ementa: Moral e ética: conceitos e correlações. Ética de consciência e ética de responsabilidade. Ética como estética da convivência. O Direito que é e o que deve ser. Os valores sociais e a produção do direito que deve ser. Deontologia jurídica.

4. FADISP – Faculdade Autônoma de Direito

Disciplina: Ética.

Ementa: Fundamentos e origem. Ética Aristotélica. Ética do cristianismo – patrística. Ética e Direito. A concepção de Kant. A concepção de Hegel. Ética no milênio. A ética aplicada (profissional). Ética jurídica do sistema de raiz romano-germânico. Ética jurídica do sistema de raiz anglo-saxônico. A ética dos agentes políticos e dos operadores do direito. A ética dogmática vs. ética profissional. Direitos Humanos, ética e cidadania. Estudos de casos.

5. UCS – Universidade de Caxias do Sul

Disciplina: Fundamentos da Bioética.

Ementa: O estudo da reflexão multidisciplinar que fundou o movimento bioético, teorias, princípios e metodologias para discussão das questões enfrentadas pela biomedicina no âmbito da saúde humana.

6. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Disciplina: Bioética Jurídica e Biotecnologia.

Ementa: As interfaces entre ciência, ética e direito. Conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. A revolução biomédica e a reflexão do movimento bioético. A Bioética e seu domínio próprio no campo da Ética. Quadro teórico-conceitual da Bioética. Fundamentos da Bioética. Desenvolvimento da biotecnologia e suas repercussões éticas e jurídicas. Produção de normas em matéria Bioética. Construindo um Biodireito.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Ética

Ementa: Fenomenologia do ethos. A ética como epistème do ethos. Modelos éticos e a racionalidade envolvida por eles. O problema da fundamentação da ética. Tendências atuais da ética. Ética e direito.

2. PUC/PR – Pontifícia universidade Católica do Paraná

Disciplina: Ética e Filosofia da Ciência.

Ementa: Conceituação de ética e sua distinção da moral. Análise do fundamento da ética, isto é, das normas do agir humano. Estudo da moralidade sob os vários aspectos e estudo das virtudes que capacitam o ser humano a agir corretamente.

3. PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Disciplina: Ética, Direitos humanos, Princípios Constitucionais.

Ementa: Questões atinentes às relações da ordem jurídica com elementos de

natureza moral têm constituído um dos eixos centrais da reflexão jusfilosófica ocidental. A partir do modo como são percebidas as vinculações entre estas duas esferas reguladoras da vida social distinguem-se os dois paradigmas tradicionais da filosofia jurídica jusnaturalismo e positivismo bem como a proposta contemporânea de superação desta dicotomia por meio da já denominada perspectiva pós-positivista. Após a elucidação de alguns dos conceitos-chaves da reflexão de filosofia moral como: ética, moral, moralidade, valores ser e deve ser, um breve panorama histórico situará melhor este campo de problematizações. Em seguida será avaliada a distinção entre as éticas cognitivistas e as não cognitivistas. Especial atenção será dedicada à apresentação do projeto da ética do discurso. De posse deste embasamento geral de natureza filosófica, enfrentar-se-á o problema do papel e influência dos direitos humanos na proposta de um ancoramento ético do sistema legal. Tais considerações desenvolver-se-ão referidas ao candente debate envolvendo posições universalistas e relativistas no campo da ética. Por fim, tendo em vista o crescente reconhecimento do caráter princípio lógico de diversos textos constitucionais contemporâneos alicerçados nos direitos fundamentais, serão examinados alguns dos princípios constitucionais de nossa lei maior, à luz do entendimento hodierno do sistema jurídico como composto de normas, subdivididas em princípios e regras.

4. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disciplina: Ética e fundamentos dos Direitos.

Ementa: Moral, moralidade jurídica e sociedade democrática. As raízes de uma comunidade ética. A fundamentação aristotélica do Direito. A tradição jusnaturalista. A crítica moderna do historicismo e do positivismo jurídico. Paradigmas contemporâneos e a fundamentação do Direito. A autonomização do Direito. A questão da intersubjetividade no pensamento jurídico contemporâneo. A teoria da justiça contemporânea e a dimensão ética do Direito e do Estado. Ética e Direitos Humanos.

Disciplina: Dimensões Normativas da Bioética.

Ementa: As interfaces entre Ciência, Ética e Direito. A revolução biomédica e a reflexão do movimento bioético. Proteção da vida e da qualidade de vida. Autonomia, beneficência e justiça. Construção de uma perspectiva jurídica da

Bioética. Origem, formulação e princípios do Biodireito. Os novos direitos vinculados à proteção da vida humana e da biodiversidade.

5. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Ética e Contemporaneidade.

Ementa: A disciplina, a ser desenvolvida como seminário de pós-graduação, tem duplo objetivo: por um lado, introduzir o estudante no modo especificamente filosófico de abordagem do real, oportunizando o domínio de algumas das categorias centrais da tradição do pensamento filosófico, a partir de uma leitura contemporânea da história do pensamento e da cultura ocidentais e de sua crise de sentido no século XX; e, por outro lado, discutir alguns dos grandes temas epistemológicos e culturais da contemporaneidade, com especial relevo em seus desdobramentos jurídico-sociais, desde abordagens da ética e da hermenêutica filosófica em suas especificidades, entrecruzamentos e desenvolvimentos possíveis, com a finalidade de facilitar o acesso aos fundamentos filosóficos implícitos das ciências humanas e sociais aplicadas, subsidiando uma investigação conceitualmente mais abalizada dos temas de estudo dos mestrandos. No presente tópico, desenvolveremos um estudo crítico-comparativo entre a ética da alteridade de Emmanuel Levinas e a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, a partir da leitura e apresentação, no seminário, de excertos da obra de ambos os autores.

Instituições Isoladas

1. ITE – Instituição Toledo de Ensino

Disciplina: O Pensamento Ético.

Ementa: A ética e o direito são áreas das ciências humanas que convivem em uma constante relação dialética. O direito é fruto de uma evolução nas relações sociais e possui uma função educativa de solidificação de posturas éticas na esfera pública. A ética constitui-se em uma reflexão crítica sobre comportamentos e relações humanas na busca de melhor qualidade de vida. São nos princípios constitucionais que as duas áreas se fundem com maior nitidez. As normas que fundamentam o estado de direito de uma sociedade expressam valores éticos e possuem como objetivo a emergência de uma mentalidade social, na qual a vida

humana possa se desenvolver livremente. O presente curso de ética nas políticas públicas pretende definir o papel da ética em sua dinâmica relação com o direito, bem como discutir os valores éticos que devem se concretizar através dos princípios constitucionais: a individualidade, a responsabilidade e a solidariedade.

Conteúdo Programático: 1.Ética em um Mundo Globalizado. a) Teoria da Esfera Particular (Edmund Husserl). b) Definição da Ética. c) Ética e Moral. d) Ética e Direito. e) Senso Comum e Senso Crítico. 2.Ética Formal (Immanuel Kant). a) Motivação empírica - Motivação racional; b) Diferença Transcendental; c) Ética do Dever; d) Imperativos Categóricos. 3.Princípios Ético-Constitucionais. a) Princípio da Individualidade; b) Princípio da Responsabilidade; c) Princípio da Solidariedade

Centros Universitários

1. UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Disciplina: Ética Administrativa e Cidadania.

Ementa: I- Ética, ética administrativa e o exercício da cidadania. II- Tutela administrativa das relações de consumo e do meio ambiente. III- Infração administrativa. Procedimento administrativo. IV- Sanções administrativas. Dos valores arrecadados em pagamento de multas. V- Responsabilidade fiscal. O administrador público. VI- Expressão dos direitos dos cidadãos na sociedade brasileira e contemporânea. VII- Tutelar os direitos dos cidadãos: proteção efetiva dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal.VIII. A ética administrativa, os valores constitucionais, e a proteção do direito dos cidadãos: vida, dignidade, saúde, segurança, etc.

Disciplina: Ética e Bioética.

Ementa: Reflete-se sobre 1. O pressuposto antropológico da ética e da bioética. 1.1 Dimensões do ser humano: corpo próprio, vida, inteligência, liberdade, cultura, linguagem, sociabilidade, politicidade, trabalho e técnica. 2. Conceito de ética e as linhas teleológicas, deontológicas e relativistas. 3.Conceito e história da bioética. 4. A relação entre bioética e biodireito. 5. Problemas contemporâneos de bioética e biodireito.

Disciplina: Fundamentos Éticos dos Direitos Humanos.

Ementa: Reflete-se sobre: 1. A evolução dos direitos humanos. 2. A ética e o direito no pensamento clássico. 3. A ética e o direito na modernidade. 3.1 Os fundamentos dos direitos humanos e sua garantia. 3.2 O direito natural moderno. 3.3 A cidadania como direito. 4. O direito e o dever da intervenção humanitária. 5. Fundamentos éticos do direito alternativo.

Bibliografia Básica da disciplina “Ética”

1. AGUIAR, Roberto A. R. de. A crise da advocacia no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.
2. ALSINA, J. B. Teoria general de la responsabilidad civil. 2.ed., Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1973.
3. ANDORNO, Roberto. Bioética y dignidad de la persona. Madrid: Tecnos, 1998.
4. AQUINO, Tomás de. Tratado da Justiça, Porto, RÉS.
5. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1986. P. 302-71.
6. ARBENZ, G. O. Medicina legal e antropologia forense. São Paulo: Atheneu, 1988.
7. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: EDIPRO, 2004.
8. ARRUDA JR., Edmundo L. de; GONÇALVES, Marcus Fabiano. Fundamentação ética e hermenêutica: alternativas para o Direito. Florianópolis: CESUSC, 2002.
9. ÁVILA, Humberto. Teorias dos Princípios. Da Definição à Ampliação dos Princípios Jurídicos, São Paulo: Malheiros, 2004.
10. BARBAS, Stela Marcos de Almeida Neves. Direito ao patrimônio Genético. Coimbra:l. Livraria Almedina. 1998.
11. BARBOZA, Heloisa Helena. A Filiação em face da Inseminação Artificial e da Fertilização in vitro. Rio de Janeiro: Renovar. 1993.

12. BARBOZA, Heloisa Helena; MEIRELLES, Jussara; BARRETTO, Vicente. (Org.). *Novos Temas de Biodireito e Bioética*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
13. BARON, Robson. *Cartilha de ética do advogado*. São Paulo: LTr, 1995.
14. BEAUCHAMPS, T. L.; CHILDRENS, J. F. *Principles of biomedical ethics*, 3.ed. New York: Oxford, 1989.
15. BELLINO, Francesco. *Fundamentos das Bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais*. Bauru: EDUSC, 1997.
16. BENETI, A. Sidnei. *A conduta do juiz*. São Paulo: Saraiva, 1997.
17. BENTHAM, Jeremy. “Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação”, in *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
18. BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Rio de Janeiro: Zahas, 1979.
19. BITTAR, C. A. *Reparação civil por danos morais*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
20. BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
21. BORNHEIM, Gerd, e outros. *Ética*, Rio de Janeiro: ed. Uapê – Espaço Cultural.
22. CALAMANDREI, Piero (tradução de Eduardo Brandão). *Eles, os Juízes, vistos por um advogado*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
23. CAMPS, Victoria. *Paradoxos do Individualismo*, Lisboa, Relógio D’Água.
24. CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1995.
25. CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2000.
26. CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia jurídica: ética e justiça*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.
27. CARLIN, Volnei Ivo (org.). *Ética & Bioética*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

28. CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. A ética e os personagens do processo, Revista Forense, vol. 358, Rio de Janeiro.
29. CASABONA, Carlos Maria Romeo. El Derecho y la Bioética ante los límites de la vida humana. Barcelona: Centro de Estudios Ramón Areces, 1993.
30. CASTRO FILHO, José Olímpio, Abuso do Direito no Processo Civil, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1960.
31. CENEVIVA, Walter. Segredos Profissionais. São Paulo: Malheiros, 1996.
32. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1998. p. 288-367.
33. CHAVES, Antônio. Direito à vida e ao próprio corpo: Intersexualidade, transexualidade, transplantes. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
34. CITTADINO, Gisele. Perspectivas atuais da filosofia do direito. Lúmen júris: Rio de Janeiro, 2005.
35. COMPARATO, Fábio Konder. Ética, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.
36. CORREIA, Orlando de Assis. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. Rio de Janeiro: Aide, 1995.
37. CORTINA, Adela e MARTÍNEZ, Emílio. Ética, São Paulo, Loyola.
38. COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
39. D'AGOSTINO, Francesco. Bioética nella prospettiva della filosofia del diritto. Torino: Giappichelli, 1998.
40. DE CUPIS, Adriano. Os direitos da personalidade. Trad. Adriano Vera Jardim e António Miguel Caeiro. Lisboa: Morais, 1961.
41. DIBO NETO, Azize. Novo Estatuto da Advocacia e da OAB comentado. Florianópolis: Obra Jurídica, 1994.
42. DIP, Ricardo Henry Marques (org.). A vida dos direitos humanos: bioética médica e jurídica. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1999.

43. DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: UNESP, 2000.
44. ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
45. FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. *Direito e holismo: introdução a uma visão jurídica de integridade*. São Paulo: LTr, 2000.
46. FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila; MONDARDO, Dilsa. *Ética holística aplicada ao Direito*. Florianópolis: OAB/SC, 2001.
47. FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Rev. Tribunais, 1991.
48. FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo (coord.). *Ministério Público: instituição e processo*. São Paulo: Atlas, Idesp; 1997.
49. FERRAZ, Sérgio. *Manipulações biológicas e princípios constitucionais: uma introdução*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991.
50. FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Ensaio de filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2003.
51. FISS, Owen. *Um novo processo civil: estudos norte americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: RT, 2004.
52. FREITAS FILHO, J. H. *Bioética*. Belo Horizonte: Interlivros Jurídica, 1995.
53. GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da Filosofia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
54. GARCIA, D. *Fundamentos da Bioética*. Madrid: Eudema Universidade, 1989.
55. GARRAFA, Volnei; COSTA, Sérgio Ibiapina F. *A bioética no século XXI*. Brasília: UnB, 2000.
56. GRINOVER, Ada Pellegrini. *Participação e processo*. São Paulo: RT, 1988.
57. GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2004.
58. GUISÁN, Esperanza. *Manifesto Hedonista*, Barcelona, Anthropos.

59. HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.
60. HEGEL, Georg Wilhelm. Fundamentos de la filosofía del derecho. Madrid> Libertarias/Prodhufo, 1993.
61. HERKENHOFF, João Batista. Ética, educação e cidadania. Porto Alegre: Liv. Advogado, 1996.
62. HOFFE, Otofried. Justiça política. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
63. HÜNEN, Leda Miranda (organizadora). Ética, Rio de Janeiro: UAPE – Espaço Cultural, 1997.
64. KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Ed. 70, 2002.
65. KELSEN, Hans. O problema da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
66. _____. O que é a justiça? São Paulo: Martins Fontes, 2003.
67. _____. A ilusão da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
68. LAFER, Celso. Ensaio sobre a liberdade. São Paulo: Perspectiva, 1980.
69. LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.
70. LARENZ, Karl. Derecho justo: fundamentos de ética jurídica. Madrid: Civitas, 1985.
71. LEITE, Eduardo de Oliveira (coord.). Grandes temas da atualidade: DNA como meio de prova da filiação – aspectos constitucionais, civis e penais. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
72. LEITE, Eduardo de Oliveira. Procriações Artificiais e o Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
73. LÉVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito. Lisboa: Ed. 70, 2000.
74. LÔBO, Paulo Luiz Neto. Comentários ao novo Estatuto da Advocacia e da OAB. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.
75. MAFFETTONE, Sebastiano & VECA, Salvatore. A idéia de justiça de Platão e Rawls. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
76. MANUAL DE BIOÉTICA I - Fundamentos e Ética Biomédica. São Paulo: Loyola, 1998.

77. _____. Manual de Bioética II. Aspectos Médicos-legais. São Paulo: Loyola, 1998.
78. MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. A Vida Humana Embrionária e sua Proteção Jurídica. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
79. MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e. Da boa fé no direito civil. Coimbra: Almedina, 1988.
80. MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. Petrópolis: Vozes, 1991.
81. MILL, John Stuart. A lógica das ciências morais. São Paulo: Iluminuras, 1999.
82. MORAES, Maria Celina Bodin de. Recusa à realização do exame de DNA na investigação de paternidade e direitos da personalidade. In: BARRETTO, Vicente. (Org.). A Nova Família: Problemas e Perspectivas. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. p. 169-194.
83. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Abuso dos direitos processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
84. MORELO, Augusto. El proceso justo. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2002.
85. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
86. NALINI José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: RT, 2004.
87. NALINI, José Renato. O futuro das profissões jurídicas. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
88. NALINI, José Renato (coord.). Uma nova ética para o juiz. São Paulo: Rev. Tribunais, 1994.
89. NALINI, José Renato. O Juiz e o Acesso à Justiça, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
90. NASCIMENTO, Walter Vieira. A justiça. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
91. NERI, Demétrio. Filosofia Moral, São Paulo, Loyola.
92. NINO, Santiago. Introducción al análisis del derecho. Buenos Aires: Astrea, 1996.

93. NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
94. OLIVEIRA, M. Araújo de. Ética e racionalidade moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
95. OLIVEIRA, M. Araújo de. Ética e sociabilidade. São Paulo: Loyola, 1993.
96. PALLOMBELA, Gianluigi. Filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
97. PANASCO, W. L. A responsabilidade civil, penal e ética dos Médicos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
98. PEGORARO, Olinto. Ética e justiça. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
99. PERELMAN, Chäim. Ética e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
100. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica, São Paulo: ed. Martins Fontes, 1996.
101. PESSINI, Léo; GARRAFA, Volnei. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola, 2003.
102. PINHEIRO, Pe. José Ernanne et al. Ética, justiça e Direito: reflexões sobre a reforma do Judiciário. Petrópolis: Vozes, CNBB; 1996.
103. PISANI, Andréa Proto. Giusto processo e valore della cognizione piena. In: Rivista di Diritto Civile. Padova: Cedam, 2002.
104. PLATÃO. A república. São Paulo: Rideel, 2002.
105. PORTANOVA, Rui. Princípios do processo civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
106. POTTER, V. R. Bioethics. Bridge to the future. Englewood cliffes, New York: Printice-hall, 1971.
107. RADBRUCH, Gustav. Filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
108. RAWLS, John. Justiça e Democracia, Catherine Audard (org.), São Paulo, Martins Fontes.
109. RAWLS, John & KELLY, Erin. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

110. REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2004.
111. REIS, Sérgio Nogueira. *Uma visão holística do Direito: manual prático para o jurista do 3º milênio*. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
112. RICOEUR, Paul. *O justo, ou a essência da justiça*. São Paulo: Instituto Piaget, 1997.
113. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
114. RODRIGUES, Rubi Germano. *A razão holística*. Brasília: Thesaurus, 1999.
115. ROSS, Alf. *Direito e justiça*. São Paulo: Edipro, 2003.
116. SÁ, Antonio Lopes de. *Ética profissional*. São Paulo: Atlas, 1998.
117. SÁ, F. M. O. *Clínica Médico-legal da Reparação do Dano Corporal em Direito Civil*. Coimbra: APADAC, 1992.
118. SÁ, Maria de Fátima Freire de. *Biodireito e o direito ao próprio corpo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
119. SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
120. SAVATER, Fernando. *Las preguntas de la vida*. Barcelo: Ariel, 1999.
121. SERRANO, Gloria Pérez. *Educação em Valores*, Porto Alegre, Artmed.
122. SILVA, Octacílio Paula. *Ética do magistrado à luz do direito comparado*. São Paulo: Rev. Tribunais, 1994.
123. SILVA, Ovídio Batista da. *Teoria geral do processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
124. SILVA, Reinaldo Pereira e. *Biodireito: a nova fronteira dos direitos humanos*. São Paulo: LTr, 2003.
125. _____. *Introdução ao biodireito*. São Paulo: LTr, 2002.
126. SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

127. SODRÉ, Ruy de Azevedo. *Ética profissional e estatuto do advogado*. São Paulo: LTr, 1991.
128. SODRÉ, Rui Azevedo. *O advogado. Seu estatuto e a ética profissional*, São Paulo: ed. Revista dos Tribunais.
129. SOUSA SILVA, José Carlos. *Ética na advocacia*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2000.
130. SOUTO, Cláudio. *Ciência e ética no Direito - uma alternativa de modernidade*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1992.
131. SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Podere éticos do juiz: a igualdade das partes e a repressão ao abuso no processo*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1987.
132. SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. *Abuso de direito processual: uma teoria pragmática*. São Paulo: RT, 2006.
133. SPINSANTI, S. *Aliança Terapêutica: as dimensões da saúde*. São Paulo: Paulinas, 1992.
134. SZANIAWSKI, Elimar. *Limites e Possibilidades do Direito de Redesignação do Estado Sexual*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
135. TELLES JR., Goffredo. *O direito quântico: o fundamento da ordem jurídica*. São Paulo: Max Limonad, 1985.
136. TELLES JR., Goffredo. *Iniciação na ciência do direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.
137. TEPEDINO, Gustavo. *A Tutela da Personalidade no Ordenamento Civil-constitucional Brasileiro*. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 23-54.
138. TRINSTAM JÚNIOR, E. *Fundamentos da Bioética*. São Paulo: Loyola, 1998.
139. VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
140. VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

141. VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura. São Paulo: Loyola, 1988.
142. VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica I. São Paulo: Loyola, 2000.
143. VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia V: Introdução à Ética Filosófica II. São Paulo: Loyola, 2001.
144. VICENZI, Brunella Vieira de. A boa fé no processo civil. São Paulo: Atlas, 2004.
145. VIEIRA, D. N. P. Contribuição para o diagnóstico diferencial entre feridas cutâneas vitais e post-mortem. Ediliber, LDA. Coimbra: Portugal, 1991.
146. VIEIRA, Oscar Vilhena. A constituição e sua reserva de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.
147. VILLEY, Michel. Filosofia do direito: definições e fins do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
148. WALZER, Michael. As Esferas da Justiça, Lisboa, Presença.
149. WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. Florianópolis: Habitus, 2001. v. I.
150. WILSON, Edward. Da Natureza Humana, São Paulo, T.A. Queiroz.

Lista de Ementas da Disciplina “Sociologia Jurídica”

Universidades Federais

1. UNB – Universidade de Brasília

Disciplina: Sociologia, Direito e Filosofia.

Ementa: 1. Análise de algumas propostas teóricas desenvolvidas na obra de representantes da Escola de Frankfurt a partir da tradição de pensamento herdada de Hegel, Marx e Freud. Discussão, em especial, de alguns problemas presentes na relação entre a tríade “indivíduo-Estado-sociedade”, tais como o da “coisificação” e alienação do ser humano, relações de poder e de dominação, relação entre direito e democracia. 2. O estudo e análise das propostas teóricas

dos intelectuais da chamada Escola de Frankfurt vem dar continuidade às discussões e debates já iniciados e tenciona construir a base teórica necessária para possibilitar uma maior compreensão do funcionamento e das causas das relações de poder existentes tanto nas redes do tecido social como na interação entre sociedade civil e Estado. 3. A análise das formas de exercício da violência e do poder no processo social passa a ser constituir em tarefa da sociologia jurídica, enquanto opção teórica e política de questionamento de um sistema de relações autoritárias que inviabiliza a implementação de um efetivo Estado de Direito, com o objetivo de pensar e elaborar formas criativas de mudança no cenário sócio-político e jurídico atual. 4. Trata-se, de avaliar a questão democrática e a vigência do Estado de Direito, inserida na linguagem enunciada pela linha institucional de pesquisa. Ou seja, compreender os mecanismos que dificultam e/ou obstaculizam o exercício universal da cidadania e dos direitos humanos.

2. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Disciplina: Sociologia da Decisão Jurídica.

Ementa: Concebendo a comunidade jurídica como, na sociedade atual, lugar da produção do direito, por isso responsável pela relação direito e sociedade, a disciplina parte da sociolinguística interacional para fornecer elementos teóricos à análise da decisão jurídica, que é o objeto empírico do estudo desta disciplina. Dentre os temas envolvidos temos: o giro lingüístico; teoria do significado; teoria semântica do significado, teoria intencionalista do significado e teoria pragmática do significado; Sociolinguística Interacionista; Análise crítica do discurso.

Disciplina: Teoria Sociológica do Direito.

Ementa: A abordagem Teórica da Sociológica do Direito a partir dos autores contemporâneos, sobre temas da Sociologia do Direito tais como: epistemologia; modernidade; sociologia das profissões; teoria da ação social; teoria dos sistemas; e decisão judicial.

3. UFPR – Universidade Federal do Paraná

Disciplina: Sociologia do Direito.

Ementa: Sociologia geral e jurídica. Vitalismo jurídico. Direito e função social. Direito e conflito social. Direito e ação social. Direito e hegemonia. Direito e

ideologia. Direito e sistema social. Direito e crise de paradigmas: Pluralismo Jurídico e Direito e pós-modernidade. Globalização.

Programa de Ensino

Unidade 1: Sociologia

Contexto histórico. Herança intelectual. Objeto. Sociologia do Direito.

Unidade 2: Vitalismo jurídico

Direito estatal. A investigação do direito vivo. Jurisprudência, doutrina e costume.

Unidade 3: Direito como fato social

Fato social. Consciência coletiva e individual. Divisão social do trabalho. Solidariedade mecânica e orgânica. Direito repressivo e restitutivo. Divisão social do trabalho anômica.

Unidade 4: Direito e conflito social

O método dialético. Materialismo histórico. Infra-estrutura e superestrutura. Meios de produção, relações de produção e modos de produção. O trabalho como mercadoria. Alienação. Ideologia. Classe social. Luta de classe. A questão do Direito.

Unidade 5: Direito e ação social

Ação Social. Compreensão. Causalidade. Tipo ideal. Tipos ideais de ação: tradicional, afetiva e racional. Relações sociais comunitárias e societárias. Ordem legítima: convenção, direito, costume e uso. Justificação da ordem legítima: tradição, crença e estatuto. Poder. Dominação. Tipos de dominação: racional, tradicional, e carismática. Processo de racionalização e “desencantamento” do mundo. Formação do Estado Moderno e suas características. Burocracia e racionalização do Direito. Estado e Direito. Racionalização do pensamento jurídico: generalização e sistematização. Ordem jurídica racional e irracional. Direito formal. Direito material. Tipos ideais de direito: direito irracional-material, direito irracional-formal, direito racional-material e direito racional-formal. Ética da responsabilidade e ética da convicção. A ética protestante e o espírito do capitalismo.

Unidade 6: Direito e hegemonia

Sociedade civil e sociedade política. Estado e hegemonia. Guerra de posição e guerra de movimento. O papel dos intelectuais: os operadores jurídicos enquanto

intelectuais orgânicos. Bloco histórico. Revolução passiva.

Unidade 7: Direito e ideologia

Infra-estrutura e superestrutura: o Estado. Aparelhos ideológicos e repressivos de Estado. A reprodução das relações de produção. A ideologia. O aparelho ideológico jurídico.

Unidade 8: Direito e sistema social I

Sistema e ação social. Ação social: ator, situação e orientação. Componentes estruturais: valores, normas, coletividades e papéis. Imperativos funcionais: estabilidade normativa, integração, prosseguimento dos fins e adaptação. Hierarquia dos componentes e das funções. Sistema social: subsistemas social, cultural e da personalidade. Processo de institucionalização e socialização.

Unidade 9: Direito e sistema social II

Complexidade e contingência. Expectativa cognitiva e normativa. Diferenciação e seletividade sistêmica. Autopoiese e alopoiese. O Direito como sistema autopoiético. A alopoiese do Direito. Direito, complexidade e risco.

Unidade 10: Direito e crise de paradigmas I

Pluralismo jurídico.

Unidade 11: Direito e crise de paradigmas II

Direito e pós-modernidade.

Unidade 12: A globalização

O declínio e/ou crise do Estado-nação e da soberania. A mundialização do capital: neoliberalismo e ordem global. Participação política, cidadania e globalização. Globalização e direito.

Metodologia: A metodologia adotada está direcionada no sentido do discente desenvolver uma conduta de investigador e de produtor do saber científico, de forma a possibilitar a sua reprodução. Neste contexto, o papel do professor será de consultor e coordenador das atividades de investigação realizadas. Para atingir tal escopo, os alunos realizarão atividades individuais e coletivas, consubstanciadas nos seminários e debates, fichas de leitura e paper, a serem coordenadas pelo professor.

Atividades: As atividades a serem desenvolvidas encontram-se estruturadas em 03 (três) partes:

1. Seminário: As Unidades que compõem o programa de ensino serão

desenvolvidas através de seminários (Unidades 2 até 7, 10, 11 e 12, sendo que a Unidade 5 será composta de duas partes). a serem apresentados coletivamente por um grupo de alunos a ser definido. No tocante às Unidades 1, 8 e 9, elas serão objeto de aulas a serem ministradas pelo professor. Os seminários serão apresentados tendo como referencial todos os textos da bibliografia em cada Unidade. O aluno utilizará de 60 (sessenta) a 80 (oitenta) minutos para realizar a exposição, cujo tempo será distribuído de forma a contemplar os seguintes aspectos: 1. apresentação do autor e da obra; 2. desenvolvimento das principais concepções do autor e 3. considerações pessoais e/ou críticas do aluno. Na seqüência, serão realizados debates, os quais serão pautados pela objetividade e pertinência temática das intervenções.

2. Ficha de leitura: O aluno que apresentar o seminário, entregará na mesma oportunidade o roteiro da sua apresentação. Os demais alunos deverão entregar uma ficha de leitura de resumo do(s) texto(s) selecionado(s) em cada Unidade indicado(s) na bibliografia com um asterisco (*). No dia da realização do seminário, além da ficha de leitura, os referidos alunos elaborarão no mínimo 2 (duas) perguntas, a serem entregues juntamente com a ficha de leitura, as quais têm o escopo de servir de ponto de partida para problematizar a temática analisada, estimulando os debates.

3. Paper: Os alunos apresentarão um paper na data definida no cronograma, que será desenvolvido tendo por base alguns parâmetros metodológicos e temáticos. O paper será produzido a partir de um tema de livre eleição do aluno, desde que em concerto com a temática de uma das Unidades que compõem o programa de ensino. O trabalho deverá ser apresentado segundo as normas da ABTN, espaço interlinear simples, não devendo ultrapassar a 15 (quinze) páginas, visando a possibilidade de ser indicado como artigo para publicação em revistas científicas ou publicações congêneres.

Avaliação: A avaliação será procedida tendo por base a atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez), a ser realizada em cada uma das etapas que compõem o processo avaliatório, todas de igual peso, cuja média final será convertida nos conceitos A, B, C, D e E, conforme previsão regimental. As etapas serão as seguintes:

1.Seminário: para a atribuição da nota, serão levados em consideração: 1. observância do tempo definido para a apresentação; 2. abordagem dos 03 (três)

aspectos para a apresentação dos seminários (vide item VI, 1); 3. metodologia empregada; 4. apresentação lógica e 5. utilização sistemática dos textos que compõem a bibliografia.

2. Conjunto das Participações: serão levadas em consideração as intervenções dos alunos nos debates, observando-se sempre a objetividade e pertinência temática, bem como a formulação das perguntas pelos alunos, colimando instigar as reflexões sobre o tema objeto do seminário.

3. Fichamento: além do peso desta etapa, as fichas de leitura, de cada Unidade, serão consideradas como 01 (uma) hora-atividade e computada como 01 (uma) presença, compondo, portanto, a carga horária da disciplina.

4. Paper: a avaliação terá como referência a observância dos requisitos definidos para sua realização.

4. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Disciplina: Temas de Sociologia.

Ementa: Estudo das relações entre sociedade, direito e justiça. As estruturas do poder e da autoridade em seu contexto social, em particular no espaço da magistratura.

5. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: Sociologia do Direito.

Ementa: Instância jurídica e “crise”. Sociologia do conhecimento e Sociologia jurídica: positivismo, historicismo, marxismo. Precursores e fundadores da Sociologia jurídica: G. Gurvith; E. Erhlich; M. Weber; E. Durhkeim. Teoria do conflito e teoria da ordem. A sociologia jurídica no Brasil. Pluralismo e monismo jurídico. Sociedades dependentes/periféricas; Sociologia jurídica : instituições jurídicas e profissionais do Direito.

6. UFAL – Universidade Federal de Alagoas

Disciplina: Sociologia do Direito.

Ementa: Visa, num primeiro instante, pôr o aluno da pós-graduação em contato com o fazer da pesquisa sócio-jurídica, expondo e discutindo as principais correntes teóricas que a fundamentam, bem como os principais métodos e técnicas utilizados pela sociologia do direito; e, num segundo momento, dar uma visão

panorâmica do que foi produzido nessa área de mais relevante nos últimos vinte anos no Brasil, sobretudo na sua vertente crítica - por ser hegemônica -, discutindo as implicações políticas desse movimento em relação às exigências de uma sociedade moderna e democrática.

Programa:

I. A Pesquisa Sócio-Empírica: 1. Fundamentos teóricos da Sociologia do Direito. 2. A Sociologia do Direito no quadro das ciências sociais. 3. A pesquisa sócio-empírica frente à pesquisa jurídica

II. A Pesquisa Sócio-Jurídica no Brasil: 1. Principais métodos e técnicas de pesquisa. 2. Antecedentes, histórico, principais correntes. 3. A experiência do Grupo Direito e Sociedade.

III. A Crítica dos Anos 70: 1. A Crítica do Direito francesa de Michel Miaille. 2. O pluralismo Jurídico de Boaventura Santos. 3. A Nova Escola Jurídica de Roberto Lyra Filho.

IV. Os Movimentos Alternativos dos Anos 80: 1. Direito Alternativo. 2. Uso Alternativo do Direito. 3. Discussões e perspectivas

7. UFC – Universidade Federal do Ceará

Disciplina: Sociologia do Direito e do Estado.

Ementa: Docente Responsável: José Agamenon Bezerra da Silva. Posição, objetivos e funções da Sociologia do Direito. Direito e Sociedade. O direito como fato social. Direito e controle social. Mudança social e direito. O Direito na sociedade moderna. O Direito e a opinião pública. O Estado moderno, seus aspectos sociais e o Direito.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Sociologia Jurídica

Ementa: Direito, justiça e ideologia: análise dos fatores de produção e transformação do direito. Normas sociais e normas jurídicas: a eficácia do direito. Direito e conflitos sociais: o impacto das novas demandas sociais sobre o Estado e a administração da justiça. Função social do judiciário. Os movimentos sociais e a emergência do sujeito coletivo de direito: Possibilidades de um saber jurídico

alternativo. Temas de uma Sociologia do Direito Civil Brasileiro: direito de propriedade; invasão de terras, as relações de inquilinato; a nova estrutura ocupacional e as transformações do direito de família; a urbanização e as normas de direito de vizinhança; as relações contratuais numa economia cartelizada.

Disciplina: Sociologia Urbana.

Ementa: O fenômeno urbano: delimitações conceituais, principais abordagens teóricas. Os elementos da estrutura urbana: a articulação do sistema econômico com o espaço social urbano, a lógica da urbanização no capitalismo e as experiências do socialismo. Habitação e urbanização: reprodução do espaço e reprodução da força de trabalho; a expansão das áreas metropolitanas e a segregação da miséria; periferia, loteamentos clandestinos e autoconstrução. Espaço urbano e espaço político: o papel do Estado e a emergência de novas práticas de controle social; os movimentos sociais urbanos e a luta política; planejamento urbano, intervenção estatal e urbanismo.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Sociologia Jurídica

Ementa: Abordagens clássicas (Durkheim, Weber e Marx, Parsons, Ehrlich) e contemporâneas da sociologia jurídica. A sociologia jurídica no Brasil

2. PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Disciplina: Sociologia Jurídica

Ementa: Introdução. Metodologia de trabalho. Importância do tema para a teoria constitucional. Referências metodológicas na abordagem do tema. Trabalho em classe. Seminário. Avaliações. Comentários bibliográficos. Início do curso com a abordagem das questões introdutórias sobre as possíveis análises da normatividade. Metodologia: Cada sessão será dividida em duas partes: seminário e aula do Professor. O seminário sempre ocorrerá nas primeiras duas horas de aula. Os alunos deverão expor os textos de seminário que serão previamente distribuídos e realizar uma análise indagativa. Na segunda parte da aula o Professor abordará o tema relacionando a análise dos textos de seminário com os demais pontos do curso. Os expositores do seminário deverão sempre fornecer,

com uma aula de antecedência, o roteiro do material a ser trabalhado em classe.

3. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Sociologia Jurídica Contemporânea.

Ementa: Na disciplina Sociologia Jurídica Contemporânea são estudadas, sob a ótica da Sociologia, as principais abordagens recentes sobre os fundamentos da ordem jurídica, em especial modelos legalidade e legitimação no Estado de Direito, em sintonia com a discussão internacional, tendo como fio condutor a questão da justiça.

Objetivos: Os objetivos centrais perseguidos com a disciplina são os seguintes: conhecer o debate internacional atual sobre a fundamentação da legitimidade do ordenamento jurídico em sociedades contemporâneas; estudar as fundamentações evocadas, nos anos recentes no Brasil, para mudanças em nosso ordenamento jurídico; contrapor e avaliar o debate internacional com a situação local.

Conteúdo Programático: 1 Introdução. 2 Justiça: um conceito em debate. 3 Teorias sobre a legitimação da ordem jurídica e a idéia da justiça. 3.1 Luhmann. 3.2 Habermas. 3.3 Rawls. 4 Estudo empírico

Programa: 1- Aprovação do programa e distribuição dos temas. 2. Ética e legitimidade: uma retrospectiva - O ético como momento da “Civilização da Razão” (Oliveira 1996: 11-29). 3 - O conceito formal de justiça (Heller 1998, cap. 1). 4 - O conceito ético-político de justiça (idem, cap. 2). 5 - O conceito de justiça dinâmica e O conceito sociopolítico de justiça (idem, cap. 3-4). 6 - Em busca de um conceito ético-político incompleto de justiça e A vida boa (idem, cap. 5-6). 7- Direito e moral (Habermas 1998, anexo 1). 8- Sobre o papel da sociedade civil e da opinião pública (idem, cap. 8 - tem tradução portuguesa). 9- Justiça como equidade (Rawls 1997, cap. 1). 10- A posição original (idem, cap. 3 - complemento: McCarthy 1994). 11- Introdução à teoria sistêmica (Neves e Samios 1997: 37-91). 12- A justiça nos sistemas jurídicos da sociedade moderna (Luhmann 1990, cap. 15 -italiano). 13- Síntese. 14-15 Estudo empírico em grupo (tema a definir). 16- Encerramento e avaliação

Procedimentos metodológicos: A disciplina será ministrada na forma de seminário. A bibliografia básica e a orientação serão de responsabilidade do professor, com colaboração dos estudantes. As temáticas será introduzidas por participantes. Espera-se uma participação contínua nas discussões, partindo de textos básicos para leitura comum, e na pesquisa.

Avaliação: Como avaliação servirão a participação em aula, preparação de seminários, participação na pesquisa e um artigo individual no final do semestre.

Disciplina: Temas avançados de Sociologia Jurídica

Ementa: São estudadas, sob a ótica da Sociologia, as principais abordagens recentes sobre os fundamentos da ordem jurídica, em especial modelos legalidade e legitimação no Estado de Direito, em sintonia com a discussão internacional, tendo como fio condutor a questão da justiça.

4. PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Disciplina: Sociologia do Direito I

Ementa: 1º e 2º Semestres: Objetiva-se discutir a relação Direito-Cultura recorrendo-se à posição antropológica dominante e as correlatas relações com a civilização. A abordagem evidenciará os aspectos de bona fide, promessa, processos de globalização e etnocentrismos para efeito de uma configuração inicial do perfil do Direito em época de profundas alterações no significado de território e soberania.

5. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Sociologia Jurídica Contemporânea

Ementa: Concepções e formas de reconhecimento como condicionantes dos direitos; surgimento histórico das declarações e convenções de direitos humanos em sua relação com os projetos políticos; direitos de cidadania; gerações e políticas; direitos humanos e de cidadania em crise: neoliberalismo; globalização e terrorismo; a busca de alternativas.

6. UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Disciplina: Sociologia do Direito

Ementa: Estuda o direito como fenômeno social, a evolução da abordagem sociológica do direito em Durkheim, Tonnies, Gierke, Duguit, Weber, Marx. A posição atual da sociologia jurídica em Luhmann e Habermas. Métodos de pesquisa empírica e as relações entre o indivíduo, a sociedade e o poder econômico.

Conteúdo Programático: 1. Relações entre sociologia e direito. Formas de

sociedade e formas de direito em Emile Durkheim. 2. Sociedade e direito no pensamento de Leon Duguit. 3. Sociedade e direito na obra de Eugen Erlich. 4. A racionalidade na teoria e prática jurídica segundo a sociologia compreensiva de Max Weber. 5. A racionalidade na teoria e prática jurídica segundo a sociologia compreensiva de Max Weber. 6. O direito como sistema autopoietico na perspectiva de Niklas Luhmann. 7. O direito na perspectiva conflitual da sociedade. Direito e conflito de classes segundo a perspectiva de Karl Marx. 8. O direito na perspectiva conflitual da sociedade. Direito e conflito de classes segundo a perspectiva de Karl Marx. O austro-marxismo de Karl Renner. 9. O direito na perspectiva das teorias críticas: a escola de Frankfurt e a racionalidade instrumental; o direito na perspectiva da teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas. 10. Temas de sociologia empírica do direito: transformações no direito do trabalho. Seminário. 11. Temas de sociologia empírica do direito: pesquisas sobre administração da justiça.. 12. Temas de sociologia empírica do direito: direito e economia nas sociedades complexas.

Universidades Particulares

1. UGF – Universidade Gama Filho

Disciplina: Sociologia Jurídica

Ementa: Perspectiva sociológica e perspectiva jurídica enquanto dimensões cognitivas diferenciadas da mesma realidade social. Tradição e desenvolvimento atual da sociologia do direito. Abordagens hegemônicas e heteronômicas na sociologia do direito e suas relações com a macro e com a microsociologia. A “questão da ordem” na sociologia contemporânea e suas conseqüências para a sociologia do direito. A interdisciplinaridade no direito: algumas reflexões sobre temas atuais.

2. UNESA – Universidade Estácio de Sá

Disciplina: Sociologia Jurídica.

Ementa: A disciplina Sociologia Jurídica pretende apresentar ao aluno do Curso de Mestrado em Direito um horizonte científico pautado pela pluralidade de paradigmas existentes, e em constante conflito, no campo acadêmico jurídico contemporâneo. A investigação de tal diversidade paradigmática acompanhará,

aqui, as várias maneiras de se focar a relação de determinação e/ou condicionamento existente entre os fenômenos sociais e o conjunto de normas e organizações jurídicas, de forma a melhor compreender a crise dos pressupostos epistemológicos positivistas, embaixadores da dogmática jurídica tradicional.

3. UNIFOR – Universidade de Fortaleza

Disciplina: Fundamentos Sociológicos do Direito.

Ementa: 1. Sociologia Geral e Sociologia Jurídica. 2. O Direito como fato social. 3. Sistema Social e Direito. 4. Processos Sociais e Direito. 5. Sistema Social e Direito. 6. Processos Sociais e Direito. 7. Controle Social e Direito. 8. Mudança Social e Direito. 9. A Sociologia do Direito Brasileiro

4. FDV – Faculdade de Direito de Vitória

Disciplina: Fundamentos Sociológicos do Direito.

Ementa: Introdução à Análise Sociológica e Sociedade Contemporânea. Direito como Fato Social e Direito Alternativo. A Violência e o Campo Jurídico.

5. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos

Disciplina: Sociologia do Direito

Ementa: Aspectos da teoria do Direito e da Sociologia jurídica, através de uma visão pluridisciplinar dos diversos sistemas jurídicos, em seus aspectos formais ou não formais: Teoria da Sociedade e Teoria Jurídica

1. Teoria do Direito e Sociologia Jurídica.
2. Política, Sociologia e Teoria Social.
3. Fundamento de uma teoria geral dos sistemas sociais.
4. Comunicação e Ação.
5. Sistema e Ambiente. Autopieses
6. Sociedade como Sistema Social.
7. Fundamentos de Teoria do Sistema.
8. Direitos Humanos: dogmática e internacionalização
9. Análise sociológica e econômica do Direito
10. Teoria da Justiça
11. Legalidade, legalismo e legitimação
12. Pluralismo jurídico

- 13. Sistemas jurídicos no Direito Comparado
- 14. Sociologia do Direito: Conteúdo
- 15. Sociologia Política: Conteúdo

6. UCAM – Universidade Cândido Mendes

Disciplina: Sociologia Jurídica.

Ementa: A Sociologia Jurídica e a tríade lacaniana RSI (Real, Simbólico, Imaginário); A Sociologia Jurídica e o romance (destaque para o jurista e escritor alemão Bernard Schlink); Os estudos sobre Direito e Sociedade (socio-legal studies). A Sociologia Jurídica e as demais ciências humanas. Crise de paradigmas; Estruturas sociais e controle social (Poder e Direito): o leque temático, as inovações epistemológicas e os enquadramentos teóricos; A construção do objeto: teoria e método; Pesquisa qualitativa e quantitativa; Metodologia e Ciências Humanas (ortodoxias / heterodoxias); Novos caminhos e enquadramentos teóricos; O Research Comittee on Sociology of Law (RCSL). O direito na pós-modernidade; Leques temáticos, enquadramentos teóricos e inovações epistemológicas.

7. UCS – Universidade de Caxias do Sul

Disciplina: Sociologia do Trabalho.

Ementa: Principais abordagens sobre processos de trabalho. O mundo do trabalho e as novas implicações sobre o trabalho. O Estado e as formas de trabalho. O Direito do Trabalho visto pela perspectiva da sociologia do trabalho.

Centros Universitários

1. FEESR – Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”

Disciplina: Fundamentos Sociológicos do Direito.

Ementa: Elementos de Sociologia. Sociologia do Direito. O Direito como resultante de processos sociais. O ordenamento social. O Direito como ordenamento. O Direito e o Estado. Direito e mudança social.

Bibliografia Básica da Disciplina “Sociologia Jurídica”

- 1. AGULLA, Juan Carlos. Teoría sociológica: sistematización histórica, Buenos Aires, Depalma, 1987, p. 151-166.

2. ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado, 6. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1992, 128 p.
3. _____. Sobre a reprodução, Petrópolis, Vozes, 1999, 294 p.
4. ANDRADE, L. R. de. “Brasil: magistratura y guerra de posición”, Jueces para la democracia. Información y debate [Madri], 22 (1994), pp. 108-115.
5. ARGÜELLO, Katie. O Ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber, São Paulo, Acadêmica, 1997, 215 p.
6. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 461-523.
7. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Gramsci: a democracia enquanto racionalidade jurídico-normativa - reflexões preliminares. In: ARRUDA, Edmundo Lima de e FILHO, Borges (org.). Gramsci: Estado, direito e sociedade, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1995, p. 11-26.
8. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de e FILHO, Borges (org.). Gramsci: Estado, direito e sociedade, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1995, p. 71-97.
9. AUBERT, Vilhem - Sociologia del Derecho (Sociology of law), Caracas, Tiempo Nuevo, 1971.
10. BENDIX, Reinhard. Max Weber: um perfil intelectual, Brasília, Ed. UNB, 1986.
11. BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Zahar, 1997, p. 126-127; 238-241.
12. CARBONNIER, Jean - Sociologia Jurídica (Sociologie Juridique), Coimbra, Almedina, 1979.
13. CÁRCOVA, C. M. (organizador). Derecho y transición democrática. Problemas de la gobernabilidad. Onati [Euskadi, Espanha], IISJ, 1995.
14. CARNOY, Martin. Estado e teoria política, 4. ed., São Paulo, Papyrus, 1994, p. 89-117. (*)
15. CASTELLS, M. O poder da identidade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

16. CASTRO, Celso A. P. de - *Sociologia e Direito*, São Paulo, Atlas, 1979.
17. CEVALIERI FILHO, Sérgio - *Você conhece sociologia Jurídica?* , 29 ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987.
18. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*, São Paulo, Brasiliense, 1980, 125 p.
19. CONDE-PUMPIDO TOURON, C. “Sociedad, democracia y justicia”, *Jueces para la democracia. Información y debate*, 21 (1994), pp. 19-24.
20. COUTINHO, Carlos Nelson. *Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*, São Paulo, UNESP, 1998, p. 15-36.
21. _____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1994, p. 91-120.
22. DE GIORGI, Raffale. *A contingência da crítica e a artificialidade do Direito*, conferência, UFPR, agosto/98, p. 01-16.
23. _____. *O risco na sociedade contemporânea*. In: *Revista Sequência*, UFSC, jun/94, p. 45-54.
24. DIAZ, Elias - *Sociologia y Filosofia del Derecho* - Madrid, Taurus, 1977.
25. DREIFUSS, René. *Poder, Estado e Força: uma leitura de Weber*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1993, p. 29-31; 87-92.
26. DUARTE, Francisco Carlos. *Justiça & Decisão: teoria da decisão judicial*. Curitiba, Juruá, v. I, 2002, 99 p.
27. _____. *Reforma do Judiciário: por um novo paradigma*, Curitiba, Juruá, v. II, 2002.
28. DUGUIT, Leon. *Lês transformations générales du droit privé depuis le Code Napoleon*. Paris, Felix Alcan, 1912.
29. DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
30. _____. *Divisão do trabalho social e direito*. In: SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e direito: leituras básicas de sociologia*, São Paulo, Livraria Pioneira, 1980, p. 121-130.

31. _____. As regras do método sociológico. In: Os Pensadores, v. XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 373-463.
32. _____. Sociologia, José Albertino Rodrigues (Org.). São Paulo, Ática, 1978.
33. EHRLICH, EUGEN. Fundamentos da Sociologia do Direito, Brasília, Unb, 1986.
34. ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, cap. IX - Barbárie e Civilização, 12. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 177-201.
35. FARIA, José Eduardo. Sociologia Jurídica: crise de Direito e práxis política, Rio de Janeiro, Forense, 1984. 194 p.
36. FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia. In FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade (leituras de introdução à Sociologia), Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 11-20.
37. FIGUEROA, Miguel Herrera - Sociologia del Derecho, Buenos Aires, De Palma, 1969.
38. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.): Repensando a Teoria do Estado. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2004.
39. FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. 4. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987, p. 178-193.
40. GALLIANO, Guilherme A. Introdução à Sociologia, São Paulo, Harbra, 1986, p. 172- 194.
41. GARGARELLA, R. La justicia frente al gobierno. Sobre el carácter contramayoritario del poder judicial. Barcelona, Ariel, 1996.
42. GUIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social, São Paulo, Unesp, 1998.
43. GURVITCH, Georges - Sociologia Jurídica . Rio de Janeiro, Cosmos, 1946.
44. HABERMAS, Jurgen. Direito e Democracia, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2 volumes, 1997.

45. IBÁÑEZ, P. A. (organizador). *Corrupción y Estado de derecho. El papel de la jurisdicción*. Madri, Editorial Trotta, 1995.
46. JACOB, R. *L'Europe: une culture judiciaire commune*, Paris, IHEJ, 1994.
47. JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *A sociologia do Direito no Brasil: introdução ao debate atual*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1993, 206 p.
48. KONDER, Leandro. *O que é dialética*, São Paulo, Brasiliense, 1981, 87 p.
49. KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1997, p. 78-158.
50. LAMOUNIER, Bolivar. *A dimensão política da globalização In: Pesquisas A globalização entre o imaginário e a realidade*, São Paulo, Fundação. Konrad Adenauer Stiftung, 1998.
51. LEVY-BRUHL, Henry - *Sociologia do Direito*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
52. LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre, Sérgio Fabris, 2002, 368 p.
53. LUHMANN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*. Brasília, UnB, 1980, p. 01-05.
54. _____. *O enfoque sociológico da teoria e prática do Direito*. In: *Revista Sequência*, UFSC, jun/94, p. 15-29.
55. _____. *Sociologia do Direito*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.
56. LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*, 14. ed., São Paulo, Brasiliense, 1980, 91 p.
57. MALISKA, Marcos Augusto. *Introdução à Sociologia do Direito de Eugen Erlich*, Curitiba, Juruá, 2001, 83 p.
58. MALISKA, Marcos Augusto. *Os operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos*. In:

60. MALISKA, Marcos Augusto. Pluralismo jurídico e direito moderno: notas para pensar a racionalidade jurídica na Modernidade, Curitiba, Juruá, 2000, 141 p.
61. MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.
62. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 10. ed. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 70-77.
63. MELOSSI, D. El Estado del control social. Un estudio sociológico de los conceptos de Estado y control social en la conformación de la democracia. México, Siglo XXI, 1992.
64. MENDOLESI, L. «Problemas da reforma do Estado. Crime, corrupção, trapaça, parasitismo, incúria. Sucessos, limites e lições do caso italiano», Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9 (1994), 24, pp. 5-15.
65. NEVES, Marcelo. Da autopoiese à alopoiese do Direito. In: Anuário do Mestrado em Direito, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1992, n. 5, p. 273-298.
66. _____. Do pluralismo jurídico à miscelânea social: o problema da falta de identidade da(s) esfera (s) de juridicidade na modernidade periférica e suas implicações na América Latina. In: Anuário do Mestrado em Direito, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, n. 6, p. 313-357.
67. PARSONS, Talcott. Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais. In: COHN, Gabriel. Sociologia para ler os clássicos, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 85-120 p.
68. PINHEIRO, P. S. e VIEIRA, O. V. “Corrupção, a morte anunciada dos governos”, in: José Luiz del ROIO, Itália: operação mãos limpas. E no Brasil? Quando? São Paulo, Ícone Editora, 1993.
69. POPPER, Karl: A Miséria do Historicismo. Tradução de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: EDUSP; Ed. Cultrix, 1980.
70. ROCHA, Leonel Severo. Direito, complexidade e risco. In: Revista Sequência, UFSC, jun/94, p. 01-14.
71. RODRIGUES, José Albertino (org.). Durkheim, 6. ed., São Paulo, Ática, 1993, p. 47-52; 73-84.

72. ROJO, R. E. “La toga, el sable y el príncipe modernizador: la transición a la democracia en la Argentina (1983-1989)”, *Humanas* [Porto Alegre], 16 (1993), 1, pp. 43-68.
73. ROJO, R. E. «Corrupção, consolidação democrática e exercício supletivo do poder político pelo Judiciário», *Humanas* [Porto Alegre], 17 (1994), 1/2, pp. 147-171.
74. ROJO, R. E. “Justicia, a pesar de todo”, *Índice. Revista de Ciencias Sociales* [Buenos Aires], XXXIV (2000), 20, pp. 363-377.
75. ROJO, R. E. «La justicia en democracia», *Sociologias* [Porto Alegre], 2 (2000), 3, pp. 94-126.
76. ROJO, R. E. *Judiciarisation de conflits sociaux et citoyenneté. Le cas du Brésil de nos jours*. Quebec, Université Laval, 2000.
77. SANTOS, B. de SOUSA, *Estado, derecho y luchas sociales*, Bogotá, ILSA, 1991.
78. SANTOS, B. de SOUSA, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da inexperiência*, São Paulo, Cortez, 2000.
79. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática ? A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, v. 1, São Paulo, Cortez, 2000, 415 p.
80. SCHELESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*, Curitiba, UFPR, 1992, p. 17-35.
81. SIMON, D. *La independencia del juez*, Barcelona, Ariel, 1986.
82. THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, v. I - *A árvore da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 9-14.
83. TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. 2.^a edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
84. VIANNA, Túlio Lima. *Da ditadura dos sistemas sociais: uma crítica à concepção de direito como sistema autopoiético*. In: *Revista Crítica Jurídica*, n. 22, jul-dez/2003, p. 67-78.

85. WEBER, Max. A ciência como vocação. In: Metodologia das ciências sociais, 2. Parte, 2, ed., São Paulo, Cortez, 1995, p. 431-453.
86. _____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Metodologia das ciências sociais, 2. Parte, 2, ed., São Paulo, Cortez, 1995, p. 349-359.
87. _____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Metodologia das ciências sociais, 2. Parte, 2, ed., São Paulo, Cortez, 1995, p. 399-429.
88. _____. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. In: Os Pensadores, v. XXXVII, São Paulo, Abril Cultural, 1974, cap. II e V, p. 181-237.
89. _____. A política como vocação. In: Ensaios de Sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 97-153.
90. _____. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1970.
91. _____. Economía y sociedad, México, Fondo de Cultura, 1985.
92. WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do Direito, São Paulo, Alfa-Omega, 1994, 349 p.

Bibliografia Complementar

1. ARNAUD, André-Jean e DULCE, Maria José Farinas. Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos, Rio de Janeiro – São Paulo, Renovar, 2000.
2. CAMPILONGO, Celso. O direito na sociedade complexa, São Paulo, Max Limonad, 2000.
3. COHN, Gabriel. Weber, São Paulo, Ática, 1986.
4. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução a uma ciência da sociedade, São Paulo, Moderna, 1997.
5. FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada, São Paulo, Malheiros, 1999.
6. FARIA, José Eduardo e CAMPILONGO, Celso. A sociologia jurídica no Brasil, Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1991.
7. FREUND, Julian. Sociologia de Max Weber, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

8. GERTZ, René. Max Weber e Karl Marx, São Paulo, Hucitec, 1997.
9. SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política, São Paulo, Cortez, 2006.
10. TEUBNER, Gunter. O direito como sistema autopoiético, Lisboa, Fundação Kalouste Gulbenkian, 1989.
11. TREVES, Renato. Sociologia do direito, Barueri, Manole, 2004.
12. VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende; MELO, Manuel Palácios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil, Rio de Janeiro, Revan, 1999.
13. VILLAS-BÔAS FILHO, Orlando. O direito na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, São Paulo, Max Limonad, 2006.
14. WHITE, Stephen K. Razão, justiça e modernidade: a obra recente de Jurgen Habermas, São Paulo, Ícone, 1995.

Lista de Ementas da Disciplina “História do Direito”

Universidades Federais

1. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Disciplina: História do Direito.

Ementa: Estudo da história do direito buscando compreensão das condições culturais em que se manifestaram as instituições jurídicas, conjugado ao estudo da história de alguns institutos específicos. Visão panorâmica do direito nos períodos primitivo, antigo, medieval, moderno e contemporâneo. A história do direito brasileiro. As novas abordagens metodológicas da história e da história do direito.

2. UFPR – Universidade Federal do Paraná

Disciplina: História do Direito.

Ementa: Introdução ao estudo da história do direito: concepções da história e pensamento crítico-histórico. História da legislação e das instituições político-jurídicas. Visão crítica da história do direito brasileiro.

Disciplina: História do Pensamento Jurídico.

Ementa: Esta disciplina busca aprofundar as reflexões de cunho teórico e metodológico dentro da história do pensamento jurídico moderno ao mesmo tempo em que aborda criticamente institutos do direito privado e público na sua historicidade.

3. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Disciplina: Temas de História das Idéias Constitucionais.

Ementa: A “História das Idéias” como disciplina do conhecimento: objeto e método. Visão geral das grandes linhas da evolução das idéias constitucionais no Brasil, da Constituição de Cadiz à Constituição de 1998. Idéias constitucionais anteriores à época da Independência: a herança lusa, especialmente a Universidade de Coimbra nos Séculos XVI e XVII; os movimentos brasileiros nativistas e a Inconfidência Mineira; a Constituição de Cádiz (1812) e sua influência no Brasil. A Constituição de 1824: a teoria constitucional do Império do Brasil. A Constituição de 1891: a teoria constitucional da Primeira República. A Constituição de 1934: a teoria constitucional entre 1930 e 1937. A Carta de 1937: idéias constitucionais do Estado Novo. A Constituição de 1946: as idéias constitucionais no período de 1946 a 1964. Pensamento constitucional entre 1964 e 1985. A Constituição de 1988. Perspectivas do pensamento no Século XXI.

Disciplina: Temas de História das Idéias Constitucionais II.

Ementa: A História das Idéias Políticas e Jus-constitucionais do Rio Grande do Sul. Condicionamentos histórico-sociais do pensamento Rio-Grandense. O século XVIII. O pensamento do século XIX: Hipólito José da Costa e o Visconde de São Leopoldo. O pensamento Político da Revolução Farroupilha. O pensamento liberal e o Gasparismo, o castilhismo e o pensamento positivista. O pensamento e a obra de Assis Brasil. O pensamento Político da Faculdade de Direito. A idéia Parlamentarista de Pedro Moacir e Raul Pilla. O Trabalhismo. O pensamento de esquerda.

4. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: História das Instituições Jurídicas.

Ementa: História das Instituições Jurídicas - Instituições, Historicidade Crítica

e Novos Paradigmas. Instituições Greco-Romanas: Família, Cidade e as Leis. Direito Medieval e Dogmática Canônica. Tribunais, Processos e Feiticeiros na Europa Moderna. Conquista e Instituições na América Indígena. Capitalismo Moderno e Ordem Normativa Burguesa. Justiça e Burocracia no Brasil Colonial. Elites e Magistrados na Sociedade Imperial. Academia, Formalismo e o Bacharelismo Liberal. Tradição Legal e Instituições Políticas Nacionais. Repensando as Raízes Culturais Brasileiras. História Crítica das Instituições Jurídicas.

5. UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Disciplina: História da Justiça e da Litigiosidade.

Ementa: O direito e sua relação com a história. História do Poder Judiciário. Análise histórica dos sistemas de composição de litígios entre nações, grupos e indivíduos. O Processo e os conflitos na antiguidade clássica e na idade média. A formação do direito processual brasileiro. O papel do Judiciário brasileiro na consolidação da República. O Processo como forma de solução de conflitos no Brasil colonial, no Império e na experiência republicana. Análise histórica das reformas do direito processual e do Judiciário.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: História do Direito.

Ementa: Introdução à História do Direito. As Origens do Direito Grego. A Filosofia do Direito de Platão e de Aristóteles. Os Princípios do Direito Romano. A Teologia Cristã e o Direito do século V ao século XIII. Direito Natural e Cristianismo. A Doutrina do Direito de Santo Agostinho. A Doutrina do Direito de São Tomás de Aquino. O Franciscanismo e o Direito. Filosofia Jurídica Moderna: Laicidade e Individualismo. A Escola Franciscana e a Doutrina de Duns Escoto. O Nominalismo. A Gênese do Direito Subjetivo em Guilherme de Ockam. Reforma Protestante e Reforma Católica. A Reforma Protestante e Lutero. Calvino e o Direito. A Escolástica Espanhola. Francisco de Vitoria. A Filosofia Jurídica da Reforma Católica. Francisco Suárez. Direito Moderno e Positivismo Jurídico. Thomas Hobbes e o Sistema de Direitos Subjetivos. Os Direitos Civis no Sistema de Hobbes.

Disciplina: História do Direito Processual Brasileiro.

Ementa: Direito processual e a herança do direito romano. Características do processo romano. Formação do direito luso. Processo no período visigótico. Direito canônico e processo. O direito processual nas Ordenações. Coexistência de jurisdições. Sociedade estamental. Justiça colonial. Formas. Inquisição. Juízes ordinários. Juízes de fora, ouvidores e Relações. Fundamentos da justiça colonial. Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Racionalismo e processo. Poder judicial no Império. Juízes de paz. A Universidade de Coimbra. Lei da Boa Razão. O Código de Processo Criminal. A reforma processual de 1832. Processo comercial e de falência no período imperial. Regulamento nº 737. A República e a pluralidade processual estadual. A Escola de Recife. Cientificismo. O Código de Processo Civil de 1939. O período Vargas. A Escola Paulista de Direito Processual. As reformas processuais do período militar. O Anteprojeto Buzaid. O Código de Processo Civil de 1973. A Constituição de 1988 e o processo. O direito alternativo. As reformas processuais. As novas tendências processuais. A efetividade do processo. A Escola Crítica do Direito Processual.

Disciplina: História do Direito Público.

Ementa: Introdução à história do direito público: seu conceito e delimitação no tempo e no espaço. Direito comum dos povos do império romano. Fontes do direito romano. Dominato. O direito público na Península Ibérica. A influência visigótica. A respublica cristã e sua influência na criação do direito na Alta Idade Média. O renascimento jurídico bolonhês e a recepção do direito comum. A recepção do direito comum na Península Ibérica na Baixa Idade Média. A aparição do Estado e o triunfo do direito régio. A racionalização do direito. As Ordenações. O direito português. O Estado constitucional. O processo de codificação. O direito público dos Estados autoritários. Novas tendências do direito público.

Disciplina: História do Pensamento Político.

Ementa: O pensamento político na Antigüidade. Platão, Aristóteles. A concepção medieval de poder temporal e poder espiritual. Stº. Tomás de Aquino; Dante; Bacon. Idealismo racional da renascença: Campanella e More. Maquiavel e o nascimento do Estado Nacional. A teoria do estado como consenso: Hobbes, Locke, Rousseau e os federalistas. Conflito e dominação política em Marx. Weber e as Instituições no

Estado Moderno. O elitismo de Mosca e Pareto. Consolidação do liberalismo político e questionamentos autoritários: o nazi-facismo. O Socialismo real e o Estado de Bem-Estar Social. As escolas teóricas da Ciência Política contemporânea: Funcionalismo; Análise Sistêmica; Escolha Racional; Expressões do Marxismo Atual, o Neo-Conservadorismo.

2. USP – Universidade de São Paulo

Disciplina: História do Processo Romano, Canônico e Lusitano (Recursos).

Ementa: Análise do sistema recursal lusitano, a partir do exame direto, fontes de cognição disponíveis. Comparação com o sistema recursal brasileiro. Influência do sistema lusitano no direito pátrio.

Disciplina: História do Conceito de Direito no Pensamento Jurid. Moderno.

Ementa: Objetivos

A disciplina pretende familiarizar os alunos com as principais correntes de pensamento jurídico que formaram a atual compreensão teórica dos juristas de problemas fundamentais da teoria geral e da filosofia do direito. Uma disciplina histórica nesta altura tem duas pretensões maiores: em primeiro lugar mostrar como se formou um debate a respeito de certos temas e, em segundo, como tal debate gerou os atuais impasses e também potencialidades de transformação do sistema jurídico.

Justificativa: É de todos reconhecido o fato de que se atravessa atualmente uma fase de mudanças institucionais profundas no direito. Às mudanças institucionais e legais somam-se outras de caráter cultural, sem falarmos nas alterações pelas quais passa a própria profissão dos operadores jurídicos. Neste contexto de mudança, o olhar histórico ajuda aqueles que se preparam, na pós-graduação sentido estrito, para a atividade de pesquisa e ensino a cultivarem a crítica às próprias atividades. Esta crítica, porém, merece ser realizada com rigor e aberta à destruição de observações generalistas e muitas vezes imprecisas. É comum autores e escolas de pensamento modernos serem catalogados com ligeireza e imprecisão. Tais imprecisões não podem vingar nos doutores e mestres formados por uma escola de liderança no cenário jurídico nacional. Ao mesmo tempo a disciplina pode mostrar aos alunos a complexidade dos debates travados anteriormente, reconstruindo, em certos aspectos, os argumentos que levaram aos arranjos legais e institucionais hoje conhecidos. Ajudará também a compreender as circunstâncias e o ambiente cultural e material que delimitaram as soluções

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

alcançadas. Dentro dos programas do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito a disciplina serve de complemento tanto às matérias versadas na Teoria Geral propriamente dita, aberta que está aos problemas da eficácia social das leis, quanto aos temas da Sociologia do Direito, diretamente ligados a questões sociais. Inexiste também, até o momento, uma disciplina de história da filosofia do direito, que pode ser parcialmente compensada pela cadeira que ora se propõe. Uma escolha do programa, de caráter proposital, é a não inclusão específica de temas diretamente ligados ao positivismo jurídico, para evitar sobreposição com as demais disciplinas já existentes e que tomam como interlocutores importantes os juristas contemporâneos, ou pelo menos juristas do século XX de correntes importantes (positivistas de várias sortes, analíticos, realistas, pragmáticos, etc.)

Conteúdo: 1. A formação do direito moderno – os juristas acadêmicos e os juristas práticos. 2. Em que consiste a lei? Da Escola de Salamanca ao final do século XVIII. 3. Em que consiste a lei? Os séculos XIX e XX. 4. Direito público e direito privado: a grande dicotomia revisitada e confirmada. 5. Direito das obrigações: os deveres entre os particulares e os deveres com os superiores, ou as muitas faces do contratualismo. 6. O jusnaturalismo prussiano: Pufendorf. 7. O jusnaturalismo napoleônico domesticado. 8. A dogmática publicista: o direito constitucional e o direito administrativo. 9. A dogmática privatista. 10. O pensamento jurídico brasileiro: os grandes debates nacionais. 11. O pensamento jurídico brasileiro: as grandes escolhas metodológicas e políticas. 12. As transformações no direito brasileiro privado. 13. As transformações no direito brasileiro público.

Disciplina: História do Direito do Trabalho no Brasil.

Ementa:

Justificativa: O estudo de História do Direito do Trabalho, no plano nacional e internacional e o pressuposto indispensável para o conhecimento das alterações verificadas em cada período da evolução desse ramo da Ciência do direito e as influências que sofrem da Ciência Política, do Direito Constitucional, repercutindo na sua formação como ramo do Direito desvinculado do Direito Civil. Ao especialista, possibilita o conhecimento dos reflexos da sociedade industrial, como causa principal ao lado das transformações políticas representantes do intervencionismo estatal e do movimento operário, na elaboração do Direito do Trabalho, como imperativo da tutela jurídica dos assalariados e forma de coordenação dos interesses divergentes entre trabalhadores e empregadores.

Conteúdo: História do direito do trabalho no Brasil. 1. Noções introdutórias: a prestação social, revolução industrial do século XVIII e os sistemas políticos. 2. Obrigações dos trabalhadores: história do sindicalismo. 3. Primeiras constituições. 4. Evolução das normas infraconstitucionais. 5. Organização Internacional do Trabalho. 6. História do Direito do Trabalho no Brasil: períodos e influências iniciais. 7. O período liberal. 8. O período corporativista. 9. O Período pós-corporativista: as Constituições de 1986 e 1987. 10. O período contemporâneo. 11. Tendências do novo modelo. 12. Provas.

Disciplina: História de Direito no Mundo Ocidental.

Ementa:

Objetivos: Estudar a formação e evolução dos principais sistemas jurídicos do mundo ocidental (romano-germânico e anglo-saxão) e suas interações. Abordar aspectos fundamentais das instituições jurídicas dos modernos direitos ocidentais. Facilitar aos alunos o contato com as fontes histórico-jurídicas, aproveitando o rico acervo da FDUSP. Desenvolver nos pesquisadores o sentido crítico e a perspectiva histórica na análise dos fenômenos e dos problemas jurídicos modernos.

Justificativa: Não é possível perquirir a evolução de um determinado instituto jurídico sem se valer do concurso da História e sem tratar dos fundamentos sociais, políticos, econômicos e culturais que o informaram e construíram. Daí a importância da História do Direito, ao fornecer à atualidade a compreensão dessa retrospectiva, esclarecendo dúvidas, afastando imprecisões, levantando, passo a passo, a estrutura do ordenamento onde aquele instituto se encontra, atua e conhece vigência, mostrando-se necessário à sociedade que dele se utiliza. É forçoso reconhecer que o passado, na verdade, passado não é, pois continua presente nas mais variadas manifestações do agir humano; por outro lado, aquilo que se diz inédito, nem sempre em verdade o é, mesmo quando o aparenta. Este o sentido que se há de reconhecer ao estudo da História e da História do Direito: deste empenho, estar-se-á compreendendo melhor a origem, formação e desenvolvimento do instituto ou dos institutos examinados; estar-se-á conhecendo o alcance da contribuição que deram para a composição de nosso ordenamento jurídico; e se estará visualizando a maneira como eles se projetaram até a atualidade e de que modo continuam repercutindo na estrutura da legislação vigente. O estudo da História do Direito não se limita a revolver os antecedentes históricos das instituições ora vigentes; explica-se, principalmente, pelo fato de constituir o “único caminho para a compreensão da essência do direito” na sua atual conjuntura. Porque é ciência, descreve e revela; pesquisa e esclarece; coordena e explicita a vida jurídica de um povo em seus mais

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

variados aspectos; vai às fontes, situa-se nos costumes, na sucessão das leis que se editaram, na interpretação dos textos, na doutrina e jurisprudência que as examinaram. É ciência histórica e é também jurídica, na medida que procura aclarar e compreender os fenômenos sócio-jurídicos, desde o momento em que surgiram e tiveram seqüência, persistindo no tempo, ou deixando de existir. E porque é disciplina, comporta utilidade ao jurista de hoje, o qual não pode permanecer tão só na dogmática, pois não é possível desvincular o direito atual das causas que determinaram a sua juridicidade. Ela ensina, enfim, que o direito não surgiu espontaneamente do nada, mas sempre esteve condicionado às incontáveis ordens da realidade, nunca estáticas, mas dinâmicas, que se alternam conforme igualmente se modificam os fatores integrantes do substrato social que a vida proporciona. Chega-se, assim, à investigação sincrônica e diacrônica dos fatos sociais, de modo a permitir a compreensão do sistema jurídico como um todo, assim como a valoração das gradações cambiantes que nele ocorreram e porque desta e não daquela forma ocorreram.

Conteúdo: 1) Introdução – Conceito de História do Direito. Metodologia. Fontes. Divisões. (1 aula teórica + 1 seminário: exemplos de fontes – literárias, históricas, monumentais, etc.) 2) Direito Grego Antigo – Introdução. Fontes. Instituições políticas e jurídicas. Direito Privado: pessoas; coisas; obrigações e sucessões. O legado grego. (1 aula teórica + 1 seminário: Livro V da Ética a Nicômaco) 3) Direito Romano I – História e fontes. História externa e interna. Evolução das fontes. Codificações. (2 aulas teóricas + 2 seminários: Lei das XII Tábuas; Codificação de Justiniano) 4) Direito Romano II – Sistemas processuais: ações da Lei; processo formulário; cognição extraordinária. (1 aula teórica + 1 seminário: interditos; restitutio in integrum; reivindicatio) 5) Direito Romano III – Instituições de direito privado: direito das coisas; direito das sucessões. (1 aula teórica + 1 seminário: testamentos) 6) Alta Idade Média: Direitos Germânicos – Direito germânico primitivo. Direitos romano-germânicos. Compilações. (1 aula teórica + 1 seminário: a “paz germânica” - responsabilidade, família) 7) Alta Idade Média: Direito Visigótico – Compilações. Aplicação e extensão do direito. Instituições de direito público. O direito privado. (1 aula teórica + 1 seminário: compra e venda no Código Visigótico) 8) Baixa Idade Média – O ensino do direito e a criação das universidades. A formação da ciência jurídica moderna: glosadores e comentadores. (2 aulas teóricas + 2 seminários: o espírito das universidades; sistemas de interpretação dos textos jurídicos) 9) Baixa Idade Média: O Direito Canônico – Histórico. Fontes. Compilações. Contribuições para a ciência jurídica moderna. (1 aula teórica + 1 seminário: a assistência judiciária). 10) A Recepção do Direito Justiniano na Europa: A Formação do IUS

Commune – Preponderância da lei sobre o costume. As “Ordonnances”. A Lei das “Siete Partidas”.(1 aula teórica + 1 seminário: a compra e venda nas “Siete Partidas”) 11) O Movimento Codificador Moderno – Antecedentes. O jusnaturalismo racionalista. As codificações na França e na Alemanha. Repercussão na Europa e no mundo.(1 aula teórica + 1 seminário: Pothier e o “Code Napoleon”) 12) O Common Law: Estudo Comparativo – Evolução histórica. Principais características. O direito anglo-americano.(1 aula teórica + 1 seminário: o “trust”).

Disciplina: História do Processo Canônico Romano, Canônico e Lusitano (Monumentos Legislativos e Instituições Processuais).

Ementa:

Objetivos: Objetivo Análise dos monumentos legislativos e das instituições processuais lusitanas, mediante o exame direto das fontes de cognição(documentos - codificações - ordenações Reínicolas). Estudo histórico -crítico a partir da fundação do Condado Portucalense Influência do “ius commune” na legislação hispanica, e conseqüentemente, nas leis lusitanas, decorrente da fundação da Universidade de Lisboa em 1290).

Justificativa: Justificativa Não se delinea possível compreender qualquer ordenamento juridico, e, pôr via de conseqüência, os seus respectivos institutos, senão com a analise dos condicionamentos históricos que o inspiram. No que se refere a história das instituições jurídicas, e nos limites do que se sucede em nosso País, a tendência se mostra desanimadora. As pesquisas doutrinárias de direito, em regra, pouco ou mal se dedicam à perspectiva histórica do assunto examinado, preferindo, desde logo, abordá-lo em seus aspectos dogmáticos. Assim, é curial, a história do direito, e, em particular, do processo, consiste no estudo e na compreensão das vicissitudes que determinaram o nascimento e a evolução dos institutos que são pertinentes, constituindo valioso e imprescindível instrumento para a compreensão do direito vigente e de toda a sua diretriz de natureza dogmática.

Conteúdo: Conteúdo: a) Formação e evolução do direito lusitano. b) Fontes. c) Bibliografia. d) O Processo nos períodos anteriores a formação do Estado Lusitano. e) O Processo nos primórdios do Estado Lusitano, antes das Ordenações Afonsinas. f) O Processo nas Ordenações Afonsinas. g) O Processo nas Ordenações Manuelutas. h) A reforma de D. João III e o “Código Sebastianico”. i) O Processo das Ordenações Filipinas. j) A Reforma Pombalina. k) O direito subsidiário. l) Os assentos da Casa da Suplicação.

Universidades Confessionais

1. PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Disciplina: Teoria e História das Idéias Políticas.

Ementa: 1. O Estado: 1.1 Discussão conceitual; 1.2 O sistema normativo jurídico; 1.3 As idéias de controle jurídico. 2. O Estado liberal de Direito: 2.1 Precedentes históricos; 2.2 Liberalismo e Estado de Direito; 2.3 Características gerais do Estado de Direito. 3. Fascismo e Estado Totalitário: 3.1 Características fundamentais da ideologia fascista; 3.2 A organização social e o “Stato Etico” na doutrina do fascismo italiano; 3.3 A idéia de Comunidade e o “Führerstaat” na doutrina do nazismo alemão. 4. Estado Social de Direito: 4.1 Do Estado Liberal de Direito ao Estado Social de Direito; 4.2 Tecocracia e Ideologia no “Welfare State”; 4.3 Neocapitalismo e Estado Social de Direito. 5. Estado Democrático de Direito: 5.1 Do Estado Social de Direito ao Estado Democrático de Direito; 5.2 Sociedade de Massas e Sociedade Democrática.

2. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Fundamentos Históricos do Constitucionalismo.

Ementa: Raízes do constitucionalismo moderno: Politeia; Res publica; Pensamento Escolástico e Nominalismo. A tradição inglesa: pensadores e instituições. O Humanismo Cívico. Absolutismo e Reforma. O contratualismo e o iluminismo. Os fundamentos econômicos. O constitucionalismo whig e o constitucionalismo revolucionário. O debate norte-americano e francês. O constitucionalismo da Restauração. O liberalismo, constitucionalismo e transformação social.

Universidades Particulares

1. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Historicidade do Direito.

Ementa: A interpretação do processo histórico e a natureza do conhecimento histórico. História e duração: a controvérsia do tempo. As experiências históricas de ontem e de hoje: a Filosofia Política Grega e o Direito Romano; o Direito Feudal; o Direito Canônico; o Direito Comum; Jusnaturalismo e Juspositivismo: codificação e constitucionalismo; Civil

Law e Common Law. As formas de organização jurídica: o surgimento dos estados modernos. As formas de produção jurídica na história: fontes do direito. Do estado de direito ao Estado Constitucional: enquadramento histórico da cena política inglesa, revolução americana e revolução francesa. A construção histórica do estado constitucional no Brasil.

2. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos

Disciplina: História do Direito Brasileiro.

Ementa: A disciplina busca compreender como o direito atual se formou, com o propósito de despertar no aluno a reflexão sobre seus problemas contemporâneos.

Programa: 1. Sobre a história, em geral, e a história do direito, em particular. O método histórico e a questão da objetividade da história. 2. Formação do direito comum. Tradição romanista e direito canônico. 3. Direito moderno e jusracionalismo.

4. Escola histórica, pandectismo e positivismo jurídico. 5. Crise do positivismo e discussão metodológica atual

3. UCS – Universidade de Caxias do Sul

Disciplina: Direito e História.

Ementa: História e o pensamento científico. Pensamento histórico. Direito na história. Relação entre as ciências. História e o pensamento científico. Pensamento histórico. Direito na história. Relação entre as ciências.

4. UNIMAR – Universidade de Marília

Disciplina: História das Idéias Econômicas.

Ementa: A multidisciplinaridade das Ciências Sociais (Inter-relação entre a Economia e o Direito, e suas ações na sociedade). As Raízes da Ciência Econômica - a Fase Pré-Científica da Economia (Antigüidade Clássica, Institutos Jurídicos e Econômicos, Antigüidade Grega e Romana, a Idade Média e o Mercantilismo). A Criação Científica da Economia - implicações sociais e jurídicas (a Fisiocracia, a Escola Clássica ou Liberal - o constitucionalismo e o movimento codificador do Direito privado, as Escolas Socialistas e o Comunismo

Bolchevista). Elaboração dos Princípios Teóricos Fundamentais (as Escolas de Viena, Lausanne, Cambridge e a Escola Neoclássica Sueca). Oposições ao Neoclassicismo (Escola Institucionalista e a Economia do Bem-estar). A Fase Contemporânea da Economia (a Revolução Keynesiana e Pós-Keynesiana). As Principais Tendências Atuais da Ciência Econômica (controvérsias, heterodoxias e neoliberalismo - implicações no universo jurídico). Ordem Econômica X Ordem Jurídica (Normas Jurídicas subjacentes à Teoria dos Mercados, Aspectos Jurídicos das Políticas Econômicas e o Efeito de Normas Jurídicas sobre o Comportamento dos Agentes Econômicos).

5. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

Disciplina: História do Pensamento Jurídico-Constitucional.

Ementa: 1. Contextualização histórico espacial do pensamento jurídico constitucional. 2. As Constituições e as formas de Estado e de Governo; 2.1 As formas de Estado na época moderna; 2.2- As formas de governo no Estado de Democracia clássica; 2.3 As formas de governo no Estado socialista; 2.4 As formas de governo no Estado autoritário. 3. As Constituições contemporâneas-quadro teórico conceitual e suas raízes históricas. 4. As transformações constitucionais no final do século XX. 5. O pensamento constitucional nos Estados ocidentais contemporâneos.

Centros Universitários

1. UNIFIEO – Centro Universitário Fieo

Disciplina: Evolução Histórico-Filosófica do Princípio da Dignidade da Pessoa humana.

Ementa: Fenomenologia e ontologia da pessoa. O princípio da dignidade da pessoa humana como critério fundante de valores e matriz dos direitos humanos. Precedentes da construção moderna da idéia de pessoa. A dignidade da pessoa humana na filosofia oriental. A dignidade da pessoa humana no Antigo Testamento. Pensamento grego: Platão e Aristóteles. Pensamento romano e estóico: Cícero e Sêneca. A dignidade da pessoa humana na Patrística e na Escolástica. A dignidade da pessoa humana na época moderna. O princípio da imanência. A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant. A dignidade da pessoa humana na modernidade. Importância decisiva para a sua construção. Análise da contribuição

da corrente personalista. Pensamento de Maritain, Mounier, Buber e Gabriel Marcel. Análise da contribuição da filosofia dos valores: Max Scheler e Johannes Hessen. Visão crítica dos resultados obtidos.

2. FEESR – Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”

Disciplina: História do Direito.

Ementa: Estabelecer a interferência entre a cultura historiográfica e os saberes jurídicos. Investigar os desdobramentos de um saber jurídico em ruptura.

Expandir as possibilidades do estatuto epistemológico-historiográfico e suas variantes como pressupostos de uma (re) construção dos discursos do direito moderno.

Bibliografia Básica da Disciplina “História do Direito”

1. ALBUQUERQUE, Martim de (1983), Para a história da legislação e jurisprudência em Portugal, Coimbra, 1983
2. ALMEIDA, Fernando H. Mendes. Ordenações Filipinas - Ordenações e leis do Reino de Portugal - Recopiladas por mandato d’el Rei D. Filipe, o Primeiro. 1º volume. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.
3. ALMEIDA, Pedro Tavares de (1995), A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890), 2 Vols. Lisboa, 1995.
4. ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (1993), ‘As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais’, História de Portugal, dir, por José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
5. ARAÚJO, Fernando. O Conceito Mecanicista de Liberdade, Coimbra, Livraria Almedina, 2001.
6. BARATA, Aureliano ‘O Lançamento das Bases do Estado Moderno: as reformas administrativas e judiciais do Liberalismo português’, Brigantia, 1989.
7. BARRETO, António (1999), & MÓNICA, Maria Filomena (coord.), Dicionário de História de Portugal, Porto, Figueirinhas 1999-2000,
8. BELO, José Maria. - História da República. 1889 - 1954.

9. CAENEGEM, R. C. van. Uma introdução histórica ao direito privado. Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
10. CAETANO, Caetano, Marcelo. História breve das constituições portuguesas, Lisboa, Verbo, 1965
11. CAETANO, Marcello. História do Direito Português - Fontes - Direito Público. 3ª edição. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 1992
12. CANOTILHO, Joaquim Gomes. Direito constitucional. Teoria da constituição, Coimbra, Almedina, 2002.
13. COULANGES, Fustel de. - A Cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições. São Paulo: EDIPRO, 1999.
14. _____. O Código de Hamurabi, Petrópolis: Vozes, s.d
15. _____. A Legislação Mosaica, Bíblia (Antigo Testamento).
16. CRUZ, Sebastião. Direito Romano - I. Introdução. Fontes. 4ª edição. Coimbra: Gráfica Coimbra, 1984.
17. CUNHA, Paulo Ferreira da. História constitucional do direito português. Coimbra: Almedina, 1995.
18. ESCUDERO,-José Antonio. Curso de Historia del Derecho, Fuentes e Instituciones Político administrativas. Madrid 1985.
19. FERRÃO, João, & SILVEIRA, Luís Espinha da. Poder central, poder regional, poder local uma perspectiva histórica, Lisboa, Cosmos, 1997.
20. FERREIRA, Waldemar. - História do Direito Brasileiro. Saraiva, s.d
21. FIORAVANTI, Maurizio. La scienza del diritto pubblico. Dottrine dello Stato e della costituzione tra otto e novecento, Milano, Giuffrè, 2001.
22. FONSECA, Ricardo Marcelo. Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002.
23. GARCIA-GALLO,-Alfonso. Manual de Historia del Derecho Español, I-II (Madrid 1979, 8ª ed. I següents).
24. GILISSEN, Jonh. Introdução histórica ao direito. 2 ed. Trad. A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

25. GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Trad. Arno Dal Ri Jr. 2a. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.
26. _____. Primeira lição sobre direito. Trad. Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: forense, 2006.
27. _____. História da propriedade e outros ensaios. Trad. Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
28. HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
29. HESPANHA, António Manuel. Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo monárquico Português, Coimbra. Almedina, 2004.
30. HESPANHA, António Manuel. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. 2 ed. [s.l. - Portugal]: Publicações Europa-América, 1998.
31. LARANJO, José Frederico. Princípios direito político e direito constitucional português, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895-1907.
32. LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Trad. José Lamego. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
33. LEAL, Aurelino. História Constitucional do Brasil, 1915.
34. LEME, Lino. M. Direito Civil Comparado. São Paulo, Saraiva, s.d.
35. LIMA, Rui Cirne. Pequena História Territorial do Brasil. RS: Ed. Sulina, 1954.
36. LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias. São Paulo: Max Limonad, 2000.
37. LOPES, José Reinaldo de Lima, Queiroz, Rafael M. R. e ACCA, Thiago dos Santos. Curso de história do direito. São Paulo: Método, 2006.
38. MAIA, Cristina Maria Ferreira da Costa Ribeiro & FERREIRA, Isabel Maria Cardoso Paulos. Rumos da legislação portuguesa do período de 1648-1660, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1993, p. 135-153. Separata da Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto, vol. XII, Porto, 1993.

39. MARQUES, A. H. de Oliveira (1989), Nova história de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1989-1991.
40. MARQUES, Mário Reis. O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal. Subsídio para o Estudo da Implantação em Portugal do Direito Moderno, Coimbra, 1987.
41. MARTINS JUNIOR, J. I. História do Direito Nacional. 2a. ed., 1941
42. MEDINA, João. História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias, [Amadora], Ediclube, 1993.
43. MIRANDA, Jorge. A administração pública nas constituições portuguesas, [S.l., s.n.], 1988, p. 607-617, Sep. da Rev. O Direito, 120, 1988.
44. MIRANDA, Jorge. O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
45. MIRANDA, Jorge. As constituições portuguesas: de 1822 ao texto actual da constituição, Lisboa, Petrony, 1992.
46. MONCADA, Luís Cabral de. Subsídios para uma História de Filosofia do Direito em Portugal 1772-1911, Coimbra, Coimbra Ed., 1938
MONCADA, Luís Cabral de. Estudos de história do Direito, Coimbra, Imp. da Universidade, 1948-1950, 3 vols.
47. MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia / dir. César Oliveira., 1ª ed, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1996.
48. NARVÁEZ, José Ramón. La persona en el derecho civil. Historia de un concepto jurídico, México: Porrúa, 2005.
49. PEREIRA, Miriam Halpern. A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822: estudo e documentos, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991-1992.
50. PEREIRA, Miriam Halpern. Das revoluções liberais ao Estado Novo, Lisboa, Presença, 1994.

51. PÉREZ-PRENDES, -José Manuel. Curso de Historia del Derecho Español. Madrid 1978.
52. RIBEIRO, Tomás. História da legislação liberal portuguesa, Lisboa, Impr. Nacional, 1891-1892, 2 vols.
53. ROCHA, Manuel António Coelho da (1841), Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal, para servir de introdução ao estudo do direito patrio, Coimbra, Impr. da Universidade, 1841.
54. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal, Lisboa, Verbo, 1984-1986, vols. 7 -9.
55. SERRÃO, Joel Dicionário de História de Portugal dirigido por Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1961.
56. SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. História do direito português. Fontes de direito, Lisboa, Gulbenkian, 3ª ed., 2000.
57. SOUSA, António Francisco de. Fundamentos históricos de direito administrativo, Lisboa, Editores Lda., 1995.
58. SOUZA, J. P. Galvão de. História do Direito Político Brasileiro. Ed. Saraiva, s.d.
59. TOMÀS Y VALIENTE , Francisco, Manual de Historia del Derecho Español. Madrid 1979.
60. VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
61. WIEACKER, Franz. História do direito privado moderno. Trad. [da 2 ed. alemã de 1967] A. M. Botelho Hespanha. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
62. WOLKMER, Antonio Carlos (org). Fundamentos de história do direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
63. WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. São Paulo: Forense, 1998.

Bibliografia complementar

1. ADORNO, Sérgio. Os Aprendizizes do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.
3. ALTHUSIUS, Johannes. Política. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Topbooks.
4. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.
5. ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a Crítica do Sujeito. Curitiba: UFPR, 2000.
6. ARNAUD, André-Jean. O Direito entre Modernidade e Globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
7. BARCELLONA, Pietro. El Individualismo Propietario. Madrid: Trotta, 1996.
8. BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
9. BERCOVICI, Gilberto. Constituição e Estado de exceção permanente: atualidade de Weimar. Rio de Janeiro: azougue editorial, 2004.
10. BERMAN, Harold J. Direito e revolução: a formação da tradição jurídica ocidental. Trad. Eduardo Takemi Kataola. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.
11. BERNARD, P. J. Perversões da Utopia Moderna. Bauru: EDUSC, 2000.
12. BIROCCHI, Italo. Alla ricerca dell'ordine: fonti e cultura giuridica nell'età moderna. Torino: Giappichelli, 2002.
13. BITTAR, Eduardo C. B. (org). História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2003.
14. BOBBIO, Norberto. Thomas Hobbes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
15. _____. Locke e o Direito Natural. Brasília: UNB, 1997.

16. _____. O Positivismo Jurídico. São Paulo: Ícone, 1995.
17. BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelângelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
18. BONETTO, M. S. e PIÑERO, M. T. Las Transformaciones en el Mundo del Trabajo: la Configuración del Sujeto Trabajador “in” Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho. Nº 17, agosto/2000.
19. BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
20. BOURDÉ, Guy & MATIN, Hervé. As escolas históricas. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
21. BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
22. BURKE, Peter. (org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
23. BURKE, Peter. A escola dos Anales (1929-1989): Revolução Francesa na Historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.
24. _____. O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.
25. _____. O que é história cultural? Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
26. CAENEGEM, R. C van. I sistemi giuridici europei. Bologna: il mulino, 2003.
27. CANNATA, Carlo Augusto. La giurisprudenza romana. Torino: Giappichelli, 1974.
28. CAPPELLINI, Paolo. Storia del diritto moderno: tre saggi. Milano: Giuffrè, 2003.
29. CAPPELLINI, Paolo e SORDI, Bernardo (orgs). Codici: una riflessione di fine millennio (Firenze:, 26-28 ottobre 2000). Milano: Giuffrè, 2002.

30. CAPPELLINI, Paolo et alii. De la ilustración al liberalismo: symposium en honor al profesor Paolo Grossi. Madrid: centro de estudios constitucionales, 1995.
31. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios da teoria e da metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
32. CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia (ensaios). Bauru/SP: EDUSC, 2005.
33. CAVANNA, Adriano. Storia del diritto moderno in europa. I. Ristampa. Milano: Giuffrè, 1982.
34. _____. Storia del diritto moderno in Europa: le fonti e il pensiero giuridico (2). Milano: Giuffrè, 2005.
35. CLAVERO, Bartolomé. História del derecho: derecho comun. Salamanca: Universidad, 1994.
36. _____. Razon de Estado, razon de individuo, razon de historia. Madrid: centro de estudios constitucionales, 1991.
37. COELHO, Luiz Fernando. Teoria Crítica do Direito. 2ª ed. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991.
38. COING, Helmut. Derecho privado europeo (Tomo I: derecho común más antiguo 1500-1800). Trad. Antonio Pérez Martín. Madrid: Fundación cultural del notariado, 1996.
39. _____. Derecho privado europeo (Tomo II: el siglo XIX). Trad. Antonio Pérez Martín. Madrid: Fundación cultural del notariado, 1996.
40. COSTA, Pietro. Iurisdictio: semantica del potere político nella pubblicistica medievale (1100-1433). 2ª ed. Milano: Giuffrè, 2002.
41. _____. Civitas: storia della cittadinanza in Europa: 1. Dalla civiltà comunale al settecento. Roma/Bari: Laterza, 1999.
42. _____. Civitas: storia della cittadinanza in Europa: 2. L età delle rivoluzioni. Roma/Bari: Laterza, 2000.
43. _____. Civitas: storia della cittadinanza in Europa: 3. la civiltà liberale. Roma/Bari: Laterza, 2001.

44. _____. Civitas: storia della cittadinanza in Europa: 4. l'età dei totalitarismi e della democrazia. Roma/Bari: Laterza, 2001
45. _____. Cidadinanz. Roma-Bari: Laterza, 2005.
46. COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (orgs). O Estado de Direito: história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
47. D'ORS, Alvaro. Derecho privado romano. 3 ed. Pamplona: EUNSA, 1977.
48. DELEUZE, Giles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1998.
49. DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
50. DUBY, Georges. As Três Ordens ou o Imaginário do Capitalismo. Lisboa: Estampa, 1982.
51. _____. História da vida privada: da Europa Feudal à renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
52. _____. Idade média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
53. DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: a Origem e o Mito da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
54. EDELMAN, Bernard. O Direito Captado Pela Fotografia: Elementos para Uma Teoria Marxista do Direito. Coimbra: Centelha, 1976.
55. ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Trad. [da 8a. ed. alemã de 1983] J. Baptista Machado. 7 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.
56. ENTERRÍA, Eduardo García de. La lengua de los derechos: la formación del derecho público europeo tras la revolución francesa. Madrid: Aklianza editoial, 2001.
57. ERIBON, Didier. Michel Foucault: 1926-1984. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
58. _____. Michel Foucault e seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

59. EWALD, François. Foucault, a Norma e o Direito. Lisboa: Vega, 1993.
60. FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2v.
61. FARIA, José Eduardo (org.) Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996.
62. _____. FERRAJOLI, Luigi. La cultura giuridica nell'Italia del novecento. Roma-Bari: Laterza, 1999.
63. FIORAVANTI, Maurizio. Costituzione: Bologna: Il mulino, 1999.
64. _____. Appunti di storia delle costituzione moderne: le libertà fondamentali. Torino: Giappichelli, 1995.
65. _____. Stato e Costituzione: materiali per una storia delle dottrine costituzionali. Torino. Giappichelli, 1993.
66. FIORAVANTI, Maurizio (org.) Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto. 4ª. ed. Roma/Bari: Laterza, 2004.
67. FITZPATRICK, Peter. La Construcción del Sujeto Jurídico em las Genealogías de Michel Foucault In: Crítica Jurídica : Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho, año 5, n. 9, 1988.
68. _____. La mitología del derecho moderno. Trad. Nuria Paréz. México: Siglo ventiuño editores, 1998.
69. FONSECA, Ricardo Marcelo. A História no Direito e a Verdade no Processo: o Argumento de Michel Foucault. In: Gênese: Revista de Direito Processual Civil. Curitiba, (17), julho/setembro/2000.
70. _____. A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil “in” Anuário mexicano de historia del derecho.
71. México: Vol. XVII, 2005, págs. 97/112.
72. _____. Dal diritto coloniale alla codificazione: appunti sulla cultura giuridica brasiliana tra settecento e novecento «in» Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno. Milano, vol. 33/34, 2005, págs.963/984.
73. _____. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879)

74. "in" Cuadernos del instituto Antonio de Nebrija. Madrid, vol. 8, n. 1, 2005, págs. 97/116.
75. _____. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. "in" Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno. Milano, vol. 35, 2006, págs. 339/371.
76. FONSECA, Marcio Alves da. Normalização e Direito. In CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (orgs.) Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
77. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
78. _____. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
79. _____. As palavras e as coisas. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
80. _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
81. _____. Microfísica do poder. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
82. _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
83. _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
84. _____. Sécurité, territoire, population (Cours ao Collège de France, 1977-1978). Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
85. FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
86. FREITAG, Barbara. A teoria crítica: ontem e hoje. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
87. GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1984.
88. GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. La lengua de los derechos: La formación del derecho público europeo tras la revolución francesa. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
89. GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888. São Paulo: Brasiliense, 1986.

90. GENOVESE, Eugene. D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
91. GILISSEN, John. Introdução histórica do direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
92. GONZÁLEZ, Antonio Serrano. Como lobo entre ovelhas: soberanos y marginados en Bodin, Shakespeare, Vives. Madrid: Centro do estudos constitucionales, 1992.
93. GORZ, André. Metamorfosis del trabajo. Madrid: Sistema, 1997.
94. GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
95. _____. Maquiavel, a política e o estado moderno. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
96. GROSSI, Paolo. L'ordine giuridico medievale. 9ª. ed. Roma/Bari: Laterza, 2003.
97. _____. Assolutismo giuridico e diritto privato. Milano: Giuffrè, 1998.
98. _____. Il dominio e le cose. Milano: Giuffrè, 1992.
99. GROSSI, Paolo (org). Storia sociale e dimensione giuridica: strumento d'indagine e ipotesi di lavoro (atti dell'incontro di studio, Firenze, 26-27 aprile 1985). Milano: Giuffrè, 1986.
100. GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: ed. Unijuí, 2004. 2 V.
101. GRUPPI, L. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 12ª ed. Porto Alegre: LP&M, s/d.
102. GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. Trad. Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 57-76.
103. HABERMAS, J. O Discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
104. HALPÉRIN, Jean-Louis. Histoire des droits em Europe: de 1750 à nos jours. Paris: Flammarion, 2004.
105. _____. Le code civil. 2ª ed. Paris: Dalloz, 2003.

106. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
107. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do leviathan: instituições e poder político. Portugal, Século XVII*. Coimbra: Almedina 1994
108. _____. *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.
109. _____. *A história do direito na história social*. Lisboa: Horizonte, 1978.
110. HESPANHA, António Manuel. (org.) *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
111. _____. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
112. HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
113. HOBBSBAWM, E. *Introdução “in” MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
114. _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
115. HOLANDA, Sérgio Buarque de. 25ª ed. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
116. IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
117. JOLOWICZ, H. F. *Historical introduction to the study of roman law*. Cambridge: Cambridge, 1952.
118. JULIOS-CAMPUZANO, A. de. *En las encrucijadas de la modernidad: politica, derecho y justicia*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.
119. KASER, Max. *Direito privado romano*. Trad. [da edição alemã de 1992] Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
120. _____. *Storia del diritto romano*. Trad. [da 2 ed. alemã de 1967] Remo Martini. Milano: Cisalpino, 1993.

121. KAUFMANN, Arthur. Filosofia do direito. Trad. [do original alemão de 1997] António Ulisses Cortês. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
122. KAUFMANN, Arthur e HASSEMER, Winfried.. Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas. Trad. [da 6 ed. alemã de 1994] Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Revisão científica e coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.
123. KHOTE, Flávio (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.
124. KONDER, L. Hegel: a razão quase enlouquecida. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
125. _____. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
126. KOSCHAKER, P. Europa y el derecho romano. Trad. [da 2 ed. alemã de 1953] Jose Santa cruz Teijeiro. Madrid: Editorial Revista de derecho privado, 1955.
127. KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
128. _____. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC/Rio, 2006.
129. KUNKEL, Wolfgang. História del derecho romano. Trad. [da 4a. ed. alemã] Juan Miquel. 5 ed. Barcelona: Ariel, 1975.
130. LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Nunes (org.). Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
131. LE GOFF, Jacques (org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
132. LE GOFF, Jacques et alii. A nova história. Lisboa: Edições 70, 1986.
133. LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

134. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 2.ed. São Paulo: Alfa- Ômega, 1975.
135. LEVACK, Brian P. A Caça às Bruxas. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
136. LIMA, Abili L. C. de. Globalização econômica, política e direito: análise de algumas mazelas causadas no plano político-jurídico. Curitiba, 2000. Tese (doutorado em Direito - Setor de Ciências Jurídicas da UFPr).
137. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1994.
138. LOPES, José Reinaldo de Lima. As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Ed. 34/ Edesp, 2004.
139. LOVISI, Claire. Introduction historique au droit. 2 ed. Paris: Dalloz, 2003.
140. LUDWIG, Celso. A alternatividade jurídica na perspectiva da libertação: Uma Leitura a Partir da Filosofia de Enrique Dussel. Curitiba, 1993. Dissertação (mestrado em Direito - Setor de Ciências Jurídicas da UFPr).
141. LYRA, Doreodó Araújo (org.). Desordem e processo. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1986.
142. MANNORI, Luca. Il sovrano tutore: pluralismo istituzionale e accentramento amministrativo nel principato dei Medici (secc. XVI-XVIII). Milano: Giuffrè, 1994.
143. MANNORI, Luca e SORDI, Bernardo. Storia del diritto amministrativo. 2ª ed. Roma/Bari: Laterza, 2003.
144. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1897.
145. MARX, K.; ENGELS, F. (org. Florestan Fernandes). História. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984.
146. MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

147. _____. Para a crítica da economia política “in” Marx (col. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
148. MATOS, Olgária C. F. Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.
149. _____. A escola de Frankfurt. São Paulo: Moderna, 1993.
150. MATTEUCCI, Nicola. Organizzazione del potere e libertà: storia del costituzionalismo moderno. Torino: UTET, 1988.
151. MCPHERSON, C. B.. A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
152. MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1989.
153. MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 19.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s.d.
154. MOTA, Carlos Guilherme (org.) Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (século XVI a 1850). São Paulo: Quartier Latin, 2006.
155. NEDER, Gizlene. Violência & cidadania. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1994.
156. _____. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995.
157. NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2003.
158. NOVAES, Adauto. Experiência e destino. In: NOVAES, A. (org.) A descoberta do homem e do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
159. NOVAIS, Fernando A. Aproximações: estudos de história e historiografia. S/l: Cosacnaify, 2005.
160. NOVAIS, Jorge Reis. Contributo para uma teoria do estado de direito: do estado de direito liberal ao estado social e democrático de direito. Coimbra, s.e., 1987.

161. ODALIA, Nilo. O saber e a história. São Paulo: Brasiliense, 1994.
162. OFFE, Claus. O capitalismo desorganizado. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
163. PADOA-SCHIOPPA, Antonio. Italia ed Europa nella storia del diritto. Bologna: il mulino, 2003.
164. PENA, Eduardo Spiller. Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: ed. UNICAMP, 2001.
165. PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica. Trad. [da edição francesa de 1979] Verginia K. Pupi. São Paulo, 1988. Janeiro, Belo Horizonte: Garnier, 2000.
166. PERROT, Michele (org.). História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
167. _____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
168. PETIT, Carlos. Discurso sobre el discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la Espana liberal (lección inaugural: curso acadêmico 2000-2001). Huelva: Universidad de Huelva, 2001.
169. PETIT, Carlos (org). Pasiones del jurista: amor, memória, melancolia, imaginación. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1997.
170. PETIT, Carlos (org). Derecho privado y revolución burguesa. Madrid: Marcial Pons, 1990.
171. POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
172. PRETEROSSO, Geminello. Autorità. Bologna: il mulino, 2002.
173. PRODI, Paolo. Una storia della giustizia: dal pluralismo dei fori al moderno dualismo tra coscienza e diritto. Bologna: il mulino, 2000.
174. RANCIÈRE Jacques Os nomes da história: um ensaio de poética do saber São paulo: EDUC/Pontes 1994
175. RANGEL, Jesus Antonio de la Torre. Derechos humanos desde el iusnaturalismo histórico analógico. México: Editorial Porrúa, 2001.

176. RIBEIRO, Renato Janine. Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
177. RIBEIRO, Renato Janine. (org.) Recordar Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1985.
178. ROCHA, Leonel Severo (org.). Teoria do direito e do Estado. Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1994.
179. ROSANVALON, Pierre. A crise do estado providência. Goiânia: Editora UFG/UNB, 1997.
180. ROUANET, Sergio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
181. _____. Mal estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
182. SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
183. _____. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
184. _____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
185. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
186. SAVIGNY, Friedrich Carl von. Sistema do direito romano atual (vol. VIII). Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004.
187. SCHIAVONE, Aldo. Historiografía y crítica del derecho. Madrid: Edersa, 1982.
188. SCHIAVONE, Aldo (org.) Diritto privato romano: um profilo storico. Torino: Einaudi, 2003.
189. SCHULZ, Fritz. Storia della giurisprudenza romana. Trad. [da edição inglesa de 1953] Guglielmo Nocera. Firenze: Sansoni, 1968.
190. SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo: Perspectiva, 1979.

191. SEELAENDER, Airton. A polícia e o rei-legislador: notas sobre algumas tendências da legislação portuguesa no antigo regime “in” BITTAR, Eduardo C. (org). História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2003.
192. SENETT, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
193. SILVA, Janice T. Descobrimientos e colonização. São Paulo: Ática, 1987.
194. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
195. _____. Liberdade antes do liberalismo. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 26/27.
196. SOUZA, Laura de Mello e. Notas sobre a vida quotidiana das degredadas da inquisição no século XVII, in: História: questões e debates. N.13, p. 252-258.
197. _____. O sol e a sombra: olítica e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
198. STAROBINSKI, Jean. Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
199. STEIN, Peter. I fondamenti del diritto europeu: profili sostanziali e processuali dell’evoluzione dei sistemi giuridici [Legal institutions: the development of dispute settlement]. Trad. Marco Mazzoni e Vincenzo Varano. Milano: Giuffrè, 1987.
200. TARELLO, Giovanni. Storia della cultura giuridica moderna: assolutismo e codificazione del diritto. Bologna: Il Mulino, 1998.
201. _____. Cultura giuridica e política del diritto. Bologna: Il Mulino, 1988.
202. THOMPSON, Edward. P. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
203. _____. A formação da classe operária inglesa. Vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

204. _____. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. São Paulo: Zahar, 1980.
205. TERNEY, Brian. L'idea dei diritti naturali: diritti naturali, legge naturale e diritto canonico (1150-1625). Trad. Valeria Ottoneli. Bologna: Il mulino, 2002.
206. TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
207. TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. et alii. Sexo barroco y otras transgresiones premodernas. Madrid: Alianza, 1997.
208. TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. Manual de historia del derecho español. 4ª. Ed. Madrid: Tecnos, 1983.
209. TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
210. VALLEJO, Jesús. Ruda equidad, ley consumada: concepcion de la potestad normativa (1250-1350). Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1992.
211. VARELA, Laura Beck. Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: renovar, 2005.
212. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas do bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, s.d.
213. VEYNE, Paul. (org.). A história da vida privada: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
214. VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
215. _____. Direito romano. Trad. Fernando Couto. Porto: Rés, [s/d] (Coleção Resjuridica).
216. VILLEY, Michel. Filosofia do direito: definições e fins do direito, os meios do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
217. _____. Direito romano. Porto: Resjuridica, s/d.

218. VOLANTE, Raffaele et alii. *Ordo Iuris: storia e forme dell'esperienza giuridica*. Milano: Giuffrè, 2003.
219. WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991.
220. _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
221. WELZEL, Hans. *Diritto naturale e giustizia materiale*. Milano: Giuffrè, 1965.
222. _____. *La dottrina giusnaturalistica di Samuel Pufendorf: un contributo alla storia delle idee dei secoli XVII e XVIII*. Torino: Giappichelli, 1993.
223. WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1994.
224. WOLKMER, Antonio Carlos. (org). *Humanismo e cultura jurídica no Brasil*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
225. ZAGREBELSKY, Gustavo. *Il "crucifige!" e la democrazia*. Torino: Einaudi, 1995.

Lista de Ementas da Disciplina “Filosofia do Direito / Política”

Universidades Federais

1. UFBA – Universidade Federal da Bahia

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Tendências atuais da filosofia. Modernas Correntes da filosofia do direito. Direito e Linguagem. Direito e poder. Direito e liberdade. Teorias procedimentalistas. Direito e argumentação. Teoria dos sistemas. O tempo do direito. Semiótica Jurídica.

2. UNB – Universidade de Brasília

Disciplina: Filosofia Política e Direito Constitucional.

Ementa: Direito e poder. Direito político. Teoria política clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria da constituição. Poder constituinte. Constituição como mecanismo de acoplamento entre direito e

política. Estado liberal. Estado social. Estado democrático de direito. Controle de constitucionalidade e poder político. Judicialização da política. Politização do Poder Judiciário. Tribunais constitucionais. Sistema representativo e constituição. Direito, política e movimentos sociais.

Disciplina: Filosofia Política e Teoria Crítica.

Ementa: Pressupostos filosóficos da teoria marxista. Consequências históricas e perspectivas contemporâneas sobre o marxismo.

3. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Disciplina: Filosofia do Direito I.

Ementa: Exame dos grandes sistemas do pensamento jurídico. Síntese da contribuição contemporânea. História das doutrinas e dos sistemas.

Disciplina: Filosofia do Estado.

Ementa: Teoria do Poder. Indução histórica da idéia de poder: perspectiva ética do Estado, perspectiva técnica do Estado, perspectiva poética do Estado. Poder e liberdade na formação do Estado de Direito.

Disciplina: Tópicos em Filosofia do Direito.

Ementa: Exame dos grandes sistemas do pensamento jurídico. Síntese da contribuição contemporânea. História das doutrinas e dos sistemas. A idéia de justiça nas matrizes do pensamento ocidental.

Disciplina: Tópicos Especiais de Direito Político.

Ementa: Teoria Geral do Direito Político, abrangendo desde a análise da Filosofia Política clássica e atual, passando pela Teoria da Democracia e da Ditadura, pelo Direito Parlamentar e chegando, finalmente, à introdução do problema da efetividade das normas atinentes aos vários jogos políticos institucionais concretos vivenciados nos distintos países e na arena internacional.

4. UFPA – Universidade Federal do Pará

Disciplina: Seminário de Filosofia Política.

Ementa: Tópicos de Filosofia Política, com atenção às obras clássicas e às mais representativas das atuais discussões, sem vinculação ao curso cronológico dos autores e das obras.

5. UFPR – Universidade Federal do Paraná

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: 1. A dimensão filosófica do direito e as principais correntes da jus filosofia. 2. Os espaços lógico, epistemológico e fenomenológico do direito. 3. Dogmática, zetética e crítica do direito. 4. Os valores jurídicos e o problema da justiça. 5. Paradigmas filosóficos e jusfilosofia.

Disciplina: Teoria Política e Democracia.

Ementa: Teorias fundamentais da teoria política moderna e contemporânea: uma análise sincrônica, Herança Política da Antigüidade Clássica. Escolástica, Retórica (Ars Dictaminis) e emergência do humanismo: poder, política e “Razão do Estado”. A contribuição de Maquiavel, Morus, Bodin e Hobbes. Soberania e espacialidade pública. Constitucionalismo, reforma e Contra-Reforma. Estado e Poder Popular: Locke, Montesquieu e Rousseau. O Calvinismo e a Teoria da Revolução. Industrialização, Capitalismo e Socialismo: funcionalismo, escola compreensiva e marxismo. Poder Político e Estado: teses e contra-teses do Welfare State. Crise do paradigma moderno: a insurgência de novos atores sociais e a fragmentação do poder político. A tensão entre particularismo e universalismo.

1) A Teoria do Estado na atualidade;

a) genealogia da Teoria do Estado;

b) sistemas da Teoria do Estado

c) Estado como estrutura de convivência política

I- Estado, objeto da ciência política

II- Estadp, objeto da sociologia política;

III- Estado, objeto de sua própria teoria.

2) O Estado nacional;

a) origens do Estado;

b) tipos de Estado;

c) Estado e nação

legitimidade e soberania (democracia)

3) Composição do Estado;

a) elementos do Estado;

b) o poder enquanto elemento do Estado

4) Teoria jurídica da representatividade do Estado

- 5) Configuração jurídica das formas políticas
teoria do Estado e o Direito Constitucional;
conceito jurídico da forma política;
-a República
-a Federação
- 6) Sobre o Estado de Direito (o Estado social de Direito)
- 7) Análise crítica do “Estado”.

6. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Disciplina: Temas de Filosofia do Direito.

Ementa: A história das relações entre direito e democracia no Ocidente. Governo dos homens e governo das leis. A soberania popular e o ideal liberal de Estado de Direito. A institucionalização jurídica do ideal democrático. Os direitos humanos e a democracia. Os fundamentos da democracia. O Estado democrático de direito.

7. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Especificidade da Filosofia do Direito: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássicos da Filosofia do Direito: idealistas, materialistas e críticos. Filosofia do Direito e axiologia jurídica. Tendências atuais em Filosofia do Direito.

Disciplina: Seminários de Filosofia e Teoria do Direito.

Ementa: A epistemologia jurídica contemporânea: limites e possibilidades. Métodos de pesquisa na filosofia do direito. Metodologia jurídica, epistemologia e política. Alienação e verdade. A verdade como prática política. Política e racionalidade jurídica. A instituição filosófica do direito e da democracia. A instituição ideológica da sociedade. Os direitos humanos como dimensão simbólica da política. Ética filosófica do direito.

8. UFPB/J.P. – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

Disciplina: Direito, Política e Desenvolvimento.

Ementa: A evolução do Estado moderno e suas transformações institucionais. O sistema político e sua ambientação (uma análise sistêmica do processo político). O fenômeno da globalização e seus efeitos na ordem político-jurídica dos Estados. O processo e a programação do desenvolvimento. A gestão de negócios internacionais.

Disciplina: Pensamento Político Brasileiro.

Ementa: Pensamento político brasileiro. Alberto Torres: organização nacional. Oliveira Vianna: Política objetiva. Nestor Duarte: ordem privada. Azevedo Amaral: Estado autoritário. Formação do Brasil contemporâneo. Pensamento político brasileiro em perspectiva.

Disciplina: Teoria Política.

Ementa: Teoria Política Clássica. Maquiavel: moralidade na política. Hobbes: estado de natureza e representação autoritária. Bodin: soberania e estado moderno. Botero: Razão de Estado. Montesquieu: das leis e do poder. Hamilton/Medison: formas, sistemas e regimes políticos. Teoria Política Contemporânea. Lógica da ação coletiva. Teoria dos jogos. Escolha racional. Novo Institucionalismo. Moralidade e eticidade. Teoria democrática revisitada.

9. UFAL – Universidade Federal de Alagoas

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa:

“1 - Introdução:

1.1 Aproximação ao fenômeno jurídico - 06 h/a

2 - A Filosofia do Direito Jurídica e sua complexidade na formação do jurista contemporâneo - 06 h/a

3 - O projeto da Ciência Jurídica, da Filosofia do Direito e o de uma Teoria Crítica do Direito: 18 h/a

3.1. Da origem Jusnaturalista ao Positivismo

3.2. As alternativas realistas

3.3. Entre teorias gerais e crítica das categorias jurídicas: Hart e Dworkin

3.3.1 - A Teoria do Garantismo de L. Ferrajoli

3.3.2 - A tradição da Teoria Crítica de Habermas e a Teoria Sistêmica de Suhrkamp.

- 4. A valorização do Direito: 9 h/a
- 4.1 A argumentação racional dos valores
- 4.2 A fundamentação dos Direitos Humanos
- 4.3 Temas atuais de axiologia jurídica.
- 5. As Teorias da Argumentação Jurídica : 6 h/a

10. UFC – Universidade Federal do Ceará

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Noção e conceito da Filosofia Jurídica. Os fundamentos filosóficos do Direito e do Estado. Os problemas fundamentais. A evolução da filosofia do Direito e do Estado. Docente Responsável: Paulo Bonavides.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Ontologia jurídica. Direito, Força e Estado. Tipologia dos sistemas normativos. Moral e Direito. Teorias das normas jurídicas. Teoria do ordenamento jurídico. Ciência Jurídica e Direito Positivo. Criação e reconstrução do Direito. Dogmática jurídica. Fenomenologia da justiça. Direito, liberdade e justiça. Justiça distributiva. O moderno conceito de justiça política.

Disciplina: Pensamento Jurídico Político Atual.

Ementa: O pensamento Jurídico político contemporâneo e a situação das ciências sociais. Liberalismo e comunitarismo. O republicanismo. O procedimentalismo. A questão da social democracia.

Disciplina: Sistemas Jurídico–Políticos Comparados.

Ementa: A comparação: princípios e métodos. Tipologia dos sistemas jurídicos. Tipologia dos sistemas políticos. Instituições político-jurídicas em perspectiva comparada. Grupos políticos e atores jurídicos. Processos políticos e jurídicos comparados. Tópicos especiais de análise comparativa.

Disciplina: Sistema Jurídico–Políticos Comparados.

Ementa: A comparação: princípios e métodos. Tipologia dos sistemas jurídicos. Tipologia dos sistemas políticos. Instituições político-jurídicas em perspectiva

comparada. Grupos políticos e atores jurídicos. Processos políticos e jurídicos comparados. Tópicos especiais de análise comparativa.

2. USP – Universidade de São Paulo

Disciplina: Posições Atuais da Filosofia do Direito (Restauração, Síntese ou Ruptura).

Ementa: “Posições Atuais da Filosofia do Direito: Restauração, Síntese ou Ruptura”.

Objetivos: Trata-se aqui da ruptura com o mundo jurídico essencialmente dogmático, do qual se exclui toda filosofia e onde qualquer teoria dos valores aparece como ideologia conservadora. A fenomenologia da consciência moral dá independência ao jurídico, afasta do sentido moral empobrecido, exigência do “mínimo ético”. Em contraponto à dialética kantiana com suas antinomias, a observação como método aristotélico e do direito romano, alcança ponto mais alto na filosofia de Heidegger. A efetividade só se encontra na existência, na percepção para compreensão do ser, aí ela é ontológica. O des-encobrimento do direito se opõe ao absoluto sistema. Definir o direito pela diferença específica (no sentido aristotélico) é hoje insuficiente, para não dizer perigoso. O esforço da afirmação parece que se esgota. A pergunta é: como compreender as coisas? Por que as coisas são de um modo e não de outro?

Justificativa: “As justificativas filosóficas das correntes atuais fornecem instrumental para reflexão crítica do fenômeno jurídico. Segue-se a linha de Heidegger que é o filósofo de nosso tempo, tendo como contraponto o pensamento kantiano verbalmente declaração de Miguel Reale e assumido pelo único filósofo vivo a tratar do direito – Jürgen Habermas

Conteúdo: 1. Autonomia e unidade do ser jurídico. Modos jurídicos de ser. Justiça e Direito. A Mudança necessária: uma correção de rumo no Brasil. 2. Limites do positivismo jurídico e do filosófico-jurídico. Direito natural e ciência empírica. Representação e existência. 3. Natureza e valor na teoria dos valores. Ethos e ético. Ius e direito. Justiça: sentido moral e jurídico. Fenomenologia da consciência moral. 4. Lógica analítica e dialética. Seu desenvolvimento no direito. Metodologia jurídica: a observação e a norma. Sistema e descobrimento do direito. 5. Hierarquia ontológica das ciências: primado do direito sobre a política. Justiça como verdade (desocultação). Ideologia e desalienação. Praxis. 6. Desconstrução da história da justiça e do direito. O

ser e o outro: exclusão ou compreensão. O esforço de fundação do direito. Ciência e filosofia da justiça.

3. UNESP/FR – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/França

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: A Filosofia do Direito indaga dos pressupostos e fundamentos da experiência jurídica para estabelecer o que é e como funciona o Direito. Enquanto o jurista parte do dogma legal, o jusfilósofo problematiza o dogma no sentido de proceder a um exame crítico e construtivo da jurisprudência. Neste sentido o Direito pode ser aperfeiçoado no seu funcionamento e eficácia.

4. UEL – Universidade Estadual de Londrina

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: A teoria da ciência. A ciência do direito. Conceito de Direito. O sistema jurídico. As grandes correntes da teoria jurídica: o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo. As correntes alternativas. A epistemologia jurídica contemporânea. Pluralismo jurídico. Novas fontes de produção jurídica: os movimentos sociais.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Igualdade, diferença e alteridade. Justiça, legalidade e legitimidade. O papel da equidade e da phrónesis em Aristóteles. O direito no contexto da modernidade filosófica: Kant e Hegel. Teorias contemporâneas da justiça no Estado Democrático de Direito: Rawls, Habermas e MacIntyre.

2. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disciplina: Ecologia Política e Direito.

Ementa: As dimensões dos direitos. A agregação das diversas dimensões. A perspectiva do Direito em face dos novos desafios. O direito fundamental ao

meio-ambiente saudável. Ambientalismo e ecologismo: diferenças e similitudes. Ecologia, espaço e poder: o futuro da civilização. Os novos direitos decorrentes das novas dimensões (gerações) de direitos. O papel do Poder Judiciário. Ações políticas e jurídicas.

3. PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Disciplina: Filosofia do Direito – Direito e Justiça.

Ementa: Justiça e direito. Justiça como virtude, como voluntas, como lei. Justiça e utilidade, justiça e caritas, justiça e inveja.

Disciplina: Filosofia do Direito I.

Ementa:

1º Semestre - Turma A

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito, principalmente a ética a nicômaco de Aristote les e sua discussão sobre a justiça, temas como a linguagem do Direito; raciocínio Lógico; a intuição etc., tudo dentro de uma metodologia que pretende preparar o aluno para o magistério e para pesquisa científica.

2º Semestre - Turma A

A partir da reflexão filosófica sobre o valor Justiça como núcleo essencial do Direito, o curso tem como finalidade:

- 1) Despertar o interesse pela investigação sobre os temas essenciais do Direito, sob a ótica gnosiológica, axiológica e ontológica.
- 2) Estimular a pesquisa filosófico-jurídica;
- 3) Gerar o hábito da reflexão e do diálogo filosófico-jurídico;
- 4) Estimular a elaboração de estudos filosóficos sobre o Direito, preparando, assim, o aluno, para o magistério jurídico

1º Semestre - Turma B

A partir da reflexão filosófica sobre o valor Justiça como núcleo essencial do Direito, o curso tem como finalidade:

- 1) Despertar o interesse pela investigação sobre os temas essenciais do Direito, sob a ótica gnosiológica, axiológica e ontológica.
- 2) Estimular a pesquisa filosófico-jurídica;
- 3) Gerar o hábito da reflexão e do diálogo filosófico-jurídico;

4) Estimular a elaboração de estudos filosóficos sobre o Direito, preparando, assim, o aluno, para o magistério jurídico.

2º Semestre – Turma B

A disciplina Filosofia do Direito I visa apresentar um panorama das principais correntes do pensamento jurídico-filosófico para fornecer aos Srs. Alunos um cabedal de conhecimentos que lhes forneçam uma base para seus estudos em nível Pós-Graduação dos vários ramos do Direito. Nesse sentido serão estudados Platão, Aristóteles, o Estoicismo, São Tomás, Kant, Kelsen, Ihering, Savigny, Hegel, Solari, Bobbio, Reale, Vilanova, Luhmann, Perelmann.

1º Semestre - Turma C

“Justiça: a relação entre a igualdade e a liberdade”

2º Semestre – Turma C

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito, principalmente a ética a Nicômaco de Aristóteles e sua discussão sobre a justiça, temas como a linguagem do Direito; raciocínio Lógico; a intuição etc., tudo dentro de uma metodologia que pretende preparar o aluno para o magistério e para pesquisa científica.

1º Semestre – Turma D

O Curso tem por objetivo investigar o bio-direito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente, do denominado Bio-Direito ou “Bio-Juris”, termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológica, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que se segue, buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade

viva em pleno desenvolvimento, lembramos a frase de Benjamin Cardozo de que: “O direito deve ser estável, mas não pode ser estático”.

2º Semestre – Turma D

“Justiça: a relação entre a igualdade e a liberdade”

1º Semestre – Turma E

O curso visa dar uma visão panorâmica da Ontologia, Epistemologia e Axiologia Jurídicas, voltada ao estudo da “norma jurídica”, embora dê um enfoque especial à Epistemologia Jurídica. Evita-se, no Curso, o monopólio de uma teoria, pois os problemas epistemológicos não mais se resolvem por uma especulação abstrata por ser impossível compreender em todo seu alcance científico-jurídico e filosófico, a norma, sem o recurso a todas as noções fundamentais contidas nas teorias clássicas e modernas. Procurar-se-á um estudo realista da norma jurídica, sob o prisma Kelseniano, empírico e pragmático.

2º Semestre – Turma E

Objetiva-se discutir a obra recente de Jürgen Habermas e sua vinculação com os temas principais da Filosofia do Direito I Contemporânea e, em particular, com as questões suscitadas pela Teoria Geral dos Sistemas.

2º Semestre – Turma F

O Curso tem por objetivo investigar o bio-direito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente do denominado Bio-Direito ou “Bio-Juris”, termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológica, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que se segue buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade

viva em pleno desenvolvimento, lembramos a frase de Benjamin Cardoso de que: “O direito deve ser estável, mas não pode ser estático”.

2º Semestre – Turma G

O curso visa dar uma visão panorâmica da Ontologia, Epistemologia e Axiologia Jurídicas, voltada ao estudo da “norma jurídica”, embora dê um enfoque especial à Epistemologia Jurídica. Evita-se, no Curso, o monopólio de uma teoria, pois os problemas epistemológicos não mais se resolvem por uma especulação abstrata por ser impossível compreender em todo seu alcance científico-jurídico e filosófico, a norma, sem o recurso a todas as noções fundamentais contidas nas teorias clássicas e modernas. Procurar-se-á um estudo realista da norma jurídica, sob o prisma Kelseniano, empírico e pragmático.

Disciplina: Filosofia do Direito I – Filosofia do Direito Aplicada.

Ementa: Características do conhecimento filosófico. Desenvolvimento histórico do pensamento jurídico. Direções atuais da Filosofia do Direito. A filosofia constitucional e processual. A tendência atual no sentido de uma procedimentalização do Direito e o significado filosófico do princípio da proporcionalidade. Epistemologia e fenomenologia do processo. Natureza da coisa julgada como problema filosófico. Elementos de filosofia política: poder, estado, democracia. O judiciário na pós-modernidade.

Disciplina: Filosofia do Direito I – Lógica Jurídica (Turma A e B).

Ementa:

1º e 2º Semestres - Turmas A-B

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na primeira, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na segunda, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda

parte, conceitos básicos de “teoria das relações”. Na terceira, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto de apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão (“linguagem jurídica”).

Disciplina: Filosofia do Direito I – Teoria da Norma Jurídica.

Ementa: Norma jurídica. Estrutura: norma como proposição, como prescrição, como comunicação. O problema da solução. O sistema normativo: norma fundamental.

Disciplina: Filosofia do Direito II.

Ementa:

Turma A

Objetiva-se examinar detidamente as seções pertinentes de “economia e sociedade” de Max Weber. Explorando suas relações e implicações com o direito.

Turma B

I. Caracterização epistemológica da “Teoria dos Direitos Fundamentais” como modelo de Teoria da Ciência Jurídica.

II. Precisão do conceito de “direitos fundamentais” e distinção de noções afins.

III. A problemática dos direitos fundamentais situada historicamente em sua dimensão jusfilosófica e política .

IV. A norma de direitos fundamentais: natureza, validade e eficácia.

V. As situações jurídicas e titularidades subjetivas derivadas dos direitos fundamentais.

VI. A metodologia jurídica adequada à interpretação de direitos fundamentais.

VII. A garantia dos direitos fundamentais através de ações, jurisdição e processo constitucionais.

VIII. Os direitos e garantias fundamentais na ordem constitucional brasileira.

IX. Os direitos e garantias fundamentais no direito comparado.

X. Proteção internacional dos direitos fundamentais.

Disciplina: Filosofia do Direito III.

Ementa: Voltar-se-á a disciplina ao estudo de textos de filósofos do Direito contemporâneos, particularmente aqueles de maior impacto nos rumos da produção brasileira: em particular, Ronald Dworkin, Hans-Georg Gadamer e os do economista Carlos Matus.

4. UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

Disciplina: Filosofia do Direito II – A Liberdade – Estudo Fenomenol.

Ementa: A presente disciplina pretende estudar a liberdade enquanto fenômeno, isto é, como algo que pode ser vivenciado no meio social. O conceito será posto, então, e examinado no panorama fenomenológico e existencial contemporâneo. Outrossim, a meta será desvendar a existência da própria liberdade humana na complexidade da sociedade contemporânea, buscando conhecer seus limites e possibilidades.

Disciplina: Filosofia do Direito I – Intuição e Dir.: A Questão do Método.

Ementa: O objetivo desta disciplina é buscar encontrar um novo método de conhecimento. A opção foi procurar um meio não verbalizado, especificamente a intuição. Essa virtude humana pode ser compreendida e tornar-se excelente instrumento de conhecimento. Dessa forma estudar-se-á o processo de realização da intuição pelo estudo da relação entre corpo e mente, entre imagem e representação, entre matéria e memória e entre consciência e inconsciência. Verificar-se-á os limites e as possibilidades da intuição para a investigação filosófica. Feito isso, colocar-se-á a intuição e o Direito: Na Ciência do Direito; na Filosofia do Direito, na aplicação do Direito.

Disciplina: Filosofia do Direito V – Metafísica.

Ementa: Os objetivos da presente disciplina são o aprofundamento de importantes da Filosofia do Direito, em especial os principais conceitos da metafísica. Para tanto, estudar-se-á os fundamentos da metafísica e os problemas ontológicos e epistemológicos relacionados ao Direito. Além disso, analisar-se-á o fim da metafísica na fenomenologia e sua reconstrução na filosofia analítica, a partir e pelo estudo dos seguintes temas: ser e existência, identidade, modalidade, categorias, causalidade, realismo, anti-realismo, hiper-realismo, quantificação, etc.

Disciplina: Filosofia do Direito VI – Filosofia e Política.

Ementa: O objetivo da presente disciplina é conhecer, a partir do método filosófico, as relações entre política e sociedade. Além disso, estudar-se-á a soberania do Estado situada historicamente em suas múltiplas dimensões, a saber: Soberania de estado e soberania do povo:- legitimidade; Unidade e vontade estatal; Autoridade; Ordem pública; A garantia da soberania; Constitucionalidade da ordem jurídica; Legitimação; Governabilidade; Ideologia; Revolução e Nacionalismo; etc.

Disciplina: Filosofia do Direito IV– Igualdade e Justiça.

Ementa: O objetivo da presente disciplina é aprofundar o estudo de temas fundamentais para a Filosofia do Direito, a saber , a igualdade e a Justiça. A partir desse estudo a meta será traçar relações entre os temas clássicos postos e as novas exigências dos tempos atuais. Desse modo, estudar-se-á o conceito de liberdade na sua necessária correlação com a igualdade e a justiça em várias de suas vertentes, buscando inseril-as na problemática da complexidade contemporânea, especialmente preocupado com a aplicação na esfera jurídica.

5. UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: A disciplina compõe o núcleo da propedêutcia jurídica do curso de mestrado e objetiva proceder a uma reflexão crítica a respeito do direito, buscando compreender suas bases e seu sentido como praxis que permita perceber o direito manifestação social humana, histórica, cultural, vinculada às formas da relação social, produtiva e econômica. Esta reflexão desenvolve-se por meio do estudo da História da Filosofia, fundamentalmente, no mundo contemporâneo, a partir dos seus principais referenciais filosóficos que fazem o Direito, como fenômeno contemporâneo, transcender à sua identificação à moral para inscrever-se, na contemporaneidade, na própria vida social e histórica, o que encaminha os estudiosos para questões cruciais e concretas tais como o problema da dominação e da exploração econômica como constituintes e mantenedores das formas de direito.

Universidades Particulares

1. UGF – Universidade Gama Filho

Disciplina: Cultura, Direito e Política.

Ementa: O curso discutirá as relações entre quatro campos da produção intelectual, a saber o da política, da antropologia, da história e do direito. A reflexão sobre essa temática será orientada pela perspectiva antropológica e pelo uso do método comparativo. Após uma discussão metodológica, o curso enfrentará a problemática das relações entre a história de nossa organização judiciária e de nossas práticas processuais penais e a nossa cultura político jurídica, em uma perspectiva comparativa, que incluirá reflexões sobre as questões dos direitos humanos, da cidadania, do estado democrático de direito, do sistema de justiça criminal, entre outras.

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Iniciar os discentes na problemática básica da filosofia e da filosofia do direito, através das grandes questões da ontologia, epistemologia e axiologia jurídicas.

Programa: 1-Filosofia como reflexão sobre a realidade(modelos: a-analítico e neo-positivista); b-fenomenológico-hermenêutico;c-transcendental-neokantiano;d-metafísica. 2- Filosofia do Direito como filosofia prática e especial. 3-Direito, Moral e Costumes. 4- Pessoa e Direito- Direito Subjetivo e Objetivo. 5-Sociedade,Estado e Direito- A Graduação da Positividade Jurídica. 6-Funções do Direito. 7- Introdução à Ontologia Jurídica. 8- Ontologia Fenomenológica. 9- Doutrinas ct. sobre a realidade do Direito. 10- Tridimensionalismo jurídico e o mundo da cultura e da vida. 11- Introdução à Epistemologia Jurídica. 12- Direito como saber: tecnologia social e ou ciência social. 13- Introdução à Axiologia Jurídica. 14- O Problema do Direito Natural- História e situação atual. 15- A Teoria da Justiça de Aristóteles a Rawls e o depois de Rawls.

Disciplina: Teoria Política.

Ementa: O esgotamento da democracia representativa. As perspectivas de processo democrático. Redefinindo o Estado. A busca de uma cidadania participativa. A sociedade de Risco.

2. UNESA – Universidade Estácio de Sá

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: A disciplina pretende proporcionar as condições para a formação teórica do mestrando, a partir do estudo da ética e do direito, as origens da filosofia do direito e a relação entre as diversas áreas do conhecimento com o direito. Busca-se, assim, uma análise das diversas concepções da filosofia do direito no transcurso da história (formalismo jurídico, as diversas teorias críticas, as categorias básicas do pensamento jurídico, a teoria da justiça como eixo temático da reflexão jusfilosófica).

3. UNIFOR – Universidade de Fortaleza

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: 1. Direito Natural. 2. Positivismo Jurídico. 3. Direito como Tecnologia Social. 4. A Ordem Jurídica. 5. Direito, Direitos Humanos e ética. 6. Teorias da Justiça.

4. FUNDINOPI – Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Os aspectos do pensamento científico. As Ciências Humanas no século XX. Problemas de Epistemologia Contemporânea. Problemas da Epistemologia do Direito. A linguagem. A dedução antagônica e simbólica. A indução, hipóteses e probabilidades. Problemática da Ciência Jurídica. O racionalismo crítico de Popper. A Epistemologia pós-popperiana. O estatuto epistemológico do Direito. A Tríplice Perspectiva dogmática-lógico-estimativa da Ciência Jurídica e o Método empírico-dialético na Escola Ecológica. Axiologia Jurídica. Problemas de Valor em Direito. Justiça. Filosofia da Norma Jurídica.

5. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Política Jurídica.

Ementa: Os referenciais teóricos: questões de natureza ideológica e epistemológica. Os valores fundamentais que devem orientar as tarefas do Político do Direito. A construção de normas e as reivindicações sociais. A política jurídica a serviço da renovação do Direito Público e do Direito Privado.

6. FDV – Faculdade de Direito de Vitória

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Fundamentos epistemológicos da filosofia do Direito. Thomas Hobbes e John Locke. O Iluminismo e a viragem epistemológica. A Teoria crítica da Escola de Frankfurt. A contribuição de Habermas e Gramsci. Temas Contemporâneos de filosofia do direito e temas-fronteiras Direito, Moral e Ética.

7. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa:

Programa: Uma proposta de trabalho como ementa principal. Nos encontros da Pós - Graduação, o estudo da Filosofia do Direito é simplesmente a harmonização de pesquisas diferentes levadas a efeito sob a mesma inspiração: o aprofundamento dos campos específicos do Direito e a ampliação de suas áreas de especialização. Não se trata de aulas onde “a gente aprende”, mas encontros regulares sob o signo de leitura intensa, onde a riqueza da experiência pessoal de cada aluna será enriquecedora no decorrer dos seminários. A função do Professor será a de sugerir, orientar, metodizar e sobretudo motivar as pesquisas segundo o interesse pessoal de cada integrante do curso.

- 1) O que é a filosofia do direito? Qual a sua importância? Razões de sua inclusão nos cursos de Pós-Graduação em Direito.
- 2) Filosofia e ciência: uma introdução à gnoseologia.
- 3) “A República” de Platão e seus reflexos no estudo do Direito.
- 4) O realismo de Aristóteles: teoria do ser e teoria da justiça. “A ética a Nicômacos”.
- 5) Santo Agostinho e o pensamento jusfilosófico medieval.
- 6) As correntes jusnaturalistas.
- 7) A modernidade: entre o racionalismo e o empirismo. A solução Kantiana do idealismo transcendental. A Crítica da Razão Pura.
- 8) A Ética de Kant: autonomia e heteronomia; moralidade e direito.
- 9) Reconhecimento e identidade: Hegel e a consolidação do projeto da modernidade.
- 10) Ética e Direito em Hegel.

- 11) O positivismo jurídico moderno.
- 12) Kelsen e a tentativa de reformulação da Ciência do Direito.
- 13) O giro hermenêutico-lingüístico e sua importância fundamental na Filosofia do Direito.
- 14) O pós-positivismo e a renovação do conceito de princípios jurídicos. O pensamento de Ronald Dworkin.
- 15) O pensamento de Jürgen Habermas (texto “Direito e democracia”; “Verdade e Justificação”, e “A legitimação pelos direitos humanos”)
- 16) O pensamento de Klaus Günther

Disciplina: Ciência Política – Conceitos Básicos.

Ementa: Estudo dos fenômenos relacionados com o fundamento, organização, exercício, objetivos e dinâmica do Poder na Sociedade. Origem e fundamento do Poder Político, com descrições técnico jurídicas sobre sua organização, distribuição e limitação constitucional.

1. Significado e desenvolvimento da Ciência Política Contemporânea. Noção de Ciência Política. Evolução da Noção da Ciência Política.
2. Conceito de Política. Teoria Política. As Vicissitudes da Ciência Política. Nascimento da Polipolítica. Conteúdo e Sistema da Ciência Política.
3. Concepções clássicas e modernas da Ciência Política. A Ciência Política contemporânea.
4. Ciência Política. Ciência Jurídica e Teoria da Constituição. Direito Político.
5. Teoria Política: história das idéias políticas. Partidos Políticos. Relações Internacionais.
6. Constituições Políticas. Estado. Teoria do Poder.
7. Realidade Política: O problema do Método na Ciência Política. Métodos e Teoria.
8. O Núcleo da Ciência Política. O objeto central da Ciência Política. A Ciência Política e a Teoria do Estado.
9. Conceito do Político em Carl Schmid.
10. Ideologias Políticas, Mitos e Tecnocracia.
11. Estrutura e Dinâmica Política.
12. O Processo de Institucionalização Política.
13. O Estado Contemporâneo e as Forças Políticas.

14. Teoria Geral dos Partidos Políticos.
15. Regimes Políticos.
16. Sistemas Políticos.
17. Sistemas de Governo. Formas de Estado e Sistema de Governo.

8. UCAM – Universidade Cândido Mendes

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: O curso pretende estudar o direito como objeto de filosofia na modernidade. Partindo de Hegel, “Princípios da Filosofia do Direito”, busca fundamentar as relações entre estas disciplinas na formação da sociedade burguesa. Num segundo momento opera-se com os critérios a esta sociedade realizadas por Marx e Nietzsche. Por fim, recupera-se as tensões destas relações e suas críticas na contemporaneidade a partir das obras de Habermas, Foucault e Benjamim.

9. FDC – Faculdade de Direito de Campos

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Crítica da fundamentação dos direitos humanos no campo da filosofia do direito e suas implicações no campo da ética e da noção de dignidade humana. Noções de responsabilidade e julgamento. Panorama do pensamento de Hannah Arendt. O domínio da polis, as atividades da vida activa, a praxis política do agir coletivo na linguagem e na ação. A aniquilação da dignidade humana e do direito à vida. Por fim, traçar-se-a, por meio da noção de julgamento, uma nova chave de conceitos de modo a contribuir paradigmaticamente na reconstrução da fundamentação filosófica dos direitos humanos. Segue uma descrição detalhada dos tópicos a serem abordados em cada aula.

10. FADISP – Faculdade Autônoma de Direito

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: I - As formas expressivas na produção histórica da conceituação de justiça: A justiça como virtude. A justiça como vontade. A justiça como amor (caritas). A justiça como ordem racional. A justiça e sua expressão contratualista. A justiça e as estruturas sociais. A justiça como discurso e como argumento.

Relações verticais e horizontais na determinação da justiça: justiça e poder. II. As tematizações da justiça no direito: Justiça, razoabilidade e proporcionalidade. Justiça e capacidade contributiva. A justiça nas relações internacionais. Justiça e pena de morte. Justiça e ato de julgar.

11. UNAMA – Universidade da Amazônia

Disciplina: Ciência Política, Relações Internacionais e Direito da Integração.

Ementa: A ciência política e seu estudo. A ciência política e o problema dos valores. Os institutos da democracia. Sociedade e Estado. Legalidade e legitimidade do poder político. Sistema representativo. Sistemas eleitorais. Democracia e liberdade. Presidencialismo e parlamentarismo. Partidos políticos (visão sociológica e visão jurídica). Sistemas partidários. Revolução e golpe de Estado. Grupos de pressão. Estado liberal e Estado autoritário. Opinião pública. Meios de propaganda. Cultura política brasileira. A sociedade internacional. Teoria das relações internacionais. Coletividade estática. O fenômeno da dominação: o imperialismo. Teorias da integração. Teorias da organização internacional. Teorias do sistema internacional. Princípios políticos nas relações internacionais. A solidariedade internacional. Pan-Europeísmo: evolução histórica; princípios fundamentais; organizações de integração européia. União Européia: instituições comunitárias; Tratado de Maastricht. Pan-Americanismo. ALADI. Pacto Andino. Nafta. Mercosul: elementos; natureza jurídica. Pan-Asiatismo. Pan-Africanismo.

Instituições Isoladas

1. ITE – Instituição Toledo de Ensino

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Pensar na filosofia do direito, sua função e finalidade. Avançar no (des)conhecimento; na tentativa de desvelamento de questões ocultas. Repensar métodos e objetos de investigação. Intuição: existência concreta. Ser humano: existência complexa. A relação entre corpo e mente; entre corpo e alma. Imagem e representação. Matéria e memória. Consciência e inconsciência. O problema da verdade. Ontologia: o problema do ser e da essência. As noções de tempo e espaço. As noções de absoluto e relativo. Intuição: características, funções, novos tipos; prova. Direito e método: alternativas de conhecimento.

Centros Universitários

1. UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Pretende-se colocar os pesquisadores em contato com as teorias, os pontos de vista e as atitudes dos principais filósofos do direito no que tange os problemas e questões relativos aos fundamentos, fins e meios do Direito. De modo mais específico, aprofundar a análise crítica dos conceitos de poder e soberania na formação do direito político moderno.

2. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Disciplina: Filosofia Política.

Ementa: Na verdade são duas disciplinas com o mesmo nome, uma oferecida para a área de concentração Direito e Políticas Públicas, outra oferecida para a área de concentração Direito das Relações Internacionais. Os professores e conteúdos são diferentes. Disciplina ligada a área de concentração: Direito das Relações Internacionais. Trata-se de uma disciplina obrigatória.

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos e Mundo Globalizado

Professor: José Rossini Campos do Couto Correia

Filosofia jurídico-política: gênese, Física, Biologia, Química e Transfiguração. Das Nações aos blocos: indivíduo, mercado, possessão, assimetria, conflito, autoridade e guerra. Das Nações aos blocos II: mal-estar da cidadania, crises do Estado, ataques ao e contra-ataques do Império, violência e controle do imaginário, a legalidade do monoteísmo de mercado e da guerra perpétua. O futuro é muito longe: nova divisão internacional do trabalho, Direito do Cotidiano e da Cidadania, o integrado e o sustentável: desenvolvimento local, nacional e global, Direitos Humanos como direito à esperança e da cidadania universal.

Disciplina ligada a área de concentração: Direito e Políticas Públicas

Trata-se de uma disciplina básica. O aluno cursa duas dentre as cinco existentes.

Projeto de Pesquisa:

Professor: Roberto Armando Aguiar

A velocidade: marca significativa de nosso tempo. A tecnologia: seus efeitos na vida contemporânea. O Estado: encruzilhada e questões. A Revolução científica: a emergência de novos paradigmas e conceitos. As direções da sociedade e do Direito na contemporaneidade.

3. UNIFIEO – Centro Universitário Fieo

Disciplina: Direito Humanos e Filosofia Política na Modernidade.

Ementa: Origens no jusnaturalismo. Modernidade da política e do direito: de Maquiavel e Hobbes ao Jusracionalismo. Kant e a teoria iluminista do ser humano como um fim em si. Crítica da ideologia e da cultura em Marx, Nietzsche e Freud. Constitucionalismo social e defesa da Constituição nos debates do período da República de Weimar. Direitos humanos e filosofia política diante de novas perspectivas nos estudos da ética, teoria da justiça e epistemologia. Positivização dos direitos humanos: os direitos fundamentais. legitimação procedimental, direitos humanos e democracia deliberativa. Estado Democrático de Direito como fórmula política da pós-modernidade. Autopoiese do direito positivo versus pretensão de universalidade dos direitos humanos na pós-modernidade. Direito reflexivo e fragmentação dos direitos humanos. Os direitos humanos em um contexto universal.

4. FEESR – Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”

Disciplina: Filosofia do Direito.

Ementa: Direito, Política, Constituição, Governo, Soberania

Bibliografia Básica da Disciplina “Filosofia do Direito / Política”

1. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo : Mestre Jou, 1970.
2. ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 1996
3. ALBERT-COLLIARD, Claude. Libertés publiques. 5. ed. Paris: Dalloz, 1975.
4. ALLIGHAM, M. (Edi.). Rational choice. Hampshire. 1999. 142p.
5. ANAND, P. Foundations of rational choice under risk. Oxford. 1995. 161p.
6. APEL, Karl-Otto e outros. _____. Fundamentación de la ética y filosofía de la liberación. México: Siglo Veintiuno, 1992.

7. ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1992.
8. ARENDT, Hannah. O que é Política? Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.
9. ARISTÓTELES. Os pensadores. V. I, São Paulo: Abril Cultural, 1987. Ética a Nicômacos. 2ª. Ed. Brasília: 1992.
10. ARISTÓTELES. A Política.
11. ARNAUD, André-Jean. O direito traído pela filosofia. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.
12. ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). Max Weber - direito e modernidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
13. _____. Direito Moderno e mudança social - ensaios de sociologia jurídica: Belo Horizonte: Del Rey, 1997
14. _____. Direito e século XXI - conflito e ordem na onda neoliberal pós-moderna. Rio de Janeiro: Luam, 1997
15. ASSOUN, Paul-Laurent. A escola de Frankfurt. São Paulo: Ática, 1991
16. AZEVEDO, Plauto Faraco de. Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica. Porto Alegre: Fabris Editor, 1998
17. _____. Aplicação do direito e contexto social. São Paulo: RT, 1996.
18. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Princípio de Subsidiariedade. Forense. Rio de Janeiro, 1997.
19. _____. Reengenharia do Estado. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1995.
20. _____. Regimes Políticos. Editora Resenha Unoversitária, São Paulo, 1977
21. _____. Teoria da Constituição. Editora Resenha Universitária, São Paulo, 1979.
22. _____. Teoria Geral da Cidadania. A Plenitude da Cidadania e as Garantias Constitucionais e Processuais. Ed. Saraiva, 1995.
23. _____. Teoria Geral das Comissões Parlamentares Comissões Parlamentares de Inquérito. Forense, Rio de Janeiro, 1988.

24. _____. Teoria Geral do Federalismo. Forense, Rio de Janeiro, 1986.
25. BARRY, Norman P. Na Introduction to Modern Political Theory. St. Martin's Press, New York, 1995.
26. BELAID, S. Essai sur le Pouvoir Createur et Normatif du Juge, Paris, Lib Generale de Droit et Jurisprudence, 1974.
27. BERGER, Suzanne (Comp.). La organización de los grupos de interés en Europa Occidental: el pluralismo, el corporativismo y la transformación de la política. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad social, Centro de Publicaciones, 1988. 455p.
28. BINMORE, K. Game Theory and the Social Contract: Just Playing.. V. 2. Cambridge. 1998. 582p.
29. BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1980.
30. _____. Estado. Governo. Sociedade. Para uma teoria geral da política. Paz e Terra, Política, Rio de Janeiro, 1987.
31. _____. MATTENCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora Inuversidade Brasília, Brasília, 1986, 2ª edição.
32. _____. Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant. Brasília: UnB, 1984.
33. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: UnB, 1989.
34. _____. O Positivismo Jurídico. São Paulo: Ícone, 1995.
35. BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. Sociedade e estado na filosofia política moderna. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
36. BONNECASE, J. La Esquela de la Exegesis en Derecho Civil. Puebla, ed. José M. Cajica Jr., 1944 (Trad. de José M. Cajica Jr.)
37. BRECHT, Arnold. Teoria Política. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965, 2 vols.
38. BRONZE, Fernando José. A metodonomologia entre a semelhança e a diferença. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.
39. BRUM, Nilo Bairros de. Requisitos retóricos da sentença penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

40. BURDEAU, Georges. O Estado. Publicações Europa-América, Coleção Saber, nº 157.
41. _____. Méthode de la Science Piolitique. Dalloz, Paris, 1.959.
42. CAMPOS, Carlos. Hermenêutica Tradicional e Direito Científico, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1.
43. CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
44. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
45. CHATELET, François. Uma história da razão. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
46. CHEVALLIER, Jacques. L'État de droit, Montchrestien. 2. ed. Paris, 1994.
47. CHUERI, Vera Karam de. Filosofia do direito e modernidade - Dworkin e a possibilidade de um discurso instituinte de direitos..Curitiba: JM Editora, 1995.
48. CLERGERIE, Jean-Louis. Le Principe de Subsidiarité. Ellipes, Paris, 1977.
49. CLÈVE, Clèmerson Merlin (org.). Direito e neoliberalismo- elementos para leitura interdisciplinar. Curitiba: Edibej, 1996 Clève , Clèmerson Merlin. O direito e os direitos. São Paulo: Acadêmica, 1988.
50. COELHO, Luiz Fernando. Teoria crítica do direito. Curitiba: HDV, 1987
51. _____. Lógica jurídica e interpretação das leis. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
52. CORBISIER, Roland. Filosofia política e liberdade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
53. CORREAS, Óscar, Crítica da ideologia jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1995.
54. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Por um direito da libertação ou uma libertação do direito. Revista do Instituto dos Adogados do Paraná. Curitiba, 1990, n.16, p.134 e seg,

55. _____. Jurisdição, psicanálise e o mundo neoliberal. Direito e neoliberalismo - elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: Edibej, 1996, p. 37-77.
56. DABIN, Jean. L'État ou Le Politique. Essai de Définition. Dalloz, Paris, 1957.
57. DAHL, Robert A. Introdução alla Scienza política. Società editrice el Mulino, Bolonha, 1970, 2ª edição.
58. DAVIS, M. D. Introducción a la teoría de juegos. Madrid. 1998.
59. DE LAS CASAS, Frei Bartolomé. O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
60. DE LA TORRE RANGEL, Jesus Antonio. El uso alternativo del derecho por Bartolomé de las Casas. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 1991.
61. _____. Del pensamiento jurídico contemporaneo - aportaciones críticas. México: Miguel Angel Porrúa Edit., 1992.
62. DEBLASCH, Charles. DAUDET, Yves. Lexique de Termes Politiques. Etats. Vie Politique. Relations internationales. Dalloz, Paris, 1981, 3ª edição.
63. DOMINGUES, Ivan. A questão da fundamentação última na filosofia. Filosofia e fundamentação. Kriterion. Belo Horizonte: Segrac, n. 95, p. 29-44, jan/Jul. 1995.
64. DUHAMEL, Oliver. Droit Constitutionnel et Politique. Science Politique, Seuil, Paris, 1993.
65. _____. Le pouvoir politique em France. E' ditions du Seuil, Paris, 1993.
66. DUSSEL, Enrique D. Método para uma filosofia da libertação. São Paulo: Louola, 1976. 292.
67. _____. Filosofia da libertação na América Latina. São Paulo: Loyola, s.d. 5v.
68. _____. La producción teórica de Marx: un comentario a los grundreisse. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1985.

69. _____. El último Marx (1863-1882) v la liberación latinoamericana. México: Siglo Veintiuno, 1990.
70. _____. Apel, Ricoeur, Rorty y la filosofía de la liberación. México: 1992. Texto inédito.
71. _____. Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.
72. DUVERGER, Maurice. Institutions Politiques et Droit Constitutionnel.
73. _____. Introdução à Política. Estudos Cor, Lisboa, 1972.
74. _____. Os Grandes Sistemas Políticos. Almedina, Coimbra, 1985.
75. _____. Sociologia Política. Forense, Rio de Janeiro, 1968.
76. ELSTER, Jon. & SLAGSTAD, R. Constitucionalismo y democracia. Estudio introductorio A. Herrera M. Mexico. 1999
77. ELSTER, Jon. Las limitaciones del paradigma de la elección racional: las ciencias sociales en la encrucijada. Valencia, 2000.
78. FARIA, José Eduardo (org.). A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UnB, 1988.
79. FAYT, Carlos S. Teoria de la Política. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 1966.
80. FLORES, Herrera Joaquín. Crisis de la ideologia ou ideologia de la crisis? Respuestas neoconservadoras. Crítica Jurídica. México, n. 13, p. 123-143.
81. FOUCAULT, Michel. As formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
82. FRAITAG, Bárbara. A teoria crítica ontem e hoje. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
83. FREITAS, Juarez. A substancial inconstitucionalidade da lei injusta. Petrópolis: Vozes, 1989.
84. FREUD, J. L' essence du Politique. E' ditions Sirey, Paris, 1965.
85. GADAMER, Georg-Hans. Verdad y método. 4. Ed. Salamanca : Ediciones Sígueme, 1991.

86. _____. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
87. GAVAZZI, Giacomo. *Norme Primarie e Norme Secondarie*. Torino, Giapichelli, 1967.
88. GICQUEL, Jean. *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*. Montchrestien, Paris, 1995, 14ª edição.
89. GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Conceitos de filosofia*. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1996.
90. HABERMAS, Jürgen. *La inclusion del otro*. Estudios de teoria politica. Trad. J.C. Velasco Arroyo y G.Vilar Roca. Barcelona. 1999.
91. _____. *Pensamento Pós-metafísico*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.
92. _____. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988. 2v.
93. _____. *Consciência Moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
94. _____. *Teoria y praxis*. 2. Ed. Madrid: Tecnos, 1990.
95. _____. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.
96. _____. *Law and Morality. The Tabber Lectures on Human Values*. London : Murrins Editor, s.d., p. 217;279.
97. _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997.
98. _____. *A Inclusão do Outro*.
99. HAURIUO, André. *Derecho Constitucional e Instituciones Políticas*. Coleccion Demos. Ediciones Ariel, barcelona, 1971.
100. HEGEL, g. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992, 2 v.
101. HEIDEGGER, Martin. *A essência do fundamento*. Lisboa: Edições 70.
102. HESSE Reinhard *Razão prática e responsabilidade política* Florianópolis: Editora da UFSC 1995

103. HOBBS: Thomas. O Leviatã.
104. HOFFE, Otfried. Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do estado. Petrópolis: Vozes, 1991
105. JOUVENEL, Bertrand. El Poder. Editora Nacional, Madrid, 1974.
106. KAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São paulo : Cultrix, 1982.
- Sabedoria incomun. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
107. KATZ, Chaim Samuel & DORIA Francisco (orgs.). Razão/desrazão. Petrópolis: Vozes, 1992.-
108. KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1986.
109. KONDER, Lenadro. Hegel: a razão quase enlouquecida. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
110. KREPS, D. M. Teoria de juegos y modelacion economica. Mexico. 1994.
111. KRIELE, Martin. Introducción a la Teoría del Estado. Depalma, Buenos Aires, 1980.
112. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 3 ed. São Paulo : Perspectiva, 1992.
113. LADRIÈRE, Jean. A articulação do sentido. São Paulo: EPU, 1977.
114. LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah AREND. São Paulo: Companhia das Letras,. 1988.
115. LAMEGO, José. Hermenêutica e jurisprudência. Lisboa: Fragmentos, 1990.
116. LECLERCQ, Claude. Droit Constitutionnel et Institutions Politiques. Litec, Paris, 1995, 9ª edição.
117. LEVINAS, Emanuel. Ética e infinito. Lisboa: Eduções 70, 1988.
118. LLEWELLYN, K. N. BELLEZA Y. Estilo en el Derecho. Barcelona, Bosch, 1953.

119. LUDWIG, Celso Luiz. A alternatividade jurídica na perspectiva da libertação: uma leitura a partir da filosofia de Enrique Dussel. Curitiba, 1993. UFPR, Dissertação(Mestrado em Direito)
120. LUHMANN, Niklas. Legitimação pelo procedimento. Brasília: UnB, 1990.
121. MACINTYRE, Alasdair. Justiça de quem? Qual racionalidade? São Paulo > Loyola, 1991.
122. MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Poder Municipal: paradigmas para o Estado Constitucional. Belo Horizonte, D'El Rey, 1997.
123. MAILLE, Michel. Uma introdução crítica ao direito. Lisboa: Moraes, 1979.
124. MAILLET, J. Institutions politiques et sociales de l' antiquité. Paris: Dalloz, 1971.
125. MARCH, James G. El nuevo institucionalismo: Factores organizativos de la vida política. Zona Abierta, num. 63/64. Madrid. 1993. 207p.
126. MARCUSE, Herbert. Razão e revolução. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
127. MAXIMINIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 5. ed. Rio-São Paulo: Freitas Bastos, 1951.
128. MIRANDA, Pontes de. Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967 (1o. vol.).
129. MORTALI, Constantino. Istituzioni di Diritto Público. Padova, CEDAM, 1969.
130. NEVES, Castanheira. Metodologia jurídica: problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.
131. NEVES, Marcelo. A constitucionalização simbólica. São Paulo: Acadêmica, 1994.
132. OLIVÉ, León (org.). Racionalidad: ensayos sobre la racionalidad en ética y política, ciencia y tecnología. México: siglo Veintiuno, 1988.

133. OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea. São Paulo: Loyola, 1996.
134. OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades (org.). O novo em direito e política. Porto Alegre: livraria do Advogado, 1997.
135. PACTET, Pierre. Institutions politiques. Droit Constitutionnel. 17. ed. Paris: Armand Colin, 1998.
136. PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. Petrópolis: Vozes, 1983.
137. PEGORARO, Olinto A. Ética e justiça. Petrópolis: Vozes, 1995.
138. PERLEMAN, Chaim. Ética edireito. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
139. PORTELLI, Hugues. Les regimes politiques européens. le Livre Poche, Paris, 1994.
140. PRÉLOT, Marcel Boulouis. Institutions Politiques et Detroit Constitutionnel. 6. ed. Paris: Dalloz, 1972.
141. _____. Histoire des idées politiques. Dalloz, Paris, 1970.
142. _____. La Science Politique. Presses Universitaires de France, Paris, 1961.
143. RADBRUCH, Gustav. Filosofia do direito. 6ª ed. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1979.
144. RAWLS, John. Uma teoria da Justiça; Brasília: UnB, 1981.
145. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 1978.
146. ROCHA, Leonel Severo (org.). Teoria do Direito e do Estado. Porto Alegre : Fabris, 1994.
147. RODET, C., ANDERSON, T. J. CHRISTOL, C. Introdução à Ciência da Política. Agir, Rio de Janeiro, 1959, 2 vols.
148. ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
149. _____. As razões do Iluminismo. São 'Paulo: Companhia das Letras, 1987.
150. RUBIO, David Sanches. Proveccion jurídica de la filosofia latinoamerica de la liberacion, aproximacion concreta a la obra de

- Leopoldo Zea y Enrique Dussel. Sevilla: 1994. Universidad de Sevilla Tesis (Doctor en Derecho).
151. SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça em Kant - seu fundamento na liberdade e igualdade. Belo Horizonte; UFMG, 1986.
 152. SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
 153. _____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
 154. SARTORI, Giovanni. Engenharia Constitucional. Como mudam as Constituições. Editora UNB, Brasília, 1996.
 155. SCHWARTZENBERG, Rogér-Gérard. Sociologie Politique. Editions Montchrestien, Paris, 1974, 2ª edição.
 156. SEMAMA, Paolo. Linguagem e Poder. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981, trad. De Wamberto Hudson Ferreira.
 157. SIDEKUM, Antonio (org.). Ética do discurso e filosofia da libertação-modelos complementares. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
 158. SIEBENEICHLER, Flávio Benó. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
 159. STEIN, Ekkehart. Derecho Político. Aguilar, Madrid, 1973.
 160. STRECK, Lenio Luiz. Dogmática e Hermenêutica. Cadernos de Pesquisa - Curso de Mestrado em Direito, Unisinos, 1977.
 161. TEUBNER, Gunther. O direito como sistema autopoietico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
 162. TOURAINE, Alain; O que é democracia? Petrópolis, Vozes, 1995.
 163. TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes, 1997.
 164. VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia - ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988.
 165. _____. Ética e razão moderna. Ética e razão. Síntese-Nova Fase. Belo Horizonte: Loyola, n.:68,p.53-84,jan/mar.1995.
 166. VECCHIO, Giorgio del. Lições de filosofia do direito. 5ª ed. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1979.

167. VELASCO, S´rio López. Justiça: conceito e realização na filosofia da libertação segundo Enrique Dussel. A Justiça: abordagens filosóficas. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica Ltada., 1988. P.73-87.
168. VERDÚ, Pablo Lucas. Princípios de Ciência Política. Tomo I. (Introducción. Hombre y Política. Ideología, Mitos y Tecnocracia); Tomo II (Estructura y dinámica políticas); Tomo III (Estado contemporâneo y fuerzas políticas), Editorial Tecnos, S.A, Madrid, 1.969, 3 vols.
169. VIEHWEG, Teodor. Tópica e jurisprudência. Brasília: DIN, L979..
170. VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito Público X Direito Privado sob o Prisma das Relações Jurídicas. São Paulo, Saraiva, 1972.
171. VITA, Álvaro de. Justiça liberal- Argumentos liberais contra o neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
172. WARAT, Luiz Alberto. A condição transmoderna: o desencanto na cultura jurídica Brasília: Humandiades n.9.1994.
173. WARAT, Luis Alberto. Semiótica y Derecho. Buenos Aires: Editorial Eikon, 1972.
174. WARAT, Luis Alberto e Martino, Antonio Anselmo. Lenguaje y Definición Jurídica. Buenos Aires. Cooperadora de Derecho y Ciências Sociales, s/d.
175. WHITE, Stephen K. Razão, justiça e modernidade: a obra recente de Jürgen Habermas. São Paulo: Ícone, 1995.
176. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Acadêmica, 1991.
177. _____. Ideologia, estado e direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
178. _____. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

Bibliografia Complementar

1. BOTERO, Giovanni. La razón de Estado (Ragion di Stato). In: La razón de Estado y otros escritos. Trad. Luciana de Stefano. Caracas: Instituto

- de Estudios Políticos de la Universidad Central de Venezuela, 1962.
2. BODINO, J. Los seis libros de la República (Les six livres de la République, 1576). Trad. Pedro Bravo. Caracas: Instituto de Estudios Políticos de la Universidad Central de Venezuela, 1966.
 3. HOBBS, Thomas. Leviatã. (Leviathan, or Matter, Form and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and civil, 1651). Trad. João Paulo Monteiro. 3. ed. São Paulo: Abril, 1993
 4. LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo (Two Treatises of Government, 1690). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 5. ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social ou princípios do direito político (Du Contrat Social, ou Principes du droit politique, 1762).
 6. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe (Il Principe, 1532). São Paulo: Martins Fontes, s. d..
 7. MONTESQUIEU. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes.
 8. MADISON, James et al. O Federalista. Brasília: UnB, 1984.
 9. MARCH, James G. et alii. El nuevo institucionalismo. Madrid. 1993. 207p.
 10. _____. Rediscovering institutions: the organizational basis of politics. New York: Free, 1989.
 11. MUELLER, D. C. Eleccion publica. Juan Carlos Zapatero. Madrid: Alianza. 1984. 292 p.
 12. POWELL, W. W. (Coord.) El nuevo institucionalismo en el analisis organizacional. Mexico. 1999.
 13. SCHMITTER, Philippe C. et alii. (coord). Neocorporativismo: Más allá del Estado y el mercado. México: Alianza, cop. 1995. 2v.
 14. SHUBIK, Martin. Teoria de juegos en las ciencias sociales. Conceptos y soluciones. Mexico: FCE, 1992.

Lista de Ementas da Disciplina “Técnica Processual”

Universidades Concessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Elementos de Técnica do Processo de Conhecimento.

Ementa: Ciência e técnica. Ciência do direito processual e técnica processual. Processo como procedimento realizado em contraditório. A instrumentalidade técnica do processo no Estado Democrático de Direito. Técnica normativa estrutural dos procedimentos segundo o devido processo constitucional. Técnica de produção e de valoração da prova na estrutura constitucionalizada do processo. Técnica normativa estrutural das decisões jurisdicionais no Estado Democrático de Direito. Técnica normativa estrutural dos recursos.

Disciplina: Técnica Processual.

Ementa: Os princípios processuais como técnica de organização da matéria processual. O princípio da celeridade versus o princípio da Justiça. A técnica processual a serviço da efetividade. Processo e procedimento. A técnica da cognição parcial. A técnica da cognição sumária. A técnica da cognição exauriente “secundum eventum probationem”. A técnica das tutelas de urgência. A técnica dos procedimentos especiais. As tendências modernas do processo e a técnica processual.

Disciplina: Técnicas de Estruturação do Direito Processual Coletivo.

Ementa: Partindo de uma redefinição no campo do direito material sobre o significado dos direitos e interesses, procuramos reconstruir a teoria do direito coletivo e dos conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. A partir daí percorremos criticamente a teoria do Direito Processual Coletivo, construída sobre o modelo do direito subjetivo e da relação jurídica, para propor alternativas de linhas de pesquisa em processo coletivo mais adequadas ao paradigma do Estado Democrático de Direito.

O curso é estruturado em seminários, com leitura de importantes obras do direito pátrio e das discussões ocorridas no direito italiano nas décadas de 70/80, bem como da comparação com o modelo processual das “class action”.

Bibliografia Básica da Disciplina “Técnica Processual”

1. ALLORIO, Enrico. La cosa giudicata rispetto ai terzi. Milano: Giuffrè, 1935. 332p.
2. ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Os direitos dos consumidores. Coimbra: Almedina, 1982. 360p.
3. ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. 665p.
4. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direitos e garantias fundamentais (Parte geral) direitos invioláveis; teoria geral dos direitos individuais, direitos e liberdades constitucionalmente garantidos, ensaio de enumeração. Belo Horizonte: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, 1991. v.33. n.33. p.1-520.
5. BESSONE, Mario. La tutela del consumatore nella recente evoluzione del diritto francese. Il Foro Italiano, vol. XCVII – parte quinta – monografie e varietà, 1973, p.186-193.
6. CALAMANDREI, Piero. Introduzione allo studio sistematico del provvedimenti cautelari. Padova: Cedam, 1936.
7. CAMPOS JÚNIOR, Ephraim de. Substituição processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. 100p.
8. CARNELUTTI, Francesco. Sistema del diritto processuale civile. Padova: Cedam, Padova, vls. 1, 2 e 3. 1938.
9. CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, vls.1, 2 e 3. 1994.
10. COUTURE, Eduardo Juan. Fundamentos del derecho procesal civil. Buenos Aires: Depalma, 1951.
11. DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. Técnica de arrazoar recursos. Boletim Técnico da Escola de Advocacia da OAB/MG v. 1, n. 2, p. 79-87. Belo Horizonte, abr. 1994.

12. DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos tribunais. 1987.
13. _____. Fundamentos do processo civil moderno. São Paulo: Revista dos tribunais. 1987.
14. _____. Fundamentos do processo civil moderno. São Paulo: Malheiros, 2001, 2 vols.
15. FAZZALARI, Elio. Istituzioni di diritto processuale. Padova: Cedam. 1994.
16. FINK, Daniel Roberto. Da convenção coletiva de consumo. In: Código brasileiro de defesa do consumidor. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.619-621.
17. GIDI, Antônio. Cosa juzgada em acciones colectivas. GIDI, Antonio; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer (Coords.). La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogêneos: hacia um código modelo para iberoamérica. México: Editorial Porrúa, 2003, p.261-295.
18. GIDI, Antonio; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer (Coords.). La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogêneos: hacia um código modelo para iberoamérica. México: Editorial Porrúa, 2003, p.3-13.
19. GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. Rio de Janeiro: 1992.
20. GRINOVER, Ada Pellegrini. A problemática dos interesses difusos. In: _____. (Org.). A tutela dos interesses difusos. São Paulo: Max Limonad, 1984. p.29-45.
21. _____. As garantias constitucionais do direito de ação. São Paulo: Revista dos tribunais 1973.
22. _____. Os princípios constitucionais e o código de processo civil. São Paulo: José Bushatsky, 1975.
23. _____. Participação e processo. São Paulo: Revista dos tribunais 1973.
24. GUASP, Jaime. Derecho procesal civil. Madrid: Civitas, 1998.
25. _____. Concepto y metodo de derecho procesal. Madrid: Civitas, 1997.

26. HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2 vol.
27. LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria processual da decisão jurídica. São Paulo: Landy Editora,
28. 2002.
29. LIEBMAN, Enrico Tullio. Embargos do executado. São Paulo: Ed.Saraiva, 1968.
30. _____. Processo de execução. São Paulo: Ed.Saraiva, 1968.
31. _____. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: ed.foreense, 1985.
32. MARINONI, Luiz Guilherme. Efetividade do processo e tutela de urgência. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1994.
33. _____. Novas linhas do processo civil. São Paulo: Malheiros, 1996.
34. _____. A antecipação da tutela. São Paulo: Malheiros editores, 2000.
35. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense, vl.V, 1974.
36. _____. Temas de direito processual. São Paulo: Saraiva, 5a. e 6a. séries.
37. _____. Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária. São Paulo: Revista dos Tribunais. v.58, n.404, jun. 1969.
38. MORATO, Francisco. Processo Oral. Rio de Janeiro: Forense, 1940.
39. NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios fundamentais – teoria geral dos recursos. São Paulo: RT, 1990.
40. NEVES, Celso. Estrutura fundamental do processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
41. ORESTANO, Riccardo. Il “problema delle persone giuridiche” in diritto romano. Torino: G.Giappichelli Editore, 1968. 336p.
42. RANGEL, Rui Manuel de Freitas. O ônus da prova no processo civil. Coimbra: Almedina, 2000.
43. REDENTI, Enrico. Diritto Processuale civile. Milano: Giuffrè editore, 1995. 2 vols.

44. SILVA, Ovídio Batista da. Teoria geral do processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

Lista de Ementas da Disciplina “Argumentação Jurídica”

Universidades Federais

1. UNB – Universidade de Brasília

Disciplina: Antropologia Jurídica do Direito.

Ementa: Antropologia Jurídica (O campo de estudo da Antropologia Jurídica. Análise de processos de resolução de disputas e de situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais específicos, a partir de uma perspectiva interpretativa. Apreciação das abordagens normativa e processualista, assim como de seus desdobramentos).

Disciplina: Arqueologia Crítica das Teorias Jurídicas.

Ementa: A época pré-epistemológica das teorias jurídicas. As concepções jus-naturalistas. O começo da instância epistemológica. A teoria pura do Direito. Outros autores da mesma matriz. O realismo Jurídico. O saber do Direito e suas relações com o projeto paradigmático da modernidade. Escolas analíticas no Direito, a lógica deontológica, o giro hermenêutico no pensamento contemporâneo. A epistemologia francesa, seus portos, as teorias Jurídicas Semiótica e semiologia aplicada ao Direito: seu valor como arqueologia crítica. A ruptura epistemológica da psicanálise. O que é uma ciência que inclua a psicanálises. Desconstrução e pragmatismo. Os movimentos críticos no pensamento Jurídico. O garantismo. O conhecimento como tecnologia do poder. O que é a posciência? Posciência e direito. Os paradigmas além da modernidade. O desenvolvimento da Teoria Jurídica latino-americana. O pensamento teórico do Direito no Brasil e na Argentina. Miguel Reale, Carlos Cossio. Os movimentos críticos latino-americanos com ênfases no Brasil e na Argentina: Roberto Lyra Filho e Enrique Mari.

2. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Disciplina: Teoria da Argumentação Jurídica.

Ementa: O problema da ontologia como forma de determinação “racional” do conhecimento. Racionalidade e racionalismo: o problema da verdade em

Descartes. Episteme cartesiana e positivismo no direito. Da verdade à verossimilhança no direito: a argumentação jurídica de Alexy e Aarnio. Conclusões: dogmática e multiplicidade no direito.

3. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Disciplina: A Teoria da Argumentação Jur. e Questão da Fundamentação Jur.

Ementa: Estudo da teoria da argumentação jurídica; a pré-compreensão como base da fundamentação jurídica; a fundamentação jurídica como pressuposto da interpretação jurídica.

Disciplina: A Teoria dos Modelos e os Ordenamentos Jurídicos Atuais.

Ementa: A Teoria dos Modelos e os Ordenamentos Jurídicos Atuais tem em vista o estudo da norma, da regra, do princípio e do modelo das regras e dos princípios diante dos ordenamentos jurídicos atuais, sobretudo, na perspectiva da realização dos direitos fundamentais.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Retórica e Teoria da Argumentação Jurídica.

Ementa: A importância da dimensão retórica no tratamento metodológico do direito tem sido destacada nos últimos anos. Como salienta Miguel Reale: “Se há bem poucos anos alguém se referisse à arte ou técnica da argumentação, como um dos requisitos essenciais à formação do jurista, suscitaria sorrisos irônicos e até mordazes, tão forte e generalizado se tornara o propósito positivista de uma ciência do direito isenta da riqueza verbal, apenas adstrita à fria lógica das formas ou fórmulas jurídicas (...). De uns tempos para cá, todavia, a Teoria da Argumentação volta a merecer a atenção de filósofos e juristas, reatando-se, desse modo, uma antiga e alta tradição, pois não devemos esquecer que os jovens patrícios romanos preparavam-se para as nobres artes da Política e da Jurisprudência nas escolas de Retórica.” (Lições Preliminares, 1973, p. 109).

É a partir de uma perspectiva como a supra destacada que se procurará desenvolver uma introdução à Retórica e às teorias da argumentação jurídica. O curso se dividirá em duas partes: uma primeira, de caráter histórico-filosófico, na qual se tratará das origens e desenvolvimentos da Retórica no mundo grego,

do seu papel crucial na educação das elites romanas – sobretudo dos juristas – e da sua importância no trabalho teórico dos Glosadores medievais e seu posterior descrédito com a emergência do paradigma racionalista moderno; uma segunda, no campo da filosofia do direito, em especial na área de metodologia jurídica, enfocando a reabilitação da Retórica, na sua dimensão argumentativa, operada no século XX. Serão abordadas a ‘nova retórica’ de Chaim Perelman e a Teoria do discurso do direito e da democracia de Jürgen Habermas e Robert Alexy.

Universidades Confessionais

1. PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Disciplina: Tópicos em Teoria do Método Jurídico: Argumentação Jurídica.

Ementa: Justificação e aplicação do direito. Normas, regras e princípios jurídicos. Procedimentos argumentativos e decisão legítima. Processos e argumentação.

Universidades Particulares

1. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Disciplina: Teorias da Argumentação Jurídica.

Ementa: A argumentação na Antigüidade: Aristóteles, Cícero, Quintiliano. Os precursores da teoria da argumentação jurídica. As teorias contemporâneas da argumentação jurídica. Produção e justificação da argumentação no discurso jurídico.

Bibliografia Básica da Disciplina “Argumentação Jurídica”

1. AARNIO, Aulis: Derecho, Racionalidad y Comunicación Social – Ensayos sobre Filosofía del Derecho. México: Fontamara, 1995, pp. 21-31 e 69-79.
2. AARNIO, Aulis: Lo Racional como Razonable – un Tratado de la Justificación Jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991, capítulos primeiro (pp. 23-60), terceiro, ponto 4 (pp. 154-205), quarto, ponto 2 (pp. 236-288) e epílogo (pp. 289-296).
3. ADEODATO, João Maurício: Filosofia do Direito – uma Crítica à Verdade na Ética e na Ciência (através do Exame da Ontologia de Nicolai Hartmann). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 113-151.

4. ALEXY, Robert: Teoría de la Argumentación Jurídica – La Teoría del Discurso Racional como Teoría de la Justificación Jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, Introdução (pp. 23-47), parte C, capítulos I, II e III (pp. 203-287) .
5. ALEXY, R. Theorie der Grundrechte, 2. Aufl., Frankfurt a.M., 1994.
6. ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
7. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In Obras. Tradução e notas por Francisco de P. Samaranch. Madrid: Aguilar, 1986.
8. _____. Retórica. Tradução e notas de Antonio Tovar. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.
9. _____. Tratados de Lógica (Organon). Tradução e Notas de Miguel Candell Sanmartín. Madrid: Gredos, 1994.
10. ATIENZA, Manuel. As razões do direito: Teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2002.
11. _____. Tráz la justicia – una introducción al razonamiento jurídico. Barcelona: Ariel, 1995.
12. _____. As razões do direito – teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2000.
13. BELLENGUER, Leonel. A Persuasão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
14. BONAVIDES, Paulo “O Método Tópico de Interpretação Constitucional”. In. Revista de Direito Constitucional, nº 1. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
15. BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. História das teorias da argumentação. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.
16. CÍCERO. Tópica. Tradução e apresentação por H. M. Hubbell. Cambridge/London: Harvard University Press, 1993 (Loeb Classical Library).
17. _____. La Invención Retórica. Tradução, introdução e notas de Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997.

18. COELHO, Fábio Ulhôa. “Prefácio à edição brasileira”. In. Tratado da Argumentação, PERELMAN, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
19. _____. Roteiro de Lógica Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.
20. DEGADT, Peter. Litteratures contemporaines sur la “Topique Juridique”. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
21. DESCARTES, René: Discurso do Método. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
22. _____. Regras para a Orientação do Espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999, sobretudo as regras I, II, III e IV e seus comentários (pp. 1-28).
23. DUARTE, Écio Oto Ramos. Teoria do Discurso e Correção Normativa do Direito. 2. ed. São Paulo: Landy, 2004.
24. DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
25. _____. O império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
26. _____. Taking Rights Seriously, 2. Aufl. London, 1978.
27. ESSER, Josef. Princípio e norma en la elaboración jurisprudencial del derecho privado. Barcelona: Bosch, 1961.
28. FERRAZ JR. Teoria da Norma Jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
29. _____. Direito, Retórica e Comunicação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
30. _____. Estudos de filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. São Paulo: Atlas, 2002.
31. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. “Tópica”. In. Dictionnaire Encyclopedique de Theorie et Sociologie du Droit. Paris: L.G.D.J., 1988.
32. _____. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 1988, capítulo VI, pp. 282-317.
33. GADAMER, Hans-Georg: Verdade e Método – Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 400-556.

34. GARCIA AMADO, Juan Antonio. Teorías de la tónica jurídica. Madrid: Civitas, 1988.
35. GRÁCIO, Rui. Racionalidade Argumentativa. Porto: Asa, 1993.
36. GUENANCIA, Pierre: Descartes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
37. GÜNTHER, Klaus. Teoria da argumentação no Direito e na Moral. Tradução de Cláudio Molz. São Paulo: Landy, 2004.
38. _____. The sense of appropriateness: Application discourses in morality and law. Albany: State University of New York, 1993.
39. _____. “Un Concepto Normativo de Coherencia para una Teoría de la Argumentación Jurídica”. *Doxa.*, n. 17/18. Alicante: Universidad de Alicante, 1995, pp. 271-302.
40. GUSDORF, Georges: Tratado de Metafísica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, capítulos I, II (pp. 3-71) e VI (pp. 447-516).
41. HABERMAS, Jürgen: Facticidad y Validez – Sobre el Derecho y el Estado Democrático de Derecho en Términos de la Teoría del Discurso. Madrid: Trotta, 1998, Capítulos I (pp. 63-103) e V (pp. 263-309).
42. _____. “Excurso sobre argumentação”. In: *The Theory of Communicative Action – Reason and Rationalization of Society*. Boston: Beacon Press, 1984, v. I, pp. 22-44.
43. _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Tradução de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
44. HART, Herbert: *O Conceito de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, capítulos V e VI (pp. 89-135).
45. HASSEMER, Winfried: “Sistema Jurídico e Codificação – A Vinculação do Juiz à Lei” in KAUFMANN, Arthur e HASSEMER, Winfried (orgs.): *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 281-301.
46. KELSEN, H. *Reine Rechtslehre*, 2. Aufl., Wien, 1960.
47. _____. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1985, capítulos I (pp. 1-62), II (pp. 63-75) e VIII (pp. 363-371).

48. LARENZ, Karl: Metodologia da Ciência do Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, capítulos I, II e III (pp. 9-112).
49. LEMPEREUR, Alain. “Apresentação”. In. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
50. MAIA, Antônio Cavalcanti. “Elementos Filosóficos da Teoria da Argumentação de Perelman”. In. *Cadernos PET-JUR*. Rio de Janeiro: Departamento de Direito da PUC-Rio, ano III, 1997.
51. _____. “Notas sobre direito argumentação e democracia”. In: CAMARGO, Margarida Lacombe (org.) 1989-1998: Uma Década de Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
52. _____. E SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. “Os Princípios de Direito e as Perspectivas de Perelman, Dworkin e Alexy”. In: PEIXINHO, Manoel Messias et al (org.). *Os Princípios da Constituição de 1988*. In. Rio de Janeiro: 2001, pp. 57-99.
53. _____. “Reflexões sobre pesquisa na área jurídica – propostas jurídicas da disciplina de metodologia”. (Escrito com Nadia de Araújo) In. *A Política de Pós-Graduação em Direito: Expansão e Avaliação – ANAIS do IX Encontro Nacional do CONPEDI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
54. MEYER, Michel, CARRILHO, Manuel Maria e TIMMERMANS, Benoit (ed.). *História da Retórica*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.
55. MOREIRA, José Carlos Barbosa. “Raisonnements Judiciaires dans les Cours d’appel”. In. *Temas de Direito Processual V*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994.
56. NEVES, Marcelo: “Do Consenso ao Dissenso: O Estado Democrático de Direito de e para Além de Habermas” in SOUZA, Jessé (org.): *Democracia Hoje: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*. Brasília: UnB, 2001, pp. 111-164.
57. PECZENIK, Aleksander: “Dimensiones Morales del Derecho”. *Doxa*, n. 8. Alicante: Universidad de Alicante, 1990, pp. 89-109.
58. PERELMAN, Chaim. *La Lógica Jurídica y La Nueva Retorica*. Madrid: Editorial Civitas, 1979.

59. _____. “Argumentação”. In. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, volume 11 (Oral/Escreto – Argumentação)
60. PERELMAN, Ch. *La Logica Juridica y la Nueva Retorica*. Tradução de Luis Díez-Picazo. Madrid: Civitas, 1988.
61. _____. *Retóricas*. Trad. Maria E. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
62. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
63. REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
64. SANTOS, Boaventura de Sousa: *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1999.
65. SCHRECKENBERGER, Waldemar. *Semiótica del Discurso Jurídico*. Tradução de Ernesto Garzón Valdez. México: UNAM, 1987.
66. TEIXEIRA, João Paulo Allain: *Racionalidade das Decisões Judiciais*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, capítulos 6 e 7 (pp. 81-97).
67. TOULMIN, Stephen. *Racionalidade e Razoabilidade*. In CARRILHO, Manuel Maria (org.). *Retórica e Comunicação*. Porto: Asa, 1994.
68. _____. *Os usos do argumento*. Tradução de Reynaldo Guarani. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
69. VIEHWEG, Theodor. *Topik und Jurisprudenz*. 5. ed. München: Beck, 1974.
70. _____. *Tópica e Jurisprudência*. Tradução de Tercio S. Ferraz Jr. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.
71. _____. *Rechtsphilosophie und Rhetorische Rechtstheorie: Gesammelte Kleine Schriften*. Baden-Baden: Nomos, 1995.
72. _____. *Tópica y filosofía del derecho*. 2. ed. Tradução de Jorge M. Seña. Barcelona: Gedisa, 1997.
73. WARBURTON, Nigel. *Thinking from A to Z*. Londres: Routledge, 1996.

74. WESTON, Anthony. A Arte de Argumentar. Lisboa: Gradiva, 1996.
75. WIEACKER, Franz: História do Direito Privado Moderno. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, quinta parte (pp. 397-589).
76. WITTGENSTEIN, Ludwig: Investigações Filosóficas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

Lista de Ementas da Disciplina “Poder Econômico”

Universidades Federais:

1. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Disciplina: Análise Econômica do Direito.

Ementa: Pesquisa do método adequado para o estudo do direito econômico – Métodos existentes e já adotados por autores que atuam nessa área de estudo – Necessidade de adoção de um método adequado para o estudo e para a solução das questões de direito econômico e de seu cerne, o direito da concorrência. O estudo poderá situar-se num nível de horizontalidade através da apresentação de vários métodos de estudo e de aplicação do direito econômico.

2. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Disciplina: Aspectos Econômicos da Regulação.

Ementa: Teoria da Regulação; aspectos econômicos da regulação Econômica; falhas de mercado; falhas de governo; regulação e gestão fiscal; regulação e previdência; contratos incompletos; rent seeking.

3. UFPR – Universidade Federal do Paraná

Disciplina: Direito Econômico.

Ementa: O Direito Econômico. Ciência e verdade: a posição do sujeito cognoscente. O chamado “direito pós-moderno”. Compreendendo a realidade sobre a regulação. O serviço público. As agências reguladoras independentes. A identificação da concessão de serviço público. O regime jurídico da concessão de serviço público. A remuneração do concessionário. A intangibilidade da equação econômico-financeira da concessão. A parceria público-privada na experiência estrangeira. A parceria público-privada: análise da Lei nº 11.079.

Disciplina: Teorias Econômicas

Ementa: Análise das teorias econômicas, com destaque para a posição do cooperativismo na sociedade capitalista. Exame do cooperativismo e sua inserção na proposta da economia solidária. Discussão sobre a importância da participação dos associados na criação, orientação, desenvolvimento organizacional, formação de capital próprio e controle das sociedades cooperativas. Estudo do papel das cooperativas na economia mundializada e sua posição contra-hegemônica.

Conteúdo Programático: Teorias do valor, acumulação e circulação do capital. Teorias do capitalismo contemporâneo e as novas formas de organização. O Cooperativismo à época da criação da Aliança Cooperativa Internacional. Estrutura econômica e social e padrões de desenvolvimento: aspectos macro e micro-econômicos. Posição recente do Cooperativismo em diversos países da Europa, América do Norte e América Latina. Os Clubes de Troca. Cooperativismo de crédito e micro-crédito. Instituições e reestruturação produtiva.

4. UFPB/J.P. – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

Disciplina: Direito, Econômicos e Sociais.

Ementa: Conceito. Fontes. Espécies. Natureza das obrigações. Modos de realização. Obrigações de conduta e de resultado. Mecanismos de monitoramento e implementação. O comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU - exame de relatórios periódicos e Comentários Gerais.

Universidades Estaduais

1. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Disciplina: Direitos Econômicos e Sociais.

Ementa: Os direitos sociais e econômicos na Constituição. O problema dos direitos fundamentais sociais e dos direitos de 2ª geração. A eficácia dos direitos sociais e econômicos e a “reserva do possível”. A classificação dos direitos sociais e econômicos. A crise do Estado Social.

2. USP – Universidade de São Paulo

Disciplina: Poder Econômico e Direito.

Ementa:

Justificativa: O poder econômico e suas várias conseqüências práticas em vários ramos do direito (direito antitruste, do consumidor, societário etc) tem sido crescentemente aceito sem críticas. O direito tem a tendência a tomá-lo como realidade imutável, procurando apenas regular certas de suas conseqüências econômicas extremas. É preciso rever esses conceitos, apresentando aos alunos uma visão mais estruturalista do poder econômico, tendente a distinguir maneiras viáveis de sua redução ou combate. A justificativa do curso é, portanto, apresentar uma alternativa estruturalista (muito pouco abordada) de análise e tratamento do poder econômico, visando sua diminuição ou redução.

Conteúdo: – Introdução 1. Poder econômico e determinação de renda II – O poder econômico na história das idéias: a marcha da aceitação 2. Na filosofia: da filosofia crítica à analítica 3. Na economia: do classicismo ao neoclassicismo 4. No direito: do positivismo aos movimentos pragmáticos III – Perspectivas críticas 5. O estruturalismo na economia e no direito 6. A nova teoria do conhecimento filosófico e a diluição dos centros de poder IV – Problemas jurídicos específicos 7. Poder econômico, estruturas e instituições 8. Poder no direito societário: interesses envolvidos pela sociedade 9. Poder no direito societário: limites comportamentais 10. Poder no direito societário: limites estruturais 11. Poder no direito antitruste 12. Poder nos setores regulados 13. Poder nas relações contratuais 14. Os instrumentos jurídicos de contenção do poder econômico V – Conclusão 15. Direito, maiorias e minorias.

Universidades Confessionais

1. UCB – Universidade Católica de Brasília

Disciplina: Temas de Direito e Economia.

Ementa: Princípios da economia: definições, conceitos, objeto. Compartimentação da economia. Procura, oferta e regimes de mercado. Falhas de mercado. O papel do Estado na economia. Políticas econômicas. Tributação: princípios e conseqüências econômicas. Produto e Renda Nacionais. Economia monetária: valor, moeda e preços. Economia internacional. Desenvolvimento econômico. Economia e ecologia. Economia e tributação internacional. Economia e criminalidade.

Universidades Particulares

1. UGF – Universidade Gama Filho

Disciplina: Fundamentos do Direito da Economia e da Regulação.

Ementa: Economia e constituição – Mercado e direito – Políticas públicas, planejamento e desenvolvimento econômico – Fomento, controle, repressão e regulação de setores – Finanças públicas, moeda e sistema financeiro – Desestatização e parcerias entre estado, sociedade e empresas – Contrato e propriedade.

2. FDMC – Faculdade de Direito Milton Campos

Disciplina: Direito Econômico.

Ementa: Análise das relações de mercado e a atuação do Estado. A constituição Econômica e a Ordem Pública Comunitária. Mercado e na tipologia. Política Econômica de desenvolvimento.

Programa: 1. As relações de mercado e a atuação do Estado. Aspectos diacrônico e sincrônico. 2. A Constituição Econômica e a Ordem Jurídica Comunitária. União Européia, Nafta e Mercosul. 3. A organização privada do mercado. A empresa na realidade jurídica brasileira e internacional. A função social da empresa. Aspectos econômicos e jurídicos da empresa. O contexto da globalização. Os chamados agrupamentos europeus de interesse econômico. 4. A política econômica de regulação dos preços. Determinação dos preços. Abusividade na sua fixação. O preço como instrumento de atuação no mercado. Preços base e preços teto. O “dumping” no mercado interno e externo. O “dumping” como instrumento de proteção e desenvolvimento. 5. A política econômica de regulamentação do Sistema Financeiro. Aspectos históricos dessa regulamentação no Brasil. Problemas atuais. 6. A política econômica de proteção do meio ambiente. Surgimento e evolução do questionamento sobre regulamentação jurídica. Aspectos econômicos e jurídicos. Conceituação do chamado desenvolvimento sustentável. 7. A política econômica do desenvolvimento. 8. A política econômica de proteção do consumidor. Surgimento do questionamento jurídico. Aspectos dessa proteção na União Européia, nos Estados Unidos, no Canadá e no Mercosul. Os princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. 9. A política econômica de regulamentação

da concorrência. Aspectos históricos. A atuação da SDE e do CADE. A atuação do poder judiciário. Princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Conceituação de infração à ordem econômica. Admissibilidade dos atos de concentração. 10. A política econômica de controle da qualidade e da informação. Sua influência na política de proteção do mercado, do consumidor e do meio ambiente.

Disciplina: Direito Penal Econômico.

Ementa: Inserida no contexto de um curso de Pós-Graduação em Direito de Empresa, a disciplina Direito Penal Econômico deverá tratar do estudo retrospectivo dos princípios fundamentais do Direito Penal que dão sustentação teórica às pesquisas atuais da Criminologia, da Política Criminal e da Dogmática Penal, de modo a permitir a compreensão da abordagem específica dos crimes em espécie. A tipologia dos crimes considerados econômicos está centrada nos delitos que normalmente envolvem a responsabilidade pessoal dos empresários, quando no desempenho ou em razão de suas atividades. Será também objeto temático da disciplina o tratamento dos princípios fundamentais do processo penal, atentando-se, de modo especial, para aqueles relativos à prisão e à liberdade provisória, além da matéria relativa à teoria da prova, bem como dos meios de construção da verdade judicial. O objetivo do programa é permitir a apreensão de todos os institutos penais e processuais que mais de perto podem interessar àqueles que atuam no Direito de Empresas.

Programa: 1. Princípios (fundamentais) constitucionais do processo penal brasileiro:

Sistema acusatório público: O acusado como sujeito de direitos. O direito ao silêncio e à não auto-incriminação (*nemo tenetur se detegere*). O juiz natural e a competência em razão da matéria e por prerrogativa de função. A inadmissibilidade de provas obtidas ilícitamente e vedação da revisão pro societate. Contraditório e ampla defesa e às nulidades decorrentes de sua violação. 2. Noções de processo penal: A fase de investigação criminal. Ação Penal: modalidades. Prisão e liberdade provisória. Juizados Especiais Criminais. O Habeas corpus. 3. Princípios básicos do Direito Penal: Princípio da reserva legal. Irretroatividade da lei penal. Proporcionalidade das penas. Princípio da insignificância. As teorias da pena. Deslegitimação do sistema penal. Dolo e

culpa. Injusto penal e culpabilidade. 4. Crimes nas licitações: Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93: Artigos 89 a 108. 5. Crimes contra o Consumidor: Código de Defesa do Consumidor: Lei Federal nº 8.078, de 11.09.90: Artigos 61 a 80. 6. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes do “colarinho branco”: Lei Federal nº 7.492, de 16.06.86. Crimes de “lavagem de dinheiro”: Lei Federal nº 9.613, de 03.03.98

7. Crimes contra a Ordem Tributária: Lei Federal nº 8.137, de 27.12.90. Sonegação Fiscal. Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo. Prévio esgotamento da instância administrativa-fiscal. 8. Crimes contra a Previdência Social: Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000: Art. 168-A e art. 337-A do Código Penal. O revogado artigo 95 da Lei Federal nº 8.212, de 24.07.91. Apropriação indébita das contribuições previdenciárias. 9. Crimes ambientais: Lei Federal nº 9.605, de 12.02.98. Responsabilidade penal de pessoa jurídica

Disciplina: Economia Política.

Ementa: A disciplina visa dar noções gerais sobre economia política, bem assim conceitos básicos sobre bens, serviços e recursos produtivos, trabalho, capital e capacidade empresarial. Estudos sobre organização econômica e economia planificada e noções gerais de microeconomia e macroeconomia, bem assim estudos das diversas teorias aplicáveis como estrutura de mercado.

Objetivos Gerais: Ao final do curso, espera-se que o estudo possa:

1. Desenvolver o raciocínio jurídico, levando-o a assumir uma atitude de reflexão crítica sobre os temas referentes às noções de produção, custos e mercado.
2. Despertar e desenvolver no aluno capacidade para conceituar as teses relacionadas com a microeconomia e a macroeconomia.
3. Identificar, na aplicação e interpretação do direito, os principais princípios e teorias próprias e tratadas na doutrina.
4. Analisar os conceitos básicos da disciplina, indispensáveis para uma situação profissional eficiente, principalmente na atuação docente.

Unidades Didáticas

1. Noções gerais de economia
2. Conceitos básicos
3. Recursos produtivos

4. Defesa e proteção do consumidor
5. Bens de capital e trabalho
6. Capacidade empresarial
7. Organização econômica
8. Economia de mercado
9. Economia planificada
10. Economia mista
11. Micro e macroeconomia
12. Demanda e oferta
13. Equilíbrio de mercado
14. Mudança na demanda
15. Mudança na oferta
16. Elasticidade - preço da demanda
17. Elasticidade da oferta
18. Teoria da produção
19. Teoria dos custos
20. Ponto de equilíbrio
21. Estruturas de mercado
22. Produto e renda
23. Teoria da determinação da renda
24. Política fiscal
25. Importância da moeda e inflação
26. Relações econômicas internacionais
27. Crescimento econômico e desenvolvimento

Disciplina: Fundamentos de Microeconomia.

Ementa: Análise do conceito do Econômico, com destaque para os modelos econômicos em geral, estudos comparativos entre o modelo macroeconômico funcional e o modelo microeconômico funcional.

Programa: 1. Conceito do Econômico. Aspectos da Teoria Econômica. 2. A Estabilidade Econômica. 3. Modelo Macroeconômico Funcional. 4. A Formação do Capital nos Gastos do Consumo, as exportações e a utilização dos recursos. 5. Produção, Inversação e Consumo. 6. Gastos do Econômico. Utilização das Reservas. 7. Exportações. 8. Transferência do e para o Exterior. 9. Moeda, Crédito,

Renda Nacional e Emprego. 10. Atividade Econômica do Estado. 11. Modelo Microeconômico funcional: produção, capitalização, consumo. 12. Adaptação da Estrutura PolíCIA ao Modelo Econômico.

3. FDC – Faculdade de Direito de Campos

Disciplina: O Estado como Agente Econômico.

Ementa: Compartimentos da ciência econômica: Micro e Macroeconomia. Escolas de Pensamento Econômico e suas concepções sobre a intervenção do Estado no domínio econômico. Modalidades de intervenção do Estado na economia, práticas restritivas, estruturas e regulamentação de mercados. Planejamento econômico e seus limites na atualidade. Relações entre Economia e Direito: Direito Econômico e Direito da Economia. Ordem jurídico-econômica, internacional e regional. Globalização econômica e redefinição do papel do Estado nacional. Crise do Estado brasileiro e reestruturação de seu papel na economia.

Universidades Confessionais:

1. UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

Disciplina: Direito Econômico.

Ementa: Compreensão dos temas centrais ao direito econômico na atualidade, entendido como ramo do direito através do qual o Estado veicula sua política econômica e promove a ordenação dos mercados, a fim de permitir a compreensão do funcionamento desses últimos, de sua disciplina jurídica e dos impactos resultantes dos fenômenos da globalização e da transformação do estado prestador de serviços em estado regulador. Análise das peculiaridades da regulação econômica e social e do processo de intervenção do Estado na economia a fim de entender o contexto em que são formuladas e implementadas políticas ambientais e de governança internacional. Finalmente, apresentação de abordagens interdisciplinares de análise de questões jurídicas (relacionando direito e economia).

Disciplina: Direito Internacional Econômico.

Ementa: Trata-se de disciplina oferecida aos alunos do Programa de Mestrado em Direito Internacional da UNISANTOS, cujos objetivos são: demonstrar e

analisar a concepção da disciplina de Direito Internacional Econômico, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); os principais atores e sujeitos da sociedade internacional (a exemplo do FMI, da OMC e das empresas multinacionais); as normas que estruturam esta sociedade e as transformações desta sociedade na perspectiva da era global.

2. UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Disciplina: O Poder Econômico e seus Limites Jurídicos.

Ementa: A disciplina estuda o papel do Estado contemporâneo no domínio econômico de maneira sistêmica, considerando o poder econômico como um fenômeno da realidade social cuja limitação (regulação, repressão, superação) abrange os variados ramos jurídicos, identificando os atores, os papéis, os institutos e os principais instrumentos econômicos do Estado moderno.

Conteúdo Programático: 1. O Capitalismo e o seu Direito. 2. O Direito Econômico. Direito e Economia. 3. O mercado como Instituição Jurídica. Os diferentes tipos de mercados e suas formas de regulamentação. 4. O Estado como agente regulador e controlador da economia. O papel do Estado na economia. A intervenção estatal sobre e no domínio econômico. 5. O poder econômico e o Direito. O poder econômico como problema jurídico. O poder econômico e a constituição econômica. 6. O poder de controle empresarial e a limitação do poder econômico. 7. Sistema Financeiro, Bolsa de Valores e Propriedade Intelectual como variáveis de acúmulo. 8. O Direito da Concorrência: Limite ao Poder Econômico? 9. Direitos Políticos e de Igualdade e Poder Econômico. 10. Direito do Consumidor e seus limites ao Poder Econômico. 11. Proteção ao Meio Ambiente e Poder Econômico.

Centros Universitários

1. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Disciplina: Economia Político.

Ementa: Disciplina ligada a área de concentração: Direito e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Direito e políticas públicas. O aluno escolhe duas disciplinas básicas, dentre as cinco existentes.

Projeto de Pesquisa: Direito econômico em sistemas regionais de integração

Profº Responsável: Paulo Roberto de Almeida

1) Fundamentos da Economia Política: Conceitos Básicos. Conceitos fundamentais da economia política: abordagem teórica. Doutrinas clássica, neoclássica, keynesiana, neokeynesiana e liberal. Evolução histórica das economias nacionais: tecnologia e produtividade. Emergência de uma economia internacional integrada: a globalização. Escolas de pensamento econômico no Brasil e o debate nacional. 2) Os Grandes Agregados Macroeconômicos. Produto, consumo, renda e dispêndio: dilemas da política econômica. Poupança e investimento: o processo de crescimento. O governo e as medidas de intervenção na economia: o caso do Brasil. O resto do mundo: balanço de pagamentos e economia internacional. Desemprego e mercado de trabalho: condicionantes e políticas de governo. A inflação: tipos, determinantes e conseqüências, em especial no Brasil. 3) Políticas e Práticas Macroeconômicas e Setoriais. Desenvolvimento e distribuição de renda: políticas de crescimento. Política fiscal: gastos e arrecadação, déficit público e dívida pública. Política monetária: moeda, juros, sistema financeiro e bancário. Política comercial: abertura externa, blocos econômicos, OMC. Política financeira externa: balanço de pagamentos, câmbio, dívida externa. Políticas tecnológicas e de investimentos: abertura externa e regulação. Crescimento e crise na economia mundial: a trajetória brasileira. Planejamento e mercados: políticas indutoras e promotoras de crescimento. O Estado e seu papel no processo de desenvolvimento: o caso brasileiro.

Bibliografia Básica da Disciplina “Poder Econômico”

1. ACOCELLA, Nicola. The foundations of economic policy: Values and techniques. Cambridge, University of Cambridge, 2000.
2. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, Direito econômico, Lisboa, Fac.Dir.Lisboa, 1979.
3. AUTIN, Jean-Louis. Du Juge Administratif aux autorités administratives indépendentes: un aurtre mode de régulation, in - Revue de Droit Public et de Ia Science Politique em France et a L, Etranger. Paris, 1988
4. BARRETO FILHO, Oscar. Natureza jurídica das bolsas de valores no direito brasileiro, RDB 12/243.
5. BARROS, Alberto Moniz da Rocha, O Poder Econômico do Estado

- Contemporâneo e seus Reflexos no Direito, mimeo, São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1953
6. BISHOP, Simon; WALKER, Mike. Economics of E.C. Competition Law: Concepts, Application and Measurement. 2nd ed. London, Sweet & Maxwell, 2002.
 7. BUCCI, Maria Paula Dallari, Direito Administrativo e Políticas Públicas, São Paulo, Saraiva, 2002.
 8. CABRAL DE MONCADA, Luís S., Direito econômico, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
 9. CAVALCANTI, Francisco. O novo regime previdenciário dos servidores públicos. Recife: Nossa Livraria, 1999.
 10. CANOTILHO, José Joaquim. “Paradigmas do Estado e paradigmas da administração pública”. In Moderna gestão pública, Instituto Nacional de Administração, Lisboa, 2000.
 11. CANTIDIANO, Luiz Leonardo. Direito societário e mercado de capitais. Rio de Janeiro: Renovar, 1996;
 12. CASSESSE, Sabino. Las bases del Derecho Administrativo. Madrid: ENAP, 1994.
 13. CHENOT, Bernard. Organisation économique de l'état. Paris, Dalloz, 1965.
 14. CHIASSONI, Pierluigi. Law and economics: L'analisi economica del diritto negli Stati Uniti. Torino, Giappichelli, 1992.
 15. CHIRILLO, Eduardo I. Rodríguez. Privatización de la empresa pública y Post Privatización. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1995
 16. COASE, R. H. Essays on economics and economists. Chicago, The University of Chicago Press, 1994.
 17. _____. The firm , the market and the law. Chicago, The University of Chicago Press, 1990.
 18. COMPARATO, Fábio Konder, “O indispensável Direito Econômico”, Revista dos Tribunais. Vol.353, São Paulo, RT, março de 1965, pp.14-26

19. _____. O Poder de Controle na Sociedade Anônima, 3ª ed. Rio de FARJAT, Gerard, Droit Économique, Paris, PUF, 1971.
20. COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Law and economics. 4th ed. Reading, Addison-Wesley, 2003.
21. DNES, Antony W. The economics of law. London, Thomson Business Press, 1996.
22. EIZIRIK, Nelson. Reforma das S/As. e Mercado de Capitais, Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
23. FARIA, Werter R., Constituição econômica: Liberdade de iniciativa e de concorrência, Porto Alegre, Fabris Editor, 1990.
24. FARJAT, Gérard. Pour un droit économique. Paris, Presses Universitaires de France, 2004.
25. FIGUEIREDO, Carlos e NÓBREGA, Marcos. “O sistema multipilar e a reforma da previdência: análise; perspectivas e controle”. Porto Alegre: Ed. Notadez; Revista Interesse Público, nº 20, 2003.
26. _____. & _____. “Renúncia de receita, guerra fiscal e tax expenditure: uma abordagem do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal”. Porto Alegre, Revista Interesse Público. Edição Especial, ed. Notadez, 2002.
27. FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor. São Paulo, Atlas, 1999.
28. FIORI, José Luís (org.), Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, 3ª ed, Petrópolis, Vozes, 2000.
29. FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004.
30. FORGIONI, Paula A. Os Fundamentos do Antitruste, 2ª ed, São Paulo, RT, 2005.
31. FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Direito da concorrência: Case law. São Paulo, Singular, 2000.
32. FREITAS, Gilberto Passos. A Tutela Penal do Meio Ambiente. In: Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

33. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Editora Global, 2003.
34. FRIEDMAN, David D. Law's order: What economics has to do with law and why it matters. New Jersey, Princeton University Press, 2000.
35. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Ibep, 1990.
36. GALBRAITH, J.K., El nuevo estado industrial. Barcelona, Ariel, 1974.
37. GENTOT, Michel. Les autorités Administratives indépendentes. Paris: Montchrestien, 1994.
38. GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Cláudia. finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.
39. GIANNETTI, Eduardo. Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.
40. GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica), São Paulo, Malheiros, 2004.
41. _____. Mercado e Constituição, Separata do Boletim de Ciências Econômicas, vol. XLVI, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2004.
42. GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código do Consumidor. São Paulo, Max Limonad, 1998.
43. HANSEN, Jorgen Drud; Nielsen, Jorgen Ulff-Moller. An economic analysis of the EU. 2nd ed. London, McGraw-Hill, 1997.
44. HELLER, Hermann, Political Power in Gesammelte Schriften, 2ª ed, Tubingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1992, vol. 3, pp. 35-44.
45. HILDEBRAND, Doris. The role of economic analysis in the EC Competition Rules. London, Kluwer, 2002.
46. HIRSCHMAN, Albert O. As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. São Paulo: Ed. Record, 2002.
47. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.
48. HOVENKAMP, Herbert. The antitrust enterprise: Principle and execution. Cambridge, Harvard University Press, 2005.

49. HUSTEAD, Edwin e HUSTEAD, Toni. “Federal civilian and military retirement system”. In MITCHELL, Olivia e HUSTEAD, Edwin (Org.). Pensions in public sector. Philadelphia, USA: University of Pennsylvania Press, 2001.
50. ISRAEL, Jean-Jacques. Direito das Liberdades Fundamentais, São Paulo, Manole, 2005.
51. IRTI, Natalino. L’Ordine Giuridico del Mercato, 4ª ed, Roma/ Bari, Laterza, 2001.
52. JAMES, Estelle et alii. “Administrative costs and the organization for individual account system: a comparative perspective”. In: STIGLITZ, Joseph e HOLZMANN, Robert. New ideas about old age security. Washington, DC: The World Bank Institute, 1999.
53. JURIDISQUE CONCURRENCE, Paris, Lamy, dezembro de 2006 (Comprende a publicação de todas as decisões da Comissão Europeia, julgamentos do Tribunal de Primeira Instancia e Tribunal de Justiça da União Europeia, Tribunal de Apelação de Paris e Tribunal de Cassação Francês, bem como todas as decisões do Conseil de Concurrente da França) – DVD atualizado trimestralmente.
54. KANDIR, Antonio. A reforma da lei das sociedades anônimas e o desenvolvimento, RDB 12/13.
55. LAMY DROIT ÉCONOMIQUE, Paris, Lamy, atualizado até Janeiro de 2007 (Revista de doutrina, legislação e jurisprudencia – atualizada trimestralmente).
56. LAMY FILHO, Alfredo. A empresa, os minoritários e o mercado de capitais, RDM 117/53.
57. LEÃES, Luiz Gastão de Paes de Barros. Mercado de Capitais e Insider Trading, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
58. LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco. Direito Econômico, 5ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2005.
59. _____. Lei de proteção da concorrência – Comentários à legislação antitruste. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

60. LEVI, Edward H. An introduction to legal reasoning. Chicago, The University of Chicago Press, 1949.
61. LONGOBARDI, Nino. Autorités administratives Indépendantes et Position Institutionnelle de l'Administration Publique, in RFD adm 11(2) mars-avr, 1995.
62. McNUTT, Patrick A. Law, economics and antitrust toward a new perspective. Cheltenham, Edward Elgar, 2005.
63. MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor. São Paulo, Max Limonad, 1998.
64. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
65. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
66. MARQUES, Cláudia Lima. Contrato no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1992.
67. MATTEI, Ugo. Comparative Law and Economics. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 2000.
68. MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
69. MERCADO PACHECO, Pedro. El análisis económico del derecho: Una reconstrucción teórica. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1994.
70. MERCURO, Nicholas; MEDEMA, Steven G. Economics and the law: From Posner to post-modernism. New Jersey, Princeton University Press, 1997.
71. MILARÉ, Edis. A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos. São Paulo: Saraiva, 1984.
72. MOREIRA, Vital, Economia e constituição, Coimbra, Coimbra Editora, 1979.
73. NERY JR., Nelson. A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos. São Paulo: Saraiva, 1984.

74. NÓBREGA, Marcos e FIGUEIREDO, Carlos. “Ética na gestão pública e exercício da cidadania. O papel dos Tribunais de Contas brasileiros como agências de accountability. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco”.
75. NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. Defesa da Concorrência e Globalização Econômica: O controle da Concentração de Empresas. São Paulo: Malheiros, 2002.
76. OECD Journal of Competition Law and Policy, Paris, OECD, 2006 .
77. OLIVEIRA, Fernando Antonio Albino de. CVM. Comissão de valores mobiliários e mercado de capitais, RDP 89/256.
78. PARENTE, Norma Jonsen. A regulação e o desenvolvimento do mercado de capitais, RDB 18/247.
79. _____. Governança corporativa, RDB 15/81.
80. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo, Makron Books, 1994, 968p.
81. PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio e GOSTKORZEWICZ, Joana. “O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90”. In A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
82. POLANYI, Karl. A Grande Transformação. São Paulo: Campus, 2000.
83. POSNER, Richard A. Economic analysis of law. London, Lexis Nexis, 2007.
84. _____. The economic approach to law, Texas Law Review. v. 53, nº 4, p. 757-782, May, 1975.
85. _____. Antitrust Law: An Economic Perspective. Chicago: The University of Chicago, 2001.
86. _____. A statistical study of antitrust enforcement. The Journal of Law & Economics, vol. XIII, October 1970, p. 365-419.
87. _____. Antitrust policy and the consumer movement. The Antitrust Bulletin – The Journal of American and Foreign Antitrust and Trade Regulation, vol. XV, Summer 1970, p. 361-366.

88. _____. A. Divestiture, deconcentration, and antitrust policy, in *Kontrolle von Marktmacht nach Deutschem, Europäischem und Amerikanischem Kartellrecht*, Köln, Carl Heymanns Verlag KG, 1981, p. 58-72.
89. _____. Economics, time, and Age. The Economic and social Research Institute, Twenty Fifth Geary Lecture, 1994, p. 1-22.
90. _____. Information and antitrust: Reflections on the Gypsum and Engineers decisions, *The Georgetown Law Journal*, vol. 67, 1979, p. 1187-1203.
91. _____. Law and economics is moral. *Valparaiso University Law Review*, Vol. 24, 1990, p. 163-173.
92. _____. Natural monopoly and its regulation, *Stanford Law Review*, vol. 21, February 1969, p. 548-643.
93. _____. Oligopoly and the antitrust laws: A suggested approach. *Stanford Law Review*, vol. 21, June 1969, p. 1562-1606.
94. _____. The antitrust decisions of The Burger Court, *Antitrust Law Journal*, vol. 47, Issue 3, August 1978, p. 819-827.
95. _____. The behavior of administrative agencies, *The Journal of Legal Studies*, vol. I, June 1972, p. 305-347.
96. _____. The Chicago School of antitrust analysis. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 127, 1979, p. 925-949.
97. _____. The decline of law as an autonomous discipline: 1962-1987, *Harvard Law Review*, vol. 100, 1987, p. 761-780.
98. _____. The Robinson-Patman Act: Federal Regulation of Price Differences. Washington, American enterprise Institute for Public Policy Research, 1976, p. 1-53.
99. _____. The rule of reason and the economic approach: Reflections on the Sylvania decision, *The University of Chicago Law Review*, vol. 45, nº 1, p.1-20, Fall 1977.
100. _____. The Supreme Court and antitrust policy: A new direction? *Antitrust Law Journal*, vol. 44, Issue I, April 1975, p. 141-149.

101. _____. The welfare and empirical implications of monopolistic competition, *The Economic Journal – The Journal of The Royal Economic Society*, vol. LXXIV, Sept. 1964, p. 623-641.
102. _____.; EASTERBROOK, F.H. *Antitrust: Cases, economic notes, and other materials*. 2nd ed. St. Paul, Minn. West, 1981, 1077p.
103. _____. *Antitrust law*. 2nd ed. Chicago, The University of Chicago Press, 2001.
104. _____. *Antitrust law: An economic perspective*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.
105. _____. *Economic analysis of law*. 6th ed. New York, Aspen, 2003.
106. _____. The Federal Trade Commission's mandated-disclosure program: A critical analysis, *Business Disclosure: Government's need to know*. Edited by Harvey J. Goldschmidt, McGraw-Hill, 1979, p. 331-366.
107. _____. Wealth maximization revisited, *Journal of Law, Ethics & Public Policy*, vol. 2, 1985, p. 85-105.
108. _____. The next step in the antitrust treatment of restricted distribution: Per Se Legality. *Chicago. The University of Chicago Law Review*, vol. 48, 1981, p. 6-26.
109. POUND, Roscoe. The economic interpretation and the law of torts. Cambridge. *Harvard Law Review*. v. 53, n° 3, p. 365-385, Jan. 1940.
110. _____. *Revue de la Concurrence et de la Consommation*. Paris, La Documentation Française, 2006 .
111. _____. *Revue Lamy Droit des Affaires*, Paris, Lamy, 2007
112. PRADO JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1942.
113. REICH, Norbert. *Mercado y Derecho*. Barcelona: Ariel, 1985.
114. REIS BRAVO, Jorge dos. *A tutela penal dos interesses difusos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
115. RI JÚNIOR, Arno Dal. *O Estado e seus inimigos – A repressão política na história do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan.

116. SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial: As Condutas*. São Paulo: Malheiros, 2003.
117. SANTOS, Antônio Carlos dos; GONÇALVES, Maria Eduarda; MARQUES, Maria Manuel Leitão. *Direito económico*. 4ª ed. Coimbra, Almedina, 2001.
118. SCHÄFER, Hans-Bernd; OTT, Claus. *Manual de análisis económico del derecho civil*. Madrid, Tecnos, 1991.
119. SCHUMPETER, Joseph. *Historia del análisis económico*. Barcelona, Ariel, 1994, 1337p.
120. SIQUEIRA NETO, José Francisco, *Princípios do Direito do Trabalho e Economia de Mercado: o tema e as particularidades nacionais* in SILVESTRE Rita Maria; NASCIMENTO Amauri Mascaro (Coord) *Os Novos Paradigmas do Direito do Trabalho*, São Paulo, Editora Saraiva, 2001, pág. 129-136.
121. SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Tutela Penal dos Interesses Difusos*. São Paulo: Atlas, 2000.
122. SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*, 3ª ed. São Paulo: Ltr, 1994.
123. _____. *Teoria da Constituição Econômica*. Belo Horizonte, Del Rey, 2002.
124. STEPHAN, Paul B.; PARISI, Francesco; DEPOORTER, Bem; LUU, Xinh. *The law and economics of the European Union*. Newark, Lexis Nexis, 2004.
125. STIGLITZ, Joseph; HOLZMANN, Robert. “Rethinking pension reform: ten myths about social security system”. In *New ideas about old age crisis*. Washington DC. World Bank, 2001.
126. SUNSTEIN, Cass R. *After the rights revolution. Reconceiving the Regulatory State*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard Press, 1990.
127. SUSSEKIND, Arnaldo Lopes; MARANHÃO, Délio; SEGADAS VIANNA. *Instituições de Direito do Trabalho*. Vol.I, São Paulo, LTr Editora, 1991.

128. TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Método, 2003.
129. TORRES LOPEZ, Juan. *Análisis económico del derecho: panorama doctrinal*. Madrid, Tecnos, 1987.
130. VARIAN, Hal R. *Microeconomia: Princípios básicos*. Trad. da 2. ed. americana. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
131. VAZ, Isabel, *Direito econômico das propriedades*. Rio de Janeiro, Forense, 1992.
132. _____. *Direito Econômico da Concorrência*. Rio de Janeiro, Forense, 1993.
133. VAZ, Manuel Afonso, *Direito econômico*. Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
134. VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico: O Direito Público Econômico no Brasil*, 2ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
135. VIDIGAL, Geraldo de Camargo, *Teoria geral do direito econômico*. São Paulo, Rev. Tribunais, 1977.
136. WALD, Arnold. *A CVM e a evolução do mercado de capitais no Brasil*, RF 363/3.
137. _____. *O mercado de capitais no Brasil*, RDM 71/47.
138. WEBER, Max. *“Economía y Sociedad”*. México-DF, Fondo de Cultura Económica, 1996.
139. WILLIAMSON, Oliver E.; WINTER, Sidney G. *The nature of the firm: Origins, evolution, and development*. Oxford, Oxford University Press, 1993.

Lista de Ementas da Disciplina “Direito de Mercado de Capitais”

Universidades Federais

1. UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Disciplina: Direito de Mercado de Capitais.

Ementa: A disciplina objetiva compreender de maneira sistêmica os limites jurídicos do poder econômico, por meio da identificação destes limites em uma instituição econômica fundamental para o Estado Capitalista, ou seja, o Mercado de Capitais, que potencializa a concentração de recursos de larga escala e viabiliza a produção massificada de mercadorias e serviços. Para tanto, a disciplina visa fornecer uma visão de conjunto acerca das atividades de financiamento empresarial, alicerçando princípios que servem de suporte a investigações acerca do mercado de capitais, dissecando as formas de investimento, examinando suas patologias e indagando quais fórmulas podem ser aperfeiçoadas.

Direito do Mercado de Capitais: 1. O Conceito de Mercado de Capitais e de Valor Mobiliário; 2. Ofertas Públicas de Valores Mobiliários: Histórico e Espécies Atuais; 3. O Mercado Secundário: Bolsas de Valores, Mercado de Balcão e Intermediários; 4. A Comissão de Valores Mobiliários; 5. Regime das Informações no Mercado de Capitais; 6. Investidores Institucionais e Qualificados; 7. Fundos de Investimento: Conceito, Importância e Regulamentação; 8. Contratos Peculiares ao Mercado de Capitais: Reporte, Underwriting e Derivativos; 9. Commodities e Bolsas de Mercadorias; 10. A Proteção ao Investidor na atual legislação societária; 11. Fluxos Internacionais de Valores e Globalização Financeira; 12. Crimes contra o Mercado de Capitais.

Bibliografia Básica da Disciplina “Direito de Mercado de Capitais”

1. AUCKENTHALER, Frank . Droit des Marchés de Capitaux, LTDJ, 2004.
2. BARRETO FILHO, Oscar. Natureza jurídica das bolsas de valores no direito brasileiro, RDB 12/243.
3. CANTIDIANO, Luiz Leonardo, Direito societário e mercado de capitais, Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
4. EIZIRIK, Nelson. A urgente reforma da lei 6.385/76, RDM 98/58.
5. _____. Reforma das S/As. e Mercado de Capitais, Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
6. GOUTAY, Philippe. O conceito de valor mobiliário, RDB 8/229.

7. KANDIR, Antonio. A reforma da lei das sociedades anônimas e o desenvolvimento, RDB 12/13 .
8. LEÃES, Luiz Gastão de Paes de Barros. Mercado de Capitais e Insider Trading, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
9. OLIVEIRA, Fernando Antonio Albino de. CVM. Comissão de valores mobiliários e mercado de capitais, RDP 89/256.
10. PARENTE, Norma Jonsen. A regulação e o desenvolvimento do mercado de capitais, RDB 18/247.
11. _____. Governança corporativa, RDB 15/81;
12. ROSAS, Roberto. Controle judicial dos valores mobiliários, RDB 3/75.
13. STUBER, Walter Douglas. A negociação com opções por companhia aberta, RDB 23/394.
14. _____. As novas regras para divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes relativos as companhias abertas brasileiras, RDB 16/252;
15. WALD, Arnold. A CVM e a evolução do mercado de capitais no Brasil, RF 363/3.
16. _____. O mercado de capitais no Brasil, RDM 71/47; Lamy Filho, Alfredo. A empresa, os minoritários e o mercado de capitais, RDM 117/53.

Lista de Ementas da Disciplina “Mediação e Arbitragem”

Universidades Particulares

1. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

Disciplina: Mediação e Arbitragem.

Ementa: 1. Introdução ao estudo da arbitragem - Arbitragem nas legislações estrangeiras - O Direito constitucional e jurisdição. 2. Árbitro - natureza jurídica - cláusula compromissória - Convenção de arbitragem. 3. Princípios Jurídicos Fundamentais da Arbitragem - Cláusula Compromissória - Convenção de arbitragem. 4. Princípios Jurídicos Fundamentais do Direito Processual Civil

encartados na Constituição Federal aplicáveis ao Processo Arbitral -Processo e Procedimento Arbitral. 5. Sentenças arbitrais. 6. Nulidades e Impugnações das sentenças. 7. Composição dos Conflitos no Direito Brasileiro e os Direitos Coletivos.

Bibliografia Básica da Disciplina “Mediação e Arbitragem”

1. ALOISIO, Roberto. *Natura giuridica. Dizionario dell'arbitrato con prefazione di Natalino Irti.* Torino: G.Giappichelli Editore, 1997.
2. ALVIM, José Eduardo Carreira. *Tratado geral da arbitragem interno.* Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.
3. CÂMARA, Alexandre de Freitas. *Arbitragem - Lei 9.307/96.* 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1977.
4. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo. Um comentário à Lei 9.307/96.* São Paulo:Atlas, 2 ed. 2004.
5. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Manual da arbitragem.* São Paulo: RT, 1997.
6. LEMES, Selma M. Ferreira. *Árbitro princípio da independência e da imparcialidade.* São Paulo: Ltr, 2001.
7. LERA, Silvia Gaspar. *El ambito de aplicación del arbitraje.* Navarra: Aranzadi editorial, 1998.
8. MARTÍNEZ, José Maria Roca. *Arbitraje e instituciones arbitrales.* Barcelona: J.M.Bosch Editor, S.A., 1992.
9. MARTINS, Pedro Batista. *Aspectos jurídicos da arbitragem comercial no Brasil.* Rio de Janeiro: Lumen Júris: 1990.
10. MOVELLÁN, Pedro Álvarez Sánchez. *La anulación del laudo arbitral.* Granada: Editorial Comares, 1996.
11. NAVARRETE, Antonio M. Lorca. *Derecho de arbitraje interno e internacional.* Madrid: Tecnos, 1989.
12. RECHSTEINER, Beat Walter. *Arbitragem privada internacional no Brasil depois da nova Lei 9.307, de 23.09.1996.* São Paulo: RT, 2001.

13. ROCHA, José de Albuquerque. A lei de arbitragem (Lei 9.307, de 23.09.1996) uma avaliação crítica. São Paulo: Malheiros, 1998.
14. SÁNCHEZ, Guillermo Ormazabal. La ejecución de laudos arbitrales. Barcelona: J.M.Bosch Editor, S.A.,1996.
15. SILVA, Eduardo Silva da. Arbitragem e direito da empresa Dogmática e implementação da cláusula compromissória. São Paulo: RT, 2003.
16. STRANGER, Irineu. Arbitragem comercial internacional. São Paulo: LTr, 1996.

Lista de Ementas da Disciplina “Sociedade do Conhecimento” Universidades Particulares

1. FADISP – Faculdade Autônoma de Direito

Disciplina: Sociedade do Conhecimento – Novos Paradigmas.

Ementa: A sociedade informacional (pós-industrial) e o processo de globalização. Os limites da globalização. Diferenciação regional da economia global. A formação de grupos regionais. A mudança no modelo da organização internacional do trabalho. 4. Reestruturação do capitalismo na transição do industrialismo para o informacionismo. A coexistência das estruturas pré-industriais, industriais e pós-industriais. Novas e antigas formas de colonialismo. Modelos alternativos de gestão em uma sociedade informacional.

Bibliografia Básica da Disciplina “Sociedade do Conhecimento”

1. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
2. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
3. DEMASI, Domenico. A Sociedade Pós Industrial. São Paulo: Senac, 2000.
4. _____. O Futuro do Trabalho. Brasília: Ed. UnB/José Olympio.
5. GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. São Paulo: Record, 2000.

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

6. HERREN, Fernando Aguilar. Metodologia da Ciência do Direito. São Paulo: Max Limonad, 2003.
7. IANNI, Octávio. Enigmas da modernidade – mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
8. RUBERMAN, Leo. História da Riqueza do homem. Ed. Guanabara, 1999.
9. SANTOS, Boaventura de Souza (org). A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.
11. SICHES, Luiz R. Tratado de Sociologia. Porto Alegre: Ed. Globo, 1965.
12. TOURAINE, Alain. Poderemos viver juntos? Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaionais/INEP**

Apresentamos uma lista dos 1.106 Cursos de Graduação da Área do Direito, distribuídos por Estado e Cidade e cadastrados no INEP. Os dados visam facilitar eventuais contatos das Escolas de Magistratura com professores de Estados nos quais não haja Curso de Mestrado ou Doutorado mas com um potencial de docentes com titulação de Mestre e Doutor que poderiam colaborar, tanto no desenvolvimento de cursos como de projetos de pesquisa de interesse local.

Levantamento realizado em 07.04.08

Acre - 03
Alagoas - 13
Amazonas - 11
Amapá - 06
Bahia - 66
Ceará - 17
Distrito Federal - 21
Espírito Santo - 34
Goiás - 38
Maranhão - 16
Minas Gerais - 136
Mato Grosso do Sul - 32
Mato Grosso - 30
Pará - 16
Paraíba - 16
Pernambuco - 28
Piauí - 25
Paraná - 84
Rio de Janeiro - 101

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Rio Grande do Norte - 14

Rondônia - 11

Roraima - 3

Rio Grande do Sul - 71

Santa Catarina - 60

Sergipe - 11

São Paulo - 232

Tocantins - 11

Total : 1.106

**Lista dos 1.106 Cursos de Graduação da Área do Direito,
distribuídos por Estado e Cidade**

ACRE - 03

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade-UF

Direito / Universidade Federal do Acre - UFAC / Rio Branco-AC

Direito / Faculdade Barão do Rio Branco - FAB / Rio Branco-AC

Direito / Faculdade da Amazônia Ocidental - FaaO - FAAO / Rio Branco-AC

ALAGOAS - 13

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade-UF

Direito / Universidade Federal de Alagoas - UFAL / Maceió-AL

Direito / Faculdade de Ciências Contábeis - Maceió - SEUNE / Maceió-AL

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió - FAMA / Maceió-AL

Direito / Instituto Maceió de Ensino e Cultura - IMEC / Maceió-AL

Direito / Faculdade Raimundo Marinho - FRM / Maceió-AL

Direito / Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Maceió - ESAMC / Maceió-AL

Direito / Faculdade Integrada Tiradentes - Fits / Maceió-AL

Direito / Instituto de Ensino Superior Santa Cecília - IESC / Arapiraca-AL
Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas de Alagoas - FCJAL / Penedo-AL
Direito / Centro de Ensino Superior Arcaño Mikael de Arapiraca - CESAMA / Arapiraca-AL
Direito / Instituto de Ensino Superior de Alagoas - IESA / Maceió-AL
Direito / Faculdade de Alagoas - FAL / Maceió-AL
Direito / Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC / Maceio-AL

AMAZONAS - 11

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Centro Universitário do Norte - UNINORTE / Manaus-AM
Direito / Centro Universitário Nilton Lins - UNINILTONLINS / Manaus-AM
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Manaus-AM
Direito / Faculdade Martha Falcão - FMF / Manaus-AM
Direito / Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM / Manaus-AM
Direito / Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO / Manaus-AM
Direito / Universidade do Estado do Amazonas - UEA / Manaus-AM
Direito / Universidade do Estado do Amazonas - UEA / Parintins-AM
Direito / Centro Universitário Luterano de Manaus - CEULM/ULBRA / Manaus-AM
Direito / Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA / Manaus-AM
Direito / Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Manaus-AM

AMAPÁ - 06

Curso-Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade SEAMA - SEAMA / Macapá-AP
Direito / Faculdade de Macapá - FAMA / Macapá-AP
Direito / Instituto de Ensino e Cultura do Amapá - IECA / Macapá-AP
Direito / Faculdade do Amapá - FAMAP / Macapá-AP

Direito / Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP / Macapá-AP

Direito / Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Macapá-AP

BAHIA - 66

Curso - Habilitação /Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC / Ilhéus-BA

Direito / Universidade Católica do Salvador - UCSAL / Salvador-BA

Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA / Itamaraju-BA

Direito / Faculdade Unime de Ciências Jurídicas - FCJ / Lauro de Freitas-BA

Direito / Universidade Salvador - UNIFACS / Salvador-BA

Direito / Centro Universitário da Bahia - FIB / Salvador-BA

Direito / Faculdade Jorge Amado - FJA / Salvador-BA

Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Juazeiro-BA

Direito / Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Salvador / Salvador-BA

Direito / Instituto de Educação Superior Unyahna de Barreiras - IESUB / Barreiras-BA

Direito / Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR / Vitória da Conquista-BA

Direito / Instituto Baiano de Ensino Superior - IBES / Salvador-BA

Direito / Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias - FACET / Salvador-BA

Direito / Faculdade Dois de Julho - F2J / Salvador-BA

Direito / Faculdade Metropolitana de Camaçari - FAMEC / Camacari-BA

Direito / Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna - FTC / Itabuna-BA

Direito / Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia - UnisulBahia / Eunápolis-BA

Direito / Faculdade Baiana de Ciências Contábeis - FABAC / Salvador-BA

Direito / Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira - FAAHF / Luís Eduardo Magalhães-BA

Direito / Faculdade Nobre de Feira de Santana - FAN / Feira de Santana-BA

Direito / Centro de Ensino Superior de Ilhéus - CESUPI /Ilhéus-BA

Direito / Faculdade Sete de Setembro - FASETE / Paulo Afonso-BA

Direito / Faculdade Cidade do Salvador - FCS / Salvador-BA

Direito / Faculdade Regional de Alagoinhas - FARAL / Alagoinhas-BA
Direito / Faculdade Luiz Eduardo Magalhães - FILEM /Luís Eduardo Magalhães-BA
Direito / Faculdade do Sul - FACSUL / Itabuna-BA
Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Paulo Afonso-BA
Direito / Faculdade São Tomaz de Aquino - FSTA / Salvador-BA
Direito / Faculdade São Salvador - FSS / Salvador-BA
Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Valença-BA
Direito / Faculdade Baiana de Direito e Gestão / Salvador-BA
Direito / Faculdade de Teixeira de Freitas - FACTEF / Teixeira de Freitas-BA
Direito / Faculdade Social da Bahia - FSBA / Salvador-BA
Direito / Faculdade de Guanambi / Guanambi-BA
Direito / Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana - FAT / Feira de Santana-BA
Direito / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Faculdade AGES / Paripiranga-BA
Direito / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Salvador-BA
Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Jacobina-BA
Direito / Faculdade Dom Pedro II - FDP II / Salvador-BA
Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Camacari-BA
Direito / Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Salvador-BA
Direito / Faculdade Regional da Bahia - FARB / Salvador-BA
Direito / Faculdade Batista Brasileira - FBB / Salvador-BA
Direito / Faculdade de Tecnologia Empresarial - FTE / Salvador-BA
Direito / Instituto Salvador de Ensino e Cultura - ISEC / Salvador-BA
Direito / Faculdade Apoio - FA / Lauro de Freitas-BA
Direito / Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista - FTC / Vitória da Conquista-BA
Direito / Faculdade do Sul da Bahia - FASB / Teixeira de Freitas-BA
Direito / Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito - FRBA / Salvador-BA

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade Baiana de Ciências - FABAC / Lauro De Freitas-BA
Direito / Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador - IESUS / Salvador-BA
Direito / Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB / Barreiras-BA
Direito / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB / Vitória da Conquista-BA
Direito / Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS / Feira de Santana-BA
Direito / Universidade Federal da Bahia - UFBA / Salvador-BA

CEARÁ - 17

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Regional do Cariri - URCA / Crato-CE
Direito / Faculdade Farias Brito - FFB / Fortaleza-CE
Direito / Faculdade Christus - Christus / Fortaleza-CE
Direito / Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA / Sobral-CE
Direito / Faculdade Integrada do Ceará - FIC / Fortaleza-CE
Direito / Faculdade Integrada da Grande Fortaleza - FGF / Fortaleza-CE
Direito / Instituto de Ensino Superior do Ceará - IESC / Fortaleza-CE
Direito / Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão - IFTNSIRS / Quixada-CE
Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Fortaleza - FACISA-FOR / Fortaleza-CE
Direito / Faculdade Cearense - FaC / Fortaleza-CE
Direito / Faculdade Luciano Feijão - FLF / Sobral-CE
Direito / Faculdade Paraíso do Ceará - FAP / Juazeiro do Norte-CE
Direito / Instituto Ceará de Ensino e Cultura - ICEC / Fortaleza-CE
Direito / Faculdade Sete de Setembro - FA7 / Fortaleza-CE
Direito / Universidade Federal do Ceará - UFC / Fortaleza-CE
Direito / Universidade Federal do Ceará - UFC / Fortaleza-CE
Direito / Universidade de Fortaleza - UNIFOR / Fortaleza-CE

DISTRITO FEDERAL - 21

Curso / Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade de Brasília - UnB / Brasília-DF

Direito / Centro Universitário de Brasília - UniCEUB / Brasília-DF

Direito / Universidade de Brasília - UnB / Brasília-DF

Direito / Universidade Católica de Brasília - UCB / Brasília-DF

Direito / Faculdades Integradas da Upis - UPIS / Brasília-DF

Direito / Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - Uniplan - UNIPLAN / Brasília-DF

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas do Planalto Central - JURPLAC / Brasília-DF

Direito / Centro Universitário Euro-Americano - UNIEURO / Brasília-DF

Direito / Instituto de Ensino Superior Planalto - IESPLAN / Brasília-DF

ESPÍRITO SANTO - 34

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade do Espírito Santo - UNES / Cachoeiro do Itapemirim-ES

Direito / Faculdades Integradas Castelo Branco - FICAB / Colatina-ES

Direito / Faculdade de Direito de Guarapari - FADIG / Guarapari-ES

Direito / Faculdade São Geraldo - FSG / Cariacica-ES

Direito / Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CESAT /Serra-ES

Direito / Faculdade Espírito Santense - UNICAPE / Cariacica-ES

Direito / Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo - CUSC / Cachoeiro do Itapemirim-ES

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha - FESVV / Vila Velha-ES

Direito / Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari / Guarapari-ES

Direito / Faculdade Batista de Vitória - FABAVI / Vitória-ES

Direito / Faculdade de Castelo - FACASTELO / Castelo-ES

Direito / Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia - INESV / Nova Venécia-ES

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdades Integradas São Pedro - FAESA / Vitória-ES
Direito / Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA I / Vitória-ES
Direito / Faculdade de Aracruz / Aracruz-ES
Direito / Faculdades Integradas de Vitória - FDV / Vitória-ES
Direito / Faculdade Novo Milênio - FNM / Vila Velha-ES
Direito / Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI / Cachoeiro do Itapemirim-ES
Direito / Centro de Ensino Superior de Vitória - CESV / Vitória-ES
Direito / Centro Universitário Vila Velha - UVV / Vila Velha-ES
Direito / Universidade Federal do Espírito Santo - UFES / Vitória-ES

GOIÁS - 38

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade de Jussara - FAJ / Jussara-GO
Direito / Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA / Ceres-GO
Direito / Faculdade Cambury - CAMBURY / Goiânia-GO
Direito / Faculdade Lions - FAC-LIONS / Goiânia-GO
Direito / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba - FAFICH / Goiatuba-GO
Direito / Faculdade Quirinópolis - FAQUI / Quirinópolis-GO
Direito / Faculdade do Sudeste Goiano - FASUG / Pires do Rio-GO
Direito / Escola Superior Associada de Goiânia - ESUP / Goiânia-GO
Direito / Faculdade Betel de Goianésia - FABEGO / Goianésia-GO
Direito / Faculdade Raízes - SER / Anapólis-GO
Direito / Faculdade do Instituto Brasil - FIBRA / Anapólis-GO
Direito / Faculdade de Caldas Novas - UNICALDAS / Caldas Novas-GO
Direito / Faculdade Alves Faria - ALFA / Goiânia-GO
Direito / Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGÜERA / Goiânia-GO
Direito / Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA / Anápolis-GO

Direito / Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste - UNIDESC / Luziânia-GO

Direito / Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns - FECHA / Anicuns-GO

Direito / Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC / Catalão-GO

Direito / Universidade Católica de Goiás - UCG / Goiânia-GO

Direito / Pronera/Inkra / Universidade Federal de Goiás - UFG / Goiás-GO

Direito / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Goiânia-GO

MARANHÃO - 16

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal do Maranhão - UFMA / Imperatriz-MA

Direito / Faculdade do Maranhão - FACAM-MA / São Luís-MA

Direito / Faculdade do Vale do Itapecurú - FAI / Caxias-MA

Direito / Instituto de Ensino Superior do Maranhão - IESMA / São Luís-MA

Direito / Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão - IESMA / Imperatriz-MA

Direito / Faculdade de Balsas - Unibalsas / Balsas-MA

Direito / Faculdade São José - FSJ / Timon-MA

Direito / Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST / Imperatriz-MA

Direito / Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB / São Luís-MA

Direito / Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA / São Luís-MA

Direito / Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA / São Luís-MA

Direito / Faculdade Santa Terezinha - CEST / São Luís-MA

Direito / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FACSÃOLUÍS / São Luís-MA

Direito / Faculdade de Imperatriz - FACIMP / Imperatriz-MA

Direito / Universidade Federal do Maranhão - UFMA / São Luís-MA

Direito / Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA / São Luís-MA

MINAS GERAIS - 136

Curso-/ Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Betim-MG

Direito / Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS / Campo Belo-MG

Direito / Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - FADIVALE /
Governador Valadares-MG

Direito / Faculdades Integradas do Oeste de Minas - FADOM / Divinópolis-MG

Direito / Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS / Alfenas-MG

Direito / Faculdade de Direito de Varginha - FADIVA - FADIVA / Varginha-MG

Direito / Centro Universitário Newton Paiva - NEWTON PAIVA / Belo Horizonte-MG

Direito / Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix - IMIH / Nova Lima-MG

Direito / Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM / Patos de Minas-MG

Direito / Universidade Federal de Uberlândia - UFU / Uberlândia-MG

Direito / Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES / Montes
Claros-MG

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Ubá-MG

Direito / Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE / Governador Valadares-MG

Direito / Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV / Viçosa-MG

Direito / Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS / São Sebastião
do Paraíso-MG

Direito / Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS / Poços de Caldas-MG

Direito / Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba - ISEPI / Ituiutaba-MG

Direito / Instituto de Ensino Superior Integrado-IESI - FENORD / Teófilo
Otoni-MG

Direito / Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Juiz de Fora-MG

Direito / Instituto de Ensino Superior de João Monlevade - IES/FUNCEC /
João Monlevade-MG

Direito / Universidade Fumec - FUMEC / Belo Horizonte-MG

Direito / Instituto Machadense de Ensino Superior - IMES / Machado-MG

Direito / Centro Universitário do Triângulo - UNITRI / Uberlândia-MG

Direito / Faculdades Unificadas Doctum de Leopoldina - Doctum Leopoldina / Leopoldina-MG

Direito / Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP / Ouro Preto-MG

Direito / Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete - FDCL / Conselheiro Lafaiete-MG

Direito / Faculdades Integradas de Caratinga - FIC / Caratinga-MG

Direito / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Serro-MG

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte - FESBH / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Manhuaçu - Faculdades Doctum / Manhuaçu-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas de Diamantina - FCJ / Diamantina-MG

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Bom Despacho-MG

Direito / Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Direito de Itabira - FDI / Itabira-MG

Direito / Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN / São João Del Rei-MG

Direito / Faculdade Atenas / Paracatu-MG

Direito / Instituto de Ensino Superior Cenecista - INESC / Unaí-MG

Direito / Faculdades Integradas Pitágoras - FIP-MOC / Montes Claros-MG

Direito / Centro de Estudos Superiores Aprendiz - CESA / Barbacena-MG

Direito / Faculdade de Ciências Aplicadas de Minas - FACIMINAS / Uberlândia-MG

Direito / Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Minas - FAMINAS / Muriaé-MG

Direito / Faculdade de Sabará - SOECS / Sabará-MG

Direito / Faculdade de Direito Promove - Promove / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - FEAD - MG / Belo Horizonte-MG

Direito / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora - FESJF / Juiz de Fora-MG

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade de Direito de São Sebastião do Paraíso - DIREITO / São Sebastião do Paraíso-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Oliveira - FACIJUGO / Oliveira-MG

Direito / Faculdade de Direito de Pedro Leopoldo - FADIPEL / Pedro Leopoldo-MG

Direito / Instituto de Educação Superior do Alto São Francisco - IESASF / Piumhi-MG

Direito / Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR / Três Corações-MG

Direito / Centro Universitário de Formiga - UNIFORMG / Formiga-MG

Direito / Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS / Lavras-MG

Direito / Instituto de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - ICHSA-Três Pontas / Três Pontas-MG

Direito / Faculdade Cenecista de Varginha - FACECA / Varginha-MG

Direito / Faculdade Pitágoras de Ipatinga - FPI / Ipatinga-MG

Direito / Faculdade de Pará de Minas - FAPAM / Pará de Minas-MG

Direito / Faculdade Metodista Granbery - FMG / Juiz de Fora-MG

Direito / Faculdade de Direito de Carangola / Carangola-MG

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Mariana-MG

Direito / Centro Universitário de Itajubá - Universitas / Itajuba-MG

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Itabirito-MG

Direito / Faculdade Pitágoras de Betim - PITÁGORAS-BETIM / Betim-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas de Santos Dumont - FCJSD / Santos Dumont-MG

Direito / Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga - FADIP / Ponte Nova-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas Professor Alberto Deodato - FCJPAD / Vespasiano-MG

Direito / Faculdade de Direito de Pedro Leopoldo - FADIPEL / Pedro Leopoldo-MG

Direito / Instituto Minas Gerais de Ensino e Cultura - IMGEC / Belo Horizonte-MG

Direito / Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix - IMIH / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema - FAEX / Extrema-MG

Direito / Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG / Frutal-MG
Direito / Faculdade Católica de Uberlândia - CATÓLICA / Uberlândia-MG
Direito / Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes - FACE - ALFOR /
Além Paraíba-MG
Direito / Faculdade Minas Gerais - FAMIG / Belo Horizonte-MG
Direito / Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de
Uberlândia - ESAMC de Uberlândia / Uberlândia-MG
Direito / Faculdade de Minas BH - FAMINAS-BH / Belo Horizonte-MG
Direito / Faculdade Vale do Gorutuba - FAVAG / Nova Porteirinha-MG
Direito / Instituto de Ensino Superior João Alfredo de Andrade - IJAA / Juatuba-MG
Direito / Faculdade da Cidade de Santa Luzia - FACSAL / Santa Luzia-MG
Direito / Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM / Paracatu-MG
Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Teófilo Otoni-MG
Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Aragiari-MG
Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Uberlândia-MG
Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Uberaba-MG
Direito / Faculdade de Talentos Humanos - FACTHUS / Uberaba-MG
Direito / Faculdade Novos Horizontes - Novos Horizontes / Belo Horizonte-MG
Direito / Faculdade Divinópolis - FACED / Divinópolis-MG
Direito / Universidade de Uberaba - UNIUBE / Uberlândia-MG
Direito / Instituto Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior - INDES
/ Montes Claros-MG
Direito / Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG / Belo Horizonte-MG
Direito / Instituto Sudeste Mineiro de Educação e Cultura - ISMEC / Juiz de Fora-MG
Direito / Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé - UNIFEG /
Guaxupe-MG
Direito / Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni / Teófilo Otoni-MG
Direito / Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte / Belo Horizonte-MG
Direito / Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - IBHES / Belo Horizonte-MG

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Juiz de Fora-MG

Direito / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Juiz de Fora-MG

Direito / Faculdade Pitágoras de Administração Superior - FPAS / Belo Horizonte-MG

Direito / Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UnilesteMG /
Coronel Fabriciano-MG

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas de Juiz de Fora - Faculdades
Doctum / Juiz de Fora-MG

Direito / Faculdade Sudamérica - SUDAMÉRICA / Cataguases-MG

Direito / Faculdade Asa de Brumadinho - IECEMB - FAB / Brumadinho-MG

Direito / Centro Universitário Una - UNA / Belo Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Direito Santo Agostinho - FADISA / Montes Claros-MG

Direito / Faculdade Politécnica de Uberlândia - FPU / Uberlândia-MG

Direito / Faculdade Aldete Maria Alves - FAMA / Iturama-MG

Direito / Escola de Estudos Superiores de Viçosa - ESUV / Viçosa-MG

Direito / Faculdade de Ciências Humanas de Itabira - FACHI / Itabira-MG

Direito / Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen - FAJANSSEN / Belo
Horizonte-MG

Direito / Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas - FADILESTE
/ Reduto-MG

Direito / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Poços
de Caldas-MG

Direito / Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR / Caxambu-MG

Direito / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas /
Betim-MG

Direito / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas /
Arcos-MG

Direito / Centro Universitário do Triângulo - UNITRI / Araguari-MG

Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Barbacena-MG

Direito / Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Juiz de Fora-MG

Direito / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - Factu - FACTU / Unaí-MG

Direito / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Contagem-MG
Direito / Faculdade de São Lourenço - FASAMA / São Lourenço-MG
Direito / Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG / Belo Horizonte-MG
Direito / Universidade de Itaúna - UI / Itauna-MG
Direito / Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH / Belo Horizonte-MG
Direito / Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM / Sete Lagoas-MG
Direito / Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ / Araxá-MG
Direito / Faculdades Integradas Vianna Júnior - FIVJ / Juiz de Fora-MG
Direito / Faculdade de Direito do Sul de Minas - FDSM / Pouso Alegre-MG
Direito / Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC / Ipatinga-MG
Direito / Universidade de Uberaba - UNIUBE / Uberaba-MG
Direito / Faculdade de Direito de Passos - FADIPA / Passos-MG
Direito / Faculdade de Direito Milton Campos - FDMC / Nova Lima-MG
Direito (Barreiro) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Belo Horizonte-MG
Direito (Praça da Liberdade) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Belo Horizonte-MG
Direito (São Gabriel) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Belo Horizonte-MG
Direito (Coração Eucarístico) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas / Belo Horizonte-MG

MATO GROSSO do SUL - 21

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Católica Dom Bosco - UCDB / Campo Grande-MS
Direito / Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN / Dourados-MS
Direito / Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS / Três Lagoas-MS
Direito / Centro Universitário de Campo Grande - UNAES / Campo Grande-MS
Direito / Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD / Dourados-MS

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdades Integradas de Ponta Porã - FIP / Ponta Porã-MS

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Três Lagoas-MS

Direito / Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP / Rio Verde de Mato Grosso-MS

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Corumbá-MS

Direito / Universidade Católica Dom Bosco - UCDB / São Gabriel do Oeste-MS

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG / Campo Grande-MS

Direito / Universidade Católica Dom Bosco - UCDB / Campo Grande-MS

Direito / Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP / Rio Verde de Mato Grosso-MS

Direito / Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD / Dourados-MS

Direito / Universidade Católica Dom Bosco - UCDB / São Gabriel do Oeste-MS

Direito / Instituto Campo Grande de Ensino Superior - ICGES / Campo Grande-MS

Direito / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS / Navirai-MS

Direito / Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina - FACINAN / Nova Andradina-MS

Direito / Faculdades Integradas de Paranaíba - Fipar - FIPAR / Paranaíba-MS

Direito / Instituto Mato Grosso do Sul de Educação e Cultura - ISMEC / Campo Grande-MS

Direito / Faculdade Salesiana de Santa Teresa - FST / Corumbá-MS

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Corumbá-MS

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG / Campo Grande-MS

Direito / Faculdades Integradas de Ponta Porã - FIP / Ponta Porã-MS

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Três Lagoas-MS

Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP / Campo Grande-MS

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Campo Grande-MS

Direito / Centro Universitário de Campo Grande - UNAES / Campo Grande-MS

Direito / Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN / Dourados-MS

Direito / Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS / Três Lagoas-MS

Direito / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS / Paranaíba-MS

Direito / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS / Dourados-MS

MATO GROSSO - 30

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Bacharelado em Direito (Turma Especial) / Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT / Barra do Bugres-MT

Direito / Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade do Sul de Mato Grosso - FACSUL / Rondonópolis-MT

Direito / Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT / Cáceres-MT

Direito / Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG / Várzea Grande-MT

Direito / Universidade de Cuiabá - UNIC / Cuiabá-MT

Direito / Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON / Cuiabá-MT

Direito / Faculdades Integradas de Tangará da Serra - FITS / Tangará da Serra-MT

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia - Faculdades Cathedral / Barra do Garças-MT

Direito / Universidade de Cuiabá - UNIC / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop - FACISAS / Sinop-MT

Direito / Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura - ICEC / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade de Lucas do Rio Verde - FVERDE / Lucas do Rio Verde-MT

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas de Primavera do Leste - UNICEN / Primavera do Leste-MT

Direito / Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga - FCARP / Araputanga-MT

Direito / Faculdade Sinop - FASIP / Sinop-MT

Direito / Faculdades Integradas de Rondonópolis - UNIR-ROO / Rondonópolis-MT

Direito / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Sobral Pinto - FAIESP / Rondonópolis-MT

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop - FIS / Sinop-MT

Direito / Faculdade de Direito de Alta Floresta / Alta Floresta-MT

Direito / Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena - AJES / Juína-MT

Direito / Faculdade de Sorriso - FAIS / Sorriso-MT

Direito / Universidade de Cuiabá - UNIC / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade para O Desenvolvimento do Estado e do Pantanal Mato-Grossense - FAP / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade de Colider - FACIDER / Colider-MT

Direito / Faculdade Afirmativo - FAFI / Cuiabá-MT

Direito / Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino - UNED / Diamantino-MT

Direito / Faculdade de Direito de Tangará da Serra - UNICEN / Tangará da Serra-MT

Direito / Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão - Fausb - FAUSB / Várzea Grande-MT

Direito - Turma Especial / Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT / Juína-MT

PARÁ - 16

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal do Pará - UFPA / Marabá-PA

Direito / Universidade Federal do Pará - UFPA / Belém-PA

Direito / Centro Universitário Luterano de Santarém - CEULS / Santarém-PA

Direito / Faculdade Ideal - FACI / Belém-PA

Direito / Universidade Federal do Pará - UFPA / Parauapebas-PA

Direito / Escola Superior Madre Celeste - ESMAC / Ananindeua-PA

Direito / Faculdade de Castanhal - FCAT / Castanhal-PA

Direito / Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida - FESAR / Redenção-PA

Direito / Instituto de Ensino Superior do Pará - IESP / Belém-PA
Direito / Faculdade Integrada Brasil Amazonia - Fibra - FIBRA / Belém-PA
Direito / Faculdade de Belém - FABEL / Belém-PA
Direito / Faculdade do Pará - FAP / Belém-PA
Direito / Faculdades Integradas do Tapajós - ISES / Santarém-PA
Direito / Universidade da Amazônia - UNAMA / Ananindeua-PA
Direito / Universidade Federal do Pará - UFPA / Santarém-PA
Direito / Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA / Belém-PA

PARAÍBA - 16

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal de Campina Grande - UFCG / Sousa-PB
Direito / Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ / João Pessoa-PB
Direito / Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP / João Pessoa-PB
Direito / Instituto Paraíba de Educação e Cultura - IPEC / João Pessoa-PB
Direito / Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP / João Pessoa-PB
Direito / Faculdade Reinaldo Ramos - CESREI / Campina Grande-PB
Direito / Faculdade Metropolitana da Paraíba - FAMEP / João Pessoa-PB
Direito / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC /
Cajazeiras-PB
Direito / Faculdades Integradas de Patos - FIP / Patos-PB
Direito / Faculdade de Campina Grande - FAC-CG / Campina Grande-PB
Direito / Faculdade Potiguar da Paraíba - FPB / João Pessoa-PB
Direito / Instituto Paraibano de Ensino Renovado - INPER / João Pessoa-PB
Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Facisa - FACISA /
Campina Grande-PB
Direito / Universidade Estadual da Paraíba - UEPB / Guarabira-PB
Direito / Universidade Federal da Paraíba - UFPB / João Pessoa-PB
Direito / Universidade Estadual da Paraíba - UEPB / Campina Grande-PB

PERNAMBUCO - 28

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade de Direito de Caruaru - FADICA / Caruaru-PE

Direito / Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE / Recife-PE

Direito / Faculdade dos Guararapes - FG / Jaboatão dos Guararapes-PE

Direito / Instituto Pernambucano de Ensino Superior - IPESU / Recife-PE

Direito / Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - FACOL / Vitória de Santo Antão-PE

Direito / Faculdade Integrada do Recife - FIR / Recife-PE

Direito / Instituto de Ensino Superior de Olinda - IESO / Olinda-PE

Direito / Instituto Pernambuco de Ensino e Cultura - IPEC / Recife-PE

Direito / Faculdade Integrada de Pernambuco - FACIPE / Recife-PE

Direito / Focca - Faculdade de Olinda - FOCCA / Olinda-PE

Direito / Faculdade Marista - FMR / Recife-PE

Direito / Faculdade Salesiana do Nordeste - FASNE / Recife-PE

Direito / Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC / Recife-PE

Direito / Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco - FACESF / Belém de São Francisco-PE

Direito / Faculdade de Integração do Sertão - FIS / Serra Talhada-PE

Direito / Faculdade Joaquim Nabuco - Paulista - FJN / Paulista-PE

Direito / Faculdade Metropolitana da Grande Recife - UNESJ / Jaboatão dos Guararapes-PE

Direito / Faculdade de Direito de Garanhuns - FDG / Garanhuns-PE

Direito / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu - FACIG / Igarassu-PE

Direito / Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE / Petrolina-PE

Direito / Faculdade Boa Viagem - FBV / Recife-PE

Direito / Faculdade Maurício de Nassau - F.M.N. / Recife-PE

Direito / Faculdade de Ciências de Timbaúba - FACET / Timbauba-PE

Direito / Faculdade do Vale do Ipojuca - FAVIP / Caruaru-PE

Direito / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Recife-PE

Direito / Faculdades Integradas Barros Melo - FIBAM / Olinda-PE

Direito / Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP / Recife-PE

Direito / Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Recife-PE

PIAUI - 25

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal do Piauí - UFPI / Teresina-PI

Direito / Faculdade de Ciências Humanas e Jurídicas de Teresina - FCHJT /
Teresina-PI

Direito / Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho -
ICF / Teresina-PI

Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Picos-PI

Direito / Faculdade dos Cerrados Piauienses - FCP / Corrente-PI

Direito / Instituto de Ensino Superior de Teresina - IEST / Teresina-PI

Direito / Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina - FAETE /
Teresina-PI

Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Teresina-PI

Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Floriano-PI

Direito / Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba - CESVALE /
Teresina-PI

Direito / Christus Faculdade do Piauí - CHRISFAPI / Piripiri-PI

Direito / Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - IESRSA / Picos-PI

Direito / Faculdade de Tecnologia do Piauí - FATEPI / Teresina-PI

Direito / Faculdade Piauiense - FAP / Teresina-PI

Direito / Faculdade de Ensino Superior de Floriano - FAESF / Floriano-PI

Direito / Faculdade Integral Diferencial - FACID / Teresina-PI

Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Piripiri-PI

Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Corrente-PI
Direito / Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí - NOVAFAPI / Teresina-PI
Direito / Faculdade Santo Agostinho - FSA / Teresina-PI
Direito / Faculdade Piauiense - FAP / Parnaíba-PI
Direito / Faculdade São Gabriel - FSG / Teresina-PI
Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Teresina-PI
Direito / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Parnaíba-PI
Direito (Pré-Matutino) / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Teresina-PI

PARANÁ - 84

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - FCSAC / Cascavel-PR
Direito / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR / São José dos Pinhais-PR
Direito / Universidade Federal do Paraná - UFPR / Curitiba-PR
Direito / Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu - UNIFOZ / Foz do Iguaçu-PR
Direito / Universidade Tuiuti do Paraná - UTP / Curitiba-PR
Direito / Faculdades Integradas dos Campos Gerais - CESCAGE / Ponta Grossa-PR
Direito / Centro Universitário de Maringá - Ceumar - CESUMAR / Maringá-PR
Direito / Faculdade Mater Dei - FMD / Pato Branco-PR
Direito / Faculdade Paranaense - FACCAR / Rolândia-PR
Direito / Universidade Positivo - UP / Curitiba-PR
Direito / Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL / Curitiba-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Paranavaí-PR
Direito / Universidade Estadual de Londrina - UEL / Londrina-PR
Direito / Faculdade de Direito Francisco Beltrão - CESUL / Francisco Beltrão-PR
Direito / Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava - FG / Guarapuava-PR

Direito / Centro Universitário Filadélfia - UniFil / Londrina-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Umuarama-PR
Direito / Universidade Federal do Paraná - UFPR / Curitiba-PR
Direito / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR / Londrina-PR
Direito / Faculdade do Norte Novo de Apucarana - FACNOPAR / Apucarana-PR
Direito / Faculdade Educacional de Dois Vizinhos - FAED / Dois Vizinhos-PR
Direito / Centro Universitário Campos de Andrade - Uniandrade / Curitiba-PR
Direito / Faculdade Assis Gurgacz - FAG / Cascavel-PR
Direito / Faculdade Radial Curitiba / Curitiba-PR
Direito / Faculdades Integradas do Vale do Ivaí - UNIVALE / Ivaiporá-PR
Direito / Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - IESFI / Foz do Iguaçu-PR
Direito / Universidade Norte do Paraná - UNOPAR / Bandeirantes-PR
Direito / Centro Universitário Franciscano do Paraná - UNIFAE / Curitiba-PR
Direito / Faculdade de Telêmaco Borba - FATEB / Telêmaco Borba-PR
Direito / Faculdade Educacional de Medianeira - FACEMED / Medianeira-PR
Direito / Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER / Curitiba-PR
Direito / Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Foz do Iguaçu-PR
Direito / Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Francisco Beltrão-PR
Direito / Faculdade Metropolitana Londrinense - UMP / Londrina-PR
Direito / Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Marechal Cândido Rondon-PR
Direito / Faculdade do Litoral Paranaense - FLP / Guaratuba-PR
Direito / Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon - ISEPE RONDON / Marechal Cândido Rondon-PR
Direito / Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI / Santo Antonio da Platina-PR
Direito / Faculdade Santa Amélia - SECAL / Ponta Grossa-PR
Direito / Instituto de Ensino e Cultura do Paraná - Iecp - IECF / Curitiba-PR
Direito / Instituto de Ciências Sociais do Paraná - ICSP / Curitiba-PR

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade São Judas Tadeu de Pinhais - FAPI / Pinhais-PR

Direito / Faneesp - Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná - FANEESP / Araucária-PR

Direito / Faculdade Arthur Thomas / Londrina-PR

Direito / Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá / Maringá-PR

Direito / Faculdade de Educação, Administração Etecnologia de Ibaiti - FEATI / Ibaiti-PR

Direito / Instituto Superior do Litoral do Paraná - ISULPAR / Paranaguá-PR

Direito / Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco - FACDOMBOSCO / Cornélio Procópio-PR

Direito / Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA / Maringá-PR

Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória - UNIGUAÇU / União da Vitória-PR

Direito / Faculdade Opet - FAO / Curitiba-PR

Direito / Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná - UNICS / Palmas-PR

Direito / Faculdade Educacional de Ponta Grossa - UNIÃO / Ponta Grossa-PR

Direito / Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - FARESC / Curitiba-PR

Direito / Faculdade Dom Bosco - FDB / Curitiba-PR

Direito / Faculdade Metropolitana de Curitiba - FAMEC / São José dos Pinhais-PR

Direito / Instituto Foz do Iguaçu de Ensino e Cultura - IFIEC / Foz do Iguaçu-PR

Direito / Faculdade Educacional de Araucária - FACEAR / Araucária-PR

Direito / Faculdade Cenecista de Campo Largo - FACECLA / Campo Largo-PR

Direito / Faculdade Jaguariaíva - FAJAR / Jaguariaíva-PR

Direito / Faculdade de Apucarana - FAP / Apucarana-PR

Direito / Faculdade Norte Paranaense - UNINORTE / Londrina-PR

Direito / Faculdade Cristo Rei - FACCREI / Cornélio Procópio-PR

Direito / Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP / Pitanga-PR

Direito / Instituto Catuaí de Ensino Superior - ICES / Cambe-PR

Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Francisco Beltrão-PR
Direito / Faculdade Dinâmica das Cataratas - UDC / Foz do Iguaçu-PR
Direito / Faculdade de Direito de Guarapuava - UNICAMPO / Guarapuava-PR
Direito / Universidade Estadual de Maringá - UEM / Maringá-PR
Direito / Faculdade Nobel - NOBEL / Maringá-PR
Direito / Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA / Curitiba-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Cianorte-PR
Direito / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR / Curitiba-PR
Direito / Faculdade Integrado de Campo Mourão - CEI / Campo Mourão-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Toledo-PR
Direito / Universidade Estadual de Londrina - UEL / Londrina-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Cascavel-PR
Direito / Universidade Norte do Paraná - UNOPAR / Arapongas-PR
Direito / Universidade Norte do Paraná - UNOPAR / Londrina-PR
Direito / Faculdade Maringá - CESPAP / Maringá-PR
Direito / Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - FUNDINOPI / Jacarezinho-PR
Direito / Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG / Ponta Grossa-PR
Direito / Universidade Paranaense - UNIPAR / Guaíra-PR

RIO DE JANEIRO - 101

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO / Duque de Caxias-RJ
Direito / Universidade Castelo Branco - UCB / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Gama Filho - UGF / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Católica de Petrópolis - UCP / Petrópolis-RJ

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Centro Universitário Metodista Bennett - Bennett / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Centro Universitário Plínio Leite - UNIPLI / Niterói-RJ

Direito / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Niterói-RJ

Direito / Centro Universitário Serra dos Órgãos - FESO / Teresópolis-RJ

Direito / Universidade Iguaçu - UNIG / Itaperuna-RJ

Direito / Universidade Santa Úrsula - USU / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Universidade Iguaçu - UNIG / São João de Meriti-RJ

Direito / Abeu - Centro Universitário - UNIABEU / Nilópolis-RJ

Direito / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Campos dos Goytacazes-RJ

Direito / Faculdade São José - FSJ / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO / Silva Jardim-RJ

Direito / Universidade Veiga de Almeida - UVA / Cabo Frio-RJ

Direito / Universidade Veiga de Almeida - UVA / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Centro Universitário de Barra Mansa - UBM / Barra Mansa-RJ

Direito / Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA / Volta Redonda-RJ

Direito / Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Centro Universitário Geraldo Di Biase - UGB / Volta Redonda-RJ

Direito / Escola de Direito do Rio de Janeiro - DIREITO RIO / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Instituto Superior de Ciências Humanas e Filosofia La Salle - ISCHF La Salle / Niterói-RJ

Direito / Faculdade Gama e Souza - FGS / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Centro Universitário Celso Lisboa - UCL / Rio de Janeiro-RJ

Direito / Faculdade Paraíso - FAP / São Gonçalo-RJ
Direito / Faculdade Omni - OMNI / Itaboraí-RJ
Direito / Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da Cgadb - FAECAD / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Faculdade Santo Antônio de Pádua - FASAP / Santo Antonio de Pádua-RJ
Direito / Instituto Superior Mendes de Almeida - IMA / Rio das Ostras-RJ
Direito / Universidade Federal Fluminense - UFF / Macaé-RJ
Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas IBMEC - Faculdades Ibmec / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Centro Universitário de Barra Mansa - UBM / Barra Mansa-RJ
Direito / Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Veiga de Almeida - UVA / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Federal Fluminense - UFF / Niterói-RJ
Direito / Centro Universitário Fluminense - UNIFLU / Campos dos Goytacazes-RJ
Direito / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Nova Friburgo-RJ
Direito / Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos - MSB / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Centro de Ensino Superior de Valença - CESVA / Valença-RJ
Direito / Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas - FBCJ / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio - FMJ - MACKENZIE RIO / Rio de Janeiro-RJ
Direito / Universidade Iguazu - UNIG / Nova Iguazu-RJ
Direito / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio / Rio de Janeiro-RJ
Direito - Campus Bangu / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ
Direito - Campus Cabo Frio / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Cabo Frio-RJ
Direito - Campus Campo Grande / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito - Campus Guadalupe / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus I - Rebouças / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus II - Barra / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus IV - Niterói / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Niterói-RJ

Direito - Campus IX - Ilha / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Jacarepaguá / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Macaé / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Macaé-RJ

Direito - Campus Menezes Cortes / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Nova América / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Penha / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Petrópolis / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Petrópolis-RJ

Direito - Campus Queimados / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Queimados-RJ

Direito - Campus Recreio / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus Santa Cruz / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus São João de Meriti / Universidade Estácio de Sá - UNESA / São João de Meriti-RJ

Direito - Campus V - Friburgo / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Nova Friburgo-RJ

Direito - Campus VII - Campos dos Goytacazes / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Campos dos Goytacazes-RJ

Direito - Campus VIII - Resende / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Resende-RJ

Direito - Campus Vila Valqueire / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus XI - Méier / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Campus XII - Copacabana / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Dias da Cruz / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Madureira / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Rio de Janeiro-RJ

Direito - Nova Iguaçu / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Nova Iguaçu-RJ

Direito - São Gonçalo / Universidade Estácio de Sá - UNESA / São Gonçalo-RJ

Direito (Bangu) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Barra - Jardim Oceânico) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade/ Rio de Janeiro-RJ

Direito (Bonsucesso) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade /Rio de Janeiro-RJ

Direito (Campo Grande) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Candelária) / Universidade Gama Filho - UGF / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Centro) / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Centro) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Downtown) / Universidade Gama Filho - UGF / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Duque de Caxias) / Universidade Estácio de Sá - UNESA / Duque de Caxias-RJ

Direito (Freguesia) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Ilha do Governador) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Ipanema) / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Ipanema) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Madureira) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Meier) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Metrô - Carioca) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Niterói) / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Niterói-RJ

Direito (Recreio) / Universidade Castelo Branco - UCB / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Santa Cruz) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (São Gonçalo) / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / São Gonçalo-RJ

Direito (Taquara) / Centro Universitário da Cidade - UniverCidade / Rio de Janeiro-RJ

Direito (Tijuca) / Universidade Cândido Mendes - UCAM / Rio de Janeiro-RJ

Direito (03) / Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO / Campos dos Goytacazes-RJ

RIO GRANDE DO NORTE - 14

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN / Natal-RN

Direito / Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN / Natal-RN

Direito / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN / Mossoró-RN

Direito / Faculdade de Natal - FAL / Natal-RN

Direito / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN / Natal-RN

Direito / Faculdade Câmara Cascudo - FCC / Natal-RN

Direito / Instituto Natalense de Ensino e Cultura - INEC / Natal-RN

Direito / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN / Nova Cruz-RN

Direito / Faculdade Casa do Fera Ponta Negra - FAC CDF PONTA NEGRA / Natal-RN

Direito / Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte - FACEX / Natal-RN

Direito / Universidade Potiguar - UnP / Mossoró-RN

Direito / Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi - MATER CHRISTI / Mossoró-RN

Direito / Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN / Calco-RN

Direito / Universidade Potiguar - UnP / Natal-RN

RONDÔNIA - 11

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR / Porto Velho-RO

Direito / Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR / Cacoal-RO

Direito / Faculdade de Educação e Ciências Administrativas de Vilhena - FECAV / Vilhena-RO

Direito / Faculdade Interamericana de Porto Velho - Uniron / Porto Velho-RO

Direito / Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC / Cacoal-RO

Direito / Faculdade São Lucas - FSL / Porto Velho-RO

Direito / Faculdade de Rolim de Moura - FAROL / Rolim de Moura-RO

Direito / Instituto de Ensino Superior de Rondônia - IESUR / Ariquemes-RO

Direito / Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho - ULBRA ILES / Porto Velho-RO

Direito / Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia - FARO / Porto Velho-RO

Direito / Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA / Ji-Paraná-RO

RORAÍMA - 4

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal de Roraima - UFRR / Boa Vista-RR

Direito / Faculdade de Direito de Boa Vista / Boa Vista - RR

Direito / Universidade Estadual de Roraima - UERR / Boa Vista -RR

Direito / Faculdade Atual da Amazônia - FAA / Boa Vista - RR

RIO GRANDE DO SUL - 71

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade da Região da Campanha - URCAMP / Bagé-RS

Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Passo Fundo-RS

Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Casca-RS

Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Soledade-RS

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Palmeira das Missões-RS

Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Canoas-RS

Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Torres-RS

Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Carazinho-RS

Direito / Universidade da Região da Campanha - URCAMP / Alegrete-RS

Direito / Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Rio Grande-RS

Direito / Universidade Federal de Pelotas - UFPel / Pelotas-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Guaporé-RS

Direito / Universidade Federal de Santa Maria - UFSM / Santa Maria-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Canela-RS

Direito / Centro Universitário La Salle - UNILASALLE / Canoas-RS

Direito / Centro Universitário Franciscano - Unifra / Santa Maria-RS

Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / São Jerônimo-RS

Direito / Universidade Federal de Santa Maria - UFSM / Santa Maria-RS

Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Cachoeira do Sul-RS

Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Guaíba-RS

Direito / Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter / Porto Alegre-RS

Direito / Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Capão da Canoa-RS

Direito / Faculdade Planalto - FAPLAN / Passo Fundo-RS

Direito / Faculdades Riograndenses - FARGS / Porto Alegre-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Farroupilha-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / São Sebastião do Cai-RS

Direito / Faculdade Palotina - FAPAS / Santa Maria-RS

Direito / Escola Superior do Ministério Público / Porto Alegre-RS

Direito / Faculdades Integradas Machado de Assis - FIMA / Santa Rosa-RS

Direito / Faculdade Atlântico Sul do Rio Grande - ATLÂNTICOSUL / Rio Grande-RS

Direito / Faculdade Dom Alberto - FDA / Santa Cruz do Sul-RS

Direito / Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre - FDB / Porto Alegre-RS

Direito / Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos - FACENSA / Gravataí-RS

Direito / Faculdade Cenecista de Osório - FACOS / Osório-RS
Direito / Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Sobradinho-RS
Direito / Escola Superior de Administração, Direito e Economia - ESADE / Porto Alegre-RS
Direito / Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha - CESF / Farroupilha-RS
Direito / Faculdade Meridional - IMED / Passo Fundo-RS
Direito / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS / Viamão-RS
Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Sarandi-RS
Direito / Faculdade Atlântico Sul de Pelotas - ATLÂNTICOSUL / Pelotas-RS
Direito / Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES / Santa Maria-RS
Direito / Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Venâncio Aires-RS
Direito / Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA / Santa Maria-RS
Direito / Faculdade da Serra Gaúcha - FSG / Caxias do Sul-RS
Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Santa Maria-RS
Direito / Faculdade de Direito São Judas Tadeu de Porto Alegre - SJT / Porto Alegre-RS
Direito / Faculdade de Direito de Porto Alegre - CESUPA / Porto Alegre-RS
Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Carazinho-RS
Direito / Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ / Cruz Alta-RS
Direito / Universidade Luterana do Brasil - ULBRA / Gravataí-RS
Direito / Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS / São Leopoldo-RS
Direito / Universidade de Passo Fundo - UPF / Lagoa Vermelha-RS
Direito / Universidade da Região da Campanha - URCAMP / São Gabriel-RS
Direito / Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter / Canoas-RS
Direito / Centro Universitário Feevale - Feevale / Novo Hamburgo-RS
Direito / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI / Santiago-RS

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Centro Universitário Univates - UNIVATES / Lajeado-RS

Direito / Universidade Católica de Pelotas - UCPEL / Pelotas-RS

Direito / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -
URI / Santo Ângelo-RS

Direito / Universidade da Região da Campanha - URCAMP / Santana do Livramento-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Bento Gonçalves-RS

Direito / Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - IESA / Santo
Ângelo-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Caxias do Sul-RS

Direito / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -
URI / Erechim-RS

Direito / Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Santa Cruz do Sul-RS

Direito / Universidade de Caxias do Sul - UCS / Vacaria-RS

Direito / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -
URI / Frederico Westphalen-RS

Direito - IJ / Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do
Sul - UNIJUI / Ijuí-RS

Direito - SR / Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande
do Sul - UNIJUI / Santa Rosa-RS

Direito - TP / Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande
do Sul - UNIJUI / Três Passos-RS

SANTA CATARINA - 60

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Tubarão-SC

Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / São José-SC

Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / Xanxere-SC

Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí -
UNIDAVI / Rio do Sul-SC

Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / Itajaí-SC

Direito / Centro Universitário de Brusque - Unifebe / Brusque-SC

Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / Videira-SC
Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Araranguá-SC
Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / Joaçaba-SC
Direito / Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC / Florianópolis-SC
Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / Biguaçu-SC
Direito / Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ /
Chapecó-SC
Direito / Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC / Criciúma-SC
Direito / Centro Universitário de Jaraguá do Sul - UNERJ / Jaraguá do Sul-SC
Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Palhoça-SC
Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Florianópolis-SC
Direito / Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI / Indaial-SC
Direito / Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - FCSF / Florianópolis-SC
Direito / Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC / Lages-SC
Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / Piçarras-SC
Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Florianópolis-SC
Direito / Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis - IESGF / São José-SC
Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí -
UNIDAVI / Presidente Getúlio-SC
Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / Pinhalzinho-SC
Direito / Faculdade Cenecista de Joinville - Face - FCJ / Joinville-SC
Direito / Faculdade Metropolitana de Blumenau - FAMEBLU / Blumenau-SC
Direito / Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL / Icará-SC
Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí -
UNIDAVI / Ituporanga-SC
Direito / Instituto Superior Tupy - Ist - IST / Joinville-SC
Direito / Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC / São Joaquim-SC
Direito / Faculdade Franciscana - FF / Blumenau-SC
Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / Campos Novos-SC

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade de Itapiranga - SEI/FAI / Itapiranga-SC
Direito / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA - CELER / Xaxim-SC
Direito / Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ / Xaxim-SC
Direito / Faculdade Metropolitana de Guaramirim - FAMEG / Guaramirim-SC
Direito / Faculdade Exponencial - FIE / Chapecó-SC
Direito / Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE / Orleans-SC
Direito / Faculdade Sinergia - SINERGIA / Navegantes-SC
Direito / Faculdade Anita Garibaldi - FAAG / São José-SC
Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI / Taio-SC
Direito / Instituto Santa Catarina de Educação e Cultura - ISCEC / São José-SC
Direito / Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES / Blumenau-SC
Direito / Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina - FESSC / São José-SC
Direito / Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ / Xaxim-SC
Direito / Faculdade Metropolitana de Guaramirim - FAMEG / Guaramirim-SC
Direito / Faculdade Exponencial - FIE / Chapecó-SC
Direito / Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE / Orleans-SC
Direito / Faculdade Sinergia - SINERGIA / Navegantes-SC
Direito / Faculdade Anita Garibaldi - FAAG / São José-SC
Direito / Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI / Taio-SC
Direito / Instituto Santa Catarina de Educação e Cultura - ISCEC / São José-SC
Direito / Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES / Blumenau-SC
Direito / Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina - FESSC / São José-SC
Direito / Centro de Educação Superior de Blumenau - CESBLU / Blumenau-SC
Direito / Faculdades Integradas Facvest - FACVEST / Lages-SC
Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / Tijucas-SC

Direito / Universidade Regional de Blumenau - FURB / Blumenau-SC
Direito / Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC / Lages-SC
Direito / Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE / São Bento do Sul-SC
Direito / Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / Balneário Camboriú-SC
Direito / Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE / Joinville-SC
Direito / Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC / São Miguel do Oeste-SC
Direito / Faculdade Guilherme Guimbala - FGG / Joinville-SC
Direito - Ccd / Universidade do Contestado - UnC / Concórdia-SC
Direito - Cdr / Universidade do Contestado - UnC / Caçador-SC
Direito - Cni / Universidade do Contestado - UnC / Canoinhas-SC
Direito - Ctb / Universidade do Contestado - UnC / Curitibanos-SC
Direito - Mfa / Universidade do Contestado - UnC / Mafra-SC
Direito - Pu / Universidade do Contestado - UnC / Porto União-SC

SERGIPE - 11

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade Federal de Sergipe - UFS / São Cristóvão-SE
Direito / Universidade Federal de Sergipe - UFS / São Cristóvão-SE
Direito / Universidade Tiradentes - UNIT / Estância-SE
Direito / Universidade Tiradentes - UNIT / Itabaiana-SE
Direito / Faculdade de Sergipe - FaSe / Aracaju-SE
Direito / Universidade Tiradentes - UNIT / Propriá-SE
Direito / Faculdade Pio Décimo - FPD / Aracaju-SE
Direito / Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE / Aracaju-SE
Direito / Instituto Sergipe de Ensino Superior - ISES / Aracaju-SE
Direito / Instituto Aracaju de Ensino e Cultura - IAEC / Aracaju-SE
Direito / Universidade Tiradentes - UNIT / Aracaju-SE

SÃO PAULO - 232

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Universidade de Sorocaba - UNISO / Sorocaba-SP

Direito / Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM / Marília-SP

Direito / Faculdades Integradas de Itapetininga - FII / Itapetininga-SP

Direito / Centro Universitário Metropolitano de São Paulo - UNIMESP / Guarulhos-SP

Direito / Universidade de Mogi das Cruzes - UMC / Mogi das Cruzes-SP

Direito / Universidade de Marília - UNIMAR / Marília-SP

Direito / Universidade de Franca - UNIFRAN / Franca-SP

Direito / Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP / São José dos Campos-SP

Direito / Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE / Presidente Prudente-SP

Direito / Universidade São Marcos - USM / São Paulo-SP

Direito / Universidade de Santo Amaro - UNISA / São Paulo-SP

Direito / Universidade Santa Cecília - UNISANTA / Santos-SP

Direito / Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL / Lorena-SP

Direito / Universidade São Francisco - USF / São Paulo-SP

Direito / Centro Universitário de Votuporanga - UNIFEV / Votuporanga-SP

Direito / Universidade Guarulhos - UNG / Guarulhos-SP

Direito / Universidade do Grande ABC - UniABC / Santo André-SP

Direito / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP / São Paulo-SP

Direito / Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE / São Paulo-SP

Direito / Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA / Assis-SP

Direito / Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal - UNIPINHAL/ Espírito Santo do Pinhal-SP

Direito / Centro Universitário Módulo - MÓDULO / Caraguatatuba-SP

Direito / Faculdade de Educação São Luís - FESL / Jaboticabal-SP

Direito / Faculdade Integral Cantareira - F.I.C. / São Paulo-SP

Direito / Universidade Paulista - UNIP / Araraquara-SP

Direito / Centro Universitário Anhangüera - UNIFIAN / Leme-SP

Direito / Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva - FAFICA / Catanduva-SP
Direito / Instituto Superior de Ciências Aplicadas - Isca - ISCA / Limeira-SP
Direito / Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI / Adamantina-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Campinas-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Bauru-SP
Direito / Faculdade de Direito de Itú - FADITU / Itú-SP
Direito / Centro Universitário Capital - UNICAPITAL / São Paulo-SP
Direito / Universidade de Taubaté - UNITAU / Taubaté-SP
Direito / Centro Universitário de Araras - “Dr. Edmundo Ulson” - UNAR / Araras-SP
Direito / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente - FIAETPP / Presidente Prudente-SP
Direito / Universidade Ibirapuera - UNIB / São Paulo-SP
Direito / Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - Feob - UNIFEOB / São João da Boa Vista-SP
Direito / Universidade Católica de Santos - UNISANTOS / Santos-SP
Direito / Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC / São Bernardo do Campo-SP
Direito / Faculdades Integradas Claretianas - FIC / Rio Claro-SP
Direito / Universidade Nove de Julho - UNINOVE / São Paulo-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Ribeirão Preto-SP
Direito / Faculdades Integradas de Jahu - FIJ / Jaú-SP
Direito / Faculdade de Direito de Bauru - FDB / Bauru-SP
Direito / Centro Universitário Toledo - UNITOLEDO / Araçatuba-SP
Direito / Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL / Americana-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / São José do Rio Preto-SP
Direito / Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP / Lins-SP
Direito / Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP / Campo Limpo Paulista-SP

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade Comunitária de Campinas - FAC / Campinas-SP
Direito / União das Faculdades dos Grandes Lagos - Unilago - UNILAGO / São José do Rio Preto-SP
Direito / Faculdade Editora Nacional - FAENAC / São Caetano do Sul-SP
Direito / Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas de Valinhos - FAV / Valinhos-SP
Direito / Faculdades Integradas Padre Albino - FIPA / Catanduva-SP
Direito / Faculdade de Ciências Econômicas - Facamp / Campinas-SP
Direito / Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP / Salto-SP
Direito / Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP / Guarujá-SP
Direito / Faculdade de Direito de Mogi Mirim - FDMM / Mogi-Mirim-SP
Direito / Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL / Campinas-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Limeira-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / São José do Rio Pardo-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Jundiaí-SP
Direito / Faculdade Autônoma de Direito - FADISP / São Paulo-SP
Direito / Universidade São Marcos - USM / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Fernão Dias - FAFE / Osasco-SP
Direito / Faculdade Anglo Latino - FAL / São Paulo-SP
Direito / Universidade Nove de Julho - UNINOVE / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Tijuquissu - TIJUCUSSU / São Caetano do Sul-SP
Direito / Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP / Engenheiro Coelho-SP
Direito / Centro Universitário de Santo André - UniA / Santo André-SP
Direito / Instituto Itapetiningano de Ensino Superior - IIES / Itapetininga-SP
Direito / Faculdade Diadema - FAD / Diadema-SP
Direito / Faculdade Marechal Rondon - FMR / São Manuel-SP
Direito / Faculdade de Ciências Gerenciais de Dracena - FCGD / Dracena-SP
Direito / Faculdade Fapan - FAPAN / São Bernardo do Campo-SP

Direito / União das Escolas do Grupo Faimi de Educação - FAIMI / Mirassol-SP
Direito / Instituto de Ensino Superior de Itapira - IESI / Itapira-SP
Direito / Universidade Anhembi Morumbi - UAM / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Evolução - FAEV / São Roque-SP
Direito / Centro Universitário Assunção - UniFAI / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas Rio Branco - FRB / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas de Jacareí - FIJ / Jacareí-SP
Direito / Universidade de Mogi das Cruzes - UMC / São Paulo-SP
Direito / Centro Universitário Central Paulista - UNICEP / São Carlos-SP
Direito / Faculdade Fênix de Bauru - FÊNIX / Bauru-SP
Direito / Universidade de Santo Amaro - UNISA / São Paulo-SP
Direito / Instituto de Ensino Superior de Bauru - IESB / Bauru-SP
Direito / Faculdade Integração - Zona Oeste - FIZO / Osasco-SP
Direito / Faculdade Politécnica de Campinas - POLICAMP / Campinas-SP
Direito / Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESB / Bebedouro-SP
Direito / Faculdade da Aldeia de Carapicuíba - FALC / Carapicuíba-SP
Direito / Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas Torricelli - FIT / Guarulhos-SP
Direito / Faculdade Pontal do Paranapanema - FAC PONTAL / Presidente Prudente-SP
Direito / Faculdade Carlos Drummond de Andrade - FCDA / São Paulo-SP
Direito / Universidade Anhembi Morumbi - UAM / São Paulo-SP
Direito / Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível - FAECA DOM BOSCO / Monte Aprazível-SP
Direito / Universidade São Judas Tadeu - USJT / São Paulo-SP
Direito / Faculdade de Americana - FAM / Americana-SP
Direito / Faculdade do Litoral Sul - FLS / Registro-SP
Direito / Universidade Ibirapuera - UNIB / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Savonitti - FS / Araraquara-SP

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade Itana de Botucatu - FITB / Botucatu-SP
Direito / Instituto de Ensino Superior Coc - COC / Ribeirão Preto-SP
Direito / Faculdade Comunitária de Campinas - FAC / Campinas-SP
Direito / Faculdade Zumbi dos Palmares - FAZP / São Paulo-SP
Direito / Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro - FACIC / Cruzeiro-SP
Direito / Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL / São Paulo-SP
Direito / Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE / Campinas-SP
Direito / Universidade São Marcos - USM / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Politécnica de Jundiaí - FPJ / Jundiaí-SP
Direito / Faculdade Cidade Luz - FACILUZ / Ilha Solteira-SP
Direito / Faculdade São Sebastião - FASS / São Sebastião-SP
Direito / Faculdade Horizontes - FH / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Interlagos de Educação e Cultura - FINTEC / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Barretos - IBARRETOS / Barretos-SP
Direito / Faculdade Mario Schenberg - FMS / Cotia-SP
Direito / Faculdade do Guarujá - FaG / Guarujá-SP
Direito / Faculdade Birigui - Fabi / Birigui-SP
Direito / Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba - ESAMC Sorocaba / Sorocaba-SP
Direito / Escola Superior de Administração e Marketing e Comunicação de Campinas - ESAMC DE CAMPINAS / Campinas-SP
Direito / Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Santos - ESAMC Santos / Santos-SP
Direito / Faculdade Casa Branca - FACAB / Casa Branca-SP
Direito / Faculdade Bertioga - FABE / Bertioga-SP
Direito / Faculdade Itana de Ibitinga - FITI / Ibitinga-SP
Direito / Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo - FASC / Santa Cruz do Rio Pardo-SP
Direito / Faculdade Max Planck - AESI / Indalatuba-SP

Direito / Faculdade de Paulínia - FACP / Paulínia-SP
Direito / Faculdades Integradas de Bauru - FIB / Bauru-SP
Direito / Centro Universitário Barão de Mauá - CBM / Ribeirão Preto-SP
Direito / Universidade Nove de Julho - UNINOVE / São Paulo-SP
Direito / Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP / Jacareí-SP
Direito / Faculdade Taboão da Serra - FTS / Taboão da Serra-SP
Direito / Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul - FUNEC / Santa Fé do Sul-SP
Direito / Faculdade Integrada Metropolitana de Campinas - METROCAMP /
Campinas-SP
Direito / Faculdades Integradas FAFIBE - FAFIBE / Bebedouro-SP
Direito / Faculdades Atibaia - FAAT / Atibaia-SP
Direito / Faculdade Doutor Francisco Maeda - FAFRAM / Ituverava-SP
Direito / Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium -
UNISALESIANO / Araçatuba-SP
Direito / Faculdade de Jaguariúna - FAJ / Jaguariúna-SP
Direito / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque -
FACCSR / São Roque-SP
Direito / Faculdades Integradas Campos Salles - FICS / São Paulo-SP
Direito / Escola de Direito de São Paulo - EDESP / São Paulo-SP
Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Garça - FAEG / Garça-SP
Direito / Faculdade de Presidente Epitácio - Fape - FAPE / Presidente Epitácio-SP
Direito / Universidade Metodista de São Paulo - UMESP / São Bernardo do Campo-SP
Direito / Faculdades Integradas de Itararé - FAFIT-FACIC / Itararé-SP
Direito / Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus - FDDJ / São Paulo-SP
Direito / Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL / São Paulo-SP
Direito / Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de
Cássia - FACEAS / São Paulo-SP
Direito / Instituto de Educação Superior de Boituva - FIB / Boituva-SP

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito / Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - FAESO / Ourinhos-SP
Direito / Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva - FAIT / Itapeva-SP
Direito / Faculdades Integradas Teresa Martin - FATEMA / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Bandeirantes de Educação Superior - UNISUZ / Suzano-SP
Direito / Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO / Ourinhos-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Assis-SP
Direito / Faculdade Sudoeste Paulista - FSP / Avaré-SP
Direito / Faculdade Eduvale de Avaré - EDUVALE / Avaré-SP
Direito / Universidade Braz Cubas - UBC / Mogi das Cruzes-SP
Direito / Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES / Matão-SP
Direito / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito / Faculdade Anchieta - IGABC / São Bernardo do Campo-SP
Direito / Instituto de Ensino Superior Coc - COC / Ribeirão Preto-SP
Direito / Universidade São Judas Tadeu - USJT / São Paulo-SP
Direito / Faculdade das Américas - FAM / São Paulo-SP
Direito / Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas / Campinas-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / São José dos Campos-SP
Direito / Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado - FAD-FAAP / São Paulo-SP
Direito / Faculdades Integradas de São Carlos - FADISC / São Carlos-SP
Direito / Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES / São Caetano do Sul-SP
Direito / Centro Universitário Padre Anchieta - UniAnchieta / Jundiaí-SP
Direito / Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP / São José do Rio Preto-SP
Direito / Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU / São Paulo-SP
Direito / Universidade Cidade de São Paulo - UNICID / São Paulo-SP
Direito / Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE / Santos-SP

Direito / Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL / São Paulo-SP
Direito / Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP / Santa Bárbara D'Oeste-SP
Direito / Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP / Piracicaba-SP
Direito / Faculdades Unificadas da Fundação Educacional de Barretos -
Unificadas FEB / Barretos-SP
Direito / Centro Universitário do Norte Paulista - UNORP / São José do Rio Preto-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Sorocaba-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Araçatuba-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Santana de Parnaíba-SP
Direito / Faculdade de Direito da Alta Paulista - FADAP / Tupã-SP
Direito / Centro Universitário Moura Lacerda - CUMML / Ribeirão Preto-SP
Direito / Universidade Paulista - UNIP / Santos-SP
Direito / Centro Universitário de Araraquara - UNIARA / Araraquara-SP
Direito / Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP / Ribeirão Preto-SP
Direito / Universidade São Francisco - USF / Bragança Paulista-SP
Direito / Centro Universitário Fieo - UNIFIEO / Osasco-SP
Direito / Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES / Santos-SP
Direito / Faculdade de Direito de Sorocaba - FADI / Sorocaba-SP
Direito / Faculdade de Direito de Franca - FDF / Franca-SP
Direito / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP / Franca-SP
Direito - Anchieta / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Chácara Santo Antonio / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Hípica / Centro Universitário Radial - UNIRADIAL / São Paulo-SP
Direito - Indianópolis / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Jabaquara / Centro Universitário Radial - UNIRADIAL / São Paulo-SP
Direito - Marginal Pinheiros
Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Marquês / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Mooca / Centro Universitário Radial - UNIRADIAL / São Paulo-SP

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

Direito - Norte / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Pinheiros / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Pinheiros / Centro Universitário Radial - UNIRADIAL / São Paulo-SP
Direito - Tatuapé / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Vergueiro / Universidade Paulista - UNIP / São Paulo-SP
Direito - Vila dos Remédios / Centro Universitário Radial - UNIRADIAL / São Paulo-SP
Direito (Abc) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Bernardo do Campo-SP
Direito (CI) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP
Direito de Empresa (Administração Empresarial e Tributária) / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito de Empresa (Administração Empresarial e Tributária) / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito do Trabalho e da Segurança Social / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito do Trabalho e Segurança Social / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito e Legislação / Faculdades Integradas Campos Salles - FICS / São Paulo-SP
Direito (Mb Ii) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP
Direito (Mc) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP
Direito (Mr) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP
Direito (Os) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / Osasco-SP
Direito Penal e Criminologia / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito Penal e Criminologia / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito Político, Administrativo e Financeiro / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito Político, Administrativo e Financeiro / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP
Direito Privado e Processo Civil / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP

Direito Privado e Processo Civil / Universidade de São Paulo - USP / São Paulo-SP

Direito (Rg) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP

Direito (VM) / Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN / São Paulo-SP

TOCANTINS - 11

Curso - Habilitação / Instituição / Cidade/UF

Direito / Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas - FIESC /
Colinas do Tocantins-TO

Direito / Faculdade Unirg - UNIRG / Gurupi-TO

Direito / Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP / Palmas-TO

Direito / Faculdade Católica Dom Orione - FACDO / Araguaína-TO

Direito / Faculdade Católica do Tocantins - FACTO / Palmas-TO

Direito / Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins - FCJP /
Paraíso do Tocantins-TO

Direito / Faculdade Serra do Carmo - FASEC / Palmas-TO

Direito / Instituto Palmas de Ensino Superior - IPES / Palmas-TO

Direito / Faculdade de Direito de Araguaína - ITPAC / Araguaína-TO

Direito / Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO / Palmas-TO

Direito / Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT / Palmas-TO

Lista bibliográfica relativa à pesquisa na área do Direito e Judiciário

1. ABRAMOWICZ, Anete & MELLO, Roseli Rodrigues de (Orgs.). Educação: pesquisas e práticas. Campinas: Papyrus, 2000.
2. ACIOLI, Isolda Hora & KITAJIMA, Elliot Watanabe. Iniciação científica e a pesquisa na graduação, Brasília: Editora UnB, 1991.
3. ADAMS, D. Examining the fabric of academic life: an analysis of three decades of research on the perceptions of Australian academics, Higher education, v. 36, p. 421-435, 1998.
4. ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
5. ADORNO, Sérgio. Dossiê judiciário: apresentação. Revista USP, n. 21, p. 6-11, 1994.
6. ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Criatividade, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
7. ALMEIDA, José Maurício Pinto de & LEARDINI, Márcia. Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, 2007.
8. ALMEIDA, José Maurício Pinto de. O polêmico requisito de três anos de atividade jurídica ao ingresso na carreira da magistratura, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, 2007. p. 67-90.
9. ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico de. Os atuais objetivos do ensino de direito no Brasil. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 171, 2007.
10. ALVAREZ, Alejandro. Bugallo. Pressupostos epistemológicos para o estudo científico do direito. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.

11. ALVES, Elizete Lanzoni. Ensino jurídico como fonte de direito: uma abordagem crítica sobre o espaço universitário. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 241, 2007.
12. ANGELO, T. (Ed.). Classroom assessment and research, 1998.
13. AMOS, Sheldon The science of law. New York: Appleton Company, 1874.
14. AMSELEK, Paul. Théorie du droit et science, Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
15. ANDRÉ, Rae & Frost, Peter J. Researchers hooked on teaching. Noted scholars discuss the synergies of teaching and research, London: Sage Publications, 1997.
16. ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática de professores. São Paulo: Ed. Papirus, 2002.
17. ARAGÃO, Ergas Dirceu Moniz de. Formação e aperfeiçoamento de juízes. In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. Recrutamento e Formação de Magistrados no Brasil. Curitiba: Juruá, p. 13-22, 2007.
18. ARIDA, Pérsio. A pesquisa em direito e em economia: em torno da historicidade da norma. Revista Direito FGV, v. 1, n. 1, p. 11-22, mai. 2005.
19. ARRUDA, Augusto Francisco Mota Ferraz de. Formação e recrutamento de juízes. In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 29-58, 2007.
20. AZEVEDO, Gelson de. A formação de juízes pela escola nacional da magistratura francesa: o modelo a ser seguido pelo Brasil, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 59-66, 2007.

21. BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1998.
22. BADLEY, G. A really usefull link between teaching and research, *Teaching in Higher Education*, v. 4, p. 443-455, 2002.
23. BALBACHEVSKY, Elizabeth. O desenvolvimento da pesquisa nas instituições universitárias, Seminário: contribuições à definição de uma nova política de ensino superior, Brasília: ABMES, 28 e 29 jan. 1997.
24. BALBACHEVSKY, Elizabeth. Pesquisa, iniciação científica e produção científica institucionalizada: perspectivas para os estabelecimentos não-universitários do Brasil, *Estudos*, Ano 16, n. 23, p.43-50,1998.
25. BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
26. BASTOS, Aurélio Wander. Ensino jurídico: tópicos para estudo e análise, *Revista Sequência*, v. 2, n. 4, p. 59-72, dez. 1981.
27. BASTOS, Aurélio Wander. Pesquisa jurídica no Brasil: diagnóstico e perspectivas, Rio de Janeiro: *Revista de Direito Constitucional e Ciência Política*, v. 4, n. 6, p. 293-302, jan./jun. 1988.
28. BASTOS, Lília da Rocha et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias: anexos ilustrativos e glossário de termos técnicos. Rio de Janeiro:d. LTC, 1996.
29. BENETI, Sidnei Agostinho. A pesquisa na faculdade de direito, *Lex – Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, v. 24, n. 126, p. 14-17, set./out. 1990.
30. BICUDO, Maria Aparecida Viggiani & ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora Unimep, 1994.

31. BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica, São Paulo: Saraiva, 2001.
32. BOAVENTURA, Edivaldo M. Como ordenar as idéias, São Paulo: Editora Ática, 2000.
33. BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese, São Paulo: Atlas, 2004.
34. BOTOMÉ, S. P. Processos comportamentais básicos em metodologia de pesquisa: da delimitação do problema à coleta de dados, Caxias do Sul: Chronos, 1994.
35. BOTOMÉ, S. P. Pesquisa alienada e ensino alienado, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
36. BOTOMÉ, S. P. Pesquisa, ensino e extensão: superando equívocos em busca de perspectivas para o acesso ao conhecimento, Educação Brasileira, v. 19, n. 39, p. 21-60, CRUB, Brasília, 1997.
37. BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. (Coord.) História e método em pesquisa jurídica, São Paulo: Quartier Latin, 2006.
38. BRENNER, Eliana de Moraes & NETTO DIAS, Célia Guimarães & JESUS, Dalena Maria Nascimento de. Elaboração de trabalhos acadêmicos: projeto de pesquisa, monografia e artigo, Salvador: UNIFACS, 1999.
39. BREW, A. Research and teaching: changing relationships in a changing context, *Studies in Higher Education*, v. 24, n. 3, p. 291-301, 1999.
40. BREW, A. Teaching and research: new relationships and their implications for inquiry-based teaching and learning in higher education, *Higher Education Research and Development*, v. 22, n. 1, p. 3-18, 2003.
41. BREW, A. & Boud, D. Teaching and research: stablishing the vital link with learning, *Higher Education*, v. 29, p. 261-273, 1995.

42. BRICKMAN Ronald. The university research system: policies, performances and paradoxes, In: Wittrock, B. & Elzinga, A., The university research system. The public policies of the home of scientists, Stockholm: Almqvist & Wiksell International, p. 39-52, 1985.
43. BURGESS, R. G. & Bleiner, M. Research methodology teaching, Trends and Developments, Sociology, v. 15, p. 477-489, 1998.
44. CAMBI, Accácio. *A formação ética do magistrado*, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 23-28, 2007.
45. CAMPOS, Francisco. O espírito do estado novo: interpretação da Constituição de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil, 1937.
46. CAMPOS, Francisco. Diretrizes constitucionais do novo estado brasileiro. Revista Forense, v. 35, n. 73, p. 6-22, jan. 1938.
47. CAMPOS, Francisco. Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime. Archivo Judiciário, v. 45, n. 1-6, p. 53-69, 1938.
48. CAMPOS, Francisco. A reforma do processo civil. Revista Forense, v. 36, n. 78, p. 187-190, mai. 1939.
49. CAMPOS, Francisco. Código penal. Exposição de motivos. Archivo Judiciário, v. 57, n. 1-6, p. 15-37, 1941.
50. CARLINI, Angélica. O professor de direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 321, 2007.
51. CARLINI, Angélica; CERQUEIRA, D. T. & ALMEIDA FILHO, J. C. de A. 180 anos do ensino jurídico no Brasil. Campinas/ SP: Millennium, 2007.

52. CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica – metodologia da aprendizagem, Curitiba: Juruá Editora, 2002.
53. CARVALHO, Maria Cecília (Org.) Construindo o saber. Campinas: Papirus, 2000.
54. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. A construção do saber científico: algumas posições, In: Carvalho, Maria Cecília (Org.) Construindo o saber, Campinas, Papirus, p. 63-86, 2000.
55. CARVALHO, Milton Paulo de. Temas atuais de direito, São Paulo: LTr Editora, 1998.
56. CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino superior e a pesquisa. Um desquite amigável, Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH, 1984.
57. CHRETIEN, Claude. A ciência em ação: mitos e limites. São Paulo: Ed. Papirus, 1994.
58. CLARK, Burton R. (Ed.). The research foundations of graduate education: Germany, Britain, France, United States, Japan, Oxford: University of California Press, 1993.
59. CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Pesquisa jurídica: avaliação e perspectivas – Área: Direito, Brasília: CNPq, 1977.
60. CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Avaliação e perspectivas – Ciências humanas e sociais, Brasília: CNPq, 1982.
61. COELHO, Edmundo Campos. Ensino e pesquisa: um casamento (ainda) possível, In: Schwartzman, Simon & Castro, Cláudio de Moura. (Orgs.), Pesquisa universitária em questão, São Paulo: Ícone Editora, p. 95-113, 1986.

62. COIMBRA, Alberto; Cardoso, Miriam Limoeiro & Gottlieb, Otto. A ciência na universidade: a experiência histórica, disponível em www.schwartzman.org.br
63. CORBIN, J. Find the law in the library. A guide to legal research, Chicago: American Library Association, 1989.
64. CRESWELL, John W. Faculty research performance: lessons from the sciences and the social sciences, Washington, D.C.: Association for the Study of Higher Education, 1985.
65. CROSS, K. P. Classroom research . Helping professors learn more about teaching and learning, In: Seldin, P. and Associates (Eds), How administrators can improve teaching: from talk to action in higher education, 1990.
66. CROSS, K. P. Classroom research: implementing the scholarship of teaching, In: Angelo, T. (Ed.), Classroom assessment and research, p. 5-12, 1998.
67. COSTA, Bárbara Silva. (Re) pensando o direito diante de um mundo global: uma reflexão sobre os desafios do ensino jurídico no século XXI. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 367, 2007.
68. CRUZ, Elisa Pires da. Et al. 180 anos de ensino do direito no Brasil – olhares e perspectivas discentes. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 211, 2007.
69. D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Injustiça e desordem, Conjuntura Econômica, v. 50, n. 5, p. 5-6, maio 1996.
70. DAVIES, J. K. Universities and research. A failed marriage?, Tertiary Education and Management, v. 4, n. 2, p. 133-142, 1998.

71. DAWSON, John P. Legal realism and legal scholarship. *Jornal Legal Education*, v. 33, p. 406-411, 1983.
72. DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*, São Paulo: Atlas, 1985.
73. DESSY, Blane. *Globalization of legal research. A changing world*, Washington, D.C., United States Department of Justice.
74. DIAMOND, Randy. Advancing public interest practitioner research skills in legal education. *Columbia: North Carolina Journal of Law and Technology*, v. 7, p. 67-140, 2005.
75. DIAS, Cláudia Augusto. *Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*, Mestrado em Ciência da Informação, Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
76. DINIZ, Maria Helena. *A ciência jurídica*, São Paulo: Saraiva, 2003.
77. DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*, São Paulo: Saraiva, 2004.
78. DUNN, Donald J. Legal research and writing resources: recent publications, *Perspectives: Teaching Legal Research and Writing*, v. 11, n. 1, p. 23-27, 2002.
79. ELIAS, A. Stephen & Levinkind, Susan. *Legal Research. How to find and understand the law*, Nolo Law for All, 2005.
80. ELTON, L. Research, teaching and scholarship in a expanding higher education system, *Higher Education Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 252-267, 1992.
81. ELTON, L. Research and teaching: conditions for positive link (1), *Teaching and Higher Education*, v. 6, n. 1, p. 43-56, 2001.
82. FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*, São Paulo: Saraiva, 2003.

83. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho, Recife: Editora Massangana, 1984.
84. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Cultura jurídica e democracia: a favor da democratização do judiciário. In: LAMOUNIER, B. et al. Direito, Cidadania e Participação. São Paulo: TAQ Editora, p. 3-20, 1981.
85. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Democratização e serviços legais. In: FARIA, J. E. (org.). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, p. 145-158, 1989.
86. FALCÃO, Joaquim de Arruda. O diagnóstico do poder judiciário. ADV Advocacia Dinâmica: Informativo Semanal, v. 24, n. 35, p. 514-513, set. 2004.
87. FALCÃO, Joaquim de Arruda. Direito: importância da área e problemática atual. In: Avaliação & Perspectivas. Brasília: SEPLAN/CPNQ, p. 363-369, 1982.
88. FALCÃO, Joaquim de Arruda. (Org.). Pesquisa científica e direito. Recife: Editora Massangana, 1983.
89. FARIA, J. E. (org.). Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1989.
90. FARIA, José Eduardo. O poder judiciário no Brasil: paradoxos, desafios e alternativas. Brasília: CJF, 1996. (Monografia do CEJ; v. 3).
91. FARIA, José Eduardo. A reforma do ensino jurídico. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1987.
92. FÉLIX, Lussia P. Musse. Apontamentos sobre a iniciação científica em direito: a formação de habilidades para pós-graduação e carreiras jurídicas. In: Machado, Glóreni Aparecida (org.). Iniciação científica em direito: a experiência da faculdade de direito do UnB. Brasília: Faculdade de Direito, p. 13-18, 2000.

93. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Algumas observações em torno da cientificidade do direito segundo Miguel Reale, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 19, n. 74, p. 220-230, abr./jun. 1969.
94. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A ciência do Direito*, São Paulo: Editora Atlas, 1980.
95. FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. *Pesquisa em direito e redação de monografia jurídica*. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1997. 107 p.
96. Fiúza, Ricardo Arnaldo Malheiros. Escola judicial “Des. Edésio Fernandes”, do TJMG: modelo para o Brasil, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), *Recrutamento e formação de magistrados no Brasil*, Curitiba: Juruá, p. 137-162, 2007.
97. FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
98. FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Comunidade do conhecimento, pesquisa e formação do professor do ensino superior, In: Morosini, M. C., *Professor do Ensino Superior*, Brasília: INEP, p. 61-74, 2000.
99. FRANCO, Maria Estela Dal Pai. et all... *Universidade e pesquisa: política, discursos e práticas*, Passo Fundo: UPF, 1999.
100. FREITAS, Vladimir Passos de. Responsabilidade administrativa dos juízes, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), *Recrutamento e formação de magistrados no Brasil*, Curitiba: Juruá, p. 225-242, 2007.
101. FRIEDE, Roy Reis. *Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
102. GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra Ltda, 1986.

103. GARNETT, D. & Holmes, R. Research, teaching and learning. A symbiotic relationship, In: Smith, B. & Brown, S., Research teaching and learning in higher education, p. 49-57, 1995.
104. GEIGER, Roger L. Research and relevant knowledge. American research universities since World War II, Oxford University Press, Oxford, 1993.
105. GOMES, Suzana de Camargo. A escola de magistrados e a formação do juiz, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 185-213, 2007.
106. GRAU, Eros Roberto. Direito, conceitos e normas jurídicas, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
107. GRAU, Eros Roberto. Prefácio. In: Aguillar, Fernando Herren. São Paulo: Max Limonad, p. 11-19, 1996.
108. GROSSMAN, George S., Legal research. Historical foundations of the electronic age, New York: Oxford University Press, 1994.
109. GUEDES, Jefferson Carús. Pesquisa jurídica universitária: o autor em busca de um tema, 2004, disponível em www1.jus.com.br/doutrina/texto
110. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa & DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
111. GUTEK, B. A. Teaching and research. A puzzling dichotomy, In: André, R. & Frost, P. J. (Eds.), Researchers hooked on teaching, p. 27-39, 1997.
112. HAMILTON, Russell G. On the way to the professoriate: the dissertation, In: Richlin, Laurie., Preparing faculty for the new conceptions of scholarship, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, New Directions for Teaching and Learning, n. 54, p. 47-55, 1993.
113. HAMMERSLEY, M. Can and should educational research be educative?, Oxford Review of Education, v. 29, n. 1, p. 3-25, 2003.

114. HEMMENS, Ann E. The current status of advanced legal research instruction: a survey of ABA – Accredited law schools, Dissertação de mestrado, North Carolina: University of North Carolina at Chapel Hill, 2000.
115. HENKEL, Mary & Kogan, Maurice. Research training and graduate education: the British macro structure, In: Clark, Burton R. (Ed.), The research foundations of graduate education: Germany, Britain, France, United States, Japan, Oxford: University of California Press, p. 71-114, 1993.
116. HOFF, Débora Nayar et al. Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares. RBPG, v. 4, n. 7, p. 42-65, julho de 2007.
117. HOLANDA, Ana Paula Araújo de. A escola do recife e seu papel na construção do ensino jurídico brasileiro: uma ruptura de paradigmas. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. XXVII, 2007.
118. HOTCHKISS, Mary A. Index to perspectives: teaching legal research and writing – vol. 1-13 (1992-2005), Perspectives: Teaching Legal Research and Writing, v. 14, n. 1, p. 39-71, 2005.
119. JENKINS, A., Blackman, T., Lindsay, R. & Paton-Saltzberg, R. Teaching and research. Student perspectives and policy implications, Studies in Higher Education, v. 23, n. 2, p. 127-141, 1998.
120. JOHNSTON, S. & McCormack, C. Developing research potential through a structured mentoring program: issues arising, Higher Education, v. 33, p. 251-264, 1997.
121. KATZ, Joseph & Hartnett, Rodney T. Scholars in the making: the development of graduate and professional students, Cambridge, Mass: Ballinger Publishing Company, 1976.

122. KELMAN, Mark. The past and future of legal scholarship. *Journal of Legal Education*, v. 33, p. 432-435, 1983.
123. KIDDER, Louise H. Método de pesquisa nas relações sociais: medidas na pesquisa social, São Paulo: EPU, 1987.
124. KISER, Donald J. Legal research by the use of corpus júris secundum and corpus júris. Brooklyn: American Law Book Co., 1938.
125. KREBER, Carolin. Conceptualizing the scholarship of teaching and identifying unresolved issues: the framework for this volume. In: _____. *Scholarship revisited: perspectives on the scholarship of teaching*, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, *New Directions for Teaching and Learning*, n. 86, p. 1-7, 2001.
126. KREBER, Carolin. *Scholarship revisited: perspectives on the scholarship of teaching*, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, *New Directions for Teaching and Learning*, n. 86, 2001.
127. KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
128. LAMOUNIER, B. Et al. *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: TAQ Editora, 1981.
129. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948.
130. LEARDINI, Márcia. A importância da formação do magistrado para o exercício de sua função política, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), *Recrutamento e formação de magistrados no Brasil*, Curitiba: Juruá, p. 111-135, 2007.
131. LEE, Youngmin; DRISCOLL, Marcy P. & NELSON, David W. The past, present, and future of research in distance education: results of a content analysis, 12 p, 2003.

132. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.
133. LEVINE, Jan M. Designing assignments for teaching legal analysis, research and writing, *Perspectives: Teaching Legal Research and Writing*, v. 3, p. 58-64, 1995.
134. LINDSAY, R., Breen, R. & Jenkins, A. Academic research and teaching quality: the views of undergraduate and postgraduate students, *Studies in Higher Education*, v. 27, n. 3, p. 309-328, 2002.
135. LOPES, Mônica Sette. O direito e a ciência: tempo e métodos, Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2006.
136. MACEDO, Magda Helena Soares. Manual de metodologia da pesquisa jurídica. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000.
137. MACHADO, Gloreni Aparecida (org.). Iniciação científica em direito: a experiência da faculdade de direito do UnB. Brasília: Faculdade de Direito, 2000.
138. MACHADO, Mário Brockmann. Cultura jurídica: comentários, In: Lamounier, B. (et al.), *Direito, Cidadania e Participação*, São Paulo: T. A. Queiroz Editora, p. 21-29, 1981.
139. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Atualidade da pesquisa jurídica no Brasil e o direito ambiental, In: Falcão, Joaquim de Arruda. (Org.), *Pesquisa científica e direito*, Recife: Editora Massangana, p. 119-125, 1983.
140. MARCONI, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*, 6. ed., São Paulo: Atlas, 2006.
141. MARQUES, Cláudia Lima. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa, *Cidadania e Justiça*, v. 3, n. 6, p. 237-248, 1º sem. 1999.

142. MARTINEZ, Sergio Rodrigo. Técnicas para evolução do modelo pedagógico tradicional dos cursos de direito. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 295, 2007.
143. MARTINS, A. G. Lourenço. Poder judicial e magistratura de investigação, Universidade de Coimbra, Boletim da Faculdade de Direito, v. 75, p. 389-431, 1999.
144. MARU, A. Research on the legal profession, Chicago: American Bar Foundation, 1986.
145. MATTAR, Fauze Najib et al. Redação de documentos acadêmicos – conteúdo e forma. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 3, p. 31-66, 2º Seme., 1996.
146. MENESES, Raquel da Veiga Araújo de. A biblioteca universitária e a qualificação dos estudantes na busca da informação, Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
147. MERSEY, Roy M. & Dunn, Donald J. Fundamentals of legal research, New York: Foundation Press, 2002.
148. MICELI, Sérgio. (Org.). Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Editora Sumaré, 1992.
149. MICELI, Sérgio. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Antropologia, v. I, São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
150. MICELI, Sérgio. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia, v. II, São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
151. MICELI, Sérgio. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Ciência Política, v. III, São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
152. MICELI, Sérgio. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-2002) – v. IV, São Paulo: Editora Sumaré, 2002.

153. MIRANDA NETO, Manoel José de. Pesquisa para o planejamento: métodos e técnicas, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
154. MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
155. MOROSINI, M. C., Professor do Ensino Superior. Brasília: INEP, 2000.
156. MORRIS, Roberta.; Sales, Bruce D. & Shuman, Daniel W. Doing legal research. A guide for social scientists, London: Sage Publications, 1997.
157. MOTA, Octanny Silveira da. Técnica e direito, In: Falcão, Joaquim de Arruda. (Org.), Pesquisa científica e direito, Recife: Editora Massangana, p. 163-169, 1983.
158. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
159. NALINI, José Renato. O futuro das profissões jurídicas. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. 175 p.
160. NALINI, José Renato. A insurreição ética do juiz brasileiro. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 84, n. 721, p. 349-358, nov. 1995.
161. NALINI, José Renato. Recrutamento e preparo de juízes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
162. NALINI, José Renato. Reengenharia do judiciário. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 43, p. 233-255, jun. 1995.
163. NALINI, José Renato. Formação jurídica. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 173 p.
164. NALINI, José Renato. O desafio de criar juízes, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 91-109, 2007.

165. NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Universidade & pesquisa: institucionalização, produção e políticas de pesquisa na universidade, Porto Alegre: UFRGS, Cadernos de Sociologia, v. 8, dez. 1998.
166. NEVES, Clarissa Eckert Baeta & SOBOTTKA, Emil Albert et al. Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais: Achim Schrader. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
167. NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades, Caderno de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 3, p. 103-113, 2º sem. 1996.
168. NOBRE, Marcos. et al. O que é pesquisa em direito?, São Paulo: Quartier Latin, 2005.
169. NOGUEIRA, Adriano. (Org.) Ciência para quem? Formação científica para quê? A formação do professor conforme desafios regionais, Petrópolis: Vozes, 1999.
170. OECD. Research training: present and future, Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 1995.
171. OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. A organização da universidade para a pesquisa, In: Schwartzman, Simon & Castro, Cláudio de Moura. (Orgs.), Pesquisa universitária em questão, São Paulo: Ícone Editora, p. 53-80, 1986.
172. OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. Direito e pesquisa – um depoimento pessoal, In: Falcão, Joaquim de Arruda. (Org.), Pesquisa científica e direito, Recife: Editora Massangana, p. 51-60, 1983.
173. OLIVEIRA, Luciano & Adeodato, João Maurício. O estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil, Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1996.
174. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática, Campinas: Papirus, 1997.

175. PASOLD, César Luiz. *Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito*, 9. ed. rev., Florianópolis: OAB/SC, 2005.
176. PASSOS, Edilenice. *Doing legal research in Brazil*, disponível em www.infolegis.com.br, 2005.
177. PAULA, Alexandre Sturion de. *Pesquisa científica na educação jurídica: reflexões acerca de sua ausência e de suas múltiplas conseqüências*, *Jus Navigandi*, v. 10, n. 897, disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>, acesso em 15/02/2007.
178. PERISSINOTTO, Renato M.; ROSA, Paulo Vinícius A. C. da & PALADINO, Andréa. *Por uma sociologia dos juízes: comentários sobre a bibliografia e sugestões de pesquisa*, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), *Recrutamento e formação de magistrados no Brasil*, Curitiba: Juruá, p. 163-184, 2007.
179. PINHEIRO, José Ernanne. (Org.). *Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do judiciário*. Petrópolis: Vozes, 1996. 309 p. Seminário Ética e Justiça (1996: Brasília, DF).
180. PINHEIRO, Ralph Lopes. *História resumida do Direito*. 11. ed. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2004. 175 p.
181. POSNER, Richard A. *The present situation in legal scholarship*. *The Yale Law Journal*, p. 1113-1130, 1981.
182. REHBINDER, Manfred. *The development and present state of fact. Research in law in the United States*. *Journal of Legal Education*, v. 24, p. 567-589, 1972.
183. REINARZ, Alice G. & White, Eric R. *Beyond teaching to mentoring*, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, *New Directions for Teaching and Learning*, n. 85, 2001.

184. RIBEIRO, Guilherme Wagner. Em defesa da pesquisa no ensino jurídico, 2001, disponível em www1.jus.com.br/doutrina/texto
185. RICHLIN, Laurie. Preparing faculty for the new conceptions of scholarship, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, New Directions for Teaching and Learning, n. 54, 1993.
186. RIEGERT, Robert E. The Max Planck association's institutes for research and advanced training in foreign law. *Journal of Legal Education*, v. 25, p. 312-341, 1973.
187. ROMBAUER, M. D. Legal problem solving. Analysis, research and writing, St. Paul, MN: American Casebook Series, West Publishing, 1991.
188. ROCHA, Jaqueline Mainel. O primeiro contato com o processo de pesquisa. In: Machado, Gloréni Aparecida (org.). *Iniciação científica em direito: a experiência da faculdade de direito do UnB*. Brasília: Faculdade de Direito, p. 121-132, 2000.
189. ROSA, Eliézer. *A voz da toga*. 3 ed. Goiânia: AB editora, 1999. 120 p.
190. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Sociologia do Direito: o fenômeno jurídico como fato social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
191. ROSA, Felipe Augusto de Miranda & CANDIDO, Odila Dinorá de Alagão. *Jurisprudência e mudança social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 180 p.
192. ROSS, Alf. *Hacia una ciencia realista del derecho – critica del dualismo en el derecho*, Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1961.
193. ROWLAND, S. Relationships between teaching and research, *Teaching in Higher Education*, v. 1, n. 1, p. 7-20, 1996.
194. SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o sistema de justiça, In: Miceli, Sérgio, *O que ler na Ciência Social Brasileira*, v. 4, p. 233-265, 2002.

195. SADEK, Maria Tereza (Org.) Uma introdução ao estudo da justiça, São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.
196. SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa universitária em questão, Campinas: Ed. Unicamp, 1986.
197. SEABRA, Giovanni de Farias. Pesquisa científica: o método em questão. Brasília: Ed. UnB, 2001.
198. SELDIN, P. and Associates (Eds). How administrators can improve teaching: from talk to action in higher education, 1990.
199. SERRANO, Pablo Jiménez. Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica. São Paulo: Manole, 2003. 179 p.
200. SERRANO, Pablo Jiménez; PINTO FILHO, Heitor. Manual básico do pesquisador: como escrever uma monografia jurídica. São Paulo: LEUD, 2001. 59 p.
201. SILVA, Artur Stamford da; MAIA, Alexandre da M. & TEIXEIRA, J. P. A. Pesquisa em direito e a superação das escolas-de-um-só: uma profecia às avessas? In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 343, 2007.
202. SIMON, Rita James. The sociology of law: interdisciplinary readings, San Francisco, Ca: Chandler Publishing Company, 1968.
203. SMITH, B. & Brown, S., Research teaching and learning in higher education, 1995.
204. STUTZ, Eneá de. Ciência e política: o IAB e os primórdios do ensino jurídico no Brasil imperial. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 105, 2007.
205. SOUTO, Cláudio. OAB - ensino jurídico. In: OAB Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. 2 ed. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996. p. 91-93.

206. SOUTO, Cláudio. Pós-modernidade científica e ciência do direito. Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, Pernambuco, v.1, n. 2, p. 107-123, 1996.
207. SOUTO, Cláudio & Souto, Solange. Metodologia e técnicas de pesquisa em sociologia do direito, In: Falcão, Joaquim de Arruda. (Org.), Pesquisa científica e direito, Recife: Editora Massangana, p. 61-76, 1983.
208. SOUZA, Ayda Connia de. O método científico e o direito: positivismo x dialética, Revista AJURIS, v. 17, n. 49, p. 124-148, 1990.
209. SOUZA, Washington Peluso Albino de. O direito na problemática científica e tecnológica, In: Falcão, Joaquim de Arruda. (Org.), Pesquisa científica e direito, Recife: Editora Massangana, p. 127-150, 1983.
210. STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica e ensino jurídico em Terrae Brasilis. In: Carlini, Angélica et al. 180 anos do Ensino Jurídico no Brasil. Campinas / SP: Millennium, p. 379, 2007.
211. SUASSUNA, Ítalo. A universidade pesquisa: o mito e a necessidade, Brasília: Revista Brasileira de Tecnologia, v. 16, n. 3, p. 5-14, mai/jun. 1985.
212. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. As escolas judiciais no mundo contemporâneo. Revista de Informação Legislativa, v. 38, n. 149, p. 5-12, jan./mar. 2001.
213. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
214. THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação, São Paulo: Cortez Editora, 2004.
215. TJADEN, Ted. Doing legal research in Canada, disponível em www.llrx.com/features/ca.htm, 2004.

216. TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro. São Paulo: Nacional, 1982.
217. TORRES, Carlos Alberto. Nation at risk. La educación neoconservadora. Nueva Sociedad, v. 84, p. 108-115, jul./ago. 1986.
218. UNGER, Werner. Methoden juristischer dokumentenrecherche, disponível em <www.juralink.de/8literatur/Umgang/Recherche.htm>, acesso em 02/05/2007.
219. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Pesquisa: a imagem do judiciário junto à população brasileira, Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
220. Universidade de Sorocaba. Glossário de pesquisa, Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 1998.
221. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Manual de pesquisa, São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
222. UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. Manual da pesquisa 2001, Canoas: ULBRA, 2001.
223. VEIGA, Laura da. Ciência: organização, ambiente e carreira acadêmica, Brasília: Universidade de Brasília: Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior, n. 5, 1998.
224. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Monografia jurídica: uma visão prática. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
225. VIANA, Luiz Werneck. A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
226. VIANA, Luiz Werneck. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
227. VIANA, Luiz Werneck et al. Corpo e alma da magistratura brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

Subsídios para a Integração do Ensino e Pesquisa das Escolas de Magistratura e as Instituições de Ensino Superior

228. VIANNA, Oliveira. O idealismo da constituição. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.
229. VIANNA, Oliveira. Problemas de política objectiva. São Paulo: Nacional, 1930.
230. VIANNA, Oliveira. Problemas de direito corporativo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
231. VIEIRA, José Ribas. A pesquisa no direito: qual inserção na formação acadêmico-pedagógica da pós –graduação. Sequência – Revista do Curso de Pós-graduação em Direito da UFSC, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 7-12, jul. 2000.
232. VIEIRA, José Ribas. O realismo fantástico: os cursos de direito no Brasil, In: OAB Ensino Jurídico: Parâmetros para elevação de qualidade e avaliação. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1993. p. 61-73.
233. VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & Zouain, Deborah Moraes. Pesquisa qualitativa em administração, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
234. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A rigidez e a flexibilidade na formação dos juízes, In: Almeida, José Maurício Pinto de & Leardini, Márcia. (Coord.), Recrutamento e formação de magistrados no Brasil, Curitiba: Juruá, p. 215-224, 2007.
235. WHITE, G. Edward. The impact of legal science on tort law, 1880-1910. Columbia Law Review, v. 78, n. 2, p. 213-217, mar. 1978.
236. WOLFLE, Dael. The home of science: the role of the university, New York: Mcgraw-Hill Book Company, 1972.
237. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Poder judiciário: crises, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 9-216, 1995.
238. ZOUAIN, Deborah Moraes. Gestão de instituições de pesquisa, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

**Composto pela
Enfam - Escola Nacional de Formação
e Aperfeiçoamento de Magistrados
Superior Tribunal de Justiça
Brasília, maio de 2008**